Manuel Alcántara

A PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

CPOP UFPR
PÓS-GRADUAÇÃO
CIÊNCIA POLÍTICA
UFPR

MANUEL ALCÁNTARA

A Profissionalização da Política

Traduzido por Renata Oliveira Rufino

CURITIBA
2016

Copyright @ 2016 do autor

Editor
Emerson Urizzi Cervi

Capa, planejamento gráfico e diagramação
Fernanda Cavassana de Carvalho

Tradução de
"El Ofício de Político"

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Biblioteca Nacional

A346p Alcántara, Manuel

A Profissionalização da Política / Manuel Alcántara; tradução de Renata Oliveira Rufino - Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.

380 p. - 2,6 MB E-book versão PDF.

Título original: El Ofício de Político.

Bibliografia
ISBN 978-85-915195-3-8

1. Ciências Sociais - Ciência Política - Elites - Carreira Política I. Título.

CDD-300.320

Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – CPOP
Programa de Pós-graduação em Ciência Política – PPGCP-UFPR
Universidade Federal do Paraná – Rua General Carneiro, 46.
80.060-000. Curitiba – Paraná – Brasil

A Cristina Ares

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS 09

PREFÁCIO 13

CAPÍTULO I - A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DOS POLÍTICOS. DIFERENTES PERSPECTIVAS 29
1. A perspectiva clássica sobre os políticos 31
1.1. *O mundo greco-romano* 32
1.2. *O impulso da modernidade* 38
2. O peso da lei, as instituições e a crise da democracia 47
2.1. *Do contrato ao império das instituições* 48
2.2. *A crise da democracia* 52
3. O componente mental e orgânico do animal político 59
3.1. *Política e psicologia* 60
3.2 *Biopolítica* 70
4. O animal político tem mente e move-se no seio das instituições 80

CAPÍTULO II - A CARREIRA POLÍTICA 87
1. O árduo caminho para uma definição do político 89
1.1. *Uma proposta de definição do político* 94
1.2. *Políticos na penumbra ou a política espúria* 100
2. As razões para ser político 105
3. O início da carreira política 119
3.1. *A porta institucional de entrada para a política* 120
3.2. *O fator individual no início da carreira política* 131
4. Aonde vão os políticos quando deixam a política? 139
5. Um modelo para o estudo da carreira política 145

CAPÍTULO III - O VIÉS PROFISSIONAL DA POLÍTICA 150
1. Trabalhos, ofícios, profissões 152
2. Por que o político profissional não é aceito? 160
3. Uma tentativa de esclarecer a profissionalização da política 178
4. O processo de formação dos profissionais da política 191
5. Um modelo ideal de político profissional na América Latina 199

CAPÍTULO IV - A PRESTAÇÃO DE CONTAS E A QUALIDADE DOS POLÍTICOS 206
1. A profissão da política e as regras da democracia 208
2. A mídia e a prestação de contas 217
3. Os atributos do político 227
3.1. *A demanda social por atributos do político* 228
3.2. *A visão dos próprios políticos sobre seus atributos necessários* 231
3.3. *Os atributos do político: entre sua perícia profissional e a ética* 243
4. Qualidade da política e qualidade dos políticos 247

CAPÍTULO V - A CARREIRA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA 261
1. A entrada na política na América Latina 263
2. Modelos de carreiras políticas 279
2.1. *Marmaduke Grove Vallejo* 281
2.2. *José María Velasco Ibarra* 284
2.3. *Oswaldo Aranha* 287
2.4. *Víctor Raúl Haya de la Torre* 290
2.5. *Gustavo Rojas Pinilla* 293
2.6. *Roberto Francisco Chiari* 296
2.7. *José Ramón Villeda Morales* 298
2.8. *Jóvito Villalba Gutiérrez* 301
2.9. *Manuel Mora Valverde* 304
2.10. *Juan Bosch* 306
2.11. *Álvaro Carlos Alsogaray* 308
2.12. *Wilson Ferreira Aldunate* 311
2.13. *Lydia Gueiler Tejada* 314
2.14. *Violeta Barrios Torres* 316
2.15. *Julio Adolfo Rey Prendes* 319
2.16. *Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano* 321
2.17. *Rigoberta Menchú* 324
2.18. *Ingrid Betancourt* 326
2.19. *A trajetória dos políticos latino-americanos* 329

EPÍLOGO 331

BIBLIOGRAFIA 349

Índice de Tabelas e de Quadros

Tabela 2.1. Deputados latino-americanos que afirmam querer continuar na política (em porcentagens) 113
Tabela 2.2. Características sociodemográficas, políticas ou de socialização daqueles que afirmam querer continuar na política 115
Tabela 2.3. Deputados que afirmam haver iniciado sua trajetória política em um partido (em porcentagens) 122
Tabela 2.4. Principal ocupação dos deputados latino-americanos antes de serem eleitos (em porcentagens) 128
Tabela 2.5. Deputados que afirmam ter familiares dedicados à política durante as últimas legislaturas (em porcentagens) 134
Tabela 2.6. Frequência com a que os deputados falavam de política em sua casa durante as últimas legislaturas (soma das porcentagens de "muita" e "alguma") 135
Tabela 3.1. Deputados latino-americanos que se dedicam exclusivamente à atividade legislativa durante as últimas legislaturas* (em porcentagens) 182
Tabela 3.2. Nível de satisfação com a remuneração dos deputados latino-americanos durante as últimas legislaturas (em porcentagens) 186
Tabela 3.3. Nível de renda em comparação com a renda anterior durante as últimas legislaturas 188
Tabela 3.4. Deputados latino-americanos com estudos universitários e de pós-graduação ao longo das últimas legislaturas* (em porcentagens) 195
Tabela 3.5. Características sociodemográficas, políticas ou de socialização do político profissional ideal na América Latina (2006-2011) 201
Tabela 3.6. O político profissional ideal de acordo com o país (2006-2011) 202
Tabela 3.7. Principais características dos diferentes tipos de políticos profissionais existentes na América Latina (2006-2011) 203
Tabela 4.1. A evolução da confiança dos deputados dos países da América Latina nos meios de comunicação (em porcentagens) 223
Tabela 4.2. Elementos que influem sobre os legisladores latino-americanos ao tomar suas decisões 225
Tabela 4.3. Característica mais importante que deve ter um bom político segundo os deputados 239
Tabela 4.4. Característica mais importante para ganhar as eleições 240
Tabela 4.5. Valores médios das razões do sucesso eleitoral dos deputados segundo eles mesmos (1995-2008) 241
Tabela 4.6. A experiência como causa do sucesso eleitoral dos deputados 242
Tabela 4.7. A ideologia e o programa como causas do sucesso eleitoral dos deputados 242

TABELA 5.1. O início na política dos deputados latino-americanos (em porcentagens) das legislaturas de 2010 265
TABELA 5.2. Fatores que estiveram presentes na hora de entrar no partido do qual se é membro 266
TABELA 5.3. Os deputados dos países da América Latina e a religião 272

QUADRO 2.1. Tipos de legisladores segundo sua ambição reeleicionista e a atividade de sua tarefa legislativa 111
QUADRO 2.2. Estruturas de recrutamento político 138
QUADRO 2.3. O início da carreira política 147
QUADRO 2.4. O desenvolvimento da carreira política 148
QUADRO 2.5. O final da carreira política 149
QUADRO 3.1. Intensidade e tempo na atividade política 184
QUADRO 4.1. Dimensões da qualidade dos políticos 254
QUADRO 4.2. A qualidade do político profissional 258

Agradecimentos

Este livro é fruto de uma combinação de fatores de natureza diversa na qual se entrelaçam estudo, certa tenacidade, sorte e instituições que tornam possível o trabalho intelectual com suas facilidades e graças a sua decidida vocação e empenho. Sem esses últimos fatores, este volume não estaria concluído. Assim, em primeiro lugar, a Universidade de Salamanca, onde trabalho desde 1993, concedeu-me a possibilidade de desfrutar um esplêndido ano sabático a partir de agosto de 2010. Depois, a Tulane University outorgou-me a *Greenleaf Chair* de Estudos Latino-Americanos entre agosto e dezembro de 2010, o que me permitiu começar a pôr em ordem as anotações que eu vinha arrastando de seminários e conferências ministradas nos dois anos anteriores, assim como de artigos já publicados. Mais tarde, o Kellogg Institute da Notre Dame University honrou-me, por terceira vez, com um *Visiting Fellowship* entre janeiro e maio de 2011, o que me proporcionou o tempo e os recursos necessários para realizar uma leitura sistemática de boa parte da bibliografia que aparece nas páginas seguintes. Foi no rigoroso inverno de Indiana onde pude escreve a maior parte do primeiro rascunho do manuscrito. Por último, em junho de 2011, o programa de Ciência Política da FLACSO Equador, em julho de 2011, o Instituto Tecnológico de Monterrey no seu campus de Querétaro e, em outubro de 2011, os programas de Mestrado em Ciência Política e de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Salamanca possibilitaram o intercâmbio de boa parte do que já estava

escrito com seus estudantes, obtendo assim uma primeira e última, respectivamente, retroalimentação pública.

Em todas essas estadias, devo agradecer a muitas personas por seu apoio inestimável e entusiasmo pelo avanço do meu trabalho. Quero concentrar esse reconhecimento em seus magníficos responsáveis e excelentes acadêmicos, Ludovico Feoli, Scott Mainwaring, Simón Pachano, Marisol Reyes, Salvador Martí e Flavia Freidenberg, respectivamente. Eles conformam a parte humana e amigável das instituições às quais dedicam sua vida profissional, porém seu desempenho é muito superior ao de simples gestores; a eles, pela amizade, a minha mais sincera e profunda gratidão.

As diferentes versões que foi tomando o texto beneficiaram-se de contribuições, comentários e críticas agudas de meus colegas e amigos da área de Ciência Política e de Administração da Universidade de Salamanca: Agustín Ferraro, Mercedes García Montero, Iván Llamazares e Araceli Mateos. Além disso, antigos alunos meus, hoje já doutores e/ou excelentes profissionais em sua área, fizeram análises sugestivas e contribuíram tanto com ideias quanto com exemplos ilustrativos, são eles Harry Brown, Felipe Burbano, Mar Martínez Rosón, David Redoli, Rodrigo Rodrigues, Francisco Sánchez, Antonia Santos e Mario Serrafero. Igualmente, amigos e também brilhantes profissionais como Ángel Badillo, Hortensia Calvo, Juan Pablo Corlazzolli, Sara Martín, Angie Maytin Justiniano, Luís Pásara, Romeo Pérez e Luís Verdesoto tiveram a grande amabilidade de dedicar seu tempo à leitura do manuscrito e colaborar com interessantes reflexões. Minhas estudantes de doutorado Lina Cabezas, Margarita Corral, Theresa Kernecker, Adriana Ramírez, Cecilia Rodríguez, e Daniela Vargas, algumas das quais compartilham de forma muito direta o interesse pelo tema que é objeto deste libro, também leram este trabalho e realizaram comentários sugestivos. Quero destacar o trabalho na coleta de leituras por parte de Theresa

Kernecker, bem como o trabalho de elaboração de quadros e gráficos e de análise estatística de Cristina Rivas. Estou muito agradecido a todos tanto por sua amizade quanto por seu incentivo, seu espírito crítico e por tentar fazer-me ver sempre além. Peço-lhes desculpa se não segui algumas de suas observações sugeridas enfaticamente. Assumo minha teimosa e responsabilidade.

Também tenho que destacar meu reconhecimento a participantes e comentaristas anônimos dos Congressos Latino-Americano de Ciência Política de Buenos Aires de 2010, da Sociedade Argentina de Análise Política de Córdoba, de 2011, e Centro-Americano de Ciência Política de Tegucigalpa de 2011, assim como aos participantes da V Oficina da Rede Europeia de Política Latino-Americana de Hamburgo de 2011, pelos comentários que me fizeram depois das minhas apresentações de diversas partes do manuscrito. É possível também que este anonimato abarque, de maneira involuntária, alguma outra pessoa que, em determinado momento, tenha formulado alguma crítica ou recomendação que eu tenha considerado e que, hoje, de forma imperdoável, tenha visto esquecida sua autoria. Peço-lhe desculpas.

Finalmente, o livro na sua última versão é devedor de comentários e sugestões dos participantes do seminário realizado em Salamanca em setembro de 2011 sobre ”Quality and Professionalization of Politicians in Latin America and Europe” com a presença de Jean Blondel, Jean Louis Thiebault, Jens Borchert, Joan Botella, Marcelo Camerlo, Xavier Coller, Antonio Jaime, Javier Luque, e Michelle Taylor-Robinson, dela especialmente recebi numerosas ideias e críticas proveitosas.

O livro está plenamente inserido em uma linha de exploração já veterana que venho impulsando desde 1994 e que, no presente, ampara-se no projeto de pesquisa que dirijo sobre “Qualidade e profissionalização da política na América Latina”, financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação da Espanha. Ref.

CSO2009-08971. É digna de elogio a sensibilidade dos responsáveis pela coordenação de pesquisas na Espanha ao financiar esses temas. Espero haver correspondido às expectativas suscitadas, bem como ao bom uso do dinheiro público concedido.

A presente versão em português, que sai à luz cinco anos depois da realizada em espanhol, foi possível graças ao esforço fundamental de três pessoas. Em primeiro lugar, pelo constante interesse e afinco do excelente politólogo brasileiro e amigo próximo, Octavio Amorim Neto, que me estimulou continuamente para que este livro estivesse à disposição do público brasileiro. Ele me levou a depositar confiança na tradução do texto à magnífica profissional que é Renata Oliveira Rufina, que realizou seu trabalho de forma eficiente. Finalmente, o período de pesquisa pós-doutoral de um ano na Universidad de Salamanca do professor Emerson Cervi, com quem me unem tantos temas de trabalho em comum, assim como uma grande amizade, consolidou a possibilidade de que o livro pudesse finalmente sair às ruas graças ao apoio da Universidade Federal do Paraná e em concreto ao Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública. Sem eles este livro não seria uma realidade.

Villagonzalo de Tormes, dezembro de 2016.

Prefácio

Dentro da tormentosa maranha epistemológica que toda ciência arrasta consigo, optei frequentemente no meu trabalho por considerar o ser humano como objeto central da Ciência Política[1]. É verdade que não desestimei a relevância das instituições, objeto central de estudo da disciplina para a maioria dos colegas, porém o núcleo substantivo da pesquisa dirigida por mim e que levei adiante nos últimos quase vinte anos tem girado em torno às "elites parlamentares" e aos partidos políticos. Este é um livro consequente com tudo isso, embora guiado por uma perspectiva diferente. Seu principal objetivo é promover o debate sobre o papel das pessoas que desempenham a política como atividade profissional nos sistemas políticos democráticos, bem como destacar a necessidade de aproximação a outras áreas e disciplinas para sua melhor compreensão. Pretendo que os destinatários do mesmo sejam do elenco mais amplo possível, incluindo a comunidade acadêmica, os comunicadores sociais e a própria classe política. Assim, procurei afastar-me até certo ponto do estilo acadêmico canônico, utilizando o formato de ensaio sem renunciar por isso ao rigor empírico.

Os políticos profissionais, insertos em instituições, são minha unidade de análise. Encorajados por forças tanto de ordem psicológica quanto biológica, que são pouco consideradas, os políticos importam. Enquadrados ou não em partidos políticos, sempre haverá indivíduos que, em troca de uma remuneração monetária e talvez algum outro tipo de benefícios, empenhem boa parte de sua vida na atividade

1 Alcántara (1993: 173).

política. Trata-se, portanto, de pessoas que sempre gozaram de algum tipo de poder ou estiveram próximas a pessoas poderosas e cuja fonte de legitimidade variou muito ao longo do tempo. As diferentes formas de estudo da política preocuparam-se persistente por eles, sua forma de exercer o poder, a maneira em que eram recrutados e as virtudes que deviam possuir. No entanto, o desenvolvimento da democracia representativa fez com que os estudos sobre a política enfatizassem o papel desempenhado pelo povo soberano ou pelas regras institucionais que a inspiravam[2].

Trata-se de um coletivo de pessoas que certamente não é pequeno, mas aumenta, e cuja importância disparou durante o último século como consequência do crescimento do Estado e do desenvolvimento da democracia representativa. Os cargos vinculados ao Poder Executivo em diversas posições, que vão do centro à periferia sem esquecer o âmbito internacional e os relacionados com o setor público, somam-se a outros do setor dos partidos e dos movimentos políticos presentes na esfera da representação tanto no âmbito nacional quanto no regional ou municipal. São grupos de milhares de pessoas em cada país que têm sido escassamente estudados como profissionais do sistema político.

O esquecimento do estudioso sobre esse grupo de indivíduos tem se devido ao fato de se centrarem unicamente na cabeça mais visível, conformada pelos presidentes, alguns ministros e um reduzido grupo de chefes de partido. Além disso, o centro de interesse tem sido, sobretudo, da perspectiva da sua condição de líderes, não como profissionais. Por outro lado, a profissionalização da política é um aspecto socialmente mal visto por diferentes motivos cujas raízes culturais baseiam-se em experiências históricas e más práticas fundadas em frequentes escândalos de corrupção, enriquecimento ilícito e abuso do poder. O fato de os políticos desempenharem sua atividade a partir dos partidos tem afetado a imagem destes últimos,

2 Essa circunstância está presente em textos recentes e influentes nos quais o papel desempenhado pelos políticos não é abordado (Mainwaring e Scully, 2010) ou, quando é, tem conotações negativas no contexto de projetos populistas e de processos desinstitucionalizadores (Navia e Walker, 2010).

pois as ações dos políticos levam ao questionamento da imagem dos partidos e comprometem a confiança dos eleitores, que veem os partidos como instituições autistas e ensimesmadas, alheias aos interesses da população.

Também, ao centrar o foco no individual, o império da subjetividade ganha um terreno que requer não ser desdenhado e que, portanto, deve ser observado. Nesse sentido, Manuel Azaña, já sendo uma figura destacada da Segunda República espanhola, afirmava que "a política é a aplicação mais ampla, mais profunda, mais formal e completa das capacidades de um espírito, onde pesam mais os dotes do ser humano e não só as qualidades do entendimento, mas também, principalmente, as qualidades do caráter"[3]. Paralelamente, na mesma época, em uma das primeiras obras de Harold D. Lasswell há uma passagem que despertou particularmente meu interesse na qual ele salienta que, embora a premissa da democracia seja a de que cada pessoa é o melhor juiz do seu próprio interesse, os achados da pesquisa sobre a personalidade, na que ele esteve tão envolvido, mostram que o indivíduo é mau juiz do seu próprio interesse[4]. Trata-se, portanto, de duas visões certamente complementares, ao se referirem aos políticos e aos cidadãos, respectivamente, que orientaram grande parte da reflexão que dá origem a este livro.

Um pouco mais de três séculos atrás, Miguel de Cervantes punha em palavras do cônego que "ao administrar justiça, há de intervir o senhor do estado, e aqui é que são necessários o bom juízo e a habilidade, e principalmente a boa intenção de acertar, pois, se esta for errada nos princípios, serão sempre errados os meios e os fins"[5]. E William Shakespeare, cujas obras estão repletas de personagens dominados pela autoconsciência e subjetividade, fazia de Hamlet o epítome dessas e de Ricardo III, o da solidão e do medo em um momento de plena consciência[6]. Boa

3 "Grandezas y miserias de la política", conferência proferida em "El Sitio" de Bilbao, em 21 de abril de 1934.
4 Lasswell (1930: 194).
5 *Dom Quixote*, primeira parte, capítulo L.
6 Quando Hamlet refere-se à Dinamarca em um diálogo com Ronsencrantz e Guidenstern afirma: "For there is nothing either good or bad, but thinking makes it so, to me is a prison… a dream itself". Hamlet: 2, 252-263. Ricardo III, o cruel e obsesso perseguidor do poder, culmina um monólogo da seguinte forma: "I shall

parte da última obra de um dos filósofos espanhóis mais importantes do último século, George Santayana[7], reflete a complexidade dessas preocupações.

Na Ciência Política, é reconhecido o trabalho proeminente de Robert A. Dahl e seu livro sobre a poliarquia[8] como um dos textos mais citados mundialmente. No entanto, seu trabalho seminal é o escrito dez anos antes sobre o estudo, entre outros, a propósito do prefeito de New Haven que era um empresário político de sucesso[9]. O interesse pela figura dos políticos, os articuladores das instituições nas sombras, está sempre presente nos grandes textos de Ciência Política, com o seu auge na obra de Nicolau Maquiavel. Além do estudo das instituições e do forte impulso que o neoinstitucionalismo tem dado à disciplina, é preciso reconhecer que as práticas realizadas pelas pessoas são impulsadas por suas ideias, e também por suas paixões, e que no seu atuar moldam os caminhos e os incentivos estabelecidos por aquelas.

Nesse sentido, deve-se recordar a crescente crítica feita ao neoinstitucionalismo por sua visão determinista e holística das instituições, seu foco excessivo na estabilidade das mesmas e a subestimação do papel dos atores no funcionamento institucional, algo que também se observa na clara minimização do império das instituições realizada por Arthur T. Denzau e Douglass C. North, que substituem a famosa afirmação de "as instituições importam" pela de "as ideias importam", assim como a forma em que são comunicadas[10]. O próprio paradigma da escolha racional acolhido por boa parte do neoinstitucionalismo apresenta, às vezes, alguns problemas, pois, ao se tratar inevitavelmente de um processo mental ou cognitivo, ignora completamente o funcionamento da mente. Também não considera o fato de que os sistemas mentais evoluem e se adaptam a diferentes circunstâncias em

despair. There is no creatures loves me/ And if I die, no soul will pity me/ And wherefore should they, since that I myself/ Find in myself no pity to myself?/ Methought the souls of all that I have murder´d/ Came to my tent, and every one did threat/ Tomorrow´s vengeance on the head of Richard". Richard III. 5.3., 199-205.

7 Santayana (1950).

8 Dahl (1971).

9 Dahl (1961).

10 "Ideas matter, and the way by which ideas evolve and are communicated is the key to developing useful theory that will expand our understanding of the performance of societies". Denzau e North (2000: 46).

diferentes sociedades, de forma que não existe um modelo único de racionalidade[11].

Este não é um libro sobre líderes, embora muitos políticos exerçam esse papel, e eu posso concordar com a ideia de que o líder seja possivelmente uma pessoa que encarna as ansiedades do grupo e as articula no contexto da ação realizada pelo próprio grupo[12]. Também sou ciente de que a liderança caracteriza justamente os políticos de caráter e os diferencia dos políticos medíocres, surgindo, às vezes de maneira salvadora, em situações graves[13]. Como foi demonstrado convincentemente para o caso espanhol, "as imagens dos líderes exercem um impacto significativo sobre as decisões de voto"[14]. No entanto, muitos políticos, em boa parte dos sistemas democráticos, escondem suas duvidosas qualidades como líderes à sombra do partido que os acolhe e que, ao mesmo tempo, traça sua trajetória política ou sob o disfarce asséptico da tecnopolítica, no qual se apresentam como especialistas profissionais qualificados, pretendendo dessa forma esquivar-se de qualquer tipo de responsabilidade.

Além disso, a liderança tem mais a ver com a relação estabelecida entre o líder e seus seguidores e é produto da combinação de três conjuntos de influências: o poder derivado das disposições constitucionais, legais e de outros mecanismos informais de influência; os eventos e circunstâncias que levaram o líder ao cargo de mando e que possivelmente continuaram influenciando sua política durante o período de exercício no cargo; e suas habilidades, como a qualidade pessoal do líder ou, conforme o caso, suas limitações ou deficiências[15].

É verdade que há um padrão cada vez mais predominante de personalização da política que leva, por sua vez, à personalização da liderança e que fornece mais argumentos para as análises baseadas em características individuais. Jean

11 Elguea (2008: 103).
12 Glass (1995: 125).
13 É clássica a distinção feita por Burns (1978: 4) no sentido de que há dois tipos de liderança, uma transacional, na qual os líderes se aproximam dos seguidores visando o intercâmbio — que é típico da política institucionalizada em partidos, no Executivo e no Congresso — e outra liderança transformadora, na qual o líder reconhece e explora uma necessidade ou demanda de um seguidor em potencial.
14 Rico (2009: 332).
15 Elcock (2001: 62).

Blondel e Jean Louis Thiébault têm insistido na relevância da mobilização de recursos de natureza psicológica, além da existência de algumas características físicas que terminam construindo nexos de confiança entre políticos e cidadãos, para este processo de personalização da liderança. A personalização da liderança exige também o cumprimento de alguns passos de caráter mais institucional, como o governo pessoal e sem disputa do líder com respeito a seu partido, a inquestionável autoridade do líder no caso de ter ganhado as eleições do governo e do grupo parlamentar, não sendo um mero *primus inter pares*, e o controle de quem é o porta-voz do partido perante a mídia e, sobretudo, perante a televisão[16].

Esse contexto é diferente do criado pelos caciques ibero-americanos do século XIX e primeira metade do século XX, que exerceram um tipo de liderança nas sombras que anulava qualquer tipo de brilho do político do momento. A liderança é um aspecto sobre o qual há uma excelente e numerosa bibliografia[17], provavelmente mais abundante que a existente sobre os políticos em geral, sendo uma tradição na Ciência Política os debates sobre a diferença entre poder, autoridade e liderança, três elementos que podem ser incluídos no termo elite[18].

Em grande parte, este é um livro sobre as elites, no sentido da primeira acepção do dicionário da Real Academia Espanhola, que indica tratar-se "de uma minoria seleta ou governante". De acordo com Peter Waldmann, as democracias modernas não podem prescindir das elites e isso é assim pela impossibilidade da conexão direta entre os políticos e as pessoas e porque, sem personagens independentes e com opinião própria, as democracias podem ser socavadas pelo oportunismo

16 Blondel e Thiébault (2010: 32).

17 Apenas como exemplo, podem ser considerados os trabalhos em geral da década de 1970 de Stogdill (1974), Paige (1977), Burns (1978), Blondel (1980) e mais tarde, entre muitos outros, os de Elcock (2001); Natera Peral (2001); Rosenbach e Taylor (2001); Agüera Ibáñez (2006); D'Alessandro (2009); Blondel e Thiebault (2010); e Ahlquist e Levi (2011). No âmbito espanhol, ver Millar e Minaron (2006).

18 Enquanto a autoridade é definida sempre posicionalmente, o poder tende a definir-se em termos de reputação, e a liderança inclui iniciativa, interação entre líder e seguidor e realização bem-sucedida dos objetivos do grupo. Ver Czudnowski, 1983: 244-246.

e a instabilidade[19]. Os políticos são poucos e regem, em boa medida, os destinos de muitos. No entanto, o texto a seguir enfatiza a dimensão profissional do exercício da política, os elementos que a definem, as causas do sistema político que a incentivam, assim como as condições que podem ajudar a melhorá-la.

A tradição do estudo das elites na Ciência Política não é, de nenhuma forma, recente. A tradição conformada no início do século XX terminou adquirindo uma conotação político–ideológica, o elitismo, que terminou prejudicando a tal ponto as aproximações ao tema[20] que David Easton propôs eliminar o termo "elite" do vocabulário da Ciência Política pela constante tensão intelectual para os teóricos da democracia gerada pela inevitável coexistência de governadores e governados[21]. Nesse sentido, lembro-me como, ao entrevistar um deputado do FMLN em El Salvador, antigo combatente guerrilheiro, e explicar que se tratava de uma pesquisa sobre "elites parlamentares", este se negava a continuar porque não se considerava integrante de nenhuma elite. De acordo com a evidência empírica fornecida nas próximas páginas, hoje, as elites são cada vez mais meritocráticas e globais.

Este estado de certa perplexidade teórica foi contestado por Jens Borchert, para quem os conceitos de político na teoria democrática levaram a uma negação da política como profissão, sobretudo nas concepções idealistas da política, já que diferem da conceptualização do político em termos realistas devido à diferença entre o que "deve ser" e a realidade do político nas democracias contemporâneas. Borchert observou o quanto as teorias contemporâneas da democracia aceitam os princípios do elitismo democrático com críticas profundas ao desapego dos políticos profissionais, algo que pode ser contrabalanceado pela teoria da poliarquia de Robert A. Dahl que reconcilia a democracia com as elites a partir de dois princípios

19 Waldmann, 2007: 20.
20 Ver ao respeito Parry (1969), que faz uma análise crítica dos estudos e das teorias sobre o papel das elites. Na mesma linha, ver Shils (1992) e a reconsideração que realiza sobre o livro de Mosca.
21 Eulau (1976: 18-19).

chave, a participação e a oposição[22]. A profissionalização da política é um fato evidente provocado pela dinâmica de três circunstâncias que se entrelaçam: pessoas com ambição, desenvolvimento das instituições e apatia geral dos cidadãos para intervir no âmbito público.

Concordo com a perspectiva de Mills sobre a composição da elite do poder como pessoas cujas posições permitem transcender o meio corriqueiro das pessoas comuns, sendo capazes de tomar decisões que envolvem consequências importantes[23]; e também com a visão de Almond e Verba, tanto no referente a considerar as elites como uma parte integrante do sistema político[24] quanto em abarcá-las no conceito de subcultura política [25]na linha seminal do trabalho posterior realizado por Putnam com uma amostra de legisladores britânicos e italianos[26]. Portanto, por um lado, ampliam-se as definições de elite determinadas por sua situação em posições estratégicas[27] e, por outro, são limitadas ao âmbito da política profissional. De maneira complementar, as elites políticas são relevantes por seu papel crucial na preservação das instituições[28], por isso sua constante interação com elementos do sistema político como os sistemas eleitorais ou os sistemas de partidos.

Apesar dos quarenta anos que separam os dois textos de referência para o estudo das elites na América Latina[29], estes coincidem curiosamente em um diag-

22 Borchert (2004 e 2009).
23 Mills (1956: 3 e 4).
24 "Elites are, alter all, part of the same political system and exposed to many of the same political socialization process as are nonelite. And studies have shown that political and community leaders, as well as those of higher social *status*, are more likely than those of lower *status* to accept the norms of democracy". Almond e Verba (1963: 486).
25 Almond e Verba (1963: 27).
26 Putnam (1973) configura empiricamente o termo "estilo político" sobre a base fundamental de considerar o papel da ideologia na política.
27 "We define elites as persons who are able, by virtue of their strategic positions in powerful organizations, to affect national political outcomes regularly and substantially". Burton, Gunther e Higley (1992:8). "By political elites we refer only to holders of strategic positions in powerful organizations and movements, including dissident ones, who are able to affect national political outcomes regularly and significantly". Dogan e Higley (1998: 15).
28 Higley e Burton (1989) e Bermeo (2003). Como argumentava Lasswell, são ferramentas para a análise da política mundial. Eulau (1976: 10).
29 Trata-se de Lipset e Solari (1967) e Birle *et al.* (2007).

nóstico pessimista do papel histórico desempenhado pelas elites. Também influi nessa visão o peso do fator presidencialista devido ao significado dado ao personalismo divorciado de compromissos ideológicos e mais atento à ação pragmática. As dificuldades para a existência de uma elite de poder, em termos de Mills, combinam-se à fraqueza dos políticos órfãos de ser um grupo que compartilha um único conjunto de normas. Robert E. Scott[30], nas vésperas do desastre autoritário, escrevia um lúcido capítulo, cuja vigência na atualidade é evidente, em que destacava um traço da época, hoje já desaparecido, que consistia na sensação de insegurança das elites políticas causada pela rapidez das mudanças. Em 2011, aquela sensação concreta de insegurança é coisa do passado e, embora a insegurança cidadã destaque-se nas sociedades latino-americanas, concebida como o principal problema dos cidadãos, suas elites vivem uma maré suave de autossatisfação e sucesso.

Este é um livro que centra sua atenção nos políticos profissionais, um aspecto menos tratado pela literatura especializada[31]. Como vislumbrou Max Weber, a desprofissionalização da política implica entregar o poder a políticos plutocratas que, além do mais, não têm nenhuma legitimidade democrática[32]. O repudio do político profissional, com todos os defeitos que este possa ter, é uma alternativa muito pior para a saúde do sistema democrático. Esse é um argumento central sobre o qual gira esta obra, que tenta responder ao desafio proposto por Pierre Rosanvallon quando adverte que não se teorizou uma dimensão básica da política contemporânea, a dimensão do Poder Executivo referente à conduta dos governantes[33].

Diante do aventureirismo de muitos, o político profissional, ao enunciar uma carreira pública baseada em, pelo menos, uma mínima dose de vocação, sujeita a um processo de seleção, com certa constância, prestação de contas permanente e execução transparente, com uma saída da política igualmente nítida, pode ser ga-

30 Scott (1967: 127).
31 É interessante a esse respeito o trabalho de Offerlé (1999).
32 Weber (1967: 98).
33 Rosanvallon (2010: 38).

rantia de um exercício político de maior qualidade. É verdade que alguns setores da elite foram profundamente transformados pela abertura a um novo tipo de atores definido por seu alto nível de formação e sofisticação curricular, feita por meio de processos seletivos rigorosos dos políticos. O surgimento de "elites especializadas", profundamente desideologizadas, é um fenômeno novo fruto, de algum modo, da própria profissionalização da política[34].

Contudo, a ideia de político profissional defendida neste texto é a de alguém que está na política graças a um processo eletivo ou de designação por parte de outros que foram eleitos ou que trabalha em órgãos políticos, como os partidos ou outros semelhantes. Possui uma vocação que o leva a querer atuar na vida pública com a intenção de que sua ação seja transformadora ou defensora do *status quo*. Recebe certa remuneração que tende a cobrir seus gastos vitais e sua carga de trabalho costuma ser em período integral. Possui conhecimentos úteis para o desempenho de seu trabalho, que provém de uma formação específica e do acúmulo de experiência e, finalmente, desenvolve uma carreira mais ou menos longa. Portanto, a profissionalização da política move-se em um *continuum* composto de diferentes intensidades em todos esses aspectos. Tudo isso é objeto de discussão, aprofundamento e análise nos capítulos II a IV mediante diferentes aproximações.

A evidência empírica deste libro centra-se fundamentalmente no espaço ibero-americano[35]. A maior parte do meu trabalho acadêmico baseia-se na realidade política latino-americana, e minha atividade como professor na Espanha amplia minha perspectiva para uma visão ibérica. Entendo, também, que a reflexão que impulsa este libro pode contribuir para ampliar a discussão dos temas aqui abordados na América Latina, onde a Ciência Política está menos desenvolvida.

34 "Localizam-se em uma área nebulosa entre o mundo das ideias e o mundo político; entre a produção de conhecimento científico e o desenvolvimento de ideias para as políticas públicas… proporcionam conhecimento especializado, porém com um sentido político relevante". Ver Aguilera e Fuentes (2011: 149).

35 A importância da atuação individual dos políticos é igualmente reivindicada em uma tese recente de doutorado sobre reformas constitucionais na Europa central e oriental. Ver De Raadt (2009).

As pesquisas realizadas com deputados latino-americanos entre 1994 e 2011, integradas no projeto sobre elites[36] parlamentares latino-americanas (PELA) do Instituto da Ibero-América da Universidade de Salamanca, sob a minha direção, foram o material mais importante — e em grande parte inédito — utilizado. Esses dados formam uma base de dados, de acesso público, muito consultada que tem contribuído nos últimos anos para conhecer melhor a classe legislativa da América Latina, servindo como base para a realização de um número considerável de teses de doutorado e de trabalhos de pesquisa relevantes.

Para este trabalho, além da bibliografia acadêmica especializada da área das Ciências Sociais, utilizei um rico material mais próximo da literatura, não só porque a política às vezes pode ser pura ficção — como diz Mario Vargas Llosa que era a vida sob a ditadura de Trujillo[37] —, mas também porque entendo que a Ciência Política, a partir da posição weberiana à qual subscrevo, ao estudar a política, deve buscar uma visão extra disciplinar[38]. Miguel de Cervantes juntamente com o recentemente citado Vargas Llosa formam uma dupla de autores que inspiraram uma boa quantidade das páginas que seguem tanto por seu gênio criativo quanto por sua fina e inteligente observação da política do seu tempo. Em qualquer caso, confesso que estou bastante afastado da posição ideológica tomada pelo segundo durante as últimas três décadas. Eles não são os únicos escritores de ficção que têm lugar aqui.

Cervantes é o espectador perfeito de um momento da vida política espa-

36 O termo elite utilizado no título deste projeto de pesquisa distancia-se do empregado por Mills (1956: 4), pois este autor considerava que os membros do Congresso eram, de fato, políticos professionais que estavam nos níveis intermediários do poder e que só a genuína elite ocupava os verdadeiros níveis do poder. A elite, para Mills (1956: 15 e 19), está formada por um conjunto de círculos superiores cujos membros são selecionados, treinados, credenciados e têm acesso íntimo àqueles que estão no topo da hierarquia das instituições impessoais da sociedade moderna. É por isso que a elite do poder está composta por pessoas de origem e educação semelhantes, de modo que suas carreiras e estilos de vida se assemelham uma vez que há bases psicológicas e sociais que sustentam essa unidade. No caso dos parlamentares essa situação não é exatamente assim como será destacado ao longo deste livro.

37 Vargas Llosa (2001: 72).

38 "Scholars who adopt the approach of Weber look with keen interest not only toward their own disciplines but also toward extra-disciplinary sources of knowledge and insight, thus often casting their academic production in a mould that departs from the most prevalent professional norms within their home disciplines". Fishman (2007: 263).

nhola particularmente importante que compreende o período entre duas das três datas mais vergonhosas do país, 1492 e 1608 (a terceira é 1936). O longo século que une a expulsão dos judeus com a dos mouriscos é o período por excelência da unificação do poder político, o triunfo da razão do Estado, a derrota plebeia de Villalar, o expansionismo imperial, o início da aventura americana e a liderança de uma serie de figuras proeminentes que começam com Fernando, o Católico, que, por sua vez, foi o modelo teórico tanto de Maquiavel quanto de Gracián. As biografias também desempenharam um papel destacado neste livro. Não há personagem político relativamente importante que não conta com uma. Saber separar o joio do trigo, a mistificação da realidade, a absolvição das razões é, às vezes, uma tarefa difícil.

Usei, além disso, material da imprensa escrita para exemplificar com acontecimentos da vida política cotidiana, declarações de políticos e artigos de opinião de pessoas por quem, na maioria das vezes, tenho respeito e, às vezes, admiração intelectual. Notavelmente, a avaliação do papel dos políticos tem em geral um lugar de destaque no mundo da comunicação. São jornalistas e colunistas os que mostram evidências da situação atual, tanto por meio do chamado "jornalismo de investigação" quanto mediante a criação de opinião[39].

O livro está dividido em cinco capítulos. Conta, além do mais, com esta introdução e um epílogo. No entanto, seu estilo permite a leitura de cada capítulo separadamente, pois procurei que cada um tenha uma natureza própria e individualizada. O leitor pode tomar aquele que mais lhe interessar e pode, também, não respeitar a ordem proposta. Os capítulos II, III e IV estão formados por textos que possuem maior interconexão, posto que têm como eixo condutor a carreira do político profissional.

O primeiro capítulo faz uma revisão da literatura canônica da Ciência Políti-

39 A minha principal fonte, embora não seja a única, é o jornal El País, ao qual acompanho desde sua fundação, há mais de trinta e cinco anos, algo que para um madrilense da minha geração e formação é bem compreensível. Apesar disso, reconheço que, sem dúvida, eu poderia acompanhar outro jornal por vários motivos.

ca, destacando aspectos do pensamento dos autores ligados ao papel dos governantes em constante conflito com o papel desempenhado pelas instituições, passando então a resgatar as visões de outras disciplinas como a psicologia, a biologia ou a neurologia, que estão ausentes do panorama ibero-americano da disciplina. Concordo plenamente com a posição de Javier Elguea, que afirma que "os economistas devem se familiarizar com as conclusões da neurociência, da psicologia e da ciência cognitiva sobre as estruturas de conhecimento, os modelos mentais ou sistemas de crenças, e as intenções como fatores causais do comportamento humano. Essas são as únicas disciplinas que alcançaram resultados empíricos cientificamente significativos. É bem possível que, nas primeiras décadas do século XXI, esse conjunto de disciplinas faça descobertas sobre o funcionamento da mente e do cérebro humano que modifiquem fundamentalmente a forma em que fazemos ciências sociais"[40]. Este capítulo conclui mostrando a visão popperiana da teoria dualista–interacionista como um bom instrumento intelectual para levar em conta ao abordar problemas clássicos da política.

O segundo capítulo propõe uma definição de político com base na localização das pessoas que desenvolvem uma atividade concreta no sistema político, considerando que o objetivo de quem está na política é atuar de forma consciente no espaço público para provocar mudanças ou simplesmente manter o *status quo*. O capítulo explora questões relativas à história de vida de alguém que atua na política, que vão desde as razões e as maneiras em que se entra na carreira política até as diferentes formas de sair dela. Esta cadeia de elementos deve ser analisada de forma integrada, pois trata dos elos de uma carreira mais ou menos longa, e uns são sua antecâmara e prefiguram os subsequentes. Há, em todo momento, uma tensão subjacente entre as variáveis individuais e outras de caráter institucional que, no entanto, tendem a se retroalimentar.

O terceiro capítulo avança sobre o estudo do processo de profissionalização

40 Elguea (2008: 139 e 140).

vivido pela política a partir da perspectiva de sua própria formação. São discutidos os motivos da má reputação dos profissionais da política, considerando o fato de que a profissionalização da política é resultado lógico da própria evolução da democracia representativa. A profissionalização relaciona-se com quatro elementos, remuneração, dedicação, vocação e ambição, que ocorrem em um contexto específico e articulam as regras do jogo da poliarquia. A interação permite delinear uma análise dos instrumentos que tornam a profissionalização mais eficiente no marco de um processo de formação específico que tem um caráter permanente.

O quarto capítulo tem como eixo central o fato de o político contemporâneo desenvolver sua atividade no seio de uma democracia representativa que caracteriza de forma específica sua atividade profissional. O fato de os mecanismos básicos da entrada na política estarem relacionados com eleições periódicas e de a prestação de contas ser uma exigência permanente configura a natureza da profissão do político de maneira muito particular. Há, entretanto, uma tensão entre os políticos que se dedicam à política em tempo integral durante boa parte de sua vida e aqueles que chegam à ela em idade avançada, como consequência de ter alcançado o sucesso na esfera privada. Por outro lado, os padrões de qualidade que definem a profissão do político são muito diferentes dos das outras profissões. Por isso, o capítulo tem duas partes diferenciadas, na primeira, relacionam-se as carreiras políticas com os processos eleitorais e os mecanismos de prestação de contas, nos quais aparece a mídia como um baluarte de destaque que traz repercussões para a própria ordem democrática. Na segunda parte do capítulo, são discutidos, a partir de diferentes perspectivas, os atributos que podem definir um bom político e é apresentada uma proposta de definição deste com base na dedicação exclusiva à política, no talento individual e na experiência acumulada tanto na atividade desempenhada fora da política como no seu interior.

O quinto capítulo centra-se na realidade latino-americana utilizando em

grande parte os elementos teóricos tratados nos capítulos anteriores. A aproximação é realizada a partir de uma abordagem dupla: primeiro são analisados diferentes cenários de entrada na política, nos quais os partidos são o principal médio de ingresso; segundo, a partir de um tratamento biográfico são apresentados dezoito modelos de carreiras políticas que pretendem construir uma espécie de "retrato falado" inverossímil do político democrático latino-americano do século XX, que expõe o peso da família, a existência de regras que levam a trajetórias longevas e à capacidade de adaptação em momentos de crise.

O epílogo é um exercício final no qual apresento as principais conclusões dos diferentes capítulos a partir de uma leitura do *Dom Quixote* feita com base em considerações sobre a política, utilizando como guia elementos extraídos dos conselhos dados a Sancho Pança. Espero que o leitor que chegar até aí possa comprovar a vigência desse grande romance e constate como muitas questões abordadas nas páginas anteriores já haviam sido tratadas pelo gênio de Cervantes sob um aspecto bem diferente.

Trata-se, portanto, de um exercício heterodoxo de unir a literatura e a política[41], que convida a percorrer outros caminhos no futuro de quem se define como um amante das letras. Com isso se encerra este livro, convidando o leitor a refletir sobre o quanto são antigos alguns dos elementos que hoje rondam ou até mesmo constituem o núcleo central da profissionalização da política.

Nesse sentido, e para concluir esse epílogo, há dois campos que merecem atenção. O primeiro refere-se à relação entre política e literatura, na qual a segunda representa um aspecto subjetivo da primeira, enquanto as duas compartilham o manejo/domínio de um repertório simbólico e utilizam estratégias discursivas e retóricas para construir um significado. O segundo relaciona-se com a equiparação entre o político profissional e o escritor profissional, entendendo este como alguém que

41 Algo particularmente fértil para o contexto latino-americano, pois, como observou Lago Carballo (1997: 196): "A literatura de introspecção, que utilizou o ensaio como veículo preferido, constitui um dos capítulos mais ricos da história das letras e do pensamento ibero-americano".

se vive do seu ofício e tem também sua historicidade, e que, assim como o político profissional, emerge com certos avanços tecnológicos por meio do desenvolvimento da imprensa, do livro de bolso, do surgimento de um mercado de consumo e do desenvolvimento de um espaço independente do autor com respeito ao Estado e à Igreja. Por outro lado, enquanto os escritores tradicionalmente consideram sua faceta profissional de forma negativa[42], pois se sentem pouco à vontade com esse aspecto e acabam negando o valor comercial de sua obra. Embora seja precisamente esse mercado o responsável de sua independência, a crítica e o repúdio aos políticos profissionais provém de maneira predominante da sociedade antes que de si mesmos.

42 Javier Marías, em uma entrevista, dava a entender que não se sentia um escritor profissional: "Ainda considero [escrever] um divertimento, algo que pode acontecer ou não. Quando termino um livro, não sei se haverá outro. Fico contente de que seja assim, porque nessa tarefa sempre tem que haver algo de casual e desinteressado", e depois acrescentava: "Eu tive muita sorte. A literatura me permitiu uma independência considerável. Quando me perguntam por que escrevo, eu digo que para não ter chefe e não ter que acordar cedo. Também porque assim eu não preciso dever quase nada a quase ninguém e não tenho que cumprimentar quem eu não quero". Em Javier Rodríguez Marcos, "Viaje a los bajos fondos del amor". *El País*, Madri, 11 de fevereiro de 2011 http://www.elpais.com/articulo/cultura/Viaje/bajos/fondos/amor/elpepicul/20110211elpepicul_1/Tes 11.02.11.

CAPÍTULO I

A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DOS POLÍTICOS: DIFERENTES PERSPECTIVAS

O príncipe que depende de outro não é supremo

Juan Bodino [1575: 311]

O estudo dos políticos é relevante para a Ciência Política. Os políticos sempre ocuparam um lugar proeminente nas reflexões da disciplina, se bem é verdade que houve épocas em que sua centralidade foi maior. O *zoon politikon* de Aristóteles não deixou de estar presente. O componente "animal" do conceito aristotélico é algo que sempre despertou meu interesse, de modo que esse é o eixo que atravessa esse primeiro capítulo. Por outro lado, o notável progresso das ciências da natureza (ou da vida) durante o último século, intensificado nas décadas mais recentes, obriga a reconsiderar alguns dos paradigmas da Ciência Política que pareciam imutáveis, apesar da juventude da disciplina da forma em que é conhecida atualmente no âmbito universitário.

A extrema complexidade do ser humano e o fato de os políticos atuarem no seio de instituições com grande capacidade de moldar o comportamento, porém impulsados em suas ações pela ambição ou pela vaidade e pelo medo, exigem mais que nunca um novo olhar. Trata-se de integrar as visões politológicas ancoradas na teoria política clássica ou no institucionalismo mais moderno com outras de componente biológico, no mais amplo sentido do termo, uma vez que é lugar comum aceitar as contribuições da psicologia e a possibilidade de que o poder político e seus líderes possam ser susceptíveis de atos e percepções de caráter psicótico[1].

A política está associada a ações pensadas que implicam relações de poder no espaço público. Na política, ocorrem questões relativas à dominação e a submissão que se entrelaçam com a regulação formal ou informal da vida social por meio das instituições. De forma complementar, hoje não é possível deixar de admitir que o comportamento político apresenta um substrato que pertence ao terreno da biologia[2]. Desde a clássica tensão com a natureza, passando pelo impacto da teoria da evolução, e chegando às mais modernas tecnologias biomédicas que podem modificar drasticamente o genoma humano ou impulsar o uso de fármacos para controlar a agressividade e limitar a ansiedade, a biologia está presente e chegou para ficar. Além disso, a atual força da ideologia neoliberal de autogoverno individual, unida ao império do mercado, sempre ávido por maximizar os benefícios, incentiva cada vez mais o desenvolvimento de tecnologias científicas dirigidas a representar e manipular o cérebro humano[3]. Todo isso, objeto durante décadas da literatura de ficção científica, que teve em Aldous Huxley e George Orwell dois dos seus representantes mais ilustres, é hoje cada vez mais real e afeta primordialmente o mundo dos políticos por se tratar de um coletivo limitado e de notável interesse.

Este capítulo está dividido em quatro seções. As duas primeiras referem-se

1 Glass (1995: 132).
2 Masters (1989: 139-152).
3 Nadesan (2008: 162).

a perspectivas sobre os políticos existentes desde o pensamento clássico e desde a modernidade. Há uma ruptura importante que ocorre pela substituição da virtude pela utilidade, com a mudança do ser humano que passa de observar e entender a natureza a conquistá-la. Longe de tentar acompanhar exaustivamente a evolução da teoria política, a intenção deste capítulo é apenas a de tomar uma série de autores, alguns muito mais conhecidos do que outros, para mostrar as diferentes posições e a maneira em que se mantiveram certas constantes enquanto outras evoluíram. Procurei incluir autores espanhóis que contribuem com posturas interessantes para o debate teórico general. A seguinte seção refere-se ao peso da psicologia e da biologia no império da política com a preocupação de conhecer seu impacto tanto para entender a Ciência Política do século XXI quanto os perigos, mas também as exigências, que rondarão os políticos do futuro imediato. Termina com uma recapitulação que reivindica o pensamento interdisciplinar de Karl Popper e o desenvolvimento de um pluralismo teorético na Ciência Política.

1. A perspectiva clássica sobre os políticos

Deve-se a nosso próprio fracasso moral e não a um capricho da sorte que, apesar de conservar o nome, tenhamos perdido a realidade de uma república

Cícero [4]

O intuito desta seção é apresentar como, desde o pensamento clássico até o Renascimento, a reflexão politológica esteve centrada nos homens que detinham o poder ou nos que os rodeavam para aconselhá-los. Neste sentido, abordo, em primeiro lugar, o mundo greco-romano, concentrando-me principalmente na figu-

4 Citado em Barrow (1952: 44).

ra de Plutarco, sem deixar de lado o pensamento de Aristóteles e de Platão, assim como o de Cícero. Em segundo lugar, em referência às qualidades que devem ter os príncipes, analiso a obra renascentista de Maquiavel, Guicciardini, More e Erasmo. A análise completa-se com a referência ao espanhol Castillo de Bovadilla, que considero um exemplo interessante, e ao mesmo tempo muito menos conhecido, do pensamento espanhol sobre um tipo de político da época, os corregedores.

1.1. O mundo greco-romano

Desde a antiguidade clássica e chegando aos pensadores do Renascimento, o poder esteve vinculado à ação de homens que chegavam a concentrar em suas mãos o destino e a vida dos seus contemporâneos. No entanto, a maior parte da bibliografia que aborda as origens da política ocidental no mundo greco-romano centra-se principalmente no pensamento e, em segundo lugar, nas instituições. Embora as tragédias e as comédias tenham levado ao conhecimento do público grego, e, sobretudo, do romano, os caracteres humanos, destacando o aspecto individual[5] e insistindo sobre certas características, como abordarei em breve, houve muito pouco espaço para analisar o papel explícito desempenhado pelos políticos. No entanto, já Aristóteles havia se ocupado de descrever até dezoito tipos de ofícios políticos, cujo caráter era aristocrático para alguns, oligárquico para outros e democrático para uma pequena parte[6]. Afirmava-se que o estadista deveria saber qual constituição era mais apropriada para toda cidade-estado, não só em termos da melhor, mas também da que poderia ser implantada; e para isso deveria ter uma educação ou um treinamento suficientes para conhecer os diferentes tipos de cons-

5 "Os homens inteligentes conheceram então as oportunidade de um homem enérgico para influenciar a vida da sociedade e do Estado e, através da lenda e da história gregas, viram que isso já havia sido realizado na Grécia. Não havia razão para que não pudesse ser feito em Roma e, como justificativa, podiam ser apresentados argumentos derivados da filosofia grega". Barrow (1952: 65).

6 Aristóteles, Livro VI, capítulo 8º.

tituição existentes[7].

A reflexão sobre um dos textos mais citados, como a *oração fúnebre* de Péricles, centra-se quase sempre no papel do espírito da liberdade, mais do que na figura política do prócer ateniense. Em geral, a classe política de Atenas da época dourada dos séculos V e IV a.C. estava formada pelos cidadãos mais ricos do sexo masculino que originalmente pertenciam às velhas famílias aristocráticas e que tinham mantido sua coesão graças a estratégias matrimoniais e de fidelidade comprada, em um padrão de ação que deixava entrever claramente o clientelismo do futuro. A classe política ateniense girava em torno dos *politeuomenoi* que agrupavam, por um lado, os magistrados que tinham uma função, mais precisamente a de estrategistas, e, por outro, os oradores, os *rhetores*, profissionais da palavra e verdadeiros "profissionais da política"[8], que no século IV a.C. não estavam investidos necessariamente de um cargo público, ainda que seu papel fosse cada vez más determinante na orientação da política da cidade.

Por isso, as histórias de vida, as biografias políticas, tiveram um papel de destaque na compreensão e interpretação da realidade política a partir da perspectiva dos próprios atores. Plutarco é um dos primeiros autores que pôs o foco nas biografias de personagens relevantes do seu tempo[9] demonstrando a existência de vários atributos que marcaram a diferença nas vidas de gregos notáveis, em contraste com outros personagens, romanos igualmente destacados. Sua curiosidade provinha da crença de que em países onde as circunstâncias eram iguais, os sucessos eram atribuídos aos méritos dos políticos. Essa perspectiva analítica torna muito sugestivo seu estudo[10], no qual enfatizou vários aspectos para estabelecer

7 Aristóteles, Livro VI, capítulo 1º.

8 Citação textual traduzida de Mossé (1995: 138).

9 *Vidas paralelas* é a análise de vinte e três trajetórias de vida, das quais quatro não são analisadas comparativamente, e mostra ser um estudo importante dos políticos da época, pois aborda algumas perguntas relevantes com respeito aos sistemas políticos contemporâneos, como, por exemplo, o que faz um bom político? Quais são os atributos que caracterizam o bom político, e como isso incide em seu destino?

10 É interessante sua descrição de César como populista capaz de ganhar o respeito e carinho das pessoas que o admiravam por sua gentileza e humanidade. Em "Alexandre e Júlio César".

a qualidade da pessoa e sua moralidade como pano de fundo de sua vida pública. A preocupação de Plutarco por essas características relacionava-se com a ética, a política e a importância de ser um bom exemplo moral para inspirar confiança e autoridade ao povo.

O estudo de Plutarco, que utiliza fontes da vida da época que hoje já não existem, parte da ideia de que a vida privada dos homens marcava a forma de agir no âmbito público, de modo que sua verdadeira pessoa era revelada, e, portanto, as características dessa pessoa se refletiam na sua forma de fazer política[11]. Plutarco também descreveu a vocação e o começo da carreira pública do herói, além de fazer referência a sua família, *status* social e descrição física. Sobretudo na questão familiar, deixou vislumbrar como as relações pessoais são transferidas ao âmbito público e como afetavam a percepção dos cidadãos sobre os políticos, influenciando a capacidade do político para resolver os conflitos sociais e para atender às exigências dos cidadãos.

Porém, o que mais destacou foi a análise do caráter moral dos políticos. Os elementos mais importantes que influíam sobre a moralidade do homem e, em consequência, no âmbito público, eram a moderação, o equilíbrio pessoal e a boa vontade[12] que, junto com a honestidade[13], eram valores fundamentais dos bons políticos. Mas, acima de tudo, Plutarco colocava a retórica, isto é, a palavra como portadora do pensamento e da verdade, que era essencial para que o homem pudesse exercer sua função na sociedade. Era fiel ao pensamento de Aristóteles, quem destacava que o que caracterizava o ser humano era sua capacidade natural para o discurso racional, que só aquele possuía. Mediante o discurso racional, esclarecia-se o que era benéfico ou prejudicial e daí derivava o que era justo ou injusto. Essa capacidade oratória se expressava de diferentes formas segundo a

11 Em "Teseu e Rômulo".
12 Em "Filopémenes e Flamínio".
13 Em "Crasso e Nícias".

maneira em que fosse aplicada, por exemplo, para persuadir as pessoas[14] ou para a eloquência[15], atributo considerado importante e que era utilizado para distinguir os seus possuidores daqueles que não tinham essa formação ou capacidade. Os gestos e a atitude física do orador, a estrutura e o discurso eram questões a serem consideradas na análise, além da forma de falar que, em alguns casos, era muito séria e, em outros, apaixonada e forte.

A importância que Plutarco dava à capacidade oratória[16] como instrumento fundamental para um bom político se vê exemplificada em Demóstenes, na aplicação de todas suas faculdades para tornar-se um mestre da retórica, o que lhe permitiu sobressair em comparação com outros políticos da época. A retórica era a principal ciência para o estudo e treinamento dos políticos e de suas técnicas persuasivas, que podiam ser analisadas e ensinadas, sendo a base para a formação de uma das primeiras escolas de Ciência Política, a dos sofistas[17]. Possuidor de ampla formação, Cícero, no entanto, tinha um estilo diferente do de Demóstenes, que falava sem enfeitar as palavras ou gesticular, o que refletia a seriedade de seu caráter. Cícero demonstrava amor ao riso, marcando seus argumentos e discursos com piadas e gestos, embora, segundo seus críticos, não desse tanta importância ao que era realmente importante. Também a oratória de Caio era impetuosa e apaixonada, sua dicção era correta e rica, enquanto Tibério era persuasivo, despertando sentimentos de tristeza, sua dicção era simples e austera[18].

Um dos personagens que poderia ser o mais próximo do homem ideal, segundo os critérios estabelecidos por Plutarco, era Catão o Jovem[19], que gozava

14 Em "Teseu e Rômulo".
15 Em "Aristides e Catão".
16 Em "Demóstenes e Cícero".
17 Reestabelecida por Platão nos discursos de Trasímaco, na República, e em Górgias, sua aproximação à retórica começava enfatizando questões de apresentação e de organização verbal. Em Aristóteles, no entanto, a comunicação da emoção por meios tanto não verbais quanto verbais tornou-se um elemento principal da ciência da retórica. Masters, 1989: 39.
18 Em "Agis e Cleómenes e Tibério e Caio Graco".
19 Em "Foción e Catão o Jovem".

de grande apoio popular, lutava contra a corrupção, era generoso, bom orador, simples e nobre. Plutarco destacava que o fundamental para servir ao público não era a riqueza, mas sim a felicidade, independência e simplicidade, repudiando a ambição como principal origem de inveja, cuja ausência ajudaria a fomentar a gentileza política. Catão levava seu trabalho a sério, era dedicado à profissão e criticava a corrupção. Era o primeiro a chegar ao Senado e o último a sair, mostrando sua dedicação e responsabilidade.

O esquema biográfico de análise de Plutarco respondia à importância que tinha então o caráter moralista dos personagens com respeito à melhor maneira de ter contato com os cidadãos e resolver os conflitos da época, dependendo das circunstâncias históricas e das capacidades e interesses baseados no caráter moral dos políticos, algo que variava conforme cada comparação realizada. *Vidas paralelas* terminou sendo um dos livros mais populares dos séculos XV e XVI, na Europa, e teve uma influência muito destacada tanto por suas ideias quanto pela metodologia que seguia[20].

A ideia de uma justiça universal e absoluta, presente em Platão e nos estoicos, foi ampliada por Cícero, que a desenvolveu como virtude referente aos deveres ou responsabilidades públicas em seu libro De *Officiis*, sua última obra, escrita depois do assassinato de Júlio César e que provavelmente custou a Cícero sua vida[21]. É principalmente uma obra dirigida a seu filho e certamente a mais influente no futuro, com uma enorme repercussão e, a partir do século XVIII, muito popular junto ao pensamento conservador[22]. De *Officiis* está estruturada em torno a quatro virtudes cardeais, a justiça, a sabedoria, a grandeza de espírito, onde afirma a superioridade da coragem cívica sobre a militar, e a temperança.

Em Cícero podemos encontrar a base da tradição republicana estruturada

20 Pade (2007).
21 Porque mostrava com toda clareza sua aprovação do assassinato de César, e Antônio não podia correr o risco de deixa-lo com vida. Barrow (1952: 75).
22 Morford (2002: 95).

por meio de conceitos-chave tais como a justiça, decência, modéstia e, acima de tudo, a *constantia*. Termo que pode significar muitas coisas ao mesmo tempo e pode ser aplicado ao caráter, à lealdade a certos indivíduos e à busca obstinada de uma finalidade específica a longo prazo. Esses três aspectos da constância reforçam-se mutuamente e acabam formando um cenário virtuoso. O caráter constante permite que a confiança seja a base de toda rede de relações humanas, a consistência nos relacionamentos representa um obstáculo para a arrogância política e a projeção a longo prazo reflete e reforça o caráter consistente, dando aos cidadãos uma razão para manter e não abandonar uma relação de persuasão e confiança. Arraigada no pensamento estoico, a ideia de constância é também característica da qualidade democrática em três sentidos. Em primeiro lugar, porque supõe proximidade com o sentimento das pessoas comuns, depois, porque a constância é respeitosa e, por último, é democrática, pois a constância requer, para seu funcionamento, a formação de coalisões cujo sucesso baseia-se na capacidade de respeitar os outros[23].

Cícero defendeu, acima de tudo, a tarefa de ocupar-se do que é público, de modo que o melhor *officium* era aquele fundado na vida em comunidade. Dessa forma, tornava seu o primeiro dever de todo cidadão, que era, sobretudo, a lealdade ao Estado[24]. Para ele e para seu círculo, o único trabalho que realmente valia a pena era o serviço ao Estado (*negotium*)[25].

A riqueza da vida política romana chegou a pregar formas de fazer política relativamente próximas às do XXI, nas quais os políticos desenvolviam estratégias individuais que motivavam reflexões agudas naqueles que os assessoravam. Por volta de 64 a.C., Marco Tulio Cícero candidatou-se ao consulado romano e recebeu de seu irmão mais novo, Quinto, uma longa carta repleta de reflexões e conselhos para obter sucesso na disputa política. A epístola é conheci-

23 Sabl (2002: 45-49).
24 Morford (2002: 90).
25 Barrow (1952: 72).

da como *Commentariolum Petitionis* traduzida para o português como "Pequeno Manual de Campanha Eleitoral". Nesta, Quinto Tulio Cícero afirmava haver "três coisas em particular que levam os homens a mostrar boa vontade política e dar seu apoio nas eleições, a saber, os benefícios, as expectativas e a simpatia sincera; é necessário estudar cuidadosamente como é possível utilizar esses recursos". Esse texto é considerado o primeiro manual de comunicação política da história[26].

1.2. O impulso da modernidade

O pensamento dos séculos XV e XVI fixou sua atenção nas qualidades necessárias para o governante ideal, assumiu o legado do pensamento clássico e de sua reelaboração na Idade Média e foi profundamente influenciado por Cícero e por Agostinho de Hipona. Diferentes trabalhos abrangeram uma grande variedade que, resumidamente, foram do extremo escandaloso do realismo de Nicolau Maquiavel (1469-1527), o exemplo mais notável e conhecido, aos retratos mais tradicionais do príncipe cristão de Erasmo (1466-1536) no polo oposto. No meio, poderíamos situar Thomas More (1478-1535) e Francisco Guicciardini (1483-1540), autor menos conhecido[27]. Esses quatro autores humanistas, que de uma forma ou de outra seguiram carreira política e que são da mesma geração, contribuíram para a formação de perspectivas fundamentais sobre a tarefa da política da ótica do poderoso, mas também esboçaram visões alternativas no ambiente formado pelos conselheiros.

A carreira pública, tanto na corte quanto na administração, era a aspiração da maioria dos humanistas. Tratava-se, no entanto, de um anseio que implicava a dependência de seus protetores, os príncipes, e a tomada de uma postura a favor

26 Agradeço a reportagem a David Redoli.

27 Os séculos XV e XVI estão repletos de obras que reúnem conselhos para os príncipes. Também considero relevantes, pelo impacto que tiveram na época, os trabalhos de Castiglione e Mariana.

da *vita* ativa ou do *negotium*, deixando de lado a exaltação da *vita* contemplativa ou do *otium* do passado medieval imediato e, portanto, da percepção do conhecimento como algo prático e pragmático[28]. As contribuições intelectuais dessa época estão presentes hoje. *Fortuna, virtú* e *necessitá* de Maquiavel, conceitos complementados por seu amigo, embora antagonista[29], Guicciardini com os de *discrezione, particulare, impeto* e *prudenza*, constituem em grande parte o acervo conceitual da política. Todos eles são atributos do poder em um contexto no qual devia imperar o critério da eficiência racional[30]. Maquiavel e Guicciardini tinham uma maneira muito parecida de se aproximar à realidade, não só pelo uso da história, da psicologia e da força do interesse, que eram constantes nos seus estudos, mas também porque consideravam Lorenzo de Médici um tirano, porém o melhor tirano possível.

A Fortuna era quem governava a metade das ações do homem, mas deixava que este governasse a outra metade, ao sentir que o homem precisava conquistar a fortuna pela força, de modo que terminava havendo um equilíbrio, centrado no príncipe, entre *fortuna e virtú*. O bem-estar de qualquer sociedade política dependia menos de suas instituições, segundo Maquiavel, que do espírito por trás delas, de maneira que, para formalizar essa ideia, usou a palavra virtú que podia estar presente tanto no indivíduo quanto em corpos coletivos. A virtú pressupunha a existência de uma coerência entre as diferentes instituições e denotava a força e o vigor dos quais surgia toda ação humana, além de ser pré-requisito para a liderança[31]. A virtú era uma qualidade humana especificamente política que distava da co-

28 Yoran (2010: 160).

29 Antagonistas devido a suas posições historiográficas diferentes, Guicciardini criticava Maquiavel pela inadequação da sua evidência histórica e pela simplicidade de sua análise dos últimos anos da história da Itália, e afirmava que a divisão da Itália era o que havia permitido o crescimento de muitas cidades ricas e independentes, argumentando que o domínio de uma capital única teria acarretado um processo de unificação. Guicciardini refutou ao mesmo tempo o uso moral e o uso político da história que haviam sido até o momento a base da historiografia humanista. Phillips (1977).

30 Gilbert (1965: 119).

31 Gilbert (1965: 179).

notação moral que tinha em Roma ou da excelência moralmente neutra da Grécia; era uma resposta humana ao mundo, ou melhor, uma constelação de oportunidades que estavam abertas ao homem e que não era outra coisa que a fortuna[32].

Com um sentido próximo, *impeto*, termo frequente para Guicciardini, sintetizava a ideia de movimento, de mudança, tratava-se de uma palavra dinâmica que enfatizava a força e a energia, e que podia ser interpretada como o oposto de *prudenza*, o epítome do racionalismo, embora os dois termos fossem essenciais para o sucesso[33]. Por sua vez, a *necessitá* era um fator determinante das ações que, no entanto, estava fora do controle humano; não se tratava de uma força hostil que tornasse as ações humanas puramente automáticas, pois podia criar oportunidades[34]. É possível que *discrezione* e *particulare* tenham sido os termos mais inovadores de Guicciardini. *Discrezione* representava principalmente a habilidade do indivíduo de reconhecer e seguir seu interesse pessoal (*particulare*) sem considerá-lo de maior importância, como os da cidade-estado ou da nação[35]. O interesse pessoal não tem necessariamente relação com o aspecto monetário, mas sim com a honra, a força e o sacrifício dos ideais e das exigências de sua própria consciência.

Maquiavel e Guicciardini, ao serem contemporâneos da geração na qual se destacava a liderança de Fernando o Católico, Lorenzo de Médici e o papa Inocêncio, são uma dupla de um momento extraordinário do renascimento italiano que retoma os grandes temas da política clássica e relança-os para a modernidade, de modo que podem ser considerados uma ponte. Como foi mencionado, seu pensamento é complementar e, nesse sentido, é interessante destacar que, ao contrário de Maquiavel, Guicciardini não acreditava no povo, do qual tinha uma visão muito pessimista, embora tivesse uma visão mais otimista do ser humano que Maquiavel. Além disso, os objetivos de Guicciardini eram mais limitados e

32 Arendt (1961: 137).
33 Phillips (1977: 172 y 173).
34 Gilbert (1965: 193).
35 Bondanella (1976: 86).

individualistas que os de Maquiavel, que planejava expulsar os bárbaros da Itália e construir uma república forte com base popular na Toscana[36]. Guicciardini pressupunha que o interesse pessoal, isso é a satisfação do *particulare*, era básico para a natureza do homem e seu único elemento realmente permanente[37]. No entanto, ao mesmo tempo, dava um salto para a modernidade ao acreditar que as instituições frequentemente modelavam mais o comportamento humano do que os atributos da personalidade. Seu empenho em evitar pôr o foco sobre a personalidade e o destaque da importância das instituições e das reformas institucionais[38] pressagiava um novo cenário.

Para More e Erasmo, cuja perspectiva diferia da dos pensadores italianos, o comportamento virtuoso devia reger as ações de todos os príncipes. Esses pensadores defendiam o predomínio da moralidade na tomada de todas as decisões para poder governar da forma mais apropriada. More e Erasmo mantiveram uma relação próxima e seu pensamento complementa-se estreitamente, de modo que na proposta intelectual hoje mais conhecida de More, a *Utopia*, ganha forma o ideal erasmista de ordem social, que é uma república estável, governada por sábios virtuosos, que gozam de um mandato popular, e não aristocrática. A *Utopia* outorga o máximo valor à aprendizagem, tornando relevante a ideia socrática de que todo vício pode ser atribuído à ignorância e toda virtude, ao conhecimento[39], e abole a diferença entre a vida ativa e a vida contemplativa. A razão de ser da *Utopia* é a promoção do bem-estar material de seus cidadãos cujo caráter e comportamento refletem os ideais do humanismo erasmista[40].

A construção da proposta intelectual de More parte do seu conhecimento profundo da loucura perversa do comportamento irracional do ser humano[41] e da

36 Bondanella (1976: 62, 66-85).
37 Gilbert (1965: 292).
38 Bondanella (1976: 52).
39 Platão, primeiro livro.
40 Yoran (2010: 13).
41 Ver sua obra *History of Richard III*

incapacidade dos indivíduos leigos, que vivem sem saber como governar[42]. More entende que a essência do bom governo consiste em levar uma vida virtuosa e de autocontrole. Virtude e consciência são a chave, que são acompanhadas por outras habilidades necessárias na retórica, diplomacia, leis, amizade, aprendizado e agudeza. Três são os elementos que levam ao abandono da verdadeira virtude: a ingratidão devido à falta de amor, a negligência devido ao comodismo e a indolência devido à racionalização. Porém, a virtude devia ser baseada, sobretudo, na humildade, pois o orgulho era o pior hábito possível e seu exercício conduzia à ineficácia. Por outro lado, a consciência era sumamente importante para More, que a considerava o poder da razão e, portanto, toda educação devia ser dirigida à sua formação. De fato, os limites do governo estavam no domínio da consciência[43].

Em More encontramos o princípio do republicanismo clássico de Cícero, que defende que a forma de vida mais nobre é a do serviço público virtuoso, superior à ideia de vida baseada no retiro e na contemplação. Uma tensão sempre presente entre ócio e negócio que resolve considerando que o estudo da boa literatura era uma boa parte da educação para a prudência do estadista[44]. Um novo tipo de vida baseado na amizade e na boa vontade, protegida pela lei e animada pela retórica é o que propõe em *Utopia*. Seus habitantes estão treinados para a virtude e são recompensados por isso com o bem-estar, longe dos conceitos de nobreza, magnificência, esplendor e majestade que são arrasados pela eliminação da propriedade privada e do uso do dinheiro. Esse é o verdadeiro desafio de More a seu tempo e à História.

Erasmo diferencia-se de Maquiavel, Guicciardini e More porque os três últimos estão ligados a uma comunidade específica de servidores ativos do príncipe. Mas, além disso, Erasmo insistia na completa redução da política à ética. Para

42 Ver sua obra *Life of John Picus*.
43 Wegener (1996: 183).
44 Wegener (1996: 77).

ele, ao contrário de Maquiavel, a política não é autônoma e, portanto, rejeitava qualquer valor ou conduta que não fosse estritamente compatível com a ética[45]. Erasmo condena a guerra e a considera resultado do medo, da ambição e da pura estupidez. Opondo-se aos escolásticos, ele não admite nem sequer a existência de uma guerra justa.

Para Erasmo, os termos *domínio, autoridade imperial, reino, majestade e poder* eram pagãos, não cristãos, e a autoridade imperial dos cristãos relacionava-se com a administração, o bem-comum e a tutoria. Quanto às características que deviam ter os políticos, Erasmo fazia referência especial à razão, da qual se derivavam a integridade, sabedoria e vigilância. O príncipe devia superar seus oficiais nessas qualidades, e as pessoas comuns não as possuíam[46]. O fato de priorizar a razão baseava-se em que qualquer tipo de mal que existisse na mente surgia do corpo, que estava sujeito aos sentimentos. O que significa que o bem provinha só da mente e da razão. Agora, o príncipe devia aprender os princípios do governo, sendo que havia quatro fatores dos quais dependia sua destreza: a *aptidão natural*, a *instrução*[47], a *demonstração* e a *prática*.

O príncipe devia evitar o contato com os aduladores, que representavam a figura mais perigosa para o político, cuja vaidade descontrolada podia fazer perder tudo. O adulador possuía um "veneno atraente que age tão rápido que, uma vez que os governantes são transtornados, deixam-se levar por eles"[48]. Isso não era um assunto de pouca importância, pois muitas vezes os aduladores faziam coisas para receber uma recompensa no final, em vez de levar em conta os interesses dos demais. Nesse sentido, entre as pessoas de confiança, encontravam-se

45 Yoran (2010: 96).
46 Erasmo (1516: 39).
47 A instrução deveria ser realizada desde a infância e o príncipe ideal deveria ler livros. Desse modo, são contrastantes os conselhos de Erasmo e os de Maquiavel. Aqui, era recomendada a leitura de Salomão, Eclesiastes e o Livro da Sabedoria para aperfeiçoar a capacidade do príncipe de servir o Estado e realizar suas tarefas públicas.
48 Erasmo (1516: 55).

os poetas e os oradores, enquanto que, entre as figuras negativas (os aduladores), encontravam-se os magos, os adivinhos e os astrólogos, que eram personagens que não mereciam confiança. Além disso, era necessário ter cuidado com aqueles que faziam parte do governo, que deviam ser escolhidos por sua sabedoria e integridade. O governante devia levar em conta as consequências de ser político[49] e, depois, considerar os interesses dos outros acima dos seus próprios. Não devia ter sentimentos pessoais e, enquanto estivesse tratando de assuntos públicos, devia pensar penas em ajudar as pessoas. Um bom governo resultava da combinação de um bom governante com a elaboração de boas leis que protegessem o interesse público e fossem próximas e familiares para as pessoas.

Quanto à economia, Erasmo afirmava que as revoltas costumavam ser fruto dos impostos excessivos e, portanto, o príncipe devia tentar não impor impostos com essas características, sobretudo para não prejudicar os pobres. Além disso, devia dar prioridade aos produtos locais sobre os produtos importados. Caso a guerra fosse inevitável, seria preciso tentar limitá-la. Nesse sentido, Erasmo insistia na obrigação de manter a paz e de evitar a guerra, aproveitando as relações exteriores articuladas em torno de tratados e de alianças matrimoniais. Afirmava que as esposas dos príncipes deviam possuir os mesmos valores, ou seja, honestidade, modéstia e prudência.

Os tratados de educação de príncipes na Espanha tiveram um desenvolvimento notável durante o século XVI e, a partir do último terço desse século, se entrelaçavam com os denominados *espelhos* de príncipes e favoritos (também chamados de validos), cujo ponto culminante são as obras de Saavedra Fajardo, *Razón de estado del Rey D. Fernando el Católico de 1631* e *Idea de un príncipe cristiano representado en cien empresas* de 1640. Ao longo desse período são no-

49 Quanto à relação com os governados, Erasmo (1516: 40) afirma que não pode existir uma relação de tipo amo-escravo. Se o governante é um amo, significa que as outras pessoas são escravos; portanto, haveria um inimigo em cada escravo. O governante que transforma os sujeitos em escravos desvaloriza a qualidade do seu império, enquanto que o que protege a liberdade e dignidade dos seus sujeitos contribui para a grandeza real.

táveis, entre muitos outros[50] Francisco de Monzón e seu *Libro primero del espejo del príncipe cristiano* de 1544; Juan de Mariana, *La dignidad real y la educación del rey*, de 1599, Francisco de Quevedo, *Discurso de las privanzas* publicado por volta de 1608; e Baltasar Gracián, *El político don Fernando el Católico*, de 1640. Entre todos, quero analisar brevemente um autor menos conhecido, Jerónimo Castillo de Bovadilla, cujo estudo sobre o governo municipal tornou sua obra, publicada em 1597, um texto de referência obrigatória nos dois séculos seguintes tanto na península ibérica quanto em ultramar[51].

Castillo de Bovadilla segue uma linha escolástica alheia ao humanismo de Erasmo ou de More, que nunca questiona a ordem estabelecida e defende a tradição e os costumes, além de mostrar submissão ao poder real e à Igreja. Foi um fervente partidário e defensor dos postulados básicos do sistema em que viveu[52] e, em algumas passagens, um notável plagiário de Bodino[53]. Difere também de Maquiavel, pois carece de perspectiva histórica em sua análise do passado[54]. O interesse de sua obra radica em sua preocupação pela autoridade castelhana nomeada pelos reis de forma temporal — formalmente por um ano —, os corregedores. Como delegados reais nos povoados castelhanos mais importantes (para se ter uma ideia, em 1597, havia 68 corregimentos), esperava-se dos corregedores que fossem fiéis à monarquia, independentes de outras instituições ou de terceiros, honestos e neutros[55]. Trata-se, portanto, de uma preocupação acerca dos políticos "de segunda linha" que excede o marco clássico dos príncipes ou dos favoritos cuja natureza era outra, muito mais relevante.

Castillo de Bovadilla preocupa-se pelas qualidades e características mais

50 Há muitas referências em Martín (1986: 43-45) e em Díaz Martínez (2000).
51 Tomás y Valiente, autor do trabalho mais detalhado e rigoroso existente sobre Castillo de Bovadilla, afirma que este defendeu o uso da língua vulgar em vez do latim na redação de sua obra precisamente para ser acessível a um maior número de pessoas (1982: 199).
52 Tomás y Valiente (1982: 216).
53 Ver a evidência no estudo de Bermejo sobre Bodino [1575: 119-121]
54 Tomás y Valiente (1982: 207).
55 González Alonso (2001: 287).

importantes daqueles que realizarão essa tarefa, embora também se preocupe pelos conselheiros e juízes em geral, e, com esse fim, escreve um manual[56]. Enfatiza a defesa da política como ciência[57], que não pode ser exercida por quem não tem a sabedoria ou a experiência para fazê-lo ou a prudência de escutar o conselho dos sábios. Por isso, considera que o governo sempre deveria contar com a participação de letrados e pessoas com boa formação e conhecimento variado, porque só assim seria garantido o bom governo. Visando esse aspecto, sua obra também se detém sobre a implantação das políticas municipais e a direção de assembleias municipais.

Ao afirmar que nem todos são capazes de ser políticos e que há uma diferença entre os súditos e os políticos "profissionais", que têm certas características pessoais e, sobretudo, conhecimento[58] e habilidades políticas, Castillo de Bovadilla respalda uma espécie de "nobreza política"[59] praticamente nos moldes da *noblesse d'etat* de Pierre Bourdieu[60].

O século XVII viu a continuação da literatura dos grandes conselheiros dos príncipes com obras como as de Baltasar Gracían, Gabriel Naudé ou o cardeal Mazarino. Uma literatura que, segundo Pierre Rosanvallon, é "terrivelmente encolerizada e perturbada" e faz "do cinismo o comportamento mais natural, ao falar abertamente do que é inconfessável ou inominável". Trata-se de obras nas

56 "Como el oficio de gobernar Reynos y Republicas requiere tantas partes, y que ha menester todas las ciencias y acciones humanas, y aun si ser pudiera, tener parte de la divinidad, llamando a los buenos governadores hombres divinos, presuponiendo que para governar a los pueblos habían de estar dotados de divinas prendas y talentos y que acuedisesn a los demás, no solo en lo que mira a los bienes de fortuna (.....) y pues esto toca particularmente a los oficios de Corregidores, Alcaldes, Consejeros, y Juezes, los cuales deben ser muy expertos y consumados en el conocimiento de las cosas del govierno político". Castillo de Bovadilla (1597: 41).

57 "Que las calidades y virtudes que han propuesto por necesarios y en los que han de ser corregidores, se atenderían más, si se considerase las muchas más partes que han de ser un governador de una república que para ser oidor de una audiencia. Porque el arte y oficio de governar república es la mayor ciencia y arte de todas las artes, la más dificultosa de aprender, y la más peligrosa de ejercitar". Castillo de Bovadilla (1597: 46).

58 Segundo Castillo de Bovadilla, não bastava que os corregedores tivessem estudado ou conhecessem a teoria, deviam também ser especialistas no exercício e na prática. (1597: 76). Tendo estudado em Salamanca, o autor faz referência especificamente a esta universidade (1597: 80).

59 Castillo de Bovadilla (1597: 25-27).

60 Bourdieu (1989).

quais tudo é "questão de manipulação dos espíritos, arte da dissimulação, estratégias de sedução, manejo das credulidades". Textos que foram muitas vezes usados "para manter uma percepção conspirativa do poder, fortalecendo a ideia de que um governo secreto conduzia o mundo à revelia dos cidadãos"[61]. Dessa forma, revelava-se um cenário de certo descrédito intelectual com respeito a esse tipo de aproximações e abria-se uma brecha para novas visões baseadas no império da razão. O império do Direito dava passagem à formalização constitucional de instituições que surgiam como elementos centrais da política.

2. O peso da lei, as instituições e a crise da democracia

> *In studying the laws which were promulgated at this early era of the American republics, it is impossible not to be struck by the remarkable acquaintance with the science of government, and the advanced theory of legislation, which they display.*
>
> ***Alexis de Tocqueville***[62]

As teorias do contrato introduziram pouco a pouco uma perspectiva diferente, que foi deixando de lado os indivíduos como sujeitos centrais da política para concentrar a atenção sobre as leis que terminarão originando instituições. Analiso aqui uma série de autores clássicos do pensamento dos séculos XVII e XVIII que exemplificam perfeitamente com sua obra a transição do pensamento político do Renascimento ao Século da Razão. Deixando de lado momentaneamente o fenômeno da entrada na política de atores coletivos — como classes sociais ou nações — que tirou os indivíduos do centro da análise, abordo, posteriormente, a forma em que os principais paradigmas da Ciência Política do século

61 Rosanvallon (2010: 249 y 250).
62 Tocqueville [1956: 46].

XX enfrentaram a questão do estudo dos políticos. Desde as posições elitistas do começo desse século até a crise da democracia do fim desse período — que revela a responsabilidade dos políticos na sua gênese —, a figura do político volta a ser central para a Ciência Política, embora essa centralidade seja às vezes interrompida pela irrupção de diferentes paradigmas como o condutismo, o estrutural-funcionalismo, a cultura política, as teorias da modernização e da dependência e o neoinstitucionalismo.

2.1. Do contrato ao império das instituições

O desenvolvimento do liberalismo político, com sua ênfase no império da razão refletida na importância dada ao novo projeto constitucional com base na ideia de contrato, começou a formular uma centralidade diferente do político. Desde Thomas Hobbes (1588-1679) a John Locke (1632-1704), chegando a Charles de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), e a Jean Jacques Rousseau, a importância do direito na política foi ganhando um espaço definitivamente consolidado por Emmanuel Kant (1724-1804). A relevância da figura individual do político como objeto central de estudo ficou relegada.

Assim como Maquiavel, Hobbes entende o medo como o ponto de apoio da política, mas, enquanto o primeiro concebe o homem como atraído pela guerra, o segundo o percebe como ansioso da paz satisfatória. A aprendizagem de Hobbes durante a guerra civil inglesa da metade do século XVII levou-o a lançar a premissa da necessidade de depender do poder compartilhado de um Estado que protegesse contra os perigos da própria natureza humana. Mais tarde, a principal preocupação de Locke será a garantia da preservação da propriedade, em um distanciamento absoluto dos supostos de More, que terá como objetivo central uma política voltada para um governo baseado no princípio da maioria. Para Locke, o poder político re-

side originalmente no povo, devendo cada um dar, individualmente, seu consentimento para ser parte da sociedade política e ficando, dessa forma, limitado por suas decisões. O consentimento do povo é o da maioria. Locke não desenvolve como tal uma doutrina de separação dos poderes. O que fez foi distinguir as funções do poder do Estado e definir seu papel e suas relações. Tampouco elabora uma teoria do equilíbrio do poder. Montesquieu, ao contrário, estava convencido de que só um poder podia deter outro poder e, por isso, separa o poder executivo do judicial e dá ao primeiro a dupla função de manter a segurança externa e interna. Em Montesquieu, os três poderes estão separados. Além disso, em razão da sua definição das leis como relações necessárias resultantes da natureza das coisas, sua influência no constitucionalismo posterior será enorme. Em resumo, Rousseau defende um contrato social que, anulando as pessoas como indivíduos, exalta-as como cidadãos autogovernados em uma comunidade política na qual emergirá o bem comum, que será diferente da soma dos interesses individuais: a vontade coletiva.

Kant fecha o século XVIII abrindo as portas para uma visão institucional da política mediante sua concepção de direito constituído pelo caráter relacional, de uma persona para outra, pela reciprocidade e pelo caráter formal que dá passagem à criação de um Estado de direito superador do Estado natural[63]. O Estado de direito, núcleo central da política a partir desse momento, manifesta-se através da lei, norma geral e abstrata, produto do desígnio racional que unifica os indivíduos graças a um contrato que conforma a constituição republicana. O contrato kantiano é, sobretudo, um principio jurídico racional de legitimação próprio da autoridade pública. O Estado de direito constitui-se como uma esfera política pura da qual se derivará imediatamente o direito internacional e o pacifismo institucional. Os indivíduos nessa situação são cidadãos que dispõem de liberdade, igualdade formal perante a lei e independência no sentido de dever sua existência e conservação só

63 Tosel (1988: 44-45).

a sua própria ação.

O século da razão estabelece a premissa fundamental de que o contrato faz cidadãos, nunca o contrário. Todos os teóricos modernos do contrato social, em especial Hobbes, Locke e Rousseau, não só enfrentam os desafios da justificação política e legal da liberdade e da igualdade das pessoas, mas também tratam o problema mais incômodo de sustentar uma vinculação ética aos limites artificiais estabelecidos pelas constituições ao longo do tempo[64]. A teoria do contrato social é, em última análise, um relato das instituições sociais, concebido como o produto racional de pessoas livres e iguais preocupadas pelo progresso de seu bem-estar pessoal[65].

Mas em termos do estabelecimento original de um novo olhar, inclino-me a valorizar o trabalho de Montesquieu como ponto de ruptura para o papel inédito que desempenharão as instituições. Montesquieu estabelece uma nova Ciência Política normativa e empírica — que substitui a doutrina do contrato social e das leis e direitos da natureza de Hobbes e Locke, centradas no interesse e no consentimento — que tem por objeto de estudo o espírito das leis[66]. Essa nova Ciência Política deve examinar as relações das leis entre si, com sua origem, com o objetivo do legislador e com a ordem das coisas que regulam[67]. Montesquieu defende a força das leis que, juntamente com a expansão da ciência e do comércio, seriam capazes não só de superar o legado "das diversas seitas filosóficas entre os antigos" — que não poderiam ser consideradas senão "tipos de religião" — mas também de ajudar na cura do aspecto anti-institucional do maquiavelismo[68].

Além disso, a complexa visão de Montesquieu abre espaço para a defesa da inter-relação entre as leis e os costumes existentes, considerando em conjunto

64 Button (2008: 5).
65 Button (2008: 25).
66 Pangle (2010: 24).
67 Montesquieu em *O espírito das leis* (capítulo terceiro) afirma que as leis devem se referir ao caráter físico do país; ao clima; à qualidade do terreno; a sua situação e riqueza; à forma de vida das pessoas; ao grau de liberdade que a constituição deve estipular; à religião dos habitantes, a suas inclinações, sua riqueza, seu número, seu comercio e sua moral e suas maneiras.
68 Pangle (2010: 132-134).

as estruturas políticas e as paixões[69]. Tanto em *O espírito das leis* quanto nas *Cartas persas*, o legal é tratado como uma relação, um ingrediente incrustado em uma rede de fatores relacionados que, em última análise, constituem um modo de vida; outorgam uma clara primazia à conduta ética perante as leis e os procedimentos formais[70]. Essa integração da análise estritamente institucional com aspectos típicos da psicologia política dá à Ciência Política proposta por Montesquieu um caráter sutil e de enorme flexibilidade[71], ao qual se somará o uso do método comparado que faz do seu trabalho um prelúdio de tempos futuros.

O fato de as instituições serem as diretrizes de articulação da ação política - que temperam os possíveis abusos dos que detém o poder - fica totalmente estabelecido em *O federalista* graças ao pensamento de James Madison (1749-1812), que sabe muito bem que os arranjos institucionais são constrições suficientes para a conduta dos representantes[72]. Este mito foi solidificado durante os dois séculos seguintes, apesar de que, nessa mesma época, o próprio Thomas Jefferson (1743-1809) rompeu o cerco constitucional que já o asfixiava e abandonou seus escrúpulos constitucionais, inaugurando uma espécie de poder de prerrogativa presidencial na questão da compra da Luisiana ao derrotar a posição do Congresso, que se opunha em virtude da — mais que suposta — violação da Constituição[73]. Do outro lado do Atlântico, de uma maneira muito diferente, Napoleão deixava de lado a Constituição republicana para construir seu império.

A reivindicação do papel da nação, e posteriormente das classes sociais, na política durante o século XIX logo acentuou o coletivo, de forma que o foco vol-

69 Para Montesquieu, as paixões constituem o que em nossa linguagem atual poderia ser considerado como a psicologia política dos cidadãos ou a cultura política da sociedade. Ver Carrithers (2009: 120).

70 Dallmayr (2009: 251).

71 Elguea (2001: 70).

72 No entanto, tanto Madison quanto o abade Sieyès, que defendiam a independência dos representantes de seus eleitores para poder deliberar efetivamente, consideravam que esses representantes deviam possuir qualidades que o corpo eleitoral, considerado como um todo, não tinha, com o qual se reivindicava implicitamente a variável individual da política. Ver Rosanvallon (2010: 132).

73 Bailey (2007).

tou a ser centrado na dinâmica imposta pelos diferentes grupos em suas lutas pelo poder. O aspecto individual ficava subordinado ao coletivo e Karl Marx dedicaria só algumas dezenas de páginas de sua extensa obra ao perfil individual de Luís Napoleão Bonaparte no seu *18 de Brumário*. As ciências sociais e o direito estavam dominados por paradigmas nos quais o papel dos políticos apresentava um componente claramente residual e sua valorização mantinha-se apenas pela excelência da oratória que, pouco a pouco, transformava-se em uma técnica do passado[74].

2.2. A crise da democracia

Na primeira metade do século XX, as vozes que reivindicavam o papel individual dos políticos começaram a ser escutadas, tanto a partir de posições europeias, nas quais o foco era posto sobre uma elite circunscrita, conforme Robert Michels, Gaetano Mosca, Wilfried Pareto ou Wright Mills, quanto a partir da posição estrutural defendida por Max Weber. A Ciência Política norte-americana abria também um tímido espaço em prol de uma perspectiva individual, como ocorria com Walter Lippman[75] ou Harold Lasswell[76]. Na Espanha, Manuel Azaña e José Ortega y Gasset chamaram a atenção para o papel que os intelectuais deveriam exercer na política diante do baixo nível dos políticos existentes então na Europa; pouco depois, Salvador de Madariaga começaria a centrar seu interesse na biografia de personagens políticos do passado[77].

No final deste período, deu-se a conhecer o poderoso argumento de Joseph

74 Para o caso da Espanha, ver Cuenca Toribio (2003) e, para o México, Serra Rojas e Serra Rojas Beltri (1991).

75 Deve ser lembrada sua célebre frase: "to talk about politics without reference to human beings… is just the deepest error in our political thinking". Lippmann (1913: 2).

76 Lassswell (1930: 1) aponta, nas primeiras linhas do seu clássico trabalho, que as histórias de vida são um vívido corretivo para o excessivo destaque dado ao estudo dos "mecanismos" institucionais, das "estruturas" e dos "sistemas".

77 Por exemplo, as biografias de Hernán Cortés, Bolívar e Carlos V escritas por Madariaga nessa época (1941, 1951 e 1969).

Schumpeter a favor do papel desempenhado pela elite política que tinha sua própria relevância porque reunia e repetia os argumentos críticos sobre a democracia representativa[78]. Em segundo lugar, Schumpeter propunha uma visão da democracia como um método no qual era central a concorrência pelo voto[79]. E, finalmente, defendia a necessidade de contar com políticos profissionais — questão que voltarei a tratar no terceiro capítulo — integrados em um reduzido estrato social, nem muito exclusivo nem muito accessível desde o exterior, dotado de certas tradições e experiências, além de um código profissional[80].

O início da segunda metade do século XX caracterizou-se pelo surgimento de perspectivas funcionalistas, com a teoria de sistemas como eixo cardinal[81], em virtude do novo horizonte aberto pelo conceito de cultura política[82], das visões de caráter estruturalista dos seguidores da teoria da modernização[83] e principalmente da consolidação de modelos baseados em um alto conteúdo institucional que impregnaram os estudos sobre a política com um viés muito particular, provavelmente, em busca de uma identidade própria bem definida. Dessa forma, após o abandono do funcionalismo — que, em minha opinião, foi o paradigma mais sólido do momento — por seu excessivo mecanicismo, o peso das instituições aumentou durante o último meio século depois da aparição da obra transcendental

78 Tratava-se, sobretudo, de uma posição baseada em três argumentos: a inexistência do bem comum (inclusive usa o termo de Rousseau de "vontade geral") como meta a ser alcançada, dado que significava coisas diferentes de acordo com diferentes pessoas; o fato de os desejos pessoais não só estarem totalmente divididos, mas também de serem muito variados em virtude tanto da sua natureza quantitativa — que admite uma graduação do que as pessoas realmente querem — quanto da qualitativa; e finalmente o caráter das massas, ignorante e influenciável pelos grupos de pressão e pela propaganda, que não permitia atuar com responsabilidade. Schumpeter (1947: 252-262).

79 "The democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people's vote". Schumpeter (1947: 269).

80 "Experience seems to suggest that the only effective guarantee is in the existence of a social stratum itself a product of a severely selective process, that takes to politics as a matter of course". Schumpeter (1947: 291).

81 Easton (1953 e 1965), Deutsch (1963), Almond e Powell (1966 e 1978).

82 Almond e Verba (1963).

83 Lipset (1960) estudou os fatores que afetavam a participação do homem na política, particularmente em seu comportamento como eleitor, e as fontes de apoio de valores e movimentos que sustentavam ou ameaçavam as instituições democráticas, encontrando no desenvolvimento econômico um potente argumento.

de Anthony Downs[84].

Nesse período, e apesar do espetacular desenvolvimento das ciências sociais, o estudo dos políticos permaneceu relegado diante da preponderância de visões que centraram a atenção na dinâmica desenvolvida por considerações grupais, de natureza tanto social quanto econômica, e outras de caráter funcional, cultural ou institucional. A importante extensão da poliarquia[85], a partir do último quarto do século XX, impulsionou notavelmente os estudos centrados no impacto da ação coletiva[86], assim como da engenharia institucional[87], sobre a política. A poliarquia precisa de instituições que canalizem as preferências dos indivíduos, que modificam essas instituições por meio de seus representantes[88].

Neste contexto, os políticos são percebidos como simples unidades arrastadas pelo império das instituições, das quais terminam sendo fantoches ou representantes anônimos de interesses grupais heterogêneos, cuja tarefa limita-se a enfeitar uma conversa ilustrada de café[89] e costumam ser objeto de uma atenção acadêmica muito minoritária[90]. Porém, o contexto não era tão simples, logo apareceram dúvidas sobre a excelência do caminho tomado, confrontando os indivíduos com os sistemas[91] graças ao reconhecimento da autonomia daqueles e de sua capacidade de mudar as regras do jogo.

Bem no início do último quarto do século XX, o ambiente da década anterior precipitou certo consenso intelectual que abriu as portas para estudos sobre a crise da democracia[92], que derivaram na abundante literatura gerada pelos então

84 Downs (1957).
85 Dahl (1971).
86 Olson (1971).
87 March e Olsen (1989).
88 Sartori (1994).
89 Lasswell (1930: 2).
90 Eldersveld (1989: xi) aponta que revisou o conteúdo do American Political Science Review, encontrando que, de 400 artigos publicados na década precedente, somente 15 eram estudos empíricos sobre elites políticas e outros dois eram comparativos, ou seja, menos de quatro por cento. A situação não mudou depois disso.
91 Anduiza (1999).
92 Crozier, Huntingon e Watanuki (1975).

denominados problemas de governabilidade[93]. O ano de 1968 foi crítico e representou o epicentro de grandes mobilizações sociais que serviram para consolidar o argumento principal de que a crise era originada pelo grande aumento das exigências das massas, que não se contentavam com as alternativas existentes, sobre o sistema político. Além disso, o clima de escasso crescimento econômico e de autoridade estatal em declive, junto com a crise de valores forjada no pós-guerra, aceleravam o sentimento geral de crise. Dizia-se que a sobrecarga da política devia ser interrompida de alguma forma.

O relatório da denominada Comissão Trilateral, elaborado por Michel Crozier, Samuel Huntingon e Joji Watanuki, marcou a abertura de um período no qual o paradigma neoliberal foi lentamente sendo imposto em oposição à intervenção do Estado, às supostas irresponsabilidades sindicais e à moral social muito branda, que aparentemente abria mão de suas responsabilidades. Pouco depois, Margaret Thatcher e Ronald Reagan seriam os defensores, nas democracias ocidentais, de propostas de menos governo e de desregulação, que logo atrairiam Helmut Kohl e Yasuhiro Nakasone. Nos regimes autoritários ocidentais, Augusto Pinochet foi o paladino das mudanças no Chile, impondo sua marca na transição política e garantindo o legado autoritário por certo tempo[94]. O ativismo desses líderes e seu cunho de indivíduos solitários que se enfrentavam com forças coletivas ou com a inércia de instituições consideradas decadentes, como o Estado, dava-lhes plena centralidade amplificada pelos meios de comunicação.

Um quarto de século mais tarde, soube-se que o diagnóstico havia sido muito bem sucedido em termos econômicos, mas na dimensão social e política a situação era mais complexa, como evidenciado pela queda inesperada do Muro de Berlim. Nessa altura, Susan Pharr e Robert Putnam receberam uma nova encomen-

93 Alcántara (1995).

94 "The more privileged the authoritarian incumbents in the mode of transition from authoritarian rule, the greater the potential influence of authoritarian legacies". Hite e Morlino (2004: 25).

da para refletir sobre a saúde da governança democrática no contexto das democracias da Comissão Trilateral. O trabalho centrou-se na evolução das democracias ocidentais mais velhas entre 1975 e o final do século em torno ao aumento da aversão à política[95]. O esquema era simples, observava a satisfação pública com respeito às instituições representativas como um conjunto integrado pelas informações disponíveis para os cidadãos, os critérios de avaliação destes e o desempenho das instituições. Esse desempenho podia haver sido prejudicado como consequência do declínio da capacidade dos agentes políticos para representar os desejos e interesses dos cidadãos ou da fidelidade com que refletiam esses desejos e interesses. Foram registradas sistematicamente evidências, medidas através de pesquisas de opinião, de que políticos, partidos e instituições políticas, com o Parlamento como referência destacada, eram, de maneira equitativa, objeto da desilusão dos cidadãos[96].

A novidade da perspectiva era a ideia de que parte da explicação das tribulações das democracias da Comissão Trilateral estava nos políticos. De fato, o decréscimo da confiança nos políticos em doze dos treze países considerados era notório no período analisado, de mais de duas décadas[97]. A confiança nos partidos diminuía em dezessete dos dezenove países considerados e no Parlamento, em onze dos catorze países comparados[98]. Esse cenário de perda de confiança era repetido quando se aumentava o leque de países objeto de estudo, sendo denominador comum a corrupção como fator explicativo da desconfiança generalizada após seis décadas de progressiva expansão da democracia[99]. Os políticos começavam a

95 Pharr e Putnam (2000).

96 Putnam, Pharr e Dalton (2000).

97 Holanda (1971-94) era o único país que não apresentava declínio da confiança nos político, enquanto que isso ocorria na Alemanha (1969-91), Áustria (1974-96), Canadá (1965-93), Estados Unidos (1968-94), Finlândia (1978-94), Grã Bretanha (1974-96), Islândia (1983-95), Itália (1968-91), Japão (1976-92), Noruega (1969-89) e Suécia (1968-94). Putnam, Pharr e Dalton (2000: 14-16).

98 Putnam, Pharr e Dalton (2000: 17 e 19).

99 "A careful analysis of the public opinion during the last six decades shows that the maturing of the democratic mentality had been accompanied by an increasing awareness of various dysfunctions and by a growth of critical perceptions of the political process, which had generated a limited trust in institutions and deep mistrust of politicians and of political parties". Dogan (2005a: 5). Para América Latina ver Power e Jamison (2005).

ter importância, embora fosse porque eram concebidos como um problema derivado da impossibilidade de cumprir as promessas eleitorais ou, mais criticamente, pela hipocrisia do seu comportamento[100] ou como os responsáveis diretos da morte da democracia por sua culpa ao polarizar o sistema político[101].

Desde então e até a atualidade, os diagnósticos dos problemas da democracia centrados nos políticos foram recorrentes. Por outro lado, várias análises de opinião pública destacaram, em países muito diferentes, os importantes problemas de credibilidade e de aceitação da classe política[102]. Um caso singular, mas ao mesmo tempo facilmente transponível para outros países, foi o vivido na Espanha durante 2010 e 2011, quando líderes dos dois partidos maioritários receberam em uníssono os mais baixos índices de aceitação e avaliação desde a transição para a democracia em 1977.

O declínio da confiança[103] implica a ruptura de uma linha fundamental na construção do político, pois a cooperação e a confiança são estratégias estáveis na história da humanidade. Como veremos na próxima seção, o peso da mente e de sua evolução no que diz respeito à existência de modelos mentais de cooperação, exercidos sistematicamente em comunidades formadas por pessoas sem qualquer relação genética, é decisivo para o estabelecimento de diretrizes de confiança sobre as quais, mais tarde, será baseada a criação do capital social. "A confiança depende principalmente da capacidade de processar informações, que é um resultado separado, porém interdependente dos processos evolutivos do cérebro humano"[104]. Sem o capital social, entendido como o conjunto de valores informais e de normas compartilhadas

100 Dogan (2005: 27).

101 Bermeo (2003: 234-256).

102 Uma pesquisa realizada entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2011 no Reino Unido, França, Alemanha, Polônia e Espanha destacava que só 14% dos entrevistados tinha "alguma" esperança de que seus governantes conseguiriam lidar com a situação, além disso, 90% confiava "muito pouco" ou "nada" em que os políticos de cada um desses países agiriam com honestidade e integridade. Ver: http://www.elpais.com/articulo/internacional/europeos/fian/lideres/elpepuint/20110314elpepiint_15/Tes

103 "A confiança pode ser definida como a expectativa que se desenvolve dentro de uma comunidade de que seus membros se comportarão de forma regular e previsível, honesta e cooperativa". Elguea (2008: 191).

104 Elguea (2008: 295).

que possibilita e incentiva a cooperação entre os membros do grupo[105], a sofisticação do arcabouço político como conhecemos hoje seria impossível. A confiança era resultado das características do contexto social e da estrutura neurológica.

Além disso, como entender, a partir da Ciência Política, o fato de que a nova Constituição do Equador aprovada em 2009 estabeleça como objetivo da sociedade e, portanto, de certa forma, como obrigação dos políticos o bem viver das pessoas? Ao contrário do determinado pelo pensamento social e econômico ocidental — do qual a teoria da escolha racional é, em parte, devedora —, que estabelece o mercado como criador de bem-estar e felicidade em termos de capacidade de compra, o "sumak kawsay" sublinha a necessidade de medir o bem-estar em função de como as pessoas empregam seu tempo, de maneira que o bem viver implica ter tempo para atividades que se desviam dos esquemas predominantes de consumo, como ter tempo para a contemplação, a amizade e a reprodução da sociabilidade. Além disso, o fato da natureza ter direitos próprios faz que o mercado deixe de ser o motor que impulsa o desenvolvimento e leva à interação entre o Estado, a sociedade e a natureza[106].

A visão do "sumak kawsay" destaca o ser e o sentir que constituem uma vida em plenitude, na qual o bem viver torna-se o objetivo final. Esse programa político real que vem se transformando no eixo de ação de diversos governos da América Latina requer a integração de diferentes âmbitos do saber para sua compreensão e análise[107]. A centralidade do indivíduo e de sua relação com uma natureza que se quer recuperar, após sua relegação no período industrial, requer uma aproximação conceitual que supera o marco definido pelo neoinstitucionalismo. As instituições regulam a interação humana, mas a liberdade individual, na qual as

105 Elguea (2008: 182).
106 Larrea (2010: 21).
107 Perplexidade similar é registrada na Economia, posto que "cada cultura define de forma peculiar o que entende por 'bem-estar social' ou por 'padrão de vida' e como distribui os benefícios de seus sistemas produtivos". Elguea (2008: 133).

paixões têm seu espaço, e a presença da natureza complicam seu atuar. A Ciência Política recentemente mais centrada no peso das instituições requer uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar que considere os achados que outras ciências vêm realizando nos últimos tempos.

3. O componente mental e orgânico do animal político

> *The apathy of the masses and their need for guidance has as its counterpart in the leaders a natural greed for power. Thus the development of the democratic oligarchy is accelerated by the general characteristics of human nature. What was initiated by the need for organization, administration, and strategy is completed by psychological determinism.*
>
> ***Robert Michels***[108]

Durante o século passado, a irrupção com grande força de disciplinas como a psicologia e a biologia permitiu reforçar os estudos políticos partindo de uma perspectiva mais interdisciplinar do que nunca. Este cenário permite uma visão diferente das pessoas envolvidas na política, como sujeitos cujas paixões ou os genes têm algo a dizer quando se estuda o seu comportamento. A razão pela qual as pessoas decidem entrar na política e seguir uma carreira política tem componentes individuais inequívocos, assim como porque as pessoas são partidárias de um político ou geram laços de confiança. Com base nesses dois eixos, esta seção aborda a relação entre a política e a psicologia e, em seguida, a relação entre a política e as denominadas ciências da vida, nas quais a biologia, a genética e a neurologia desempenham um papel preponderante.

Se o objeto de estudo deste livro reside na figura das pessoas cuja pro-

108 Michels [1915: 205].

fissão é a política, a relação entre mente e cérebro está no fundo da questão aqui abordada. As explicações dadas até agora partiram principalmente do campo da teoria política, com foco de análise interpretativa no pensamento político e desenvolvimento jurídico e institucional. A introdução da psicologia, biologia, genética e neurologia permite abrir o panorama para os efeitos sobre a atividade política de políticos sujeitos a transtornos mentais; para os mecanismos psicológicos e neurológicos envolvidos na relação dos políticos entre si e com a massa, bem como sua possível manipulação e o uso da propaganda. Levando essa perspectiva ao seu limite, podemos pensar na possibilidade de obter "políticos por encomenda", graças ao uso de tecnologia genética e neurofarmacologia. Trata-se também de entender como as paixões ou as emoções interagem com a razão ou até mesmo acabam por dominá-la[109].

3.1. Política e psicologia

Quando foi projetado o filme "Os homens que encaravam cabras"[110], os créditos finais informavam que a existência de batalhões com treinamento parapsicológico no exército norte-americano não era pura fantasia. Na teoria, seria possível atravessar muros ou tirar a vida de um animal com o olhar graças a certo tipo de treinamento. Nessa linha, soube-se que o exército dos Estados Unidos ordenou ilegalmente a uma equipe de soldados especializados em operações psicológicas que manipulasse os senadores que visitavam seu quartel com o objetivo de obter mais tropas e fundos para a guerra[111]. Os aparatos militares fazem experimentos

109 O papel das emoções nas campanhas políticas norte-americanas das últimas décadas e a relação entre a mente e o cérebro são analisados em Westen (2007).

110 Título original: "The Men Who Stare at Goats" (2010). Dirigida por Grant Heslov, com roteiro de Meter Straughan, baseado em um romance com mesmo título de Jon Jonson, com George Clooney como um dos protagonistas.

111 Ver Michel Hastings. "Another Runaway General: Army Deploys Psy-Ops on U.S. Senators". http://www.rollingstone.com/politics/news/another-runaway-general-army-deploys-psy-ops-on-u-s-senators-20110223 24.02.11. A notícia, mais adiante apontava: "According to the Defense Department's

com psicofármacos para melhorar a forma dos soldados de modo que suportem melhor a fadiga[112].

O relevante dessas questões é a presença real da psicologia sob diferentes facetas na esfera pública, convalidando a ideia de que a forma de poder mais essencial reside em moldar a mente humana[113], posto que o modo em que as pessoas sentem e pensam determina sua maneira de atuar, individual e coletivamente.

Estados mentais e fatores pessoais também aparecem como elementos explicativos do atuar político, chegando a suscitar numerosos estudos de caso centrados em personagens públicos muito relevantes[114], gerando tipologias do político[115] e análises agregadas que abordam tanto o caráter nacional quanto o estudo do comportamento de grupos, entre os quais, estudos sobre legisladores[116].

Este cenário tinha suas bases no pensamento de Blaise Pascal e de René Descartes que abordaram o uso limitado da razão como faculdade calculadora apenas capaz de falar dos meios e nunca dos fins, além de ser muito vulnerável às circunstâncias. Sem dúvida, os dois influíram na importância que Montesquieu deu às paixões, como mencionado anteriormente. Esse destaque do peso das sensações e das emoções pessoais levou David Hume a propor a destruição do tradicional reinado da razão, que fazia furor em seu tempo, para substituí-lo pela primazia dos sentimentos. Para Hume, a razão estava à mercê da paixão, sendo cada paixão igualmente válida como reflexo de sensações múltiplas, como consequência das

own definition, psy-ops –the use of propaganda and psychological tactics to influence emotions and behaviors – are supposed to be used exclusively on "hostile foreign groups." Federal law forbids the military from practicing psy-ops on Americans, and each defense authorization bill comes with a "propaganda rider" that also prohibits such manipulation. "Everyone in the psy-ops, intel, and IO community knows you're not supposed to target Americans," says a veteran member of another psy-ops team who has run operations in Iraq and Afghanistan. "It's what you learn on day one."

112 Nadesan (2008: 157).

113 Castells (2009: 3).

114 Greenstein (1969: 14) relata a existência de trabalhos sobre Lutero, Lenin, Trotsky, Gandhi e outras biografias.

115 Uma das primeiras e mais conhecidas é a que dividia os políticos entre agitadores; narcisistas, que davam muito valor para a resposta emocional do público; administradores, que almejavam objetos menos remotos e abstratos que os agitadores e que valorizavam mais a coordenação do esforço em uma atividade contínua; e teóricos. Lasswell (1930).

116 Barber (1965).

diferentes experiências e histórias de cada pessoa[117].

Essa aproximação levou Jeremy Bentham a reduzir o universo de desejos múltiplos a dois: o desejo de evitar a dor e o desejo de obter prazer; tratava-se de maximizar o prazer no meio de um contexto de consolidação do capitalismo incentivado pela paixão da cobiça e sob uma proposta utilitarista. Embora Bentham, seguindo o impulso da física newtoniana, tenha se empenhado no cálculo da felicidade, não alcançou seu objetivo salvo de forma muito tangencial e, o que é pior, errou ao supor que "sentir-se bem é igual a fazer o bem", ignorando outras formas de motivação como os valores e os valores sobre os valores, como o altruísmo, a honra e a obrigação[118].

Também Friedrich Nietzsche aceitou plenamente a fórmula de Hume da primazia do impulso, mas, ao mesmo tempo, rejeitou o esforço de construir uma moralidade a partir dos impulsos, enfatizando o papel desempenhado pela vontade de poder como um apego ao mando nos tempos futuros. A posição de Nietzsche foi premonitória do que chegou a acontecer na política europeia da primeira metade do século XX. Porque, de fato, esses seriam os dois modelos interpretativos da humanidade para essa centúria. O primeiro baseado na formulação teórica do grande líder como depositário da força do desejo, como revelação de uma vitalidade irracional primária e da primitiva emoção da vontade de mando como valores absolutos em si mesmos; e o segundo, no traçado do homem como calculador racional que interage com outros para alcançar seus desejos[119].

A resposta imediata aos mesmos por parte de Emile Durkheim e de Max Weber marcou uma importante coincidência que abriria as portas para uma interpretação psicanalítica, mas, sobretudo, para duas posições conceituais muito diferentes sobre a natureza humana. Os dois modelos conviviam incomodamente

117 Lindholm (1992: 29-30).

118 "A ideia utilitarista também ignorou a capacidade dos indivíduos de questionar seu próprio esquema de preferências e modifica-lo temporária ou permanentemente conforme sua vontade". Elguea (2008: 98 e 99).

119 Lindholm (1992: 40).

em Durkheim — que resolveu a dualidade entre interesse e paixão mediante "uma diferença entre o indivíduo racional e ambicioso e a comunidade moral não racional e emocional, que se transforma em única fonte de sentimentos intensos" — e também em Weber — para quem o carisma era "o refúgio final do ator individual criativo em um mundo mecânico e desencantado"[120]. A semelhança essencial entre ambos encontrava-se na concordância de que a relação carismática implicava uma perda de vontade e identidade pessoal no sujeito. Mas, além disso, Weber era consciente de que, ainda que a política fosse feita com a cabeça, na medida em que devia combinar "a paixão ardente e a frieza medida", por ser uma atividade autenticamente humana, a entrega a uma causa só podia nascer e se alimentar da paixão[121]. O conflito entre o mundo moral do grupo e os desejos da pessoa foi o argumento com o qual Sigmund Freud iniciou, pouco depois, o desenvolvimento do seu conceito de superego.

A enorme influência de Freud e da psicanálise, mas também de Alfred Adler, de Carl Gustav Jung e, na seguinte geração, de Burrhus Frederic Skinner e do condutivismo, conceberam uma crítica à fé na lógica convencional e promoveram tanto o interesse no uso de histórias clínicas quanto à realização de estudos sobre a conduta para compreender melhor o comportamento político individual. Estimava-se que o destaque exclusivo da lógica incapacitava para uma aproximação afinada à realidade e daí derivava o erro que supunha que as aberrações emocionais podiam ser conquistadas por doses heroicas de pensamento lógico[122]. Por outro lado, eram tempos nos quais a ação das massas havia surgido de forma vertiginosa, preocupante, para um núcleo considerável de pensadores de linha conservadora, e salvadora, para outros situados na margem ideológica oposta. Mas, de qualquer forma, pensava-se que o comportamento humano sob a influência da aglomeração impossibilitava qualquer

120 Lindholm (1992: 56).
121 Weber (1987: 154).
122 Lasswell (1930: 31).

tentativa de desenvolver uma conduta racional[123].

A multidão, em um paralelismo entre a relação hipnótica e a mentalidade de grupo, era um sonâmbulo que requeria a presença de uma figura central e inspiradora que a exortasse a agir, mas, nesse cenário, o conteúdo da visão do líder era irrelevante, pois o grupo e o líder estavam unidos, "não por feixes de energia invisível, não pela efervescência coletiva nem pela excitação contagiosa, mas pelo amor… é o amor abjeto do amorfo pelo formador, e a multidão o expressa adulando obtusamente um déspota alienado"[124]. O interessante é que a pessoa que lidera nominalmente um determinado grupo podia não ser a pessoa escolhida pelo grupo para representar sua irracionalidade. O líder real e efetivo surgiria espontaneamente como produto de um desejo inconsciente do grupo[125].

As paixões alcançavam assim seu auge no devir da humanidade e, na visão da psicologia de massas, na passagem do século XIX para o século XX, o super-homem de Nietzsche renascia com uma base teórica mais convincente, "mas também sob um aspecto mais sinistro, como uma criatura amada pelas mesmas massas que ela escraviza e despreza, proclamando a destruição de todos aqueles que não acreditam em suas obsessões"[126].

Durante o século XX, especialmente na sua primeira metade, o poder apareceu muito frequentemente com uma predisposição cruel, indiferente e sádica que conduzia o semelhante ou o grupo a estados de loucura que tirava o juízo das pessoas. Os políticos tinham comportamentos psicóticos em sua tendência irracional de controlar a si mesmos e, de forma mais sinistra, de controlar os demais[127]. A ditadura ou tirania, representadas pelos regimes totalitários e outras formas de con-

123 Le Bon, 1985 [1895]. Este trabalho influenciou muito a Escola de Chicago e sua teoria da liderança "teve efeitos muito importantes em Roosevelt que o conheceu, De Gaulle que o citava, e Hitler que se orgulhava de admitir que considerava Le Bon como um mestre". Em Lindholm (1992: 62).
124 Lindholm (1992: 69 e 72).
125 Glass (1995: 125).
126 Lindholm (1992: 75).
127 Glass (1995: 158).

centração do poder em mãos de muito poucos, eram sistemas políticos psicóticos por excelência cuja base epistêmica era a desilusão das pessoas, a violência e uma ideologia política derivada de um sistema de pensamento fechado que acarretava uma psicodinâmica de fantasias inconscientes, como a paranoia e a esquizofrenia[128].

Os esforços realizados na primeira metade do século XX para entender e moldar a mente, com o objetivo de prevenir o temido desvio social, popularizou a psicologia e a psiquiatria para além dos limites da clínica, utilizando programas de higiene mental que foram adotados de forma generalizada[129]. Não só nos sistemas totalitários, as instituições psiquiátricas tornaram-se espaços disciplinares nos quais confinar as pessoas incapazes de se autogovernar devido a suas excentricidades ou sua tendência a cometer delitos. Psiquiatras, juízes e, ironicamente, até políticos[130] usaram um poder soberano baseado na lógica da higiene mental para agir com implicações políticas, não só para eliminar o inimigo político, mas também para propor a loucura como a primeira ameaça ao bem-estar social, que requeria uma espécie de exercício de poder disciplinar[131].

No entanto, a psicologia também deu uma contribuição fundamental ao articular novas técnicas de propaganda[132] na sociedade industrial de massas, cujas portas eram abertas ao alegre consumo que fundava as bases do novo modelo de capitalismo. Essas técnicas transformaram-se imediatamente na arte das relações públicas. Sua transferência à política, transformada em cenário de marketing dos votos avidamente buscados pelos políticos e que estavam nas mãos dos eleitores, foi imediata. Os políticos, após o avanço irrestrito da democracia, eram pessoas que, acima de tudo, tinham que conseguir o favor dos cidadãos mediante a ob-

128 Glass (1995: 187).
129 Nadesan (2008: 139 e 151).
130 Em fevereiro de 1997, o Congresso equatoriano destituiu por "incapacidade mental" o presidente Abdalá Bucaram eleito democraticamente. Alcántara (2003: 419).
131 É a conhecida posição de Foucault. Ver Nadesan (2008: 140-145).
132 Bernays [1928].

tenção de uma quantidade suficiente de votos[133] e, portanto, as novas técnicas de mercadologia eram muito valiosas. A relação de confiança mútua entre políticos e eleitores, necessária em toda democracia, pois age como catalizador para um funcionamento mais eficiente da sociedade, desvanecia por completo devido ao cinismo[134] que acabava tomando conta das grandes massas em razão da dupla moral dos políticos[135].

A mudança de cidadãos ativos em consumidores passivos estava dada e, nessa transformação, o uso inovador do "enquadramento" (*framing*) potenciava ainda mais o papel da psicologia cognitiva, agora conectada com a mídia. Entendido como a forma na qual os acontecimentos e temas se organizam e ganham sentido na mídia, nos seus profissionais e nas suas audiências[136], o impacto do enquadramento nas atitudes políticas baseia-se em princípios psicológicos. Há evidências razoáveis de que certos enquadramentos apoiam-se exclusivamente na atenção limitada das pessoas e em diferentes níveis de acessibilidade cognitiva. Apesar de que a vida política aumenta seu ruído, as pessoas cada vez ouvem menos. Também se sabe da estreita relação existente entre as atitudes políticas de longo prazo — como as crenças, os valores e as expectativas — e as forças sociais de curto prazo, como a envolvida no enquadramento[137].

O impacto da subjetividade não era domínio exclusivo de aproximações feitas a partir da psicologia, também era algo presente no pensamento de um dos principais filósofos da primeira metade do século XX, como George Santayana,

133 É célebre a frase registrada por Schumpeter (1947: 285) — que ele mesmo assume e da qual sugere eliminar o sentido cínico — atribuída a um dos políticos de mais sucesso de seu tempo que afirmava que "o que os homens de negócios não entendem é que quando eles se preocupam pelo petróleo eu o faço pelos votos". Já, antes, Schumpeter tinha afirmado que a primeira função do voto do eleitor era produzir governo (1947: 273).

134 No sentido de dar simultaneamente um apoio massivo maioritário à democracia e uma desconfiança plena nos políticos e nas instituições democráticas. Dogan (2005b).

135 Argumento desenvolvido para o caso da Itália por Rocchini (1993).

136 Reese (2001: 7).

137 Nelson e Willey (2001: 263).

que destacava o papel desempenhado pela psique na política cotidiana[138]. Igualmente, no programa epistemológico suposto no projeto "das ciências das políticas" (*policy sciences*), há três quartos de século, a psiquiatria foi proposta como um fator que ajudava a dilucidar o processo de elaboração das políticas na sociedade ou que supria os dados necessários para poder analisar racionalmente as questões políticas[139]. A personalidade política que havia estado presente no pensamento clássico agora apresentava uma cobertura científica que permitia abordar de outra maneira as pessoas famintas de poder que constituíam uma elite que apresentava traços psicológicos em comum[140], de modo que era possível estabelecer postulados como base para um estudo mais ordenado e sistematizado. Esses foram os axiomas que propunham que a insaciabilidade de uma necessidade pessoal de poder era intrínseca ao político — por se conceber como um ego separado de outros — e que a demanda de poder fosse complementada com a busca de outros valores apenas como base para o poder, e que as expectativas fossem centradas na história passada e nas possibilidades futuras que afetavam o poder[141].

A psiquiatria abordou essas questões e relacionou as doenças mentais daqueles que detém o poder com seu exercício. Os resultados não são conclusivos, mas abrem um novo panorama a ser considerado. Saber até que ponto a empatia, a criatividade, a resiliência e o realismo estão ou não vinculados com a depressão é relevante para entender a atuação do político em determinados momentos[142].

A crítica constante a essas aproximações, apesar dos enormes esforços

138 "The agent in politics is not man as he appears to the senses, but an inner proclivity to action and passion that animates him, and that I call the psiche… it is the life of the body". Santayana (1951: 14).

139 Lasswell (1948: 120).

140 "… the psychological affinities… that make it possible for them to say of one another: He is, of course, one of us… Nowhere in America is there as great a 'class consciousness' among the elite; nowhere is it organised as effectively as among the power elite". Mills (1956: 283).

141 Lasswell (1948: 54).

142 Ghaemi (2011) defende em seu trabalho que aborda diferentes figuras como Churchill, Gandhi, Martin Luther King, Chamberlain e Lincoln, entre outros, que a depressão era uma fonte de reforço da liderança em tempos de crise, não sem certa crítica por outros setores da psiquiatria que rejeitam essa visão positiva das doenças mentais.

quantitativos de Lasswell[143] e da expansão da psicologia depois da Segunda Guerra Mundial, foi baseada, desde então, em sua incapacidade de medir a mente humana. A psicologia entrou em uma idade dourada que facilitou a adaptação social a partir das políticas de segurança do Estado promovendo a estabilidade doméstica, a persuasão e a propaganda perante os conflitos decorrentes da Guerra Fria[144]. Além disso, sua contribuição com os testes de personalidade e de inteligência da pesquisa biométrica foi importante. No entanto, tudo isso não permitia resolver a lacuna entre cérebro e mente.

A psicologia aproximou-se de outras ciências da vida e logo assumiu que o comportamento humano era um fenômeno biológico por excelência que se encontrava condicionado pelo potencial biológico do individuo expressado através do genótipo[145]. Os estudos biométricos orientados à psicobiologia da personalidade e à psicopatologia requeriam a criação de descrições confiáveis das características do fenótipo, como a inteligência ou a ansiedade. Dessa forma, começaram a ser utilizadas técnicas de aplicação de questionário para medir até que ponto os parentes próximos também apresentavam essas características estudadas[146]. O pulo para a genética estava facilitado.

Outro cenário que supõe uma relação evidente entre a psicologia e outras ciências da vida, como a neurologia, com evidentes repercussões na atividade política, é o construído em volta da linguagem não verbal. Esse é um assunto de grande relevância ao estarmos atualmente imersos em um cenário no qual a imagem ocupa um lugar central na atividade política, e no qual os políticos são conscientes dessa importância. Os cursos de capacitação de políticos, como será exposto no capítulo terceiro, destaca este aspecto.

Os gestos, o tom e o timbre da voz, as posturas e as diferentes expressões

143 Ver os diferentes trabalhos recopilados em Rogow (1969), especialmente Smith (1969).
144 Nadesan (2008: 155).
145 Masters (1989).
146 Nadesan (2008: 156).

faciais encontradas nos hominídeos sempre estiveram intimamente vinculados com a retórica. Hoje, sabe-se bastante sobre as origens evolutivas das expressões faciais, assim como sobre as estruturas neurológicas que processam esses estímulos e, graças à psicologia, sobre a forma em que os aspectos cognitivo e emotivo interagem quando as pessoas respondem às imagens dos políticos[147]. O interessante é que conformam um repertório de respostas sociais codificadas em forma de comportamento não verbal que traduz emoções e sinais de comunicação similar ao encontrado nos macacos. Nos primatas, as expressões faciais dão sinais de domínio ou de subordinação. A consequência de tudo isso é que se reage aos gestos como se atrás deles houvesse um código secreto e complexo, mas que é entendido por todos. Essa linguagem gestual, juntamente com a vestimenta e, conforme o caso, a maquiagem, é funcional ao comportamento social normal, e não é surpreendente que os políticos sejam alguns dos seus usuários mais interessados.

A necessidade de maximizar o tempo relativamente escasso que os políticos têm para se expor aos cidadãos, seja na campanha eleitoral ou na atividade política habitual, e ainda mais se essa exposição é feita por um meio como a televisão, leva à necessidade de usar da forma mais eficiente possível a comunicação não verbal para influenciar as emoções e atitudes dos cidadãos. Uma filmagem breve de apenas alguns segundos reproduzindo um gesto perfeitamente ensaiado e cujos efeitos foram calculados pode ter muito mais impacto do que um discurso de vários minutos. Nesse sentido, o elenco de tipos de gestos não verbais e de emoções que foi identificado e que pode ser reproduzido pelos políticos com resultados similares divide-se em três categorias funcionais: angústia, ameaça ou agressão; medo ou evasão; e felicidade ou afiliação[148]. Essas categorias desempenham um

147 Masters (1989: 40) destaca a importância do comportamento não verbal em histórias sobre estadistas famosos cujas expressões faciais foram fundamentais para reforçar seu sucesso, como no caso de Hitler, Churchill, Mao e Eisenhower.

148 Os efeitos do comportamento não verbal foram demonstrados experimentalmente em trabalhos de psicologia social. Masters (1989: 49).

papel central no comportamento social do gênero humano e também no dos primatas. Por último, o estudo do comportamento não verbal acrescenta um argumento suplementar a favor do fato de que os seres humanos não sempre são racionais, pois os gestos incidem enormemente sobre as emoções.

3.2. Biopolítica

A existência de interações entre estudos de diferentes aspectos da política desde uma perspectiva das ciências da vida é algo que tem uma sólida tradição. Há um legado histórico no pensamento ocidental que se preocupou pelas relações entre o ser humano e a natureza, de maneira que o exame do papel dos princípios físicos na teoria política já se encontra em Aristóteles e se manteve com continuidade desigual durante séculos. No entanto, a Ciência Política atual parece ser relutante com respeito a aprofundar análises conjuntas com as ciências da vida[149]. Além disso, é evidente que a introdução progressiva da tecnologia na vida cotidiana tem tido efeitos sobre os conflitos políticos resultantes de mudanças na distribuição de recursos.

O mais relevante a partir da modernidade tem sido que a tecnologia faz transferências entre interesses públicos e privados apagando as diferenças tradicionais que existiam entre eles. Essa ambiguidade entre as esferas pública e privada, assim como a introdução de técnicas cada vez mais sofisticadas que afetam o processo de tomada de decisões, constitui também um dos principais riscos para a democracia. Há uma tendência crescente de concentração do poder político por parte daqueles que controlam a informação técnica, de maneira que o resultado final é fruto de uma estreita inter-relação entre tecnologia e política onde não está ausente o conflito de valores. As políticas públicas no campo da ciência e da tecnologia no domínio da pesquisa, desenvolvimento e inovação colidem frequentemente com

149 Ver Hibbing e Smith (2007). Ver também o peso dessas aproximações nos programas dos diferentes congressos da disciplina: IPSA, APSA, ECPR, ALACIP, AECPA, SAAB.

a lógica do mercado e com o papel das grandes empresas privadas do setor. Além disso, as disputas éticas relacionadas com as pesquisas com células-tronco e outros assuntos sensíveis para os setores mais conservadores fomentam um ativismo político que obstrui e inclusive persegue a pesquisa nessas áreas.

Ultimamente, tem havido diferentes abordagens biomédicas centradas no sujeito pulando da esfera estritamente privada para a esfera pública. Já foram realizadas várias pesquisas importantes que contribuíram para o conhecimento dos fatores constitutivos do político com base em uma visão tradicional da atividade política. Partindo da medicina, foram realizados estudos sobre a influência das doenças físicas nos políticos[150]. Também tem havido interesse no campo das doenças psíquicas[151]. Na Espanha, essa tarefa esteve mais relacionada com ensaística e teve como representante a Gregorio Marañón[152]. Nas decisões dos dirigentes mundiais do século XX, aparece como a manipulação das questões médicas, no caso, do presidente, pode influir no resultado da ação de governo. Se, como aponta Owen, 29% de todos os presidentes dos Estados Unidos sofreram doenças psíquicas es-

150 Owen (2010) desenvolve uma teoria própria sobre a embriaguez de poder vivida por alguns dirigentes e batiza esse mal como hybris, seguindo a voz grega — segundo Ésquilo, os deuses invejavam o sucesso dos humanos e mandavam a maldição da hybris para os que estavam no auge, levando essa pessoa à loucura. A hybris é descomedimento, soberba absoluta, perda do sentido de realidade. Enfocando políticos democraticamente eleitos, Owen mostra as depressões profundas com pensamentos suicidas de Abraham Lincoln ou Charles De Gaulle, o provável transtorno bipolar de Theodore Roosevelt, Lyndon B. Johnson e Winston Churchill, o alcoolismo de Richard Nixon. O encobrimento do câncer de François Mitterrand, que foi descoberto assim que subiu à chefatura do Estado em 1981, de modo que durante toda sua carreira como presidente, até sua morte em 1996, esteve doente e mentindo. Franklin D. Roosevelt, que teve pólio aos 39 anos e ficou paralítico, tentou ocultar sua deficiência e inclusive inventou um método para ficar de pé e dar alguns passos para que as pessoas pensassem que ele podia andar. Das 35 mil fotografias conservadas no arquivo de Roosevelt, só em duas ele aparece na cadeira de rodas. Finalmente, John F. Kennedy tinha a doença de Addison, uma insuficiência crônica de certos hormônios essenciais, que o levou a tomar, durante toda a vida, cortisona, um fármaco que lhe inchou o rosto e desfez os ossos e cartilagens com uma osteoporose aguda. Suas vértebras eram achatadas e presas com placas e parafusos, sofria inflamação crônica do intestino, colón irritável, dores constantes de cabeça e de estômago, infecções respiratórias e do trato urinário, malária e dores tão fortes nas costas que, em certas épocas, teve que receber injeções de procaína nos nervos de três a quatro vezes por dia, um tratamento muito doloroso, mas que proporcionava um alívio passageiro. O mexicano Adolfo López Mateos estevo impossibilitado de governar durante, pelo menos, dois anos devido às enxaquecas, ver Mejía Madrid (2011).

151 Lasswell (1930: 7) reuniu em seu trabalho a histeria de Bismarck, as patologias depressivas de Lincoln, os hábitos de eunuco de Robespierre e a paranoia de Rousseau.

152 Realizou, nos seus ensaios biográficos, análises fisiopatológicas de personagens como Henrique IV de Castela, o conde duque de Olivares, Tibério e Antonio Pérez. Marañón (1934, 1936, 1939 e 1947).

tando no cargo e 49% apresentaram traços indicativos de transtorno mental em algum momento de sua vida, cifra que representa mais do dobro da média para a população mundial, e considerando tanto o próprio círculo profissional quanto o dos "clientes", em que outra profissão isso seria possível? E ainda mais com o poder acumulado em suas mãos ou talvez por isso mesmo.

Uma das consequências intelectuais dos grandes massacres que assolaram a humanidade no século posterior à guerra franco-prussiana foi a consideração de que o poder era exercido no nível de vida dos povos e que a nova forma de guerra satisfazia um poder disciplinar de natureza biológica. A biopolítica mostrava-se para a população como um problema político que precisava ser regulado. A teoria de Michel Foucault do poder disciplinar baseia-se precisamente nas consequências da entrada da vida na ordem do poder para controlar a vida natural do corpo individual[153]. As técnicas disciplinares construídas durante o século XIX transferiram o centro de atenção do indivíduo para a população como uma massa viva. Um novo "biopoder" concentrou-se no "homem como espécie" e começou a se relacionar com a análise estatística das leis gerais de probabilidade dos processos vitais que ocorrem no seio da população, como as taxas de nascimento, mortalidade, acidentes e doenças, entre outras, assim como o controle das relações entre as populações humanas e o meio ambiente no qual vivem[154].

Como consequência, o biopoder aponta para a regulação dos processos biológicos mais extensos; enquanto a história de uma população não pode ser controlada, sua realidade biológica pode. A ameaça de morte terminou sendo, finalmente o argumento mais potente nas mãos dos poderosos. Supõe o limite da soberania que termina conjugando uma espécie de "necropolítica" capaz de definir o que importa e o que não importa, quem está disponível e que não[155]. A lógica

153 Reid (2008: 23).
154 Marks (2008: 96).
155 Mbembe (2008: 176).

da "guerra total" e, depois, da "guerra contra o terror" será a forma máxima, por excelência, de controle que, além do mais, apresenta um forte componente racial.

A biopolítica de Foucault[156] parte da ideia de que o poder é relacional, algo que existe entre atores mais que algo possuído por alguém. Assim, é uma perspectiva muito diferente da subdisciplina, que surge no campo da pesquisa que aplica o conhecimento e o método das ciências da vida para o estudo da política. Entender os fundamentos biológicos do comportamento político eleva-se como um desafia a partir de uma visão que deixa atrás o modelo do indivíduo econômico maximizador de seu interesse por um novo cujo comportamento decorre do conjunto integrado pelo genótipo e o meio ambiente. Surge assim a ideia de biosoberania[157] relacionada com o aumento do poder sobre o uso e destruição da própria vida. A biosoberania não precisa da centralização do poder em um corpo ou entidade soberana, pode se dispersar através da população com tecnologias que afetam o indivíduo moldando as decisões e os resultados biopolíticos.

A biopolítica[158] aplicada ao estudo dos políticos foi abrindo paulatinamente cenários de análise até focalizar a área de comportamento na qual o impacto da biologia sobre a política é mais determinante e controvertido. O comportamento político está influenciado por fatores genéticos[159] e é resultante de fatores fisiológicos como a saúde, a nutrição, o *stress* e a superpopulação, entre outros[160]. Também foi se aproximando de outros campos relacionados, como mencionado, com o domínio facial, aspectos verbais e não verbais, visuais e vocais, assim como a ordem de nascimento, o domínio hemisférico, o uso da mão direita ou esquerda e os níveis de energia. Todos eles formam uma lista de assuntos que são importantes

156 Foucault (2004).
157 Nadesan (2008: 132).
158 Termo que acabou sendo aproximado conceitualmente ao de biocracia que supunha "o poder do conhecimento biológico para dar forma, provar e possivelmente redefinir temas e valores políticos" segundo Caldwell (1986: 12).
159 Fowler *et al.* (2008).
160 Blank e Hines (2001: 80); Oxley *et al.* (2008).

para o melhor conhecimento das elites e da capacidade destas de avançar na escalada do poder ou simplesmente para manter-se nele.

Outro claro exemplo de uma aproximação biopolítica é a formação de conceitos que partem da genética, dos genes "de risco" que podem causar doenças, mas também de riscos ambientais ou mesmo de estilos de vida[161]. Por exemplo, uma pesquisa recente mostrou que os negros e mulatos no Brasil são geneticamente europeus em oitenta por cento dos casos, ou seja, em proporção maior que africanos ou índios[162]. Em um país onde o racismo desempenhou, e, às vezes, ainda desempenha, um papel tão importante, essa consideração acarreta consequências políticas enormes, posto que mais da metade da população brasileira é negra e mestiça. A combinação da migração europeia desde o século XVI e com os casamentos de homens brancos com mulheres índias e negras gerou uma população na qual a aparência física está pouco relacionada com os antepassados dessas pessoas. O que ocorre, e que pode ter levado ao erro, é que os genes da cor da pele ou do cabelo, por exemplo, são muito poucos, uma parte mínima da herança genética, apesar de que seu efeito seja muito visível e evidente.

A relação entre psicologia política e neurologia social provoca um diálogo necessário para compreender como interagem o nível de organização biológica e o social no pano de fundo do comportamento político. Essa interação requer considerar três princípios que questionam seriamente o processo linear canônico da lógica causal. Além disso, sua sequência supõe uma proposta frutífera para entender o papel desempenhado pelas instituições na sua qualidade de regras aplicadas ao campo político.

Em primeiro lugar, encontra-se o princípio do determinismo múltiplo que

161 Nadesan (2008: 133).

162 Segundo um estudo científico coordenado por Sérgio Danilo Pena, catedrático da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre uma amostra de mil pessoas, ver em 20.02.11 http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Sorpresa/Brasil/negros/mulatos/geneticamente/europeos/africanos/indios/elpepusoc/20110218elpepusoc_16/Tes. Neste sentido, a neurologia também está ajudando no processo de avaliar comportamentos diferenciados dentro de populações raciais diferentes. Ver Phelps e Thomas (2003).

especifica que um caso que é objeto de análise direta em determinado nível de organização pode apresentar múltiplos antecedentes dentro ou ao longo dos outros níveis de organização. A ação de comer, por exemplo, está influenciada tanto pela fome quanto por questões sociais. Na mesma ordem, o comportamento agressivo poder ser resultado de efeitos hormonais, neuroquímicos ou neuropatológicos em nível biológico; contingências instrumentais, frustração ou desilusão paranoica em nível psicológico; e/ou superpopulação, defesa nacional ou territorialidade no nível sociopolítico.

O segundo princípio do determinismo não aditivo especifica que as propriedades do todo não são sempre imediatamente previsíveis a partir das propriedades das partes. Assim, foram pesquisados os efeitos das anfetaminas no comportamento dos primatas não humanos, sem que fosse encontrado nenhum padrão claro de comportamento depois da administração da anfetamina e do placebo, até ser considerada a posição do primata na hierarquia social.

Finalmente, encontra-se o princípio do determinismo recíproco que especifica que pode haver influências mútuas entre fatores microscópicos e macroscópicos na determinação de processos cerebrais e do comportamento. Por exemplo, sabe-se não só que o nível de testosterona nos machos primatas não humanos promove o comportamento sexual, mas também que a habilidade das fêmeas receptivas influencia esse nível[163]. Da mesma forma, nem todo mundo que toma cocaína torna-se viciado e muito pouco se sabe sobre os substratos biológicos ou influências ambientais que fundamentam esta vulnerabilidade diferencial[164].

Este diálogo permanente entre as ciências da vida e a ciência política está imerso em um cenário dominado pela complexidade e autonomia do corpo político[165]. A conexão da biologia, da genética ou da neurologia, da tecnologia em

163 Também se sabe que há uma relação significativa entre níveis de testosterona e agressão. Ver McDermott *et al.* (2007).
164 Cacioppo e Visser (2003: 651-653).
165 Dobuzinskis (1987).

geral, com a Ciência Política advém de duas vertentes que contribuem com ideias para explicar o político, mas também oferece mecanismos para influenciar o político. A primeira está relacionada com a teoria da evolução que busca argumentos explicativos para o avanço da humanidade ao longo do tempo, considerando que a evolução é um processo orientado a um objetivo que reflete a inter-relação das estratégias adotadas por sistemas viventes que competem e/ou colaboram. A evolução levou nossa espécie, assim como outros primatas sociais, a uma predisposição para os sistemas sociais e políticos hierarquicamente estruturados que em boa medida abriram caminho para o autoritarismo que dominou grande parte da história da humanidade[166].

A segunda relaciona-se com os descobrimentos realizados principalmente durante o último século, que incluem da nova cibernética até a neurologia passando pela genética. Desde há poucos anos os estudos de genética, conforme foram avançando os conhecimentos sobre o genoma humano, mostram a existência de pelo menos quinze sequências de genes com claras implicações políticas, pois acarretam certa propensão a determinado tipo de comportamento[167]. A importância dos neurotransmissores serotonina e dopamina sobre a sociabilidade foi provada de forma contundente. Ainda mais recentemente, as pesquisas abordaram a amígdala cerebral que é um centro de processamento relevante de atividades do comportamento e da sociabilidade. De fato, há sólidas evidências neurológicas que sustentam que dentre os efeitos da estimulação da amígdala são encontrados elevação ou diminuição da pressão arterial e da frequência cardíaca, e que a estimulação de certos núcleos amigdalinos pode originar padrões de cólera, fuga, castigo e medo. Além disso, a ablação lateral das amígdalas causa uma combinação de alterações comportamentais que compreende, entre outras, perda do medo, diminuição

166 Somit e Peterson (1997).
167 Carmen, 2007.

da agressividade e docilidade[168]. Por meio da combinação de técnicas genéticas, moleculares, eletrofisiológicas e de comportamento, acaba de ser descoberto que uma proteína denominada neuropsina, partindo da amígdala, centro emocional do cérebro, dispara a resposta química para o *stress* no cérebro que reage aumentando a produção dessa proteína. Ou seja, é desencadeada uma sucessão de passos químicos que acabam provocando maior atividade da amígdala e, como consequência, ativa-se um gene que determina a resposta a nível celular, o que leva a um processo químico cerebral que dispara a resposta diante de situações muito estressantes ou acontecimentos traumáticos que afetam altas porcentagens da população e geram grande impacto tanto do ponto de vista pessoal quanto social e econômico[169].

A pesquisa mais extensiva sobre o cérebro foi desenvolvida pela psicofarmacologia com sucesso destacado no tratamento dos sintomas da depressão maníaca, psicose e depressão. Por trás desse interesse de pesquisa encontra-se a ideia recorrente de que o comportamento pode ser explicado por diferentes estados cerebrais (relacionados com estados genéticos) que podem ser facilmente manipulados pela engenharia química. Como consequência, é possível entender o uso frequente, embora pouco documentado rigorosamente, de fármacos por parte da classe política.

O triângulo composto pela farmacologia, genética e neurociência forneceria um conjunto de estratégias para operar sobre as diferenças de personalidade, de comportamento e psiquiátricas das pessoas a partir da explicação e tratamento farmacológico das patologias biológicas. Porém, as coisas não são tão simples,

168 Guyton e Hall, 1997: 821-822.

169 "Examinamos então as consequências dos processos celulares provocados pelo *stress* no comportamento de ratos. Os estudos revelaram que estes, quando estavam estressados, evitavam as zonas do labirinto experimental nas quais se sentiam inseguros, espaços abertos e iluminados que evitavam quando sentiam ansiedade. No entanto, ao bloquear a produção da proteína chave na amígdala, seja com fármacos ou com manipulações genéticas, os ratos abandonam esse comportamento motivado pelo *stress*. Nossa conclusão é que a atividade da neuropsina e os mecanismos associados podem determinar a vulnerabilidade ao *stress*". Ver El País, Madri, de 21.04.2011 http://www.elpais.com/articulo/sociedad/proteina/dispara/respuesta/quimica/estres/cerebro/elpepusoc/20110421elpepusoc_10/Tes de 23.04.11

pois a forma específica de medicação sempre estaria mediada pelos padrões neoliberais de eficiência e cálculo, assim como pelos incentivos existentes no mercado para sua capitalização[170], com o perigo de não existir outro tipo de interesses de caráter mais estritamente político, por exemplo, a segurança global ou a existência de "pessoas más", o que mudaria o eixo central das considerações.

É notável a consequência de tudo isso sobre acontecimentos de forte emotividade e tensão social que, além do mais, apresentam um contexto determinante. Basta pensar na turbulência social e nas reações políticas coletivas observadas diante de certos eventos históricos na memória de todos como o evento de 11 de setembro de 2001. Os assessores nas campanhas eleitorais conhecem, por outro lado, a eficácia, em determinados contextos, do uso de mecanismos de propaganda de indução do denominado voto do medo.

Na tradição ocidental, a pesquisa neurológica aborda a relação entre o cérebro e a mente, que podem ser considerados uma unidade ou dois elementos separados[171]. Esse dilema continua tendo profundas implicações políticas; do ponto de vista da direita, leva a pensar que o objetivo final das pesquisas sobre o cérebro é ameaçar o conceito de alma imaterial sobre o qual se baseia o pensamento religioso; do ponto de vista da esquerda, leva a temer que seja um instrumento para descobrir formas de controle social ou do comportamento[172]. O cenário definido por um conjunto de células nervosas interconectadas fundador da responsabilidade individual, da autonomia e do livre arbítrio é tão perigoso como o que considera a existência de uma *tabula rasa* cerebral na qual tudo pode ser esculpido pela vontade de terceiros.

Não obstante, enquanto os neurocientistas são cada vez mais conscientes da relevância do papel dos fatores sociais, políticos e culturais no desenvolvimento,

170 Nadesan (2008: 180).
171 Ver os recentes trabalhos a esse respeito de Dortier (2011) e de Pérez (2011).
172 Blank (1999: 60).

seleção e manutenção de mecanismos básicos de comportamento neuronal, a Ciência Política tem dificuldade para descobrir quais princípios e técnicas da neurologia podem ser de utilidade em seus estudos. Por exemplo, quando se trata de comportamento social, há diversos mecanismos que podem ser melhor entendidos por meio de modelos elaborados com suporte empírico sobre descrições teoréticas de conflito[173]. Igualmente, todo o trabalho recente em torno da noção de capital social — com seus conceitos de capacidade de organização, cooperação, confiança e altruísmo — é baseado no conceito de capital humano no qual, por sua vez, são determinantes as ideias de desenvolvimento mental e de capacidades cognitivas individuais[174].

Por outro lado, o cérebro está fortemente associado a certo número de questões que impregnam completamente a vida política. Pelo menos a violência, a adição e as diferenças sexuais, tanto com respeito ao comportamento quanto à orientação, podem ser consideradas politicamente significativas[175]. Todas essas questões são muito debatidas no campo das políticas públicas, com decisões quase sempre polêmicas ou questionáveis, sem que o fator neurológico seja considerado, salvo em raras exceções[176]. As implicações de tudo isso são evidentes em três dimensões políticas no que se refere ao cérebro: nas decisões sobre pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; no uso individual dessas tecnologias quando disponíveis e, finalmente, nas consequências adicionais da aplicação extensiva de determinada tecnologia[177].

As consequências individuais de tudo isso são muito relevantes, e a eugenia está situada no centro de todas elas. Porém, no que se refere a este livro, há pelo

173 Cacioppo e Visser (2003).
174 Elguea (2008: 71 e 72).
175 Blank e Hines (2001: 109-122).
176 Na neurologia, os avanços nos estudos do cérebro abordaram diferentes tipos de problemas vinculados com o envelhecimento, lesões e transtornos mentais em geral, que incluem intervenções baseadas em cirurgia direta, mediante terapia química, hormonal ou biológica. Essas intervenções podem ser realizadas com o consentimento do paciente, com consentimento sob coação e sem consentimento, cenário de levantar graves suspeitas.
177 Blank (1999: 9-12).

menos três consequências a ser mencionadas: em primeiro lugar, que o processo de tomada de decisões políticas individuais — por exemplo, o primeiro passo para começar uma carreira política — revela-se em termos da relação entre processos mentais, pensamento metafórico e construção política de imagens[178]; em segundo lugar, que o sonho de criar "um político por encomenda", pelo menos do ponto de vista da neurologia, parece distante, pois, no momento e apesar das evidências da relação entre cérebro e comportamento, o funcionamento neuronal é ainda um fraco preditor do comportamento[179]; e, finalmente, as consequências da dissonância cognitiva, um dos fenômenos mentais mais relevantes para o político e para sua atividade, representando uma das implicações mais graves para a ação política, pois pesquisas recentes indicaram que os indivíduos diante da dissonância cognitiva assumem uma de quatro posturas que apresentam cenários muito diferentes com notáveis repercussões: ser incapaz de recordar a informação recebida, de entendê-la ou não acreditar nesta por considerá-la irrelevante ou devido à fonte da qual procede[180].

4. O animal político tem mente e move-se no seio das instituições

A razão não pode desencadear nem bloquear os sentimentos.
Mas pode discipliná-los.

Sándor Márai[181]

Encerro este primeiro capítulo com duas reflexões sobre o papel das instituições e da pulsão pelo poder, no que se refere a seu caráter explicativo da atividade política. Trata-se de dois tipos de variáveis, cuja natureza é semelhante

178 Castells (2009: 7 e capítulo III).
179 Blank (1999: 101).
180 Elguea (2008: 137).
181 Márai (2005: 115).

devido a seu denominador comum de processos mentais, que permitem abordar de maneira mais ampla a complexidade com que intervém na política. As instituições são regras que emanam da mente humana assim como a pulsão pelo poder, que é uma mistura formada pelo temor e a ambição.

Como bem se sabe, o neoinstitucionalismo está associado com as teorias da escolha racional, por isso, é apropriado abordar questões ligadas aos modelos de racionalidade substantiva. Uma racionalidade ligada ao uso de habilidades de caráter puramente mental, como a memória, a linguagem, a consciência, a intencionalidade e a habilidade para formular teorias sobre a mente dos demais e, com isso, ajudar a explicar a realidade do contexto dos indivíduos e inclusive poder antecipá-lo[182].

Em um trabalho já clássico, apoiado pelo paradigma do institucionalismo histórico, Arthur Denzau e Douglass North[183] introduziram três características desses modelos — a complexidade, a motivação e a informação — que inevitavelmente levavam a uma clara valorização dos processos mentais em detrimento das clássicas constrições das regras como pilares básicos estabelecidos pelo neoinstitucionalismo. Levar em conta a complexidade dos modelos mentais necessários para realizar escolhas sensíveis, conforme as preferências e os recursos de cada um, é o primeiro aspecto a ser considerado. Em segundo lugar, conhecer a importância da escolha e do modelo subjacente para o indivíduo, assim como até que ponto este acha que sua escolha pode afetar o resultado real são motivações que não podem ser ignoradas. Finalmente, a certeza de ter informação confiável que, graças a processos de retroalimentação, permita a correção de maus modelos e, além disso, saber a frequência em que ocorre a escolha em situações nas quais há retroalimentação possibilita novas considerações sobre a própria existência da informação. Em todas essas características, os processos mentais desempenham um papel fundamental e torna-se imprescindível tentar entendê-los e incluí-los nos

182 Elguea (2008: 116).
183 Denzau e North (2000: 27-28).

modelos de estudo da atividade política junto com os próprios projetos institucionais. A Ciência Política não pode dar as costas a essa realidade[184].

Um argumento repetido pela bibliografia especializada ao explicar a presença das pessoas na política é a pulsão pelo poder que constitui o outro lado da mesma moeda composta pelo temor e pela ambição, algo que será analisado detalhadamente mais adiante. Ambos possuem mecanismos mentais cuja gênese, estrutura funcional e modo de operar são pouco conhecidos, e a psicologia e a neurociência estão mal começando a fornecer indícios convincentes a seu respeito. Tanto o temor quanto a ambição, presentes na obra de Maquiavel, mas também na de Shakespeare, estão relacionados com constrições e incentivos específicos que integram modelos mentais muito diferentes conforme diferentes sistemas de crenças existentes em grupos sociais muito variados. Eles podem ser medidos por alguns sinais externos enunciados quer pelas intenções expressas dos políticos, por suas inibições, quer pela resposta a diferentes provocações ou o cumprimento de uma série de etapas em uma ou várias sequências mais ou menos lógicas de uma carreira política. O medo pode ser ocultado e sua presença pode ser intuída só muito depois de ocorrido um acontecimento. O servilismo presente em muitos políticos pode ser um indicador de sua existência.

Por outro lado, sabe-se que a ambição costuma ter um caráter acrescentador, ou seja, tende-se a ambicionar "mais", uma vez alcançada uma meta, busca-se outra, ainda que seja a de permanecer por mais tempo no lugar onde se está; a pessoa ambiciosa sempre pareces estar insatisfeita. No entanto, a ambição tem um lado oculto que é a vaidade, cujo caráter constante tem uma expressão fugidia; Weber a considerou "a inimiga mortal de toda entrega a uma causa e de toda mesura"[185]. A pessoa vaidosa o é sempre, porém, é difícil de descobrir. O componente

184 Como vem fazendo a Economia, posto que "os economistas raramente se preguntam sobre a arquitetura da mente a partir da qual os seres humanos compreendem y ordenam o mundo para reduzir a incerteza e fazer melhores escolhas", e isso que a Economia é "a ciência da escolha". Elguea (2008: 85).

185 Weber (1987: 154).

mental da vaidade é absoluto. A vaidade habita em um dos lugares mais recônditos do ser humano, de maneira que alguém vaidoso pode passar totalmente desapercebido, embora esse impulso esteja presente e seja, em muitos casos, o fundamento da ação. É possível que, do visto até aqui, somente a psicanálise ou as análises baseadas na linguagem possam ajudar a contemplar a vaidade de uma pessoa. Como conhecer, medir, a vaidade ou o medo e outros aspectos da ação política que estão na mente de indivíduos? Só um olhar que parta de uma nova perspectiva pode ajudar a esclarecer esse problema.

As três características humanas por excelência são: a capacidade de estabelecer pontes no tempo, entre passado e futuro, a imaginação criativa e a liberdade da vontade, uma vontade livre com responsabilidade moral. São os elementos que separam o ser humano do resto dos animais, todo animal político, portanto, também conta com eles. São elementos suficientes para formular questões que embasem uma proposta de teoria da mente que, para Karl Popper, não é de modo algum uma ideologia[186]. Nesse sentido, e em busca de uma visão que, enlaçando com o pensamento clássico, tentasse conectar o mundo da psique com o da biologia no seu sentido mais amplo, pode-se pensar que possivelmente a teoria dualista-interacionista seja a mais sólida para tratar o problema da relação entre a mente e o cérebro. Aceita pelo pensamento grego e desenvolvida por Descartes em sua versão moderna, essa teoria foi formulada por Popper e Eccles em um trabalho de natureza interdisciplinar que conjuga filosofia e neurologia[187]. O traço essencial do dualismo-interacionista é que a mente e o cérebro são entidades independentes que interagem mediante a física quântica. Existe uma fronteira e sobre ela ocorre a interação em duas direções, que pode ser concebida como um fluxo de informação e não de energia. A diferença da física clássica, o mundo da energia não se encontra fechado, permitindo, portanto, comunicações sutis. Assim, a mente é uma espécie

186 Popper (1977: 151-153).
187 Eccles (1994: 9-23).

de campo não material, talvez um campo de probabilidades.

Isso tem muita correspondência com a teoria de Popper dos três mundos[188]. O primeiro é constituído por objetos e estados físicos de natureza inorgânica (a matéria e a energia do cosmos), biológica (a estrutura e as ações de todos os seres vivos, inclusive o cérebro humano) e os denominados artefatos ou materiais criados pelo ser humano. O segundo mundo refere-se aos estados de consciência que captam o conhecimento subjetivo e a experiência derivada da percepção, o pensamento, as emoções, a memória, os sonhos e a imaginação criativa. O terceiro mundo é o do conhecimento no sentido objetivo, que abarca a herança cultural codificada conforme substratos materiais (filosófico, teológico, científico, histórico, literário, artístico e tecnológico), além dos sistemas teoréticos integrados pelos problemas científicos e argumentos críticos.

A seleção natural é pensada como resultado de uma luta relativamente violenta pela vida, porém não há razão para que seja sempre assim, posto que a função primordial da mente é tornar possível a aplicação do método de prova e eliminação de erros, sem nossa eliminação violenta. Com o surgimento do terceiro mundo, a seleção já não precisa ser violenta, assim, a evolução cultural não violenta já não é só um sonho utópico, mas, ainda melhor, um possível resultado da emergência da mente através da seleção natural[189]. O aprendizado político torna-se, dessa forma, uma realidade, e suas consequências são relevantes. No político, manifestam-se plenamente os três mundos e, para conhecê-lo e estudá-lo, esse fato deve ser levado em conta.

Até aqui chega o primeiro capítulo. O proposto requer um olhar mais complexo para entender o funcionamento da política baseada no papel dos políticos. O diálogo com outras disciplinas, como a psicologia, a biologia e a neurologia, mas também com a literatura, a linguística, a filologia analítica e a inteligência artificial, é inevitável, sem negligenciar o legado do conhecimento derivado do

188 Popper (1977: 36-50).
189 Popper (1997: 210).

pensamento político e da construção de instituições de governo. Em suma, trata-se de encontrar o caminho e redescobrir as regras que permitam conservar o prazer de agir junto com outros e pelos outros[190] no processo de tomada de decisões racionais no espaço público por parte de alguém investido de autoridade.

Quando Miguel de Cervantes põe nas palavras de *Dom Quixote*, ao aconselhar Sancho Pança sobre o bom governo da ilha, as seguintes palavras: "faz gala da humildade da tua linhagem e não te desprezes ao dizer que és filho de lavradores; porque, vendo que não te envergonhas, ninguém se porá a envergonhar-te; e preza-te mais de ser humilde virtuoso do que pecador soberbo", não está apelando precisamente à contenção da vaidade? Parece não restar nenhuma dúvida sobre a relevância de um aspecto que, embora presente, não deixa de ser complexo, ainda mais ao querer medi-lo ou operar sobre ele. A própria resposta de Sancho, após escutar a longa lista de conselhos, é decepcionante: "bem vejo que tudo o quanto Vossa Mercê me disse são coisas boas, santas e proveitosas, mas de que vão servir... se de nenhuma posso me lembrar?"[191] O que ocorre na mente está submetido a complicados processos; após um diálogo — no qual se argumenta e, se for o caso, contra-argumenta ou cala, dando por resposta o silêncio imposto pelo esquecimento — segue a ação, cuja natureza é por si própria política.

Tudo isso forma parte de um processo que acabo de apontar que é o da aprendizagem, porém seus caminhos são turbulentos. Acho que o dualismo-interacionista pode facilitar o caminho para encontrar uma resposta inevitavelmente complexa e de cunho probabilístico. Este fornece um marco geral ao abordar, neste caso concreto, o estudo dos políticos, no qual confluem elementos de natureza muito diversa e que vão da carga genética às relações entre mente e cérebro, terminando com o império das instituições. Há na política, atualmente, um cenário que constitui a nota dominante, no qual os indivíduos escolhem diretamente uma

190 Rocchini (1993).
191 Capítulo XLII, 2ª parte.

pessoa, em processos eleitorais personalizados porque acompanha uma matriz de cunho presidencialista (uninominal), ou por meio de mecanismos eleitorais com voto preferencial ou, ainda, vota-se pela proximidade quase que de vizinhança entre eleitores e eleitos.

Nesse cenário, as relações entre o político e seus seguidores, são baseadas em percepções e aparências, cuja construção tem um forte componente psiconeurológico. E vai ficando fora do cenário o papel desempenhado, durante muitas décadas, pelo partido político, que requeria um tipo diferente de identificação grupal construída através de trabalhosos processos de aprendizagem, nos quais a história e a sociologia tinham muito que dizer. Nesse novo estado de coisas, no entanto, o estudioso pode sentir-se pressionado pelo peso da enorme dificuldade de estabelecer modelos formais sob essa aproximação, sem dúvida mais complexa. O esforço deve ser concentrado, então, no uso de metodologias ecléticas de aproximação ao objeto de estudo.

CAPÍTULO II

A CARREIRA POLÍTICA

The party is more than its executive elite, or campaign workers, or precinct activists, analyzed in isolation. It is a meaningful organizational system of interpersonal relationships.

Samuel J. Eldersverld (1964: 2)

É difícil de quantificar a produção acadêmica centrada no estudo do amplo grupo de pessoas que, conforme a famosa diferenciação weberiana, vive para a política ou vive da política[1], porém, que não ocupa os lugares de liderança mais destacados. Em grande parte, porque está encoberta pela tradição, mais sólida, de estudos sobre a liderança[2]. Quando se quer encarar a questão de um ponto de vista mais prosaico, enfocando sobre o político profissional — em contraste com o líder, termo que é mais charmoso —, é mais difícil encontrar trabalhos a esse respeito[3]. É

1 Weber (1987: 95). El término "live off politics" ya aparece en Bryce, 1888: 25.

2 Paige (1977) realizou uma revisão abrangente do produzido em sua época sobre liderança e encontrou que nas universidades norte-americanas, entre 1925 e 1975, haviam sido defendidas duzentos e cinquenta teses sobre o tema e que foram registrados mil e cem livros e artigos, entre 1920 y 1974, só nos Estados Unidos.

3 Pode-se destacar nos últimos anos os trabalhos de Aguilera e Fuentes (2011), Best e Cotta (2000), Borchert (2003, 2008 e 2009), Botella *et al.* (2011), Botero (2010), Chasquetti (2010), Dávila (2011), Joignant

possível que a razão do menor interesse da Ciência Política por essa perspectiva radique em que as diferentes aproximações, conforme observado no capítulo anterior, assim como a própria identificação do seu objeto de estudo, tenham girado mais em torno das instituições do que sobre as pessoas que desenvolvem uma atividade política, que atraem o interesse da sociologia, psicologia política ou da antropologia.

É também verdade que os estudos que foram realizados foram centrados nas figuras de presidentes e primeiros ministros, assim como em seus funcionários, em detrimento dos políticos com uma base de apoio mais local que, por outro lado, durante boa parte do desenvolvimento da democracia representativa, foram os únicos realmente próximos às pessoas. Frequentemente, legisladores, prefeitos, e governadores, assim como membros das direções partidárias e outros operadores políticos têm caído no esquecimento dos estudiosos. Isso é assim, como consequência da hiperpersonalização da política, acrescida progressivamente durante o último meio século de desenvolvimento das "monarquias republicanas"[4] graças aos meios de comunicação — sobretudo da televisão —, que centram a política espetáculo em figuras estelares que são individualizadas, e ao paulatino empalidecimento das identidades político-partidárias.

Por outro lado, continua sendo árduo definir quem é político, considerando que no mundo da política, e recordando a visão aristotélica do "animal político", todos somos políticos pelo fato de sermos pessoas; daí que a primeira preocupação deste capítulo seja propor uma definição do político com base no lugar das pessoas que desenvolvem uma atividade no sistema político. A atividade dos políticos, além do mais, desenvolve-se em trajetórias relativamente longas ao longo do tempo, portanto, o próximo objetivo deste capítulo é tratar três questões relacionadas com sua carreira. A primeira delas é abordar as razões que levam alguém a entrar na política, entre as quais a ambição é uma das mais poderosas. A segunda é anali-

(2011), Maestas (2000), Palonen (2006), Silva (2011), Tavares de Almeida *et al.* (2003) y Uriarte (1997).

4 Ver em Duverger (1974). Sobre liderança e a personalização da política, ver D'Alessandro (2009: 328-331)

sar os mecanismos de entrada na política. Por último, vem o interesse em conhecer o destino dos políticos, um assunto sobre o qual o desconhecimento é ainda maior. Trata-se de três questões que estão entrelaçadas, pois não é possível entender os motivos de entrar na política se não considerarmos as formas de saída e se estas estão ou não de acordo com as expectativas daqueles que começaram a carreira política. Por isso, este capítulo termina com a proposta de um modelo integral dos diferentes momentos da carreira política articulados sob a ideia de que os políticos são homens e mulheres que capitalizam tanto os diferentes ativos individuais dos quais dispõem, geralmente potenciados por mecanismos institucionais, quanto os próprios passos dados durante o desenvolvimento de suas carreiras, além da forma na qual se retiram da política.

1. O árduo caminho para uma definição de político

> *Quando se diz de um ministro ou funcionário que estes são 'políticos'... o que se quer sempre dizer é que a resposta a esta questão ou a determinação da esfera de atividade daquele funcionário ou as condições desta decisão dependem diretamente dos interesses de distribuição, de conservação ou de transferência do poder. Quem faz política aspira ao poder; ao poder como meio para a consecução de outros fins (ideais ou egoístas) ou ao poder pelo "poder", para gozar do sentimento de prestígio que ele confere.*
>
> ***Max Weber***[5]

Quando se quer definir o que é um político, é preciso considerar dois aspectos complementares. Um político faz política, intervém conscientemente na política, toma decisões que envolvem o desenvolvimento de ações que tentam transformar a realidade social ou mantê-la, afetando, por conseguinte, a vida de

5 Weber (1987: 84)

outras pessoas[6]. Trata-se, portanto, de algo relacionado com a ação, e isso pode ser analisado, e inclusive avaliado, externamente. Como o cenário onde essa ação transcorre é aberto, por ser público, é evidente a possibilidade de objetivar essa faceta. As ações do político podem ser descritas, enumeradas, classificadas, comparadas e, finalmente, suas consequências podem ser analisadas.

Por outro lado, o político sente a política, chega a ter uma identidade política que chega a ser uma razão de vida e é uma justificação moral da mesma. Trata-se de um aspecto mais complexo de ser abordado. A vontade, os sentimentos e a identidade pertencem ao espaço da subjetividade, que é mais difícil de apreender. Além do mais, não são constantes ao longo da vida de uma pessoa, nem com respeito a sua direção nem em intensidade. Eles podem ser conhecidos na medida em que sejam expostas publicamente pelo político, ainda que parcialmente, por meio de um acompanhamento meticuloso de suas constantes, conforme o ditado bíblico "por suas obras os conhecereis". Contudo, sempre permanecerá latente a dúvida sobre seu objetivo final.

Ambos os aspectos, ação e desejo se superpõem com o dilema produtivo de Weber da profissão e da vocação, e entendo que são a base da diferenciação de perfis diversos entre políticos e tecnocratas, que com frequência coincidem nos mesmos espaços públicos[7]. É tarefa do estudioso estabelecer uma definição considerando esses aspectos e sendo consciente de que algumas pessoas podem se negar a ser rotuladas como políticos, apesar de todas as evidências.

6 "A political action is one which attempts to influence others on matters that require common decision". Sabl (2002: 2).

7 É o que ocorreu no Chile no período 1990-2010, quando os quatro governos de coalisão da Concertação estiveram submetidos a tensões de diferente natureza entre os quadros procedentes das maquinarias partidárias e os tecnocratas nomeados diretamente pelo Executivo. Isso foi assim pela peculiar transição chilena, na qual o governo democrático teve que desmilitarizar a política econômica, colocando à frente desta economistas "de renome com credenciais tecnocráticas", mas também porque o novo governo se conscientizou dos perigos da "extrema politização das agências estatais", ver Silva (2011: 241). Dávila (2011: 36) define os tecnocratas como "aqueles decision makers nos níveis superiores da administração de um governo com alto nível de educação formal e sem experiência política". Ver também Ochoa e Estévez (2006).

Já no fim do século XIX, foi registrada uma das primeiras tentativas de listar o grupo de pessoas que podiam ser consideradas políticos[8]. Eram os tempos nos quais o sufrágio constituía o elemento fundamental de entrada na política e nos quais os principais países ocidentais, que viviam sob a égide da democracia representativa, começavam a passar por essa experiência. Tratava-se daquelas pessoas ocupadas na administração ou no processo legislativo, que se situavam no núcleo interior da política, aos quais se poderiam somar alguns poucos e destacados jornalistas, professores, organizadores e agitadores que se ocupavam de influir sobre o público. Partindo dessa premissa, a base distintiva que iluminará o trabalho de Weber três décadas mais tarde será a introdução do termo de político profissional[9]. Para aqueles dedicados à política, esta, além de ser sua principal preocupação, e muitas vezes o único empreendimento de suas vidas, era uma tarefa remunerada, assunto sobre do qual tratarei mais adiante.

Weber formulou uma tripla diferenciação entre os políticos ocasionais, os políticos semiprofissionais e os verdadeiros políticos professionais, que vivem da política, dedicam-se em tempo integral e põem sua vida a serviço da política[10]. Depois, Sartori seguirá o mesmo caminho[11]. A partir desta visão, abriu-se a porta para que os políticos pudessem ser analisados conforme as posições que ocupavam

8 Considerando que o termo político na Inglaterra "usually denotes those men who are actively occupied in administering or legislating, or discussing administration and legislation… but the making of a livelihood does not come into the view of the great majority at all". Bryce (1888: 24-25).

9 "…surgiram, inicialmente como servidores do príncipe, as primeiras categorias de 'políticos profissionais'… pessoas que não queriam governar por si mesmos, como os caudilhos carismáticos, mas que agiam a serviço de chefes políticos". Weber (1987: 92).

10 "Todos somos todos políticos 'ocasionais" quando depositamos nosso voto, aplaudimos ou protestamos em uma reunião 'política'. Fazemos um discurso 'político' ou realizamos qualquer outra manifestação de vontade análoga, e para muitos homens a relação com a política se reduz a isto. Políticos 'semiprofissionais' são hoje [aqueles que] desempenham atividades sem 'viver' principalmente delas e para elas, nem no material nem no espiritual… O político 'profissional' que vive da política pode ser um puro 'prebendado' ou um 'funcionário' assalariado". Weber [1987: 93-94 y 99].

11 Sartori (1992: 178) refere-se a políticos não profissionais, políticos semiprofissionais e políticos profissionais. Para os primeiros a política é claramente vocação e não uma ocupação no sentido econômico do termo. Os semiprofissionais são aqueles que não provêm de uma carreira de partido, possuindo uma profissão privada que continuam exercendo. Os políticos profissionais são os que nunca tiveram outra profissão e aqueles que já não têm a possibilidade de voltar para sua profissão civil.

e as funções que desempenhavam na política. O próximo passo foi a elaboração de tipologias abrangentes que ajudavam a entender melhor o cenário do último quarto do século XX e a avançar em uma linha de estudo que havia estado muito, e às vezes exclusivamente, centrada no universo dos legisladores[12].

Dentre as diferentes tipologias, possivelmente a mais elaborada seja a de Panebianco[13], que identifica sete tipos de políticos: o empresário político que é líder partidário e pode ser o fundador do partido, proceder de sua burocracia ou simplesmente ser um líder carismático que surge à margem dos circuitos tradicionais de seleção. Os burocratas do partido são os contratados pela organização e podem ser executivos ou representativos. Os primeiros são aqueles que não pertencem aos níveis de direção e desempenham funções principalmente administrativas tendentes à manutenção da organização. Os segundos encarnam o protótipo de político profissional do partido de massas e possui funções mais políticas, além de pertencer à esfera de direção. Em terceiro lugar, encontram-se os funcionários especializados que prestam serviços ao partido de acordo com seu campo de especialização e não chegam a ser integrados ao aparato burocrático. Em quarto lugar, encontra-se o notável, que faz referência ao protótipo de político diletante de Weber que não vive da política, senão que sua situação econômica lhe permite dedicar-se a ela. Depois, vem o profissional do *staff*, que é o especialista e o mais técnico, é responsável de convencer o público das vantagens de uma ou outra decisão e, ao contrário dos burocratas do partido, seu trabalho é instável, razão pela qual logo abandona a política profissional. Em sexto lugar, encontra-se o profissional camuflado, que trabalha em órgãos estatais ou paraestatais, mas que se dedica plenamente à política, é, em geral o partido que o ajuda a obter seu cargo e, ao não ser nem funcionário nem voluntário, sua lealdade é mais pessoal. Finalmente, a categoria mais ambígua

12 É o caso, nos últimos tempos, da abundante literatura sobre o tema nos Estados Unidos, ver Moncrief et al, 2001; Squire e Hamm, 2005; Dovi, 2007. Para a Espanha, ver Jerez Mir, 1982, e Uriarte, 2000.

13 Em Cabezas (2012), ver Panebianco, 2009[1982]: 433-438.

é a do semiprofissional, situado entre o notável e o especialista, motivo pelo qual goza de certa independência econômica e tempo livre, mas dispões de menos estabilidade que os burocratas do partido.

Outra tipologia que acentua a diversidade da ação política e a variedade de requisitos morais associados aos diferentes tipos de ação é a formulada por Sabl[14], que distingue três tipos de ofícios políticos aplicados tanto à política institucionalizada quanto a que não o está. O primeiro tipo refere-se ao político eleito, o segundo é o articulador moral, articulador de princípios públicos elevados, e o terceiro faz referência ao organizador político ou comunitário, construtor de movimentos e articulador da pressão gerada pelos interesses. O político eleito mantém uma relação com as pessoas baseada no princípio de representação, que procura equilibrar sua devoção pelo bem público com o reconhecimento que recebe das pessoas, como fama ou prestígio, sem descuidar os desejos e projetos de seu eleitorado[15]. O ativista é um cidadão que faz política e não mantém um ofício político formal e que visa alcançar a mudança social não através de táticas de pressão, mas de recursos morais e retóricos baseadas em princípios amplamente aceitos pelo sistema político e seus cidadãos. Apela à consciência daqueles que têm o poder de gerar as mudanças[16]. Os organizadores são democratas práticos que acreditam que o poder e a legitimidade assentam-se nos números e baseiam sua estratégia na maneira em que as pessoas agem na maior parte do tempo e durante longos períodos e não no comportamento nobre ou excepcional[17]. Enquanto o político eleito geralmente considera a distribuição dos grupos de interesse como dada, os ativistas e os

14 Sabl (2002: 2) reconhece que não são os únicos ofícios políticos, pois os que partem da teoria política ou da ética dirigem seu olhar aos cargos do Executivo, Judiciário e da administração, mas, para ele, reúnem tanto bom senso quanto vantagens acadêmicas, pois aqueles que desempenham esses ofícios tratam assuntos de importância fundamental da vida pública, trabalham sob o escrutínio público e sob a pressão de uma grande responsabilidade. Além disso, algo que os une e com o qual estão associados é com ter autoridade. Acrescenta "such officers are the kind of people we think of when we praise great 'leaders' or castigate inept or irresponsible 'politicians'".

15 Sabl, (2002: 145).

16 Sabl (2002: 202).

17 Sabl (2002: 249).

organizadores o a rejeitam, pois procuram modificar os níveis de poder existentes, bem como as definições dos interesses. Do mesmo modo, enquanto os ativistas se preocupam pelo motivo da ação das pessoas, os organizadores se preocupam pela forma dessa ação; os ativistas acreditam que a moralidade é igual em todos os lugares, porém, os organizadores consideram que a posição de cada um é determinante em toda moralidade.

1.1. Uma proposta de definição do político

Deixo de lado a interessante perspectiva de Sabl, cujo escopo aponta para uma configuração da atividade política mais ampla do que a que trato aqui, e enfoco na dimensão profissional da mesma, buscando um cenário institucionalizado no qual a prática política que atrai minha atenção se encontra formalizada[18]. Especificamente, são os âmbitos de exercício do poder na democracia representativa institucionalizada os que constituem foco de minha atenção. Nesse sentido, o grande laboratório que é a política norte-americana mostrou como o desenvolvimento de uma série de expectativas na vida pública levou à substituição total daqueles políticos que, até a década de 1960, exerciam a atividade política em meio expediente e não tinham excessivo interesse na reeleição[19]. A chegada de políticos com dedicação integral e grande ambição de fazer carreira marcou a mudança para o modelo do profissional da política.

18 Trata-se, por outro lado, de um cenário no qual ocorrem constantes interações que não são suficientemente abordadas. Ponho como exemplo o caso de uma destacada líder política madrilense da Izquierda Unida, Inés Sabanés, que deixou seu papel institucional de primeiro escalão desempenhado durante vários anos para atuar exclusivamente junto ao mundo dos movimentos sociais, neste caso, na associação Confluencias (e que poucos meses mais tarde uniu-se a um novo projeto político sob a sigla ecologista EQUO). Ela mesma assim o explicou em uma entrevista: "Estou no final de um ciclo de participação política de representação… reivindico a política com mais calma, é preciso ter momentos mais pausados do que nos exige a mídia, sobretudo em Madri, onde se debate com muita tensão e sem capacidade para analisar… Há muita gente reivindicando que não aceita a intermediação dos partidos e da mídia como os únicos canais". Ver El País, Madri, de 15/05/11. http://www.elpais.com/articulo/ultima/Reivindico/politica/tranquila/elpepuult/20110514elpepiult_2/Tes

19 Ehrenhalt (1991).

Seguindo essa linha, entendo que — em uma poliarquia, e tendo como critério de definição não só sua atividade específica, mas também sua via de acesso — político é aquela pessoa situada categoricamente em algum das seguintes espaços: cargos por eleição popular; altos cargos de livre designação ou de confiança da administração do Estado ou de órgãos dependentes ou autônomos do Estado, cargos de responsabilidade orgânica e de assessoria no interior dos partidos políticos ou formações políticas de representação similares; e, por último, aqueles que, havendo estado em uma das três situações descritas anteriormente, continuam exercendo influência mediante um "efeito sombra" por seu prestígio pretérito. A essas atividades, é preciso acrescentar o propósito; a finalidade de quem está na política é agir de forma consciente no âmbito público para gerar mudanças ou simplesmente manter o *status quo*.

Em termos empíricos, os quatro espaços têm um tratamento bem diferente[20]. O espaço conformado pelos políticos eleitos não implica nenhum problema para a identificação dos seus integrantes, trata-se de cargos ocupados por pessoas eleitas mediante eleições competitivas e cuja evidência pública é total. Seu maior ou menor número depende dos níveis de governo do sistema político em questão. A maioria dos países dispõe de três níveis diferentes: federal, regional ou estadual, e municipal, aos que, às vezes, soma-se um quarto de caráter supranacional, em virtude da extensão dos processos de integração regional e da existência de órgãos representativos *ad hoc*. Os estudos sobre profissionalização da política têm se concentrado neste grupo de pessoas com ênfase na presidencial[21], bem como sobre o grupo conformado pelos integrantes da(s) legislatura(s) de âmbito federal[22]. Ape-

20 É preciso apontar que já Putnam havia enunciado esses espaços, embora nunca os tenha desenvolvido na direção aqui proposta: "For our present purposes the most significant of these strategic elites is comprised of the full-time professional politicians –legislators, cabinet ministers, party officials, and their immediate advisors. Most research on political elites has dealt with only this category". Putnam (1976: 14).

21 Blondel (1980).

22 É o caso, para Europa, do trabalho compilado por Best e Cotta (2000) que reúne estudos nacionais da Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Itália, Holanda, Hungria, Noruega, Portugal e

sar de ser o contingente, sem dúvida, mais numeroso, os coletivos regionais ou municipais estão pouco documentados[23], assim como os supranacionais[24].

O segundo espaço está constituído por aqueles designados para exercer um cargo de confiança no interior da administração do Estado ou órgãos dependentes[25]. Trata-se de altos cargos do Poder Executivo (ministros, secretários de Estado, às vezes, diretores gerais e os equivalentes, se houver, dos âmbitos regional e municipal) designados habitualmente por seu presidente; assim como de outros cargos de confiança deste em organismos públicos[26] e no serviço diplomático, que historicamente têm sido um âmbito relacionado com a política[27] cujo processo de nomeação é pouco regulado[28]. Na maioria dos casos, a lista desse grupo é obtida

Reino Unido para o período compreendido entre 1848 e 2000. Um livro específico sobre a França é o de Costa e Kerrouche (2007).

23 Clarke e Kornberg (1983); Larsen (2002). Para Europa, ver: Botella *et al.* (2011). Para Espanha, Coller (2008). Para Alemanha, Reiser (2003) e Davidson-Schmich (2006). Para Argentina e Brasil, Lodola (2009). Para Argentina, Almaraz (2010).

24 Neste sentido, o trabalho de Norris (1997) foi um dos primeiros sistematicamente realizados sobre os legisladores do Parlamento Europeu.

25 Em Weber [1987: 107], encontra-se a divisão dos funcionários públicos em duas categorias "bem diferentes, embora não terminante: funcionários profissionais, por um lado, e 'funcionários políticos', por outro. Os funcionários 'políticos', no verdadeiro sentido da palavra, podem ser identificados exteriormente pelo fato de que podem ser transferidos ou destituídos à vontade".

26 Uma análise dos modelos de relação entre os políticos e os funcionários pode ser vista em Martínez Puón (2011: 185-218).

27 Weber [1987: 103] observava que "no Ocidente, na época de Carlos V… a diplomacia foi a primeira em tornar-se uma arte conscientemente cultivada. Seus adeptos, na maioria humanistas, tratavam entre si como profissionais iniciados, do mesmo modo os estadistas humanistas…".

28 Por exemplo, e para o caso do México, um informe de Mayela Sánchez destacava que "mais da metade dos representantes do México no exterior não são diplomatas de carreira, e muitos devem sua nomeação a sua proximidade com o partido no poder. As embaixadas e consulados transformam-se em troféus, refúgio de políticos e catapultas para outros cargos públicos. Embora prática do passado, a nomeação de pessoas alheias ao Serviço Exterior Mexicano se intensifica nos governos panistas… o embaixador aposentado Dueñas Pulido estima que a proporção deve alcançar 60 por cento dos que atualmente integram o corpo diplomático do país, formado por agentes diplomáticos e cônsules gerais de 73 embaixadas, 70 consulados e sete representações em organismos internacionais… No passado 24 de março, o Senado da República ratificou a nomeação de quatro cônsules para as cidades americanas de Chicago, Denver, Los Angeles e Nueva York; nenhum dos eleitos pertence ao SEM… A Lei de Serviço Exterior Mexicano o define como o "responsável especificamente de representá-lo [o Estado mexicano] no exterior e de executar a política exterior". No entanto, a lei não obriga a escolher unicamente membros do Serviço para ocupar os cargos de agentes diplomáticos e cônsules gerais. Em vez disso, o presidente tem a prerrogativa de selecionar pessoas alheias ao serviço diplomático, pois a lei só estipula que as designações sejam feitas "preferentemente entre os funcionários de maior competência, categoria e antiguidade na área diplomático-consular". Além disso, o artigo constitucional 89 concede ao presidente a faculdade de designá-los e removê-los livremente.". Ver http://www.voltairenet.org/article169879.html 25.05.11. No Equador a situação é bastante parecida, pois, "segundo a Associação

facilmente, pois é obrigatória a publicação das nomeações nas gazetas ou boletins oficiais. Este amplo grupo composto por muitas pessoas, no entanto, pode apresentar problemas de definição em dois sentidos. Em primeiro lugar, ao traçar a separação entre as nomeações não reguladas e os segundos e inclusive terceiros níveis de ocupação estritamente técnica, na qual a pessoa não se compromete explicitamente com uma tarefa concreta, de modo que poderia atuar perfeitamente sob outro patronato partidário ou ideológico, em uma forma espúria de fazer política, ao ser considerada pura e simplesmente como tecnocrata, como se fosse de natureza diferente[29]. Em segundo lugar, em comparação com os países com sistemas fracamente institucionalizados, que contam com um a administração pública pouco profissionalizada e independente[30] e na qual a interferência da política é muito maior sobre as nomeações dos escalões mais baixos, ocasionando situações de nepotismo ou clientelismo[31]. Nos dois cenários, essas pessoas podem não ser necessariamente

de Funcionários e Empregados do Serviço Exterior Equatoriano, existem atualmente cerca de 650 pessoas na Chancelaria. O presidente da Associação, Rodrigo Yépez, indicou que 310 delas pertencem ao serviço exterior e que o restante entrou com este governo". Além disso, esse é o critério do governo que propõe, sob a lógica da ação afirmativa, o aumento da presença de "indígenas, descendentes de africanos e pessoas de origem rural" na Chancelaria. Ver El Universo. Guayaquil, 13.06.11. No Uruguai, o número de membros do serviço diplomático que não são funcionários de carreira e cuja nomeação, portanto, é de caráter político é de vinte, justo a metade das representações diplomáticas do país. Na Colômbia, os dados existentes em fevereiro de 2005 indicavam que dos 49 cargos de embaixador só 10 (ou seja, 20%) estavam ocupados por funcionários de carreira diplomática. Do total de 545 funcionários diplomáticos, 247 (45%) eram de carreira diplomática, enquanto os 298 restantes (55%) eram funcionários de livre nomeação e demissão e provisórios. Encontravam-se fora do país 109 funcionários diplomáticos de carreira diplomática e consular (36%), e 196 de livre nomeação, demissão e provisórios (64%). No interior do país, do total de 240 funcionários, 138 (57,5%) eram de carreira diplomática enquanto102 (42,5 %) eram de livre nomeação, demissão e provisórios. É evidente que os cargos em postos fora do país são muito mais cobiçados e valorizados por aqueles nomeados por critérios alheios à carreira diplomática (que garante idoneidade e formação) do que os cargos para postos no interior do país. Ver Tickner *et al.* (2006) e Puyana (2008).

29 "À medida que os tecnocratas foram alcançando um lugar cada vez mais destacado aos olhos do presidente da República (do Chile) da opinião pública em geral, é possível observar que, pelo contrário, a profissão de político foi perdendo rapidamente influência e prestígio perante a maior parte da população". Ver Silva (2011: 242)

30 Para os países ibero-americanos em geral, ver Ferraro (2009), para México, Martínez Puón (2011).

31 Tomo como exemplo o declarado por Ottón Solís em uma espécie de memória de sua atividade como deputado, que, depois, será três vezes candidato presidencial em Costa Rica, país que considerado modelo de democracia na região. "Apesar da existência do Serviço Civil, cada vez mais postos dentro da administração pública são preenchidos mediante critérios políticos. Os deputados conseguiram expandir grotescamente também essa parte do botim. Assim, vagas de natureza técnica ou para a qual se requer certeza sobre a objetividade dos funcionários são ocupadas por integrantes do partido vencedor

concebidas como políticos. Nesta esfera, existe uma sólida tradição de análise da elite ministerial[32]. O coletivo é muito menor e visível que qualquer outro e é mais fácil seu seguimento. No entanto, há uma ausência notória de estudos para os níveis políticos inferiores.

A terceira esfera estende-se ao âmbito das organizações que dão sustento à democracia representativa em tarefas de "retaguarda" referidas à formação de futuros quadros, elaboração de documentos e relatórios de trabalho, assessoria, realização de campanhas e de ações de proselitismo e estabelecimento de relações com outras organizações similares no país ou no exterior. Abarca o interior dos próprios partidos e, como extensão destes, os grupos parlamentares ou os gabinetes ministeriais ou de outros organismos públicos[33]. Também estão relacionados com as fundações achegadas aos partidos. Aqui, a lista de integrantes é mais difícil de definir, sendo um coletivo muito impreciso. Os partidos não costumam ser muito transparentes a esse respeito e, às vezes, ocorre que trabalham nessa esfera pessoas cuja vinculação com sua tarefa profissional não é de correligionário, no sentido partidário ou ideológico do termo. Por outro lado, a linha de separação entre esse tipo de pessoas e o pessoal técnico efetivo desses órgãos é muito tênue. O salto de uma esfera à outra é frequente porque, em muitos casos, as pessoas atravessam a linha, em busca de estabilidade no emprego. A tudo isso, é preciso acrescentar que as fontes financeiras que pagam os salários dessas pessoas têm uma origem complexa. O fato de que, em muitos países, os partidos vivam do dinheiro público

das eleições. Um deputado de uma região relativamente grande poderia nomear mais de duzentas pessoas durante sua gestão, entre policiais, educadores, médicos, diretores de instituições, etc… os deputados vinculam seu voto em projetos importantes para o Poder Executivo com a possibilidade de indicar nomes para certos cargos. Em certo momento, essa chantagem atingiu tais proporções que o chefe de fração do meu partido [o PLN] paralisou a Assembleia Legislativa por algumas horas porque sua esposa não tinha sido nomeada pelo governo para o cargo que ele queria". Solís Fallas (1999: 153-154).

32 Ver para o último século e meio no sul da Europa, o trabalho organizado por Tavares de Almeida *et al.* (2003). También Dogan (1989). Para Espanha, Rodríguez Teruel (2011) e, para Nueva Zelanda, McLeay (1987). Pode-se ver uma perspectiva de gênero no livro de entrevistas com as ministras uruguaias de Rodríguez e Contreras (2009).

33 Constituem o que Mills denominava "the middle levels of power". Mills (1956: 255).

que cobre uma porcentagem muito elevada dos seus gastos de funcionamento, não facilita a transparência do destino desses fundos ou para conhecer o tipo de vínculo trabalhista estabelecido com o pessoal que acabo de enumerar. Trabalhar em um partido significa comungar com ele e ser identificado com o mesmo tipo de significação que um dos seus deputados? A dificuldade de obter informações sobre esse coletivo torna muito escassos os estudos a seu respeito[34] e leva os existentes a se concentrarem unicamente nos quadros de direção dos partidos[35].

A última esfera, composta por um núcleo de pessoas muito mais reduzido que o anterior, relaciona-se com os que deixaram cargos relevantes e influentes da política ativa institucionalizada no âmbito estatal. Trata-se de ex-presidentes, mas também de certos ex-ministros ou inclusive ex-legisladores. Por um lado, continuam tendo grande capital político[36], seja porque mantêm prestígio elevado ou porque controlam recursos políticos em termos de, por exemplo, redutos eleitorais ou de apadrinhamento de políticos das novas gerações. Mas, por outro lado, podem chegar a prolongar sua vida política no terreno supranacional, que não deixou de expandir-se durante o último meio século em organismos internacionais de caráter muito diverso. O estudo deste grupo como coletivo e em sua condição de atores políticos do presente e do efeito sombra que projetam na vida política tem atraído pouca atenção[37] independentemente das numerosas monografias realizadas em tom biográfico e que raramente escapam ao estilo laudatório ou de justificação

34 Apesar do convite realizado por Eldersveld há mais de vinte anos: "I can argue that party activists are elites as well as local government leaders, and not only those at the top of the pyramid". Eldersveld (1989: x).

35 E, ainda assim, a literatura existente centra-se mais nos mecanismos de organização interna dos partidos do que nos próprios dirigentes. Ver, para o caso inglês, Millar, 1987; para o caso norte-americano, Campbell y Naulls (1987) e Hammond (1987). Para Espanha e com referência ao PSOE e ao papel dos afiliados, ver Méndez (2000: 155-230). Para América Latina, Siavelis e Morgenstern (2008) e Freidenberg e Alcántara (2009).

36 Voltarei sobre o conceito de capital político no próximo capítulo, mas antecipo que se trata de uma forma de capital simbólico. Bourdieu (2001: 241).

37 Anderson (2010) é uma exceção e mostra em que medida há ativismo pós-presidencial articulado por meio de clubes e organização, embora observe que vários ex-presidentes tenham ido para o terceiro setor, para realizar tarefas humanitários, além de outros que se voltaram para o setor privado, especialmente no âmbito financeiro e de seguros.

com respeito à atividade desempenhada. Além disso, está por ser realizado um estudo detalhado dos diretórios dos diferentes organismos internacionais para analisar suas regras de recrutamento e sua relação com antigos governantes.

1.2. Políticos na penumbra ou a política espúria

Fora dessas quatro esferas, há um setor de pessoas às quais também podemos estender a definição de políticos que se situa em uma zona de penumbra e cujo caráter e composição é muito heterogêneo. Isso é assim porque atuam politicamente na direção esperada de acordo com o viés político original do seu processo de nomeação ou eleição. Refiro-me àqueles casos nos quais são impostas certas condições de formação acadêmica e mérito ou, inclusive, de competência, conforme uma situação baseada em uma lógica de seleção mediante critérios políticos que constitui, em última análise, o fator decisivo. Trata-se de um cenário que, inicialmente, poderia ser relacionado com a *noblesse d'état*[38], mas que, ao menos no marco ibero-americano, mostra um componente estrutural diferente. É o caso de cargos que são preenchidos a pedido do Poder Executivo, do Legislativo ou de ambos ao mesmo tempo e para os quais são exigidos títulos universitários, nível de experiência ou, inclusive, o reconhecimento externo de excelência. Isso ocorre no lugar mais delicado e ao mesmo tempo mais polêmico, no interior dos tribunais ou das salas constitucionais, assim como nos organismos eleitorais superiores e nos organismos reguladores e consultivos de vários países latino-americanos e na Espanha. Ampliar a denominação de político ou considerar como político um

38 É a nobreza do traje e do título acadêmico (do Estado), que possui patente de cultura mediante a qual tem assegurados certos privilégios e que busca alcançar posições de poder burocrático relativamente independentes dos poderes já estabelecidos, criando, por sua vez, um corpo hereditário de agentes habilitados para ocupar essas posições em nome de uma competência sancionada pelas instituições acadêmicas especialmente preparadas para reproduzi-la. Bourdieu (1989: 540).

membro da corte suprema[39] ou da constitucional[40], da autoridade eleitoral[41], da executiva do banco emissor[42], do órgão regulador do mercado eléctrico[43] ou do conselho de segurança nuclear[44] é um assunto que merece o maior debate e que, em qualquer caso, será definido conceitualmente, em última análise, conforme a realidade de cada caso nacional. São pessoas cuja classificação como políticos a partir da perspectiva da separação de poderes não é fácil de considerar, mas a evidência indica que, em muitos casos, atuam como políticos. A suposta legitimidade da imparcialidade[45] com a qual teoricamente estão investidas algumas dessas agências, comissões ou comitês no espaço anglo-saxão ou francês pode não ser transponível para os países ibero-americanos[46]. Aqui, a ambiguidade dos critérios seletivos de entrada e a voracidade dos partidos políticos que, ou os veem como um botim para os seus ou os consideram uma ampliação de seu poder com visas a orquestrar futuras ações favoráveis a seus interesses, está constantemente na base

39 Ver o sistema de eleição das cortes supremas na América Latina em Popkin (2004: 446-448).

40 Para o caso espanhol, o artigo 18 da Lei orgânica 2/79 de 3 de outubro sobre o Tribunal Constitucional aponta que "os membros do Tribunal Constitucional deverão ser nomeados entre cidadãos espanhóis que sejam magistrados, fiscais, professores de universidade, funcionários públicos ou advogados, todos eles juristas de reconhecida competência com mais de quinze anos de exercício profissional ou ativos em sua respectiva função".

41 Para o caso mexicano, o artículo 112 do Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais, entre os dez requisitos para poder ser conselheiro eleitoral do Instituto Federal Eleitoral, indica que os candidatos devem "ter em dia a designação, com antiguidade mínima de cinco anos, título profissional de graduação e contar com os conhecimentos e experiência que lhes permita desempenhar suas funções".

42 Para o caso espanhol, o artigo 24 da Lei de primeiro de julho de 1994 estabelece que "o diretor do Banco da Espanha será nomeado pelo rei, conforme a proposta do presidente do governo, escolhido entre aqueles que sejam espanhóis com reconhecida competência em assuntos monetários ou bancários", os mesmos requisitos são exigidos para o vice-diretor e para os seis conselheiros e a reconhecida competência será "no campo da economia ou do direito".

43 Para o caso mexicano, o artigo 5 da Lei da Comissão Reguladora de Energia de 31 de outubro de 1995 reformada em 28-11-2008 indica como um dos requisitos para formar parte "ter desempenhado de forma destacada em questões profissionais ou acadêmicas, relacionadas com as atividades reguladas".

44 Para o caso espanhol, o artigo 5 da Lei 33/2007 de 7 de novembro aponta que "o presidente e conselheiros do Conselho de Segurança Nuclear serão designados entre pessoas de conhecida capacidade nas matérias tratadas pelo Conselho".

45 Este tipo de legitimidade privilegia quatro elementos: "a eliminação das pressões políticas e a independência diante do Executivo; a qualidade de imparcialidade; a capacidade para levar adiante políticas de longo prazo não submetidas às incertas circunstâncias eleitorais e a adoção de medidas coerentes e racionais", Ver Rosanvallon (2010: 118).

46 Para o papel das comissões no governo de Michelle Bachelet em Chile, ver Aguilera e Fuentes (2011).

de sua formação[47].

A grande maioria das pessoas tem avaliações políticas sobre o devir dos assuntos públicos e, muitas vezes, coincidem com propostas políticas concretas, o que leva à identificação das pessoas com estas, quer de maneira estável ou intermitente. Esses casos sobre os quais acabo de fazer referência no deixam de apresentar um posicionamento político, seja explícito ou não. No entanto, a questão é que, em todas as circunstâncias, trata-se de pessoas que adquirem um cargo empregatício de período integral, por um intervalo de tempo que costuma ser de quatro a cinco anos, cujas necessidades salariais são satisfeitas por meio de fundos públicos e cuja origem do cargo é política. Tanto sua origem é política que, muitas vezes, na hora de serem escolhidos, são esquecidos os requisitos de mérito[48]. Ao se tratar, em muitos casos, de condições legais estabelecidas de acordo com termos como "reconhecida competência", "conhecida capacitação", "ter se desempenhado de forma destacada", "adequação às funções", "dispor de conhecimentos que permitam…", etc., sua subjetividade facilita a ampliação dos critérios e pode permitir, e depois favorecer, o candidato desejado.

A tudo isso, soma-se um segundo elemento. Trata-se de nomeações que,

47 Entre abril e junho de 2011 na Espanha, foi preciso renovar os cargos em três organismos reguladores: a Comissão do Mercado das Telecomunicações CMT, a Comissão Nacional de Energia (CNE) e a Comissão Nacional da Concorrência (CNC). A renovação desses organismos ocorreu sem a conformidade do PP, que se afastou das negociações com o Ministério da Indústria ao se opor ao atual sistema de designação aceito por consenso pelas forças políticas e propor que os cargos fossem votados pelo parlamento, com maioria de três quintos para o presidente e maioria absoluta para os conselheiros. Graças a um acordo entre o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), o Partido Nacionalista Vasco (PNV) e Convergência e União (CiU) o governo pode situar à frente dessas comissões altos funcionários do ministério, permitindo a estes a continuidade "no seu ofício" ao mesmo tempo em que conseguia manter pessoas afinadas com os organismos reguladores. No primeiro passo, Bernardo de Lorenzo, secretário de Estado de Telecomunicações, foi nomeado como novo presidente da Comissão de Mercado das Telecomunicações (CMT) e Carlos Ocaña, secretário de Estado da Fazenda, foi nomeado como novo presidente da Comissão Nacional de Energia (CNE). No segundo momento, Alberto Lafuente, que procedia da presidência dos Correios, foi nomeado (10.06.11) como presidente da Comissão de Energia. Ver em 20.04.11 http://www.elpais.com/articulo/economia/Bernardo/Lorenzo/presidira/Comision/Telecomunicaciones/elpepueco/20110419elpepueco_12/Tes

48 "Essa politização das nomeações dentro da administração pública atenta contra a atualização técnica requerida para melhorar a eficiência, contra a confiança em um tratamento sem discriminações para usuário e contra a competitividade internacional de nossos setores produtivos". Solís Fallas (1999: 154).

na maior parte das vezes, são fruto de negociações no interior da classe política e resultado da repartição de fragmentos de poder (*cuoteo político*). Os ocupantes desses cargos se comportarão de acordo com as expectativas daqueles que os escolheram e o fim do seu exercício também dependerá daqueles, embora, em algumas ocasiões, o mandato fixo possa permitir maior autonomia. Em uma direção totalmente oposta, deve-se considerar a incorporação aos gabinetes ministeriais, quer como titulares quer como membros consultivos do Executivo, de assessores independentes que entram na política ou para contrabalancear a excessiva tensão reinante nas negociações intrapartidárias em cenários de coalizão ou para suprir a ausência de quadros políticos[49]. Esses tecnocratas, para além de seus conhecimentos específicos, são recrutados e promovidos com critérios universais de avaliação, sua atitude é apolítica e a orientação de sua ação baseia-se em critérios de racionalidade e eficácia[50]. Há nas duas circunstâncias, no entanto, uma coincidência de propósitos que, em minha opinião, integra essas pessoas no seio da classe política, tornando possível atribuir-lhes o título de políticos e enquadrá-los no segundo grupo citado anteriormente[51].

Em conformidade com a existência dessa zona heterogênea de penumbra, e com respeito à expansão do título de político ao universo dos juízes em certas si-

49 No primeiro caso, estou me referindo ao Chile e à necessidade que, às vezes, tiveram os presidentes da Concertação de manter uma relação própria com os partidos, de modo que usaram os tecnocratas como "amortecedor entre o presidente e os partidos", em Silva (2011: 264); e no segundo caso, refiro-me ao Peru, quando Fujimori, farto do apoio partidário, teve que empregar figuras independentes para conformar seus gabinetes (circunstância que se repetiu com cada presidente subsequente).

50 Maihold (2007: 174).

51 Além disso, esse fenômeno gera um efeito dominó que é muito evidente no caso do Poder Judicial. Uso como exemplo o caso espanhol de uma sentencia da reunião plenária da Sala do Contencioso Administrativo do Tribunal Supremo que anulou a nomeação de Rafael Gimeno-Bayón como magistrado da Sala Civil por considerar que não reunia os requisitos exigidos. Trata-se de um magistrado excedente que, embora não cumprisse a exigência de ter 15 anos como jurista de reconhecido prestígio — de fato, não é doutor em direito, nem catedrático ou professor titular e só exerce como advogado há seis anos —, foi designado em fevereiro de 2010. Gimeno-Bayón foi um dos sete magistrados que, em março de 2011, opôs-se à não legalidade da formação vasca Sortu decidida por maioria no Supremo por entender que era uma continuação do ETA no terreno político. Gimeno-Bayón tinha sido proposto pela conselheira Margarita Salas que desempenhou um alto cargo no governo socialista de Felipe González e que depois seguiu careira na magistratura. Ver al respecto http://www.elpais.com/articulo/espana/Supremo/anula/nombramiento/magistrados/elpepunac/20110413elpepinac_12/Tes 12.04.11

tuações, tem ocorrido nos últimos tempos o fenômeno conhecido como politização da justiça. Uma de cujas dimensões envolve a formação desta mediante pessoas que procedem do universo da política de acordo com o indicado anteriormente[52]. É o reverso do processo de judicialização da política no qual a classe política transfere ao mundo da justiça a resolução de problemas cujo desenlace é preferível adiar, deixando-os, finalmente, nas mãos de representantes da própria classe política em processos deliberativos muito mais turvos e livres de qualquer mecanismo de prestação de contas.

O destaque dado pelos sistemas políticos democráticos aos processos eleitorais como seu eixo necessário e fundamental tende a enfatizar muito o papel daquelas personas que se envolvem primordial e diretamente nas eleições em detrimento daqueles que entram ou se relacionam com política por vias diferentes, vertebradas por meio da designação por parte dos que antes foram eleitos[53]. Dessa maneira, parece surgir uma tipologia de políticos que situa em primeiro lugar os que entram na política por meio de um triunfo eleitoral e, dentre esses, os que obtêm os cargos hierarquicamente mais importantes. No entanto, essa situação notória de primazia do eleitoral[54] não deve ocultar a relevância para o estudo dos políticos das outras esferas citadas nessa seção. Por outro lado, é evidente que exis-

52 Pásara (2010, 273) mostra em que medida a independência judicial tem, em muitos países latino-americanos, um peso histórico. Com relação à imparcialidade e independência da corte suprema e dos conselhos do judiciário dos países da América Latina em relação aos mecanismos de seleção e permanência no cargo, ver Popkin, 2004.

53 Por isso, a maioria dos estudos empíricos sobre as elites políticas estão limitados a "input side" do sistema político. Ver Czudnowski (1983: 251).

54 As eleições municipais e autonômicas em treze cidades celebradas na Espanha em 22 de maio de 2011, que culminaram com uma notória perda de poder político do PSOE, acarretaram um declínio visível deste partido no terreno de sua massa de políticos profissionais. Como apontou um entrevistado anônimo: "perdemos estrutura e perdemos capacidade de militância, porque o empregado público costuma ser um ativista político que trabalha de manhã na prefeitura e vai à tarde no partido. Podemos calcular que em uma prefeitura de certa importância, esse número de militantes pode ser de 40. Os empregados públicos formam parte de nossa rede e essa rede foi enfraquecida". E um prefeito de uma localidade espanhola de certa importância em La Mancha reconheceu que com 44 anos e quinze de experiência como prefeito, havia vivido da política durante quase toda sua vida profissional e agora estava pendente das últimas decisões do partido sobre se poderá aceder a um cargo como deputado provincial. Se não fosse assim, teria que buscar um emprego. Ver Luís Gómez, "Efecto ERE en el PSOE". El País, Madri, 29.05.2011

te uma forte tensão entre ambas que é exacerbada quando se acrescenta a ideia de profissionalização desenvolvida no próximo capítulo[55]. O resultado é uma espécie de profissionalização espúria da política, que compreende o precário desenvolvimento da administração pública no âmbito latino-americano, a expansão da tecnocracia, a tentação clientelista e o avanço do jogo democrático, que é, muitas vezes, ignorado, sendo relegado no estudo geral dos políticos.

2. As razões para ser político

Este homem intelectualmente apaixonado só mantém até o último instante um único sentimento: a esperança de voltar a subir na política uma sola vez, uma vez mais.

Stefan Zweig[56]

Ambition lies at the heart of politics.

Joseph Schlesinger[57]

O que passa pela cabeça de uma pessoa e pelas cabeças do que estão à sua volta para que ela decida se dedicar à política? O que aconteceu com Vargas Llosa para que em um momento declarasse que não tinha nenhuma intenção de ser presidente e, em questão de semanas, virasse um candidato ativo e beligerante?[58]

55 Uma marcada evidência desta tensão encontra-se no conteúdo de uma mensagem que alguém que vive da política envia a colegas militantes e amigos e que chegou a mim em uma mensagem que tornei anônima: "…aproveitei para pensar algumas coisas sobre meu futuro pessoal, que, em parte, tem a ver com meu futuro político. Ambos sabem alguma coisa relacionada com isto e em caráter de confiança e amizade queria dizer algo que tratei [com o líder local] em um e-mail que enviei há pouco. Não quero estar em nenhuma lista; acho que, agora, minha obrigação é dedicar-me a minha família, sem descuidar meu compromisso político e penso que o melhor modo de fazê-lo é continuar como pessoal de confiança na prefeitura ou na legislatura. Sei ao que estou renunciando, um bom cargo [no parlamento regional – que não é uma tarefa assalariada mensalmente, mas mediante ganhos parlamentares] com tudo o que isso implica, mas sei o que ganho e estou convencido de que vale a pena".

56 Zweig [1929: 276].

57 Schlesinger (1966: 1).

58 No dia 24 de agosto de 1987, Vargas Llosa afirmava: "Não tenho aspirações de fazer carreira política.

Tratou-se de uma decisão estritamente pessoal ou o grau de desagregação partidária no Peru, bem como o clima social eram tais que não só permitiam, mas também alentavam a chegada de novatos à política? Se a decisão era estritamente pessoal, o que havia exatamente por trás dela? São semelhantes as razões para entrar na política para realizar tarefas diferentes?

Vargas Llosa já naquele momento era uma pessoa muito conhecida e aspirava à presidência de seu país, mas as mesmas perguntas iniciais são válidas para alguém que quer dar o passo, e duvida, para entrar na política de um pequeno município. O primeiro capítulo forneceu várias pistas teóricas sobre o comportamento humano e a forma como a história das ideias tem entendido o papel dos políticos, de modo que a resposta à segunda pergunta é um combinação de fatores. Não só as instituições constituem constrições críticas ao tomar uma decisão e prefiguram diferentes tipos de estímulos, também a estrutura das crenças deve ser incluída como um ingrediente essencial do modelo interpretativo. É interessante olhar de perto o rendimento das estruturas de incentivos que constituem a trama institucional do sistema político e da economia em função não só dos próprios projetos institucionais, como veremos na próxima seção, mas também dos modelos mentais e da ideologia dos atores[59].

Parece evidente que conhecer as razões que levam homens e mulheres a entrar na política é fundamental para, depois, entender sua atividade política e a forma na qual saem da política. Também é importante saber como entram, os arranjos institucionais que dão acesso à política e o contexto social no qual se produz a entrada. Os dois elementos são inseparáveis. Por que alguém decide ser político e o modo em que ocorre o recrutamento dos políticos pode explicar o que ocorre depois. Todo

Sou uma persona que está muito orgulhosa de sua vocação [de escritor], e não tenho o menor interesse de renunciar a ela para fazer carreira na política. Eu não quero ser presidente do Peru, isso é algo que nunca me passou pela cabeça". Em Centro de Documentación Andina (1989: 102).

59 Ideia respaldada por Douglas North, que, vindo de um dos autores contemporâneos mais relevantes do denominado neoinstitucionalismo histórico, não deixa de ter uma importância muito especial. Ver Denzau e North (2000: 46).

o processo é uma das principais preocupações deste livro. Não há *cursus honorum* sem a entrada no caminho da política, que requer suas razões; além disso, ambos acabam condicionando o próprio caminho.

As pesquisas com certo apoio empírico sobre os motivos das pessoas para entrar na política começaram a ser feitas a partir do século XX. Um dos primeiros trabalhos para o âmbito dos Estados Unidos[60], que não contava com bagagem teórica, propunha três razões significativas para explicar a entrada na política: dispor de certa experiência prévia proveniente do ambiente familiar, buscar consolidar redes sociais e boas relações e pretender alcançar certo prestígio social. Essa aproximação inicial com um mínimo de componente empírico validava parcialmente a sistematização teórica das razões para ser político que, durante o século XX, haviam pendulado em torno da dualidade weberiana da vocação e/ou da profissão e da visão de Maquiavel sobre a ambição unida aos pressupostos do sistema político democrático.

Esses eixos propuseram taxonomias explicativas das razões pelas quais alguém deseja se dedicar à política. Seu ponto de união gira em torno do papel desempenhado modernamente pelos sistemas de partidos e, sobretudo, pela organização interna dos partidos em função de sua capacidade de conjugar as ambições dos políticos, conseguindo ensamblar seus destinos durante certo tempo e, de certa forma, controlá-los para tornar estável o sistema político[61], resolvendo a concorrência entre os diferentes interesses funcionais existentes[62]. A ambição, apesar de ser difícil de medir devido à confusão com sentimento mais sutis, como a vaidade, foi e continua sendo o principal motivo pelo qual alguém entra na política[63]. Na medida em que a dureza e a coesão ideológica foram desaparecendo do cenário político partidário, a

60 Rosenzweig (1957).
61 Schlesinger (1966: 3).
62 "Politics increasingly became the responsibility of full-time, professional politicians, more or lee neutral brokers who utilized political parties as aggregating mechanisms to resolve the competition among the many functional interests". Scott (1967: 118).
63 Martínez Rosón (2009). Norris (1997: 14) já apontou as dificuldades de sua medição.

vocação foi se modificando. Inicialmente, a vocação tinha um nutriente muito efetivo nos processos de socialização desenvolvidos pelos partidos, que contribuía para dar um sentido vital e identidade à tarefa de seus ativistas.

Agora, qual é, em última análise, o significado do termo ambição? O dicionário da Real Academia Espanhola é muito claro a esse respeito: "desejo ardente de conseguir poder, riquezas, dignidades ou fama". Há, então, um desejo ardente, uma vontade explícita[64] de conseguir algo que no terreno do poder político envolve a satisfação de um anseio tangível como um cargo de representação ou de designação. A entrada na política confere, por separado, mas também simultaneamente, um cargo, uma rede de relações sociais e popularidade. São as vantagens que, com intensidades diferentes, recompensam a ambição do político. Há uma alternância de coisas na tarefa cotidiana dentro da ação política com vocação política primária que se resume na ideia de que é possível viver da política se se vive para a política[65]. Entendo que é nesse cenário onde a ambição desempenha seu papel desbancando, quando não parasitando, a vocação.

Não obstante, a ambição explícita, que é um motor indiscutível do atuar de qualquer político e que se transforma em um atributo inerente[66], torna-se um empecilho quando o político é percebido como muito ambicioso ou unicamente preocupado com sua carreira política. Como uma das razões da baixa consideração da opinião pública pelos políticos radica na percepção de que estes são prepotentes ou buscam apenas satisfazer de forma egoísta seu interesse pessoal, ocorre que muitos

64 O presidente do Congresso de Deputados espanhol referia-se a este desejo de uma maneira muito gráfica: "Isto não é a Igreja católica, onde, talvez, quando um padre se torna bispo, diz que 'seja o que Deus quiser'. Na política somos nós que queremos, e quem não quiser que vá ser coroinha". Luis R. Aizpeolea: "O apoio de Chacón às primárias desata o debate da sucessão". El País. Madri. http://www.elpais.com/articulo/espana/apoyo/Chacon/primarias/desata/debate/sucesion/elpepunac/20110224elpepinac_2/Tes 24.02.11

65 Bourdieu (2001: 228).

66 Isto parece muito evidente no âmbito presidencial como fica patente na bibliografia existente sobre presidentes recentes como o caso de Mitterrand, González, Clinton ou Bush Jr. Ver, respectivamente: Nay (1987); Gutiérrez (1993); Renshon (1996); e Schier (2004), todos eles trabalhos publicados durante suas presidências.

políticos mostram um efeito reativo que os faz negar qualquer tipo de ambição, chegando inclusive a demonizá-la[67]. Daí que seja possível falar de dois tipos de ambição[68] que se confrontam: a ambição negativa e a positiva. A primeira associa-se com a fome de poder que termina sendo um forte preditor negativo da confiabilidade na classe política. A ambição positiva está associada com o carisma, o respeito, a competência e o desejo de levar adiante muitas responsabilidades e servir às pessoas. A tensão entre ambas é permanente, o político anda na corda bamba para evitar mostrar tanto o irreprimível desejo de poder quanto a imagem de ser um covarde[69].

A aplicação do impacto da ambição positiva dos que têm ou buscam explicitamente um cargo, embora não seja constante — nem na intensidade nem nos objetivos concretos do que é buscado —, permitiu formular uma tipologia dos políticos que, neste caso, contempla a existência de três modelos de ambição: discreta, estática e progressiva[70]. A primeira se refere a quem ambiciona o que tem, dá por sentado que o cargo que ocupa é a culminação de seus desejos e, depois de finalizar seu desempenho, dará por terminada sua tarefa política. A ambição estática implica

67 Como exemplo, podemos observar as duas entrevistas seguintes. Luís Sánchez Mellado a Rosa Aguilar: "Eu o fiz com toda esperança e compromisso. *E ambição?* [pergunta do jornalista] Há pessoas, e eu estou entre elas, que recebeu da vida a possibilidade de servir a cidadania a partir de diferentes instituições e já não têm nenhuma ambição. Eu quero continuar trabalhando para os demais, e me entregar com paixão ao que faço, mas isso é tudo. *[A senhora] não quer ser nada mais na política?* [pergunta do jornalista] Não, estou dizendo claramente. A única coisa que quero é trabalhar de maneira leal no âmbito do governo. A confiança que Zapatero deposita em mim eu vou devolver dia a dia na forma de trabalho e lealdade. *Mas os políticos ambicionam o poder, legitimamente, para fazer coisas.* [comentário do jornalista] Pois eu te digo que Rosa Aguilar está em um momento de sua vida em que não ambiciona nada. Estou feliz e me sinto muito responsável pelo trabalho que me confiaram para atender à cidadania, que nos espera com respostas certeiras. Não espero outra coisa". *El País*, Madri, de 21 de novembro de 2010. | Mónica Ceberio Belza e Jorge A. Rodríguez a Antonio Camacho, ministro do Interior da Espanha: "Eu não luto por nada a não ser por aquilo no que acredito, e estar numa lista concreta não é um dos meus objetivos vitais. Não fiz nada para ser secretário de Estado, não fiz nada para ser ministro e não vou fazer agora. Estarei onde o partido decidir". *El País*, Madri, 18.09.11

68 Larimer *et al.* (2007).

69 A figura do presidente peruano Alan García é um bom exemplo neste sentido. Ao deixar sua segunda presidência, em julho de 2011, contava com um índice de aceitação popular de trinta por cento, muito maior do que o que teve quando deixou sua primeira presidência em 1990, ao mesmo tempo em que se especulava sobre sua candidatura para 2016. Enquanto ele apontava explicitamente que "quem acreditar que eu entrei na política ou no segundo governo para ganhar dinheiro é um tolo, porque não entende o que é a história nem a glória de ter podido ser duas vezes presidente e poder servir o Peru". Jornal El Mercurio, Santiago de Chile, 16.07.11

70 Schlesinger (1966: 10).

manter-se, o máximo possível, no cargo em que se está. Finalmente, a ambição progressiva implica pensar que o cargo ocupado é só um degrau no processo da carreira política, e o objetivo é alcançar melhores posições. Este modelo pioneiro foi a base de numerosos trabalhos posteriores[71], embora também tenha sido questionado por, por exemplo, não considerar dentro da ambição estática o fato de haver poderes legislativos, como o Congresso dos Estados Unidos, que, no seu interior abrigam diferentes carreiras políticas graças à hierarquia do sistema de comissões[72].

A ambição pode também ser avaliada conforme quatro propósitos[73]: o valor político imediato de obter um cargo que permita ao beneficiário influir direta e imediatamente no processo político; o valor a longo prazo do começo de uma carreira política derivado do fato de que "é preciso começar em algum momento" e que alguns cargos são pré-requisito para, depois, chegar a outros; o atrativo econômico, em termos monetários, relacionado com a melhoria financeira imediata do beneficiário; e, finalmente, o valor intangível em termos psicológicos e ideológicos, que, em ambos os casos, trata de satisfazer o anseio de alcançar um *status*, assim como a estima do público, ou de poder levar adiante projetos políticos ajustados às ideias do recém chegado à política.

O marco legislativo é um dos mais adequados para realizar estudos a longo prazo sobre carreiras políticas por seu triplo caráter de ser um coletivo de tamanho médio (maior que o número de membros dos gabinetes; fechado, quanto a que o número de seus componentes está perfeitamente definido e limitado: e estável, na medida em que o conjunto de legisladores ocupa seu cargo por períodos fixos de tempo (no caso de sistemas presidenciais) ou durante um intervalo de tempo médio adequado para o estudo (no caso dos sistemas parlamentares, nos quais a duração média das legislaturas é superior a dois anos). É por isso que a quantidade de tra-

71 Um dos mais relevantes que seguiram essa linha foi o de Mayhew (1974) que demonstrou convincentemente que a principal prioridade dos legisladores era a reeleição.

72 Hibbing (1993: 131); e Fowler (1993: 83).

73 Mezey (1979: 224-225) aplica isso para apenas para o Legislativo, mas pode ser estendido a outros âmbitos.

balhos que tratam as trajetórias dos indivíduos dedicados à política nesse marco é mais numerosa[74].

Nesse sentido, uma das tipologias mais conhecida está representada no Quadro 2.1. Acrescentava-se outro componente à mera ambição, construído mediante a combinação de duas variáveis dicotômicas: a atitude dos legisladores sobre a reeleição e o nível de atividade desempenhado dentro do grupo parlamentar. A composição apresentava uma classificação com quatro tipos de pessoas: os legisladores, que desejavam a reeleição e que eram ativos na legislatura; os espectadores, que também buscavam a reeleição e cuja atividade legislativa era baixa; os anunciantes, que não procuravam ser reeleitos, mas mantinham uma atividade alta, provavelmente para chamar a atenção e prosseguir sua carreira por outros âmbitos; e os relutantes, que não ambicionavam a reeleição e exibiam baixo nível de atividade. Com isso, avançava-se na compreensão da vida do político integrando, novamente, um componente subjetivo, como a ambição, à outro objetivo relacionado como a tarefa concreta. No modelo proposto no Quadro 2.1, a carreira política guiada pela ambição não é tanto a dos que se orientam pela busca da reeleição quanto a dos que exibem alto nível de atividade.

Quadro 2.1. Tipos de legisladores segundo sua ambição reeleicionista e a atividade de sua tarefa legislativa

		Busca da reeleição	
		Sim	Não
Nível de atividade	Muito ativos	Legisladores ativos	Legisladores anunciantes
	Pouco ativos	Legisladores espectadores	Legisladores relutantes

Fonte: elaboração própria baseado em Barber (1965).

Uma visão mais refinada do termo ambição permite fazer referência à

74 Mezey (1979: 223-254), Terrelonge Stone (1980), Matthews (1985), Best e Cott (2000) e Squire e Hamm (2005).

ambição estratégica, que ocorre mais em sistemas políticos que contam com um sistema eleitoral centrado em candidatos individuais e não em candidatos que conformam uma chapa. A ambição estratégica combina o desejo de ser eleito com uma compreensão realista do que é preciso para ganhar assim como a habilidade suficiente para avaliar as possibilidades dentro de um contexto determinado[75]. O problema para estudar esse conceito volta a ser a dificuldade na hora de medi-lo[76].

Um dos poucos indicadores do qual disponho para medir a ambição de maneira comparada é através da pesquisa do projeto sobre elites parlamentarias latino-americanas (PELA) mediante a pergunta sobre o futuro político presumível dos deputados, algo que foi também realizado em estudos anteriores[77]. Embora seja uma pergunta incluída apenas nas últimas levas de entrevistas e, infelizmente, seja feita por meio de duas formulações diferentes, os dados são muito relevantes (ver Tabela 2.1). Se considerarmos os mais recentes, em vários países latino-americanos o desejo dos legisladores de continuar na política é avultado, com porcentagens superiores a 90%, embora haja diferenças notáveis entre países. A cláusula de não reeleição legislativa vigente apenas na Costa Rica e no México não parece surtir efeito desmotivador importante. Nos casos em que existem dados de dois momentos diferentes, apesar do seu grau inexato de comparação, é possível avançar, além do que valida-se a ideia de que a ambição se fortalece e melhora com a experiência[78].

75 Herrnson (1997: 188).

76 Hibbing (1986) realizou um estudo comparativo sobre as bases das votações nominais entre os representantes que iam ser candidatos por uma cadeira no Senado e os que buscavam a reeleição e encontrou diferenças significativas no comportamento de ambos os grupos. Aqueles que tinham ambição progressiva mudaram seu comportamento no voto orientando-o na direção das predisposições ideológicas do novo eleitorado.

77 Norris (1997: 225) apresenta dados baseados em uma pesquisa realizada a candidatos ao Parlamento europeu na qual pergunta a eles onde gostariam de estar dentro de dez anos. Três quartos dos entrevistados se imaginavam ativos em um cargo político.

78 Fowler e McClure (1989: 225).

Tabela 2.1. Deputados latino-americanos que afirmam querer continuar na política (em porcentagens)

País	2006-2008*	2009-2011**	Média
Colômbia	94,8	93,2	94,0
Uruguai		93,6	93,6
Brasil		93,5	93,5
Guatemala	87,7		87,7
Argentina	81,3	93,4	87,3
Chile	81,8	92,9	87,3
Panamá		85,9	85,9
República Dominicana	80,8	87,7	84,3
Peru	68,4	92,8	80,6
México	75,1	84,5	79,8
Costa Rica	68,4	82,1	75,2
Paraguai	75,0		75,0
Honduras	75,8	73,6	74,7
Bolívia	67,5	79,4	73,5
El Salvador	65,9	80,9	73,4
Equador		69,9	69,9
Nicarágua	58,1		58,1

* Pergunta: Pensando em sua trajetória profissional, qual você gostaria que fosse seu próximo cargo? Soma das respostas dos que dizem: presidente da república, prefeito, um cargo executivo regional ou provincial, um cargo executivo no governo nacional, um cargo público em uma empresa do Estado, a reeleição como deputado e um cargo na outra câmara. Entrevistas realizadas entre 2006 e 2008.
** Pergunta: Depois do seu mandato como deputado, você gostaria de continuar na política? Sim/ Não. Aqui se classificam os que responderam sim. Entrevistas realizadas entre 2009 e 2011.
Fonte: PELA (1994-2011).

Outra aproximação interessante para estudar a ambição é a que pode ser feita por meio da análise das características sociodemográficas, políticas ou de socialização dos que dizem querer continuar na política. Segundo os dados da PELA, 88% dos 1715 deputados latino-americanos entrevistados entre 2009 e 2011 deseja continuar na atividade política após o fim do seu mandato legislativo (Tabela 2.2).

Nesse sentido, um dos primeiros aspectos pessoais considerados é o gênero, cujo efeito na ambição política[79] dos parlamentares é pequeno para o conjunto da América Latina. Do total de mulheres deputadas entrevistadas, 12,7%

79 O pertencimento a um grupo minoritário como o do gênero na política pode desestimular tanto o início na carreira política quanto sua continuidade (Martínez, 2009: 129).

afirma não querer continuar na política em comparação com 11,6% dos homens. No entanto, as diferenças entre países com respeito a este tema são notórias, o que demonstra a influência que outros elementos externos podem exercer sobre a ambição política dos parlamentares. A Costa Rica e a Nicarágua são os países onde é registrada menor ambição política, posto que 30% das parlamentares desses países não deseja continuar na política após o fim dos seus mandatos como deputadas, sendo similar a porcentagem de deputados com a mesma opinião. Há só três países nos quais é claro o efeito do gênero sobre a ambição política: Panamá e México. No caso do Panamá, 20% das parlamentares quer deixar a política após o fim do mandato em comparação com 3,8% dos parlamentares de sexo masculino. No caso do México, essas diferenças são menores, 16,7% das mulheres comparadas com 7,3% dos homens, porcentagens similares às encontradas na Guatemala. Por outro lado, há países, com reduzida presença feminina no Parlamento, mas cujas parlamentares desejam continuar na atividade política após a finalização da sua legislatura. Esse é o caso do Equador, El Salvador ou Bolívia, em que a porcentagem de parlamentares do sexo masculino que quer deixar a política é superior (em torno de 10%) ao das mulheres. Em todo caso, e como se demonstrou em um estudo que aborda as carreiras políticas das mulheres no Uruguai, Argentina e Chile, o gênero afeta a ambição em qualquer carreira da perspectiva da oferta na medida em que as mulheres são condicionadas em sua progressão por fatores relacionados com decisões vitais de sua vida privada, como a maternidade[80].

80 "As disparidades de género na representação política refletem o fato de que as mulheres não participam porque não podem, o que condiciona seu desejo de participar, e é diferente de dizer que elas não participam porque não estão interessadas" (Pérez, 2011: 100).

Tabela 2.2. Características sociodemográficas, políticas ou de socialização daqueles que afirmam querer continuar na política

Perfil do parlamentar com ambição política		
Idade média		47,8
Gênero (em %)	- Homem	79,1
	- Mulher	20,9
Estudos do político (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	8,9
	- Universitários não finalizados	11,1
	- Universitários ou pós-graduação	79,9
Estudos do pai (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	63,5
	- Universitários não finalizados	8,4
	- Universitários ou pós-graduação	25,5
Estudos da mãe (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	75,9
	- Universitários não finalizados	9,9
	- Universitários ou pós-graduação	12,9
Frequência com a qual falava de política em casa durante sua juventude (em %)	- Muita ou alguma	60,2
	- Pouca ou nenhuma	39,6
Familiares na política (em %)		50,3
Dedicação exclusiva à política (em %)		61,0
Satisfação com sua renda como político (em %)	- Satisfeito	64,3
	- Insatisfeito	35,3
Inicia trajetória política em um partido (em %)		50,4
Número de partidos políticos nos quais militou	- Um partido	70,3
	- Dois ou mais partidos	29,7
Anos na política		22,6
Ideologia média (média 1-10)		4,9

Fonte: PELA (1994-2011).

A idade média dos deputados latino-americanos com ambição política é de 48 anos e a dos que não desejam continuar na política é de 51 anos. Isso confirmaria o que indica a literatura sobre o fato de elementos demográficos, como idade ou estado civil, poderem desestimular a permanência na política[81].

A educação é outra das variáveis apontadas pela literatura como essenciais para o desenvolvimento da ambição política[82]. Assim, espera-se que os deputados

81 Véanse Fox e Lawless (2005).
82 Soule (1969).

com mais formação acadêmica sejam também os com mais ambição política. Na América Latina, o nível de estudos dos parlamentares é elevado, pois quase todos contam com estudos universitários ou de pós-graduação. Entre os que querem continuar na política após o fim de seu mandato parlamentar, 79,9% apresenta o nível de estudos mais alto possível (universitários ou de pós-graduação) e só 8,9% concluiu apenas os níveis médio ou fundamental. Uma porcentagem que chega a 15,2% entre os que afirmam querer abandonar a política.

A ambição também se relacionou com a socialização política, de modo que aqueles cuja socialização política foi precoce mostraram maior ambição política que os demais. No caso dos parlamentares latino-americanos, foram consideradas quatro variáveis de socialização política que podem influir ou determinar o perfil do político com ambição: o nível de estudos do pai e da mãe, a frequência com que falava de política em casa durante a juventude e a presença ou não de familiares na política. Todas estas são variáveis que ajudam a medir o efeito que a família como agente de socialização política pode ter exercido sobre a ambição política do deputado. Em geral, os pais dos deputados latino-americanos com ambição têm um nível de estudos médio ou baixo, a maior parte deles conta com estudos secundários ou menos. Falavam de política em casa com frequência e a metade deles tem ou teve familiares na política. De todas essas variáveis, a que realmente parece marcar a diferença entre aqueles que desejam continuar na política e os que não é a frequência com a que se falava de política em casa, maior entre os que têm ambição política.

Com frequência, foi indicado que o interesse econômico está relacionado com a permanência de uma pessoa na política. Neste caso, considera-se que a satisfação com a renda recebida como político pode ser um incentivo a mais para continuar na política. A grande maioria dos parlamentares latino-americanos (64,3%) mostra-se satisfeita com sua renda *versus* 58,7% dos que não têm ambição política. Isso viria corroborar que o interesse econômico está relacionado positivamente com

a ambição política. Outra variável relacionada com a satisfação econômica e, por conseguinte, com a ambição, é a exclusividade ou não da dedicação à política. É provável que aqueles que se mostram insatisfeitos com seu salario busquem ganhar renda complementar fora da política, combinando, dessa forma, a carreira política com outras atividades econômicas. Entre os parlamentares com ambição política, 61% dedicam-se exclusivamente a seu trabalho parlamentar *versus* 54,8% dos que dizem não querer continuar na política.

A entrada na política do parlamentar com ambição política é variado; enquanto 50% entram por meio de um partido político, os outros 50% dão o salto para o mundo da política a partir de outras organizações, sejam estudantis, profissionais, etc. Mostra-se fiel ao partido no qual começou a militar e apresenta em média 22 anos de dedicação política, seja ativamente ou não.

Este triângulo formado pela vocação, profissão e ambição pode deixar lugar para outro tipo de argumentos baseados em razões existenciais mais complexas. Isso não dista de uma leitura inteligente do *Dom Quixote*[83], embora se aplique de maneira genérica à liderança, mas não por isso deixando de ter valor para os que se dedicam à política. E permite propor três ideias interessantes pelas quais as pessoas se envolvem ativamente com a política e que, uma vez envolvidas, constituem um fundamento desde o qual projetar a ação política. Trata-se de imaginação, compromisso e gozo.

Imaginação no sentido de ignorar a evidência da realidade diante da qual um político confronta um sonho ambicioso ou de longo alcance. O famoso discurso de Martin Luther King Jr. "I have a dream" seria o epítome desta ideia que não é outra coisa que o motor da transformação. A realidade é em parte uma construção social e sua interpretação desempenha um papel importante nesta construção, e aqui *Dom Quixote* é um exemplo permanente. Os políticos são sonhadores, faceta muito reivin-

83 March e Thierry (2005) abordam no seu ensaio diferentes obras da literatura universal para aplica-las à compreensão do fenômeno de liderança, neste sentido comentam principalmente *Otelo, Guerra e Paz, Santa Joana* e *Dom Quixote*.

dicada no momento de somar ilusões coletivas a projetos concretos.

A segunda ideia gira em torno do compromisso, derivado do profundo sentido de si mesmo e de sua identidade, assim como das obrigações que isso acarreta e que pode ser exemplificado na mística quixotesca de ser um "desfazedor de agravos" pelo convencimento absoluto de ser quem se é. *Dom Quixote* ensina que o sentido da vida não é evidente nem descoberto de antemão, mas que se afirma por um ato de desejo que é coerente com a identidade que se possui. Há uma espécie de necessidade absoluta de ser coerente consigo mesmo e que limita com o próprio conceito de vocação.

Por último, encontra-se a ideia do gozo, baseado na compreensão da vida como uma saga de loucuras e excentricidades que responde ao absurdo da existência humana. *Dom Quixote* é uma lembrança permanente da insignificância e ridiculez do ser humano e da aceitação de seus limites, mas, ao mesmo tempo, é um exemplo da satisfação com a vida, e tudo isso sob um olhar risonho. Trata-se de uma visão da existência prazerosa que reflete o encantamento por ter uma aventura vital, que tantas vezes se encontra em outros casos[84].

À imaginação, ao compromisso e ao gozo, acrescento a própria ambição, retomando alguns argumentos das páginas anteriores. A ambição é também um dos fios condutores da obra de Cervantes. A expectativa de conseguir o governo de uma ilha leva a Sancho a seguir as loucuras do cavaleiro andante. Todo o texto é repleto de trechos nos quais Sancho manifesta explicitamente sua ambição[85] e explica suas razões e suas preocupações. Alcançar o governo pressupõe, basicamente, a dualida-

84 Vargas Llosa (1993: 46) expõe o dilema de forma cabal: "Cada vez que me perguntaram por que estive disposto a deixar minha vocação de escritor pela política, eu respondi: 'por uma razão moral. Porque as circunstâncias me puseram em uma situação de liderança em um momento crítico na vida do meu país. Porque achei que era a oportunidade de fazer, com o apoio da maioria, as reformas liberais que, desde o começo dos anos setenta, eu defendia em artigos e polêmicas como necessárias para salvar o Peru'…[no entanto]…não descarto que, nesse fundo obscuro onde são forjados nossos atos, tenha sido a tentação da aventura, antes que qualquer altruismo, o que me empurrou para a política profissional".

85 "Sancho maldisse de nuevo a si mesmo, e prometeu de coração abandonar seu amo e voltar para sua terra, ainda que perdesse o salário pelo qual havia trabalhado e as esperanças do governo da prometida ilha" (Capítulo XVIII - 1ª parte). "…mas se Deus o tirasse daquele perigo são e salvo e sem cautela, seria possível ter como muito mais certa a prometida ilha …" (Capítulo XX – 1ª parte)

de que tomará forma nos anseios de todos os que queiram se dedicar à política: uma possibilidade de enriquecimento, mas também a satisfação pelo poder em si mesmo.

Agora, as razões de cunho individual e vital para que uma pessoa comece um caminho político estão muito influenciadas por outras de cunho social e institucional. Diferentes estudos para épocas muito diferentes apontam de que forma o viés de classe, gênero e idade medeia a formação da classe política[86] ou os antecedentes sociais e políticos da pessoa[87]. Da mesma forma, a socialização familiar desempenha um papel importante no sentido de incentivar o indivíduo a entrar na política, bem como a estrutura do mercado de trabalho do país em questão junto com os valores que o acompanham. Da mesma forma, as instituições geram estruturas de oportunidades que impulsionam ou freiam qualquer carreira política. Estes aspectos são discutidos na próxima seção.

3. O início da carreira política

> *"...studying political careers provides a particularly fruitful approach to understanding institutional stability and change. At the same time it reminds us that the political actor's world is not primarily defined by any one institution".*
>
> ***Jens Borchert (2011)***

O funcionalismo prestou uma atenção substancial aos processos de recrutamento de maneira que em seu esquema teórico o termo "recrutamento polí-

86 Um dos primeiros estudos realizados sobre os 306 membros do gabinete britânico entre 1801 e 1924 mostrou a inexistência de mulheres; além disso, 182 eram filhos de nobres e 199 tinham estudado em Oxford ou Cambridge, sendo que os aristocratas entravam na política, em média, dez anos antes que os commoners (Laski, 1932). Mais recentemente, Norris (1996: 185) mostrou o viés da classe política em um número importante de democracias ocidentais por classe, gênero e idade. Para o caso mexicano, são relevantes os trabalhos de Camp (1980 e 1995); Squire e Hamm (2005) também realizaram uma análise similar com respeito aos legisladores dos estados norte-americanos.

87 Assim revelou Terrelonge Stone (1980) em um estudo realizado com entrevistas a 180 congressistas afro-americanos nos Estados Unidos.

tico" fazia referência à função pela qual eram preenchidos os papéis dos sistemas políticos. Era uma função que não podia ser separada da de socialização e que se situava dentro das funções mais genéricas de manutenção e de adaptação do sistema. Trata-se, portanto, de um conceito vertebral[88] que, além disso, está na base do início de toda carreira política, interage de maneira complexa no interior do sistema político e com fatores individuais. Está associado a relações sistêmicas sobre as quais pouco se sabe[89]. Embora se tenha avançado bastante sobre o conhecimento do recrutamento dos candidatos para cargos no Legislativo[90], sabe-se menos sobre o início da carreira política em outras esferas.

Para o cenário do início de uma carreira política existem diferentes modelos[91]. Como denominador comum surge a conjunção de dois grandes tipos de variáveis: de caráter institucional e de âmbito individual. Porém, não deixam de lado aspectos de caráter socioestrutural que se relacionam com as condições do ambiente social no qual a pessoa se move e que se referem ao nível social, situação econômica, história do(s) grupo(s) a que pertence, elementos que constituem a identidade e dotam a comunidade de profundos traços distintivos e de valores coletivos.

3.1. A porta institucional de entrada para a política

As variáveis institucionais centram-se, sobretudo, nas regras do jogo da forma na qual se entra na política e são as que mais chamaram a atenção da Ciên-

88 Almond e Powell (1966: 14 e 30, 47-48).
89 Norris, 1996: 210.
90 Apesar do viés da evidência empírica por proceder em boa parte do universo dos Estados Unidos, com resultados relativos a um esquema bipartidário, federal e com eleições mediante sistema de representação maioritário no qual o peso individual dos candidatos é muito importante. O primeiro trabalho ambicioso e de longo alcance foi realizado por Stuart Rice em 1929, ao apresentar séries temporais dos membros da Câmara de Representantes de 1790 a 1924 com indicações sobre sua idade e o tempo servido. Ver Matthews (1985: 38).
91 Norris (1996: 210); e Moncrief *et al.* (2001: 19-30).

cia Política no último quarto de século[92]. Gravitam, por conseguinte, em torno da vertente eleitoral, dos âmbitos institucionais de chegada e do sistema de partidos existente. No entanto, de acordo com a definição de político proposta acima, em todos os países há um maior número de políticos que chegam a desempenhar uma atividade política por nomeação que os que chegam por meio de eleições (embora normalmente como consequência do triunfo eleitoral de um terceiro); essa peculiaridade é sempre esquecida e recebe muito pouca atenção por parte dos estudiosos. Em outras palavras, há diferentes modelos de carreiras políticas que se entrelaçam. De forma complementar, há outras questões de caráter institucional sobre as quais também se pesquisa pouco, como é o caso do mercado de trabalho e sua relação direta com o problema da profissionalização política, algo que retomarei mais adiante.

Em termos institucionais, sabe-se que toda carreira política, do ponto de vista de quem quer aceder a ela por via eleitoral, está condicionada pela existência de um maior ou menor número de pontos de entrada[93] e de oportunidades para progredir, assim como pelo sistema de partidos existente. Os sistemas federais contam sempre com maior quantidade de portas de acesso à política que os sistemas unitários[94]. O mesmo acontece nos países onde há democratização da vida municipal. Por isso os sistemas multinível oferecem mais possibilidades de desenvolvimento de uma carreira política. Nessa mesma linha, a estrutura de oportunidades eleitorais existente também baseia-se no número de cargos pelos quais se concorre.

92 Um estudo sobre as diferenças existentes entre os deputados dos estados alemães, entre 1990 e 2002, mostrou como os mecanismos institucionais foram mais decisivos que os individuais relativos às atitudes para explicar a motivação dos legisladores orientais para sua própria carreira. Por outro lado, seu processo de adaptação à nova situação foi muito mais rápido que o de seus concidadãos: "as eastern German political elites have adapted to the new institutions, their constituents have remained, or even grown more, alienated from these institutions". Davidson-Schmidt (2006: 173).

93 Prinz (1993: 15).

94 Ver, para o caso federal argentino, Jones *et al.* (2002).

Tabela 2.3. Deputados que afirmam haver iniciado sua trajetória política em um partido* (em porcentagens)

País	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Colômbia	71,2		53,5	56,4	71,2	63,1
Panamá		52,4	55,9		76,6	61,6
Honduras	50,7	56,7		71,4	59,3	59,5
República Dominicana	65,3	50,9		58,5	62,1	59,2
Nicarágua	57,1	47,9		65,2		56,7
Costa Rica	63,3	31,4		73,7	57,1	56,4
Guatemala	41,3	50,6	66,1	63,1		55,3
Peru		46,5		54,7	54,9	52,0
El Salvador	44,8	52,7	57,7	52,6	48,5	51,3
Argentina	50,8		46,7	54,8	49,9	50,6
Paraguai	41,5		39	69,4		50,0
México	42,7	52	67,8	39,8	43,9	49,2
Uruguai		52,2		49,4	44,7	48,8
Venezuela		42,7				42,7
Chile	23,6	36,4		24,4	61,6	36,5
Bolívia	35,7		29	38,3	20,6	30,9
Equador	34,8		20,4		35,9	30,4
Brasil			26,9		20,3	23,6

Pergunta: Você poderia indicar em que tipo de organização iniciou sua trajetória política? Resposta aberta
* As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Por outro lado, para a maioria dos sistemas políticos, os partidos são os primeiros agentes a realizar o recrutamento entre os diferentes níveis dos seus membros[95]. Além disso, o início de boa parte das carreiras políticas começa nos partidos. A Tabela 2.3 mostra este extremo de forma nítida para os deputados latino-americanos ao longo dos últimos anos, embora de forma irregular conforme os países e a própria evolução; não obstante, o início partidário da política é maioritário na série de países analisados. Destaca-se o Brasil, assim como a Bolívia e o

95 Almond e Powell (1966: 118) perguntavam até que ponto a atividade dos partidos políticos afetava de fato o recrutamento dos individuos em papéis específicos da elite, questão que continua sendo relevante em função de saber o percentual exato dos políticos profissionais de um país que é recrutado pelos partidos. Isso é algo sobre o que mais adiante se fornecem dados para os países latino-americanos.

Equador, como países nos quais os partidos desempenham um papel menor.

Há, pelo menos, dois aspectos que devem ser considerados para entender as consequências desta situação. O primeiro é a própria força do partido em termos eleitorais: partidos novos ou minoritários, nos quais há poucos cargos costumam ter esquemas de recrutamento com predomínio do voluntariado e maior carga vocacional altruísta, e conformam modelos muito diferentes daqueles dos partidos maioritários com uma maquinaria perfeitamente lubrificada e cuja oferta de uma carreira mais plausível para um recém-chegado mostra-se de maneira clara[96]. Além do mais, os partidos assentados no sistema político podem oferecer a seus militantes começar na carreira política profissional em cargos remunerados não eletivos[97]. O segundo aspecto está relacionado com o tipo de sistema de nomeação, que abre a discussão sobre o modelo de primárias ou outro de caráter mais vertical e endogâmico dentro do próprio partido; para um novo político, é muito diferente ser apadrinhado desde o início da carreira por algum dos líderes relevantes do partido do que ter que competir desde o princípio por um espaço próprio.

Em outro sentido, a natureza da competição partidária, referida tanto ao número de partidos contendentes quanto ao grau de polarização dado, gera um determinado cenário de maior ou menor competitividade e forma um quadro decisivo ao moldar as possibilidades de uns ou de outros candidatos. Quando a concorrência partidária é acirrada e, além do mais, polarizada, e os partidos têm sinais de identificação programática muito marcados, a "pureza" ideológica dos candidatos passa a ser um traço fundamental a ser considerado no recrutamento. Ao contrário

96 A seguinte notícia exemplifica o que se falou a propósito das dinâmicas internas que se estabelecem nos partidos novos e com poucos cargos: "A cúpula de Unión, Progreso y Democracia (UPyD), o partido encabeçado por Rosa Díez, analisará seus resultados eleitorais no sábado porque, como seus dirigentes e membros não se dedicam à política em tempo integral, têm empregos e não podem se reunir antes". El País, Madri, 24.05.11. Em: http://www.elpais.com/articulo/espana/cree/demostrado/UPyD/partido/nacional/elpepinac/20110524elpepinac_14/Tes 24.05.11

97 Como se verá mais adiante, os dados do PELA, assim como de estudos nacionais monográficos mostram que as carreiras legislativas são precedidas de boas doses de experiência acumulada em cargos anteriores. Este aspecto foi demonstrado de maneira convincente para o Congresso brasileiro, onde os candidatos novatos, que entraram entre 1986 e 2002, contavam, em sua maioria, com uma carreira política já iniciada em outros âmbitos. Ver Limongi e Figueiredo (2002).

do que ocorre quando "o partido está ganhando" ou quando não é preciso mostrar convicções muito arraigadas[98]. Outro elemento que os partidos consideram ao selecionar seus candidatos é o nível de formação preciso em função de suas qualidades específicas na hora de apresentar-se a uma determinada confrontação eleitoral com outros candidatos com determinadas características ou em circunscrições, que, assim mesmo, tem peculiaridades privativas[99].

No entanto, é conveniente não esquecer a influência, em alguns países, de certas entidades que agem influenciando a seleção, na qualidade de "tanques de pensamento"[100], como as agrupações empresariais, as organizações sindicais, os meios de comunicação ou outros organismos que, em determinados momentos históricos, desempenharam papéis cruciais, como a Maçonaria, as Forças Armadas ou a Igreja e suas diferentes organizações. Na América Latina, é possível acrescentar as organizações não governamentais que floresceram nas últimas décadas e que apresentam origem de dupla natureza: em primeiro lugar, aquelas que surgiram sob o amparo das lutas contra as ditaduras e que abrigaram políticos perseguidos que realizaram tarefas de estudo e de prospectiva; em segundo lugar, aquelas que se desenvolveram ao calor da onda neoliberal presente na década de 1980 e que

98 Um trabalho que toma como estudo de caso o Partido Socialista na Argentina entre 1896 e 1942 evidenciou como os partidos passam por várias etapas de desenvolvimento que provêm diferentes incentivos e estruturas de oportunidade para os membros do partido que são ambiciosos. Durante os processos de divisões internas, um segmento dos líderes do partido se afasta, melhorando as possibilidades para os demais aspirantes de chegar a um cargo mais alto. Para este aspecto do estudo, os autores basearam-se na teoria da ambição que tende a defender que o grau de institucionalização restringe o avanço dos aspirantes ambiciosos e que essas restrições junto com os recursos do partido estavam associadas a uma série de divisões que estremeceram o partido, o que levou a um aumento nas possibilidades para diferentes tipos de liderança de ter acesso a cargos nacionais no seu interior. O partido assumiu diferentes posturas ideológicas em cada momento crítico. Ver Hennessy e Wellhoffer (1974).

99 Ver Krasa e Polborn (2010) sobre as diferenças entre candidatos especializados nos Estados Unidos e Galazo e Nannicini (2011) sobre os membros do parlamento italiano, no qual os políticos com melhores condições ex ante, medidas segundo os anos de estudo, a participação anterior e a experiência no governo local, têm maior probabilidade de concorrer em circunscrições disputadas.

100 "Some accuse American think-tanks of an incestuous relationship with politicians, or of forming part of a permanent ruling class. There is some truth in this: think-tankers often stay inside the Beltway (the ring road around Washington, DC) all their working lives. But they are not impervious to elections. Liberal thinkers struggle to influence conservative administrations, and vice versa. And some think-tanks now operate on a global level, where parties matter less and ideas matter even more". En "Not for sale. Cash seldom buys political power". *The Economist*, 20.01.11. Para o caso da América Latina e sobre o papel dos *think tanks*, seu papel foi apontado como uma "canteira de futuros políticos" (Mendizabal e Sample, 2009: 12).

constituíram verdadeiros tanques de pensamento nos quais deram seus primeiros passos assessores e especialistas que terminaram mais tarde na arena política[101].

Essas duas premissas, os pontos de entrada e o sistema de partidos, têm que ser consideradas ao abordar o primeiro passo da carreira política relacionado com o processo de recrutamento. A elas, soma-se uma terceira constituída pelo sistema eleitoral.

O sistema eleitoral é determinante no início de toda carreira política, sobretudo, quando existe um sistema de representação maioritária ou de voto preferencial. Sabe-se que os sistemas de representação com chapas fechadas extensas orientam um tipo de recrutamento mais grupal e permitem, por exemplo, ocultar fraquezas gritantes no perfil dos candidatos, algo menos possível de realizar nos sistemas de representação maioritária uninominal ou de voto preferencial, nos quais as habilidades e as qualidades — como a imagem, o currículo, a oratória e o porte do candidato —, são fundamentais. Os sistemas eleitorais majoritários com segundo turno permitem o crescimento de candidatos ao amparo do voto de castigo que sofrem terceiros, algo que não ocorre quando o princípio de maioria é simples.

Também no âmbito eleitoral, devem ser considerados outros aspectos que incidem sobre o processo de recrutamento, como a idade mínima, a obrigatoriedade da residência na circunscrição em que se participa, a existência ou não de antecedentes penais ou de cláusulas administrativas inibidoras da participação política e cujas consequências são notórias para o início de qualquer carreira política.

Existe outro tipo de variáveis no interior do sistema eleitoral que estão ligadas à circunscrição, pois, de certo modo, a definição do distrito é feita conforme aspectos sistêmicos vinculados ao âmbito eleitoral. Em um sentido muito estrito, é possível citar duas variáveis cujo componente é claramente contingente e uma ter-

101 Para o caso do Chile, podem ser considerados, entre outros, os casos da CIEPLAN, do Departamento de Engenharia Industrial da Universidade do Chile e do Expansiva. Ver Aguilera e Fuentes (2011) e Silva (2011).

ceira de caráter subjetivo. Ao comprometer-se a apoiar um ou outro candidato, é preciso considerar o peso dos grupos de interesse local; empresários, sindicatos ou alguma associação específica podem, em algumas circunscrições, ser motores que propulsam os candidatos, enquanto que, em outras circunscrições, sua ausência pode ser o traço característico. Em segundo lugar, encontram-se a geografia eleitoral e a estrutura social do distrito, que se referem ao meio físico em termos de sua extensão ou das peculiaridades da orografia que dificultam a comunicação, e a existência de grupos sociais com diferenças marcantes conforme divisões econômicas, étnicas ou culturais. Por último, a cultura política própria do lugar que exacerba um tipo de participação e de comportamento antes que outro.

Por último, deve ser considerado o sistema de financiamento da campanha, que se refere ao nível de gasto requerido e à forma de cobri-lo em função da existência de fundos públicos e, conforme o caso, da proporção que deve sair do bolso do candidato ou de sua capacidade de captar recursos. Naqueles sistemas nos quais é permitido o financiamento privado do gasto eleitoral, a capacidade do candidato para conseguir fundos suficientes para financiar sua campanha torna-se a primeira alfândega de pedágio da entrada na política. Por tudo isso, as instituições eleitorais moldam estruturas de oportunidades que filtram, depuram e inclusive ponderam o início de qualquer carreira política e, em grande medida, sua projeção futura.

Outro aspecto institucional a ser considerado é o nível de profissionalização existente no cargo que se deseja ocupar. Os estudos sobre legislativos[102] assinalam a importância de três indicadores, os salários, a maior ou menor existência de assessores e a duração das sessões legislativas, aspectos que podem ser transpostos para outros cargos políticos. Da mesma forma, a existência de limitação de mandatos é um imperativo que condiciona de maneira notável qualquer carreira política e afeta os candidatos[103]. Nos sistemas com representação majoritária ou voto presencial,

102 Squire (1992 e 1993).
103 Maestas (2000) e Meinke e Hasecke (2003).

também é preciso considerar a presença ou ausência na eleição, como candidato, do atual ocupante do cargo que busca a reeleição, e que, no caso norte-americano, marca uma diferença essencial para a entrada de novos políticos no sistema, pois, se concorrer quem já estava no cargo, suas possibilidades serão muito reduzidas.

Em geral, os efeitos dos mecanismos institucionais nos processos de recrutamento dos políticos são contraditórios e, alguns deles, muito lentos. Embora hoje a imposição de ações de discriminação positiva a favor de mulheres, jovens ou minorias étnicas ou regionais tenha modificado pouco a pouco a composição da classe política em diferentes países[104], as transformações realizadas com as reformas eleitorais no Reino Unido durante o século XIX mal modificaram o padrão nobiliário dos gabinetes britânicos[105].

Porém, há outros padrões institucionais que interferem no processo de entrada na política e que costumam ser ignorados, como é o caso do mercado de trabalho, que está associado com regras e práticas que afetam a vida das pessoas no âmbito do trabalho. A política, na medida em que aqui é considerada como uma atividade profissional, compete com outras atividades trabalhistas das pessoas que, ao longo de suas vidas, mudam com maior ou menor frequência de trabalho em função de diferentes expectativas e incentivos. O salário, a flexibilidade horária, o *status*, a segurança no posto de trabalho, o bom clima no ambiente de trabalho e os futuros benefícios em termos da aposentadoria são elementos que têm uma grande influência. Também a tem a estrutura produtiva do país, assim como a existência, as características e o tamanho de uma burocracia pública. O trabalho na política de algum modo compete nesse cenário.

A dedicação à política envolve a opção por uma atividade com características próprias. A opção é feita, muitas vezes, de um cenário anterior de trabalho

104 Os políticos selecionados por esses critérios são ainda mais importantes para grupos sociais sub-representados que foram historicamente relegados ou até mesmo traídos. Bermeo (2003).

105 Mudanças que só foram realidade a partir da entrada efetiva do Partido Trabalhista no jogo político na primeira década do século XX. Laski (1932).

diferente e calculando também o cenário de trabalho de saída. Mercados de trabalho muito tradicionais e pouco flexíveis, como o espanhol, projetam um modelo de pessoas que vão desempenhar uma atividade política muito ligada à administração pública, padrão comum a outros países europeus, porém muito menos frequente nos Estados Unidos[106].

Tabela 2.4. Principal ocupação dos deputados latino-americanos antes de serem eleitos (em porcentagens)

País – Ano da entrevista (n)*	Administração pública	Profissões liberais	Político	Setor primário	Empresa privada	Outros
Argentina – 2008 (n=110)	30,7	40,5	8,4	3,5	13,4	3,6
Bolívia – 2006 (n=96)	16,5	25	7,3	18,6	27,4	5,2
Brasil – 2005 (n=133)	30,1	39,1	6,8	0,8	17,3	6,1
Chile – 2006 (n=90)	16,7	35,6	10	4,4	30	3,3
Colômbia – 2006	21,9	27,3	16,4	4,9	26,9	2,7
Costa Rica – 2006 (n=57)	26,3	22,8	7	3,5	33,3	7
Equador – 2002 (n=98)	7,1	74,5	0	1	12,2	5
El Salvador – 2006 (n=72)	15,6	22	12,2	7	39	4,2
Guatemala – 2004 (n=121)	18,1	28,2	9,9	3,3	38	2,6
Honduras – 2006 (n=91)	4,4	33	5,5	11	44	2,3
México – 2006 (n=128)	32,1	11,6	31,2	0,8	23,5	0,8
Nicarágua – 2007 (n=69)	11,6	31,9	7,2	8,7	37,7	2,9
Panamá – 2004 (n=68)	16,2	42,6	5,9	2,9	30,9	1,5
Paraguai – 2003 (n=56)	25	32,8	0	12,6	29,5	0
Peru – 2006 (n=93)	20,4	26,9	16,1	1,1	34,4	1,1
R. Dominicana – 2006 (n=92)	17,6	40,4	5,3	3,3	30,2	3,3
Uruguai – 2005 (n=85)	23,3	33,3	7,2	9,3	23,3	4,6
Venezuela – 2000 (n=100)	27,2	39,1	6,8	5,9	19,1	1,9

Pergunta: Qual é a principal ocupação que você desempenhava antes de ser eleito deputado?
*n é o número de entrevistas realizadas.
Fonte: PELA (1994-2011).

Dentro da grande heterogeneidade latino-americana, os países mostram

106 A Câmara de Deputados espanhola de 1996 contava com 57% de seus membros vinculados à administração pública (Linz *et al.* 2000: 442). O peso da origem dos deputados no setor público é uma marca distintiva dos parlamentos nacionais europeus no último quarto do século XX até atingir uma média de 50% (Cotta e Best, 2000: 501). Em 1999, do total de 4.398 legisladores estaduais dos Estados Unidos, menos de 25% trabalhava no setor público (administração, educação e saúde), ver Squire e Hamm (2005: 134).

maior proximidade com o modelo norte-americano, com exceção do México, onde pouco mais de um terço dos deputados provém do setor privado — somando os que vêm de uma profissão liberal, do setor primário, da empresa privada e outros (ver Tabela 2.4). Esta cifra é um pouco inferior aos 60% na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em alguns países, como a Bolívia, Nicarágua, Panamá, Paraguai e República Dominicana, é superior a 75% e no Equador e em Honduras é ainda maior, chegando a mais de 90% de deputados que não provém da administração ou da política.

Portanto, nos países onde a administração pública está mais desenvolvida e há padrões típicos do estado de bem-estar, trabalhar no setor público implica para o indivíduo ter garantida a volta à atividade não política com um custo mínimo. As leis protegem o funcionário público que entra na política com licenças especiais, mantendo-o no cargo e, inclusive, reconhecendo benefícios acumulados por antiguidade e outros critérios de promoção. Mas o partido que recrutou, em determinado momento, o candidato é igualmente beneficiado, pois não tem que se preocupar por resolver o futuro do deputado ou, em geral, do político após sua saída. Trata-se, por conseguinte, de incentivos perversos cujo reinvestimento é muito difícil e que podem influir tanto no processo mental de alguém que pensa em se dedicar à política quanto na factibilidade de promover candidatos com esse perfil da perspectiva dos partidos.

Esta última consideração sobre o impacto do mercado de trabalho no início de uma carreira política integra aspectos puramente institucionais com outros de caráter individual. As variáveis mais estritamente individuais estão relacionadas com elementos tanto psicológicos quanto biológicos que predispõem os indivíduos à ação política, assim como por considerações pessoais sobre o impacto que a futura carreira possa ter em sua vida[107]. A decisão de entrar ou não na política é uma questão que afeta a íntima liberdade do indivíduo que considera custos e benefícios de índole muito diferente, como se viu na seção anterior, combinando recompensas

107 Kazee (1994: 165).

de caráter material com outras de tipo espiritual. Assim, a expectativa económica que o político pode razoavelmente ter é importante[108]. Dentro do mercado salarial, a oferta da política, para poder ser considerada como um cenário de desenvolvimento profissional, deve ser suficientemente adequada para gerar incentivos que estimulem a atividade política. Algumas evidências empíricas sobre este aspecto para o caso latino-americano serão abordadas no próximo capítulo.

Outro aspecto que está no limite entre o institucional e o individual é a profissão específica do aspirante a político ligada a sua formação universitária. Neste sentido, os advogados, desde o século XIX até nossos dias, têm claro predomínio, sendo acompanhados por outros profissionais, como professores, engenheiros, economistas e jornalistas[109]. Enquanto os advogados e professores parecem tender a preencher os cargos do âmbito legislativo, os engenheiros e economistas são os que mais se aproximam ao Executivo. De fato, nos casos chileno e mexicano — porém não só nesses casos — esses últimos têm tido uma presença quase esmagadora após a transição para a democracia[110].

A formação universitária, pelo menos no âmbito legislativo, registrou um enorme desenvolvimento nas últimas décadas; para o caso dos países da América Latina, os dados comparáveis obtidos por meio de pesquisas mostram esse avanço, e há países onde o nível de educação universitária não é desprezível (ver Tabela 3.4). Os valores médios para um período de dezessete anos são um pouco superiores às cifras referentes aos países europeus em torno de 1994 e, assim como na Europa[111],

108 Prinz (1993: 15).

109 Squire e Hamm (2005: 134) fornecem dados para 1909, 1949 e 1999 das profissões presentes nas diferentes legislaturas estaduais dos Estados Unidos; Mezey (1979: 239-241) fornece dados sobre 25 legislaturas nacionais; e Cotta e Best (2000: 497-504) sobre as de sete países europeus.

110 Trata-se de economistas formados nos Estados Unidos e fazem da disciplina um conhecimento que pode ser aplicado da mesma maneira em qualquer lugar, atrelaram as políticas macroeconômicas locais às recomendações de instituições de governança local, como o FMI e o BM, são atores políticos que propõem soluções técnicas para os conflitos sociais, e conseguiram desbancar os advogados como os detentores da profissão por excelência dos políticos. Ver, para o Chile, Ossandón (2011), para o México, Adler Lomnitz *et al.* (2007) e, para os dois países, Maihold (2007).

111 Norris (1997: 215) mostra que a média dos deputados europeus de dez países junto com os do Parlamento Europeu que tinham formação universitária em 1994 era de 59%.

mostram diferencias marcantes entre países, além do impacto da chegada ao Congresso de grupos sociais historicamente marginalizados. A média de deputados com estudos universitários é maior que 78% em mais da metade dos países latino-americanos e, na Bolívia, como consequência da renovação de sua classe política na década de 2001, que recebeu setores sociais menos representados e até então marginalizados, os deputados com estudos universitários passaram de cerca de 80% para 64%.

A última consideração que vincula o aspecto institucional ao individual refere-se à relação entre os políticos profissionais que iniciam seu caminho em um partido e sua estrutura de personalidade. Um estudo clássico que destacou a personalidade mais dogmática dos políticos profissionais em comparação com o resto dos indivíduos indicou também que o elemento que mais influía esse dogmatismo não era a religião nem a ideologia dos futuros políticos, mas o processo de seleção realizado pelos partidos. Estes, em processos de seleção pouco democráticos e muito dominados por suas cúpulas dirigentes, tendiam a recrutar indivíduos com certos traços de personalidade que fossem funcionalmente necessários para o partido e, em última análise, para o sistema político[112]. Desse modo, as características pessoais terminavam imbricadas no formato institucional vigente.

3.2. O fator individual no início da carreira política

Se forem considerados os fatores individuais que influem no início de uma carreira política, o primeiro a ser levado em conta será o gênero. Os homens continuam a ter uma clara vantagem sobre as mulheres no começo da carreira política, pois estas enfrentam um conflito, com respeito ao equilíbrio de sua vida público -privada, que os afeta muito menos. Em primeiro lugar, a maternidade, em uma ida-

112 "The evidence suggests that were self-recruitment is allowed to operate politicians are more likely to be dogmatic and authoritarian personalities, but that where the recruitment process is controlled a differential selection of personalities may be operating according to the needs of the system". DiRenzo (1967: 223).

de que coincide com o momento de entrada na atividade política, é um dos fatores que mais pesa na marginalização das mulheres da política[113], mas depois também o é o fato de que as mulheres assumem mais responsabilidades como cuidadora das pessoas dependentes[114].

De forma complementar ao enunciado na seção anterior com respeito a questões vitais existenciais, como a imaginação, o compromisso, o gozo e a ambição, deve ser apontada a existência de recursos pessoais que podem ajudar a enfrentar a incerteza que todo candidato a político tem sobre seu futuro e que, muitas vezes, transforma-se em um obstáculo para o começo de uma carreira política. Contar com recursos pessoais refere-se não só ao patrimônio econômico[115] ou ao fato de ter um trabalho seguro, seja no setor público (válido para certos países com administração pública e instituições do estado de bem-estar muito desenvolvidas), seja no setor privado, que garanta certa tranquilidade para o momento de saída da política. Trata-se também de possuir atributos menos tangíveis baseados no domínio de certas habilidade que outorgam prestígio e fama para o candidato[116] (no mundo da cultura ou do espetáculo) ou maior exposição ao grande público (os comunicadores sociais que atuam, sobretudo, na televisão). Outro tipo de recursos igualmente importantes está constituído pela possessão de destrezas e de um perfil psicológico adequado, aspectos estes que serão analisados no capítulo IV.

Em outra escala encontram-se os recursos procedentes do contexto fami-

113 O fato de que, na política espanhola, em um breve intervalo de três anos, duas das políticas mais influentes de dois dos principais partidos do país, como a socialista Carme Chacón e a popular Soraya Sáenz de Santamaría, deram à luz é uma circunstancia realmente excepcional que, devido a seu caráter de novidade, teve grande impacto na mídia e pode servir para abrir uma porta para a lenta mudança de atitude social nesse terreno.

114 Pérez (2011: 99).

115 Embora o nível econômico seja um elemento relativo: "The popular view of politics is that it is all about money. This is an exaggeration. Consider the example of America, a country where government is often caricatured as "for sale". Rich candidates can buy a lot of airtime, which occasionally wins them office: think of Michael Bloomberg in New York. But often they flop: think of Mitt Romney, Steve Forbes, Ross Perot and Meg Whitman. Or John McCain, who alienated voters struggling with their mortgages when he could not recall how many houses he owned". "Not for sale. Cash seldom buys political power". *The Economist*. 20.01.11

116 Keller (1983).

liar que, em sociedades fortemente patrimoniais, continua pesando enormemente e pode constituir um recurso pessoal para os candidatos. Para os países latino-americanos, a porcentagem de deputados que têm familiares na política é relativamente alta (ver Tabela 2.5). A metade dos deputados da região têm familiares na política e há países centro-americanos, nos quais essa porcentagem chega, para o conjunto do período de dezessete anos dos quais se tem dados, a mais de 60%. No entanto, esse padrão de dependência familiar não se registre ao caso de políticos com um perfil mais tecnocrata, que se desviam dos esquemas tradicionais de recrutamento de elites com base em relações de família ou de clientelismo político e incorporam uma verdadeira circulação de elites mobilizada por um alto grau de internacionalização[117].

No âmbito do Poder Executivo há registro de laços familiares, na esfera da chefatura de Estado, no período entre 1991 e 2011, nos casos de Rafael Calderón e de José María Figueres, na Costa Rica; Martín Torrijos, no Panamá; Eduardo Frei, no Chile; e Andrés Pastrana, na Colômbia, cujos pais foram também presidentes (líder máximo, no caso de Torrijos) de seus respectivos países em tempos anteriores; de Cristina Fernández, cujo esposo ocupou a presidência argentina imediatamente antes que ela[118]; de Mireia Moscoso, esposa do panamenho e três vezes presidente, Arnulfo Arias; e de Jorge Batlle, no Uruguai, bisneto, sobrinho neto, neto e filho de presidentes; assim como de Luiís Alberto Lacalle, também neto de um presidente uruguaio. Ou seja, em seis países de dezoito, em um período de vinte anos, a máxima autoridade do Estado teve vínculos familiares muito estreitos com alguém que, por sua vez, havia sido presidente em nove casos. Nos processos eleitorais de 2011, a filha de Alberto Fujimori, no Peru, disputou a presidência do país até o segundo turno; na Guatemala ocorreu o mesmo com as pré-candidaturas da filha de Efraín

117 Maihold (2007: 172-173).

118 Para a Argentina, é interessante lembrar o precedente de María Estela Martínez, a "Isabelita Perón", que chegou à presidência por sua condição de vice-presidente após a morte de Juan Domingo Perón em 1974.

Ríos Montt e das esposas dos também ex-presidentes Álvaro Arzú e Álvaro Colom, sendo que uma delas chegou a divorciar-se numa tentativa desesperada, embora infrutífera, de tornar sua candidatura constitucionalmente válida.

Tabela 2.5. Deputados que afirmam ter familiares dedicados à política durante as últimas legislaturas* (em porcentagens)

País	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Panamá			53,1	76,5		65,6	65,1
Honduras	55,5	71,8	71,5		69,2	49,5	63,5
Nicarágua		62,9	62,1		63,8		62,9
Paraguai	65,8	64,1		67,3	40,3		59,4
El Salvador	35	54,2	46,1	52,5	46	50	56,8
Brasil				52,2		55,9	54,1
Colômbia		57,5		61,6	47	50,2	54,1
R. Dominicana	66,5	34,3	48,7		56,8	57	52,7
Venezuela	54,4		50,7				52,5
Equador	55,8	54,1		54,1		43,6	51,9
Chile	49,8	49,4	55,4		58,9	41,2	50,9
Costa Rica	48,1	44,9	54,9		45,6	57,1	50,1
Guatemala		42,9	42,9	57	53,1		49,0
México	44,1	62,7	50	40,7	43,8	49,7	48,5
Argentina	50,7	54,3		44		38,7	46,9
Bolívia	17,9	60,2		59,8	49,1	40,2	45,4
Uruguai	41,4		50,8	49,1		37,4	44,7
Peru	35,1		36,7		42,2		38,0

Pergunta: Você tem algum familiar que se dedicou à política, ainda que atualmente já não o faça? Sim, não, não lembra.
*As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Apoiado pelo peso da constatação do peso do ambiente familiar, um elemento que também desempenha um papel marcante no início da carreira política é a cultura política do grupo originário do político. É muito difícil obter uma evidência empírica mínima sobre isso. Nesse sentido, a PELA fornece dados referentes

ao clima familiar dos deputados em sua infância e juventude por meio de uma pergunta sobre se eram frequentes as conversas sobre política na sua casa. Este primeiro passo para a socialização política no âmbito familiar pode servir como indicador de sua politização precoce (ver Tabela 2.6), de modo que são constatadas diferenças interessantes entre os países da América Latina, ao mesmo tempo em que é demonstrado que, em quase todos os países, mais da metade dos deputados afirma ter conversado muito ou algo sobre política com sua família. Ao mesmo tempo, não há mudanças marcantes ao longo do período considerado.

Tabela 2.6. Frequência com a que os deputados falavam de política em sua casa durante as últimas legislaturas (soma das porcentagens de "muita" e "alguma")

País	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Uruguai		77	74,3		60	70,4
Costa Rica	67,4	76,4		59,6	69,7	68,3
Nicarágua	65,7	76,9		62,3		68,3
Honduras	70,5	64,4		75,9	57,2	67,0
Argentina	75,6	66,8		62	59	65,9
Paraguai	61,5		57,1	77,5		65,4
Venezuela		61,8				61,8
Brasil			61,9		61,1	61,5
R. Dominicana	50,6	65,1		58,9	65,1	59,9
Colômbia	60,7		56,6	55,7	61,2	58,6
Chile	51,7	58,3		64,4	58,1	58,1
Panamá		51,6	64,7		57,8	58,0
México	61,2	65	48,3	49,7	63,5	57,5
Equador	55,4		50,5	55,7		53,9
El Salvador	53,6	40,9	51,3	50,5	51,5	49,6
Bolívia	46,9		47,1	50	53,6	49,4
Peru		41,1		55,4		48,3
Guatemala	36,5	46,8	54,7	40,7		44,7

Pergunta: Você poderia me dizer com que frequência (muita, alguma, pouca ou nenhuma) falavam de política na sua casa durante sua infância e juventude?
* As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Além desses fatores individuais, há outras questões que devem ser consideradas e que, muitas vezes, são ignoradas ao tentar entender como ocorre o início da carreira política. Por exemplo, o político deve assumir que sua vida vai transcorrer simultaneamente em mundos muito diferentes, tolerar uma existência com um mínimo de vida privada, deterioração ou esfriamento das relaciones familiares[119], suportar a comparação constante com o adversário (que pode estar em seu próprio partido) e também sentir o apoio do partido e de algum setor da cidadania sem que isso lhe suba à cabeça[120] ou exatamente o contrário. Em alguns sistemas políticos, é preciso acrescentar a tudo isso a necessidade permanente do político iniciante de conseguir fundos fora de sua circunscrição para custear os gastos da campanha eleitoral e da manutenção de seu próprio escritório, o que torna ainda mais difícil o mecanismo de entrada na política. Isso é assim no caso dos sistemas que contam com voto preferencial ou majoritário uninominal e com partidos políticos fracos.

Como se demonstrou nas páginas anteriores, a aspiração de todo futuro político está relacionada principalmente com a ambição ou com aspectos mais sutis, como a vaidade e outros indicados na seção precedente, como o gosto por viver novas experiências. No entanto, há cenários nos quais o gênero[121], a etnia ou a religião envolvem fatores que distorcem o jogo político bem no seu início, causando, muitas vezes, uma situação contraditória. Enquanto em alguns países[122] ainda representam claros impedimentos para entrar na política, condicionando, portanto,

119 Este aspecto é sempre mais significativo entre as mulheres que se dedicam à política. Com frequência, nas suas biografias, elas se questionam se vale realmente a pena levar adiante a atividade política, algo que pouco aparece nas biografias de homens políticos.

120 Fowler e McClure (1989: 225).

121 Há pouco mais de meio século, a carreira política de uma mulher era um anátema em muitos países. Lydia Gueiler, que chegou a ser presidente interina da Bolívia, indica em suas memórias que "muito poucas mulheres então estavam dispostas a pagar o preço de entrar na atividade política e partidária… ser política nos situava no lugar mais desprezível da hierarquia social local, apenas acima — no imaginário social — das prostitutas". Gueiler (2000: 55).

122 Quando Violeta Barrios de Chamorro foi eleita candidata da UNO para concorrer pela presidência da Nicarágua com Daniel Ortega, a principal oposição a sua candidatura veio dos estratos de sua classe social que não a valorizavam não tanto por sua inexperiência, mas sim pelo preconceito por ela ser mulher. Ver Anderson e Dodd (2005: 149).

qualquer forma de recrutamento; em outros, a existência de políticas de ação positiva aumentaram notoriamente as possibilidades de fazer políticas daqueles que sofriam uma vergonhosa marginalização[123].

A numerosa bibliografia do último quarto de século da Ciência Política abordou essas questões a partir de perspectivas estritamente individuais, combinando o modelo do estudo de caso com a observação participante[124], até outras que se baseiam em um número alto de casos com uma aproximação qualitativa[125] ou quantitativa[126]. Esses estudos coincidiam na importância dada à origem dos políticos e, inclusive, ao que eles pensam, algo sobre o qual se sabe menos; aspectos esses sobre os quais se articula, em boa parte, a evidência empírica de um próximo capítulo.

No processo de recrutamento que ocorre para entrar na política e que, por conseguinte, está na origem de todo político, há uma consideração que sempre paira por cima de qualquer outra. Em que medida as pessoas que entram na política são diferentes das outras? E suas derivadas: existem diferenças psicológicas, biológicas, sociais, econômicas, culturais? Seu processo de socialização política foi diferente? Essas pessoas obtiveram vantagem da estrutura política existente? São questões pertinentes, sobre as quais se voltará mais adiante, e ainda mais se o seu cenário é o da democracia representativa, de modo que se os políticos fossem diferentes, em que medida isso seria relevante?

Uma última consideração a esse respeito sugere desenvolver um modelo simples para abordar as estruturas de recrutamento. O cruzamento do eixo das fór-

123 Sobre a evolução do papel da mulher na elite política brasileira, ver Avelar (2001).

124 Ver o estudo de Fenno (1990) sobre a trajetória política de Dan Quayle que permitiu mostrar as diferentes visões que diferentes observadores (políticos, jornalistas e acadêmicos) tinham, a partir de suas posições específicas, de quem chegou a ser vice-presidente dos Estados Unidos e as peculiaridades que se derivavam disso para a compreensão de uma carreira política.

125 Ehrenhalt (1991).

126 Uma pesquisa com 538 candidatos — que não eram os atuais ocupantes do cargo — aos congressos estaduais dos Estados Unidos realizada em 1997 e 1998 mostrava que os candidatos eram predominantemente brancos, homens, com idade média de 50 anos, de classe média alta, com formação universitária em 75% dos casos, com postura ideológica moderada ou conservadora, candidatos a uma eleição por primeira vez em 75% dos casos e com experiência moderada de trabalho em campanhas de outros candidatos do partido. Moncrief *et al.* (2001: 31).

mulas processuais de recrutamento, que compara o recrutamento burocrático com o apadrinhamento, com outro eixo formado pela variável espacial, estruturada sobre o papel do poder central do país, permite o estabelecimento de quatro cenários de resultados (ver Quadro 2.2). O recrutamento burocrático supõe a existência de regras internas perfeitamente claras e institucionalizadas no partido, enquanto o recrutamento por apadrinhamento supõe a existência de processos de negociação entre os líderes de diferentes facções, que tratam de impor seus protegidos.

QUADRO 2.2. Estruturas de recrutamento político

		A fórmula processual de recrutamento	
		Burocracia	Apadrinhamento
Localização do poder	Centralizado	Estatal	Personalista
	Descentralizado	Autogerido	Caciquista

Fonte: elaborado pelo autor com base em Norris (1996: 202-208).

Por outro lado, o recrutamento pode seguir pautas centralizadas, em um único âmbito nacional, ou descentralizadas, ocorrendo no próprio âmbito municipal ou estadual. Os quatro quadrantes que resultam dessa taxonomia mostram espaços perfeitamente definidos para ser incorporados a um modelo de estudo que integre, também, outras variáveis analisadas neste capítulo. O recrutamento que aqui denomino estatal é fruto da combinação de um esquema burocrático em um cenário centralizado, enquanto o recrutamento personalista combina pautas centralizadas com uma fórmula processual de apadrinhamento. Por outro lado, o recrutamento autogerido é fruto de uma localização do poder descentralizada e um procedimento altamente burocratizado em comparação com a estrutura de recrutamento caciquista, que combina a descentralização com o apadrinhamento.

4. Aonde vão os políticos quando deixam a política?

Nossos governantes são cada vez mais jovens e, quando se retiram, têm ainda uma carreira por diante. Se quisermos fechá-los em uma biblioteca para que escrevam suas memórias, será preciso pagar-lhes muito mais.

David Bach[127]

Às vezes, queixamo-nos precisamente daqueles políticos que só sabem viver da política. Se não quisermos que os políticos passem para o setor privado, é preciso pagar-lhes o suficiente que fiquem fora de circulação.

Joan Fontrodoma[128]

Um indicador muito apropriado para validar uma carreira profissional radica no processo de retirada que supõe duas circunstâncias a considerar com base nas razões desta e no novo lugar que ocupará a pessoa retirada na estrutura produtiva do país. Antecipando o próximo capítulo, na medida em que há uma carreira profissional de política, as razões que levam à retirada apoiam-se em três situações diferentes. A primeira está associada com a existência de regras que limitam o período de estadia na política e que, basicamente, refere-se à presença de normas que impedem a reeleição sem que exista outro cargo ao qual esse político possa ocupar. A segunda está relacionada com uma derrota política no processo regular de prestação de contas cujo caráter é tão grave que não permite a recuperação ou, assim como na circunstância anterior, não existem outras esferas para as quais o político possa se transferir. Finalmente, encontra-se o abandono voluntário da atividade política.

Em todas essas razões está latente a ideia de disponibilidade do político que permeia toda sua carreira. Trata-se da existência, ou não, de uma rede de acolhida para o momento do encerramento da atividade política e que, no início da mesma permitiu a disponibilidade do político. Nesse sentido, e como se verá mais adiante,

127 Zweig [1929: 276].
128 Schlesinger (1966: 1).

há uma significativa diferença entre homens e mulheres cuja estrutura profissional lhes permite ter disponibilidade para entrar e, eventualmente, sair da política e aqueles limitados por uma carreira profissional que não permite as licenças. Aqueles que trabalham em âmbitos que lhes permitem deixar sua função para entrar na política (função pública) sem consequências negativas ou podem delegar facilmente seu cargo anterior — como os empresários de empresas familiares ou donos de grandes empresas que podem ser administradas por outros — dispõem de um cenário mais favorável para entrar e sair da política e enfrentam a saída de forma pouco traumática. Algo radicalmente diferente ocorre nos outros casos; se, inicialmente, decidiram entrar na política desde uma plataforma de menor disponibilidade, sua saída sempre termina de forma problemática.

Embora possa ser considerada a ideia, muitas vezes repetida, de que "não se sai nunca da política", a adição do aspecto salarial às categorias definidoras de quem é político permite estabelecer critérios perfeitamente precisos com respeito ao encerramento da atividade política. Assim, para efeitos práticos, um político deixa de sê-lo quando a remuneração que recebe pela tarefa que vinha desenvolvendo é interrompida[129]. Ao deixar seu cargo, em algumas circunstâncias, os políticos recebem, durante certo tempo, uma compensação em forma de rendimentos outorgada pela tarefa desempenhada. Depois, se não passarem para outra posição hierárquica (superior, igual ou inferior) dentro da atividade política, podem terminar em uma das três situações a seguir: ficam à expectativa de um novo cargo, obtendo seus rendimentos de outras atividades profissionais; abandonam definitivamente a atividade política e passam a desempenhar uma nova atividade profissional em um âmbito não estritamente político; e, por último, entram na etapa de aposentadoria e vivem de rendas ou de um plano de aposentadoria.

Os políticos acumulam, durante sua carreira, três tipos de elementos que

129 Salvo nos casos excepcionais apontados na primeira seção deste capítulo, que geram efeito sombra sobre a vida política por seu caráter particularmente relevante.

aumentam o capital que vão formando paulatinamente. Trata-se da visibilidade pública, que os torna personagens socialmente conhecidos e midiaticamente valiosos e abre-lhes as portas para ser conferencistas de luxo, escritores de memórias com contratos milionários ou acompanhantes de luxo de multimilionários que contam com fundações de cunho altruísta. Em segundo lugar, encontra-se a aprendizagem de certas habilidades como a negociação e o debate, a gestão de crises ou de situações de conflito, a comunicação e o trato com a opinião pública, a gestão de recursos humanos e a posse de uma visão estratégica, o que os projeta a cargos diretivos de grandes empresas, em geral, multinacionais. E, por último, a posse de uma agenda de contatos que permite sua entrada em redes sociais e econômicas, tanto nacionais quanto internacionais, às quais, no início de sua carreira política, na maioria das vezes, não tinham acesso; este elemento também os inclui em qualquer um dos dois cenários descritos acima por seu caráter de lobistas consumados e potencialmente eficientes.

No entanto, o capital político acumulado não é igual em todos os casos, pois se desenvolve conforme o tempo de duração da carreira política e os vínculos ou cargos acumulados durante esta. Parece evidente que o nível destes está mais relacionado com o grau de incremento do capital do que com a simples passagem do tempo em um determinado cargo. Além disso, os cargos no Executivo são, em geral, mais valorizados do que os exercidos no Legislativo, embora em alguns sistemas políticos, como o americano, a reputação de um senador seja frequentemente maior que a de um secretário (ministro).

Apesar do número muito elevado de pessoas que compõem o universo dos políticos, há escassos estudos sobre sua retirada e a forma na qual investem o capital político acumulado. Sabe-se muito pouco sobre as razões pelas quais deixam realmente a política ou para onde vão depois de deixá-la. Por conseguinte, tampouco se sabe se o capital acumulado preencheu as expectativas do político no início da carreira, ou seja, se saciou sua ambição inicial, ou inclusive se essas expectativas são

socialmente aceitáveis, dando margem à crença popular de que todo política entra na política para enriquecer. Não há conjuntos de dados cuidadosamente coletados sobre o assunto. Parece que, deixando de ser personagens interessantes tanto para os acadêmicos quanto para a mídia, os ex-políticos passam a ter destaque só quando são repreendidos por um possível conflito entre os interesses do seu cargo atual e os interesses gerais do seu país[130]. Uma postura que supõe um erro conceitual, pois a saída é parte da carreira do político e, também, um elemento fundamental em termos da transparência e da prestação de contas requerida em qualquer sistema político democrático.

Por outro lado, o número de ex-políticos vai aumentar em consequência do aumento do número de países democráticos e, ao mesmo tempo, da expectativa de vida. É preciso apontar também que os processos de internacionalização desenvolvidos ao longo do último meio século têm gerado um número significativo de posições antes inexistentes, tanto de cunho supranacional quanto internacional, que, nas últimas décadas, são refúgio de um bom número de políticos retirados no seu âmbito nacional e às quais só é possível ter acesso quando se conta com uma posição sólida em uma rede previamente configurada. Um olhar sobre os quadros executivos das agências do sistema das Nações Unidas ou de organismos similares, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e outros de caráter continental, como a Organização de Estados Americanos, evidencia isso tanto nos níveis de máxima representação e gestão quanto em outros inferiores, menos conhecidos do grande público. Não obstante, não poderíamos continuar considerando boa parte dessas pessoas como políticos?

Porém, é o munda da empresa privada que acolhe a maior parte dos que deixam a política. Parece evidente, de acordo com dados não totalmente sistematizados, que a passagem de políticos para a empresa privada, capitalizando sua ex-

130 Algo que ocorreu na Alemanha, pela vinculação do ex-chanceler Schröder com a empresa russa Gazprom, ou, na Espanha, pela intervenção pública de Felipe González na aproximação da PEMEX com a Repsol através da SACYR dada sua posição como conselheiro em Gás Natural.

periência, o conhecimento adquirido e as redes de contato estabelecidas, é uma tendência muito sólida[131]. Embora, no cenário descrito no parágrafo anterior, as condições de contratação possam ser mais transparentes (incluindo acordos políticos entre os estados e, às vezes, até mesmo processos de seleção com certa concorrência), isso não ocorre no meio empresarial, onde não se conhecem nem as razões nem os mecanismos de incorporação dos ex-políticos e, tampouco, seus salários. Inclusive, quando, nesse contexto, os ex-políticos fazem alguma intervenção pública, não costumam lembrar a audiência de que sua situação presente é a de conselheiro de determinada empresa, limitando-se a recordar simplesmente seu cargo passado. Apesar da incorporação paulatina dos manuais de boas práticas nas tarefas das empresas, esse é aspecto frequentemente negligenciado.

Os estudos acadêmicos existentes centram-se principalmente sobre o congresso dos Estados Unidos e, recentemente, começou-se a abordar o destino dos presidentes de diferentes países. Para o caso dos congressistas norte-americanos, sabe-se que entre as razões que poderiam ser consideradas para explicar a retirada de um político ativo incluem-se a idade, a vulnerabilidade política e maior ambição política. No entanto, o motivo explicativo mais poderoso relaciona-se com a insatisfação com o trabalho cotidiano devido ao serviço deficiente da Câmara, conforme avaliado pelos afetados, quer pelo incremento do poder dos membros mais jovens, quer porque os custos diretos e os custos de oportunidade têm aumentado[132]. O que coincide com uma experiência derivada de uma entrevista na Câmara de Deputados da Colômbia, realizada em fevereiro de 2011, na qual um dos entrevistados com longa trajetória política declarou à entrevistadora da Universidade de Salamanca que a razão pela qual não desejava continuar no cenário

131 "In America, too, ex-politicians often walk into cushy directorships when they retire. This may be because they are talented, driven individuals. But a study by Amy Hillman of Arizona State University finds that American firms in heavily regulated industries such as telecoms, drugs or gambling hire more ex-politicians as directors than firms in lightly regulated ones". Em "The rise and rise of the cognitive elite". *The Economist*, 20.01.2011

132 Prinz (1993: 41).

político após o fim da legislatura vigente era a impossibilidade de fazer política na atualidade sem depender dos "caprichos" da mídia.

O caminho mostrado por George Washington nos Estados Unidos, deixando a presidência e, ao mesmo tempo, retirando-se completamente da vida política, teve um grande impacto. Em termos políticos, só William Howard Taft foi nominado *Chief Justice* da Corte Suprema em 1921 e depois percorreu o país patrocinado pela *National Geographic Society* e *Electrical Manufacturers*. Por outro lado, os ex-presidentes dos Estados Unidos só recebem pensão desde 1958. Antes disso foi criada a tradição de escrever as memórias presidenciais (Ulises S. Grant foi o primeiro em fazê-lo) e, pouco depois, a de fazer turnês dando conferências[133].

Com respeito aos ex-presidentes de outros países, existe uma base de dados[134] segundo a qual, desde 1970, cerca de 1160 indivíduos serviram como chefes de Estado ou de governo nos aproximadamente 190 países existentes. Destes, uns 30 foram monarcas governantes (em contraste como os que meramente reinaram), que não estão obrigados a deixar o ofício; em torno de 115 foram depostos por ação armada (golpes, revoluções ou invasões) e 190 continuam no seu cargo. Tudo isso sugere que, durante as últimas quatro décadas, pelo menos 700 líderes políticos no auge de suas carreiras enfrentaram a possibilidade de deixar o cargo e, se isso se confirmou, enfrentaram a questão de qual seria sua ocupação a partir de então.

Em casos excepcionais, quando se põe fim a um processo intenso caracterizado pela união de alta mobilidade social, grande polarização e transformações radicais no âmbito da economia e das relações sociais, a saída da elite dirigente pode degenerar em uma corrida enlouquecida por deixar a política, com uma busca pela autogratificação através do botim daquilo que é público. O processo conhecido em espanhol como "la piñata" [135]foi utilizado por vários políticos da elite nicaraguense

133 Anderson (2010).

134 Construída por Guy Grossman. Citado em Anderson (2010).

135 Brincadeira comum nas festas de aniversário, em que, de olhos vendados, deve-se quebrar um recipiente pendurado, cheio de doces. Depois, cada um dos presentes procura pegar a maior quantidade

ao deixar a atividade política profissional em 1990, após perder as eleições[136]. Em um extremo muito diferente situa-se o empenho muito comum de regular as incompatibilidades dos altos funcionários por um período determinado depois de que deixam seu cargo. Tudo isso só serve para fornecer mais argumentos para a necessidade de uma abordagem da saída da política e para considerá-la inevitavelmente integrada na carreira do político. Algo que deve ser feito, tanto da perspectiva de estudo quanto da articulação, por meio de um grande pacto institucional que requer grandes doses de transparência e, ao mesmo tempo, de pedagogia.

5. Um modelo para o estudo da carreira política

Esta última seção apresenta uma recapitulação da carreira política diferenciando seus três momentos: início, desenvolvimento e final, e fazendo uma articulação com a forma de gestão do capital político usufruído no seu transcurso. Entende-se que o político, durante sua vida ativa, possui uma bagagem relativamente ampla de ativos pessoais na forma de atributos e qualidades que se entrelaçam com aspectos institucionais do sistema político. Tudo isso constitui um espécie de capital político. Essa relação entrecruzada ocorre em um processo de retroalimentação que é o motor de uma carreira guiada, em boa parte, pela ambição, na qual são seguidas normas bem definidas, por escolha, por indicação ou por uma combinação de ambas.

possível de doces que caíram no chão para si. É conhecida em algumas regiões do Brasil (no nordeste) como quebra-pote (Nota da tradutora).

136 "Houve roubo de propriedades estatais por parte dos líderes para entregar à Frente Sandinista, e roubo de propriedades estatais pelos líderes em seu próprio benefício e, depois, houve roubo das propriedades da Frente Sandinista que os líderes repartiram entre eles. Assim foi como a maioria dos membros da Direção Nacional (embora não todos) e outras autoridades do partido e altos funcionários do governo ficaram com contas bancárias, casas, veículos, empresas comerciais, supermercados, fazendas de café e de gado, engenhos de açúcar, plantações de banana, restaurantes, televião, rádios, empresas comercializadoras de carne e de banana, empresas financeiras e bancárias… Humberto Ortega, Tomás Borge, Bayardo Arce agora são milionários e na revolução não havia milionários". Cardenal (2004: 469-470).

A ideia é que o político, ao longo de todo o processo, capitaliza esse cenário, que varia com o tempo, para progredir no seu caminho e terminá-lo da forma mais satisfatória possível para seus interesses. Estes podem ser de caráter material, espiritual ou uma combinação de ambos. Os primeiros traduzem a busca egoísta de uma melhora significativa de sua situação econômica, enquanto os segundos buscam satisfazer a vocação inicial de serviço e compromisso social ou de outros propósitos de caráter hedonista ou inclusive megalomaníaco.

No início de toda carreira política, são conjugados ativos individuais, que formam o capital original do político, com mecanismos institucionais de entrada, que podem apresentar ou não caráter partidário (ver Quadro 2.3). Qualquer indivíduo que entra na política, independentemente dos elementos fenotípicos tratados no capítulo anterior e sobre os quais se voltará mais adiante, tem um capital que pode proceder de cinco fontes que não são excludentes: a primeira é estritamente política e derivada do processo de investidura que é fruto da vinculação com uma formação política concreta cujo interesse fundamental consiste em recrutar pessoal para seus fins; a segunda provém do nível de formação adquirida e eventualmente complementada com alguma experiência profissional em contexto trabalhista[137] que termina dotando-o de uma perícia técnica que lhe abre as portas do mundo da política por sua funcionalide; a terceira é derivada da posse de grande popularidade proveniente da prática de uma atividade que tem uma ampla exposição social, como no caso dos artistas, esportistas ou comunicadores sociais, cuja imagem é um chamariz eficaz para a captação de votos; a quarta procede do legado familiar como consequência de pertencer a uma família com antecedentes e experiência na vida política que fornecem ao candidato símbolos, contatos e redes; e a última é derivada da posse de renda econômica suficiente que lhe permite enfrentar os custos de entrada, principalmente os da campanha eleitoral.

Os indivíduos que possuem algum desses capitais terminam entrando na

137 Faço referência a âmbitos diferentes, como, por exemplo, engenharia, medicina, finanças, administração de empresas ou mesmo direito.

política através da socialização na vida partidária que os leva a continuar na carreira mais ou menos canônica projetada pelo partido, passando por diferentes degraus; ou então são cooptados, quer pelo partido quer por um líder com trajetória própria, para ocupar determinados cargos, pulando, nesse caso, as etapas anteriores. Paralelamente a esses dois mecanismos de entrada, há um terceiro reservado, em geral, para aqueles que não possuem capital original estritamente político e cujo perfil é individual e eleitoral, pois se trata de pessoas com um ativo técnico[138] como única bagagem e que entram na política mediante processos eleitorais, assim como aqueles cujo ativo é de caráter popular[139].

Quadro 2.3. O início da carreira política

		Mecanismos de entrada		
		Partidário		Não partidário
		Socialização	Cooptação	Individual
Tipo de capital original	Político			
	Técnico			
	Popular			
	Familiar			
	Econômico			

Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenvolvimento de uma carreira política funda-se no uso de certas estratégias que capitalizam a posição do indivíduo no cenário público e no uso de certos mecanismos de continuidade (ver Quadro 2.4). Depois de iniciar a carreira política, os indivíduos que almejam prolongar sua trajetória lançam mão de estra-

138 O exemplo mais conhecido de um político que começou assim sua carreira nos últimos anos na América Latina é o do engenheiroperuano Alberto Fujimori, presidente entre 1990 e 2001.

139 Cantores, esportistas e jornalistas entraram na política, na maioria das vezes cooptados pelos partidos, como os cantores Rubén Blades, ministro do Turismo do Panamá entre 2004 e 2009; Gilberto Gil, ministro da Cultura do Brasil entre 2003 e 2008; e de Susana Baca, ministra da Cultura do Peru entre agosto e dezembro de 2011; do automobilista Carlos Reutemann, duas vezes governador e três vezes senador na Argentina; e do comunicador televisivo Mauricio Funes, presidente eleito de El Salvador em 2009. Também se pode mencionar o caso do presidente do Haiti eleito em 2011, o cantor Michel Martelly, cuja trajetória política começa não tanto por cooptação partidária, como os casos citados acima, mas por iniciativa individual de concorrer diretamente às eleições. Na Espanha, o acor Toni Cantó foi elito deputado em noveembro de 2011 nas filas do partido Unión Progreso y Democracia.

tégias de capitalização de suas posições que admitem três possibilidades: manter-se fiel ao partido de entrada, na esperança de queimar etapas; obter experiência e conquistar parcelas de poder; mudar para outro partido que ofereça melhores oportunidades de progresso e no qual se sintam mais confortáveis e, em geral, mais alinhados a postulados ideológico-programáticos comuns; e, manter-se independentes de toda oferta partidária. Os mecanismos de continuidade utilizados são também três: participação em processos eleitorais, graças aos quais sua carreira vai sendo consolidada no terreno representativo; nomeação para cargos de confiança, que supõe uma redução na autonomia; e uma combinação das duas, o que implica a alternância entre cargos no Legislativo e outros no Executivo.

Quadro 2.4. O desenvolvimento da carreira política

		Mecanismos de continuidade		
		Eleitoral	Nomeação	Alternância
Estratégia de capitalização	Fidelidade partidária			
	Rearranjo partidário			
	Independência			

Fonte: Elaborado pelo autor.

O final de toda carreira política possibilita a integração do capital possuído, rentabilizado ou não, com os próprios mecanismos de saída (ver Quadro 2.5). No balanço final da carreira política, e sem importar se a saída foi ou não planejada, há muitas questões diferentes que contam e que podem ser classificadas por um critério muito simples consistente em se o político rentabilizou ou não sua passagem pela política para melhorar sua situação profissional (e, portanto, econômica) com respeito ao início da carreira. Os políticos que se aposentam completamente ou que voltam para o mesmo posto de trabalho que ocupavam inicialmente, não rentabilizaram sua carreira em termos econômicos, embora possam ter acumulado uma enorme dose de satisfação espiritual e moral. Além disso, a aposentadoria

política implica rendimentos mais elevados do que os da média dos cidadãos. Ao contrário, rentabilizam economicamente sua capitalização política gestada ao longo do tempo aqueles que mudam de trabalho para outro muito diferente ao que exerciam antes de entrar na política e cujas condições salariais e sociais são melhores[140]; também aqueles que passam a desenvolver uma atividade profissional cujo desempenho está de alguma forma relacionado com a política[141]; e finalmente aqueles que transferem esse capital a terceiros, como cônjuges ou descendentes.

Quadro 2.5. O final da carreira política

			Mecanismos de saída		
			Retirada voluntária	Derrota eleitoral	Perda da confiança
Rentabilidade material da capitalização política	Não	- Retorno ao trabalho anterior			
		- Aposentadoria			
	Sim	- Novo trabalho			
		- Trabalho relacionado com a política			
		- Transferência para terceiros			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este cenário de rentabilização do capital político acumulado ocorre segundo três mecanismos de saída, que deixam de lado a saída definitiva por falecimento ou doença[142], são eles: a retirada voluntária, a derrota eleitoral e a perda de confiança por parte da(s) pessoa(s) ou do organismo que constituem o "seleitorado" (os selecionadores) ou aqueles responsáveis pela nomeação e que podem situar-se na esfera popular ou partidária.

140 Alguns casos foram citados na seção imediatamente anterior a esta. Pode-se agregar a eles os dois primeiros ministros anteriores do Reino Unido, Tony Blair, e da Espanha, José María Aznar.

141 Como, por exemplo, uma nomeação em uma fundação pública ou em um cargo de respesentação de caráter nacional e que não elimina a possibilidade de voltar à política nacional. Este pode ser o caso de Michelle Bachellet, que deixou a presidência para administrar uma agência das Nações Unidas e cujo regresso à atividade política chilena já parecia anunciado. Rodrigo Rato deixou a vice-presidência econômica no governo para ocupar a presidência do Fundo Monetário Internacional e, daí, passou para uma instituição financeira espanhola.

142 É digna de nota a combinação entre a situação de final de carreira política por morte e a transferência de capital político para terceiros no caso do argentino Nestor Kirchner para sua esposa Cristina Fernandez, que foi importante para a reeleição desta em 2011.

CAPÍTULO III

O VIÉS PROFISSIONAL DA POLÍTICA

To win or hold power, the party is obliged to provide itself with a permanent organization. This cannot be formed and kept up without the help of professionals.

Moisei Ostrogorski[1]

A profissionalização da política é um fato evidente provocado pela dinâmica de três circunstâncias que se entrelaçam: pessoas com ambição, desenvolvimento das instituições e apatia geral dos cidadãos para intervir no âmbito público. A política é um caso de profissionalização pouco estudado de uma atividade que, como profissão, é altamente precária. Embora preencha muitos requisitos da profissão, a política o faz de uma maneira muito peculiar. Isso tem levado a uma cartelização contra os clientes, no sentido de que já não se trata de prestar contas aos cidadãos, mas sim aos colegas dentro do partido e, às vezes, em um contexto no qual o apoio partidário é instável[2] e, como se verá mais adiante, o império da

1 Ostrogorski (1902, 2 vol.: 656).
2 Borchert (2004).

imagem promovido pela mídia, determinante.

A conjunção do desempenho de uma atividade política habitual com o recebimento de certa retribuição da qual se vive configuram a profissionalidade do político, que se torna um trabalhador do sistema político[3] cujo desempenho contribuirá para o funcionamento do mesmo. Além disso, é preciso considerar que o profissional da política possui algumas características genéricas do termo que são aplicadas a outras profissões e valorizadas positivamente, como os conhecimentos técnicos e especializados, a eficiência, a efetividade e a integridade, junto com outras específicas, conforme o próprio significado e sentido peculiar atribuído à política[4]. Aqui, a ambição, presente em qualquer político, é um dos principais elementos diferenciadores, que mais tem sido estudado e que tem influenciado os trabalhos sobre carreiras políticas. Não obstante, é um termo muito questionado como elemento eficaz de análise, por não se saber como surge ou como se desenvolve[5]. Além disso, existe uma notável dificuldade para medi-la por sua predisposição psicológica[6]. Mais adiante, na seção sobre a qualidade do político, no capítulo seguinte, serão abordados outras características diferenciadoras da tarefa política.

Este capítulo analisa em cinco seções o processo inevitável mediante o qual a atividade política pouco a pouco vai se tornando uma tarefa profissional. Reflete os próprios passos da democracia representativa e a evolução social no marco de novas formas de dedicação das pessoas a diferentes tarefas do negócio humano. As duas primeiras seções tratam da tensão implícita em e da dificuldade de aceitar a profissionalização da política. A terceira estabelece os eixos da profissionalização, que incluem a remuneração, a dedicação, a vocação e a ambição. A

3 Montaño (2013).
4 "This in turn spell recognition of a distinct professional interest in the individual politician and of a distinct group interest in the political profession as such". Schumpeter (1947: 285).
5 Kazee (1994).
6 Hibbing (1993: 130).

quarta refere-se ao papel desempenhado pela formação profissional específica em uma profissionalização mais competente da política. Conclui-se com uma seção que oferece um marco ideal de político profissional com base nos deputados latino-americanos.

1. Trabalhos, ofícios, profissões

Não sabendo os ofícios, fá-los-emos com respeito.

***León Felipe.* Romero solo**

A atividade humana no âmbito do trabalho evoluiu muito ao longo do tempo, em consonância com o desenvolvimento de diferentes formas de economia. Nos últimos séculos, a passagem do império dos grêmios para o das profissões foi, talvez, uma das circunstâncias mais inovadoras, assim como que o trabalho tenha terminado representando a maior parte da identidade social dos indivíduos. Continuou existindo a autorregulação no processo de ingresso em uma determinada ocupação, porém seu enlace progressivo com uma sociedade que se embebia de valores democráticos e cuja evolução levou a uma sociedade de massas mudou radicalmente o sentido de pertencimento a uma determinada tarefa. Além disso, a paulatina popularização da Universidade acrescentou um novo selo de competência para certificar a adequação a uma nova gama de profissões que se tornavam cada vez mais plebeias. Um processo que se expande ao longo do século XIX, consolida-se no século XX e incorpora definitivamente o termo de profissão, qualitativamente diferente do de ofício.

Em uma lógica corporativa, que recorda características dos grêmios, an-

tigas ocupações, validadas já há muito tempo pelo estudo, articularam-se em colégios ou associações profissionais, como ocorreu com médicos e advogados. O Estado liberal ocupou-se de garantir-lhes o *status*, reconhecendo sua capacidade e monopólio, para, uma vez satisfeitas algumas exigências mínimas de conhecimento, regular a entrada na profissão, velar por certos níveis éticos de decoro e de boas práticas. O próprio desenvolvimento do Estado articulou no seu interior a expansão de certas profissões que já estavam historicamente sob seu controle, como as da esfera militar e da administração pública, às quais somou as relacionadas à educação à medida que foi arrebatando o seu controle das mãos da Igreja. O impulso do Estado de bem-estar social na Europa ou de outras formas similares de Estado desenvolvidas na América Latina entre 1930 e 1970 completou um esquema trabalhista no qual a figura do profissional adquiria uma conotação moderna. Isso foi assim porque, sob sua cobertura, foram estruturados diferentes programas como a previdência social, com a potenciação de profissionais no terreno da saúde ou da assistência social, e deu-se o desenvolvimento das empresas públicas em âmbitos muito variados.

Diante desse processo de forte institucionalização dos novos profissionais, alguns integrados em colégios e organizações e outros, em cargos ampliados do setor público, cresceu paralelamente o espaço das denominadas profissões liberais. Desempenhadas principalmente por pessoas alheias ao setor público, mas capacitadas com níveis mínimos de conhecimento, estas completaram o panorama trabalhista que surgia no princípio do século XX. Os profissionais, então, eram pessoas dedicadas à aquisição e utilização de conhecimentos em um campo determinado. Este novo cenário deu espaço à instauração e manutenção da ordem social, ao estabelecimento da prosperidade e do bem-estar e à geração de novos conhecimentos. Isso tudo fez que, no período de um século, o valor desse grupo de profissionais, em termos de Produto Interno Bruto de um país, duplicasse em relação ao valor da

terra e dos ativos materiais nos países desenvolvidos[7].

As novas profissões seguiam uma série de cinco etapas que, no entanto, ao ser aplicadas à política perdiam relevância, pois não podiam ser aplicadas completamente à profissão neste âmbito. Tratava-se, em primeiro lugar, da profissão como uma carreira bem compensada e remunerada; em segundo lugar, da criação de instituições acadêmicas para os praticantes da profissão; em terceiro lugar, da emergência de associações profissionais que formulariam os requisitos e regulariam o acesso a determinada profissão; em quarto lugar, da obtenção por parte das associações de uma licença estatal que permitisse o exercício da profissão sempre que se cumprissem os requisitos; e, por último, do desenvolvimento de um código ético que regulasse o comportamento dos profissionais[8].

Nessa conjuntura, e como já foi mencionado no capítulo anterior, não foi estranho que Bryce tivesse tratado, já em 1888, da faceta profissional do político, algo que Weber retomou décadas mais tarde na sua famosa comparação entre o político profissional e o cientista profissional. A política havia sido uma tarefa desenvolvida pelo príncipe e apoiada, conforme a época, em camadas sociais de caráter não estamental, como os clérigos, os literatos com formação humanística, a nobreza cortesã, a pequena nobreza, assim como os rentistas das cidades e os juristas universitários[9]. Apenas em breves lapsos revolucionários havia sido permitida a participação de outros grupos sociais. Também, em alguns casos específicos e de forma individual, puderam ser incorporadas pessoas com origens humildes, constituindo os casos conhecidos dos validos ou favoritos que, por ser apadrinhados pelos membros das famílias reais, terminavam chegando a cargos relevantes de poder. As revoluções liberais do último terço do século XVIII e de começos do século XIX provocaram a perda do monopólio da aristocracia a favor da nova burguesia.

7 Elguea (2008: 181).
8 Descritas por Harold Wilensky (1964), citado por Borchert (2004).
9 Weber [1987: 110-112].

A introdução do sufrágio e sua progressiva expansão fez o resto[10].

Dessa forma, os políticos eram genuínos membros dessa classe social que reunia novos proprietários de terras, comerciantes e empresários do recém-inaugurado mundo fabril. O surgimento, então, do conceito de classe política, presente sempre em todas as sociedades ao longo da história[11], aparecia assumindo a existência de dois problemas relativos a sua formação e organização que, por outro lado, eram comuns às profissões bem-sucedidas do momento. Os processos de profissionalização que eram consolidados com a sociedade industrial acarretavam aspectos estruturais e referentes às atitudes que, no entanto, não sempre variavam em conjunto[12]. Em algumas das profissões que adquiriram um sólido *status* burguês apareciam atitudes pouco profissionais, enquanto em determinados grupos profissionalizados existiam atitudes muito profissionais. O grau dessas dependia do tipo de socialização que havia ocorrido tanto no programa de formação quanto no âmbito de trabalho. Da mesma forma, outro fator a ser considerado é o da própria profissão dentro de uma estrutura social mais ampla, ou seja, se a profissão fosse bem compensada economicamente, o grau de dedicação tendia a ser maior. Por outro lado, as mudanças de atitude dependiam, em grande parte, das variações nas estruturas sociais. Quanto maior o nível de burocratização, menor seria o nível de autonomia profissional.

Esse cenário não era alheio ao terreno da política. O século XX trazia a abertura e a renovação da classe dirigente mediante processos eleitorais junto com um complexo bloco de procedimentos constitucionais para manter a própria

10 "It must remembered that the 'work' of politics means in America the business of winning elections". Bryce (1888: 31).

11 "Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades… existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira, que é sempre a menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e usufrui as vantagens que vão unidas a ele… Na prática da vida, todos reconhecemos a existência desta classe dirigente ou classe política". Mosca [2006: 106].

12 Hall (1968).

coesão e o exercício do domínio dessa classe política que estava se formando. Por conseguinte, a paulatina abertura da arena eleitoral, sob o império das novas regras do constitucionalismo liberal, supôs a perda do monopólio da representação dessa burguesia a partir de fins do século XIX. A existência de partidos, sobretudo de caráter operário, e a mobilização sindical possibilitaram o surgimento de uma situação econômica que permitia sustentar a participação desses setores emergentes na política. Paralelamente, o crescimento do Estado e da administração pública requeria a especialização e aumentava a demanda de cargos públicos. A entrada no parlamento ou nas esferas representativas municipais implicou o estabelecimento de mecanismos de ingresso compensatórios pela atividade realizada. Logo, surgiram potentes organizações políticas capazes de competir eleitoralmente com os partidos tradicionais e de gerar, em seu próprio interior, espaços para uma ação política de dedicação plena e remunerada[13].

A profissão de política era, então, um fato. Os grupos mais profissionais — em geral, aqueles com maior autorregulação e maior socialização no processo de preparação para a profissão — não precisavam dos mesmos controles organizativos que os grupos menos profissionalizados[14]. Ao mesmo tempo, a existência de sistemas mais burocráticos para as pessoas menos profissionalizadas poderia inibir sua futura profissionalização.

Falava-se de políticos profissionais pela dedicação completa de sua vida à política[15], mas ainda no fim do século XIX, nos países europeus, muito poucos exerciam a política por dinheiro; um pequeno grupo esperava conseguir algum cargo e um grupo maior pensava que a obtenção de uma cadeira poderia empurrar suas finanças ou leva-las a uma melhor posição no mundo dos negócios. No entanto, nos Estados Unidos, a situação era diferente pelo jogo eleitoral mais

13 O Partido Social Democrata alemão seria uma evidência disso. Ver Michels, [1911].
14 Hall (1968).
15 Bryce (1888: 28).

frequente e pela existência de capitais, tanto a capital nacional quanto as dos estados, situadas em cidades relativamente pequenas e pouco atrativas, o que tornava a remuneração um incentivo. Além disso, estima-se que havia poucas pessoas ociosas, que não precisavam trabalhar para viver, e as que se encaixavam nessa categoria preferiam dedicar-se à filantropia ou ao cultivo das artes e das letras antes que à política. Tampouco queriam dedicar-se à política aqueles que tinham um trabalho ou uma profissão regular. Achar que o fariam por um sentido de dever cidadão seria acreditar na existência de uma comunidade de anjos. Nesse cenário, a política se transformou em uma profissão proveitosa como o trabalho na advocacia, na bolsa ou no comércio[16]. Os políticos ocupavam o lugar central da democracia que se baseava em um fato vital, a livre concorrência por uma liderança entre os candidatos através do voto do eleitorado[17]; nesse cenário, os advogados, habituados a representar interesses e a mediar entre as pessoas e, principalmente, entre estas e os tribunais, destacavam-se.

O grande impacto do trabalho de Weber ao reelaborar com maior precisão as ideias Bryce, abordando a atividade política a partir da sua dupla caracterização — como profissão e como vocação — abriu um novo panorama de análise para uma situação que também era nova. A diferença weberiana era importante porque, como foi apontado no capítulo anterior, determinava quem entraria na política e por que. Profissão como remuneração, como forma de ganhar a vida, de receber uma compensação económica que permitisse uma existência digna e a entrada na política daqueles que não dispunham de facilidades. Aquelas pessoas que precisavam de um sustento seguro, estável e suficiente, como o da aristocracia do século XIX ou da burguesia desse mesmo século e do começo do seguinte, às quais se uniram os modernos funcionários que surgiram com a expansão do Estado.

Também Weber abordou a relação entre a moderna administração pública,

16 "People go into it to live by it". Bryce (1888: 29).
17 "Democracy is the rule of politicians". Schumpeter (1947: 285).

que se desenvolvia ao amparo da racionalização burocrática, e o sistema político, questionando a separação radical entre política e burocracia. Como destaca Agustín Ferraro, "a crítica de Weber ao parlamento alemão de sua época passa a formar a base de um modelo normativo sobre a relação entre o parlamento e a burocracia, que se implementou na Alemanha nos últimos 30 anos, quando o Parlamento federal alemão começa a assumir a codireção do governo federal mediante relações ativas e informais de trabalho com a burocracia pública ministerial"[18]. Isso enfatizava a necessidade de uma liderança política tecnicamente competente.

Ao fato de receber um salário, somavam-se três questões complementares. Em primeiro lugar, o mero prazer que a política trazia consigo, sob o aspecto da realização de algo em conjunto com outros ou pela sensação agradável derivada de um excitante sentido de autopromoção. Em segundo lugar, os motivos pecuniários operavam com menor força nos distritos rurais do que nas cidades[19]. Além do fato de os políticos terem uma ocupação que lhes deixava mais tempo livre que o resto dos cidadãos para se comprometer com as tarefas públicas[20].

A velha burguesia espanhola concebia como inaceitável a política remunerada e atacava o líder histórico do socialismo espanhol, Pablo Iglesias, que, em sua primeira intervenção no Congresso dos Deputados, em 1910, defendia-se — assinalando a importância para o movimento operário dos assalariados eleitos "entre aqueles estimados como os mais aptos" — e perguntava-se "será que todo esse trabalho (que realizo) não vale a quantidade que me é dada? É possível dizer de quem faz tudo isso que é um aproveitador?"[21]. Pablo Iglesias, junto com Emilio Frugoni, também eleito, em 1910, no Uruguai e, o primeiro de todos, Alfredo Palacios, eleito deputado na Argentina, em 1904, representam a vanguarda do socialismo ibero-americano que profissionalizou de forma pioneira sua atividade política

18 Ferraro (2009: 175).
19 Bryce (1888: 30).
20 Dahl (1961: 306).
21 Diário de Sessões das Cortes de 25 de julho de 1910, registrado em El Socialista. Madri, junho de 2010

mediante seu trabalho no Parlamento. Não obstante, em razão da brutal exclusão da esquerda da disputa política no panorama ibero-americano até o último quarto do século XX, os políticos de esquerda mal formaram parte dos novos setores da política profissionalizada, ficando seu ativismo relegado, no melhor dos casos, ao mundo sindical[22].

Por outro lado, a vocação é um componente subjetivo pelo qual uma pessoa percebe que o que está fazendo não implica um sacrifício — pois seu trabalho é uma espécie de chamada[23] — e, sim, a única coisa que têm sentido em sua existência. A vocação outorga à tarefa uma dimensão transcendente que acompanha a busca de ideais nobres, como a igualdade, a liberdade ou a justiça[24]. Algo que termina constituindo um forte componente identitário. A vocação, presente em numerosas atividades humanas, é, no caso do político, um aspecto complementar, junto com a ambição, que é uma pulsão sempre vinculada ao poder. Vocação e ambição constituem dois motores que impulsionam o político, seu caráter dificilmente mensurável e o fato de estarem ocultas na pura subjetividade torna muito complexo seu estudo sistemático.

22 Dentro da escassa bibliografia existente sobre o tema destaca, para o caso argentino, o trabalho de Tarcus (2007).

23 Dahl (1961: 306).

24 Azaña apontava: "Seja qual for nosso ofício, seja qual for a formação mental e moral que tenhamos recibido, os que entramos nesse combate temos que ir possuídos pelo magnífico, invejável e incontestável fanatismo pela ideia. Tenho a soberba de ser, a meu modo, ardentemente sectário, e em um pais como este, ensinado a fugir da verdade, a transigir com a injustiça, a refrear o livre exame e a suportar a opressão, que melhor sectarismo que o de seguir a seita da verdade, da justiça e do progresso social!" (Tomo I, página 10). E mais adiante: "O primeiro desejo de cada homem deve ser fortalecer e aperfeiçoar em sua consciência esse sentimento de justiça, como único meio de ser cada vez mais homem, que é cada vez mais livre, … o que dá sentido às limitações e restrições da vida social e ajuda a suportar as cargas comuns é o propósito de introduzir no mundo, tanto nas relações internacionais como nas relações entre os homens, um pouco mais de justiça, para que, algum dia, esse povo possa comparecer diante da história com sua túnica imaculada, que seja sua bandeira e insígnia que guie outros ao progresso" (Tomo I, página 141). Para concluir com: "o que caracteriza propriamente o homem e permite que ele se ache superior a todos os seres que o rodeiam é o sentimento de justiça, a aspiração a reger por ele sua vida e a implantar como norma reguladora da vida coletiva aquilo que, em sua conciência, aceita e reconhece como um dever" (Tomo I, página 142).

2. Por que o político profissional não é aceito?

Sou uma rara mistura: alguém cheio de opiniões políticas que ao mesmo tempo tem muito pouco respeito intelectual pela prática da política.

Jonathan Franzen[25]

O viés profissional da política é um qualificativo que, apesar de ser uma meta razoável para políticos populares perante a plutocracia tradicional, foi, desde o início, inaceitável para diferentes setores. Em si, a política está relacionada com a discordância que traz consigo o conflito, e o político é alguém envolvido nessa tarefa cuja conotação não é positiva. A profissionalização não tornava as coisas mais fáceis. Acima de tudo, destacava-se o aspecto negativo da figura do político profissional na medida em que era percebido como alguém que realizava tarefas sob a suspeita de buscar interesses espúrios[26], alcançando, portanto, um alto grau de descrédito[27] nem sempre compreendido[28]. Essa rejeição é percebida já em um dos primeiros trabalhos contemporâneos realizado sobre abundante evidência empírica e que constituiu a observação de Ostrogorski[29] sobre a política inglesa e americana de fins do século XIX[30], que, mais tarde, foi ratificado por

25 "Un revolucionario de la novela. La libertad según Jonathan Franzen", entrevista com Juan Gabriel Vásquez. El País Semanal, Madri, 18.09.11

26 O assunto é tão antigo na tradição ocidental que chega até a Grécia clásica. No seu discurso A oração da coroa, Demóstenes já apontava a forma em que era possível comprar um orador, que era um político profissional por excelência da época. Ver Mossé (1995: 152).

27 Ehrenhalt (1991: 18), assinala: "A century ago, when defenders of 'good government' complained that public life was being usurped by professional politicians, they did not mean candidates. They meant bosses –the people who chose the candidates".

28 Assim, Bryce (1888: 31) se perguntava: "Granted that politics has to become a gainful profession, may it not still be praised with as much integrity as other professions?"

29 "In countries such as England or the United States, where the democratic regime is established beyond dispute, and liberty occupies an unassailable position, the tenure of power by a party, in order to make the political principles of the majority prevail in the government, is no longer aught but a pure convention, not to say an imposition". Ostrogorski (1902, 2 vol.: 653).

30 Assim como em muitas declarações como na formulada em duas testemunhas da vida política de meados da década de 1930 nos Estados Unidos: "Pouco antes das eleiçõs para o Congresso pelo estado de Illinois, apresentou-se em minha casa um homem a quem nunca havia visto antes. Era um politician do partido republicano. Um politician é um homem de negócios, um profissional da baixa política. A política é, para ele, um modo de ganhar dinheiro. Odeio esses sujeitos de mandíbulas proeminentes,

Michels[31]. Ambos tornaram patentes seus temores, expressos na clássica formulação do último, de que a classe política terminasse sendo uma oligarquia dentro do partido e que o utilizasse em benefício próprio, tornando a dedicação à política uma finalidade em si.

Os políticos profissionais referiam-se a um novo tipo de personagem, cujas carreiras combinavam eleições, partidos e um novo sentido da profissionalização, que suscitava muitas críticas na Alemanha, França e Inglaterra[32] e que não distava da tradição do sempre dominante sentimento antipartidário[33].

Essa situação ia se instalando paulatinamente na Espanha, registrando as duas caras da profissionalização; enquanto, para Miguel Primo de Rivera, o golpe de Estado de 1923, que acabava com as quase cinco décadas da Restauração, servia para liberar o país "dos profissionais da política"[34], Azaña expunha os desafios da profissionalização na medida em que todos os cargos de eleição popular deviam ser incompatíveis com outros cargos importantes em empresas exploradoras de monopólios e concessionárias de serviços públicos[35], abrindo a porta para o esquema de profissionais assalariados dos países à sua volta. Além disso, constatava que o envolvimento dos políticos com esse tipo de empresas contrariava o conceito de ser político e limitava o desempenho de um cargo político. Mas Azaña também duvidava ao abordar a diferença entre aqueles que se dedicavam exclusivamente à política e os que se dedicavam a outros ofícios. Percebia que a falta de personalidade moral

toscos e grosseiros, que têm sempre um charuto cheio de saliva nos lábios, o chapéu de lado, o olhar inexpressivo e um anel de imitação no polegar". Ilf e Petrov (2009: 184).

31 "When in any organization the oligarchy has attained an advanced stage of development, the leaders begin to identify with themselves, not merely the party institutions, but even the party property". Michels [1915: 230].

32 Palonen (2006).

33 Sobre a origem e os componentes do antipartidarismo, ver Rosenblum (2008).

34 "Espanhóis, chegou para nós o momento, mais temido que esperado, de atender o clamoroso requerimento daqueles que, amando a pátria, não veem para ela outra salvação que libertá-la dos profisionais da política". Primo de Rivera, em 14 de setembro de 1923, após seu golpe de Estado. Citado em Irene Lozano, "Los políticos sobrantes". El País. Madri. http://www.elpais.com/articulo/opinion/politicos/sobrantes/elpepiopi/20110307elpepiopi_11/Tes 07.03.11

35 "As assembleias são fogo, o homem é de estopa, vem o monopólio e sopra". Azaña, tomo I, página 476.

de alguns levava a um complexo de inferioridade pelo qual muitos políticos — às vezes, bem ilustres — gostariam de ser também outra coisa ou diriam que eram outra coisa, insistindo muito em que sua dedicação à política só se dava em certos momentos perdidos de ócio. Também ocorria o fenômeno inverso: quem se dedicava a outra atividade ou tinha sido outra coisa, ou ainda o continuasse sendo, parecia não ter o direito de abandonar essa atividade para entrar decididamente na política[36].

Daí derivava a opinião de Azaña de que, na verdade, o que se pretendia era fazer da política uma profissão especial separada de tudo, porém, em todo caso, subalterna. Sua visão da política, comparada com a arte ou o amor, não era, no entanto, a de uma profissão, mas, sim, a de uma faculdade. Essa faculdade era ou não possuída e, para quem não a tivesse, seria inútil disfarçar-se com todos os enfeites externos do homem político. Aquele que a tivesse, no entanto, seria, cedo ou tarde, prisioneiro dela. Podia-se dizer que a pessoa que não sentisse emoção diante da matéria política, por melhor que falasse, não tinha faculdade política. A emoção política era o indício da vocação, e a vocação era o indício da aptidão[37]. Mas a que se referia Azaña com emoção política? Para ele, consistia "no desejo de progredir, no instinto aquisitivo, no gosto por sobressair, no desejo de mando, na necessidade, no desejo de viver como fosse possível e até em um pouco de espírito sedutor". Ou seja, na ambição.

Vale a pena também lembrar que, na Espanha, perto do primeiro terço do século XX, o termo "político" referido ao "profissional da política" era rejeitado de maneira recorrente pelo anarquismo, que o equiparava com o "profissional do poder". Desse modo, já na Guerra Civil, foi traumática para o movimento anarquista a entrada de membros dirigentes da Confederação Nacional de Trabalhadores e da Federação Anarquista Ibérica no governo republicano, presidido Largo Caballero.

36 "E as pessoas que pretendem conservar só para si o puro prazer do orgulho e da independência intelectual são apagadas da lista do que apreciado e condenadas a um inferno de vulgaridade". Azaña. Tomo III, página 7.

37 Conferência em "El Sitio". Azaña. Tomo III, páginas 8 e 9.

Esse repúdio teórico-ideológico pode ser transferido aos tempos presentes a partir da ótica da revolução que repudia o passado imediato[38], da do movimento antissistema que anseia um futuro novo[39] e da guerrilha insurgente[40]. Essa posição, que hoje é identificada com o termo "antipolítica", foi alcunhada já por Schumpeter como claramente ideológica[41].

O questionamento, quando não desprezo, pelos políticos profissionais é algo muito arraigado em nossa sociedade. Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de literatura em 2010, é um perfeito exemplo disso. Foi candidato à presidência do Peru em 1990 liderando a Frente Democrática, integrada pelo Movimiento Libertad — que ele mesmo ajudou a criar por ocasião da liderança aos protestos cidadãos de 1997 contra a tentativa do governo de nacionalizar a banca — e os veteranos Acción Popular e Partido Popular Cristiano. Vargas Llosa relatou várias vezes sua experiência, mas há um texto[42], escrito pouco depois, especialmente rico a esse

38 "Como a palabra presidente era odiada pelo povo, porque para eles era como dizer Somoza, também era repugnante a palabra deputado. Era outra palabra somozista; e, por isso, a revolução triunfante não teve nem congresso nem deputados; teve um poder legislativo que foi chamado Conselho de Estado". Ver Cardenal (2004: 246). Nesse sentido, no Equador em apenas três quinquênios foi modificado sucessivamente o nome do Congresso e dos deputados: Câmara Nacional de Representantes, Congresso Nacional e Assembleia Nacional e os nomes: representante, deputado e assembleista.

39 Essa é, sem dúvida, a visão recolhida em uma entrevista realizada a Olivier Besancenot, líder da esquerda antissistema francesa, político francês, no seu momento de maior reconhecimento e com uma intenção de voto próxima a dez por cento se as eleições presidenciais tivessem se realizado na época da entrevista. Com 14 anos, afiliou-se à Juventude Comunista Revolucionária e a uma ONG antirracismo. Diz Besancenot: "Não sei o que ocorre na Espanha, mas, na França, a violência é gerada pelas elites políticas, pelos empresários com suas demissões e pela polícia com seus ataques nas manifestações. Quando vejo as notícias, tenho vontade de quebrar a televisão Você não pode ficar como espectador quando vê as coisas que estão acontecendo na Palestina, ou a polícia batendo nos trabajadores que acabam de ser despedidos… Há 10 mil boas razões para não permanecer impassível…. Eu não sou, e nunca me considerarei, um político profesional. Ninguém no meu partido o é. Eu continuo sendo só um militante a mais. A direção pediu para eu me apresentar às eleições depois de uma série de fracassos e decidiu que havia que dar lugar a uma nova geração". Entrevista de Fernando Peinado Alcaraz. "Combina la política con su trabajo de cartero". El País. Madri. 11.05.2009.

40 "A maioria desses jovens (das FARC) no compreendia o sentido da palavra 'política'. Ensinavam a eles que a política era a atividade daqueles que conseguiam enganar o povo com discursos e que se enriqueciam robando os impostos… Quando eu lhes dizia que fazia política contra tudo o que detestava, contra a corrupção, a injustiça social e contra a guerra, sua resposta inapelável era: 'todos vocês dizem a mesma coisa". Betancourt (2010: 44).

41 "They have held strongly, sometimes passionately, that politics ought not to be a profession and that democracy degenerates whenever it becomes one. But this is just ideology…" Schumpeter (1947: 285).

42 Vargas Llosa (1993).

respeito cuja leitura pode ilustrar a contraditória apreciação sobre o profissional da política de parte de alguém que, se tivesse ganhado, teria sido, durante pelo menos cinco anos, um político profissional. Nesse texto, Vargas Llosa repudiava o termo "profissional", ainda que uma década mais tarde terminasse assumindo-o para si mesmo, para sua atividade proselitista e para sua campanha nesse momento[43]. Há dois eixos fundamentais em sua crítica que se cruzam constantemente, alimentando seu desprezo: a pureza *per se* que traz consigo um político novo e o caráter prejudicial de investir dinheiro para realizar uma atividade política. Trata-se de dois argumentos muito enraizados na opinião popular. Porém, como os formula, contraditoriamente, Vargas Llosa?

Ricardo Belmont ganhou a prefeitura de Lima em 12 de novembro de 1989, tendo aparentemente como "mérito principal — fora sua popularidade no rádio e na televisão — apenas o fato de não ser político, de vir de fora da política"[44]. De fato, tratava-se do primeiro caso evidente do que, mais tarde, seria um lugar comum na política latino-americana. Alberto Fujimori, no próprio Peru, Max Fernández e "o compadre" Palenque, na Bolívia, Freddy Ehlers, no Equador, Antanas Mockus, na Colômbia, e Hugo Chávez, na Venezuela, foram, entre outros casos, os exemplos mais significativos da década de 1990.

No entanto, o fato de não ser político antes do triunfo eleitoral não o impediu de sê-lo no dia seguinte, nem de, durante as duas décadas seguintes, continuar buscando, sem sucesso, novos espaços de poder. Mais adiante, pode-se ler: "No meio dessa confusão [refere-se às várias campanhas realizadas simultaneamente como consequência do voto preferencial pelos diferentes candidatos da Frente Democrática], na qual o emblema da Frente Democrática era utilizado para promover as teses e fórmulas mais contraditórias, minha mensagem perdeu seu caráter

43 "Durante minha efêmera experiência política profissional, muitas vezes, fui acusado, como uma forma de descrédito político, de ser literato". Vargas Llosa (2001: 68).

44 Vargas Llosa (1993: 320).

reformista. E minha pessoa ficou confundida com a dos políticos profissionais e a dos que agiam como se o fossem"[45]. Por outro lado, Vargas Llosa também ataca a figura dos caciques locais, sobre os quais o Movimiento Libertad, no seu processo de formação, teve que articular sua rede no interior do país. "Sua energia, habilidades, maquiavelismo e imaginação estavam concentrados em uma única meta: adquirir, reter ou recuperar uma partícula de poder pelos meios lícitos ou lícitos a seu alcance". Mas a finalidade de Vargas Llosa naquele empenho eleitoral não era adquirir poder? A diferença era estabelecida pelo escritor mais adiante ao apontar: "Todos praticavam a filosofia moral que sintetiza este preceito 'viver fora das próprias possibilidades é viver no erro'"[46]. Desesperança que coincidia com sua situação econômica do momento: "Outra das consequências desses três anos de imersão na política ativa foi que meus rendimentos quase se extinguiram e tive que viver de minhas economias"[47].

Tudo isso constituía um cenário reforçado por opiniões externas, como a de Octavio Paz, que lhe havia dado razões para não entrar na política ativa que se resumiam em "incompatibilidade com o trabalho intelectual, perda da independência, manipulações dos políticos profissionais e, com o tempo, frustração e sentimento de anos de vida perdidos"[48]. Inclusive em momentos de dor e de solidariedade, Vargas Llosa refere-se a um político assinado em um ato terrorista em termos repletos de sua posição visceral: "…que, apesar de ser um político de partido, era unanimemente respeitado"[49]. Por outro lado, quando, menos de dois anos depois das eleições, em abril de 1992, ocorreu o golpe de Fujimori, não duvidava em reivindicar uma classe política democrática; mas não é que isso não existia durante sua experiência eleitoral que tanta aflição lhe causava? "Os menestréis do regime falam de uma

45 Vargas Llosa (1993: 411).
46 Vargas Llosa (1993: 163).
47 Vargas Llosa (1993: 418).
48 Vargas Llosa (1993: 437).
49 Vargas Llosa (1993: 525).

nova etapa da história peruana… do fim dos partidos de cúpulas burocratizadas e enquistadas, cegas e surdas diante do 'país real' e do papel renovador do povo na vida cívica, que, agora, comunica-se diretamente com o líder, sem a mediação desvirtuante da viciada classe política. Não é esse o velho estribilho, a ladainha monótona de todas as correntes antidemocráticas da história moderna? Não foi, no Peru, o argumento do general Sánchez Cerro… do general Odría… do general Velasco…? Não há nada novo sob o sol…"[50].

Esse estado de coisas continuou no Peru durante as duas décadas seguintes, a semente que germinou nas eleições de 1990 tornou-se uma frondosa árvore em 2011, quando as eleições deram lugar a toda uma geração de "anticandidatos", políticos que lideravam movimentos personalistas que padeciam não só de falta de organização, mas também de qualidades midiáticas mínimas[51] e que obrigaram o próprio Vargas Llosa a ter que optar "entre o câncer e a aids".

Essa deformação da atividade política pode ser explicada pela visão romântica dessa atividade. Ocorre uma dupla abordagem com modelos ideais que, provavelmente, nunca existiram e cujo atuar baseado na mistura é o que, na verdade, tem a ver com a realidade. Por um lado, percebia-se a existência de profissionais da política que eram líderes pragmáticos das organizações partidárias que praticavam uma política de interesse caracterizada pelo destaque do processo eleitoral e da obtenção de recompensas derivadas do sucesso nas urnas. Na margem oposta, encontravam-se políticos amadores, líderes ideológicos que praticavam uma política de princípios caracterizada por enfatizar certas propostas de políticas públicas e por buscar recompensas intrínsecas derivadas dessa posição. Além de romântica, essa visão tinha um componente marcante de classe, pois se considerava que os profissionais procediam da velha classe urbana trabalhadora, enquanto os amadores

50 Vargas Llosa (1993: 537).
51 Meléndez (2011).

provinham dos novos setores médios suburbanos[52]. O irônico dessa visão é que os políticos amadores eram profissionais em sua vida econômica e social, enquanto os políticos profissionais apareciam como egoístas incorrigíveis.

A profissionalização da política como fenômeno intimamente ligado ao progresso dos sistemas políticos democráticos é um cenário inevitável[53] e sem retorno. Como foi indicado, "a profissionalização da política democrática é quase inevitável e, dentro de certos limites, desejável"[54]. Isso não quer dizer que não haja profissionalização em âmbitos autoritários, mas que a evolução que houve nesse sentido está associada ao avanço das instituições democráticas, sobretudo, durante o último século. A existência de um pequeno grupo de profissionais no estrato público é uma característica de, praticamente, todos os sistemas pluralistas e das sociedades livres[55].

Nas democracias, a essência da entrada no sistema, para aqueles que desejam fazer carreira política, radica nos processos eleitorais; nesse contexto, os velhos políticos amadores foram deixando de sê-lo para tornar-se, pouco a pouco, políticos profissionais e, de forma sútil, terminaram passando as tarefas eleitorais, embora desprovida de sua má reputação, para os consultores políticos[56]. Um dos efeitos da profissionalização das campanhas eleitorais ocorrida nas últimas décadas foi essa divisão do trabalho político. Mas o consultor, na maioria dos casos, anônimo para o grande público, nunca carrega consigo o descrédito do profissional da política. Trata-se de alguém que é pago para levar o candidato a ganhar a eleição e que, às vezes, é considerado uma ameaça para o próprio processo eleitoral democrático, na

52 Wilson (1962).

53 "We must recognise that in modern democracies politics will unavoidably be a career". Schumpeter (1947: 285).

54 Linz (2007: 293 e 294). No mesmo sentido, já Ostrogorski havia assinalado: "To win or hold power, the party is obliged to provide itself with a permanent organization. This cannot be formed and kept up without the help of professionals". (1902 2 vol.: 656).

55 Dahl (1961: 306).

56 Com dados para 2001, estimava-se que, então, havia sete mil consultores políticos nos Estados Unidos, onde 513 mil pessoas são personas são eleitas em cerca de um milhão de processos eleitorais por cada ciclo de quatro anos. Ver Jonson (2001: xiii).

medida em que propicia a ausência de convicções firmes no político, que se deixa dominar pela pura ambição de poder[57]. Os consultores só agravavam o problema[58].

A democratização contribuiu para a profissionalização da política, considerando que, ao longo do último século, sucederam-se diferentes etapas nas quais é possível encontrar três fenômenos concomitantes[59]. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que a tendência à profissionalização da política não foi uma decisão dos políticos, mas resultado de uma esfera pública que foi crescendo cada vez mais e que tinha pendentes alguns assuntos por resolver. A democratização criou demandas dirigidas ao Estado, de maneira que os funcionários públicos tinham cada vez mais que prestar contas para garantir o bem-estar público. Como foi mencionado, criou-se o Estado de bem-estar social para satisfazer as necessidades econômicas e para atender os direitos sociais derivados dos direitos políticos. Em segundo lugar, a democratização implicou uma abertura da política a novos grupos sociais. Já não era aceitável limitar a política a um pequeno setor da população. As modestas possibilidades de viver da política incentivavam a participação nesta de atores tradicionalmente excluídos. Por último, a democratização criou exigências de tempo e, por conseguinte, a dedicação exclusiva à atividade política gerou a necessidade de contar com rendimentos derivados da política. Isso tornou-se evidente na luta pela introdução dos salários legislativos.

Na América Latina, os processos de democratização vividos no início da segunda metade do século XX haviam desarticulado o vínculo entre o grande nú-

57 Um deputado costarriquense após sua experiência legislativa e nas vésperas de sua candidatura presidencial manifestava: "Alguns primeiro aspiram a ser presidentes da República e depois definem seu pensamento. Tudo com o fim de ter algo que dizer ao eleitorado. Felizmente para esse tipo de políticos — e para desgraça da Pátria — também existem profissionais que fabricam e vendem (em troca de dinheiro ou de um futuro cargo) o pacote publicitário completo incluindo o 'pensamento' do aspitante". Ver Solís Fallas (1999: 176 (nota 12).

58 Há mais de vinte anos, um dos consultores políticos mais conceituados nos Estados Unidos, depois de endossar positivamente o papel dos consultores ("media consultants have actually enhanced and sharpened the dialogue between candidate and voter") defendia o grêmio a esse respeito sem oferecer maiores evidências: "Most consultants are not mercenary, and they hardly pose a threat to the democratic electoral process", Luntz (1988: 226 y 228).

59 Borchert (2008).

mero de partidos políticos da época e as elites tradicionais[60]. O grande florescimento de partidos surgidos por volta da década de 1960[61] e, mais tarde, o exercício eleitoral contínuo depois dos processos de transição iniciados no fim da década seguinte contribuíram para a profissionalização da vida política como se verá mais adiante com notável evidência empírica.

Este panorama de avanço da profissionalização da vida política, não obstante, é espinhoso de abordar analiticamente. Esconde várias situações contraditórias que se destacam quando se observam as posições mantidas pelos próprios atores da política. Seria possível dizer que, inclusive, entre eles mesmos, há uma confusão notável sobre o processo. Nesse sentido, e como exemplo, pode-se mencionar dois casos: uma entrevista jornalística com uma política espanhola, militante durante muitos anos e deputada da Izquierda Unida que, mais tarde foi prefeita de Córdoba, conselheira do governo andaluz do PSOE e ministra do governo nacional espanhol, Rosa Aguilar, na qual destaca-se uma grande angústia no seu repúdio ao termo de profissional da política[62] e, em segundo lugar e de maneira mais extensa, o debate parlamentar da sessão plenária do Congresso dos Deputados da Espanha,

60 "In most of Latin American countries today… the functional elites have remained political elites… none of the countries has political 'experts' that is, full-time, professional politicians who can be permitted to undertake basic political decision making. The so called politicos have less influence within the national political system than their public role indicates…political parties represent the particularist interests of the traditional elites". Scott (1967: 120).

61 Alcántara (2004).

62 "Nem como vocação? [pergunta o periodista] Isso sim, a política é uma vocação, não uma profissão. Aqui, eu me oponho totalmente. Não sou da classe política e minha profissão não é a política. Eu sou advogada. A política é se comprometer de verdade com os outros. Dar um passo na sua vida. Eu respeito as pessoas que nunca fariam política. Mas, quando se opta pelo compromisso social, a política é o espaço onde podemos nos desenvolver melhor. Para não ser uma profissão, já faz 30 anos que a senhora vive da política. [comentario do jornalista] Estive na política durante toda minha vida, porque entrei com 16 anos e quando você entra na política é para sempre. Mas eu nunca vivi da política. Essa expressão não corresponde à realidade. Eu gostaria que qualquer cidadão passasse um ano comigo e pudesse ver como é de verdade a vida políitca, que é uma dedicação total, que tem muito de abnegação e, por isso, muito de vocação. Exercer uma responsabilidade, estar a serviço da cidadania, não é viver da política, é fazer política dignamente, baseando-se nos seus princípios e austeramente. No entanto, a senhora diz que gosta de economizar para o futuro. [comentario do jornalista] Sim, por uma razão fundamental. Quando você está na política, você tem que preservar sua liberdade. Quero dizer que, se, em certo momento, você quer sair da política, por qualquer razão, eu sempre quis ter a certeza de não ter que ficar nem um segundo mais por ter que viver disso". Entrevista de Luís Sánchez Mellado a Rosa Aguilar. El País, Madri, de 21 de novembro de 2010. http://www.elpais.com/articulo/portada/soy/trofeo/Guino/izquierda/Todos/guinos/complices/elpepuesp/20101121elpepspor_9/Tes

do dia 25 de janeiro de 2011, sobre uma proposta de lei orgânica[63] para endurecer as incompatibilidades entre ex-presidentes do governo e altos cargos públicos e outras questões relacionadas[64], no qual diferentes porta-vozes, além de mostrar sua disposição para aprovar ou rejeitar a proposta[65], levantaram aspectos interessantes sobre a figura do político e sua relação com a profissionalização de sua atividade.

No debate parlamentar, Gaspar Llamazares, da Izquierda Unida, na sua defesa da proposta de lei, afirmou cinco ideias fundamentais relacionadas com sua visão da política e dos que nela atuam. Em primeiro lugar, defendeu a necessária reação dos políticos diante do descrédito social vivido pela política; em segundo lugar, fez alusão ao seu caráter nobre, digno, austero; em terceiro lugar, afirmou o sentido da vocação e do compromisso dos políticos; depois, defendeu a dedicação exclusiva do funcionário público; e, finalmente, e sem mencionar o termo profissionalização, apoiou um modelo de político desvinculado do rentista ou do funcionário, que dispusesse de recursos suficientes aos quais seria somada a pensão correspondente uma vez que deixasse o cargo, tornando esta incompatível com qualquer retribuição privada[66].

63 Proposta de lei do grupo parlamentar da Esquerra Republicana-Izquierda Unida-Iniciativa per Catalunya Verds de 14 de novembro de 2008, para melhorar a eficácia do regime de incompatibilidades dos deputados e senadores e outros cargos de órgãos públicos (orgânica). (Número de expediente 122/000109).

64 Na exposição de motivos da proposta de lei orgânica para endurecer as incompatibilidades de ex-presidentes do governo com altos cargos públicos, mencionava-se a necessidade de que o mandato dos deputados fosse realizado em regime de tempo integral e com incompatibilidade com qualquer outro posto; as incompatibilidades seriam verificadas no recebimento de indenizações por parte dos membros do governo, dos altos funcionários, assim como dos altos funcionários de instituições do Estado após o término do desempenho de suas funções; seriam introduzidas limitações nos casos em que, o ex-funcionário, uma vez findo o exercício no cargo, iniciasse suas atividades em uma empresa privada antes dos dois anos regulamentares de impedimento; e seria regulada a atuação submetida ao princípio de trasparência dos denominados grupos de pressão ou lobbies na sua relação com o Poder Executivo ou Legislativo.

65 A proposta de lei foi rejeitada pelo grupo Socialista, o grupo Popular e o grupo catalão da Convergencia y Unió. Os restantes grupos da Câmara votaram a favor.

66 Gaspar Llamazares Trigo disse textualmente que considerava "a política como uma atividade nobre, digna e austera, e à imensa maioria dos políticos como nobres, dignos e austeros no exercício de suas funções. A política não é um privilégio, não somos uns privilegiados; somos vocacionais e estamos comprometidos com a atividade pública". Conhecedor do peso do desprestígio dos políticos para o prejuízo da imagem da política entre os cidadãos, Llamazares Trigo apontou que a questão era, portanto, "impedir o descrédito utilizado voluntariamente pelos inimigos da democracia e também por parte de nossos próprios inimigos, que são a minoria corrupta no espaço público". Vinculado com a situação da presente crise, afirmou a necessidade de "ser capazes de regenerar a vida política, de defender a atividade pública e de defender também a intervenção pública na economia e no conjunto da sociedade". Para isso, a proposta apresentada é um instrumento por trás do qual não se encontra a defesa do "modelo de cargo público que só pode ser exercido

As seguintes intervenções dos diferentes porta-vozes ao estabelecer a posição de seus grupos deram lugar a uma grande variedade de perspectivas que revelavam alguns aspectos cruciais da concepção que os deputados tinham de sua própria tarefa. Embora as diferentes vocês tenham abordado temas genéricos, como a necessidade de impulsar toda iniciativa que envolvesse a criação de mecanismos de confiança baseados na transparência[67] e a importância da separação entre o público e o privado[68]; outras apontavam para a hipocrisia do debate[69] ou, inclusive, para o caráter inopor-

pelo rentista ou pelo funcionario, mas um modelo de cargo público digno, com capacidade de intervenção na vida política e com recursos suficientes". O modelo proposto significava "dedicação exclusiva do ocupante de cargo público a suas funções" e o repúdio à "dedicação público-privada". Por outro lado, e em relação às pensões outorgadas após deixar o cargo, abriu a discussão para a adoção de uma decisão final tomada com a concordância de todos os grupos parlamentares com base na limitação dessas pensões. É bem verdade que foi muito crítico sobre a compatibilidade da pensão dos ex-presidentes com sua vinculação com o mundo empresarial privado. Literalmente, afirmou que "parece muito pior que essas atividades privadas sejam realizadas em empresas do Estado, por exemplo, no caso de Schroeder em uma empresa do Estado de um país estrangeiro, e nos parece muito criticável que essa compatibilidade ocorra em empresas antes públicas e privatizadas por parte de decisões do próprio poder público. Achamos que isso não tem nenhuma justificativa e, por isso, propomos essa limitação das pensõs, ou melhor, essa incompatibilidade da pensão pública com a atividade privada no caso dos ex-presidentes do governo".

67 "Quanto à reflexão de caráter geral, acho importante destacar — e quero fazê-lo— que essa iniciativa, que hoje é submetida à consideração, está relacionada, do meu ponto de vista, com a necessária regeneração democrática da vida pública, na qual os diputados, os parlamentares, os responsáveis públicos temos muito que fazer para devolver a confiança aos cidadãos sobre a política e as instituições políticas y democráticas. Porque a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas repousa em um principio fundamental, o princípio de transparência na gestão dos fundos públicos, de forma que seja possível conhecer, controlar e evitar, se for o caso, o recebimento simultâneo de retribuições públicas ou privadas ou a utilização imprópria dos fundos públicos… é uma iniciativa que vale a pena apoiar que esta parlamentar vai apoiar." Rosa María Díez González (Unión Progreso y Democracia).

68 "Nas últimas semanas, ficamos sabendo de várias notícias que motivaram que o Bloco Nacionalista Galego registrasse com urgência uma proposta de lei nesta Câmara. Essas notícias informavam que o ex-presidente do governo, Dom Felipe González, havia sido contratado como conselheiro independente da empresa Gas Natural, razão pela qual receberá, conforme essas notícias, uma remuneração de 126 mil euros por ano. Informavam também que a Endesa contratou como assesor externo o Sr. José María Aznar que receberá uma remuneração de 200 mil euros por ano, sendo que, além disso, este senhor, segundo diferentes notícias da imprensa, é conselheiro da News Corporation, função pela qual declarou rendimentos de 171 mil euros no último ejercicio, além de assesor do Doheny Global, um grupo norte-americano com interesses no setor energético e imobiliário, onde também recebe suculentos emolumentos… julgamos ser intolerável compatibilizar o recebimento dessas retribuições com algumas das prerrogativas das que gozam os ex-presidentes à custa do orçamento do Estado… O Bloco Nacionalista Galego não se adere à moda de desprestígio da política, entre outros motivos, porque sabemos perfeitamente ao que leva o desprestígio da política: leva ao favorecimento de soluções populistas e involucionistas, a favorecer soluções autoritárias, a que comece a ser visto como normal que decisões fundamentais para o futuro dos cidadãos não sejam tomadas de forma que emana diretamente de sua vontade democrática ou submetidas a controle político, e sim que se tomem de outra forma. Portanto, não estamos a favor do desprestígio da política. Ao contrário, estamos a favor de sua dignificação, mas a dignificação da política exige uma separação muito mais estrita entre os âmbitos público e privado; a dignificação da política exige a preservação desta — para assegurar que esteja a serviço do interesse geral — da influência dos grandes grupos econômicos de pressão. Exige, em suma, preservar sua independência. Pelas razões expostas, o Bloco Nacionalista Galego votará, sem nenhuma dúvida, a favor de considerar esta proposta de lei." Francisco Xesús Jorquera Caselas (Bloco Nacionalista Galego).

69 "Entramos neste debate no momento em que alguns grupos políticos estão misturando alhos com bugalhos, e questões sobre incompatibilidades, pensões e salários, que estão pouco relacionadas e que

tuno do mesmo, pois não atendia realmente a nenhuma demanda social[70]. O debate foi uma amostra evidente do caos conceitual reinante neste aspecto entre a própria classe política.

De fato, a porta aberta pelas palavras de Gaspar Llamazares suscitou uma discussão que consiste em uma boa evidência da confusão existente no interior da classe política sobre o sentido da profissionalização e de sua própria prática. Como mencionado anteriormente, Llamazares teceu questões ligadas à vocação com outras relativas à necessidade de romper o vínculo estrito dos deputados com sua origem como funcionários ou rentistas, que é tão típico do caso espanhol, e com o requisito imprescindível da exclusividade na dedicação. Esse componente substantivo de sua exposição, sobre o qual pulsava a questão da profissionaliza-

respondem a situações muito diferentes. Algumas pessoas não se importam de divulgar uma imagem negativa do âmbito público se puderem, assim, obter benefícios eleitorais. São divulgadas algumas manchetes contra, entre aspas, os privilégios da classe política, temperadas com muito sal, e anunciando não sei que iniciativas e, pronto; pois estamos em período eleitoral. E, às vezes, essas manchetes são difundidas depois que os responsáveis já cobriram as costas, já conseguiram generosos direitos de pensão em outras instituições ou gozam de fontes de renda duplas ou triplas. Há certa hipocrisia em todo esse debate… Meu grupo sempre defenderá a política e fará da defesa do público um estandarte. Há muitas esferas de poder econômico e social nesse país que são absolutamente opacas comparadas con as instituições políticas e que influem — e como — na tomada de decisões do país. Os políticos devem ser um dos coletivos mais examinados e investigados neste país. Mas nosso grupo não se opõe em absoluto a discutir, em um clima sereno, sem manipulações, sem usos espúrios eleitoralistas, tudo o que for relacionado com o regime econômico de incompatibilidades dos cargos públicos… Por isso, acreditamos que seria interessante considerar a proposta da Izquierda Unida, insisto, aceitando avaliar medidas interessantes como a da regulação dos lobbies — que existem, claro, estão aí —, nos sistemas presidencialistas, em que primeiro foram regulados e tomados como um assunto comum, mas já é hora de que os sistemas parlamentares façam pelo menos uma reflexão a esse respeito. Aceitando tudo isso, votaremos a favor". Aitor Esteban Bravo (Grupo Parlamentar Vasco, PNV).

70 "Não é segredo para ninguém que esta iniciativa legislativa surge como resposta a determinadas opiniões que manifiestam seu descontentamento com certas questões da denominada classe política e, nesse sentido, de conectar a política e a sociedade, podemos pensar que a modificação que se traz hoje para avaliação na Câmara é oportuna e merece, portanto, ser considerada. No entanto, as questões que causam o malestar que os cidadãos sentem com relação aos políticos não são nem provêm do regime de incompatibilidades dos diputados e senadores nem dos altos funcionários da administração pública, e sim da crise econômica pela que passa a sociedade espanhola e a falta de soluções ao respeito. É por isso que as modificações propostas, além de não serem necessárias no momento atual do desenvolvimento do nosso modelo de representação política, não podem ser consideradas oportunas, pois não repesentam a resposta a uma demanda social realmente desejada pelos cidadãos nem necessitada por nosso sistema constitucional… Essa iniciativa pode transmitir à opinião pública, de forma absolutamente equivocada, um parecer errôneo sobre o trabalho desempenhado pelos diputados e senadores das Cortes Gerais por não responder no seu trabalho ao mais escrupuloso respeito ao interesse público e estar condicionados por obscuros interesses privados que contaminam sua condição de representantes da soberania nacional, e isso não é, de modo algum, verdade." Vicente Ferrer Roselló (Grupo Parlamentar Popular)

ção da política, foi percebido pelo deputado da Convergencia i Unió, Jordi Xuclá i Costa, que delineou com clareza a diferença entre a política como profissão ou como atividade transitória na vida[71]. Da mesma forma, o deputado socialista Daniel Fernández González, em uma intervenção com suporte weberiano e com diversas ideias entrecruzadas, que fizeram de suas palavras a explicação oficialista que acompanhou a rejeição da proposta de lei, introduziu uma ideia fundamental sobre a profissionalização da política: tornar incompatível qualquer atividade com a condição de deputado seria transformar essa condição em uma profissão[72]. Exa-

71 "Senhores, o que vamos a votar hoje, esta tarde, é se os parlamentares, deputados e deputadas, senadores e senadoras, devem ter um regime de incompatibilidade absoluta. E acho que isso é uma reflexão profunda sobre se a política é uma profissão ou uma atividade transitória na vida que, sem dúvida, deve ser exercida com o máximo profissionalismo possível; mas, se tudo funciona como deve em um regime democrático maduro, eu acredito que os parlamentares e os políticos devem vir de uma experiência profissional prévia e devem ir para outra experiência profissional depois da atividade parlamentar. É por isso que é sempre possível melhorar, e melhorar muito, os mecanismos de transparência e de controle da relação entre os parlamentares e a atividade privada, levando em conta o que é declarado pelos parlamentares. Por exemplo, esta legislatura, senhores, por iniciativa do presidente do Congresso e da Mesa, pôs na página web do Congresso dos Deputados a declaração de interesses e de atividades dos parlamentares, e essa é uma excelente medida. O que é uma má medida é que ainda não tenhamos mecanismos para garantir que o declarado é realmente o que se exerce. Por isso, nossa palavra-chave nesse discurso não é incompatibilidade, mas sim controle e transparência. Achamos que os políticos não somos ilhas no meio do mar, que somos pessoas com bagagem profissional prévia e posterior, e que, se algumas pessoas quiserem exercer também essa atividade durante o exercicio de sua atividade parlamentar, devem declarar essa atividade e devem poder ser controlados… Considerando estritamente o proposto no projeto de lei, nós vamos votar contra a incompatibilidade absoluta da atividade parlamentar com qualquer outra atividade, vamos expressar nossa posição favorável ao maior controle e à maior transparência e vamos expressar também nossa posição favorável a algumas questões muito importantes na atualidade que acompanharam o discurso do senhor Llamazares, mas que não formam parte do objeto de votação dessa tarde." Jordi Xuclá i Costa (Grupo Catalão de Convèrgencia i Unió)

72 "A verdade é que as modificações que essa iniciativa pretende introduzir na Lei Orgânica do Regime Eleitoral Geral vão em uma direção que meu grupo considera errônea e prejudicial para a boa saúde do Parlamento, pois, senhores, formalizariam a profissionalização dos que fomos eleitos para realizar o mandato representativo. Se tornarmos a condição de deputado ou senador incompatível com qualquer atividade, ofício ou profissão, estaremos propiciando que essa condição passe a ser precisamente isso, uma atividade, profissão ou ofício. Esse não é o caminho para separar o público do privado, em todo caso é o caminho para separar a política da cidadania, a noss juízo. E achamos que é um erro pretender avançar na profissionalização da função parlamentar, e não é menos errada a opção de misturar e confundir a regulação das incompatibilidades dos membros do Poder Executivo, altos funcionários e membros do governo com as correspondentes aos membros do Poder Legislativo, deputados e senadores… Avançar para uma democracia de mais qualidade, com mais transparência, na qual os interesses públicos não estejam a serviço de nenhum interesse privado é um objetivo do país, que não pode formar parte de nenhum debate em curto prazo. Não apoiar esta iniciativa não significa não reconhecer suas boas intenções e, sobretudo, não significa que não estejamos abertos a construir novos consensos tambem nesta matéria… Nesse sentido, o Grupo Parlamentar Socialista, como antecipou nosso porta-voz José Antonio Alonso, vai impulsar propostas concretas que garantam a máxima transparência e publicidade com respeito às declaraçõeses de bens, vencimentos, renda, patrimônio e atividades dos parlamentares e de tudo o que afeta a economia de

tamente. Mas, se assim fosse, qual seria o problemas? Uma pretensa separação entre a política e a cidadania, assim como o fato de que a função de qualquer deputado seria drasticamente traída; mas, em que momento da história e onde existiu esse cenário?

Os formadores de opinião pública, através da imprensa e de publicações com certo tom de "notícias de entretenimento", constituem, muitas vezes, um reflexo das dificuldades para abordar a profissionalização da política. Seria possível mencionar muitos artigos, na maioria, de opinião, nos quais jornalistas, analistas e escritores em geral, além de outros profissionais, registram quase diariamente em toda a imprensa latino-americana e espanhola apreciações muito críticas sobre a classe política. Também há textos que abordam temas espinhosos, como o papel desempenhado pelo sexo na política, ou que reúnem muitas crônicas cotidianas que podem ser ilustrativos do estado da questão, mas que, em geral, ajudam pouco para aprofundar a compreensão do problema[73]. Há uma moda evidente e reiterativa de satanizar os políticos em geral.

Sem considerar o assunto da prestação de contas e do papel da mídia, sobre o qual voltarei mais adiante, é evidente que este é um tema destacado e recorrente que se deveria pesquisar profundamente de diferentes perspectivas, como a análise do discurso, o oportunismo, a instrumentação ideológica, o niilismo ou a higiene democrática. Como exemplo, tomo três casos que me chamaram a atenção e que

sua unidade familiar. Entre o privilégio e o populismo há um espaço mais que suficiente para a decência e a ação correta em um âmbito que afeta diretamente a credibilidade de nossa democracia. Porque estamos falando de saúde democrática, estamos falando de vigor das instituições, de vocação e serviço público, estamos falando de responsabilidades, e todos sabemos os resultados que as alternativas desses conceitos deram no passado e, infelizmente também, no presente. Max Weber escreveu que o político devia ter três qualidades: a paixão, a responsabilidade e o distanciamento, que é uma maneira de falar de realismo, e também que há um pecado do qual todos devemos fugir a todo custo: a vaidade. A fim de melhorar a transparência, a eficácia e a correção de nossa democracia, talvez todos devamos começar a aplicar essa simples fórmula weberiana a nosso trabalho cotidiano. Em todo caso, apliquemos as leis vigentes até suas últimas consequências e impulsemos as mudanças necessários, fazendo-o com serenidade e rigor". Daniel Fernández González (Grupo Parlamentar Socialista).

73 Tomo como exemplo os textos de Sánchez (2010) sobre a relação entre sexo e política no México e de Jaén (2006), que reúne um repertório de histórias cotidianas de políticos espanhóis.

mostram que as coisas não são tão simples como se quer mostrar em interpretações que, a meu ver, são bastante simplistas.

O primeiro relaciona-se com o fenômeno da presença de pessoas independentes nos processos eleitorais. Um assunto muito repetido em diferentes países e que goza de popularidade junto ao público. Quando é tratado costuma-se destacar o duplo fenômeno de pessoas que se candidatam às eleições por partidos *ad hoc* que, muitas vezes, são meros veículos para suas carreiras pessoais ou de indivíduos sem carreira política que "aproveitam sua popularidade para se apresentar nas chapas de algum dos partidos tradicionais"[74]. Aparentemente, nenhuma das duas situações se encaixaria na definição clássica de profissional da política, no entanto, nos dois casos a pessoa eleita, assim que tomar posse do cargo, desempenhará certas tarefas, dedicará certo tempo para isso e por esse motivo receberá uma remuneração. Os denominados independentes, tão bem conceituados pela mídia por sua pretensa liberdade e autonomia, perdem sua imagem inicial quando iniciam a atividade política e tornam-se mais um, assim, sua carta de apresentação dura, se muito, uns poucos meses. O fenômeno deve ser relacionado mais com a atuação dos partidos e com a imagem que eles transmitem do que com a decisão individual de quem se candidata a um cargo de poder, quer por iniciativa própria quer por interesses de outros.

O segundo caso diz respeito aos males do voto devido ao uso de listas fechadas nas quais, segundo as opiniões publicadas, os eleitores não conhecem os candidatos que, além do mais, são impostos pelos partidos por meio de processos pouco transparentes, constituindo um problema que tomou novo impulso na Espanha como consequência das demandas do movimento dos "indignados" (M-15). Assim, é lugar comum destacar que os sistemas de representação maioritária ou os que incluem o voto preferencial aproximam mais o político do seu eleitorado[75].

74 Javier Calvo. "Cuando la política teme al intruso". El País. Madri. 29-07-10

75 Carlos Mendo escreveu o seguinte: "Corpos legislativos vibrantes no Capitólio de Washington diante de

No entanto, dados consistentes mostraram que aproximadamente 56% dos votantes foram incapazes de identificar sequer um candidato ao Congresso dos Estados Unidos, reino do sistema de representação majoritário, no fim da campanha eleitoral e que apenas 22% sabia o nome dos candidatos dos partidos habituais[76]. É verdade que esses números provavelmente sejam maiores que os obtidos se o levantamento fosse feito em sistemas de representação proporcional, mas os dados não são promissores no que diz respeito à suposta aproximação entre eleitores e eleitos. Por outro lado, que proximidade há entre os cidadãos da Califórnia, com mais de quarenta milhões de habitantes, e qualquer um dos seus senadores? Ou, inclusive em uma circunscrição eleitoral britânica de cem mil eleitores, qual é o nível de relação realmente existente entre um deputado e seus representados?

O terceiro caso diz respeito ao papel dos políticos no governo. Todo governo atua por meio da intervenção de homens e mulheres. Por isso, é uma falácia propor a existência de "um governo sem políticos", ou aceitaremos a história tão repetida sobre o ditador Francisco Franco que dizia ao seu interlocutor: "faça como eu, não se meta em política". É ingênuo, por exemplo, dizer que a Bélgica é a prova de que um país pode funcionar sem políticos[77], como se, de repente, as institui-

clubes de robôs das capitales europeas, cujos membros não atuam de acordo com os interesses de seus votantes, mas respondem às rígidas instruções de seus respectivos partidos, que acatam sem reclamar com medo de não serem incluídos na próxima chapa eleitoral…. Desde que a Câmara de Representantes aprovou o primeiro rascunho do projeto, o presidente dos Estados Unidos tem trabalhado incansavelmente para conseguir o apoio de congressistas e senadores para sua reforma….. Dá para imaginar o presidente Zapatero ou a qualquer primeiro ministro europeu buscando o voto de seus deputados, um por um, para a aprovação de um determinado projeo de lei? É a diferença entre democracia e partidocracia, entre o governo do povo o dos partidos. Já sabemos que o regime dos Estados Unidos é presidencialista e não parlamentar. Mas isso não impede que alguns de nós consideremos o sistema americano mais autêntico e representativo, mais próximo dos cidadãos, que são, em última análise, os que, através das primárias, escolhem os representantes de seus partidos nas assembleias estaduais e no congresso de Washington…." Ver "Democracia y partitocracia". El País, Diario de Madri, 26.03.10

76 Ehranhalt (1991: 9).

77 Rosa Montero escrevia o seguinte: "A Bélgica acaba de passar 300 dias sem governo, um recorde mundial absoluto, e o país continua funcionando... Quem sabe, talvez os anarquistas estavam com a razão e não precisamos dos políticos". Ver http://www.elpais.com/articulo/ultima/Politicos/elpepiult/20110412elpepiult_1/Tes?print=1 12.04.11. Por outro lado, dois meses mais tarde e ainda sem ter sido solucionada a crise política belga, a Câmara de Representantes desse país aprovava uma lei de grande importância que obrigava a incorporar como mínimo um terço de mulheres nos conselhos de administração. A evidência mostrava, assim, que a classe política, nesse caso a parlamentar, continu-

ções trabalhassem sozinhas e os políticos tivessem desaparecido completamente. Mais uma vez, uma coisa é a falha dos mecanismos de intermediação da sociedade com a política e outra são as pessoas que estão à frente do barco, porque, na crise política belga, o governo não deixou de tomar decisões e atrás delas há pessoas às quais chamo de políticos, porque foram eleitos e são pagos para realizar sua tarefa.

Parece que não há uma solução evidente a essa rejeição da figura do profissional da política, fruto de um apolitismo popular e pequeno burguês que, ironicamente, é ao mesmo tempo condição e produto do monopólio da política por parte dos políticos, gestado ao longo do século XX[78]. Esse cenário é de tal natureza que chega a impregnar também o grupo de políticos de caráter tecnocrático, cuja imagem positiva iluminou sua entrada na política latino-americana a partir da década de 1980. A volta ao nacionalismo econômico trouxe consigo um crescente receio diante do tecnocrata globalizado, que é objeto de repúdio geral por professar "a racionalidade funcional e certa autonomia declarada ante os interesses sociais"[79].

Em um cenário formado por contextos sociais tão instáveis[80], tão incertos em uma sociedade de risco[81] e tão fragmentados[82], como os surgidos com a globalização e as novas tecnologias[83], poderia persistir a dúvida sobre se os políticos são ou não profissionais da coisa pública, ficando essa questão limitada à opinião das pessoas. Porém, as contínuas crises de diversos tipos que acompanharam o início do século XXI e a intensa contestação social vivida em muitas ruas não só das cidades europeias, mas também das árabes e chilenas, parecem respaldar inequivocamente a conveniência de contar com pessoal estável e formado no manejo

ava fazendo seu trabalho sem que a mídia registrasse a situação de interinidade vivida pelo país. Ver de 18.06.11 http://www.elpais.com/articulo/sociedad/consejos/administracion/Belgica/contaran/tercio/mujeres/elpepusoc/20110617elpepusoc_12/Tes

78 Bourdieu (2001: 222).

79 Maihold (2007: 191).

80 Não é nada mais que o conceito de "modernidade líquida" de Bauman (2003).

81 Beck (2002).

82 Giddens (1995).

83 Castells (1997).

dos parâmetros da política. Quase enterrado o conceito de profissional do século XX, os novos profissionais, em qualquer uma das esferas de trabalho serão mais flexíveis e polivalentes e as velhas estruturas corporativas se modificarão imensamente. A aprendizagem e o treinamento de novas habilidades, assim como a estabilidade e o grau de dedicação dos políticos são abordados nas próximas seções.

3. Uma tentativa de esclarecer a profissionalização da política

> *At some time during the Twentieth Century, more and more democratic politicians began to live, not for politics, but from politics. They not only entered the role with the expectation of making it their life's work, but they also surrounded themselves with other professionals - campaign consultants, fund-raisers, public relations specialists, media experts, and – to use the latest term - "spin-doctors."*
>
> ***Philippe C. Schmitter***[84]

A figura do profissional da política assumiria algumas características de diferentes profissões e outras específicas, conforme o próprio significado da política. No entanto, em um cenário como no disposto no início do século XXI, o espartilho profissional parece estar se desarmando de forma rápida e irreversível. As identidades profissionais, estáveis durante décadas, estão se diluindo, dando lugar para o trabalhador polivalente, enquanto as próprias associações profissionais avançam lentamente em direção a seu desaparecimento por ser o epítome de um mercado de trabalho caracterizado pela rigidez, pela escassa competitividade e pela forte regularização em um marco altamente corporativo[85]. Isso também ocor-

84 Information and Communication Technology: Yet Another Revolution in 'Real Existing Democracy'? Conferencia pronunciada no Congresso da Associação Espanhola de Ciência Política, Múrcia, setembro de 2011. Ver www.aecpa.es.

85 Em 2006, segundo dados da Comisión Nacional de la Competencia, havia mais de um milhão de profissionais colegiados, o que representava 6% do emprego total na Espanha, 30% dos ocupados universitários e 40% dos ocupados com doutorados. Eles eram, em grande parte, o objetivo do Executivo desejoso de aprovar uma nova lei de serviços profissionais para liberalizar diferentes setores e superar

re no mundo da política onde, até há pouco tempo, a capacidade de liderança era destacada como a mais importante para um político. Hoje, no entanto, destacam-se as capacidades relacionadas com as técnicas de campanha e de comunicação[86] em sintonia com consultores políticos altamente sofisticados, além da versatilidade que permite gerir um contexto de permanente negociação e trabalho em equipe.

Levado à política o novo contexto requer repensar o que se entende por alguém profissional desde uma perspectiva mínima. Portanto, aqui se considera como profissional a pessoa que mostra certa vocação e clara ambição e cuja tarefa implica duas condições genéricas, o desempenho de uma atividade política habitual e o recebimento de uma retribuição que lhe sirva de sustento[87].

Isso requer alguns esclarecimentos. Ao falar de atividade política habitual, é preciso definir, em primeiro lugar, o significado de atividade política[88]. Apesar de ser uma expressão de natureza imprecisa, esta pode ser orientada a aqueles que são políticos no interior de sistemas políticos democráticos representativos; ou seja, refere-se a uma atividade que implica tarefas simultâneas de caráter executivo, de trabalho no interior do partido ou entidade similar e de assessoria comprometida[89]. Essa atividade se desenvolve em um âmbito público sobre o qual se deseja intervir para modificá-lo ou simplesmente para manter o estado das coisas, porque a política refere-se ao público em forma e conteúdo. Ser político equivale a ser uma

"rigidezes" que incluíam a eliminação de alguns colégios profissionais. Segundo o ministro da presidência, Ramón Jáuregui, a norma pretendia "agilizar, liberalizar e reduzir custos" em muitos processos "ineficazes" do mercado interior espanhol. A norma agilizaria o exercício profissional de quase 30% dos graduados na universidade. Ver "El Gobierno planea suprimir algunos colegios profesionales". El País, Madri, 17 de janeiro de 2011.

86 Ehrenhalt (1991: 55).

87 O Diccionario de la Lengua Española de la Real Academia Española (22ª edição) define profissional, na sua terceira acepção, como: "dito de uma pessoa que pratica habitualmente uma atividade da qual vive". Por outro lado, a terceira acepção de profissão é "emprego, faculdade ou ofício que alguém exerce e pelo qual recebe retribuição".

88 Sobre a evolução desse termo ao longo da história, ver Palonen (2006). Este autor centra seu estudo na passagem do "gentleman-style politics" para a profissionalização no contexto do período compreendido entre meados do século XIX e o primeiro quarto do século XX. Seu estudo busca estabelecer uma comparação entre os textos de diferentes culturas políticas e regiões linguísticas (Alemanha, Inglaterra e França).

89 "Engajada", para distinguir de outro tipo de assesoria de tipo "mercenário".

pessoa pública ocupada com os assuntos públicos[90], além de possuir certo capital político[91]. O capital político tem uma dupla natureza[92]. Por um lado, encontra-se o capital político pessoal, que se apoia na ideia de notoriedade individual, de determinadas qualidades específicas que ou vão se acumulado com o tempo ou surgem de um componente carismático, sobre o qual voltarei na próxima seção. Por outro, encontra-se o capital delegado ou de função, com o qual o político é investido pela instituição a qual pertence e exclusivamente por ela. Nas democracias contemporâneas, durante o século XX, é o partido que transmite um capital simbólico, depois de tê-lo acumulado por meio de e para a disputa política[93].

Nos últimos tempos, no entanto, o capital tecnocrático surgiu dando aos políticos a possibilidade de se apresentar como independentes, de poder participar das atividades de governos de diferente matiz político ideológico sem aparentemente importar a lealdade partidária. Os tecnocratas que convivem no cenário da política com os denominados *technopols* e com os dirigentes dos partidos podem exibir duas espécies de capital tecnocrático: "o capital tecnocrático pragmático, no qual predominam os recursos simbólicos de natureza racional e estão ausentes os componentes políticos e o capital tecnocrático político, neste caso sob a forma de militância partidária"[94].

Tal perspectiva da atividade política é, como mencionado antes, muito relevante para a linha argumental deste livro que estende a denominação de político a qualquer pessoa relacionada com a política para além da mecânica eleitoral, que, no entanto é central no âmbito democrático[95]. Porque, embora a literatura

90 Arendt (1959: 174).

91 Embora o capital político seja uma forma de capital simbólico, sendo um puro valor fiduciário que depende principalmente da representação coletiva. Este capital extremamente lábil não pode ser armazenado a não ser à custa de trabalho constante para acumular crédito e evitar o descrédito. A extrema cautela que define o político bem-sucedido e é medida, em especial, pelo elevado grau de eufemismos do seu discurso pode ser explicada, sem dúvida, pela extrema vulnerabilidade do capital político, que faz com que a profissão do político seja de alto risco, sobretudo, nos períodos de crise. Bourdieu (2001: 241-242).

92 Bourdieu (2001: 244-245).

93 Este aspecto é central em Bourdieu (2001: 246), de forma que aponta: "l'institution investit ceux qui ont investi dans l'institution".

94 Joignant (2011: 53).

95 Além disso, traz certa confusão conceitual. Por exemplo, Schumpeter (1947: 288) afirmava que o método democrático criava políticos profissionais, pelo simples fato de que os candidatos eram competi-

sobre a profissionalização dos congressistas seja enorme, há uma total carência ao se ampliar o foco[96]. A localização dos deputados em uma instituição específica, seu número reduzido e a tradição de estudos sobre os parlamentares faz com que, hoje, seja possível aceitar a medição de sua profissionalização de acordo com três critérios: a remuneração, o número de sessões e a quantidade de pessoal de que dispõe o legislador[97]. Embora esse tipo de abordagem avalie mais o nível de profissionalização da instituição que das pessoas. Nesse sentido, a Conferência Nacional dos Legisladores Estaduais dos Estados Unidos estabeleceu um ranking de profissionalização das cinquenta legislaturas norte-americanas que agrupa os legisladores em cinco categorias baseadas nos três indicadores citados acima, de modo que estima a existência de legisladores altamente profissionalizados, profissionalizados, híbridos, e duas escalas de legisladores cidadãos[98]. Mesmo assim termina havendo uma confusão entre a profissionalização do indivíduo e a do órgão. Parece evidente a existência de uma relação íntima entre os dois eventos, mas com um sentido impreciso de sua influência; âmbitos profissionalizados com recursos materiais e humanos suficientes podem incentivar a profissionalização do político ou podem convencê-lo de que seu trabalho já está parcialmente feito e que, portanto, seu esforço pode ser reduzido[99]. Isso, agora leva à necessidade de esclarecer a intensidade e o tempo da atividade política.

dores pelo voto dos eleitores, transformando-os depois em administradores ou estadistas amadores. Sua visão, logicamente, era baseada na suposição de que quem estivesse preparado para a disputa eleitoral y terminasse vitorioso não tinha motivo para desenvolver uma atuação profissional e, por isso, sublinhava, era preciso pertencer a determinado estrato social. Por outro lado, Joignant (2011: 52-54) refere-se à existência diferenciada de tecnocratas pragmáticos que são politicamente independentes, tecnócratas políticos que reúnem habilidades técnicas e políticas, os *technopols*, nos quais confluem ao mesmo tempo recursos técnicos (formação especializada) e recursos políticos (vida partidária), e os dirigentes do partido que se dividem em homem do partido, que possui capital militante, e político profissional, que possui capital político oligárquico graças al qual pode permanecer na política de modo prolongado.

96 Ver ao respeito a revisão da literatura sobre profissionalização dos congresistas realizada por Cabezas (2012).

97 Squire (1993).

98 Fiato (2008).

99 Além disso, Fowler e McClure (1989) observaram que os benefícios de servir em uma legislatura estadual altamente profissionalizada constituem um fator fundamental na decisão dos legisladores de não participar das eleições.

Tabela 3.1. Deputados latino-americanos que se dedicam exclusivamente à atividade legislativa durante as últimas legislaturas* (em porcentagens)

País	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Colômbia		88,3		87,3	76,1	83,8	83,9
Peru	67,6		82,4		72	88,3	77,6
Chile	78,3	71,9	65		80	83,7	75,8
Bolívia	74,1	64,3		73,8	82,4	62,9	71,5
Brasil				75,4		66	70,7
Argentina	71,3	73,4		71,1	68	59,3	68,6
México	67,1	66,7	62,1	79,9	73,6	59,1	68,1
Uruguai	55,6		69,1	70,5		71,9	66,8
Costa Rica	46,2	59,2	58,8		68,4	82,1	62,9
Equador	49,9	68,8		61,2		67,5	61,9
Venezuela	57,4		63,8				60,6
El Salvador	35	52,9	44,6	45	60,6	50	48,0
Paraguai	56,1	47,7		50,1	28,2		45,5
Guatemala		39,7	55,7	43,6	33,1		43,0
R. Dominicana	35,5	58,3	42,9		33,3	45,1	43,0
Nicarágua		27,1	50,3		43,5		40,3
Panamá			40,6	42,6		20,3	34,5
Honduras	13,2	12,7	14,5		13,2	27,8	16,3

Pergunta: Atualmente, você se dedica exclusivamente a sua atividade como deputado ou combina-a com outras atividades remuneradas?
* As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Após considerar a necessidade de esclarecer em que consiste a atividade política, em segundo lugar, é preciso precisar o alcance do termo "habitual", integrando duas dimensões referentes à intensidade e à duração temporal, ou seja, uma atividade habitual pode ser entendida como atividade exclusiva prolongada. A pessoa dedicada à política se dedica apenas à política[100] e desempenha suas atividades ao longo de um determinado período de sua vida laboral. A política termina sendo sua vida[101]. Nesse sentido, é muito ilustrativa a situação dos poderes legislativos

100 "Personal success in politics, more than occasional rise to cabinet office in particular, will imply concentration of the professional kind and relegate a man's other activities to the rank of sidelines or necessary chores". Schumpeter (1947: 285).

101 É conhecida a declaração de um filho de Helmut Kohl sobre seu pai: "Sua família era a União Democrata Cristã, não os Kohl". Ver Juan Gómez. "Senhora Kohl, esposa ideal e suicida". Jornal El País. Madri, 24.07.11

na América Latina, onde a dedicação exclusiva de seus membros está longe de ser alcançada (ver Tabela 3.1). Há países com taxas muito baixas de dedicação de seus membros, de acordo com seus próprios dados, como no caso de Honduras e outros países da América Central, como a Nicarágua, Panamá, El Salvador e Guatemala, além da República Dominicana e do Paraguai, cujos deputados com dedicação exclusiva ao trabalho parlamentar somam menos de 50% do total. No entanto, em um intervalo de dezessete anos, houve um ligeiro aumento nas porcentagens de dedicação em tempo integral nos diferentes países com uma leve diminuição nos casos da Argentina e do Brasil, e uma redução mais pronunciada no México e, especialmente, no Panamá.

A ideia de carreira está ligada à dimensão temporal, havendo uma continuidade cronológica definida pelo tempo de atividade na política que, por sua vez, está correlacionada de forma positiva com uma maior socialização do político[102], que, finalmente, contribui para a maior profissionalização. Da mesma forma, há uma correlação negativa diante da tentativa de conciliar a atividade política em período integral com a vida familiar, aspecto no qual as mulheres se veem seriamente afetadas, dada a masculinização das pautas dominantes na política. A atividade na política pode ser intermitente, contínua ou durar toda a vida, diferenciando, dessa forma, aqueles cuja presença na política ocorre por meio de entradas e saídas em diferentes ocasiões daqueles que são constantes ao longo de um determinado período e dos que dedicam toda sua vida à atividade política. A equação é clara em ambos os aspectos, quanto maior a exclusividade e o tempo contínuo de dedicação à política, maior o grau de atividade habitual na política. A situação oposta, que define o político amador, é a dedicação parcial, presença intermitente e menor tempo de dedicação à política. O cruzamento das duas dimensões permite gerar uma matriz

102 "After a person has been in a party for some time, in all countries, at least in democratic systems, social contacts, friendships, personal recognition, the fun of campaigns become more important. This finding suggests a basic similarity in the party socialization process across systems". Eldersveld (1989: 11-12).

de dupla entrada com diferentes gradações cuja proposta está resumida no Quadro 3.1 e que permite localizar as diferentes situações de pessoas dedicadas à política.

Quadro 3.1. Intensidade e tempo na atividade política

		Tempo: $t_1 \ldots t_i$		
		Intermitente	Contínuo	Por toda a vida
Dedicação	Parcial			
	Exclusiva			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este cenário é compatível, considerando uma perspectiva de longo prazo, com a figura de alguém que está na política por um período limitado, com uma vida profissional que pode durar em média 40 anos[103]. Nessa trajetória vital cabem diferentes modelos que delineiam, por sua vez, distintos sistemas políticos.

A intensidade e o tempo da dedicação, ou seja, a dedicação em tempo integral e a experiência prolongada configuram uma carreira política[104]. Esta passa a ser profissional quando surge dimensão econômica, ou seja, o salário — que pode ser uma retribuição mensal regular, o pagamento de honorários por comparecimento às sessões ou uma combinação dos dois mecanismos — e outros benefícios complementares usufruídos pelos políticos, como isenção de impostos, verba para gasolina, passagens de avião, gastos de secretaria e fundos de pensão, conforme o caso. Tudo isso forma uma urdidura difícil de conhecer.

É lugar comum, no entanto, entender que o verdadeiro profissional da política não é só alguém que recebe uma remuneração por seu trabalho, mas também alguém que não tem outra atividade. Ou seja, que vive de e para a política em um

103 Os dados disponíveis para os deputados da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru mostram uma média de aproximadamente vinte anos na política para os deputados das três últimas legislaturas. Cabezas (2012).

104 Para o caso dos parlamentares, a carreira é delineada de acordo com a experiência adquirida no trabalho em comitês ou em cargos de liderança na câmara. Este aspecto é utilizado por Cabezas (2012) para formular uma proposta de índice de profissionalización dos deputados.

grau externo. A dedicação à política é em período integral, mas também excludente de qualquer outra e tende a ser por toda a vida, embora, às vezes, essa expectativa se veja frustrada. Por isso, aqui se defende que o critério mínimo para definir o político profissional está fundado no recebimento de certa remuneração regular em troca do seu trabalho. É por isso que, ao contrário de outras profissões, não ocorre uma relação especialmente conflitiva entre a carreira profissional do político e seu nível de remuneração[105]. Não obstante, há sólidas evidências indicando que, em casos particulares, quando os políticos são bem remunerados, seu rendimento também melhora[106].

Embora seja verdade que uma remuneração pobre pode afastar os melhores da política, nem sempre é o caso, além disso, como registrado na Tabela 3.2, ao menos para os deputados latino-americanos, o grau de satisfação com os rendimentos é muito díspar conforme o país Enquanto na Colômbia, México, Chile, Uruguai e Nicarágua, a média de satisfação com os rendimentos como deputados é de mais de 80%, a insatisfação é majoritária para a metade dos países, sendo que na Guatemala, Costa Rica e em Honduras a média de satisfação é de menos de 40%. Se, além disso, analisamos a comparação dos deputados de seus ganhos salariais antes de atuar na política com os da tarefa legislativa (Tabela 3.3), a gran-

105 A propósito do conflito dos controladores de tráfego aéreo ocorrido na Espanha durante 2010 e que teve seu momento culminante em uma greve turbulenta em dezembro desse ano, podemos ler uma entrevista com Manuel Pimentel, mediador no conflito, o seguinte com respeito à diferença entre salário e carreira profissional: "Havia que tomar uma decisión importante: a jornada. O salario estava acertado desde agosto e não havia problema. O salário nunca foi uma prioridade para os controladores. Importava mais a carreira profissional, o sistema de turnos... Mas a empresa deve ter faculdades para decidir, portanto, para determinados cargos, a empresa poderá escolher entre aqueles que preenchem certos requisitos." Ver http://www.elpais.com/articulo/espana/salario/era/prioridad/carrera/profesional/elpepiesp/20110304elpepinac_14/Tes de 04.03.11. Mas, além disso, é interessante constatar a posição de alguns setores da própria classe política que chegam a propor reduções salariais para sua atividade, enviando uma mensagem que atrai a popularidade diante da sociedad, mas, que ao mesmo tempo, é sinal de desvalorização ou depreciação da atividade política. É o caso do coordenador da Izquierda Unida na Extremadura, Diego Valderas, que propôs aumentar o número de cadeiras de 109 para 135 e reduzir os salários em 20% o salário dos legisladores para que o aumento não aumentasse o orçamento da Câmara Legislativa. Ver http://politica.elpais.com/politica/2011/06/15/actualidad/1308138160_734225.html de 21.06.11.

106 Besley (2004) prova isso com um estudo sobre governadores nos Estados Unidos, mas também aponta que não há evidências sólidas de que o nível salarial seja o más importante na carreira de um político.

de maioria afirma "perder dinheiro"[107]. Só pouco mais da metade dos mexicanos, colombianos e salvadorenhos afirmam estar satisfeitos e ter, em média, melhores rendimentos na atualidade.

Tabela 3.2. Nível de satisfação* com a remuneração dos deputados latino-americanos durante as últimas legislaturas** (em porcentagens)

País	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Colômbia		84,8		86,2	81,4	97,5	87,5
México	67,7	68,3	83,8	94,4	95,4	89,1	83,1
Chile	73,9	75,2	78,9		87,8	97,6	82,7
Uruguai	50,1		86,1	95,3		98,6	82,5
Nicarágua		74,3	80,3			91,3	82,0
Argentina	76	74,2		77,8	82,9	65,5	75,3
El Salvador	63,5	83,3	78,1	83,3	69,3	69,1	74,4
Panamá			82,9	66,2		46,9	65,3
Peru	57,7		75,3		61,3	64,9	64,8
R. Dominicana	22,7	85,3	52,1	32,1		61,3	50,7
Brasil				57,5		43,5	50,5
Paraguai	66,5	43,1		53,7	33,3		49,1
Bolívia	38,6	65,3		50,1	46,6	43,3	47,8
Equador	27,9	61,6		23,5		63,1	44,0
Venezuela	20,2		65,2				42,7
Guatemala		23,8	58,3	37,3	30,5		37,5
Costa Rica	38,4	16,3	56,9		42,1	30,3	36,8
Honduras	53,7	11,3	32,5		42,9	20,9	32,3

Pergunta: Como você considera sua remuneração como deputado? Mais do que o suficiente, suficiente, insuficiente ou muito insuficiente?
*Porcentagens dos que indicaram "mais que suficiente" e "suficiente" como resposta
** As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

De qualquer forma, aqui, defendo a integração da carreira e da remuneração como constitutiva do político profissional, com a importante peculiaridade, como indicado e sobre a qual voltarei mais adiante, de que a carreira política é

107 Os deputados latino-americanos tendem a dizer que ganham mais dinheiro em sua profissão que em sua atividade parlamentar, algo que coincide con o que se sabe dos Estados Unidos. Ver Ehranhalt (1991: 16).

afetada pela lógica da democracia e que, por conseguinte, seu desenvolvimento é condicionado por processos eleitorais que envolvem um grande número de variáveis, tanto de caráter institucional quanto societário, que estão, na maior parte das vezes, fora do controle do político.

Diferentemente do que ocorre em outras profissões, o político tem pouco controle sobre o planejamento de sua carreira, embora possa, às vezes, intervir em seu benefício sobre certos mecanismos institucionais, como as regras eleitorais e os regulamentos internos do partido ou do Congresso, sem que, por isso, o resultado deixe de ser incerto. Isso faz com que a experiência do político seja, inclusive, mais valiosa que em outras profissões, além disso, na política, o político experimentado processa as informações politicamente relevantes de forma mais complexa e muito mais rapidamente que o novato[108]. No entanto, a experiência em si mesma não é remunerada[109] e satisfaz só o componente psicológico do reconhecimento social, assim como de toda ambição projetada na reeleição ou na continuidade de uma carreira política em outros âmbitos. Por outro lado, os diferentes modelos de trajetória política, às vezes, funcionam com uma lógica de "soma zero" no sentido de que diante do político tradicional, que, em geral, acumula uma vasta experiência partidária, tendo ocupado cargos eletivos, o *tecnopolítico* carece dessa experiência e compensa-a com um maior nível de estudos, muitas vezes, no exterior.

108 Funck (1997: 679-680).

109 Besley (2004: 197) defende os aumentos salariais em función do número de vezes que o político foi reeleito, como incentivo por um trabalho que, pode se supor, foi bem feito. É, então, interessante constatar a ausência de incentivos salariais na profissão do político, cuja atividade é, além do mais, difícil de medir e, quando isso ocorre, como no caso da contagem do comparecimento nas sessões parlamentares, pode ser irrelevante.

Tabela 3.3. Nível de renda* em comparação com a renda anterior durante as últimas legislaturas**

País	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
México	56,8	60,1	62,8	53,5	42,1	55,1
Colômbia	47,4	35,8		54	74	52,8
El Salvador	51,2	50,3	51,2	56,4	50	51,8
Uruguai		44,7	55,3		44,3	48,1
Nicarágua	51,4	46,6		40,5		46,2
R. Dominicana	67,7	58,2		23,9	29	44,7
Peru		45,2		34,4	54,4	44,7
Argentina	33,6		31,8	66,3	43,4	43,8
Venezuela	42,4					42,4
Bolívia	54,1		43,5	31,1	39,2	42,0
Panamá		56,2	38,2		20,3	38,2
Chile	31,5	24,4		44,4	36,1	34,1
Equador	28,5		26,5		32,7	29,2
Brasil			29,1		26,5	27,8
Guatemala	23,8	41,8	26	20,2		28,0
Costa Rica	20,4	33,4		22,8	32,1	27,2
Paraguai	21,5		29,2	5,6		18,8
Honduras	16,9	12,1		26,4	7,7	15,8

Pergunta: Com relação aos rendimentos obtidos antes de sua atual atividade parlamentar, você diria que, atualmente, seus rendimentos são muito superiores, um pouco superiores, mais ou menos iguais, um pouco inferiores ou muito inferiores?
*Porcentagens dos que indicaram "um pouco superiores" e "muito superiores"
**As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Outra diferença substancial é que os políticos costumam ter o poder de estabelecer seu salário através do processo de preparação do orçamento ou da autonomia dos corpos colegiados dos quais forma parte. Isso é algo frequentemente criticado e que, às vezes, até causa certo alarme social[110], mas que pode ser comparado, no âmbito privado, com as práticas das grandes empresas, onde os

110 Uma das primeiras crises enfrentada por Laura Chinchilla ao assumir a presidência da Costa Rica foi causada pela anulação do aumento salarial dos legisladores que havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa cessante. Por outro lado, os deputados do parlamento europeu opuseram-se enfaticamente à divulgação de um relatório secreto de Robert Galvin, diretor de auditoria interna, que constatou gastos injustificados de pouco mais de 200 milhões de euros, e isso apesar da existência de uma disposição do Tribunal de Justiça europeu que defendia sua divulgação devido a "overriding public interest in disclosure". Ver de 14.06.11 http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/eu/8564124/European-parliament-refuses-to-release-expenses-report.html

diretivos dos conselhos de administração fixam seus honorários sem consultar as assembleias de acionistas. No entanto, o caso dos primeiros é muito mais grave por tratar-se de dinheiro público. Além disso, é um aspecto que não vai sempre na direção popularmente esperada de prosperar de forma desmedida[111].

Podemos analisar diferentes aspectos sobre a remuneração da atividade política. Em primeiro lugar, deve se considerar o grau de dependência económica do indivíduo com respeito a sua atividade política, pois pode haver uma situação extrema, na qual toda sua renda provenha da política, comparada com outra, oposta, na qual não haja renda proveniente da política. Depois, podemos fazer uma comparação, em uma escala salarial geral, com os rendimentos de outras profissões na gama mais alta do mercado de trabalho[112], com a média do salário nacional ou com a média dos rendimentos mais baixos[113]. Finalmente, encontramos variações no interior da própria classe política, pois os cargos podem apresentar níveis salariais muito diferentes que acompanhem, ou não, a escala de atividade realizada e o lugar de desempenho.

Os estudos sobre a remuneração dos políticos no âmbito ibero-americano são praticamente inexistentes[114] e só existem com uma perspectiva jornalísti-

111 Assim eram as coisas nos primeiros momentos após a vitoria sandinista na Nicarágua: "Eu disse na reunião de gabinete que nenhum de nós pediria salário, porque todos trabalhávamos de graça. E eles riram… depois houve mais regulação no governo e todos tinham que ter salários. Decidimos que cada um de nós decidiria seu salário, de acordo com o tipo de trabalho. Quando apresentei nosso orçamento na reunião do gabinete, era o mais baixo do governo, e os outros ministros me ovacionaram. Era absurdo de tão austero". Cardenal (2004: 335).

112 Um estudo sobre o salário dos governadores dos Estados Unidos no ano 2000 apontava que este era sessenta vezes menor que o da média de qualquer um dos 350 diretivos das maiores companhias do país. Ver Besley, 2004: 194. Além disso, em 2010 a elite empresarial espanhola, composta pelos conselheiros executivos e altos executivos das empresas listadas no mercado de ações do país, que forma o chamado IBEX, estava formada por cerca de 540 personas que ganhavam em média mais de um milhão de euros. Ou seja, umas dez vezes o patamar de rendimentos de um número similar de pessoas que compõem a elite política representativa que integra as cortes gerais. Por outro lado, o salário médio de um conselheiro executivo de uma empresa de Ibex cresceu 64% em seis anos, em uma média de 9% anual. Ver el 06.03.11: http://www.elpais.com/articulo/economia/Altos/ejecutivos/millon/cabeza/elpepueco/20110306elpepieco_1/Tes

113 O salário mínimo na Espanha em 2010 era de 633,3 euros por mês, o equivalente a 7.600 euros por ano. Ver: http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=/t22/a063&file=inebase&N=&L= 06.03.11

114 Para o caso dos Estados Unidos, há uma ampla lista de referências bibliográficas em Besley, 2004.

ca, às vezes, com evidentes conotações sensacionalistas e sempre centradas no âmbito legislativo[115], de modo que é pouco comum encontrar referências sobre o salário de altos funcionários do Poder Executivo, da administração pública de origem política ou dos que trabalham no interior dos partidos ou das fundações. Sobre os últimos, ao se tratar de âmbitos privados, é quase impossível obter algum dado; sobre os primeiros, a informação está disponível naqueles sistemas políticos, cujo número é crescente, em que há transparência na administração do orçamento nacional.

Assim, a coalizão do governo britânico propõe publicar o nome, emprego e rendimentos de todos os funcionários cujo salário seja superior a 69 mil euros. Por agora, sabe-se, por meio do escritório do Conselho de Ministros, que mais de 170 altos funcionários públicos no Reino Unido têm salários mais elevados que os do primeiro ministro britânico (169 mil euros), entre eles há pelo menos 28 pessoas cujo salário ultrapassa 178 mil euros que trabalham no Ministério de Defensa e três que trabalham na Secretaria de Transportes[116]. Na Espanha, desde setembro de 2011, não só se sabe o salário dos deputados e senadores, algo que é público já faz tempo, assim como na maioria dos países ibero-americanos, mas também se tem acesso à declaração de bens dos legisladores[117].

115 Entre os inúmeros exemplos do impacto da remuneração dos legisladores na imprensa, cito o de dois países muito diferentes, como El Salvador e Espanha, que enfrentam polêmicas sobre os salários e recursos dos legisladores e que refletem o estado crítico de opinião: Marvin Galeas, "La clase política y otros cuentos de terror". Em El Diario de Hoy, San Salvador, 19.01.11 em http://www.elsalvador.com/mwedh/nota/nota_opinion.asp?idCat=6342&idArt=5501440 baixado em 20 de janeiro de 2011. Na Espanha, a percepção é diferente, assim aparece em um estudo do Centro Europeo sobre Investigación y Documentación Parlamentaria que demonstra que os espanhóis são os parlamentare europeus con menores salários, com menos funcionários a serviço da Câmara e com menos privilégios, como um sistema próprio de pensões ou similares, ver Fernando Garea. "El sueldo de sus señorías no es el problema". El País. Madri, 15.02.10.

116 O diretor executivo do Escritório de Comércio Justo (OFT, por suas siglas em inglês), John Fingleton, encabeça a lista com um pacote anual — que inclui subsídios e benefícios tributáveis — de mais de 333.788 euros. O diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde britânico (NHS), David Nicholson, recebe um salário de mais de 309 mil euros, e o chefe do escritório de Informação da Secretaria de Trabalho e Pensões, Joe Harley, ganha mais de 295 mil euros. Ver El País. Madri. 01-06-2010

117 Embora continue sendo difícil ter uma ideia precisa de seus rendimentos reais, "na Espanha é impossível saber quais deputados receberam os subsídios por viagens, ainda que os senhores deputados exijam sempre transparência do resto dos poderes… As delegações da Câmara nas reuniões da Assembleia

4. O processo de formação dos profissionais da política

É um erro que alguns principiantes nas agrupações locais acreditem que umas firmes convicções políticas sejam suficientes para um político profissional

Helmut Schmidt[118]

Um bom trabalho jornalístico de 2008[119] sobre a classe política espanhola destacou o fato de que nenhum dos dois líderes políticos atuais dos principais partidos sabia inglês. Este também apontava o caráter autodidata dos deputados. Embora 75% dos deputados tinham formação universitária, só pouco mais de cem deputados realizavam, a cada ano, cursos de reciclagem em centros independentes dos partidos, de modo que questões como funcionamento das políticas públicas, estratégia política, liderança, administração de equipes ou comunicação eram matérias pendentes para os políticos espanhóis. Atrás da falta de formação dos políticos espanhóis, assim como de seus pares latino-americanos, há agendas apertadas, muitas vezes decididas desde baixo com critérios pouco claros. Além disso, costuma ser mal visto na classe política que um ministro, secretário de Estado, conselheiro ou prefeito na ativa capacite-se, de maneira que só em poucos casos há preocupação por formar-se de acordo com a tarefa específica desempenhada na política. Mas, com que se relaciona o processo de formação do profissional da política, mesmo quando não seja possível provar realmente sua eficácia[120]?

Como já foi mencionado, o profissional da política circula no interior de

Parlamentar do Conselho Europeu eram as únicas de todo o continente compostas pelos deputados titulares e suplentes…. Nesta legislatura, a mesa aprovou… reduzir os chamados grupos de amizade. Na legislatura anterior, havia 32 grupos com países de situação democrática discutível, pois todas as petições apresentadas haviam sido autorizadas. Bono determinou que se fizesse uma reforma e os grupos se reduziram a treze". Ver "Las Cortes: tarifa plana y muy oscura". Fernando Garea. El País, 25.05.09

118 Schmidt (2009: 56).

119 Ver Susana Pérez de Pablos, "Políticos al borde del suspenso". El País, Madri, 29.02.08

120 Hofmeister (2007: 135), em seu ativismo na Fundação K. Adenauer, propõe essa questão para, no entanto, afirmar categoricamente: "a formação política é um elemento central para a promoção das elites democráticas".

um quadrado cujos lados estão formados pela remuneração, dedicação, vocação e ambição. Então, o que significa a afirmação de um presidente de que a sua tarefa é a mais difícil da história[121]? Trata-se de alguém que, por definição, chegou ao ponto mais alto de sua carreira, cuja vocação e ambição já estão satisfeitas, realiza sua atividade em período integral e goza de uma remuneração considerável. Esta figura geométrica, situada em um plano, adquire uma forma espacial quando, a ela, soma-se a competência. É um requisito do mundo da política, pois a atividade desempenhada, no seu processo de profissionalização, requer respostas bem fundadas, que, por sua vez, exigem certo grau de conhecimento que se soma às características inatas, aos talentos, da pessoa dedicada à política. A questão é que os políticos devem estar "preparados"[122]. Mas, o que significa estar preparados, ser competentes? A competência[123], então, têm dois componentes, um de caráter estático, que existe por aquilo que aqui denomino talento, e outro de caráter dinâmico, que envolve um processo contínuo de formação. Os dois, conforme indicado na seção anterior, são parte do capital político pessoal que contribui para a notoriedade do político, que Bourdieu chama "de reconhecimento", e formam também parte do capital político pessoal carismático, "heroico" ou "profético"[124].

O talento resume categorias próprias do indivíduo que estão relacionadas tanto com o aspecto psicológico quanto com o biológico. Há fatores psicológicos e outros de componente genético ou neurológico que determinam o político no seu perfil de prestígio ou como carismático. O talento é um tipo de competência que

121 Alan García em um discurso de resposta ao FMI em 17 de agosto de 1986 afirmava: ser presidente es quizá la más difícil profesión de la historia del Perú. Em Centro de Documentación Andina, 1989: 61.

122 O antigo vice-presidente do governo espanhol, Alfonso Guerra, assinalou que "a Espanha está preparada para qualquer líder, homem ou mulher", embora tenha destacado que "o que é necessário é que os líderes estejam preparados". Luis R. Aizpeolea: "O apoio de Chacón às primárias desata o debate da sucessão". http://www.elpais.com/articulo/espana/apoyo/Chacon/primarias/desata/debate/sucesion/elpepunac/20110224elpepinac_2/Tes 24.02.11

123 Joignant (2011:52) observa que "a competência política é extraordinariamente complexa, pois geralmente envolve uma linguagem referente às capacidades e, portanto, às desigualdades que, na ausência de um controle lógico, pode facilmente levar à naturalização de um determinado tipo de capacidade ou habilidade conforme uma filosofia tácita da essencia inata, e não como resultado da apropriação de um capital, que pode ser adquirido ou herdado (ou uma combinação dos dois)".

124 Bourdieu (2001: 244).

integra qualidades reunidas sob o traço genérico da inteligência e da capacidade de conhecimento[125].

Estes estão relacionados com habilidades que potenciam a agilidade mental, a credibilidade, a capacidade de síntese, a capacidade oratória, a tomada de decisões, o trabalho em equipe, o diálogo e a argumentação, a busca de compromisso, a motivação de confiança, a adaptabilidade ao meio, aos outros e às novas tecnologias de comunicação e a prudência.

Mas também se trata de coragem, de energia, de controlar o pânico e das emoções em geral, assim como de conter a agressividade. Não quer dizer, no entanto, que todo esse conjunto de características da personalidade estejam presentes em todos os políticos. Algumas destas, e também outras, podem ser úteis em certos contextos culturais ou espaços políticos, mas não em outros; podem ser oportunas em um momento, porém não no seguinte[126].

Como mencionei, o segundo componente da competência está associado ao nível de formação do político que complementa as categorias individuais enunciadas acima e está formado por sua educação formal e pela própria trajetória política ou *cursus honorum*. A experiência, no seu sentido estrito e como mencionei na seção anterior, é um elemento importante na construção de qualquer carreira política e contribui grandemente para aumentar o seu capital simbólico. Os dados sobre a educação formal dos políticos são bem conhecidos, assim como o fato do avanço da tecnopolítica[127] em alguns países, o que cria um panorama que não é de agora, no qual ocorre uma divisão de trabalho entre políticos generalistas e outros de natureza técnica[128]. Apenas dessa perspectiva é possível entender o fato,

125 Funk (1999: 702).

126 Keohane (2005: 709).

127 É o caso, na América Latina, do México já na década de 1970, conforme analisado por Gruber (1971), e logo depois do Chile, ver Delamaza (2011); os dois países seguiram uma evolução diferente para chegar a um ponto muito similar, ver Maihold (2007).

128 Aqui defendo o fato de que ambos são políticos profissionais, uma posição diferente à de Joignant (2011: 74) ao mencionar como pertencentes a categorias diferentes "os homens de partido e os políticos profissionais [que] constituem verdadeiros agentes gerais ou para todo tipo de atividade, pois não

aparentemente incompreensível, de que, nos gabinetes ministeriais, seus titulares pulem de uma pasta para outra sem nenhuma ligação aparente (da de Educação para a de Interior ou da de Cooperação para o Desenvolvimento para a de Saúde). A diferença entre os políticos em termos de perfil "generalista" e "técnico" pode torná-lo mais plausível. No entanto, essa diferenciação é menos compreensível no âmbito legislativo, no qual a carreira tende a ser mais longa que a do Executivo e a tendência à especialização é cada vez mais imperativa.

Para o caso dos deputados latino-americanos existe já abundante informação sobre alguns desses aspectos graças ao PELA e alguns dados sobre a educação universitária estão sintetizados na Tabela 3.4. Quanto ao nível acadêmico da classe política latino-americana, hoje, quase a metade dos países têm mais de 80% dos deputados com formação universitária, embora haja leves diferenças entre os países.. Isso mostra, em parte, uma tendência contrária à da fuga de cérebros que marcou o longo inverno autoritário para grande parte da região de 1960 a 1980, com a consequente deterioração também do nível acadêmico classe política[129]. Por outro lado, os currículos dos altos funcionário são divulgados na mídia no momento de sua nomeação e os deputados também comunicam sua formação acadêmica aos serviços correspondentes do Congresso que, por sua vez, difundem essa informação nas memórias e, atualmente, em seus sítios web. De novo, termina sendo complicado obter esses dados sobre os políticos de segundo escalão. A isso, soma-se o processo de formação contínua que acompanha o político durante sua trajetória, sobre o qual há, em geral, ainda menos informação pública disponível.

existem áreas do governo que lhes sejam vedadas, o que deixa de ser verdade para o pequeno grupo tecnocrático". A inexistência de serviços civis de carreira baseados na objetividade, no mérito, na capacidade e na carreira administrativa pode estar na base desta confusão. Ver Ramió e Salvador (2005:27) e Ferraro (2009).

129 A fuga de cérebros é uma perda de modernizadores em potencial. Scott (1967: 135).

Tabela 3.4. Deputados latino-americanos com estudos universitários e de pós-graduação ao longo das últimas legislaturas* (em porcentagens)

País	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Colômbia		91,6		89,5	91,3	92,7	91,3
Peru	87,9		92,9		86,2		89,0
Nicarágua		73,9	85,6		100		86,5
Equador	84	83,1		85,7	92,5		86,3
Chile	84	86,5	79,4		91,1	88,4	85,9
Panamá			81,3	82,3		90,6	84,7
Brasil				86,6		80,5	83,6
México	61,5	78,6	89,5	76,5	90,6	83,9	80,1
Costa Rica	78,8	65,3	80,4		92,9	80,4	79,6
Venezuela	82,9		74,6				78,7
R. Dominicana	60,7	49,6	75,3		89,9	98,8	74,9
Argentina	63,5	69,6		73	86,9	63,6	71,3
Guatemala		61,9	68,4	68,5	74,7		68,4
Bolívia	72,8	78,4		79	63,8	42,2	67,2
El Salvador	68,7	60,2	64	73,1	60,3	73,5	66,6
Paraguai	76,4	75,4		57,4	55,5		66,2
Honduras	62,7	54,9	53,1		69,2	64,9	61,0
Uruguai	62,6		68,4		48,1	51,7	57,7

Pergunta: Qual é seu nível de escolaridade? Nenhum, educação fundamental (primária), nível médio (segundo-grau) ou similar, universitário ou similar, pós-graduação.
*As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Embora o mundo universitário tenha, em alguns momentos, levado a sério a tarefa de formar políticos[130], não há um processo canônico universal de formação de políticos. Nos sistemas políticos que têm, pelo menos, um interesse mínimo na formação de sua classe política, existem basicamente dois caminhos pelos quais passam todos aqueles que desejam desenvolver uma carreira política e que não são divergentes, pois podem confluir em algum momento. Um deles é o delineado

130 A Facudade de Ciências Políticas e Econômicas, em especial sua área de Políticas, da Universidade de Madri foi criada no fim da Guerra Civil com o objetivo fundamental de formar novos quadros para o novo regime político. Essa mesma preocupação esteve presente em um país democrático como os Estados Unidos, como prova a seguinte cita: "A time may come when the success of a collage and particularly of a political science department will be meausured by the proportion of its graduates who have became active politicians". William E. Moster (1944). "Wanted: New Type Politicians". National Municipal Review, 33, p. 237. Citado em Paige (1977: 207).

pelos próprios partidos políticos através de suas escolas de formação, muitas vezes reforçadas e validadas por sua adesão às redes internacionais, que têm estrutura permanente e desenvolvem programas que seguem certa racionalidade, ou por meio de diferentes mecanismos utilizados para capacitar seus quadros de forma eventual, episódica e pouco institucionalizada.

No entanto, os partidos políticos que possuem programas de formação[131] raramente se preocupam por capacitar seus membros de forma profunda, afobados pela urgência do dia a dia e obcecados pelo discurso sobre o peso das relações públicas, do uso das redes sociais, das técnicas de comunicação e da telegenia, além do denominador comum, quase sempre presente, da formação em aspectos legais e normativos. Temas referentes às pesquisas de opinião pública, ao funcionamento das instituições em perspectiva comparada, assim como à lógica do desenvolvimento das políticas públicas, em geral, estão ausentes, além da recorrente ausência de questões como história política contemporânea, economia política, relações internacionais, conceitos políticos básicos ou teoria política. Mesmo a utilização das redes sociais é realizado praticamente sem levar em consideração seu enorme potencial como elemento de política pré-ativa ou como canalizador de impulsos participativos e de mobilização, posto que seu uso é meramente passivo e limitado à concorrência de quem chega ao maior número de pessoas ou ao envio massivo de mensagens estritamente publicitárias.

131 Tomo como exemplo o caso dos dois principais partidos espanhóis. O Partido Popular (PP), através da FAES, desenvolve cursos de capacitação "para a ação política e a melhora da capacidade de comunicação". En http://www.fundacionfaes.org/es/formacion de 30.09.11. Por sua vez, el Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) oferece, através do Instituto Jaime Vera (Fundación Ideas), diferentes programas dos quais vale a pena destacar o mestrado em Liderança para a Gestão Pública cuja finalidade é atender a necessidade de formar "políticos cultos e responsáveis, capazes de captar as necessidades das pessoas, comprender a cidadania, conceber programas políticos realistas e que antecipem o futuro, saber comunicar, administrar de maneira sensata e promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Capazes também de explicar de forma eficaz as ideias e os projetos e de fornecer as soluções necessárias para cada situação". En http://www.fundacionideas.institutojaimevera.es/pagina.php?id=157 de 30.09.11. Para o caso dos partidos políticos da América Latina, Garcé (2009: 40) mostrou que, dos 44 *think tanks* internos dos partidos de 12 países estudados, 19 deles dão cursos de formação política, 15 promovem o debate teórico e os restantes 18 dão sua contribuição para as políticas públicas.

O segundo caminho é o que acompanha as pessoas de forma individual. Trata-se do processo de formação mediante experiência em associações da sociedade civil ou o caminho mais comum de, primeiro, obter um título universitário que facilite a entrada na política, seja por ter conseguido uma formação de alto nível seja por ter obtido contatos que os projetam ao mundo da política. O trabalho em organizações da sociedade civil facilita a aprendizagem de habilidades relativas ao pensamento criativo, à priorização de objetivos, ao desenvolvimento de compromissos com o meio social, ao planejamento de estratégias cooperativas e à adaptação a meios políticos, às vezes, muito complexos ou polarizados[132]. A formação acadêmica refere-se às universidades tradicionais, no mundo anglo-saxão com suas escolas de governo ou similares, e às grandes escolas, no caso francês[133]. O título universitário não é um requisito *sine qua non* para entrar na política, mas confere certa autoridade moral ao mesmo tempo em que pode satisfazer a vaidade de um político no momento de plenitude de sua carreira política ou servir de carta de apresentação para um cargo no futuro ao maquiar um currículo que pode ser insuficiente para as exigências da nova tarefa[134].

Por outro lado, é notável o florescimento de inúmeros cursos de especialização ou mestrados surgidos nos últimos tempos, sobre campanhas eleitorais, comunicação política e marketing político, ministrados por um corpo docente que combina políticos experientes e acadêmicos da área das ciências sociais. Esse tipo de formação não é totalmente autodidata, na medida em que se trata de programas estruturados sobre uma grande tradição de relacionamento com o serviço público e com o fato de que nela confluem pessoas com interesses parecidos que

132 Han *et al.* (2011: 54).

133 Refiro-me à Kennedy School ou ao Instituto de Ciências Política e à Escola Nacional de Administração. Para o caso francês mais específicamente, ver Bordieu (1989 y 2001: 217-224).

134 Na época, foram conhecidos os casos de dois políticos espanhóis, altos funcionários do segundo governo do Partido Popular presidido por José María Aznar, que terminaram seu doutorado. Faço referência, em especial, a Federico Trillo e a Rodrigo Rato, que depois foi nomeado diretor geral do Fundo Monetário Internacional. Da mesma forma, o presidente mexicano Vicente Fox terminou seus estudos em Direito no período compreendido entre sua eleição em julho de 2000 e sua posse em dezembro desse ano.

terminam gerando um processo virtuoso de socialização. No entanto, o fato de estarem organicamente desligados dos partidos políticos acentua uma forma de fazer política baseada em candidatos individuais com o consequente impacto no próprio sistema político.

A tarefa de formação do político não consiste apenas em um processo de crescimento interno de habilidades e de conhecimentos, também reside na capacidade de estabelecer vínculos com o mundo externo de técnicos e intelectuais, formando uma relação complexa conforme o que se observou antes. Como já apontava há meio século um conhecido político venezuelano, os técnicos podem ser integrados à política "para desenvolver programas orgânicos que levem esperanças genuínas para a coletividade"[135]. Essa permanente abertura "ao mundo exterior", que suscita a perda do monopólio da profissão ou a geração de cenários híbridos é, finalmente, um bom antídoto contra a endogamia, uma possibilidade de introduzir mecanismos de emulação de competitividade e uma oportunidade para tornar a classe política socialmente mais permeável. Abrir-se significa também traçar estratégias de comunicação, habitualmente desenvolvidas e assessoradas por grupos profissionais, que podem superar a brecha, às vezes falaz, existente entre debates de conteúdo técnico e outros de caráter político[136].

Uma tarefa política profissionalizada que implique apenas uma parte da vida ativa laboral pode satisfazer um requisito formulado por pessoas com a experiência política de Helmut Schmidt ou de Felipe González. Schmidt refere-se à necessidade do político de ter aprendido e exercido um ofício[137], confirmando o que diz González, que foi advogado trabalhista na juventude: é preciso saber entrar e sair da responsabilidade institucional e política sem perder o horizonte… aquele que só serve para ser deputado provavelmente nem mesmo sirva para isso"[138].

135 Caldera (1963: 439).
136 Sobre a profissionalização da comunicação política no senado chileno, ver Altamirano (2011).
137 Schmidt (2009: 198).
138 Manifestações na apresentação da candidatura municipal do PSOE em Majadahonda, de 19.02.11 em

Por outro lado, o impacto de fatores externos, como os processos de integração regional nos países membros, tem influência inquestionável no desenvolvimento de certos perfis nos novos políticos, sem dúvida mais em sintonia com um cenário que requer novas habilidades, conhecimento de idiomas e um treinamento mais sofisticado[139].

A combinação de sociedades abertas, em um marco de pluralismo democrático com esquemas de transparência e de prestação de contas, com uma classe política profissionalizada, porém mais permeável a outros grupos sociais será abordada no próximo capítulo. Também, proponho uma matriz de elementos constitutivos do político de qualidade que se enlaça com essa última seção relativa à formação dos políticos.

5. Um modelo ideal de político profissional na América Latina

De acordo com as seções precedentes existem três elementos que definiriam um político profissional: dedicação, remuneração e experiência. Portanto, considera-se que um modelo ideal de político profissional, usando os dados que da base do PELA, está constituído por uma pessoa que trabalha exclusivamente na sua atividade parlamentar, está satisfeito com os seus rendimentos como político e milita em um partido político há, pelo menos, 8 anos (bagagem considerada suficiente para adquirir certa experiência como parlamentar). Além dessas três características, considera-se que um político profissional deseja continuar na política depois de seu mandato como deputado e que é alguém que iniciou sua trajetória

http://www.elpais.com/articulo/madrid/generaciones/recuperar/autoconfianza/elpepiespmad/20110219elpmad_1/Te e em: http://www.elmundo.es/elmundo/2011/02/18/espana/1298066281.html

139 Ver, para o caso da Espanha, Grécia, Itália e Portugal, a análise de Bermeo (2003a: 224).

política em um partido, levando em conta, como se verá mais adiante, o papel que os partidos cumprem como mecanismos de entrada na política latino-americana[140].

Do total de 2094 deputados analisados em dezessete países latino-americanos entre 2006 e 2011[141] apenas 15,1% preenche as condições ideais estabelecidas acima e que definem um político profissional. Este conjunto de 317 personas possui algumas características sociodemográficas, políticas ou de socialização apresentadas a seguir: em termos gerais, a idade média é de 47 anos, há predomínio masculino (73% *vs.* 27%) embora, dentro do conjunto de mulheres que ocupam uma cadeira no parlamento, a porcentagem de políticas profissionais é ligeiramente superior à dos homens (13,9% *vs.* 19,8%). O modelo ideal de político profissional aponta a alguém com formação universitária ou de pós-graduação, procede de família com nível acadêmico médio baixo, em que a maioria dos pais tem estudos secundários. Uma alta porcentagem passou por um processo de socialização política no âmbito familiar, pois 62,9% falavam de política com frequência em casa durante a juventude. Trata-se de uma pessoa com alto grau de fidelidade ao partido político no qual iniciou sua trajetória, pois 71% militaram sempre no mesmo partido, uma característica que é, nesse caso, considerada positiva, sendo este político mais profissional que o que militou em muitos partidos[142]. A metade deles não tem experiência em cargos de representação popular e a outra metade desempenhou-se em, pelo menos, um cargo eletivo antes de ser deputado. Além de tratar-se, ideologicamente, de um político de centro, sua situação média na escala esquerda-direita é de 5,07.

140 Há cada vez mais consenso na literatura sobre a influência de variáveis como idade, gênero e educação sobre as atitudes, prioridades e comportamento dos deputados no interior de seus partidos. Ver Norris (1997: 230).

141 Não foi possível realizar o estudo do caso da Venezuela por falta de dados.

142 É sabido que estar em um ou mais partidos nem sempre depende de uma decisão individual do político, às vezes, é um problema do sistema de partidos, que acaba com alguns partidos e favorece o surgiemnto de outros com uma velocidade vertiginosa.

Tabela 3.5. Características sociodemográficas, políticas ou de socialização do político profissional ideal na América Latina (2006-2011)

Perfil do político profissional		
Idade média		46,7
Gênero (em %)	- Homem	72,9
	- Mulher	27,1
Nível de escolaridade do político (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	4,1
	- Universitários não finalizados	13,6
	- Universitários ou pós-graduação	82,3
Estudos do pai (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	59,2
	- Universitários não finalizados	10,4
	- Universitários ou pós-graduação	27,8
Estudos da mãe (em %)	- Educação de segundo grau ou menos	72,8
	- Universitários não finalizados	13,3
	- Universitários ou pós-graduação	12,3
Frequência com a qual falava de política em casa durante sua juventude (em %)	- Muita ou alguma	62,8
	- Pouca ou nenhuma	36,9
Número de partidos políticos nos quais militou	- Um partido	70,5
	- Dois ou mais partidos	29,5
Número de cargos eletivos desempenhados	- Nenhum	52,7
	- Um	32,5
	- Dois	12,0
	- Três ou mais	2,8
Ideologia média (média 1-10)		5,07

Fonte: PELA (1994-2011).

A porcentagem de políticos profissionais presentes nas atuais Câmaras de deputados da América Latina difere significativamente de um país para outro. De acordo com o modelo ideal traçado, Uruguai, Colômbia, México, Chile, Argentina e Peru são os países com maior porcentagem de políticos profissionais em suas câmaras, em comparação com Brasil, Honduras, Paraguai, ou Bolívia, nos quais a presença de políticos profissionais (conforme definido neste trabalho) não supera 5% (Tabela 3.6). De todos eles, o caso mais chamativo é o do Brasil (último na escala classificatória). A escassa presença de políticos profissionais na câmara de deputados brasileira, de acordo com as definições estabelecidas nesta seção, deve-se, principalmente a que só 20,3% dos deputados entrevistados iniciaram sua traje-

tória política em um partido, um pouco mais da metade (56,5%) não está satisfeita com sua remuneração como político e 33,3% não se dedica exclusivamente à sua tarefa parlamentar.

Tabela 3.6. O político profissional ideal de acordo com o país (2006-2011)

País	Político profissional ideal		
	Sim	Não	(N)
Uruguai	**31,6**	68,4	79
Colômbia	**31,4**	68,6	175
México	**24,3**	75,7	226
Chile	**24,2**	75,8	132
Argentina	**24**	76	171
Peru	**20**	80	80
Nicarágua	18,8	81,2	69
Costa Rica	14,2	85,8	113
El Salvador	12,5	87,5	112
Panamá	10,9	89,1	64
República Dominicana	6,4	93,6	140
Equador	6,3	93,7	95
Guatemala	6,2	93,8	97
Bolívia	4,7	95,3	190
Paraguai	4,2	95,8	72
Honduras	4	96	150
Brasil	3,1	96,9	129

Fonte: PELA (1994-2011).

Porém, dentro do grande grupo de políticos profissionais na América Latina é possível identificar três subgrupos de acordo com as características sociodemográficas, políticas e de socialização delineadas acima (Tabela 3.7). Para isso, foi utilizada a análise de agrupação por k-médias[143].

O primeiro grupo de políticos profissionais caracteriza-se por agrupar o maior número de mulheres políticas profissionais (35,2%). Trata-se de um grupo

143 As variáveis utilizadas na análisis de conglomerados são as pontuações fatoriais obtidas para cada sujeito previamente em uma análise de homogeneidade na qual foram incluídas as seguintes variáveis: nível educativo do político (nível médio ou menor, universitário incompleto, universitário ou pós-graduação), nível de educação dos pais (nível médio ou menor, universitário incompleto, universitário ou pós-graduação), frequência com que se falava de política em casa durante sua juventude (muita ou alguma, pouca ou nenhuma), ideologia (escala de 1 a 10), idade, número de cargos por eleição popular ocupados (um, dois, três ou mais cargos) e número de partidos nos quais militou (um ou mais de um).

de políticos jovens, em que a idade média dos deputados é de 41 anos. São políticos com grande preparação acadêmica, sendo que quase todos têm estudos universitários ou de pós-graduação. Procedem de famílias com nível de escolaridade elevado, nas quais 82,2% dos pais e 42,2% das mães têm formação universitária ou de pós-graduação, muito acima da média (27,4% e 12,3%, respectivamente).

Tabela 3.7. Principais características dos diferentes tipos de políticos profissionais existentes na América Latina (2006-2011)

Características	**Grupo 1**	**Grupo 2**	**Grupo 3**
Gênero	Mulheres (35,2%)	Homens (75,6%)	Homens (76,8%)
Idade média	41 anos	52 anos	44 anos
Nível de escolaridade do pai	Universitário ou de pós-graduação (82,2%)	Segundo grau ou menos (72,5)	Segundo grau ou menos (89,5)
		Universitário incompleto (17,6%)	
Nível de escolaridade da mãe (em %)	Universitário ou pós-graduação (42,2%)	Segundo grau ou menos (84,0)	Segundo grau ou menos (96,8)
		Universitário incompleto (14,5%)	
Nível de escolaridade do político (em %)	Universitário ou pós-graduação (98,9%)	Universitário incompleto (26,7%)	Segundo grau ou menos (13,7)
Frequência com a qual falava de política em casa durante sua juventude (em %)	Muita (85,7%)	Pouca ou nula (61,1%)	Muita (73,7%)
Familiares na política (em %)	Sim (67,8%)	Não (61,2%)	Sim (52,6%)
Militância em partidos políticos	1 partido político (71,1%)	2 ou mais partidos (36,6%)	1 partido político (79,8%)
Cargos por voto popular ocupados	Nenhum (61,5%)	1 ou mais cargos (48,1%)	1 ou mais cargos (54,7%)
Ideologia	Centro (5,47)	Centro (4,90)	Centro (4,94)

Fonte: Elaborado pelo autor, PELA (1994-2011).

O processo de socialização política na família é um fenômeno importante dentro deste grupo de políticos profissionais. A maioria deles falava muito de política em casa durante sua juventude e cerca de 70% tem ou teve algum familiar dedicado à vida política.

Quanto a sua trajetória política, caracterizam-se por ter militado em um único partido político e por não haver ocupado outros cargos eletivos além do de

deputado. Ideologicamente, este primeiro grupo de políticos profissionais se definem como de centro, com uma situação média na escala esquerda-direita de 5,47.

O segundo grupo de políticos profissionais na América Latina é formado, em sua maioria, por homens com idade média de 52 anos, sendo o grupo de políticos de mais idade. Apesar de o político profissional na América Latina ter, em geral, formação universitária ou de pós-graduação, neste grupo há 26,7% que não finalizou seus estudos universitários. O nível de escolaridade dos pais desses deputados é médio baixo, predominando os pais e mães com formação de segundo grau ou menos, embora 15% tenha formação universitária e de pós-graduação. Para os políticos profissionais desse grupo, a família não foi o principal agente de socialização política durante a juventude. Não se falava muito de política em casa e tampouco têm uma tradição familiar de políticos, sendo que 61,1% não tem ou teve familiares na esfera política. Apesar de a maioria dos políticos profissionais desse grupo ter militado sempre no mesmo partido, há uma porcentagem relativamente alta, 36,6%, que mudou de partido em alguma ocasião, algo que pode ser considerado negativo na trajetória política profissional do político. No entanto, em contraste com isso, a experiência política desse grupo é alta, 48% ocupou um ou mais cargos eletivos e, desses, 16,8% desempenhou dois cargos e 6% desempenhou três ou mais. Portanto, a experiência deste grupo parece estar justificada. Ideologicamente, trata-se de um grupo de centro (4,9) ainda que com uma ligeira tendência à esquerda com respeito a seus homólogos do grupo 1.

Finalmente, o terceiro grupo de políticos profissionais é formado, principalmente, por homens com idade média de 44 anos, com estudos universitários ou de pós-graduação, embora com a maior porcentagem de deputados com estudos de segundo grau ou menos, a mais elevada dos três grupos. O que também está relacionado com o nível de escolaridade dos pais (em torno de 90% dos pais têm nível médio ou menos).

Para esses políticos, a família exerceu um papel fundamental no processo de socialização política durante sua juventude (assim como os políticos do primeiro grupo). Em casa, falava-se muito de política e pouco mais da metade teve ou tem algum familiar dedicado à política. São fiéis ao partido no qual começaram sua trajetória política e têm considerável experiência política em cargos eletivos. Nesse grupo, 48,4% desempenhou um cargo deste tipo e 6,3%, dois cargos. O político profissional deste grupo se autodefine de centro (4,94). Este grupo tem em comum com o primeiro a importância da família como agente de socialização política e sua fidelidade ao partido no qual iniciaram sua trajetória política. Enquanto sua principal diferença reside no nível de escolaridade tanto próprio quanto dos seus pais. O que os aproxima dos políticos do grupo dois e três.

CAPÍTULO IV

A PRESTAÇÃO DE CONTAS E A QUALIDADE DOS POLÍTICOS

A política é permanentemente desvalorizada pelas mesmas pessoas que pedem os votos dos eleitores no contexto de uma competência feroz.

Pierre Rosanvallon (2010: 303)

Os políticos profissionais circulam em instituições democráticas que comportam certos elementos contraditórios e que lhes impõem algumas limitações. A democracia representativa suscita uma dupla concepção de sua função, pois pretende que os escolhidos sejam competentes e, ao mesmo tempo, o mais parecido possível a seus representados, o que gera uma espécie de expectativa de 'personalidades', por um lado, e de elogio aos 'homens escuros', isto é, das figuras sem nome surgidas da multidão, por outro"[1]. Uma contradição que os partidos têm habilidosamente ajudado a superar, unindo com sutileza ambos os elementos. Por outro lado, no capitulo II já foi analisado o impacto das institui-

1 Rosanvallon (2010: 253).

ções na entrada na política, porém a democracia também desenvolve âmbitos de controle da atividade política.

Os mecanismos de prestação de contas não são alheios às características individuais dos políticos. Às vezes, são, inclusive, subjugados por elas. O objeto de controle social é mais a personalidade do político e não tanto sua atividade. Os atributos requeridos pelo político para executar seu trabalho são construídos de forma telegênica e a qualidade de uma determinada gestão pode ser adoçada por hábeis assessores que sabem como consolidar uma carreira política com a mídia. Mas, apesar de todos esses desvios, não há boa política sem bons políticos.

Na primeira seção deste capitulo é abordado o impacto sobre os políticos dos processos verticais e horizontais de prestação de contas, que têm um componente insólito quando comparado com outras profissões, mas que, ao mesmo tempo, são essenciais em todo sistema democrático. Na segunda seção é apresentado como a mídia canaliza a prestação de contas e as contradições que essa, por depender de conglomerados empresariais com interesses próprios, gera no processo. Mais adiante, são estudados os atributos que os políticos devem ter sob três aproximações diferentes, como a demanda social, a percepção da própria classe política do passado e do momento atual e a teoria política com ênfase em uma visão ética. A última seção fecha o capítulo com uma aproximação à relação entre a qualidade da política e a qualidade dos políticos, apresentando um quadro com variáveis integradoras de todos os aspectos vistos até agora, e referidos à dedicação exclusiva à política, o talento individual e a experiência acumulada, tanto na atividade desempenhada fora da política quanto dentro da própria política.

1. A profissão da política e as regras da democracia

Nada garante mais estima a um príncipe dos que as grandes empresas e as ações raras e maravilhosas.

Nicolau Maquiavel[2]

A lógica de entrada tem sido um fato diferencial desde os inícios da profissionalização da política, comparada com outras profissões. Uma vez deixados de lado os atributos de sangue, os critérios de iniciação de tipo meritocrático consolidaram-se como praticamente os únicos capazes de influenciar na obtenção de novos *status* profissionais. Os estudos universitários, o exame, a oposição, o concurso de méritos chegaram a se tornar constitucionalizados[3] ou, em todo caso, estenderam-se como instrumentos generalizados para exercer uma tarefa, às vezes, independentemente do seu prestígio ou nível salarial. Ainda assim, o político profissional iniciou o seu caminho usando uma porta diferente. Um apoio eleitoral suficiente era o mecanismo de entrada.

A própria evolução da democracia, como já foi mencionado, estava na base do início da profissionalização da política. Continua sendo assim, mas não somente. Hoje é sabido que é possível ser político profissional sem ter ganhado nunca uma eleição. A profissão de político tem ampliado o seu horizonte para altos cargos e postos de confiança, designados por outros políticos eleitos, para a incorporação aos partidos políticos e às proximidades de um grande número de organizações satélites desses partidos ou amparadas pelos orçamentos públicos. Nesse âmbito, soma-se uma variável de destaque: a prestação de contas habitualmente exigida, imposta por todo sistema democrático. A falta de responsabilidade, enten-

2 Maquiavel [1970:108].

3 O artigo 103.3 da Constituição espanhola estabelece os princípios de mérito e capacidade como imperativos para o acesso à função pública.

dida como a não consideração das consequências previsíveis da própria ação[4], é um dos únicos pecados mortais existentes na política para Weber[5]. Embora a responsabilidade ou a prestação de contas sejam aspectos presentes na grande maioria das outras profissões, no âmbito relacional da política, definido pelo poder, tanto a forma de realizar a prestação de contas quanto suas consequências implicam elementos de uma natureza muito diferente. Podemos dizer que o exercício da responsabilidade é consubstancial à, e permanente na, atividade política, chegando a tal ponto em um sistema político democrático que o seu exercício termina, inclusive, sendo igualado em importância ao mecanismo de entrada eleitoral.

Por outro lado, embora a democratização tenha impulsado a profissionalização da política, esta não é alheia à possibilidade de pôr em risco o próprio sistema democrático quando há um grau de desenvolvimento excessivo; no caso de que essa contradição ocorra, pode surgir uma situação de tensão máxima. A profissionalização da política põe em risco a própria democracia. De alguma forma, as instituições de controle e os valores democráticos deveriam condicionar as avaliações que os cidadãos fazem dos seus representantes e suas expectativas sobre eles[6], exercendo pressão constante sobre o trabalho dos políticos em termos, não só de eficácia, mas também de atuação democrática.

Mas, como já foi apontado anteriormente, a profissionalização da política pode acarretar três aspectos[7] com sérias implicações para o seu desempenho: em primeiro lugar, o político sem outro oficio tem menor representatividade, pois, enclaustrado em seu mundo da política, deixa de lado suas origens sociais e o eleitorado; em segundo lugar, trata-se de um sujeito que é identificado como oportunista em termos de aquisição rápida de *status*; e, por último, termina havendo maior dependência do representante com seu partido, de forma que o segundo sequestra

4 Weber (1987: 164).
5 O outro pecado mortal é a ausência de finalidades objetivas. Weber (1987: 155).
6 Dovi (2007: 15).
7 Sartori (1992: 180 e 181).

o primeiro; porém, às vezes, acontece que o representante age como proprietário do partido. São aspectos que sempre gravitam negativamente sobre a tarefa profissional do político e que, ao mesmo tempo, representam desafios que requerem uma atitude vigilante.

Do lado da democracia representativa, também podem ser consideradas quatro críticas complementares. A primeira está orientada às deficiências da representação[8]. A baixa representação de mulheres e minorias nas legislaturas em todo o mundo é um dos defeitos mais sérios da democracia com políticos profissionais. A política profissionalizada tende a criar, também, grupos profissionais limitados a um grupo exclusivo de uma determinada classe social. Embora tenha havido melhoras a esse respeito, ainda persiste um conflito latente. A história comum da democracia e da profissionalização esconde uma tensão inerente, posto que na medida em que a democracia exige participação e competência, a profissionalização tem suas bases na exclusão social, pois o campo dos indivíduos que realmente intervêm no pacto político se reduz como consequência do próprio jogo.

A segunda crítica relaciona-se com o fato de que, para os políticos, as eleições geram a esperança da reeleição e de uma longa carreira política[9]. Porém, a incerteza surgida como consequência das eleições produz o enfrentamento dos políticos com a possibilidade de perder, não só os comícios, mas também o seu poder, *status*, influência, e, finalmente, o trabalho. Essa ameaça não seria tão importante se os políticos profissionalizados pudessem voltar às suas antigas profissões, mas não todos o fazem, muitos deles porque, simplesmente, não podem.

Agora, os políticos, para evitar a competência, mudam o jogo democrático através de diferentes tipos de ações, das quais cabe destacar três: em primeiro lugar, criam novas regras favoráveis, por meio de reformas no sistema eleitoral; depois, se autoconcedem recursos materiais superiores com a ajuda das leis de financiamento

8 Borchert (2008).
9 Borchert (2008).

das campanhas ou da remuneração, tanto em postos de representação quanto no Executivo; e, finalmente, fazem um minucioso seguimento dos seus rivais de outros partidos, intervindo, se for preciso, nos processos de seleção dentro desses partidos. O desejo de manter, a qualquer custo, seus cargos, diante de uma possível derrota em situações de muita volatilidade eleitoral, volta-se, não obstante, contra os próprios políticos, pois são percebidos pela cidadania como egoístas ensimesmados, incapazes de pensar no interesse geral e em prestar contas.

Em terceiro lugar, tem sido registrado um notável aumento no protagonismo das elites tecnopolíticas[10], cuja atuação se dá no âmbito das políticas públicas, assim como em áreas de assessoria estratégica para partidos e governos. Estas são amparadas por uma espécie de legitimação de suas decisões, graças à hiperespecialização e à revalidação que os doutorados em universidades de sólido prestígio internacional lhes conferem. A intelectualidade tecnopolítica goza de carta branca no seu atuar político, o que torna muito difícil sua prestação de contas, que se perde nos caminhos tortuosos da cadeia de comando e que, só depois de algum tempo, pode surgir como fator constitutivo da derrota eleitoral, se essa ocorrer[11].

Em quarto e último lugar, tudo indica que a percepção da corrupção é o preditor mais significativo da desconfiança política[12]. As pessoas procuram sinceridade e confiança na personalidade, na imagem pública, na atuação comunicativa e no comportamento dos seus líderes políticos. Imagem, discurso e atuação conformam a trilogia da exposição externa do político e, por conseguinte, as linhas sobre as quais ele é avaliado. Enquanto as duas primeiras podem ser situadas em

10 Circunstância estendida em Chile como consequência do "predomínio do Executivo e a debilidade do parlamento, as restrições dos partidos políticos e as prioridades expressas do modelo transicional". Ver Delamaza (2011: 107).

11 No caso do Chile, apesar de que os governos da Concertação seguiram uma norma muito similar na hora da sua conformação por elites tecnocráticas, só o último foi politicamente penalizado. Sempre fica a dúvida de se a derrota eleitoral foi um castigo do eleitorado para a gestão da equipe econômica liderada pelo ministro de Fazenda, Andrés Velasco, ou simplesmente significou o final de um ciclo político. Ver Silva (2011) e López Varas e Baeza Freer (2011).

12 Castells (2009: 286).

um determinado cenário construído pela mídia, a terceira tem, em princípio, um componente que é mais objetivo, porque projeta a atividade do político[13]. No entanto, tende a ocorrer cada vez mais que o *framing* ou enquadramento construído oculte as falências ou iniba os desmandos do político. As emoções das pessoas, habilmente manipuladas através de mensagens convincentes, acabam produzindo uma conduta inibidora de todo indício de prestação de contas. Os votantes salvam a pele dos corruptos votando nestes novamente, mas resta, não obstante, um poço de amarga desconfiança com respeito à política em geral. De alguma forma, então, é estabelecida uma conexão entre a exposição à corrupção política e o declínio da confiança política, com o conseguinte efeito sobre a legitimidade da democracia, apesar de que as pessoas continuem indo votar.

Portanto, ocorre um problema sistêmico derivado da seguinte contradição: se, por um lado, a democracia moderna precisa de políticos profissionais, por outro, são eles os culpados de subvertê-la, então, parece sempre necessário fazer uma "reforma permanente"[14]. Em outras palavras, existe a necessidade de adaptar a ordem institucional de maneira contínua por meio da criação de incentivos para melhorar a participação e a competência em vez de restringi-las. Seria preciso que essas reformas restringissem as tendências tão habituais de autoproteção e autorreferencialidade dentro da política profissional, o que teria de ser feito continuamente, pois tanto a profissionalização quanto a democracia são "tarefas" intermináveis. Também seria necessário uma teoria crítica da democracia que reconhecesse a importância da profissionalização política, já que a desprofissionalização teria como consequência o que Weber chamava de governo plutocrático de atores sem legitimidade democrática.

13 Um deputado costarriquense, três vezes candidato presidencial posteriormente, reflexionando sobre sua experiência legislativa opinava: "quando uma pessoa teve poder e desejamos conhecer o que acredita, não é necessário conhecer suas palavras, senão simplesmente lembrar o que fez". Solís Fallas (1999: 133).

14 Borchert (2008).

O controle dos políticos[15] é um aspecto fundamental e constitutivo do jogo democrático. Nesse sentido, o jargão politológico incorporou o conceito de prestação de contas[16] como um termo para análise sobre o qual se generalizou um consenso. A prestação de contas parte da base de que a democracia deve criar determinados espaços nos quais os governantes possam ser influenciados pelas pessoas[17] e para isso é preciso de um grau mínimo de poder compartilhado. A extensão desse grau mínimo de poder compartilhado pelas pessoas é o que determina o nível efetivo da prestação de contas. A sociedade, por meio dos processos eleitorais periódicos, articula verticalmente a prestação de contas, enquanto faz o mesmo horizontalmente[18] através de diferentes mecanismos de controle, sejam de origem parlamentar ou jurisdicional, mas também social, por meio de mecanismos de revogação de mandato ou de iniciativa legislativa. Em um universo de informação contínua, a mídia também desenvolve funções de controle, assim como outros elementos da sociedade cível como os *think tanks*, organismos de pesquisa e mecanismos avaliadores da atividade política, finalmente, a opinião pública exerce uma ação escrutinadora, sancionando a atuação dos políticos, em termos de controle social, de deterioro da sua reputação e de diminuição da sua popularidade. Quando as instituições políticas são incapazes de realizar a prestação de contas dos políticos, a probabilidade de que a política seja judicializada aumenta notavelmente[19],

15 Maravall (2003).

16 Tradução incorporada ao espanhol do termo de moda inglês accountability, que expressa a constante preocupação em torno aos controles, supervisão e constrições institucionais sobre o exercício do poder. Schedler (1999: 13). O termo, não obstante, continua apresentando problemas de tradução, de fato, a Associação Internacional de Ciência Política tem uma seção de termos de tradução quase impossível no qual está esse, ver: http://www.concepts-methods.org/

17 Lasswell expõe a ideia da igualação dos conceitos de prestação de contas e de influência, chegando a afirmar: "To be accountable is to be influenced". Em Eulau (1976: 21).

18 O conceito de prestação de contas horizontal (horizontal accountability) fala da existência de agências estatais legalmente capacitadas que possuem o poder, e desejam e são capazes, de concretizar ações que abrangem da supervisão rotineira a sanções criminais ou ao processo político em relação com ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que podem ser qualificadas como ilegais, violando esferas da democracia (liberdade de associação ou fraude eleitoral), o liberalismo (liberdades e garantias individuais) e o republicanismo (ações realizadas por altos funcionários do Estado com interesses privados). O´Donnell (1999: 38).

19 Maravall (2003: 171).

com as consequências apontadas no capítulo II.

Há duas dimensões na prestação de contas[20], uma baseada na obrigação dos políticos de responder e informar sobre seus atos, para a qual são fundamentais a transparência e a justificação; e a segunda, relativa à existência de agências controladoras com a capacidade de impor sanções aos políticos que quebrantem suas obrigações públicas. A sanção mais evidente (política) é que o político tenha que abandonar o cargo por sua derrota eleitoral, juízo político ou processo revogatório de mandato, assim como por sua punição moral; mas há outras de ordem jurisdicional (administrativa ou penal) que são impostas cada vez mais no que se conhece como judicialização. Informação, justificação e castigo são dimensões presentes em situações de prestação de contas políticas que, mais que aspectos opostos, conformam um contínuo no qual se produzem interconexões e ênfases diferentes de um ou outro, de forma que, mesmo havendo dois deles ausentes, ainda podemos falar de prestação de contas[21].

Em relação ao impacto direto exercido sobre os políticos, este amplo sistema de prestação de contas destaca questões muito diversas centradas, na maioria dos casos, no âmbito da responsabilidade individual e relativas às qualidades inatas do pessoal político, como a (des)honestidade, a (mentira ou) pulsão pela verdade, a (in)competência e (a falta de) transparência, assim como, em algumas sociedades, aquela conduta pessoal que possa chocar conforme os padrões morais majoritários. Mas também desempenha um papel relevante a capacidade de comunicação, capaz de estabelecer cenários de "cortina de fumaça", confusão de funções ou, em sentido contrário, pedagogia e clarificação de propósitos. Embora mediatizada e complexa, há uma enorme conexão entre a política da mídia, os escândalos políticos e o declínio de confiança nas instituições democráticas[22].

20 Schedler (1999: 14).
21 Schedler (1999: 17).
22 Castells (2009: 293).

Porém, nos casos de partidos políticos com maquinarias sólidas, uma disciplina forte e coesão interna, o âmbito individual é transferido ao partido, que atua em nome de seus aderentes. A prestação de contas, então, deixa de ser individual para se diluir no âmbito partidário com a consequente mudança nos seus efeitos políticos. As estratégias dos partidos para a manipulação[23] de alguma (ou todas) as dimensões da prestação de contas adquirem um nível sistêmico. Elas podem salvar as cabeças de políticos seriamente acusados[24], mas aumentam seu grau de desconfiança e desprestígio social. Por outro lado, ao absorver as responsabilidades do seu representante, o partido transforma o assunto em uma questão interna, privatizando-o ao tentar evitar sua exposição aos olhos do público; nessa circunstância, o político é um refém do partido e seu futuro depende ainda mais deste.

No capítulo II, fiz referência à clara evidência de que os políticos anseiam ser reeleitos e, por conseguinte, ao papel desempenhado pela ambição. Existe uma evidência fundada que relaciona positivamente o nível profissional dos políticos nas legislaturas com sua ambição progressiva e sua capacidade de resposta (*responsiveness*)[25]. Os legisladores profissionais que procuram a reeleição ou um melhor posto estão mais motivados para identificar-se com as demandas do eleitorado e para responder a estas do que aqueles sem interesse em continuar. Poderíamos considerar, então, que a ambição do político pode ter como consequência certa dose de prestação de contas que terminaria impulsando sua carreira. Porém, essa análise é baseada na realidade eleitoral americana, com um sistema de representação majoritária e uma forte tradição orientada a favor dos que estão no cargo e procuram a reeleição, e só aborda uma das dimensões da prestação de contas.

23 Maravall (1999 e 2003).

24 O argumento habitualmente utilizado refere-se a salvaguardar a presunção de inocência, principalmente nos casos de corrupção nos tribunais. A casuística interpretativa dos partidos é muito variada e os códigos éticos sofrem interpretações muito diferenciadas segundo os casos e as pessoas envolvidas. Ver para o caso espanhol: Bruno García Gallo: "PSOE y PP evitan excluir de sus listas a todos los imputados por corrupción". El País, Madri em http://www.elpais.com/articulo/espana/PSOE/PP/evitan/excluir/listas/todos/imputados/corrupcion/elpepunac/20110221elpepinac_3/Tes de 21.02.11

25 Masters (2000).

As eleições estão se tornando, em geral, um duvidoso mecanismo de prestação de contas, que termina reduzindo-se a um instrumento para gerar mandato[26]. Por isso, há uma primeira preocupação a esse respeito, na medida em que o novo sujeito político, para quem se presta contas, já não é o mítico conjunto dos cidadãos, sobre os quais descansa a soberania popular, e sim a massa dos consumidores. A consequência disso é a enorme dependência da ideia de que são as técnicas de comercialização as que finalmente decidem o grau de demanda de responsabilidade do político. Daí que se reafirme a ideia de que as eleições cumprem só duas funções na democracia: oferecer aos perdedores uma oportunidade no futuro e conferir autoridade ao governante[27]; mas que não afetam determinados comportamentos individuais de políticos do mais alto nível que, no entanto, ocupam o primeiro lugar na agenda mediática da demanda popular da prestação de contas (a mentira do presidente Clinton com respeito ao assunto Levinsky), enquanto outros apenas entram na agenda (a mentira com respeito às armas de destruição massiva no Iraque do presidente Bush). Por outro lado, e diante das visões que enfatizam a relevância das características da personalidade dos candidatos presidenciais nos resultados eleitorais, é preciso apontar que, em geral, não há uma sólida evidência empírica que prove a existência de um efeito positivo disso nas democracias consolidadas[28].

Mas, além da mídia, cuja atuação é abordada na seguinte seção, existe um tipo determinado de políticas que tem um espaço diferente onde se exerce a prestação de contas. Por exemplo, a política externa dos Estados Unidos com respeito ao conflito entre palestinos e israelitas se deve, em grande parte, ao *lobby* judeu, de forma que, na maioria das vezes, tanto democratas quanto republicanos, prestam contas não a um eleitorado alheio (para não dizer completamente indiferente) ao conflito, mas a esse grupo de pressão, cujo ativismo é notável[29]. Os vetos constan-

26 Przeworski, Stokes e Manin (1999).
27 Dunn (1999).
28 King (2002).
29 "Sem ser o *lobby* mais poderoso dos EUA, o pró-israelita e todos os grupos que o conformam possuem

tes do Conselho de Segurança das Nações Unidas a diferentes resoluções ao longo da história assim o confirmam.

2. A mídia e a prestação de contas

Como nunca antes, no cenário político do século XXI, o poder está baseado no controle da comunicação e da informação[30]. Não obstante, o paradoxo reside em que a mídia tem cada vez mais capacidade de controlar o poder. O fato de que o político, como pessoa pública, atua sendo visto e ouvido por todo mundo, sendo alvo da maior propaganda possível[31], provoca uma relação especial dele com a mídia. Essa situação ocorre, mais intensamente, já há mais de meio século, graças, em primeiro lugar, ao auge da televisão e, recentemente, ao sucesso dos novos suportes comunicativos vinculados à internet.

Faz tempo que os políticos passaram a ser *vedetes*[32] cuja imagem é, repentinamente, conhecida por todo mundo e isso leva a acentuar a personalização[33] e a concentração de poder. Não só determinados políticos tornavam-se mais populares entrando todas as noites pela pequena tela nas salas de estar das pessoas, mas tam-

uma influência maior na sociedade americana que outros com maior poder real, como o armamentista ou o petrolífero. Com o olhar no futuro, esse eco na sociedade seguirá intacto – pelo menos nenhuma das organizações constitutivas do *lobby* planejam reduzi-lo". Eli Cohén,"Los 'lobbies' pro israelíes en la era Obama" FP em espanhol. Ver http://www.fp-es.org/los-lobbies-proisraelies-en-la-era-obama de 24.06.11

30 Castells (2009: 3).

31 Arendt (1959: 45).

32 Duverger (1974: 31).

33 Karvonen (2009), sobre a base de quatro variáveis (como é apresentada a política na mídia, o papel dos candidatos individuais, as instituições e os efeitos do líder do partido nas eleições) analisa a personalização da política em democracias parlamentarias e encontra um cenário misto. Embora existam países nos quais os políticos individuais tenham alcançado maior significado para orientar as preferências dos votantes que os partidos tradicionais (Bélgica, Finlândia, Irlanda, Israel, Dinamarca, Itália, Países Baixos, Nova Zelândia, Suécia e Grã-Bretanha), em outros esse fenômeno não tem ocorrido em absoluto (Áustria, Alemanha, Malta, Canadá, Noruega, Portugal, Espanha e Japão). Não usando as quatro variáveis para o caso espanhol, seu achado contrasta com o de Rico (2009) que estima a política espanhola muito personalizada.

bém sua função era mais conhecida e, por isso, o processo de prestação de contas situava-se em outro nível. Alguns políticos chegaram, inclusive, a reconhecer que 80% do seu tempo era dedicado às relações com a mídia[34].

Porém, atualmente, a mídia tem se superado rápida e amplamente, passando de ser um artífice relevante da prestação de contas dos políticos para ser a principal receptora e transformadora da agenda governamental, afetando dramaticamente a opinião pública[35], além de intervir na própria disputa política[36] e funcionar como cenário de definições por meio do *framing* ou enquadramento, que termina se tornando o mais importante no jogo político, suplantando e deixando obsoleta a clássica deliberação entre políticos para situar o empobrecido debate no cenário enquadrado, mais cômodo para as partes.

De fato, o enquadramento (*framing*) está muito vinculado ao processo do estabelecimento dessa agenda. Os marcos que o estruturam são princípios organizativos socialmente compartilhados, que persistem ao longo do tempo, e agem simbolicamente para estruturar o mundo social, concedendo-lhe sentido[37]. O enquadramento cumpre várias funções na hora de transformar valores abstratos em opiniões concretas, que depois terminam sustentando a ação, e, daí, sua grande relevância na constituição da agenda. Ajuda a superar os problemas de ambivalência de todo conflito, que supõem uma mistura de inclinações positivas com outras negativas; simplifica as inegáveis demandas informativas do universo por meio da categorização; ajuda a declarar o *status* ou o valor superior de um objetivo de forma absoluta ou em relação com outros; e, finalmente, atribui determinados tipos de objetivos sociais e políticos ao domínio especial de uma instituição. Há diferentes tipos de enquadramentos, mas, na política, quatro são os mais relevantes: de ação

34 No caso do chanceles austríaco Bruno Kreisky, registrado em Maravall (2003: 24).
35 Castells (2009:). 173).
36 "In democracies with a free press, the main danger of money in politics is not that the rich will buy an election, but that they will *lobby* the victor for favours". "Not for sale. Cash seldom buys political power". The Economist, 20.01.11.
37 Reese (2001: 11).

coletiva, de decisão, de notícias e de temas[38]; os três últimos são os que apresentam relação mais estreita com a mídia, estabelecendo o processo ativo que todo *framing* acarreta, mas, ao mesmo tempo, gerando resultados concretos.

Em um sistema democrático, o jornalismo exerce diferentes tarefas, das quais cabe destacar três como as mais relevantes: é um rigoroso controlador daqueles que estão no poder ou querem chegar a ele, pode contribuir a discernir a verdade da mentira e pode apresentar um amplo leque de pontos de vista informados sobre os assuntos mais importantes do momento[39]. As três tarefas, que não necessariamente são realizadas ao mesmo tempo, pelo mesmo meio, mas sim pelo conjunto da mídia, desempenham um papel destacado nos processos de prestação de contas. Os jornalistas são os mediadores entre as biografias dos candidatos e os eventos que as perturbam, posicionando-se diariamente perante os políticos nas inumeráveis conferências de imprensa das quais tomam parte, e às vezes, inclusive, participando de uma luta por quem representa mais e melhor o povo[40]. O jornalismo de investigação pode também revelar uma montagem fraudulenta e mentirosa com consequências políticas determinantes[41], e, às vezes, beneficia-se do trabalho de outros, servindo-lhes de transmissor[42]. A variedade de pontos de vista está de acordo com a pluralidade da oferta programático-partidária.

É através da comunicação que a mente humana interage com o seu meio social e natural[43], e, hoje, o fato de que a mídia seja mais importante do que nunca em nossa vida, transforma-a em elemento fundamental do processo de prestação de contas. Isso ocorre porque, além do exposto no parágrafo anterior, a informação que os cidadãos recebem é processada por uma mídia de dimensão e poder jamais

38 Nelson e Willey (2001: 246).
39 McChesney (2008: 25).
40 Ruiz (2010: 41).
41 Um dos exemplos de maior impacto e mais citados internacionalmente foi o trabalho jornalístico de Bob Woodward e Kart Bernstein (1974) sobre o presidente Nixon e o *Watergate*, publicado, depois, em forma de livro em Woodward e Bernstein (1974), também podem ser citados Woodward (1994 e 2008).
42 Refiro-me ao assunto do *Wikileaks*.
43 Castells (2009: 4).

vistos, que torna cada vez mais incerta a ideia de que a prestação de contas eleitoral seja mesmo um mecanismo de castigo dos eleitores para os políticos que os governam[44].

Tudo parece indicar que, no mundo do século XXI, a responsabilidade real dos políticos é exercida em grande medida perante a mídia que, por sua vez, instantânea e universalmente filtra, modela e transmite à sua audiência o próprio processo avaliativo da classe política[45]. Como foi sustentado anteriormente, o *framing* da opinião do público é realizado principalmente através de processos que ocorrem na mídia, cujo impacto é muito maior quando está em jogo a questão do conflito, que é o eixo da política[46]. O aplauso, a condena, a crítica variada, o silêncio, a satisfação de interesses de terceiros tornam–se o verdadeiro processo de prestação de contas com consequências inequívocas para o futuro desses políticos. No fim, os comunicadores especializados em temas políticos terminam equiparados com os políticos dentro de uma categoria de vendedores profissionais de serviços públicos[47]. Um exemplo do indiscutível poder da mídia, entre outros, assim como da sua sacralização, pode ser achado no seminário organizado em fevereiro de 2011, pela Universidade de Yale, sobre a figura da comunicadora americana Oprah Winfrey[48], considerada pela revista *Time* como uma das cem personalidades mais influentes do século XX. No entanto, esse protagonismo da mídia no jogo democrático tem suas complicações.

De fato, o grande problema é que uma mídia onde a cobertura das notícias está fundamentalmente centrada nos escândalos políticos, algo que tem claro im-

44 Fearon (1999: 82).

45 "O marco de referência do presidente Obama não é o eleitorado no seu conjunto, mais o muito menor (embora dividido) grupo de formadores de opinião, que dependem, ao mesmo tempo, de poderosos pagadores". Norman Birbaum. "Drama histórico o teatro del absurdo". El País. Madri. 17 de fevereiro de 2011.

46 Castells (2009: 157). Ver também a seção sobre "a conquista das mentes, a conquista do Iraque, a conquista de Washington: da desinformação à mistificação", em Castells (2009: 165 e ss).

47 Bourdieu (2001: 229).

48 O título foi "Global Oprah: Celebrity as Transnational Icon" ver http://www.yale.edu/wgss/events/oprah-schedule.html 21.02.11

pacto, e que, apoiado na publicidade, foi lentamente se concentrando nas mãos de um grupo reduzido de proprietários, transformou-se em uma força significativa e potencialmente antidemocrática[49]. O processo que vem depois possui uma dupla faceta: o desenvolvimento do jornalismo profissional e uma economia política dirigida ao oligopólio.

O jornalismo profissional tem desenvolvido com dedicação e certa eficácia uma faceta evidentemente renovadora, elogiada por sua contribuição para uma sociedade mais transparente, que se denomina jornalismo de investigação Há numerosos exemplos do caráter positivo desse tipo de jornalismo, tanto na luta contra as ditaduras quanto nos meios democráticos[50]. No entanto, isso não deve impedir o reconhecimento de, pelo menos, três aspectos de uma paulatina tendência antidemocrática em sua tarefa[51]. Acho que esses vieses devem ser considerados e avaliados, sobretudo, no concernente à linha argumental desse livro, referida aos políticos e, nesse caso, ao controle do seu profissionalismo e os graus reais de prestação de contas.

O primeiro viés relaciona-se com as fontes oficiais, que são a base de legitimação das notícias, o que outorga aos políticos uma enorme capacidade para estabelecer a agenda, mas que, se utilizado habilmente pelos jornalistas, pode inverter o processo. Além disso, foram se somando especialistas cruciais para o acompanhamento de histórias complexas, para sua explicação e para o debate das opções políticas. Não obstante, a seleção arbitrária desses especialistas produz um efeito que distorce notavelmente o tratamento da notícia[52]. Em segundo lugar, o

49 Isso ocorre nos Estados Unidos e também, em maior ou menor escala, em outras partes do mundo. McChesney (1999: 2).

50 Uso como exemplo o papel fundamental do jornal nicaraguense La prensa na caída da ditadura de Somoza sob a direção de Pedro Joaquín Chamorro, antes e depois do seu assassinato, assim como, vinte anos mais tarde, no esclarecimento do processo de enriquecimento de notáveis próceres do sandinismo, como no caso de Tomás Borge em um trabalho que significou um prêmio internacional para seu autor. Ver http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Lucha/enriquecimiento/poder/elpepisoc/20110412elpepisoc_8/Tes

51 McChesney (2008: 31-34).

52 Uma investigação feita nos principais noticiários televisivos americanos, em 2001, mostrou que o

jornalismo profissional tende a evitar a contextualização como se fosse uma praga; isso ocorre porque fazê-lo supõe definir uma posição, que é precisamente o que a profissionalização quer evitar. Agora, uma notícia fora de contexto é muito mais fácil de manipular. Por último, o terceiro viés é mais sutil, mas talvez mais importante. Longe de ser politicamente neutro, dentro das limitações dos vieses anteriores, este manipula valores que beneficiam aspectos empresariais e políticos dos proprietários e anunciantes. A consequência é o viés na seleção, que ocorre na hora de pousar o olhar sobre um acontecimento, e não sobre outro.

A economia política da mídia aponta que a causa mais importante para mudar o código profissional dos jornalistas vem dos proprietários da mídia. Poucas indústrias têm sofrido tanto o impacto da globalização do capital como a indústria das comunicações, tendo se desenvolvido, sem nenhuma resistência, um sistema global de mídia de tipo neoliberal. Esse surgimento de um oligopólio empresarial global na mídia possui duas características: as companhias dominantes (metade com sede nos Estados Unidos) estão circulando por todo o planeta com uma velocidade vertiginosa; e, em segundo lugar, a consolidação no interior e ao longo de todos e cada um dos segmentos do mercado é uma constante[53]. A consolidação dentro do sistema global da mídia está fortemente vinculada a mudanças recíprocas no mundo da publicidade, de forma que meia dúzia de assinaturas controla em grande medida o setor. Como consequência, ocorre um processo de cartelização coordenada no setor que provoca que os gigantes da mídia sejam especialmente ativos na hora de fazer *lobby* muito efetivamente na política nacional e internacional[54]. Dessa forma, a função do controle político não só se desvanece, mas também se inverte.

grupo de especialistas convocado era majoritariamente masculino, branco, republicano e com altos rendimentos; além disso, havia 955 representantes do mundo empresarial comparados com 31 do âmbito sindical. McChesney (2008: 33).

53 É possível que mercado global da mídia esteja dominado por nove corporações transnacionais: General Electric, Liberty Media, Disney, AOL Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi Universal e Bertlelsmann, dessas nove, só cinco são verdadeiramente americanas. McChesney (2008: 316).

54 McChesney (2008: 321).

Tabela 4.1. A evolução da confiança dos deputados dos países da América Latina nos meios de comunicação (em porcentagens)

País	1994-1996	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Uruguai	69,2 (68)		58,4 (86)		59,8 (78)		62,5
R. Dominicana		66,0 (103)	61,0 (117)		52,2 (92)	64,5 (77)	60,9
El Salvador		66,2 (58)	65,8 (64)	61,3 (80)	46,3 (72)	63,2 (68)	60,6
Panamá			48,4 (64)	45,8 (68)		85,9 (64)	60,0
Honduras	42,3 (71)	48,2 (102)	42,9 (91)		90,1 (91)		55,9
Colômbia		45,4 (88)		37,7 (95)	56,8 (105)	79,9 (90)	55,1
Venezuela			52,1 (100)				52,1
Costa Rica	51,0 (49)	56,9 (51)	54,4 (57)		44,6 (56)		51,7
Chile	38,2 (89)		48,0 (86)	53,3 (90)		60,5 (86)	50,0
Equador	59,9 (112)	45,9 (98)		42,8 (94)			49,5
Brasil				56,0 (134)	42,5 (129)		49,3
Bolívia	70,4 (98)	38,2 (80)		30,7 (98)	51,6 (97)		47,7
Nicarágua		43,5 (69)	45,4 (60)			52,2 (69)	47,0
Argentina	57,8 (128)	28,4 (104)		47,8 (110)	44,3 (70)		44,6
México	44,4 (124)	32,5 (123)	63,4 (124)	40,1 (124)	32,4 (98)		42,6
Guatemala		44,5 (63)	40,5 (79)	37,1 (121)	46,1 (97)		42,0
Peru			55,2 (81)	16,3 (92)	41,4 (79)		36,6
Paraguai		41,6 (65)	25,3 (55)		15,3 (72)		27,4

* Soma das porcentagens dos que dizem ter "muita" e "bastante" confiança.
* As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Entre parênteses, o número de entrevistas.
Fonte: PELA (1994: 2011).

Sobre a perspectiva dos deputados latino-americanos, com respeito às relações existentes entre esses e a mídia, há certa evidência empírica graças ao PELA. É sabido que a confiança da classe política legislativa da América Latina na mídia é reduzida, o que é evidência da tensão apontada anteriormente. Manipulando dados agregados de diferentes países ao longo de quase quinze anos, a Tabela 4.1 ressalta que só em três países (El Salvador, R. Dominicana e Uruguai) a maioria dos deputados mantêm uma confiança estável na mídia ao longo do tempo de cerca de 60%. No resto dos países, a confiança é, na sua maioria, baixa, chegando às vezes, em alguns países, a médias muito baixas, inferiores a 20%, possivelmente devido a conflitos concretos. Existem países nos quais, não obstante, é registrado um incremento constante nos padrões de confiança, como no claro caso do Chile, e, mais moderadamente, na Nicarágua. Fica em evidência, nesse cenário, uma evidente tensão entre políticos e mídia na América Latina, que é preciso contrastar com os resultados das inúmeras enquetes realizadas na região; nas escalas de graduação de confiança cidadã, os primeiros ocupam com regularidade a última posição, enquanto que a mídia se acha entre as instituições ou atores com mais crédito[55]. Pelo menos desde a perspectiva da opinião pública, essa interessante reinversão de dois atores fundamentais em toda sociedade aberta, merece uma profunda reflexão.

55 Para o nível regional, ver as enquetes do barômetro das Américas, da Universidade de Vanderbilt. LAPOP, assim como Jacoby (2011: 105).

Tabela 4.2. Elementos que influem sobre os legisladores latino-americanos ao tomar suas decisões

	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Costa Rica	Equador	El Salvador	Honduras	México	Panamá	Peru	Uruguai
Eleitores da sua circunscrição	41,8	72	98,4	75,4	25,5	69,6	51	95,2	57,4	72,9	79,2	72,5
Líderes nacionais do seu partido	15,2	15,5	13,2	27,2	14,5	2,3	26,5	17,6	15,3	6,3	33,9	26,8
Líderes regionais do seu partido	9,1	5,6	0	29,2	0	2,8	2	0,7	5,9	4,2	5,5	1,7
Opinião pública em geral	56,7	50,5	72,1	17,7	72,7	68,2	69,6	76,9	77	67,7	58,9	54,2
Afiliados do seu partido	6,3	4,2	3,9	7,3	7,3	2,6	2,9	0	4,5	0	0	1,8
A mídia	0	3,6	0	3,2	0	0	1	2,2	0	4,2	0	0,8
Outros deputados do seu partido	0,8	1,4	1,6	1,8	0	1,5	2	2,9	3,6	0	2,5	3,3
Grupos de interesse	5,7	2,1	0,8	4,4	29,1	13,3	5,9	0,7	13,3	16,7	0	0
Votantes do seu partido	20,5	14,8	2,3	16,6	18,2	21,8	24,5	2,9	12,2	12,5	6,1	21,3
O governo	8,7	15,4	7,8	3,5	25,5	4,3	2,9	0,7	1,9	10,4	4,5	17,7
N.S.	1,4	6,3	0	0,8	0	0	2,9	0	2,8	1	0	0
N.C.	33,9	8,5	0	12,9	7,3	13,6	8,8	0	6,1	2,1	7,9	0

*Soma ponderada pelo dobro das porcentagens de resposta de primeiro lugar mais as respostas de segundo lugar
Pergunta: Dos seguintes grupos, pessoas ou instituições mencionadas a seguir, quem você toma mais em conta quando toma decisões políticas? E em segundo lugar?
Fonte: Dados do PELA (1994-2011) correspondente à legislatura atual. Estudos realizados durante 2009 e 2010. Foram excluídos da tabela aqueles países nos quais essa pergunta não foi formulada.

No entanto, o peso da opinião pública é fundamental na hora de conformar o processo de tomada de decisões dos legisladores latino-americanos. A Tabela 4.2, apesar de propor uma resposta independente da incidência da mídia e da opinião pública em geral, mas que não deixa de ser gerada pela própria mídia, estabelece um lugar prioritário para esse binômio. Os eleitores da sua circunscrição e a opinião pública constituem os dois principais fatores que orientam a ação dos legisladores. O peso da opinião pública nesse extremo é enorme na Costa Rica e majoritário no México, El Salvador e na Argentina. Só é menos relevante no caso colombiano.

A tensão registrada entre diferentes governos latino-americanos e a mídia

em geral nos seus respectivos países é também uma prova palpável das posições confrontadoras de acordo com os argumentos anteriormente expostos. A região passa por um momento contraditório, definido pelo notável aumento da oferta de centros de formação universitários e pelo surgimento de sítios eletrônicos (websites). Além disso, durante 2010, a América Latina foi a área mais perigosa para exercer o jornalismo, com aproximadamente um terço dos 105 jornalistas assassinados no mundo e com 258 jornalistas assassinados ou desaparecidos entre 1995 e 2010[56].

Soma-se a isso uma enorme concentração da mídia privada, pois, em média, os quatro primeiros operadores de cada mercado dominam 80% deste[57]. Além disso, são frequentes as denúncias da mídia sobre o comportamento autoritário dos governos, contrapostas a perseguições reais dos governos aos proprietários da mídia e de acusações sistemáticas de manipulação e desinformação tanto pelos governos como pelos setores privados, tudo isso derivando numa nova onda de regulação estatal. A Argentina tem vivido fortes tensões entre o governo, durante as presidências de Néstor Kirchner e de Cristina Fernández, e o grupo *Clarín*, situação também frequente na Venezuela, entre o governo de Chávez e parte do setor privado da mídia. No entanto, no Equador, em maio de 2011, e diante da impossibilidade do Legislativo de aprovar uma lei de acordo com as disposições constitucionais (art. 19) de regulação dos conteúdos da mídia, realizou-se uma consulta popular, um recurso extremo que tem se constituído como uma das colunas vertebrais da política do presidente Correa[58]. O resultado de uma perspectiva que considera a mídia como executora de um serviço público e, portanto, como uma atividade susceptível de ser regulada até no último detalhe, ajuda a criar confusão sobre a validade dos processos de prestação

56 Jacoby (2011: 108).
57 Jacoby (2011: 110).
58 O texto em concreto da pergunta era: "Você concorda com que a Assembleia Nacional, sem demoras, dentro do prazo estabelecido pela Lei Orgânica da função Legislativa, emita uma lei de comunicação que crie um conselho de Regulação que controle a difusão de conteúdos na televisão, rádio e publicações de imprensa escrita com mensagens de violência, explicitamente sexuais ou discriminatórias, estabelecendo critérios de responsabilidade ulterior dos comunicadores ou da mídia emissora?" A vitória do "sim", deu lugar à declaração do presidente Correa: "Vencemos banca, imprensa, Igreja e partidocracia, a maior coalizão da história do país". El ciudadano. Quito, 29.05.11.

de contas através da mídia, e isso se acentua quando o governo do momento não tem nenhum contrapeso político Também na Bolívia, a lei de telecomunicações de agosto de 2011 distribuiu o espaço eletromagnético, dando 33% para o Estado, 33% para o setor privado, 17% para a mídia comunitária e 17% para a mídia indígena; esses dois últimos, próximos ao governo, garantiam-lhe amplo controle do espectro.

Esses conflitos estão presentes da mesma forma no Brasil, onde o Partido dos Trabalhadores, no seu congresso de setembro de 2011, aprovou a adoção de um marco regulador para a mídia. Apesar de que os dirigentes da formação disseram que se opunham a qualquer forma de censura, alegaram a necessidade de uma ferramenta no Brasil para impedir o jornalismo partidário e a concentração da mídia em poucas mãos[59].

Fora do âmbito latino-americano, a tensão gerada por Rupert Murdoch e seu grupo News Internacional na política britânica, no verão de 2011, não só terminou com a existência de um velho tabloide, como *The News of the World*, mas também pôs em perigo o próprio gabinete do primeiro ministro quando se descobriu que o porta-voz de David Cameron era responsável de realizar, por esse meio, escutas ilegais a personalidades públicas.

3. Os atributos do político

Até agora foram abordados, nos dois capítulos anteriores, diferentes assuntos sobre a profissionalização da política, com ênfase em questões fundamentalmen-

59 O documento aprovado apontava: "Para nós, é uma questão de princípios repudiar, rejeitar e bloquear qualquer tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa, mas o jornalismo marrom (sensacionalista) de certa mídia, que chega às vezes a práticas ilegais, deve ser responsabilizado cada vez que falseie os fatos e distorça as informações para caluniar, injuriar ou difamar... A inexistência de uma Lei de Imprensa e a não regulamentação de artigos da Constituição que tratam sobre a propriedade cruzada da mídia, assim como a violação dos direitos humanos presente na mídia e o domínio da mídia por alguns poucos grupos econômicos, afetam a democracia, silenciam as vozes, marginalizam as multidões e criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil." Ver: http://www.infolatam.com/2011/09/04/brasil-el-partido-de-rousseff-y-lula-defiende-un-marco-regulador-para-la-prensa/

te sociais e procedimentais referidas tanto à carreira política quanto ao que constitui um profissional da política como tal. Neste capítulo, avançou-se para entender a relação do político com a lógica de entrada na política característica da democracia, com a incidência do jogo eleitoral e da lógica permanente da prestação de contas. Em ambas, a mídia cumpre uma tarefa fundamental, já que a percepção das pessoas sobre a personalidade dos políticos mais relevantes "é alimentada em boa medida pela observação direta dos protagonistas através de meios audiovisuais"[60]. No entanto, nada tem sido dito até o momento sobre as características específicas da profissão do político, pois só se discutiu a atividade política em termos gerais. A finalidade desta seção é precisamente discutir essa questão para estabelecer as bases e tentar fazer uma aproximação sobre a qualidade dos políticos em geral, em linha com os recentes estudos sobre a qualidade da política.

Existem diferentes formas de abordagem do problema dos atributos que um político deve possuir para desempenhar sua atividade, de acordo com certos parâmetros de qualidade. Uma delas é derivada da demanda social, do que a opinião pública em certo tempo e lugar estima que deve ser a tarefa do político e, em consequência, das particularidades que devem definir seu objetivo. A segunda procede da visão que os próprios políticos têm do seu desempenho e das melhores qualidades que, segundo eles, é preciso ter para um melhor rendimento. Outra pode proceder do acervo acumulado na teoria política. A seguir, cada uma dessas três aproximações será analisada separadamente em subseções.

3.1. A demanda social por atributos do político

As pessoas têm imagens muito diferentes do que é ser um político de qualidade. Além disso, essas imagens variam enormemente dependendo do país, em fun-

60 Rico (2009: 167).

ção tanto do desenvolvimento político alcançado quanto dos traços culturais existentes. As experiências políticas prévias marcam as pessoas na hora de saber o que elas podem exigir de um político. No entanto, as instituições existentes podem facilitar a resolução de problemas em determinadas circunstâncias, tornando mais simples a tarefa dos políticos e, portanto, projetando na opinião pública uma imagem destes como atores mais hábeis para encontrar soluções aos problemas ou facilitadores para a convivência na sociedade. Por outro lado, os padrões morais existentes em uma sociedade determinada podem criar padrões de exigência para a atuação dos políticos muito diferentes.

Dentro da abundante literatura referida à liderança, existe um estudo clássico[61] baseado em uma análise fatorial das características dos líderes que permite conhecer a demanda da sociedade em relação aos atributos que um político deve possuir. Ainda que abordada a partir teoria mais geral da liderança, essa investigação mostrou quais eram as cinco características mais importantes: contar com habilidades técnicas, mostrar proximidade social, apoiar tarefas grupais, estar motivado e ter habilidades sociais e interpessoais. Todas elas são perfeitamente aplicáveis ao universo dos políticos.

Para o caso espanhol e centrado estritamente no âmbito dos políticos, uma análise com enquetes de opinião pública feita em dois momentos bem diferenciados, como foram os anos 1982 e 2003[62], apontou como constantes e mais relevantes, sobretudo, duas características, a honra e a sinceridade, que apareciam como dois componentes ideais de todo político ao longo do tempo. Depois, dentre vinte e quatro características, destacavam-se a capacidade de decisão, o dinamismo e a experiência política. Guillem Rico, não obstante, enfatiza no seu estudo as características pessoais dos políticos espanhóis durante o período compreendido entre 1993 e 2004; eles obtêm "pontuações mais altas nos atributos referentes às habilidades profissionais,

61 Stogdill (1974: 93).
62 Barranco Saiz (2010: 144).

que os definem como inteligentes, cultos, ou capazes... as pessoas normalmente assumem que os candidatos apresentados pelos partidos estão suficientemente preparados, do ponto de vista intelectual, para realizar o seu trabalho"[63], ainda tendo pouca evidência disso na maior parte das vezes.

Resultados coincidentes, em grande parte, com os dados coletados nos Estados Unidos, já que as cinco características dos candidatos presidenciais que surgem sistematicamente, desde 1980, como as mais relevantes para os americanos são a moral, a posse de conhecimentos, ser inspirador, ter forte liderança, e ser alguém que realmente se preocupe com "pessoas como você"[64]. Essa última característica, a empatia com o povo, é possivelmente a mais poderosa na hora de configurar uma propaganda, para escolher só uma pessoa entre várias, assim também como indicador de sucesso e de reconhecimento como bom político, tal como algumas monografias sobre políticos ressaltam[65].

O resumo disso projeta um retrato ideal no qual, reunindo essas características, sobressaem três níveis: o primeiro é relativo ao mundo dos valores do político, no qual predominam o componente moral e a honestidade. Enquanto esta tem um componente de maior objetividade, pois está ligada a uma existência transparente que projeta uma saída do poder limpa e sem acusações de corrupção ou de enriquecimento ilícito, o componente moral está relacionado com o ambiente e com a adequação ou não dos seus valores, algo sobre o que, mais tarde, voltarei a falar. O segundo nível refere-se às habilidades que o político mostra, os seus conhecimentos, derivados, em grande medida, de sua formação e de sua experiência, mas também de uma espontaneidade inata, articulada como um dom específico pelo qual ele pode antecipar problemas ou reagir sabiamente diante de determinadas crises inesperadas. O terceiro nível diz respeito à capacidade de relacionamento do político com

63 Referência aos candidatos à presidência de Governo dos diferentes partidos. Rico (2009: 162).
64 Bartels (2002: 46).
65 Por exemplo, Tabaré Vázquez se destacava, mais que qualquer outro político uruguaio de seu tempo, por seu magnetismo com as pessoas humildes. Ver Lanza e Tulbovitz (2004: 353).

o entorno, em termos, tanto de comunicação quanto de mostrar às pessoas que os problemas delas são também seus problemas e que sua atividade não cessará até que esses problemas sejam resolvidos ou estejam em vias de solução.

O que parece evidente é que cada vez mais os representantes possuem hábitos, disposições e atitudes estáveis que guiam as suas ações, e que agora os eleitores são mais levados em conta ao construir sua imagem e compor a sua mensagem[66]. Nesse sentido, há um processo permanente de retroalimentação entre o público e os políticos, impulsado pelo próprio jogo democrático. O povo dirige sua atenção às qualidades percebidas nos políticos importantes, pesando os efeitos de conformidade e as demandas do momento[67].

3.2. A visão dos próprios políticos sobre seus atributos necessários

Não é muito diferente a visão que os próprios políticos têm das características que seus pares devem reunir para alcançar o nível máximo de qualidade, embora essas terminem sendo muitas. Nesta subseção, vou me centrar, em primeiro lugar, na obra de três autores que também tiveram uma atuação política: o primeiro, do século de ouro espanhol, um funcionário de tradição escolástica, Jerónimo Castillo de Bovadilla, e os outros dois da primeira metade do século XX, que registram perfeitamente o estado da questão, Manuel Azaña e José Ortega y Gasset, membros de notável atividade intelectual da geração de 1915, o primeiro, do Ateneo de Madri e, o segundo, de sua cátedra na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri. O pensamento liberal de ambos é o epítome dos desejos de europeizar a vida espanhola, assim como de fundar as bases de uma regeneração política que acabasse com o legado caciquista, conservador e subdesenvolvido da monarquia da restauração, e que está presente, por conseguinte, na chegada da Segunda República. Depois,

66 Dovi (2007: 11).
67 Rico (2009: 162).

apresentarei a posição de políticos atuais através de suas declarações e de resultados de enquetes.

Jerónimo Castillo de Bovadilla foi um corregedor que, como apontado no capítulo I, centra boa parte do seu trabalho na autoavaliação de sua atividade, que, durante a República, era a segunda mais importante depois da do príncipe e, era, portanto, de elevada hierarquia. Por isso, aponto a necessidade da existência de políticos de qualidade que, além disso, possuam destrezas especiais para exercer seu ofício. O interesse principal, repetido várias vezes ao longo de sua obra, reside no fato de que a qualidade dos políticos reflete-se, finalmente, nos súditos, ou seja, um bom governo incidirá no bem estar do povo e na administração do bem público.

Castillo de Bovadilla expõe, em ordem inversa à de Miguel de Cervantes, e de acordo com o visto na última seção do capítulo anterior, a necessária combinação de conhecimento e de qualidades pessoais para o exercício de um bom governo. Por um lado, então, é preciso que o candidato faça um autoexame para saber se tem as qualidades requeridas para essa profissão, pois, se não for capaz de exercê-la, poderá ser removido do oficio, sem importar quanta experiência possa ter. O prevalecente entre as qualidades é uma boa formação, não o tempo na política ou a experiência. Com respeito às qualidades específicas, Castillo de Bovadilla faz referência à modéstia e à temperança[68] e também aos aspectos que não devem estar presentes nas ações do corregedor[69]. Finalmente, em seus costumes, de acordo com o conselho de *Dom Quixote* a Sancho, o corregedor deve cuidar de seu aspecto físico e dos bons hábitos, o que inclui estar arrumado e limpo[70].

O século XX é testemunha do avanço conjunto da democracia representativa

68 "Siendo el Corregidor de la modestia y la templanza que avemos dicho, será poco necesario envomendarle la honestidad y castidad, pues concurriendo en el las dichas virtudes, se preciara desta, la qual no es la que menos ennoblece a todos, ni lo contrario della lo que menos envileze, en especial a los hombres publicas y ejemplares" Castillo de Bovadilla (1597: 35).

69 Além de não ser falador, é preciso não ser jogador ou bebedor, nem ter outro tipo de vício que afete sua capacidade de ser bom corregedor ou que possa decorrer em um castigo. Castillo de Bovadilla (1597: 30).

70 Castillo de Bovadilla (1597: 33).

e das massas, irrestritamente incorporadas à política. Tanto Manuel Azaña quanto José Ortega y Gasset serão testemunhas disso a partir de uma plataforma, em princípio, similar, dado que os dois foram deputados na Constituinte espanhola de 1931, e, depois, muito diferente, pois o primeiro culminou sua vida política como presidente da República, terminando seus dias no exílio em 1940, enquanto Ortega y Gasset abandonou decepcionado a política ativa no ano seguinte. Nesse caso, ponho o foco nos textos escritos por ambos em 1934[71] e 1936[72], respectivamente, nos quais o sentido da decadência dos políticos do momento e a presença das massas podem ser percebidos.

Dessa forma, Azaña aponta que o maior perigo para o político ou governante democrático e de ideias liberais reside em saber dirigir a multidão sem ser dominado por ela, pois é um assunto conhecido na psicologia de massas que a união entre as pessoas ocorre mais por seus defeitos que por suas qualidades[73]. É, precisamente, a relação dramática entre o político e a multidão o que define o caráter do político do momento, assim como os principais desafios que ele enfrenta, que culminam numa preocupante banalização de sua tarefa[74]. Isso o leva a uma diminuição de sua personalidade moral, além de a uma restrição de sua liberdade. Essa posição do político também se repete em seus congêneres, piorando quando o político tem que enfrentar as massas indiferentes. Essa espécie de neutralidade torna-se hostilidade, e o político acaba sendo considerado um fanático, sectário, e, portanto, empobrece sua inteligência, pois passa por ambicioso, sedento, o que leva à deterioração de sua conduta e à geração de um complexo de inferioridade[75].

Para Azaña, são três as características necessárias em um político: em pri-

71 Conferência de Manuel Azaña no Sitio, Bilbao 21 de abril. "Grandezas e misérias da política"

72 "Mirabeau ou o político". Ortega y Gasset (1936).

73 Azaña, III, 11.

74 "A multidão exerce sobre o político uma ação deformante, fatal, nefasta, exaltando-o, querendo-o, popularizando-o", daí que "propenda a exagerar as qualidades ou os defeitos que a multidão empresta-lhe em sua simplicidade". Azaña. III, 11.

75 "O político está sempre na corda bamba, sem rede nem apoio. No fim da sua travessia, o povo encolhe os ombros e diz: "tudo bem, é seu oficio"; mas se ele cair da corda e quebrar a cabeça, o povo diz: "bem feito, era um bobo" Azaña. III, 7.

meiro lugar, a percepção da continuidade histórica; em segundo, a observação direta e pessoal do ambiente circundante e, finalmente, a observação respaldada pelo sentimento de justiça, que é o grande motor de todas as inovações das sociedades humanas. Azaña recalca a importância dessas características, descrevendo a política como "a motivação de um homem pela sociedade em que nasceu, pelo povoado em que vive. Se ele não sente essas coisas, não possui o sentimento fundamental dos fins da política." É por isso que, para o autor, o grande problema da política é acertar designando os mais aptos, os mais dignos, os mais capazes[76]. Além dessas qualidades, Azaña considera indispensável a eloquência. Falar bem é, para ele, o fundamento das condições para alguém ser político[77].

Azaña mantém uma visão muito pessimista; o inevitável fracasso do político, surgido da incapacidade de responder à democracia é às demandas das massas, é provocado por sua miséria. Para ele, um político precisa se justificar, tanto perante sua própria consciência quanto perante a história, o que, na maioria das vezes, é impossível. Por isso, o problema da consciência do político e da ausência desta levam-no ao fracasso como representante dos cidadãos e, portanto, da democracia[78].

A posição inicial de Ortega y Gasset é um pouco diferente. Em torno a Mirabeau[79], giram as figuras de César e de Napoleão, que servem de contraponto para sua análise. Para ele, Mirabeau representa algo muito próximo ao arquétipo do político, deixando clara a diferença entre o "ideal" e o "arquétipo", já que o ideal são as coisas conforme se considera que devem ser, enquanto os arquétipos são as coisas segundo sua realidade. A pergunta central do seu ensaio possui um componente moral, pois parte da tendência de pensar, equivocamente, que, se um político é um grande esta-

76 Azaña. III, 11.
77 Azaña, III, 8.
78 Azaña, III, 10.
79 Nas palavras de Ortega y Gasset: "Se alguma coisa no mundo tem direito a surpreender e maravilhar é que esse homem, alheio às Chancelarias e à Administração, ocupado em um perpétuo tráfego de amores turbulentos, de brigas, de canalhadas, que vai de prisão em prisão, de dívida em dívida, de fuga em fuga, subitamente, por ocasião dos Estados gerais, vire um homem político, improvise, cabe dizer que em poucas horas, toda uma política nova, que vai ser a política do XIX …" (p. 217)

dista, é também boa pessoa. Ortega y Gasset argumenta que os bons políticos não necessariamente são boas pessoas, mas possuem uma série de qualidades, entre as quais destaca a clássica da oratória[80], unida a um elemento físico, que dava a Mirabeau um "ar de leão". Ambos os elementos constituem a retórica. Além disso, e como terceira qualidade, em uma época caracterizada pela desordem e pela ânsia de instaurar uma monarquia constitucional, Mirabeau mostrava sua capacidade de organizador nato, já que, aonde quer que chegasse, estabelecia a ordem, outro sintoma de um grande homem político.

Ortega y Gasset elabora duas classificações de tipos de homens: a primeira divide-os entre os magnânimos e os pusilânimes. Os primeiros são os que têm a missão de criar: viver e ser é, para eles, fazer grandes coisas, produzir obras de grande calibre[81]. Os pusilânimes, por outro lado, carecem dessa missão criadora: viver é simplesmente existência, conservação, andar entre as coisas que já estão ali, ou seja, manter o *status quo*.

Qualquer acusação de imoralidade era cauterizada pela magnanimidade, pois, em vez de considerar seus atos, o político simplesmente vai direto à execução deles. Por isso, mais que imoralidade, poderíamos chamá-la falta de escrúpulos. Isto é, o peso do político/intelectual é mais importante do que a moralidade/imoralidade[82]. Ortega y Gasset destaca em Mirabeau que sua corrupção ou desonestidade é o que sempre caracterizou suas ações públicas, mas que, no entanto, era uma política clara, porque uma política é clara quando sua definição não o é. É por isso que vimos ao mundo para fazer política ou para fazer definições. Se bem as definições são claras, os atos que elas inspiram são confusos e contraditórios. A política, no entanto, é

80 "A eloquência é o encanto dos homens reunidos". Ortega y Gasset (1936: 183).

81 Nesse sentido, César tinha a "indomável" ambição de criar coisas e de organizar a história, constituindo um exemplo de homem (e político) magnânimo. No caso de Mirabeau, Ortega y Gasset constata que o regime de magnanimidade provoca a incapacitação para o serviço às virtudes menores e provoca a tendência a certos vícios, principalmente no homem público. Apesar de todas essas qualidades, há sempre um elemento de venalidade, coisa que para o autor, não necessariamente é negativo.

82 Ortega y Gasset (1936: 206-207).

clara nos fatos e contraditória nas definições. A política não deve ser definida antes, mas através da ação no seu contexto.

A segunda classificação é a que Ortega y Gasset faz entre os políticos[83] e os intelectuais. Enquanto o político precisa da ação, de estar ocupado, o intelectual não sente a necessidade da ação, mas a vê como um obstáculo que vale a pena eludir, e, só às vezes, executar[84]. Além disso, os políticos não tem personalidade — e por isso não tem vida privada—, já que a personalidade está em seus atos e obras, e não tem vida interior como sim a tem o intelectual[85]. Por isso, as principais qualidades de um grande político, segundo os arquétipos e exemplos históricos, consistem na impulsividade, imprecisão; no caráter público de todas as suas ações, e, portanto, na carência de uma vida privada, características que definem ao político. Embora pareçam um pouco exageradas[86], é possível entender os conceitos que o autor propõe sobre como deve ser e atuar o grande político. Não que seja impossível ser as duas coisas (intelectual e político, como é demostrado no caso de César), no entanto, os "ingredientes" mencionados formam parte fundamental do que deve ser um político, embora essas características não bastem para ser um "político de gênio". Finalmente, a qualidade do político também depende da sociedade e das tarefas com as quais se enfrenta[87].

83 Mirabeau era um homem de ação; inexistente e invisível para si mesmo, não tomava decisões premeditadas, mas era um homem definido por suas ações públicas. César era um caso exemplar de político mais intelectual do que Mirabeau.

84 Segundo Ortega y Gasset, "pensar é ocupação antes da ocupação, é preocupação, interposição de ideias entre o desejo e a execução." (p. 206).

85 No entanto, Ortega y Gasset diz que "os autores destacam que os grandes homens políticos, apesar de suas conquistas, não conseguem nunca conquistar uma mulher, dada sua carência de vida interior e existência privada. A cita de Mirabeau, para o autor, resume essa ideia: "Eu não posso excomungar ninguém. Na verdade, tudo me parece bem; os fatos, os homens, as coisas, as opiniões; tudo tem uma asa, uma alça." Para os autores, todos os grandes homens políticos tem essa visão." Ortega y Gasset (1936: 213-214).

86 Nas palavras de Ortega y Gasset: "Tenho procurado exagerar aquilo que faz do político uma espécie de homem oposta à do intelectual, mas já se vê: embora em seus cimentos orgânicos e em seu mecanismo psicológico, o político seja a fórmula contrária do homem destinado à intelecção, não será um grande político se não possuir uma política de alto mar, de poderosa envergadura e longa travessia, se não tiver uma revelação do que, através do Estado, há de ser feito numa nação. Agora bem, sendo essa clarividência obra do intelecto, parece ilusório achar que o político pode sê-lo sem ser, ao mesmo tempo, em grande parte, intelectual." (P. 225)

87 No caso de César, este teve que reorganizar o estado e a sociedade mesma. No caso de Mirabeau, a tarefa foi mais simples, pois teve que reduzir o Estado, além de implantar a democracia.

Na conclusão do ensaio de Ortega y Gasset destaca-se a falta de verdadeiros políticos na Europa, enfatizando a necessidade de que sejam cada vez mais intelectuais, além das outras qualidades mencionadas ao longo do ensaio. Assim como Manuel Azaña, este apela, mais que à inteligência, a um tipo de intuição histórica, ou seja, ao conhecimento sobre o passado, que permite aos políticos atuar no presente para ter uma ideia clara do que fazer, como agente do Estado, em uma nação.

Uma vez iniciada a segunda década do século XXI, as ideias dos próprios políticos sobre as qualidades requeridas para a ação política, dentro de uma grande variedade de posições, mal se diferenciam das ideias do passado ou da opinião pública atual. Essas ideias podem se limitar exclusivamente à moralidade profunda[88] ou à liderança democrática[89] ou à prudência[90]. Mas também podem incluir uma longa série de fatores: boa cabeça, capacidade de comunicação, sintonia com os tempos que correm e bom critério[91] ou inteligência, rapidez, encanto e acessibilidade[92]; ser autên-

88 "O importante é que as pessoas tenham um sentimento moral profundo antes de se dedicarem à política, como alguns têm feito". Entrevista feita por Pablo Ximénez de Sandoval ao senador Manuel Fraga. Ver *El País*, Madri, de 17 de 2009

89 "Sempre disse que, antes que mais nada, queria exercer uma liderança democrática. Isso supõe respeito democrático pelos adversários e, claro, fazer que as pessoas do seu partido sintam-se bem". Entrevista feita por Vicente Jiménez ao presidente José Luís Rodríguez Zapatero. El País. Madri, http://www.elpais.com/articulo/espana/Voy/hacer/campana/explicando/hemos/salido/crisis/elpepuesp/20110401elpepunac_28/Tes 02.04.11

90 Moskop (1996); assim como as palavras do presidente chileno Sebastián Piñera a Javier Moreno em El País. Madri, 06.03.11: "Não sou desses que nunca tem remordimentos, me arrependo de muitas coisas; com os anos, as pessoas perdem força nos músculos, flexibilidade nas articulações, o cabelo vira mais branco, mas ganham sabedoria, compreensão e prudência. E acho que tenho ido ganhando nesses fatores, e claro que me arrependo de muitas coisas. Por desgraça existe essa questão de que a palavra dita e a flecha lançada não voltam. E por isso penso cada dia mais na prudência. E gosto mais da calma". http://www.elpais.com/articulo/reportajes/Nos/hemos/propuesto/terminar/pobreza/extrema/anos/elpepusocdmg/20110306elpdmgrep_6/Tes

91 "Há certas qualidades objetivas necessárias para ser primeiro ministro ou presidente", afirma Tristan Garel-Jones, deputado e ministro conservador da época de Margaret Thatcher e John Major. "Primeiro, é preciso uma boa cabeça. Segundo, boa capacidade comunicativa. Terceiro, estar pessoalmente em sintonia com os tempos que correm em seu próprio país. E acredito que em todas essas condições tira uma nota muito alta", opina. "Dito isso, a qualidade essencial que todo líder precisa é judgment, que em português poderia ser traduzido como bom critério, saber escolher entre diferentes opções", expõe. Em Walter Oppenheimer. "O enigma inglês. David Donald William Cameron é a grande esperança dos conservadores britânicos". El País, Madri, 21.03.2010

92 Edward Said, intelectual e ex-membro do Conselho Nacional Palestino fala assim sobre Yasser Arafat no livro Conversações com Edward Said: "Fiquei impressionado pela sua inteligência, rapidez, memória, seu fantástico encanto (…) Ele podia interatuar, manter sete conversações simultaneamente, fazer vinte coisas diferentes, você sabe, falar, comer, atender ao telefone, escrever, assistir televisão, tudo ao mesmo tempo. E fazê-lo, em meu modo de ver, muito abertamente. Diferentemente dos líderes árabes, ele era acessível (…) e sempre dava a impressão de estar tentando aprender". Tariq Ali. "Edward Said:

tico e estar sempre presente, aberto e disposto[93]; ter consciência de possuir uma responsabilidade superior à das outras personas por usar ferramentas públicas e afetar as ações de muitos, vocação de serviço e altruísmo que leva a uma visão instrumental do poder para servir o país, atualização, estudo permanente, princípios e convicções arraigadas, honestidade com relação aos bens públicos e vocação transformadora[94]; ter interiorizado os pilares do regime político, conhecer a história do país e dos países vizinhos, ter se especializado em pelo menos um âmbito concreto e certa compreensão básica da economia[95]; ser capaz e/ou sensível para reconhecer o estado de ânimo de outros; mudar o estado de ânimo de outros (de negativo para positivo ou de positivo para mais positivo); fortaleza emocional no sentido de capacidade para manter o foco tanto quando tudo vai bem quanto quando vai muito mal; capacidade de criar uma sociedade plural nas ideias, diversa nos sentimentos de identidade e contraditória nos interesses, um projeto comum que desperte interesse em todos em maior ou menor medida[96]. Uma lista, às vezes, contraditória, que a mídia não faz mais que exacerbar[97], ajudando a criar confusão sobre o assunto e, o que é ainda pior, a aumentar o clima de desconfiança.

Os dados agregados do PELA[98] oferecem também boas pistas sobre quais as características específicas necessárias para ser um bom político e também para

a pena ou a espada". El País. Madri. 21 de março de 2010

93 Entrevista de Luís Sánchez Mellado a Rosa Aguilar. El País, Madri, de 21 de novembro de 2010. http://www.elpais.com/articulo/portada/soy/trofeo/Guino/izquierda/Todos/guinos/complices/elpepuesp/20101121elpepspor_9/Tes

94 Segundo Ottón Solís, ministro e deputado pelo Partido de Liberação Nacional de Costa Rica e, depois, fundador do Partido de Acción Ciudadana e três vezes candidato presidencial, ver Solís Fallas (1999).

95 Seriam os requisitos mínimos para um político profissional segundo Schmidt (2009: 55 e198).

96 Segundo Felipe González na entrevista de Juan José Millás, *El País*, Madri, 7 de novembro de 2010.

97 Baste como exemplo a seguinte crônica sobre as eleições legislativas holandesas de 2010 onde o relevante é a necessidade de políticos "com brilho", deixando de lado aqueles com uma gestão sólida e certa respeitabilidade: "Além das coalizões, cuja formação usualmente é demorada vários meses, a campanha eleitoral tem manifestado outra realidade: a falta de líderes com brilho. Acontece com o socialdemocrata Job Cohen, de 63 anos. Como prefeito de Amsterdam ganhou respeito internacional em 2004, por manter a paz cidadã depois do assassinato do cineasta Theo van Gogh, em mãos de um holandês de origem marroquino. Como político, mostra pouco espírito competitivo, seus conhecimentos econômicos são fracos e sua rapidez nos debates não é suficiente. Mas é um gerente sólido e uma figura respeitada. Sobre Jan Peter Balkenende, líder democrata cristão e destacado primer ministro, até seus achegados admitem seu esgotamento". Ver crônica de Isabel Ferrer. *El País*. Madri. 7 de março de 2010

98 Ver também, entre outros, os trabalhos de Ruiz Rodríguez (2007) e de Alcántara (2008).

ganhar as eleições, segundo os legisladores latino-americanos. A Tabela 4.3 reúne, por país, os dados referentes às características do bom político e mostra, de forma muito clara, que a honra é a característica mais valorizada no conjunto de todos os entrevistados; salvo no Brasil, onde é a capacidade de identificar problemas, que é a segunda característica mais frequente, antes do carisma. Os últimos lugares nas preferências dos deputados, salvo na Colômbia, são ocupados tanto pela formação quanto pela experiência.

Tabela 4.3. Característica mais importante que deve ter um bom político segundo os deputados

País	Carisma	Experiência	Honra	Eficiência	Capacidade de decisão	Compromisso	Formação	Capacidade de identificar problemas	Cumprir promessas eleitorais
Argentina	6,9	9,5	107,8	34,4	20,1	29,6	9,1	64,6	9,9
Bolívia	49	25,3	77,3	21,6	14,4	38,7	12,9	31,4	28,9
Brasil	21,8	7,5	-	49,8	-	76,1	23,2	80,4	30,6
Chile	8,1	4,7	105,2	26,2	15,1	64,5	8,7	57,6	9,9
Colômbia	33,3	48,9	65,9	26,1	25,9	45,8	19,3	24,3	4,7
Costa Rica	31,3	2,8	104,5	33,3	17,1	27,9	22,5	47,9	7,3
Equador	31,8	9,1	116,7	24,2	18,2	18,7	12,8	46,9	21,5
El Salvador	31,6	8,1	119,9	26,5	27,2	14,7	5,9	47,1	19,1
Guatemala	57,6	15,8	93,8	38	14,9	17,9	12,1	32,4	17,5
Honduras	52,2	14,8	103,3	14,8	6,6	35,2	11	39,6	22,5
México	8,2	10,7	100,1	46,3	17	33,5	12,1	54,9	16,8
Nicarágua	38,4	2,9	115,9	32,6	16,7	20,3	9,4	34,1	29,7
Panamá	61,8	7	90,6	27,4	10,2	23,5	9,4	44	26
Paraguai	11,1	11,1	78,5	67,4	8,3	52,8	9	43,8	18,1
Peru	14,8	13	110,7	35,4	14,7	32,4	22,7	46,8	9,5
R. Dominicana	75,6	13,2	116,2	26	4,1	8,5	13,6	34,6	5,1
Uruguai	10,1	18,7	98,3	26,6	12,1	68,3	7,6	44	14,4

Pergunta: Fala-se com frequência da importância de haver bons políticos. Em sua opinião, que característica deveria ter um bom político? E em segundo lugar? E em terceiro lugar?
*Soma de porcentagens das respostas de "em primeiro lugar", "em segundo lugar" e "em terceiro lugar" ponderando o primeiro lugar pelo triplo do seu valor e o segundo lugar pelo dobro. Entrevistas realizadas entre 2009 e 2011.
Fonte: PELA (1994-2011).

Embora, na bateria de respostas fechadas, o entrevistado não pudesse selecionar as mesmas características escolhidas do bom político para responder sobre as características necessárias para ganhar as eleições, as Tabelas 4.4 e 4.5 permitem fazer uma comparação interessante, pois pergunta pela característica mais importante para ganhar as eleições e também sobre as razões pelas quais o entrevistado acredita ter ganhado as eleições.

Tabela 4.4. Característica mais importante para ganhar as eleições

	Formação	Experiência	Honra	Carisma	Liderança
Argentina	14,5	18,5	21,9	51,6	77,2
Bolívia	17,2	19,2	52,2	41,9	68,7
Brasil	10,1	17,5	53,9	43,7	71,8
Chile	7,8	16,3	39,5	58,1	78,3
Colômbia	33,9	49,5	25,9	30,5	52,9
Costa Rica	6	15,5	39,3	57,1	78,6
Equador	24,3	20,3	68,3	42,2	44,1
El Salvador	7,8	19,6	46,1	40,2	86,3
Honduras	30	34,4	57,1	57,9	20,5
México	10,7	16,5	35,6	69,6	63,3
Panamá	12,5	24	28,1	63,5	71,9
Peru	9,6	30,3	41,9	44,9	73,3
R. Dominicana	9,3	23,4	55,9	63,8	46,5
Uruguai	10,8	33,7	40,4	58,7	56,3

Pergunta: Das seguintes características mostradas: qual você acha mais importante para ganhar as eleições? E em segundo lugar?
*Soma das porcentagens das respostas de "em primeiro lugar", "em segundo lugar" e "em terceiro lugar" ponderando o primeiro lugar pelo triplo do seu valor e o segundo lugar pelo dobro. Entrevistas realizadas entre 2009 e 2011.
Fonte: PELA (1994-2011).

Ainda que sejam características ou razões não facilmente comparáveis, é significativo que, no caso das características teóricas, a honra só se mantém como característica mais importante para ganhar as eleições para os deputados do Equador; no resto dos países, os deputados entrevistados preferem a liderança, com exceção de Honduras e do Uruguai, onde o carisma é estimado como o atributo mais importante. Novamente, a experiência e a formação só são valorizadas na Colômbia.

Tabela 4.5. Valores médios das razões do sucesso eleitoral dos deputados segundo eles mesmos* (1995-2008)

País	A ideologia e o programa	A experiência	A simpatia pessoal	A campanha eleitoral	A imagem do líder
El Salvador	*99,2*	**29,2**	***26,9***	19,8	20,7
Nicarágua	*72,2*	**41,4**	***30***	23,4	24
Uruguai	*65*	***43,6***	14,6	29	**47,2**
Bolívia	*61,9*	**46,7**	26,2	28,6	***30,3***
Argentina	**60,4**	*65,8*	9,2	28,1	***28,6***
México	**55,2**	*63,6*	17,3	***46,9***	7,6
Venezuela	*55*	***40,8***	25,1	23,2	**52**
Guatemala	*54,5*	***37,9***	**47,1**	25,5	30,1
Equador	*51,7*	**43,8**	***40,2***	24,1	34,2
Peru	*50,1*	**47,5**	***36,7***	27,7	31
Costa Rica	**46,3**	*53,7*	21,4	***35***	31,9
Chile	***40,7***	*60,2*	31,7	**43,8**	2,6
Colômbia	***38***	*51,6*	35,5	**47,6**	16,5
R. Dominicana	***35,5***	18,8	*76,8*	**43,4**	17,4
Paraguai	***32,6***	*52,5*	**43,3**	29,9	30,2
Honduras	25,1	32,2	*66,6*	**37,9**	***30,9***
Panamá	21,6	***30***	*69,8*	**54,5**	17,3
Brasil	**20,8**	*80,4*	16,7	**52,4**	10,4

Pergunta: Por qual dessas razões você acha que foi escolhido como deputado?
*Soma das porcentagens que apontam cada uma das razões em primeiro e segundo lugar.
Legenda: *Pontuação mais alta*; **Segunda pontuação**; ***Terceira pontuação.***
Fonte: PELA (1994-2011).

No entanto, na hora de especificar as razões às quais os deputados atribuem seu sucesso eleitoral, e que são muito díspares de um país para o outro, a ideologia e o programa são combinados com a experiência, exceto em Honduras, no Panamá e na República Dominicana. A ideologia e o programa são a principal razão em oito países, enquanto que a experiência o é em sete países (nesse sentido, ver a evolução temporal desagregada de ambos nas Tabelas 4.6 e 4.7).

Tabela 4.6. A experiência como causa do sucesso eleitoral dos deputados*

País**	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
Brasil			59,7		101,1	80,4
Argentina	54,3		68,9	66,3	73,8	65,8
México	59,1	51,2	62,4	62	83,5	63,6
Chile	69	62,7		53,4	55,8	60,2
Costa Rica	63,9	44,4		50,3	56	53,7
Paraguai	46,3		78,9	32,4		52,5
Colômbia	48,5		51,2	64,9	41,6	51,6
Peru		44,2		50,5	47,8	47,5
Bolívia	40,8		39,4	35,7	70,8	46,7
Equador	50		40,8		40,5	43,8
Uruguai	-	43,7	48,9		38,1	43,6
Nicarágua	27,5	43,7		53,1		41,4
Venezuela	-	40,8				40,8
Guatemala	28,7	32,9	46,5	43,3		37,9
Honduras	22,5	29,2		33,7	43,2	32,2
Panamá		34,4	30,6		25	30,0
El Salvador	27,4	24,2	39,2	34,6	20,8	29,2
R. Dominicana	21,7	17,9		16,8		18,8

Pergunta: Por qual dessas razões você acha ter sido escolhido como deputado?
*Soma das porcentagens que apontam em primeiro e segundo lugar "pela experiência anterior em outros cargos políticos e/ou públicos" ponderando o primeiro lugar pelo dobro do seu valor.
**As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
Fonte: PELA (1994-2011).

Tabela 4.7. A ideologia e o programa como causas do sucesso eleitoral dos deputados*

País**	1997-1999	2000-2002	2003-2005	2006-2008	2009-2011	Média
El Salvador	107,6	97,4	96,7	102,2	92	99,2
Nicarágua	78,4	79,5		61,8		72,2
Uruguai	49,3[2***]	81,4	60		69,1	65,0
Bolívia	67,3		68,3	60,4	51,5	61,9
Argentina	77,3		42,3	71	50,8	60,4
México	63	61,9	56,1	59,3	35,7	55,2
Venezuela	68,6[1***]	41,3				55,0
Guatemala	77,7	59,1	45	36		54,5
Equador	44		57,8		53,2	51,7
Peru		40,1		58,5	51,8	50,1
Costa Rica	39,5	31,4		64,3	50	46,3
Chile	33,3	38,2		31,5	59,7	40,7
Colômbia	21,9		34,4	44	51,5	38,0
R. Dominicana	50,1	31,5		24,9		35,5
Paraguai	48,4		24,4	25		32,6
Honduras	30	29,3		12,5	28,6	25,1
Panamá		38,5	14,8		11,5	21,6
Brasil			27,9		13,7	20,8

Pergunta: Por qual dessas razões você acha ter sido escolhido como deputado?
*Soma das porcentagens que apontam em primeiro e segundo lugar "pelo programa do partido" e "pela ideologia política do partido" ponderando o primeiro lugar pelo dobro do seu valor
**As entrevistas foram realizadas dentro dos intervalos de tempo considerados, os anos não coincidem exatamente ao se tratar de legislaturas com duração diferente. Salvo no Brasil, as entrevistas foram realizadas no início da legislatura.
***Só se perguntava sobre o "programa do partido" | [1]Entrevistas realizadas em 1995 | [2]Entrevistas realizadas em 1996
Fonte: PELA (1994-2011).

3.3. Os atributos do político: entre sua perícia profissional e a ética

O pensamento político não difere dos parâmetros estabelecidos nas seções precedentes. Weber coloca no terreno da ética as qualidades entendidas por ele como decisivamente importantes para o político: a paixão, no sentido de "positividade", de entrega apaixonada a uma "causa", o senso de responsabilidade e a qualidade psicológica da moderação, definida como "a capacidade para deixar que a realidade atue sobre nós sem perder o resguardo e a calma, ou seja, para guardar a distância entre homens e coisas"[99]. O valor da ética em Weber é tal, que centra a formação do "homem autêntico, capaz de ter vocação política, na complementariedade da ética da responsabilidade e da ética da convicção"[100].

Há uma permanente tensão em todo político que confronta a prática do seu ofício, paulatinamente profissionalizado, com o sentido ético pelo qual é guiado. Na teoria política, a maior realização de Hannah Arendt[101] foi precisamente recuperar e restaurar a antiga concepção das virtudes e da sensibilidade públicas como parte da política, que era a forma humana mais alta de associação. Essa tensão ocorre em um âmbito caracterizado, em praticamente todo o mundo, pela competência eleitoral. Por isso, como já indicado por Joseph Schumpeter, era preciso que o material humano da política contasse com habilidades adequadas e caráter moral, vocação para concorrer a eleições e energia para a competição[102]. Uma lição prática desse dilema pode derivar-se do confronto eleitoral ocorrido na Nicarágua entre Daniel Ortega e Violeta Barrios de Chamorro, em 1990. Enquanto as enquetes davam uma vitória segura para o primeiro, líder experiente de uma revolução triunfante com notável

99 Weber (1987: 153).

100 Weber (1987: 176).

101 O padrão moral apropriado no mundo da política é o perdão, um código moral baseado no pluralismo. Ver Arendt (1959: 212).

102 Schumpeter (1947:. 290), também acrescentava: "there may be many ways in which politicians of sufficiently good quality can be secured", mas, imediatamente, a única fórmula que dava era a dos benefícios da competição eleitoral como excelente processo seletivo , e seu pertencimento a uma classe social que acumulara tradição, experiência e certa submissão a um código profissional indefinido.

apoio popular, as urnas premiaram a candidata sem experiência, mas que era percebida pelos eleitores como uma autêntica líder moral[103].

Com respeito à perícia que deve ter o político, Robert Dahl enfatiza o nível de profissionalização necessário para que um político tenha habilidade, concebida como a capacidade de ter mais influência que outros usando os mesmos recursos. Os bons políticos profissionais tem mais habilidade do que as pessoas comuns, e isso é assim por duas razões: eles estão mais motivados para aprender e dispõem de mais tempo para fazê-lo[104]. É por isso que o político com mais sucesso é o político de tempo integral. Além disso, o político profissional tem que tolerar uma profusão de contatos que muitos cidadãos achariam cansativa; deve interagir com um grande número de pessoas, cultivar tantas amizades como possível e dar a impressão de que gosta de encontrar a todos eles[105]. Tudo isso constitui a figura de empresário político proposta por Dahl[106].

O verdadeiro político de sucesso é aquele que consegue tornar-se um empresário político; isso implica não só usar todos os recursos ao seu alcance, mas também a capacidade de criar e, assim, estruturar sua influência de forma piramidal. No fundo, tudo isso está relacionado com as habilidades que funcionam na política americana, as do mundo empresarial; mas com independência de tudo isso, um político deve saber falar, e essa é a razão pela qual, no mundo político, a presença de professores e advogados litigantes é tão alta; além disso, os políticos não só devem gostar de política, mas também devem acreditar no governo como instituição[107] e, com muita frequência, aceitar as regras do partido no qual militam.

103 "While seeing Chamorro as inexperienced and poorly prepared for the presidency they [citizens] saw her as caring about the people and as more honest and more of a patriot than was Ortega. And they saw her not simply as someone who would be acceptable to the United States and whose election would end U. S. hostilities, but as a potential leader capable of generating reconciliation and national restructuring". Anderson e Dodd (2005: 16).

104 Dahl (1961: 307).

105 Dahl (1961: 300).

106 Dahl (1961: 308).

107 Ehrenhalt (1991: 17-20).

Mas a tensão aparece em seguida, pois os homens públicos e de política pertencem a uma comunidade moral em dois sentidos específicos: em primeiro lugar, a vida política da cidadania constitui uma opção moral feita livremente por pessoas que facilmente poderiam ter escolhido outra opção. Em segundo lugar, a associação política é uma comunidade moral baseada na confiança, a amizade e o respeito mútuo, aspectos sem os quais o mundo político não existe[108].

Formar parte de uma comunidade moral possibilita indagar em que medida os políticos são moralmente piores que a maioria das pessoas, o que conduz a um dos assuntos principais da política e da vida dos políticos, cuja atualidade é permanente e que pode ser concebida, segundo Michael Walzer, como o problema das mãos sujas[109]. Seu esclarecimento está relacionado com a necessária diferenciação do político de outros atores na sociedade. Walzer propõe a existência de três elementos diferenciadores. Em primeiro lugar, o político, além de representar os interesses dos cidadãos, também atua em nome deles. O político possui metas, projetos, e causas que requerem o apoio da população. É por isso que não pode servir às pessoas sem servir a si mesmo, já que com o sucesso lhe é dado poder, coisa desejada por muitos políticos ou pessoas não políticas. Por isso a competência é superada pela tentação, e muitos políticos estão resignados à possibilidade de mentir, se for para acumular mais poder. Em segundo lugar, os políticos são piores que a maioria porque nos governam, e os prazeres de governar são maiores que os prazeres de ser governado. Os impostos e tudo aquilo que nos é permitido e proibido fazer tornam o político bem-sucedido um arquiteto dos nossos limites. Daí a confiança do político no seu próprio juízo, arrogante, segundo Walzer. A arrogância é importante porque, em terceiro lugar, os políticos bem-sucedidos recorrem à violência e ameaçam com esta não só outras nações em nossa suposta defesa, mas também contra nós e em nome do bem

108 Arendt (1959: 218-223).
109 Walzer (2010).

comum[110], o que constitui um dos pontos principais da "Política como profissão" de Max Weber. A presença da violência ao longo da história humana tende a certo tipo de poder ao qual todos os políticos aspiram. Os homens que atuam em nome dos cidadãos e em nome dos que exercem a violência em nossa sociedade, muitas vezes, parecem fazer o mesmo, muito fácil e rapidamente.

No entanto, Walzer é consciente de que pode haver bons políticos que entrem no cenário político querendo realmente realizar alguma reforma no sistema. Logo, são obrigados a aprender a primeira lição de Maquiavel, que é a de como tornar-se um político que não é bom. Alguns são incapazes de aprender, e muitos proclamam ser incapazes de fazê-lo. Não obstante, o político não terá sucesso até terminar de aprender, pois, uma vez na política, a sua participação na luta pelo poder com todos os outros políticos (maus) será inevitável. A tensão é agravada pelo peso que a má conduta, e sobretudo a corrupção, tem na deterioração da imagem dos políticos que, como se sabe, é enorme[111]. A perplexidade é, então, manifesta, pois aqueles outros políticos que desempenham uma atividade política marcada pelo idealismo, acompanhado da vocação de serviço e entrega em beneficio da comunidade, parecem ficar anulados. Tudo isso é agravado nos casos em que a corrupção fica impune.

Um último elemento que quero considerar é que, por cima da atividade profissional de um político, pelo fato de estar marcado pelo credo democrático do qual participa, a tarefa característica do representante democrático é seu explícito apoio à democracia[112]. Ou seja, por definição, a função do representante democrático é advogar em nome de seus representados para que seja facilitada a justa e pacífica resolução

110 No dia 7 de novembro de 2010. Uma longa entrevista foi concedida por Felipe González a Juan José Millás do jornal El País. Nesta, ao fazer referência a sua decisão de não destruir o lugar de reunião da cúpula da ETA, afirmou: "ainda não sei se fiz o correto. Não estou lhe dizendo que eu nunca o faria por razões morais. Não, não é verdade. Uma das coisas pela qual me senti torturado nas 24 horas seguintes foi pensar em quantos assassinatos de pessoas inocentes poderia evitar nos próximos quatro ou cinco anos. Essa é a literatura. O resultado foi dizer não".

111 Numerosos estudos assim o demonstram, tanto para casos nacionais, como o do Japão, Pharr (2000); quanto em âmbitos mais gerais, della Porta (2000).

112 Sabl (2002) e Dovi (2007).

dos desacordos políticos no interior de uma sociedade pluralista. Mas, para comprometer-se bem com o apoio explícito à democracia, o representante democrático deve ser consciente de que, de acordo com Suzanne L. Dovi, são necessárias três virtudes. A virtude da justa disponibilidade (*fair-mindedness*), relacionada com a capacidade do bom representante democrático de desenvolver políticas públicas que contribuam para o correto funcionamento das instituições democráticas; é através dessa virtude que o representante contribui à consecução do valor da igualdade cívica. A virtude da construção da confiança crítica (*critical trust building*) por meio da qual o representante ajuda a dar valor ao autogoverno. E a virtude do bom guardião (*good gatekeeping*), pela qual se alcança o valor da inclusão. Essas virtudes configuram o triângulo de ouro de inequívoco componente democrático, que todo político deve ter.

4. Qualidade da política e qualidade dos políticos

> *Noventa por cento dos deputados de nosso país são inferiores em cultura a um tenente primeiro de nosso exército... Vocês sabem melhor do que eu que, para ser deputado, é preciso ter feito uma carreira de mentiras, começado como vagabundo de comitê, transigindo e fazendo vida comum com esborniadores de todas as classes, enfim, uma vida à margem do código e da verdade... Em nossa câmara de deputados e senadores, há sujeitos acusados de usura e homicídio, bandidos vendidos a empresas estrangeiras, indivíduos de uma ignorância tão crassa, que o parlamentarismo aqui é a comedia mais grotesca pela qual um pais tenha sido envilecido...*
>
> ***Roberto Arlt***[113]

Se qualquer atividade precisa de profissionais de qualidade, na política a exigência não é menor. Agora, nos últimos anos os estudos sobre a qualidade da política avançaram separados da atenção à existência de políticos de qualidade. É como se não houvesse nenhuma relação entre políticos e política e, no entanto, o sucesso

113 Roberto Arlt (2005 [1929]: 98), em *Os sete loucos*.

dessa última está vinculado com seu material humano, que deveria ser de qualidade suficientemente alta[114]. Portanto, o fato da literatura produzida na última década sobre a qualidade da democracia[115] mal ter discutido o papel desempenhado pelos políticos deve ser remediado. Eles aparecem tangencialmente quando se menciona os resultados do modelo de análise proposto para a capacidade de resposta (*responsiveness* do regime político), na medida em que se aborda, muito timidamente, a atuação dos executores políticos responsáveis pelas políticas públicas[116]. A preocupação dos estudiosos em torno da necessária relação entre a qualidade da democracia e a dos políticos é muito recente. É reconhecido o papel dos políticos profissionais nos processos de democratização[117], denuncia-se a responsabilidade dos maus políticos nos problemas da democracia representativa[118] e relaciona-se a qualidade da democracia deliberativa e a qualidade dos representantes[119]. No entanto, é mais questionável relacionar os níveis de educação dos políticos com a qualidade da política, pois fazê-lo poderia ser sinônimo de maiores desigualdades[120].

Os políticos surgem de dentro da sociedade em que vivem, marcados pelos valores nela reinantes, portanto, em grande medida, não deixam de traduzir os traços de identidade que a definem[121]. Os legados históricos, sociais e culturais devem

114 Era a primeira das quatro condições que Schumpeter (1947: 290) estabeleceu para que a democracia fosse um sucesso. Em um panorama mais amplo, mas na mesma direção, Scott, ao analisar o papel das elites políticas na América Latina, apontou: "To be sure: a modernizing and more democratic political pattern depends mainly upon the ability of the political elites to change". Scott (1967:). 134).

115 Altman e Pérez-Liñán (2002), O´Donnell, Vargas e Iazzetta (2004); Diamond e Morlino (2005); Mainwaring, Scully e Vargas Cullell (2010); e Levine e Molina (2011).

116 Powell (2005).

117 Schmitter (2010: 26-27), aponta que: "Democratization requires not just amateur citizens but also professional politicians. There is a persistent myth that elected official are just normal people who lend themselves temporarily to public service. Amateurs may lead struggle against autocracy and occupy top posts early in a transition, but they will soon give way to political professionals. Politicians today need ample party and personal resources to win elections, require specialized knowledge in order to hold technocrats accountable, and must surround themselves with experts in polling and the like in order to stay in office".

118 Pasquino (2010) aponta que "em última análise, minha avaliação é de que a qualidade da classe política (e antipolítica) é a responsável pelo mau funcionamento no sistema político italiano e de seu modelo parlamentar".

119 Bermeo (2003).

120 Rivas, Vicente e Sánchez (2010).

121 "…O fácil nas sociedades onde existe um exíguo afinco da responsabilidade individual é por a culpa sem-

sempre ser tomados em conta[122], mas é também evidente que os políticos como profissionais podem ou não ser dotados de certos atributos que contribuem para que seu trabalho seja de melhor qualidade. É verdade que um político de qualidade não serve de nada se não houver um contexto determinado no qual ele possa inserir-se de maneira bem sucedida. Há centenas de exemplos de políticos fracassados ou que inclusive terminaram desastrosamente e que, no entanto, reuniam grande parte da lista de condições aqui exposta. No âmbito latino-americano podem ser trazidos a consideração os casos de presidentes que não terminaram seus mandatos na década de 2000 e que possuíam notáveis qualidades pessoais, tais como De la Rúa, na Argentina, Jamil Mahuad, no Equador, assim como Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa, na Bolívia. É por isso que se torna necessário uma perspectiva que integre aspectos individuais e outros de caráter institucional. É sabido que alguns preditores efetivos da qualidade dos candidatos são o pertencimento ao partido majoritário, ter dinheiro e visibilidade e possuir experiência, assim como conhecimento do distrito[123], aspectos que, em grande medida, coincidem com um conceito específico de capital político[124] possuído pelos políticos e que, embora varie segundo o partido no qual militam, está composto pelo tempo de serviço no partido, os recursos financeiros e as redes políticas com que conta.

Esse envolvimento do político com a mídia ocorre principalmente nos par-

pre nos dirigentes quando as coisas vão mal para nós... A existência de políticos de baixa qualidade é difícil em uma sociedade de cidadãos exigentes…". Fernando Vallespín. "Quem é pior, nossos políticos ou os cidadãos? El País, Madri, de 26 de dezembro 2009. Algo já aventurado por John Stuart Mill ao reconhecer que a forma de governo apropriada para qualquer sociedade dependia das capacidades dos cidadãos. Para o caso da América Latina e com mais preocupação no caso peruano, Dargent Bocanegra faz referência aos democratas precários pertencentes às elites políticas da região, que comportam inequívocos efeitos negativos na sua política, pois "subordinam as regras e valores da democracia a seus interesses de curto e médio prazo. Em tempos democráticos, os democratas precários respeitarão os requisitos procedimentais mínimos... No entanto, a grande diferença com as elites das democracias consolidadas é que os democratas precários estão à espera de quebrar essas regras quando as condições lhes forem favoráveis" (2009: 27).

122 "Certa vez, o general Torrijos, frente às queixas constantes dos residentes dos corregimentos, fruto da desaforada conduta dos seus representantes, formulou a seguinte frase lapidária: 'A comunidade que escolhe um malandro é tão malandra quanto esse'. Antonio Saldaña. "Não é o Presidente, é a Constituição". La Prensa (Panamá), 3 de novembro de 2010.

123 Fowler e McClure (1989: 237).

124 Norris, (1997: 209).

tidos, que são o nicho natural do político. De forma que a sorte do político é, em grande medida, condicionada pelo partido, e a explosão de sua qualidade intrínseca é resultado das características do partido, tanto em sua estrutura interna quanto em sua idiossincrasia. Os partidos, em uma corrida constante para aumentar seu poder, ao mesmo tempo em que conseguem satisfazer a ambição de seus militantes ou colegas de viagem, projetam sua influência em numerosos âmbitos da vida pública, sendo a mais explícita a expansão dos cargos. É um cenário no qual todos ganham, pois os partidos ampliam sua zona de influência e os políticos profissionais contam com maior espaço para desenvolver sua carreira e satisfazer suas expectativas. Este abarcamento resultante da acumulação, não só de assessores, mas também de postos em âmbitos muito diversos, foi típico do Estado desenvolvimentista na América Latina na sua época dourada das décadas de 1960 e 1970. Agora, ele é renovado sob o amparo de outros mecanismos, tais como os entes reguladores e outras expressões da influência política nos quais os partidos têm quotas combinadas. Esse tipo de profissionalização ilegítima possui um duplo caráter contraditório. Por um lado, aumenta quase exponencialmente a necessidade de políticos com melhor preparação e, por outro, é um dos fenômenos mais prejudiciais vividos pela democracia representativa, pois o povo o percebe não só como uma divisão do botim de cargos, mas também como uma forma de acesso preferencial aos cargos em nome da democracia. A deterioração do sistema político-democrático, no início da década de 1990, na Itália e Venezuela, ambos, países com elevada presença da partidocracia e um modelo, até então, de desenvolvimento democrático com um extenso aparelho estatal, é uma prova disso.

A outra face da moeda do cenário político atual reside na radical transformação observada em alguns países, nas elites de poder, que consiste na transformação de "profissionais da política para profissionais especialistas em cargos

políticos"[125]. A ascensão de especialistas tecnocratas é outra forma de profissionalização ilegítima da política. Ao contrário dos "políticos de quota" do parágrafo anterior, esse tipo de políticos baseia sua autoridade no seu conhecimento científico ou técnico, altamente aplicável na ação pública. Se o resguardo brindado pelas quotas possibilita a entrada na política de pessoas medíocres e cuja principal virtude é o leal servilismo a quem os designou, o paradigma tecnocrático respalda a excelência dos especialistas escolhidos, embora o caráter democrático do sistema político seja tensionado pelos novos dirigentes, sendo introduzida uma nova variável, pouco considerada até agora, na hora de analisar sua qualidade.

A profissionalização espúria da política, que implica a extensão irrestrita de milhares de indivíduos nela introduzidos por meio de mecanismos completamente alheios à vontade popular, é um sério problema sistêmico, com o qual se enfrenta a qualidade dos políticos como notável problema teórico global com evidentes implicações práticas. A absoluta ausência de controle, a falta de transparência e, em geral, de prestação de contas supõem um obstáculo com consequências negativas difíceis de superar.

Mas é complicado, em qualquer desses cenários, estabelecer padrões que introduzam uma medição sobre os benefícios da tarefa do profissional da política. Para aplicar o termo qualidade em um assunto como este, é preciso recordar a existência de três significados diferentes relativos ao procedimento, ao conteúdo e ao resultado[126]. Sua aplicação, como imediatamente será explicado, não é completamente frutífera.

Uma parte importante das pessoas dedicadas à política entra nela por meio de processos eleitorais competitivos nos quais são necessárias destrezas muito diferentes às da subsequente atividade de governo ou oposição. Essa é uma primeira dificuldade procedimental que, frequentemente, é deixada de lado; no entanto, não deve ser omitida a distinção existente entre os atributos, agora de conteúdo, requeri-

125 Aguilera e Fuentes (2011: 129).
126 Diamond e Morlino (2005a: xi).

dos para alcançar o poder necessário para seu exercício[127]. Uma revisão à discussão recém abordada sobre os atributos dos políticos evidencia essa situação, pois em um político "de quota" são necessárias características muito diferentes das do técnico. Além disso, há indícios da existência de uma notável relação entre os políticos profissionais e a estrutura de sua personalidade, que mostram que os políticos caracterizam-se por uma personalidade mais dogmática que o resto das pessoas[128], o que complica o cenário. Se, agora, levamos em consideração o resultado, este varia em função desse mesmo dilema, ganhar as eleições é um excelente resultado, mais ou menos melhorável em função do tipo de sucesso alcançado. Permanecer no poder por um longo período é também um bom resultado, mas de outra índole. Cumprir o programa, satisfazer as demandas ou inclusive as diversas expectativas da população, e resolver problemas são outro tipo de resultados.

Os primeiros anos da maioria das carreiras políticas que tem um componente eleitoral são marcados por uma dupla confrontação: no interior do próprio partido e com o eleitorado. As disputas vividas no partido são articuladas por meio de um mecanismo muito especial e, frequentemente, opaco no qual destrezas individuais são entrecruzadas (marcadas por submissão, conchavos, solidariedade, capacidade de trabalho, inteligência, enfim, liderança), com dispositivos institucionais, que traduzem a peculiar organização do partido e o grau diferenciado de estruturas de oportunidade existentes. Algumas das citas expostas na seção anterior oferecem evidências muito notórias. Depois, estão os requisitos que toda campanha eleitoral demanda, somados a algum dos anteriores, como a energia, a visibilidade mediática, a disciplina e a coordenação. A esse conjunto diverso de elementos somam-se as características dos adversários, dos eleitores e das próprias normas que regulam os comícios.

Tudo isso é deixado de lado, em grande parte, quando chega o passo seguinte, que representa uma determinada situação de poder, seja o Congresso, um

127 Kazee (1966:5).
128 DiRenzo (1967).

âmbito no Poder Executivo ou um terceiro organismo. A tarefa, ali, é desenvolvida sob coordenadas muito diferentes em função do caráter da instituição, do nível ocupado pelo político e da correlação de forças existente com outros grupos, tanto de natureza política (o próprio partido, os outros partidos) como administrativas (a burocracia em geral). É esse o âmbito enfatizado, desde sempre, pelos tratados sobre o bom governo e os breviários de conselho aos príncipes . De fato, a obra de Maquiavel (que leva em conta as duas vertentes aqui expostas) concentra sua atenção muita mais na segunda; como bem é sabido, a arte de permanecer no poder torna-se o argumento central, superando a questão da vocação de serviço transformadora, que termina sendo secundária.

No final, o político profissional de qualidade é um compêndio de ambas as fases: soma as diferentes etapas de sua trajetória e o que se conhece dele ou dela, integrando os aspectos da chegada ao poder com as do seu posterior exercício. Procedimento, conteúdo e resultado terminam obstinadamente entrelaçados, tornando muito difícil estabelecer com uma mínima precisão o padrão do político profissional de qualidade, ainda mais quando as qualidades políticas e as pessoais "não são independentes e informam-se mutuamente"[129].

Ao pensar sobre o que os políticos deveriam fazer e quais qualidades de caráter os ajudariam para realizar sua tarefa, surgem intuições conflitantes entre si[130]. Por exemplo, há preocupações contraditórias entre certos setores, que consideram que os políticos venderiam seus representados em troca de benefícios pessoais ou da satisfação dos que contribuíram para suas campanhas, e outros, que estimam que o que venderiam os políticos é o bem comum ou os direitos das minorias para satisfazer determinadas parcelas do eleitorado. Deseja-se que os políticos sejam, ao mesmo tempo, especialistas e simpáticos, que representem os desejos e os interesses do povo, sabendo que às vezes são contraditórios, que escutem o povo mas

129 Rico (2009: 236).
130 Sabl (2002: 19).

não a determinados setores, que sejam representantes do interesse geral, mas que também enfatizem as demandas do grupo direto a quem representam primariamente, sejam os eleitores de sua circunscrição ou linha programática estrita enunciada na campanha eleitoral.

Tudo isso leva novamente ao conflito explícito entre universalismo e particularismo, que exige uma espécie de compromisso permanente entre ambos[131] e que torna a reproduzir a tensão weberiana entre vocação (universalismo) e profissão (particularismo). Uma necessária situação intermédia requer um compromisso que não demonize uma posição com respeito à oposta e que torne possíveis seus custos. É uma tarefa da Ciência Política elaborar o melhor cenário teórico sobre os aspectos a serem considerados relevantes na atividade política, procurando encontrar uma posição intermédia prática. Essa é a complexa visão que, agora, dá lugar à proposta dos elementos que podem ser considerados necessários para um político de melhor qualidade e que possa superar a proposta formulada para o universo dos estados americanos exposta no Quadro 4.1.

Quadro 4.1. Dimensões da qualidade dos políticos

Qualidade estratégica	Qualidade pessoal	Desempenho no cargo
-Reconhecimento do nome -Habilidade para conseguir dinheiro para sua candidatura -Apoio do partido fora do distrito eleitoral -Planificação e desenvolvimento de uma campanha -Gestão do tempo e da agenda	-Honestidade -Habilidade para resolver problemas -Habilidade para trabalhar com líderes -Habilidade para falar em público -Dedicação ao serviço público -Compressão dos problemas (*issues*) -Pensamento criativo -Energia vital	-Sucessos legislativos -Obtenção de recursos e serviços para o distrito eleitoral -Contato com o distrito eleitoral -Contato com a mídia -Trabalho em equipe -Delegação de responsabilidades -Responsabilidade e prestação de contas

Fonte: Elaboração própria a partir de Stone, Maisel e Maestas (2004) e de Han *et al.* (2011)

131 Sabl (2002: 20-54).

Cervantes, ao pôr em boca de *Dom Quixote* seus conselhos a Sancho para o governo da ilha Barataria[132], não evita procurar o melhor caminho para obter um governo de qualidade centrado na "boa índole" que o político deve ter. Assim entendia a condição, não suficiente, mas necessária, para que alguém pudesse merecer ser governador. Mas o que se entende como boa índole? *Dom Quixote* caracteriza como de boa índole a pessoa que manifesta forte convicção de espírito[133], que se entrega a frugalidade extrema[134] e que defende a igualdade irrestrita[135]. Acrescento a isso, um princípio de legitimidade, neste caso, as palavras do escudeiro com respeito ao seu senhor[136], e outro de eficácia[137]. Em termos atuais, considerando o princípio de legitimidade democrática, no qual o soberano é o povo, e a busca da eficácia, o bom político, o político de qualidade, deveria possuir ideais (valores), honra e um profundo senso de igualdade. Esses últimos elementos não se aprendem, mas são inerentes à pessoa , o que não é obstáculo para defender a importância de que o político tenha uma preparação mínima, concretamente, saber ler e escrever, algo que então representava a barreira do conhecimento[138].

Se, em termos gerais, é requerido de todo profissional, para o exercício de sua profissão, "relevante capacidade e aplicação"[139], ao passar para o terreno da política, devemos fazer uma separação desses termos. A capacidade, que é sinônimo de competência, poderia ser entendida como a soma ou a combinação de talento e experiência, enquanto que a aplicação poderia ser concebida como dedicação em tempo integral. Mas, como já foi dito anteriormente, ao se tratar do político,

132 *O Quixote*. Capítulo XLII, 2ª parte.
133 "Que eu quero mais uma unha da minha alma do que todo o meu corpo", diz Sancho.
134 "Sustentar-me-ei, Sancho, a seco, com pão e cebolas, como governador, com perdizes e capões".
135 "Enquanto se dorme todos são iguais, os grandes e os menores, os pobres e os ricos".
136 "E repare, senhor meu amo, que quem me meteu nisto de governar foi Vossa Mercê, que eu lá de governos de ilhas nunca entendi mais que um abutre; e, se acaso se persuade que por ser governador me há de levar o diabo, antes quero ir Sancho para o céu, do que governar o inferno.".
137 "Quero dizer, que sempre tentes e tenhas firme propósito de acertar em todos os negócios que te aparecerem". *O Quixote*, capítulo XLIII, 2ª parte.
138 "Que mal que fica aos governadores não saberem ler nem escrever". O Quixote, capítulo XLIII, 2ª parte.
139 Quinta acepção de "profissional" segundo o Dicionário da RAE (Real Academia Española).

tudo isso varia em função do seu lugar de atuação, o que dificulta o esboço de esquemas gerais; embora o perfil da maioria da classe política seja multifacetado, é este aspecto da tarefa que deve ser destacado.

A proposta que defendo aqui implica que o político profissional de qualidade deve realizar sua atividade em tempo integral, possuir o maior talento relevante possível e ter grande experiência. Embora a dedicação em tempo integral seja a tendência que prevalece, é muito importante apontar a evidência da notável diferença em termos de gênero, pela qual grande parte das mulheres dedicadas à política realizam, em casa, diferentes atividades, que fazem dessa dedicação um eufemismo. Feita essa consideração de implicações notáveis a favor da inapelável igualdade de gênero, estabelece-se a excelência em termos da relevância do talento e da experiência, que admitem maior variabilidade.

O talento reúne os dons pessoais inatos, os mistos e os adquiridos. Por dons inatos[140] são entendidos os relacionados com o fenótipo e cuja máxima, mas não única, expressão é a inteligência e a posse de um mínimo de capacidade física que permita enfrentar jornadas intermináveis, assim como enfrentar o *stress* acumulado cotidianamente. Os dons adquiridos estão relacionados, fundamentalmente, com os desenvolvidos através de processos de educação formal, com a formação universitária de pós-graduação como máximo horizonte; mas vêm acompanhados de outro tipo de educação mais especializada em questões vinculadas, como foi apontado no capítulo anterior, com a elaboração de políticas públicas, economia política, relações internacionais, e estatística, entre outros. Os dons mistos, por outro lado, são aqueles, basicamente, de tipo instrumental com forte componente fenotípico, mas que podem ser melhorados pelo treinamento ou aprendizado e são

140 Rico (2009: 124) referente às características pessoais do candidato, incluídos os atributos da personalidade (simpatia, competência, credibilidade, honra e responsabilidade), as características sociodemográficas (sexo, idade, procedência geográfica, convicções religiosas e extração social) e os aspectos relativos a sua biografia e vida privadas (formação acadêmica, antecedentes profissionais, situação familiar e trajetória sentimental).

indispensáveis no trabalho cotidiano do político, como, por exemplo, autocontrole, gestão da dinâmica de grupos e comunicação[141], tanto na fala[142] quanto na imagem.

A experiência refere-se ao *cursus honorum* seguido, não só relativo a sua trajetória estritamente política, mas em um sentido vital mais amplo. Com respeito ao terreno não político, é relevante o desempenho de tarefas profissionais, seja em empresas privadas, na administração pública ou em trabalhos voluntários realizados com dedicação intensa. No âmbito político, contam os anos de vida no partido e as responsabilidades assumidas e, depois, os cargos ocupados com ênfase em sua importância, assim como no grau de especialização alcançada. Em alguns países, como nos Estados Unidos, na Alemanha ou no Chile, os políticos, em sua carreira parlamentar, tendem a se especializar em determinados ramos da política pública, participando da comissão que trata de sua área de atuação mais constante ao longo de sua vida política. Isso lhes permite acumular conhecimentos sobre essas áreas, assim como contatos com os seus especialistas[143].

No entanto, a entrada na política, tanto por via eleitoral quanto por designação, permite ao político eludir algum dos (ou todos os) requisitos de qualidade. Ao contrário do que ocorre na administração pública, onde a seleção dos futuros servidores públicos é feita por concurso de mérito, ou em outras áreas profissionais, onde se requer a realização de uma entrevista ou de uma prova que destaque as habilidades ou destrezas, na política, a legitimidade eleitoral parece ser a condição, não só necessária, mas também suficiente para conferir ao político sua função.

141 A claridade na comunicação é a primeira qualidade de um líder em Dewan e Myatt (2008).

142 Desde a tradição clássica até a atualidade, a oratória tem sido uma das qualidades constantes atribuídas ao bom político, como já foi explicado nas páginas anteriores. Ainda muito recentemente pode ser lido: "Não é possível ser um bom político sem ser um bom orador... com uma linguagem que realmente comunique pensamentos e que, além disso, os matize e enriqueça com o domínio das palavras". Vargas Llosa (2001: 70).

143 Para os países andinos ver Cabeças (tese doutoral em curso). Para o caso mexicano Love (2009: 96) destaca a importância de ter ocupado um cargo de eleição popular de qualquer tipo como um dato chave para obter a qualidade.

Quadro 4.2. A qualidade do político profissional

Dedicação em tempo integral		
Talento	Dons inatos	Fenótipo, inteligência, energia vital, empatia
	Dons mistos	Inteligência emocional, comunicação (oratória e telegenia)
	Dons adquiridos	Educação formal, educação especializada
Experiência	Atividade fora da política	Atividade de voluntariado, vida profissional
	Atividade política	Vida partidária, cargos públicos desempenhados, grau de especialização

Fonte: Elaborada pelo autor.

No entanto, da perspectiva da qualidade dos homens e mulheres que escolhem a política como profissão, o sistema precisa incorporar mecanismos que assegurem as variáveis expostas no Quadro 4.2. Embora o concurso de méritos não possa ser realizado por razões óbvias que chocariam com o direito universal de qualquer indivíduo de ser candidato e a suposta vigência de padrões de igualdade[144], há dois elementos da lógica do funcionamento dos concursos[145] que podem ser incorporados ao processo de entrada na política para os que quiserem fazer desta sua profissão. Em primeiro lugar, a exposição pública de seu *curriculum vitae*, explicitando o talento em relação aos dons adquiridos, e à experiência. Essa exibição pode ser realizada muito facilmente e sem custos, colocando o currículo em um sítio eletrônico. Paralelamente, os candidatos a políticos devem ressaltar seus dons inatos e mistos diante de um público interessado, participando em debates públicos com outros candidatos ou com atores sociais, tanto em âmbitos onde a mídia está presente quanto em outros, onde possam ser interrogados por acadêmi-

144 Embora essa igualdade seja fictícia precisamente porque os mecanismos atuais de eleição de candidatos põe o foco em campanhas eleitorais muito caras e difíceis de enfrentar para a maioria, turvando o jogo real da democracia. A entrada na política vinculada à posse de dinheiro próprio ou à obtenção de um compromisso fiduciário com terceiros para poder enfrentar a disputa eleitoral é fonte de profunda desigualdade.

145 "O concurso institui uma distinção não discriminatória, puramente funcional, orientada ao benefício de todos e constitui, portanto, o contrário de um privilégio". Rosanvallon (2010: 91).

cos e outros profissionais, e tenham a oportunidade de mostrar seus conhecimentos e habilidades. A incorporação de critérios de concurso na direção apontada é possível e desejável, não só para quem compete no âmbito eleitoral, mas também para aquelas pessoas que vão desenvolver sua atividade em qualquer dos outros âmbitos citados, ou seja, nos postos de designação do Executivo, de assessoria e nos do próprio partido.

De uma perspectiva acadêmica, todos os elementos que possam ser reunidos para entender os diferentes níveis de qualidade existentes na profissionalização dos políticos em qualquer sistema político são relativamente fáceis de enunciar como prova o Quadro 4.1, no qual se resume o dito até agora, além dos filtros de caráter *concursal* apontados para o processo de entrada. A vantagem complementar é a possibilidade de analisar as preferências da cidadania por uma ou outra característica[146] e o grau de rigor envolvido na entrada. Além disso, existe certo acordo geral em considerar que são os elementos determinantes na qualidade dos políticos[147]

Fora desse esquema proposto, resta toda alusão ao necessário componente ético. Na medida em que a distinção entre o bem e o mal, a honestidade, assim como o compromisso com os valores democráticos do político são elementos que deveriam ser dados por sentados. No dia a dia são exercidos estando, por outra parte, submetidos a processos de prestação de contas e de controle do cumprimento dos pontos estabelecidos pelo código de ética da instituição em que desempenha seu cargo; são entendidos como elementos exógenos do próprio sistema político, que afetam de igual forma a toda a classe política.

O desafio, agora, consiste em sua utilização como variáveis e na constru-

146 Funk (1997) manifestou como a competência dos candidatos era majoritariamente valorizada pelos eleitores politicamente mais informados do que as características referentes ao carisma, como a proximidade ou a simpatia, do que pode ser deduzido que os debates só poderiam reforçar a opinião desses seguidores explicitamente interessados na política. Esse cenário, por outra parte, pode ser observado até naqueles espaços definidos por escândalos políticos. A mesma Funk (1996) aprova ele em outro estudo, tendo em conta a infidelidade matrimonial e a evasão de impostos.

147 Ver a discussão ao respeito em Martínez Rosón (2008).

ção da correspondente matriz que ajude a compreender o fenômeno e a forma em que essas variáveis podem intervir como fatores explicativos da vida política e sua relação com a qualidade desta. A recompensa para um bom governo é colocada por Cervantes em um plano individual, já que consiste, segundo *Dom Quixote* diz a Sancho, em que "serão longos os teus dias, eterna a tua fama, grandes os teus prêmios, indizível a tua felicidade; casarás teus filhos como quiseres, eles terão títulos e os teus netos, viverás em paz e no beneplácito das gentes, e aos últimos passos da vida te alcançará a morte em velhice madura e suave, e fechar-te-ão os olhos as meigas e delicadas mãos de teus trinetos"[148].

A qualidade do político nos extremos aqui apontados pretende relacionar-se com a qualidade do sistema político. É sabido que o sucesso da gestão não é assegurado por essa qualidade e há evidências de que políticos nas antípodas do esquema aqui proposto têm conseguido notáveis resultados, o que pode levar ao desalento intelectual. Por outro lado, por mais extraordinário que um político possa ser, sempre haverá quem o rejeite por diferentes motivos (pessoais, ideológicos, antipolíticos), algo que raramente ocorre com os grandes personagens de outras profissões, como a medicina, a ciência ou a engenharia. Por conseguinte, é uma proposta altamente normativa cujos benefícios devem ser testados com dados agregados e doses de coragem cívica e intelectual, guiados pelo bom senso. No próximo capítulo, são abordados alguns desses aspectos com respeito à realidade política latino-americana.

148 *O Quixote*, capítulo XLIII, 2ª parte.

CAPÍTULO V

A CARREIRA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Se nos perguntarmos o que fizeram as elites do alto de sua posição privilegiada… o balanço geral que pode ser feito, após duzentos anos de independência formal, é deprimente… só nos resta a desilusão… em conjunto, as elites latino-americanas não deram os exemplos adequados, não marcaram as pautas que inspirariam o cidadão comum a segui-las no caminho da virtude cívica.

Peter Waldmann (2007: 26 e 28)

Os capítulos anteriores fornecem elementos suficientes para, agora, abordar a profissionalização da política no cenário específico constituído pelos países latino-americanos. Embora a realidade latino-americana tenha estado presente nas páginas anteriores, sua análise esteve acompanhada do caso espanhol e, em menor escala, de outros países europeus e dos Estados Unidos. Há três razões que me levaram a abordar exclusivamente esta região: a ausência de estudos sobre a profissionalização da política na área, a homogeneidade do padrão político do presidencialismo e a disponibilidade de uma valiosa base de dados sobre opiniões dos legisladores da segunda metade da década de 1990 até o início da década de 2010.

A profissionalização da política na América Latina não segue padrões

muito diferentes dos de outros lugares do mundo onde há sistemas políticos democráticos. É verdade que o modelo presidencialista de governo[1] e a descontinuidade da poliarquia tiveram efeitos importantes, mas este último fenômeno também aconteceu na Europa. No entanto, as habilidades, valores, estratégias e decisões que tomam os líderes políticos são fatores explicativos do destino da democracia na região, de modo que um estilo de liderança política flexível, acomodatício e de consenso teria mais sucesso para desenvolver e manter a democracia que um estilo militante, de confrontação e intransigente[2]. As peculiaridades do desenvolvimento político de cada país, seus mecanismos institucionais e sua estrutura socioeconômica contribuíram também para configurar carreiras políticas específicas.

O propósito deste capítulo é analisar a carreira dos na América Latina a partir de uma dupla perspectiva. Em primeiro lugar, são destacados os mecanismos de entrada; em segundo lugar, é proposta uma série de modelos de trajetórias políticas que cobrem amplamente a variabilidade possível e a partir dos quais se pode inferir pautas gerais da tarefa individual dos políticos latino-americanos relevantes.

A evidência empírica provém, novamente, do material bibliográfico constituído pelas inúmeras biografias, pela produção oral e escrita de peças básicas decorrentes da intervenção pública dos políticos, de trabalhos acadêmicos de perspectivas que não se limitam às ciências políticas[3], além da base de dados do PELA, que contribui, principalmente, com dados quantitativos.

1 O fato de os regimes políticos latino-americanos serem presidencialistas marca uma diferença muito importante em termos institucionais. Ver García Montero (2009).

2 Diamond, Hartlyn e Linz (1999: 33-38).

3 Nesse sentido, são encontrados diferentes enfoques. Como exemplos, considero o histórico comparado de tres políticos argentinos de começo do século XX de Vimo (1988) e um caso uruguaio semelhante de Montero Bustamante (1968); os inúmeros dicionários biográficos como o de Nogués (1989), para a Argentina, ou o de Lugo, para a Venezuela (1969); a psicologia está cada vez mais presente, ver para a década de 1990, em Uruguay, Esquibel (1999); trabalhos recopilatórios de discursos, como o de Suárez Figueroa (2006) sobre Rómulo Betancourt, de Giacobone (1982) sobre Ricardo Balbín; de García Salvattecci (1988) sobre Luis Alberto Sánchez; trabalhos recopilatórios de escritos políticos, como o de Quezada sobre Gabriela Mistral (1994), sobre a vida romanceada de Gustavo Díaz Ordaz, ver Mejía Madri (2011).

1. A entrada na política na América Latina

A origem canônica de um político no contexto democrático circunscreve-se fundamentalmente a sua vinculação a um partido no qual desenvolve sua militância desde o início e vai escalando degraus na organização interna, ao mesmo tempo em que vai se comprometendo e identificando com os propósitos do partido. O passo prévio se encontra no âmbito da ação coletiva relacionada com movimentos sociais surgidos, principalmente, nos âmbitos estudantil, sindical ou religioso, sem deixar de lado outros espaços de tipo cultural ou esportivo. Algumas vezes, o partido é utilizado como trampolim, sem chegar a se desenvolver qualquer vínculo, tornando-se, nesse caso, um mero mecanismo instrumental para a ambição do político[4]. Em outras, as vias de acesso ao poder dentro dos partidos são os laços familiares ou as lealdades comerciais ou de trabalho[5]. Nos casos em que o partido é identificado com uma pessoa, é a vinculação a esta mediante laços clientelistas o que define a via de acesso[6].

Na América Latina, começa a haver abundante evidência empírica sobre as formas de entrar na política tanto no caso dos partidos[7] quanto no dos legisladores, em projetos de natureza nacional[8] ou de caráter regional. Existe também uma

4 Pode ser o caso do salvadorenho Mauricio Funes com relação à Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional.

5 Como ocorre no Paraguai, ver Fernández Bogado (2002: 225).

6 Algo que ainda ocorre na República Dominicana, onde o sistema clientelista terminou se transformando em cultura política e os partidos políticos, constituídos em torno dos caudilhos, "destacam-se como veículo de acesso aos cargos públicos", ver Lozano (2002: 307-315).

7 O recrutamento nos partidos políticos latino-americanos foi estudado por Siavelis e Morgenstern (2008).

8 Para o caso da Argentina, ver Carrizo (2002); para o Brasil, ver Rodrigues (2006); para o Chile, ver Cordero Vega e Funk (2011); para a Colômbia, ver Botero (2010); para a Guatemala, ver Azpuru (2002); para o México, ver Nacif (1996) e Hernández Rodríguez (2002); para o Paraguai, ver Fernández Bogado (2002); para o Peru, ver Tuesta Soldevilla (2002); para a Venezuela, ver Gómez Calcaño (2002); e para o Uruguai, Chasquetti (2010). A implantação de projetos do tipo "congresso visível" que já funcionam, pelo menos, na Argentina, na Colômbia e em El Salvador vai fornecer, sem dúvida alguma, uma enorme quantidade de dados.

preocupação crescente de introduzir a variável gênero nos diferentes estudos[9].

O projeto PELA mostrou como, para os deputados latino-americanos, os partidos continuam sendo a principal plataforma de entrada na política (ver Tabelas 2.3 e 5.1). Para a maioria dos países, mais da metade dos deputados, nos últimos anos, começaram seu caminho político nos partidos. Este padrão é relativamente estável ao longo do tempo, assim como o fato de que a alternativa aos partidos, como ponto de partida para entrar na política, sejam, em primeiro lugar, as associações políticas e, em segundo, os movimentos sociais. A partir desta perspectiva, os partidos continuam sendo "os donos do poder"[10].

No entanto, analisando a situação por países, encontram-se diferenças muito significativas, sobretudo, nos países mais afastados da média como a Bolívia[11], o Equador[12] e o Brasil[13]. Três casos nos quais os partidos desempenham um papel menor no processo de entrada na política dos deputados. Por outro lado, vale a pena notar que as organizações estudantis ocupam o segundo lugar como criadouro de políticos, antes que as organizações sindicais ou outros atores coletivos.

9 O projeto PELA assumiu esta perspectiva desde o início, ver Mateos (1997). Ver também para os congressos da Argentina e do Brasil, Marx *et al.* (2007) e para as ministras do Uruguai, Rodríguez e Contreras (2009).

10 O projeto PELA assumiu esta perspectiva desde o início, ver Mateos (1997). Ver também para os congressos da Argentina e do Brasil, Marx *et al.* (2007) e para as ministras do Uruguai, Rodríguez e Contreras (2009)

11 Na Bolívia, a lei de participação popular de 1994 impulsou os partidos, sobretudo nos âmbitos regionais e locais, a "apelar a pessoas que haviam acumulado prestígio social em diferentes áreas da sociedade civil. Começaram, portanto, a cooptar e recrutar líderes sociais que nasceram dos Comitês Cívicos". Ver Mayorga (2002: 197).

12 O clientelismo, o personalismo, o corporativismo e projetos institucionais específicos do presidencialismo e do sistema eleitoral explicam a crise dos partidos equatorianos e sua incapacidad de articular corretamente sua função de recrutamento. Ver Pachano (2002).

13 Este cenário não é contraditório com o fato de que os deputados novatos possam, por outro lado, contar com uma bagagem política como consequência de sua passagem prévia por cargos executivos ou eletivos de outro tipo aos quais chegaram sem experiência partidária. Nesse sentido, o Congresso Nacional do Brasil é um exemplo de espaço político no qual a entrada "não está totalmente aberta para os que vêm de fora do mundo político… as estrelas de rádio e TV, esportistas, celebridades de todo tipo não chegam tão facilmente aos bancos do Congresso como geralmente se pensa. Os casos de sucesso, registrados como exemplares pelo folclore político, são mais exceções do que a regra". Limongi e Figueiredo (2002: 348).

Tabela 5.1. O início na política dos deputados latino-americanos (em porcentagens) das legislaturas de 2010

País	Partido político	Organização estudantil	Grêmio	Sindicato	Organização social	Movimento religioso	Outros
Argentina	49,9	30,3	8	3	1,5	-	7,7
Bolívia	20,6	19,6	12,4	19,6	5,2	1	21,6[1]
Brasil	21,3	48,4	3,7	7	7,5	7,5	4,6
Chile	61,6	25,6	7	2,3	1,2	1,2	1,1
Colômbia	71,2	7,6	1,2	1,4	1,2	1,3	16,1[2]
Costa Rica	57,1	23,2	3,6	1,8	1,8	1,8	10,7
Equador	35,9	28	6,9	-	9,9	-	19,3[3]
El Salvador	48,5	8,8	13,2	1,5	-	5,9	22,1[4]
Guatemala	63,1	17,6	-	-	-	-	19,3[5]
Honduras	59,3	25,4	6,6	-	3,3	-	5,4
México	43,9	26,3	6,9	5,4	1	0,9	15,6[6]
Nicarágua	65,2	11,6	4,3	-	2,9	1,4	14,6[7]
Panamá	76,6	7,8	6,3	1,6	3,1	-	4,6
Paraguai	69,4	25	-	4,2	1,4	-	-
Peru	54,9	20	3,7	6,9	2,2	2,2	10,1
R.Dominicana	62,1	23,8	1,1	-	8,8	2,7	1,5
Uruguai	44,7	34,8	4,8	6,5	2,6	-	6,6

Pergunta: Você poderia indicar em que tipo de organização iniciou sua trajetória política? Resposta aberta: [1] 7,2% em organização indígena e 3,1% em organização camponesa | [2] 9,9% em movimento cidadão | [3] 4,2% em organização de mulheres e 2,7% em organização indígena; | [4] 8,8% em movimento guerrilheiro; | [5] 7,2% em movimento cidadão e 2,1% em movimento guerrilheiro; | [6] 7,2% em movimento cidadão e 5,7% em ONG; | [7]4,3% em movimento guerrilheiro e 2,9% em organização indígena.
Fonte: PELA (1994-2011).

Os legisladores latino-americanos estão, em geral, associados a partidos políticos com os quais mantêm nexos de diferente natureza em termos de identidade e de disciplina. Como se acaba de observar, eles nem sempre começaram sua carreira em um partido, mas, em determinado momento de sua trajetória, entraram em um partido, em geral, pela imposição institucional que impõe os partidos como canal por excelência da participação política.

A Tabela 5.2 mostra as respostas à pergunta sobre os motivos que os levaram a associar-se ao seu partido político atual. Pode não ser o primeiro partido em sua trajetória, mas parece evidente que as razões da entrada no partido são orientadoras. A tabela explicita quatro tipos de fatores, os de caráter ideológico e programático, que podem ser considerados complementares, o viés socializador do

ambiente formado por familiares e/ou amigos, a cooptação por parte dos dirigentes do partido e um fator de projeção mais individual que envolve a busca por um espaço político para a ação. Os dados ponderados aqui coletados mostram a força da ideologia na hora de entrar em um partido. Isto é verdade para todos os países, sem exceção, sendo os valores mais altos em El Salvador e na Costa Rica e os mais baixos na Colômbia. O segundo fator para adentrar em um partido varia segundo o país, pode ser pelo programa do partido, no caso do Equador e de El Salvador, ou pela influência familiar ou dos amigos, para o Uruguai e o México, devido ao contato com os dirigentes do partido (Colômbia, Honduras, Peru e Brasil) ou em razão da busca por um espaço político próprio (Bolívia, Costa Rica, Panamá e Chile).

Tabela 5.2. Fatores que estiveram presentes na hora de entrar no partido do qual se é membro*

País	Influência de familiares ou amigos	Contato com dirigentes do partido	Ideologia	Programa	Espaço político
Argentina	22,6	18,1	84,3	24,2	44,2
Bolívia	8,3	40,4	66,1	20,3	57,8
Brasil	11,6	36,6	66,6	31,5	30,6
Chile	23,3	22,5	76	33,3	34,9
Colômbia	27,2	45,4	60,9	23,8	30,2
Costa Rica	20,6	26,7	87,3	20,6	41,2
Equador	4,6	22,4	80,9	52,8	25,7
El Salvador	24,5	22,5	91,2	34,3	21,6
Honduras	36,6	42,5	66,7	30	23,4
México	38,8	22	75,7	23,1	33,4
Panamá	37,5	26	74	19,8	38,5
Peru	14,9	41,9	84	33,8	21,8
R. Dominicana	22,2	21,2	96	18,6	32,5
Uruguai	51,5	34,7	74,8	23,2	15,9

Pergunta: Qual de todos os fatores indicados a seguir teve maior influência sobre sua decisão inicial de entrar no partido do qual é membro? E em segundo lugar?
* Soma de porcentagens das respostas de "em primeiro lugar" e "em segundo lugar" considerando o primeiro lugar pelo dobro do seu valor.
Fonte: PELA (1994-2011). Entrevistas realizadas entre 2009 e 2011.

Para os outros espaços nos quais os políticos realizam sua atividade, a informação é mais limitada, embora já haja dados sobre os que ocupam os governos

nacionais[14] e, em alguns países, sobre os do âmbito regional e municipal. Esses espaços podem ser mais frequentes e não podemos desprezar o salto para a política a partir de plataformas não estritamente partidárias, seja para a função executiva ou para o colegiado representativo. Ou seja, é possível usar partidos de fachada, como mero instrumento para entrar na política como acontece nos ordenamentos institucionais que exigem concorrer através de formações partidárias, ou pode ser que essa instância intermediária esteja ausente. Nesse sentido, os tecnocratas, em cenários de cunho elitista que priorizam a racionalidade econômica, têm sido o contraponto de origens políticas mais clássicas, em uma clara tensão entre os processos de democratização e os de tecnocratização[15], na qual os partidos disputam com seus próprios esquemas formativos[16].

Os ministros tecnocráticos na América Latina são menos vulneráveis em termos de críticas a seu rendimento, enquanto são mais frágeis do ponto de vista político, pois contam com um ínfimo apoio partidário. Os presidentes se beneficiam da competência técnica desse tipo de pessoal quando as coisas vão bem, mas se desfazem deles rapidamente em épocas turbulentas, quando são convocados ministros com perfil mais político[17].

Fora o impulso partidário, a entrada na política na América Latina teve historicamente seis plataformas institucionais como criadouro de políticos, de onde o salto para a política pode ser feito de forma mais bem sucedida. Trata-se do caciquismo, da maçonaria, do Exército, da Igreja e dos setores empresarial e sindical. Seu papel continua sendo ativo inclusive no recente período democrático no qual os partidos desenvolveram uma função que beira o monopólio do recrutamento da

14 Para o México, encontram-se os trabalhos clássicos de Ai Camp (1980 e 1995).

15 "A primeira tende, por natureza, a sistemas mais inclusivos, participativos e busca uma maior equidade social. A segunda orienta-se a sistemas mais fechados, elitistas e com forte conteúdo cientifista-economicista e não mostra tanta preocupação pela desigualdade social e, sim, pela produtividade". Ochoa e Estévez (2006: vi).

16 Garcé (2009: 43) destaca que o recrutamento de pessoal do governo entre os *think tanks* é muito comum no Chile e no Uruguai e medianamente comum no Brasil, Equador e México.

17 Camerlo *et al.* (2011).

classe política. Outros trampolins para chegar à política são menos usados e têm ainda resultados mais modestos.

Uma figura *sui generis* que desenvolve uma atividade política substituta que ainda perdura e cujas raízes encontram-se nos inícios da política representativa do século XIX e ainda durante a primeira metade do século XX é a do cacique. Trata-se de alguém que não se encaixa na imagem do político profissional apresentada aqui e que conta com grande reputação na tradição ibero-americana[18]. Em termos weberianos é o plutocrata que vive para a política tecendo uma notável rede de interesses sociais e econômicos no meio da qual realiza suas atividades. Embora os processos de democratização tenham reduzido sua relevância, sobretudo, no meio urbano das grandes cidades, os caciques continuam sendo uma via habitual de entrada na política[19]. O cacique ou chefe político local coloca legisladores e promove prefeitos graças a sua capacidade de mobilização de votos e a seu poder de veto e de seleção de candidatos submissos nos lugares com sistemas de partidos muito pouco institucionalizados, como a costa atlântica colombiana, as províncias do norte argentino e o nordeste brasileiro. Apesar da paulatina democratização, os mecanismos de voto secreto instituídos são, muitas vezes, violados. Nem mesmo o desenvolvimento da educação e da autonomia pessoal termina de eliminar a atuação dos caciques que se resistem a ser coisa do passado[20]. Além disso, sua influência soma-se à de outro tipo de apadrinhamento que ocorre no início da carreira política[21], pois "os políticos tendem a estar rodeados de assessores designados por

18 Para o México, ver Martínez Assad (1988).

19 Sobre a distribuição de cargos com critério de clientelismo político ou de nepotismo doméstico no Equador, ver Adoum (2000: 272-274).

20 O exemplo do cacique mexicano Gonzalo N. Santos, de San Luís Potosí, chamado de "el alazán tostado" (o alazão moreno), pode ser um dos casos mais representativos que se adentra no século XX. Produto da Revolução mexicana, Santos (1986) nasceu em 1897 e sua vida está marcada por sangue, machismo, conspirações permanentes e cinismo. Sua vida política ativa estende-se entre 1924 e 1949 — foi deputado federal entre 1924 e 1934, secretário geral do Comitê Executivo do PNR em 1929 e governador de San Luís Potosí, de 1943 a 1949 —, depois e até sua muerte, em 1979, será considerado um espectro do caciquismo. Ver também Márquez (1988).

21 A influência do Congresso na alta administração pública chilena é analisada por Ferraro (2008).

critérios de confiança"[22].

A maçonaria teve influência muito notável desde a própria gestação dos estados nacionais, após a emancipação, até a segunda metade do século passado[23], tendo reduzido muito sua influência nas últimas décadas. Um dos casos mais notórios do século XXI é o do presidente uruguaio Vázquez[24].

É raro o país latino-americano que se livra de ter na sua vida política democrática a presença de políticos com um passado armado. Historicamente isso ocorreu porque, depois dos processos revolucionários emancipadores, o braço armado constituía a coluna vertebral do Estado. Mais adiante este traço se consolidou pela presença decisiva do Exército na vida pública, o que permitiu que fosse transformado em uma espécie de escola de liderança. Por outro lado, o caudilhismo latino-americano do século XIX incorporou uma espécie de militarização à política da região, impregnando-a de componentes baseados na autoridade pessoal, na hierarquia, na educação e infraestrutura baseada em equipes, meios de comunicação e tropas. Não somente os homens fortes procediam da milícia, tanto nas situações de evidente falta de democracia quanto em outras de democracia censitária, o caudilhismo também militarizou os civis que se elevaram ao poder como caudilhos. A prática do caudilhismo chega até nossos dias e a linguagem militar impregna inclusive o discurso de presidentes eleitos democraticamente, que se definem em termos militares: "sempre fui e sou um soldado do partido"[25].

Os generais vitoriosos da revolução mexicana ou os líderes guerrilheiros da revolução sandinista tiveram a oportunidade de pular para a política até chegarem à presidência. É o caso de Álvaro Obregón, Plutarco Elías Calles e Lázaro

22 "alguns dos quais têm excelentes credenciais acadêmicas, mas cujo emprego depende exclusivamente da vontade do seu chefe, com o qual têm uma relação de lealdade não somente política, mas também pessoal". Ferraro (2009: 205).

23 No trabalho monumental coordenado por Ferrer Benimeli (2009) podem ser encontradas as vinculações da maçonaria com os partidos espanhóis e latino-americanos.

24 Ver Amado (2008).

25 Declarações do presidente dominicano Leonel Fernández. http://www.acento.com.do/index.php/news/1544/56/Pongo-estos-2-. 28.03.11

Cárdenas, no México, e de Daniel Ortega, na Nicarágua. Da mesma forma, mais recentemente, o presidente José Mujica foi militante tupamaro[26] e a presidente Dilma Rousseff foi guerrilheira da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Igualmente, o conflito armado salvadorenho facilitou a entrada na política do major Roberto D´Aubuisson, deputado e presidente da Assembleia Legislativa, e dos guerrilheiros, entre eles, Shafick Handal, prefeito de San Salvador, e de muitos outros que foram eleitos deputados e prefeitos sob o amparo da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional ou dos Tupamaros no Uruguay, transformados em partido político.

Por outro lado, em torno da metade do século XX, Juan Domingo Perón na Argentina, Carlos Ibáñez del Campo, no Chile, e, a partir da década de 1990, Hugo Bánzer, na Bolívia, Hugo Chávez, na Venezuela, e Lucio Gutiérrez, no Equador, entraram no jogo da política democrática, deixando de lado o uniforme militar com o qual haviam apoiado golpes de Estado ou servido a governos autoritários e alcançaram a presidência da República. O peruano Ollanta Humala e o guatemalteco Otto Pérez Molina são os ex-militares que chegaram à presidência em 2011, tendo sido candidatos anteriormente em uma e duas vezes, respectivamente. Outros chegaram a serem eleitos prefeitos ou deputados, como o caso do equatoriano Paco Moncayo, prefeito de Quito, o guatemalteco Efraín Ríos Montt, deputado e candidato presidencial. O general uruguaio Líber Seregni foi fundador e candidato presidencial da Frente Ampla em 1971 e 1989. Igualmente, o general paraguaio Lino Oviedo foi, durante anos e sem sorte, candidato presidencial, assim como o colombiano Harold Bedoya. Durante um longo período, os militares formaram parte do Poder Executivo democrático como ministros ou secretários de Defensa e de outros ministérios, de maneira que essas pastas apenas muito recentemente deixaram de ser patrimônio militar. Nos primeiros anos do governo de Chávez, a

26 Embora fosse de origem "branca" com "uma visão federal notoriamente anti-imperialista". Ver García (2009: 15).

presença de militares em todos os níveis do Estado, de presidentes de empresas públicas a governadores, impulsados pelo presidente foi uma característica predominante[27]. Menos frequente foi a presença militar no Poder Legislativo, com a exceção da Guatemala, onde se encontram tanto antigos revolucionários quanto ex-militares[28].

A política latino-americana contava, em 2011, com seis presidentes que haviam tido experiência na luta armada, sendo que esta havia sido fundamental em seu processo de formação para a carreira política, estes eram Hugo Chávez, Daniel Ortega, José Mujica, Dilma Rousseff, Ollanta Humala e Otto Pérez Molina.

A religião desempenha um papel muito importante na vida dos políticos latino-americanos, nos quais, com a exceção da Guatemala e do Uruguai, a grande maioria professa a religião católica, embora com um nível médio baixo de prática religiosa (ver Tabela 5.3). Nos países da América Latina, a presença de instituições religiosas católicas que atenderam as classes médias e altas, sobretudo, no ensino fundamental e médio levou um grande número de políticos a estudar em colégios dirigidos por jesuítas, salesianos[29], claretianos e maristas, legionários de Cristo e Opus Dei[30], entre outros. Em uma etapa tão significativa como a dos primeiros anos de formação, essa circunstância deixa uma marca muito substancial que não tem sido estudada de maneira sistemática.

A Igreja também tem sido um criadouro de políticos. Historicamente, isso ocorreu através de dois mecanismos. Em primeiro lugar, através da ação política que evoluiu ao longo do tempo e teve três aspectos, sendo os dois primeiros o controle social e a influência difusa sobre partidos confessionais, como o Partido Con-

27 Ver Gómez Calcaño (2002: 103).

28 "O atual partido do governo, FRG, conta, entre suas fileiras (inclusive como deputados e prefeitos), com vários militares retirados que participaram das campanhas contrainsurgentes do passado". Ver Azpuru (2002: 76).

29 Sobre a influência dos salesianos sobre o uruguaio Tabaré Vázquez, ver Lanza e Tulbovitz (2004: 31-45), e sobre o mexicano Gustavo Díaz Ordaz, ver Mejía Madri (2011).

30 Sobre sua influência no Uruguai e sua presença nos governos de Luís Alberto Lacalle e de Jorge Batlle, ver Amado (2009)

servador colombiano. O terceiro aspecto surge da estreita relação da Igreja com os partidos políticos, sejam de corte reacionário, como o Partido de Acción Nacional, no México, surgido como contraofensiva diante da maré laica pós-revolucionária, sejam de cunho democrata cristão como o COPEI, na Venezuela, o Partido Popular Cristiano peruano e os partidos democrata cristãos no Chile, El Salvador e Guatemala, especialmente. Figuras como Rafael Caldera, Luis Bedoya, Eduardo Frei Montalvo, Napoleón Duarte e Vinicio Cerezo são exemplos de políticos com longa trajetória apadrinhados pela igreja católica.

Tabela 5.3. Os deputados dos países da América Latina e a religião

País (n)	Porcentagem dos que afirmam ter alguma religião	Porcentagem dos católicos entre os que afirmam ter religião	Frequência com que assistem aos serviços religiosos*
Argentina (70)	69,8	81,4	9,9
Bolívia (97)	92,8	87,6	25,8
Brasil (129)	88,5	77,3	40,9
Colômbia (88)	96,5	92,6	51,7
Costa Rica (56)	92,9	75	53,8
Chile (86)	76,7	100	31,8
Equador (95)	87,7	79,8	31,9
Guatemala (97)	96	57,8	
El Salvador (68)	92,6	79,4	50,8
Honduras (91)	96,7	83	55,1
México (98)	90,4	91,7	36,4
Nicarágua (69)	94,2	80	
Panamá (64)	92,2	89,8	33,9
Paraguai (72)	98,6	97,2	
Peru (79)	91,2	84,9	23,9
R. Dominicana (78)	91,1	71,7	47,3
Uruguai (79)	50,6	82,1	30,4

* Soma das porcentagens das respostas: "mais de uma vez por semana" e "uma vez por semana"
(n) é o número de entrevistas realizadas.
Fonte: PELA (1994-2011). Entrevistas realizadas entre 2008 e 2011.

O segundo mecanismo relacionado com sua ação como criadouro constante de políticos decorre de sua destacada presença na educação e na prestação de serviços sociais diante do pobre desempenho da maioria dos Estados nessas políticas

públicas. Primeiro, através do quase monopólio da educação secundária e, depois, com a expansão das universidades católicas, algumas das quais terminaram sendo as principais do país (como ocorre no Chile, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Peru e R. Dominicana) ou ocupando lugares proeminentes (México, Colômbia, Equador, Bolívia, Brasil e Argentina). Além disso, por meio de seu papel como tutora da classe política, que foi preponderante nas transições para a democracia e no período posterior, como ocorreu no caso da chilena Vicaría para la Solidaridad.

A partir do concílio Vaticano II, o viés sociológico da teologia da libera-ção gerou um ativismo político fortemente comprometido, com vertentes radicais que apoiaram o conflito armado em um sentido revolucionário, sendo o caso mais conhecido o de Camilo Torres, na Colômbia, e depois em projetos políticos institu-cionalizados como o MAPU chileno. No Uruguai, o partido católico Unión Cívica, transformou-se no Partido Democracia Cristiana com uma orientação fortemente progressista, optando pelo socialismo comunitário; em agosto de 1968, este foi o partido que propôs a criação da Frente del Pueblo por parte do senador Juan Pablo Terra e de Zelmar Michelini, primeiro núcleo político do Frente Amplio.

Já na década de 1980, a Igreja forneceu, sem passos intermediários, líde-res para a política democrática. Foi o caso da Nicarágua, único no mundo, "no qual a teologia da liberação estava no poder"[31] e onde foram ministros, ao mesmo tempo, o padre Parrales no ministério de Bem-estar Social, Escoto, no ministério de Exteriores, Fernando Cardenal, na Educação, e, o mais conhecido de todos por sua dimensão poética e internacional, Ernesto Cardenal, ministro da Cultura desde a vitória da revolução, em 1979, até 1987, quando o ministério foi suprimido por falta de verba. Nenhum dele tinha qualquer experiência prévia no governo[32]. Pouco depois, no Haiti, o sacerdote Jean-Bertrand Aristide, que havia sido expulsado da

31 Cardenal (2004: 314).

32 "…outras experiências, talvez, como as da subversão ou da clandestinidade, do combate, do exilio ou tudo isso ao mesmo tempo". Cardenal (2004: 252).

congregação salesiana, encabeçou o movimento social *lavalas* e pode chegar duas vezes à presidência do país por meio de eleições, sendo deposto duas vezes por um golpe de Estado, e voltando ao poder três anos mais tarde, quando pode terminar sua presidência, e novamente, em 2004. Finalmente, Fernando Lugo, depois de onze anos como bispo da diocese de San Pedro, deixou a Igreja, em 2006, para entrar na política como líder de uma agrupação de diversos partidos políticos denominada Resistencia Ciudadana, e chegou à presidência do Paraguai nas eleições de 2008 com o apoio da Alianza Democrática para el Cambio[33].

Há outros casos menos notórios por sua posição mais marginal no sistema político, como o caso do guatemalteco Harold Caballeros, pastor principal da igreja El Shaddai, cuja sede é no Texas, que foi candidato nas eleições presidenciais de 2011 com o partido Visión con Valores (ViVa), fundado por ele; e o do sacerdote peruano Marco Arana que, com um discurso fundamentalmente ecológico, lidera o partido Tierra y Libertad, chegando a ser pré-candidato presidencial para as eleições de 2011 e integrando posteriormente a aliança Gana Perú, de Ollanta Humala[34]. No Equador, podem ser citados os exemplos de Eduardo Delgado, candidato a vice -presidente junto com Martha Roldós, em 2009 (RED e Polo Democrático), assim como o do sacerdote Fernando Vega, ativo integrante da Assembleia Constituinte, que caiu em desgraça por dissentir publicamente do presidente Correa.

O setor empresarial também forneceu pessoal para a vida política mais profusamente, se possível, que os militares. Uma revisão da vida política latino -americana das últimas três décadas em relação à presidência mostra um grande número de casos que, no entanto, estão concentrados em um pequeno número de

33 O arcebispo de Assunção (Eustaquio Pastor), apesar de reconhecer que Fernando Lugo havia sido "um grande líder na Igreja católica", disse aos funcionários norte-americanos, conforme vazou pela Wikileaks, que ele não tinha "a menor capacidade para gobernar". Ver Juan Jesús Aznárez: "Estados Unidos cree que Lugo carece de apoyos para gobernar Paraguay". El País. Madri. 15.03.11. http://www.elpais.com/articulo/internacional/EE/UU/cree/Lugo/carece/apoyos/gobernar/Paraguay/elpepuint/20110315elpepuint_31/Tes 16.03.11

34 León (2011: 14-15).

países. Constituem um fenômeno que se desenvolveu "entre o ocaso populista e o amanhecer neoliberal"[35], no qual candidatos empresários enfrentaram os governos de caráter socialdemocrata e nacionalistas. Esse é o caso da maioria dos países centro-americanos. Três dos quatro presidentes do partido ARENA, de El Salvador, são empresários bem-sucedidos, Alfredo Cristiani, Armando Calderón e Antonio Elías Saca, que, apesar de ter deixado o partido depois do fim de sua presidência, é dono da principal cadeia radial do país. A classe política hondurenha, articulada em torno dos partidos tradicionais, Liberal e Nacional, é toda composta por empresários, assim como a da Guatemala, embora, neste país, a instabilidade partidária faça com que os partidos se formem praticamente antes de cada eleição. Na Guatemala, o setor empresarial envolveu-se na política nacional através do Partido de Avanzada Nacional (PAN), apoiando a liderança de Álvaro Arzú. Na Nicarágua, Violeta Chamorro provinha de uma família de empresários, assim como Arnoldo Alemán. O panamenho Ricardo Martinelli, eleito presidente em 2009, é um dos empresários mais bem-sucedidos do país, com uma grande variedade de negócios que surgiram do sucesso no ramo dos supermercados. Também são empresários muitos membros do seu gabinete. No México, Vicente Fox também vinha do mundo empresarial. O Equador conta com um criadouro na classe empresarial de Guayaquil[36]. No Chile, o chefe de Estado é Sebastián Piñera, doutorado em Harvard, professor de economia e empresário de sucesso[37], que incluiu em seu gabinete um grande número de empresários sem nenhuma experiência política. Na Bolívia, entre ministros e políticos que estiveram em altas funções do governo estão seis dos quatorze presidentes da

35 Durand (2010: 68).

36 Freidenberg (2003).

37 Para entender a importância no mundo empresarial de alguém com patrimônio calculado em mais de dois bilhões de dólares, nada melhor que suas próprias palavras: "Antes de ser eleito presidente, eu pus uma parte muito importante dos meus investimentos em um fideicomisso cego, em instituições financeiras chilenas, isso está sendo administrado por eles sem nenhum conhecimento da minha parte. No entanto, eu decidi vender algumas empresas como uma linha aérea, um canal de televisão e um time de futebol. Essa foi uma decisão que eu tomei voluntariamente". Em entrevista com Javier Moreno, 6 de março de 2011. El País. Madri. http://www.elpais.com/articulo/reportajes/Nos/hemos/propuesto/terminar/pobreza/extrema/anos/elpepusocdmg/20110306elpdmgrep_6/Tes

Confederação de Empresários Privados da Bolívia (desde sua fundação). Como é sabido, o próprio Gonzalo Sánchez de Lozada, antes de sua fulgurante carreira política, era, e continua sendo, um empresário milionário[38]. A presença empresarial na esfera legislativa, como mostra a Tabela 2.2, é muito maior e sua distribuição é homogênea em todos os países, embora seja mais significativa na América Central.

Por outro lado, o mundo sindical teve uma presença muito menor. Nas últimas três décadas, há apenas dois casos no âmbito presidencial latino-americano, Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Evo Morales, na Bolívia. O movimento sindical influenciou tradicionalmente um pequeno número de partidos que conseguiram levar alguns sindicalistas ao Congresso, como, o caso mais destacado, o Partido Justicialista, na Argentina, o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, o Frente Amplio, uruguaio, e o Movimiento al Socialismo, na Bolívia. No México, o Sindicato Nacional de Trabajadores de la Enseñanza, que conta com mais de dois milhões de afiliados, é um poderoso ator, através de sua dirigente, Elba Esther Gordillo, na disputa política, tanto nacional quanto estadual, e continua o caminho aberto durante as décadas de Fidel Velásquez, ambos do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Uma plataforma heterogênea de entrada na política incluiu casos marginais, em função do pouquíssimo sucesso, pelo menos, no âmbito presidencial. O caso mais recordado dos últimos 25 anos na América Latina é o do peruano Alberto Fujimori, que partiu do âmbito universitário e chegou à presidência sem nenhum partido, usando como carta de apresentação pública suas aparições na TV. Fujimori teve sua contrapartida, um ano após sua destituição, com Alejandro Toledo, outro político cuja principal antecedente foi encabeçar a oposição a Fujimori nas eleições presidenciais de 2000.

O peso da mídia não só está presente na formação de novos estilos de comunicação política, no caso dos "telepresidentes"[39], mas também ao definir a carrei-

38 Rojas Orturte (2009: 123).
39 Ver Rincón (2008).

ra de políticos recentes, que surgiram desse espaço e que acumularam algum capital simbólico sendo comunicadores, ainda que contando com apoio de algum partido. É o caso, nas duas últimas décadas, dos presidentes Jorge Carpio, na Guatemala, Abel Pacheco, na Costa Rica, e de Toni Saca e Mauricio Funes, em El Salvador. No entanto, esse escasso sucesso para o caminho presidencial não impede que essa via tenha se tornado uma das mais bem-sucedidas de entrada na política, que chega a competir com a dos partidos[40].

O "animal político do nosso tempo"[41] floresce nos sistemas políticos com pouca institucionalización, e a carreira política é construída com base na atividade privada, com quadros cuja lealdade é paga com patrimônio (pessoal ou empresarial) do candidato iniciante ou com a promessa de conseguir cargos, e às vezes contam com programas sociais privatizados para ganhar clientela e espaço público.

Na falta de pesquisas rigorosas sobre a saída dos políticos na América Latina, tema de estudo necessário e urgente, apenas podemos nos referir ao processo desigual de prestação de contas, pelo qual muitos presidentes eleitos democraticamente no último quarto de século foram investigados ou processados e terminaram, em alguns casos, sentenciados à prisão. Os casos registrados no último quarto de século são enunciados a seguir.

O peruano Alberto Fujimori (1990-2000), que já cumpria pena de seis anos de prisão por violação de domicílio, foi o primeiro ex-presidente latino-americano eleito nas urnas condenado por violações dos direitos humanos em abril de 2009, embora o lugar onde está preso diste muito de ser o protótipo dos presídios latino

40 Nos âmbito ministerial, também há vários casos, como, no Panamá, o do ministro de Desenvolvimento Social, Guillermo Ferrufino, apresentador do popular programa "Qué tal si te digo" e que já foi candidato por outro partido, o PRD, antes de se afiliar ao Cambio Democrático. Também podemos destacar a ministra da Educação, Lucy Molinar, vinculada ao Opus Dei e apresentadora do noticiário Canal 2. São dois ministros muito populares no gabinete de Martinelli por seu papel anterior desempenhado na mídia. Da mesma forma, no Equador, há o caso de Freddy Ehlers, comunicador social de reconhecido destaque e ministro de Turismo do governo de Rafael Correa, que já foi candidato presidencial por uma formação partidária fundada por ele chamada Nuevo País e, depois secretário da Comunidade Andina de Nações.

41 Meléndez (2011: 183-184). Faz referência especificamente ao caso do empresário universitário peruano César Acuña, mas pode ser transposto para muitos outros, em especial na Argentina e Colômbia.

-americanos. O dominicano Salvador Jorge Blanco (1982-1986) foi condenado em 1987 a 20 anos de prisão por enriquecimento ilícito, porém tempos depois foi declarado inocente pela justiça. Carlos Menem (1989-1999), desde que deixou o poder, teve que enfrentar promotores e juízes e esteve privado da liberdade por vários meses em uma casa de campo, por um caso de contrabando de armas para a Croácia e o Equador, entre 1991 e 1995, e não foi absolto até 2011. O brasileiro Fernando Collor de Mello (1990-1992) renunciou por acusações de corrupção e foi inabilitado pelo Senado para exercer cargos públicos até 2001, mas foi absolvido em 1994 pela Corte Suprema por falta de provas. O venezuelano Carlos Andrés Pérez (1974-1979 e 1989-1993), destituído por acusações de malversação, foi condenado, em 1996, a dois anos e quatro meses de prisão, mas cumpriu a pena em seu domicílio por ter mais de 74 anos. Quanto ao boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997 e 2002-2003), as autoridades do seu país pediram sua extradição aos Estados Unidos, por crimes de genocídio. Além disso, está processado pela assinatura de contratos aparentemente ilegais. No Paraguai, Luis Ángel González Macchi (1999-2003) foi condenado a oito e a seis anos de prisão em dois processos por corrupção, mas, na apelação, um dos processos foi considerado improcedente e, no outro, foi absolvido. Outro ex-presidente paraguaio, Juan Carlos Wasmosy (1993-1998), foi processado por irregularidades em operações financeiras e absolvido, em 2007, de uma pena de quatro pela Corte Suprema de Justiça Arnoldo Alemán Lacayo, presidente da Nicarágua, de 1997 a 2002, foi condenado a 20 anos de prisão, em 2003, por fraude contra o Estado e outras acusações de corrupção, mas a justiça permitiu que ele continuasse em liberdade, por motivos de saúde, sem restringir seus movimentos por todo o país. Em janeiro de 2009, uma sentença da Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça liberou-o de todas as acusações. Na Costa Rica, Rafael Ángel Calderón (1990-1994) e Miguel Ángel Rodríguez (1998-2002) foram condenados por casos de corrupção. O hondurenho Rafael Callejas (1990-1994) também

foi acusado de corrupção, mas a justiça revogou as acusações. O colombiano Ernesto Samper (1994-1998), acusado de receber dinheiro do narcotráfico durante a campanha eleitoral, não chegou a ser processado, mas foi alvo de uma investigação parlamentar da qual saiu livre de culpa. O guatemalteco Alfonso Portillo (1999-2003) foi condenado em seu país e nos Estados Unidos por lavagem de dinheiro e desvio de fundos públicos, além de violações dos direitos humanos, embora não tenha cumprido a pena. Por último, no Equador, são vários os ex-presidentes processados, Abdalá Bucaram, Fabián Alarcón, Jamil Mahuad, León Febres Cordero e Lucio Gutiérrez, mas nenhum deles foi condenado[42].

2. Modelos de carreiras políticas

Nesta seção, pretendo mostrar a existência de diferenças explicativas da forma de fazer política na América Latina e de elementos quase constantes nessa prática com base na trajetória política das pessoas. Com esse fim, selecionei de forma parcialmente subjetiva dezoito perfis de políticos. Ou seja, escolhi perfis que considero significativos, embora não possa fundamentar de maneira rigorosa (como na estatística) o caráter representativo e substantivo da seleção. São pessoas que atuaram dentro do marco democrático e que permitem constatar a diversidade, assim como ajustar alguns elementos teóricos discutidos nos capítulos precedentes.

Na maioria, trata-se de pessoas já falecidas[43] ou que, nos quatro casos de pessoas vivas em 2011[44], praticamente abandonaram sua atividade política. Salvo

42 Informação procedente de Infolatam, 07.04.09.

43 Marmaduke Grove, José María Velasco Ibarra, Osvaldo Aranha, Víctor Raúl Haya de la Torre, Gustavo Rojas Pinilla, Jóvito Villalba, Roberto Francisco Chiari, Manuel Mora, Ramón Villeda Morales, Álvaro Alzogaray, Wilson Ferreira, Juan Bosch, Lidia Gueiler e Julio Adolfo Rey Prendes.

44 Violeta Barrios, Cuauhtémoco Cárdenas, Ingrid Betancourt e Rigoberto Menchú, que era a única política ativa em setembro de 2011.

duas pessoas[45], todas nasceram entre o último quarto do século XIX e o primeiro terço do século XX, período que lhes permite desenvolver a atividade política já com o Estado liberal bem assentado e continuar durante as décadas nas quais foi se impondo o Estado nacional popular e suas transformações subsequentes. Escolhi uma pessoa por cada país com sistema político democrático da América Latina, com exceção do caso colombiano, no qual foram escolhidas duas pessoas[46]. O período em que desenvolvem sua ação política começa no primeiro quarto do século XX e termina no começo do presente século. Além disso, a seleção foi cuidadosa no sentido de representar variedade nos momentos históricos e no espectro ideológico.

Falando estritamente, entre os políticos selecionados, apenas um é caracterizado taxativamente pela literatura como um exemplar do populismo clássico[47]. A ausência de outros ocorre porque — ao contrário do que se acredita em uma linha de interpretação da política latino-americana que é recorrente — o fenômeno populista não é tão frequente por longos períodos na vida política quando as instituições democráticas funcionam. De fato, e como veremos abaixo, a atividade partidária de todos eles é muito intensa, como fundadores de projetos muito duradouros ou mais efêmeros.

De qualquer forma, são pessoas com dedicação plena à política, embora com casos de intensidades irregulares de sua atividade ao longo do tempo. Há algumas trajetórias acomodatícias, de oportunistas que mudam com frequência de partido, e outras que refletem uma fidelidade vitalícia a uma ideologia ou partido. Evitei centrar a seleção em figuras presidenciais — de fato, só sete dos dezoito casos escolhidos, que implicam diferentes modelos de entrada na política e de seu

45 Rigoberta Menchú e Ingrid Betancourt.

46 São eles Gustavo Rojas Pinilla e Ingrid Betancourt, nascida em 1961, que foi escolhida pelo traumático final de sua carreira política.

47 O equatoriano Velasco Ibarra. Sobre a via populista para o poder, ver Freidenberg (2007).

exercício[48] — e, por último, selecionei apenas quatro mulheres[49] para equiparar a amostra com a média de mulheres que exerceram na vida política latino-americana no último quarto de século, que é de aproximadamente 22%.

A síntese desse grupo, portanto, poderia formar perfeitamente a imagem inverossímil de um retrato falado do político democrático latino-americano[50]. Em geral, não são os políticos mais representativos de cada país (embora em alguns casos o sejam), mas, de uma perspectiva regional, formam um painel bastante completo que cobre o cenário político latino-americano de boa parte do século XX. Os trabalhos (auto) biográficos, os discursos e o material escrito, em geral por eles mesmos, foi a principal fonte utilizada.

2.1. Marmaduke Grove Vallejo

A princípios do século XX, o Exército era uma das poucas instituições do Estado em alguns países de América Latina que possibilitava a mobilidade social e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um sentimento de função pública. O chileno Marmaduke Grove Vallejo nasceu em 1878. Sua biografia é a de alguém que entrou na política a uma idade madura e cuja socialização profissional ocorreu no exército. Seus pais foram destacados ativistas políticos e sociais e marcaram-no,

48 Um deles chegou cinco vezes ao poder e foi deposto quatro vezes pelos militares (Velasco Ibarra), outro alcançou o poder apoiado pelos militares, embora não seja citado aqui por esse fato, mas por sua posterior reciclagem democrática (Rojas Pinilla), outra chegou ao poder de forma indireta (Lidia Gueiler) e a última subiu à presidência sem experiência política anterior (Violeta Barrios), dois foram derrocados no mesmo ano de 1963 (Juan Bosch e Ramón Villeda Morales) e um deles terminou seu periodo presidencial de maneira regular, além de, durante o seu mandato, romper relações diplomáticas com os Estados Unidos e iniciar o processo de devolução do canal do Panamá (Roberto Francisco Chiari).

49 Lidia Gueiler, Violeta Barrios, Ingrid Betancourt e Rigoberta Menchú.

50 Esta é a principal diferença com respeito ao trabalho compilado por Álvarez García (2007) no qual aborda dezoito líderes políticos de quinze países da América Latina, do século XX, com a característica comum "da liderança forte em relação às ideias, à condução do eleitorado e das massas populares" (2007: 32). Em sua amostra, não há mulheres e todos, com exceção de Víctor Raúl Haya de la Torre, Jorge Eliécer Gaytán e César Augusto Sandino, ocuparam a chefatura do Estado de seus países ou cargo similar (é o caso de Omar Torrijos e de Fidel Castro). Há coincidências com a minha seleção apenas em dois casos, o mencionado Haya de la Torre e José María Velasco Ibarra.

desde a infância, com uma clara vocação de comprometimento social[51]. Seu pai, advogado e maçom, foi fundador do Partido Radical e sofreu o exílio como consequência do conflito de 1891, sua mãe foi a presidente da Associação de Beneficência de Copiapó. A doença do pai e a má situação econômica da família levaram-no ao Exército, onde fez carreira, com estudos na Alemanha e cargos na Escola Militar e no Estado Maior do Exército. Sua posição como subdiretor da Escola tornou-o uma figura cada vez mais importante em um período de profunda instabilidade e reformismo social e grandes reformas institucionais vividas pelo Chile a partir de 1924, após a renúncia do presidente Alessandri.

O perfil e o comprometimento político de Marmaduke Grove desenvolveram-se no contexto de uma crescente intervenção militar na vida política e institucional do país cuja primeira expressão foi o Comitê Militar. Os objetivos declarados do Comitê foram a necessidade de uma nova legislação social e trabalhista de caráter popular e a designação de uma Assembleia Constituinte[52] com membros que deviam provir do movimento popular. Marmaduke Grove participou abertamente desse movimento que se manifestou com a ascensão de Carlos Ibáñez del Campo, com o qual surgiram profundas divergências devido ao caráter autoritário do seu governo. Inicialmente, Marmaduke Grove foi nomeado diplomático e saiu do país para, mais tarde, participar de um complô fracassado para derrocar Ibáñez, pelo qual foi preso e confinado na ilha de Páscoa. Como resultado da renúncia de Carlos Ibáñez, incapaz de conter as pressões sociais e políticas da crise mundial, assumiu um novo governo liderado pelo advogado Juan Esteban Montero, durante o qual

51 "… se o destino me deparar ser revolucionário, serei revolucionário de verdade para terminar com os abusos, os privilégios e interesses criados, mãe, diante de minha própria consciência, dedicarei minha vida a lutar pela liberdade, como o filho mais velho, serei um revolucionário de verdade". Brncic (2003: 48-49).

52 Liderando o Comitê Militar Revolucionário, preocupou-se em colocar no centro do debate "a miséria do povo, a especulação, a má fé dos poderosos, a instabilidade econômica". E, mais adiante, especifica seu programa de ação: "Não assumimos o poder para conservá-lo e não colocamos nem colocaremos um caudilho no poder, porque nossas obras devem ser de todos e para todos… Manteremos as liberdades, públicas e o reconhecimento da soberania popular; nosso objetivo é convocar uma Assembleia Constituinte livre da qual surja uma constituição fundamental". Brncic (2003: 67).

Marmaduke Grove foi nomeado Comandante da Escola de Aviação.

Sua influência significativa sobre amplos setores militares populistas e a confluência com diversos grupos revolucionários de orientação socialista levaram-no a liderar uma conspiração cívico-militar que culminou no que foi conhecido como a "República Socialista de 1932" cujo lema era "Pão, teto e abrigo para o povo". Essa experiência durou 12 dias, pois não pôde se manter devido às contradições dos próprios líderes e à perda do apoio militar. A breve experiência socialista, de apenas duas semanas, levou Marmaduke a uma nova deportação para a ilha de Páscoa, mas constitui um momento fundamental na vida política chilena e na carreira política de Grove[53].

Apesar de sua efêmera existência, as medidas da república socialista abriram um novo horizonte para os setores trabalhadores que se manifestou em amplo respaldo popular a Grove que, embora desterrado e sem possibilidades de fazer campanha, obteve um surpreendente segundo lugar nas eleições presidenciais daquele ano. A partir desse momento, Grove tornou-se um dos personagens fundamentais do socialismo chileno. O congresso da unidade socialista de abril de 1932, que reagrupou diversas organizações socialistas e fundou o Partido Socialista do Chile, teve como líderes Óscar Snacke e Marmaduke Grove, que foi seu primeiro presidente. Mais tarde, no processo de formação da primeira aliança de centro esquerda chilena, a "Frente Popular", Grove foi escolhido como candidato das forças socialistas, mas, visando a unidade, deixou o lugar a Pedro Aguirre Cerda, que ganhou as eleições de 1938.

Foi senador entre 1933 e 1941 e reelegeu-se, permanecendo no cargo até 1949, quando, com 71 anos, afastou-se da vida pública. Durante sua atividade le-

53 Tempos mais tarde, em um congreso extraordinário do seu partido, indicaria: "Faz mais de doze anos que me entreguei de corpo e alma para a causa da revolução chilena. Desde 4 de junho de 1932, quando conseguimos, por primeira vez em nossa história, fazer cair a Bastilha dos interesses oligárquicos para instaurar um governo popular e revolucionário, que satisfizesse amplamente as necessidades vitais de pão, teto e abrigo das nossas grandes massas oprimidas, desde essa data, digo, tenho estado no lugar de maior sacrifício e perigo dessa imensa luta e nele permaneci, não por um desejo mesquinho, mas porque estava convencido de que assim obrava corretamente e interpretava o sentimento do povo chileno". Brncic (2003: 266).

gislativa, apresentou um importante projeto de lei de reforma agrária que não foi aprovado, mas tornou–se famoso por seu slogan "Nem terra sem homens, nem homens sem terra", foi promotor do voto feminino, aprovado em 1945. Além disso, organizou o primeiro congresso de partidos democráticos e populares da América Latina em Santiago do Chile, em outubro de 1940. Grove morreu em 1954 com grande reconhecimento público por sua trajetória política[54] e sua figura reflete um processo social de entrada na política de setores médios de origem provinciana, que, nesse período, encontraram, em âmbitos e instituições militares, condições para uma participação política de impacto nacional. Nesse sentido, seu perfil é um exemplo de sua época, caracterizada por profundas contradições sociais e necessidades de reforma, com grande presença e participação militar. Sua vocação popular, seu caráter de homem de partido e sua carreira legislativa de dezesseis aos, numa idade já madura, são elementos relevantes de sua trajetória política.

2.2. José María Velasco Ibarra

O populismo constitui uma das expressões mais sólidas da política latino-americana ao longo do meio século seguinte à Grande Depressão. Articulado em diferentes expressões, uma de caráter democrático, mas alheia a qualquer tentativa de canalização por meio de um partido político, foi a do Velasquismo, que tomou o nome do político equatoriano José María Velasco Ibarra. Velasco Ibarra é associado, principalmente, com a prática de um populismo ativado pelo exercício de uma abundante verbalização retórica, destinada a obter o apoio incondicional das multidões visando o poder pessoal[55]. Velasco Ibarra é um exemplo de político não

54 No seu obituário, o jornal El Mercurio escreveu: "Ninguém jamais colocou em dúvida sua inabalável lealdade aos princípios ideológicos que foram o objetivo de sua existência… Mas há algo na vida de Grove que constitui uma lição duradoura para as próximas gerações. Exausto por tantos anos de luta, retirou-se para a vida privada em tais condições de pobreza e de severa dignidade, que constituem um paradigma de virtude cívica". En Brncic (2003: 277-278).

55 Chamá-lo de "caudilho da oligarquia" ou aglutinador das massas mobilizadas pela classe terratenente e

pertencente à classe dirigente tradicional que se sentia imbuído da missão de criar ideologia e Estado[56], o que realizou de forma eficaz. Órfão de partido político, seus discursos ilustravam a força de uma classe média intelectual transformada em intermediária e mediadora em uma sociedade com escassos recursos[57]. Daqui deriva a tentativa inicial de liberar a política da oligarquia tradicional e infundir-lhe potencial democrático graças ao manejo das massas[58]. Destaca-se em Velasco Ibarra, além de sua capacidade retórica, sua relação com o povo, sua ânsia de servir, sua obsessão por ser reconhecido, a natureza maniqueísta de seus discursos: amigos-inimigos, velasquistas-antivelasquistas, povo-oligarquia[59].

Velasco Ibarra[60] nasceu em Quito, em 1893, no seio de uma família cujo pai era engenheiro civil e um grande ativista do partido conservador que terminou na prisão depois da revolução liberal de Eloy Alfaro, em 1895. "Quando criança, sua formação foi impregnada pelas leituras de biografias dos grandes homens"[61]. A morte precoce do seu pai limitou notavelmente os recursos familiares, obrigando-o a conciliar diferentes trabalhos com os estudos com os jesuítas e os de Direito na Universidade Central do Equador, terminados em 1921. Em seus primeiros anos de profissão, combinou o jornalismo com o exercício da advocacia, o que lhe permitiu economizar para estudar, em 1931, em Paris, onde travou amizade com José Vasconcelos. Começou sua carreira política desempenhando um cargo municipal em Quito. No entanto, em nível nacional, sua carreira começou com sua eleição,

seu partido", explica muito pouco devido à complexidade da independência relativa da elite política. Ver Cárdenas Reyes (1991).

56 "Velasco substituiu uma filosofia política com uma filosofia do poder: a concepção do Equador como um país ingovernável e a demagogia do populismo". Ver Adoum (2000: 164).

57 Esse tipo de populismo responde à formalização do capitalismo avançado, embora os esquemas sociocultural do paternalismo oligárquico continuassem vigentes sem grandes modifições (Cárdenas Reyes 1991).

58 Velasco foi um conspícuo estudioso da psicologia de massas de Gustave Le Bon e conhecia-a muito bem. Ver Norris (2004: 99-101 vol. 1).

59 Ojeda Segovia (2005: 147-161).

60 Foi um dos personagens políticos mais polêmicos da história política equatoriana do século XX. "Sua personalidade delirante e apaixonada, sua atuação política ambígua e contraditória, sua longa, ainda que precária, permanência no mais alto cenário público — foi cinco vezes presidente da República —, foram possíveis graças ao obstinado apoio popular". Ojeda Segovia (2005: -).

61 Norris (2004: 56, vol. 1).

em 1932, como deputado, sendo, logo depois, nomeado vice-presidente da Câmara e, depois, seu presidente.

Em 1934, candidatou-se por primeira vez às eleições presidenciais, ganhando com cerca de 80% dos votos; mais tarde, ganharia as eleições de 1944, 1952, 1960, e 1968, sem terminar nenhum período presidencial, salvo o que começou em 1952 e terminou em 1956, devido aos golpes militares de 1935, 1947, 1961 e 1972, respectivamente, acumulando, em total, treze anos como presidente e sendo o chefe de Estado equatoriano que esteve mais anos no poder. Os golpes de Estado levaram-no a frequentes períodos de exílio[62] nos quais se dedicou à docência, tanto na Colômbia quanto na Argentina. A prática de governo de Velasco Ibarra caracterizou-se por um conceito de progresso como desenvolvimento lento e gradual, resultado da ampliação dos serviços públicos e da infraestrutura em educação, redes viárias e projetos de irrigação[63]. Procurou manter uma política econômica inflacionária que beneficiou diretamente a elite comercial e financeira do litoral, mas, ao mesmo tempo, tratando de não perder o apoio dos proprietários de terras serranos, que mostravam sinais de oposição. Seus grandes e permanentes opositores foram tanto os intelectuais críticos e a universidade quanto o exército.

Embora Velasco Ibarra tenha se situado fora do sistema de partidos, teorizou sobre os mesmos, propondo como ideal o bipartidarismo do mundo anglo-saxão[64]. A característica ambiguidade liberal no plano da teorização unida a práticas políticas e concepções personalistas da ação a partir do poder fizeram dos discursos de Velasco Ibarra um exercício acadêmico que estende o século XIX até o segundo terço do século XX no Equador[65]. Velasco Ibarra revelava como o liberalismo podia se tornar, sob circunstâncias históricas específicas e com relação ao

62 A dramatização das chegadas de Velasco do exílio sempre foram instrumentos eficazes na construção do seu próprio discurso, ver De la Torre Espinosa (1993: 198 y 199).
63 Cárdenas Reyes (1991: 86).
64 Cárdenas Reyes (1991: 81).
65 Cárdenas Reyes (1991: 32).

direito de propriedade, em uma ideologia autoritária do poder, na corruptibilidade do poder e na tendência ao governo dos ricos. O discurso velasquista desenvolvia posturas e visões que seguiam o mesmo fio condutor através de grandes temas, como estrutura de poder do Estado, democracia liberalismo, liberdade, liberação, resolução harmoniosa de conflitos e solidariedade, por meio da retórica cosmopolita, característica do humanismo liberal[66].

O surgimento do velasquismo respondeu a uma crise das oligarquias tradicionais e configuração definitiva de uma sociedade de classes. No caso de Velasco Ibarra, suas ideias ou visões basearam-se no eixo institucional igreja-família que estruturou a ideologia de Velasco Ibarra, e seu pensamento tentou seguir fielmente a evolução do catolicismo europeu. Do desvio modernista que conheceu de perto em sua estadia na França, e depois de uma série de fracassos políticos, caiu no existencialismo cristão da pós-guerra. Isto é, em linhas gerais, o velasquismo se apegava à velha matriz e tentava acomodar nesta as novas formas de consciência social. Sendo um dos políticos mais importantes na história equatoriana, Velasco Ibarra, cuja personalidade emaranhada unida à complexidade da prática política dificultam a compreensão e explicação de seu comportamento político,[67] viveu seus últimos anos com grande austeridade econômica e morreu em Quito, em 1979, no mesmo ano em que os militares proibiram sua candidatura às eleições que restaurariam a democracia no país[68].

2.3. Oswaldo Aranha

Um perfil de político diferente do tradicional é o consolidado por meio de atividades na esfera internacional, que se desenvolve principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Em muitos casos representa o apogeu de uma

66 De la Torre Espinosa (1993).
67 Ojeda Segovia (2005).
68 Sánchez López (2009).

carreira política iniciada na arena local e continuada no cenário nacional. Trata-se de trajetórias políticas que se consolidaram com o tempo. É o caso do brasileiro Oswaldo Aranha, nascido em Alegrete, no estado do Rio Grande do Sul, em 1894, filho de um chefe político e fazendeiro local, que estudou com os jesuítas, depois, no Colégio Militar e, finalmente, na Faculdade de Direito, onde se iniciou no ativismo político ao participar da luta estudantil[69] contra o presidente Hermes da Fonseca e o senador Pinheiro Machado, terminando por entrar no Partido Republicano em 1916[70]. Após um ano de estudos na Sorbonne e depois de terminar sua carreira de Direito, trabalhou como advogado, entre 1917 e 1923, e casou-se com a filha de um fazendeiro e político republicano de Itaqui.

Oswaldo Aranha participou da revolta armada de 1923 opondo-se ao levantamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil, o que lhe valeu, em 1925, a nomeação como prefeito de Alegrete. Nessa época, conhece Getúlio Vargas, com quem manteria vínculos muito estreitos ao longo dos seguintes vinte e cinco anos. Já sob a liderança de Vargas, foi nomeado, em 1928, secretário do Interior e da Justiça do seu estado natal e participou da formação da Frente Única integrada por republicanos e libertadores para apoiar a candidatura de Vargas à presidência em 1930. A vitória de Júlio Prestes para presidente abriu uma nova disputa armada que desembocou em um processo revolucionário que culminou com a vitória de Vargas e na nomeação de Osvaldo Aranha, em 1930, como ministro da Justiça, passando, no ano seguinte, para o ministério da Fazenda. Aranha havia desempenhado um papel de extrema relevância na revolução vitoriosa[71], o que o havia levado a deixar definitivamente o Rio Grande do Sul e suas raízes gaúchas e a estabelecer-se, com 36 anos, no Rio de Janeiro, dando uma guinada completa em sua vida, curtida pe-

69 Correa do Lago (1995: 49).
70 Correa do Lago (1995: 67).
71 "A Revolução de 1930, que nasceu da campanha da Aliança Liberal e fez de Oswaldo Aranha uma figura nacional, em certo sentido, perteneceu a ele, era obra dele, realizou-se por causa de sua firmeza de vontade, de sua determinaçao invulgar e sua capacidade de persuasão e organização". Hilton (1994: 40).

las campanhas revolucionárias[72].

Em 1934, foi nomeado embaixador em Washington, iniciando sua etapa na política exterior[73] que o levaria, treze anos mais depois, ao ponto mais alto de sua carreira política[74]. Durante sua atividade como embaixador em Washington, negociou o tratado comercial entre ambos os países[75] e começou um trabalho de aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Após o golpe de Vargas, em 1937, e sempre fiel ao líder populista, aceitou sua nomeação como ministro de Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1944 e onde atuou de maneira decisiva para a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, junto aos aliados[76]. Depois da queda de Vargas, em 1945, e da ruptura entre ambos ocorrida um ano antes, Aranha foi nomeado representante do Brasil na ONU, em 1947, chegando a presidir o Conselho de Segurança na primeira sessão extraordinária da Assembleia Geral e na segunda sessão ordinária, o cargo internacional mais alto jamais exercido por um brasileiro. Sob sua presidência foi votada a resolução que criou o Estado de Israel. Após sua volta ao Brasil, desempenhou-se como advogado até que Vargas, no seu segundo governo (1951-1954), nomeou-o, em 1953, novamente como ministro da Fazenda, pasta na qual desenvolveu o Plano Aranha de combate à inflação e ao desequilíbrio da balança de pagamentos por meio do controle dos gastos.

Traumatizado pelo suicídio de Vargas, em 1954, deixou o governo[77] para se dedicar ao direito até sua morte, em 1960. Nesse intervalo, teve sua última atuação política como chefe da delegação brasileira na XII Assembleia Geral da ONU,

72 Correa do Lago (1995: 393).

73 "Oswaldo Aranha não tinha experiência diplomática, mas, em certo sentido, era diplomata nato: tinha talento extraordinário para negociar e harmonizar posições conflitantes, sendo quase lendária sua capacidade de sentar em um ambiente íntimo com intransigentes ou recalcitrantes ou duvidosos e persuadi-los a adotar determinada linha de conduta". Hilton (1994: 187).

74 Hilton (1994: 460).

75 "Graças a sua personalidade encantadora… Aranha cativou a imprensa e os congressistas norte-americanos". Flores (1991: 14).

76 Aranha a esse respeito afirmou: "Não foi o Getúlio, nem fui eu, nem foi ninguém que nos forçou a romper relações. Foi a nossa posição geográfica, a nossa economia, a nossa história, a nossa cultura, enfim, a nossa condição de vida e a necessidade de procurar sobreviver". Hilton (1994: 389).

77 Aranha declarou que sua renúncia ao cargo era "uma decisão de foro íntimo". Hilton (1994: 478).

em 1957. Oswaldo Aranha passou a maior parte de sua vida política à sombra do líder populista Getúlio Vargas com quem manteve uma relação muito próxima, às vezes abalada por desencontros, mas, finalmente, leal[78]. Sua trajetória é a de um político que participou de lutas armadas mais típicas do século XIX que do século XX, líder em um processo revolucionário que terminaria impulsando o primeiro regime populista na América Latina e, acima de tudo, que terminou desempenhando-se em uma nova arena, a da política internacional, na qual se destacou tanto por sua personalidade quanto pela habilidade técnica desenvolvida com o tempo.

2.4. Víctor Raúl Haya de la Torre

Não há um caso na América Latina que mostre melhor o entrelaçamento entre a biografia de um político e a história de um partido durante meio século que o de Víctor Raúl Haya de la Torre e o aprismo (de APRA, Alianza Popular Revolucionária Americana), ambas são trajetórias inseparáveis e solidárias[79]. A vida de Haya de la Torre é um exemplo do poder das ideias políticas que levam à criação de um partido liderado por um intelectual que passa muitos anos de sua vida proscrito da política, asilado em uma embaixada em Lima ou fora do seu país e só chega a ocupar um cargo político no final da vida. Por isso, sua trajetória política baseia-se principalmente em uma simbiose entre suas ideias e seu papel como criador do aprismo, pois no caso desse movimento, o homem que criou sua doutrina, traçou sua filosofia e organizou o programa é o mesmo que o predicou.

Víctor Raúl Haya de la Torre nasceu em 1895, em Trujillo, em uma família tradicional e ilustre com um passado marcado pelas lutas de independência.

78 "O que acabou dominando o pensamiento de Aranha foi um senso de dever para com Vargas, a ideia de que lhe incumbia contribuir na medida do possível para proteger seu legado". Hilton (1994: 481).

79 "Haya de la Torre expressa-se, projeta-se e sublima-se no aprismo… O partido encontra no seu fundador uma fonte interminável de inspiração, o guardião de sua ortodoxia,o renovador de suas interpretações conjunturais. A longevidade de Víctor Raúl permitiu que o movimento pudesse contar, a todo momento, com o centro , o foco de seu fundador". Cossio (1977: 4-5).

Formado no mesmo colégio onde haviam estudado seus avós e antepassados, logo se destacou por sua inclinação pelas ideias que guiariam seu interesse na política, especialmente as do intelectual e porta-voz da rebeldia da época, González Prada[80]. Dono de capacidades oratórias e inclinação pelas letras, Haya de la Torre formou-se na Universidade La Libertad em sua cidade natal. Juntamente com César Vallejo, com quem manteve uma estreita amizade, formaram parte do "grupo intelectual de Trujillo" que teve grande influência na socialização política de Haya[81]. Nesses anos, Haya também deu início a sua atividade como jornalista, escrevendo no periódico *La Industria* e no jornal da universidade. Foi também vice-presidente do Centro Universitário e organizador da primeira universidade popular.

Haya considerava necessária a existência de homens de pensamento para iniciar reformas na sociedade, mas com a condição de que fossem homens capazes de entender o sofrimento do povo e que pudessem assumir a responsabilidade de liderança. Na Universidade de San Marcos, ao reconhecer a divisão social entre a aristocracia limenha e os pobres, preferiu estar entre os *cholos*, ficar entre os que, para ele, eram os verdadeiros valores e interessando-se pelo "outro Peru"[82]. Em Lima, apesar de poder morar com seus familiares, optou por viver em uma residência de estudantes, envolvendo-se nas lutas pela reforma universitária e participando dos movimentos grevistas de 1919 que exigiam reajuste de salários e jornada de trabalho de oito horas e que originaram a mais poderosa organização federal operária do Peru. Além disso, nesse período, lutou também junto a outros movimentos políticos contra o imperialismo, tudo o que constituiu uma indiscutível preparação para promover o movimento reformista no Peru.

Pouco a pouco, Haya de la Torre foi consolidando suas ideias políticas baseadas na justiça social, na democracia política e econômica, no progresso e no

80 Cossio (1977: 53).

81 "Foi o grupo que lançou as bases para a criação do Partido Aprista. Em um festejo, na hora do brinde, dizem que o nome de Haya de la Torre será a bandeira de luta e o guia de novos rumos." Cossio (1977: 62).

82 Cossio (1977: 87).

bem-estar dos povos[83]. A ditadura de Leguía (1919-1930) forçou-o a uma longa década de exílio. Assim, em 7 de maio de 1924, depois de observar de perto os problemas sociais do Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai, e impregnado com a realidade que emanava do processo revolucionário, expressou, no México, os pontos programáticos de sua nova organização, projetada para ter alcance não só nacional, mas também latino-americano[84]. Os pontos principais do programa eram a ação contra o imperialismo, a unidade política da América Latina, a nacionalização das terras e indústrias, a interamericanização do Canal do Panamá e a solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo[85]. Ideias que serão o eixo da mística aprista nos anos seguintes. Nos anos posteriores ao exílio, viajou pela Europa, estudou em Oxford, onde consolidou suas ideias políticas e o programa da APRA, e morou dois anos em Berlim.

A queda de Leguía e o chamado a eleições, em 1931, possibilitaram sua volta ao país e sua candidatura pela APRA à presidência da República. Após a fraude eleitoral, ficou preso até depois do assassinato do seu adversário, o general Sánchez Cerro, em 1933. Os trinta anos seguintes, salvo o triênio 1945-1948[86], representaram o ostracismo para Haya de la Torre, que se viu obrigado a pedir asilo em uma embaixada em Lima e a partir novamente para o exílio, sendo até mesmo despojado de sua nacionalidade por um decreto ditatorial. Em 1962, Haya de la Torre voltou para o Peru para participar como candidato da APRA nas eleições presidenciais, que venceu com 32,98% dos votos, porém sem a maioria no con-

83 Cossio (1977: 69).

84 "Não queremos apenas nossa América unida, também a queremos justa. Sabemos bem que nosso destino, como raçaa e como grupo social, não pode ser dividido: formamos um grande povo, representamos um grande problema, constituimos uma vasta esperança".

85 Cossio (1977: 167).

86 Em 1946, mais de vinte aos depois de fundar a APRA e após ser vítima da fraude eleitoral, Haya afirmava "eu não fui nada. Nem senador nem deputado nem vereador", uma frase que ele poderia ter repetido trinta anos depois, pois até sua eleição como deputado constituinte, em 1978, o político peruano com maior trayectoria e impacto político do século não havia tido nenhuma possibilidade de desempenhar qualquer atividade política no âmbito das instituições do Estado. Ver Centro de Documentación Andina (1989: 31). Em Mora Valverde (1988: 36).

gresso para garantir sua assunção como presidente[87]. O golpe militar, que se seguiu ao impasse, levou a novas eleições gerais, realizadas em 1963, quando Belaúnde Terry derrotou Haya de la Torre, que ficou em segundo lugar.

Quando se considerou a transição para a democracia, em 1978, Haya de la Torre candidatou-se às eleições novamente, aos 83 anos, para a Assembleia Legislativa. O sistema de voto preferencial, aplicado por primeira vez, levou-o a ter o maior número de votos jamais obtido por um candidato ao parlamento. Apesar da incessante atividade política de mais de sessenta anos, o único período em que Haya de la Torre teve um cargo institucional, como deputado constituinte e presidente da Assembleia foi o breve lapso, de pouco menos de dois anos, antes de sua morte em 1979.

2.5. Gustavo Rojas Pinilla

Há um modelo de carreira política que envolve uma transformação na trajetória, a de um personagem político que começa seu caminho pela via militar para, depois, desempenhar um papel no jogo político democrático, que se enfrenta ao *status quo* em um contexto muito arraigado de bipartidarismo baseado em formações tradicionais extremadamente monopolizadoras da vida política do país. É o caso do colombiano Gustavo Rojas Pinilla, nascido em Tunja, em 1900, descendente de um dos chefes militares mais conhecidos da época, que teve uma destacada influência na sua carreira nas armas.

Após passar pela Escola Normal de Tunja e por estudos universitários nos Estados Unidos, onde se formou como engenheiro civil, Rojas Pinilla destacou-se como oficial. Após o fim dos estudos superiores, Rojas Pinilla voltou para o exército, na Colômbia[88], obtendo diferentes promoções, de forma que ocupou vá-

87 Chang-Rodríguez (2007).

88 "Meu pai tinha a opção de continuar no exército ou de voltar, se quisesse, para a vida civil. Mas a ex-

rios cargos: comandante do grupo de artilharia; subdiretor da Escola Superior de Guerra; diretor da Aeronáutica Civil; comandante da Primeira Brigada em Tunja. Como comandante da Terceira Brigada, em Cali, interveio para controlar a terrível situação após o assassinato de Gaitán, em 1948, quando obteve reconhecimento do presidente conservador Ospina por seu papel como pacificador da rebelião[89]. Foi rapidamente promovido a general e, mais tarde, nomeado chefe de estado, major general do exército e ministro de Correios e Telégrafos em 1949.

Após uma breve passagem pela delegação colombiana nas Nações Unidas, em 1951, foi promovido a tenente general, em 1953, e, em 13 de junho desse mesmo ano, chegou à chefatura do governo por um golpe de opinião e de apoio dos militares, durante uma guerra desatada entre os partidos tradicionais, liberal e conservador, após o assassinato de Gaitán. Durante os quatro anos de seu governo, Rojas Pinilla contou com o apoio da Assembleia Constituinte controlada pelos conservadores e pelas Forças Armadas. Rojas Pinilla conseguiu pacificar o país, deu início à construção de infraestrutura de comunicações e lançou subsídios e seguros à colheita para estimular a agricultura. Durante seu governo, foi formado o distrito de Bogotá, foram criados o Centro Administrativo Nacional e a televisão nacional e foi legislado o voto feminino.

Um novo golpe de opinião e o acordo entre conservadores e liberais levou-o formar e entregar o poder a uma junta militar, com a promessa de convocar eleições dali a um ano[90]. Rojas Pinilla enfrentou alguns anos de perseguição política, um exílio, a volta ao país, o julgamento do Senado e a absolvição da Corte Suprema de Justiça e de todos os tribunais, que o consideraram inocente[91], pois,

periência que ele acabava de ter despertou um imenso entusiasmo em sua inata condição de militar". Rojas (2000).

89 A partir desse momento, é apoiado por alguns membros do Partido Conservador, devido a seu papel nessa rebelião.

90 Nas palavras de sua filha, que não levam em conta o clima social que existia contra ele: "É desconcertante e admirável que um mandatário, rodeado incondicionalmente pelas Forças Armadas e pelo povo, tenha abandonado o poder. Nisso, felizmente, ele foi admirado até por seus inimigos..." Rojas (2000: 21).

91 Rojas (2000: 22).

embora condenado por um processo político, teve seus direitos políticos devolvidos após sete anos.

Em 1962, Rojas Pinilla fundou um partido político onde projetou seu ideário e o apoio social com o qual contava[92]. A Alianza Nacional Popular (ANAPO), que foi o nome dado ao partido, definiu-se como "um partido nacionalista, popular e revolucionário". Essa aliança estava articulada sobre sua experiência no poder e acolhia ideias da época, como a da terceira força, nome dado ao binômio povo e Forças Armadas[93]. A ANAPO apresentou candidaturas e, nas eleições de 1968, obteve várias cadeiras no Congresso. A atividade política de Rojas Pinilla, nessa época, foi muito intensa, aproximando-se da de qualquer político tradicional, com contatos frequentes com as multidões[94] e um ativismo próprio das campanhas eleitorais[95], que teve seu fim no histórico processo eleitoral de 19 de abril de 1970, em que Rojas Pinilla perdeu, por poucos votos, as eleições para o candidato conservador Misael Pastrana. O processo foi denunciado como fraudulento e teve consequências muito graves para a vida política colombiana, pois implicava descrédito internacional e intensificação da atividade guerrilheira[96]. A saúde de Rojas Pinilla foi muito abalada e sua morte aconteceu em 1975.

Seu capital político foi o germe de uma pequena saga política. Este foi herdado por sua filha, María Eugenia Rojas, representante entre 1962 e 1964, senadora entre 1966 e 1974 e candidata à presidência, em 1974, com um volume de

92 "Era a nova reafirmação de fé das massas desesperadas na sóbria figura do caudilho, que era visto como a única tábua de salvação social e econômica". Rojas (2000: 24).

93 Rojas (2000: 441).

94 "Rojas era o único líder que lotava os lugares fechados e os públicos. Aquele era um fenômeno de massas sem precedentes (...) Meu pai, sem ostentação ou exagero, era o dono das massas, o paladino de seus direitos, o porta-voz de suas necessidades e dores. Si Gaitán havia sido a voz do povo, Rojas era o caudilho das multidões". Rojas (2000: 23).

95 "Meu pai continuou visitando todos as regiões, municípios, bairros, as grandes e pequenas cidades, com grande entusiasmo por parte de liberais e conservadores, que, diante do fracasso da Frente Nacional, achavam que a única solução para os seus problemas seria um novo mandato do "seu" General Rojas". Rojas (2000: 23).

96 "Daquelas eleições marcadas pela violência e pela fraude surgiu o M-19, movimento guerrilheiro formado por líderes escolhidos da Anapo e da esquerda, que achavam que a etapa eleitoral estava terminada e que só a luta armada podia defender a vitória..." Rojas (2000).

votos bem menor que o do seu pai. Dezesseis anos mais tarde, foi vereadora em Bogotá e, entre 1982 e 1987, diretora do Instituto de Crédito Territorial. Os netos de Rojas Pinilla, Samuel Moreno Rojas, que foi senador e prefeito de Bogotá e Iván Moreno Rojas, que foi senador e prefeito de Bucaramanga, seguiriam a tradição política da família.

2.6. Roberto Francisco Chiari

O país latino-americano de vida republicana independente mais curta assimilou o bipartidarismo do âmbito regional e algumas das características de sua classe política, como o padrão familiar e a forte vinculação com os setores empresariais, algo que se estende até o presente. Por outro lado, durante o século XX, o Panamá teve que lidar com a espinhosa questão do Canal, que era a razão da própria origem do país e que determinou, em grande parte, sua continuidade como Estado incompleto. Durante esse século, não houve político panamenho que não tivesse que enfrentar essa e a questão consequente, das relações com os Estados, principal construtor e usufrutuário do Canal. Roberto Francisco Chiari foi um deles, cujo desempenho presidencial, além do mais, representou o início concreto do processo de recuperação do Canal pelos panamenhos.

Nascido, em 1905, em uma família muito abastada, filho de Rodolfo Chiari, presidente do país entre 1924 e 1928, e reconhecido líder do Partido Liberal, Roberto Francisco Chiari estudou no Colégio La Salle onde obteve o diploma de técnico em contabilidade. Trabalhou na produção de açúcar e na indústria láctea e foi o único dos irmãos que seguiu carreira política, alternando-a com sua atividade empresarial. Sua trajetória política oficial, após trabalhar como auxiliar do seu pai durante a presidência deste, estendeu-se entre 1940 1964, sendo, primeiro, eleito deputado para a Assembleia Nacional e, depois, atuando como mi-

nistro de Saneamento e Obras Públicas durante o governo de Ricardo Adolfo de la Guardia. Em novembro de 1949, por sua condição de segundo vice-presidente, assumiu a presidência do Panamá após a morte do presidente, Domingo Díaz Arosemena, e a renúncia do primeiro vice-presidente, Daniel Chanis Pinzón. No entanto, ocupou o cargo por apenas quatro dias, em cumprimento da sentença da Corte Suprema que havia declarado ilegal sua ascensão ao poder. Seu acatamento da decisão judicial rendeu-lhe enorme crédito em seu capital político[97]. Quatro anos mais tarde, já como presidente do Partido Liberal Nacional, foi candidato à presidência da República, sendo derrotado por seu primo, o coronel José Antonio Remón Cantera que, liderando a Coalición Patriótica Nacional, governou em dois períodos constitucionais "com apoio e ingerência das forças públicas"[98].

Roberto Francisco Chiari foi eleito presidente em outubro de 1960, liderando uma coalizão, a Unión Nacional de Oposición, que incluía o seu partido, Liberal Nacional, que continuava sendo liderado por ele. Sua principal prioridade foi combater a recessão imperante, no que foi bem-sucedido graças a um ambicioso programa de gasto público, em parte, financiado por empréstimos externos, para a Educação e Saúde. Por outro lado, participou pessoalmente da resolução de uma importante greve dos produtores de banana, em 1961, e desenvolveu uma ampla política reformista em consonância com os princípios da Alianza para el Progreso, da qual era fiel participante, e com sua arraigada perspectiva antimarxista. Na política exterior, mostrou-se muito crítico sobre o regime cubano de Fidel Castro.

No entanto, essa posição não o impediu de enfrentar a administração norte-americana ao denunciar os tratados que regulavam o controle do Canal pelos Estados Unidos e tratar a questão da soberania. As divergências sobre esta questão levaram a manifestações de estudantes panamenhos na Zona do Canal do Pa-

97 Rosas (2003).
98 Rosas (2003).

namá, com o hasteamento de bandeiras panamenhas e a queima de bandeiras norte-americanas[99], que precipitaram os acontecimentos de janeiro de 1964, em que 22 estudantes foram mortos como resultado de tiros da guarnição americana[100]. Isso levou à ruptura, durante três meses, das relações diplomáticas com Washington e, até certo ponto, precipitou os acontecimentos que culminariam na década seguinte com os tratados Torrijos-Carter que foram o início do fim da ocupação norte-americana, concluída no último dia do século XX[101].

Ao deixar a presidência, Chiari continuou por algum tempo como líder do Partido Liberal Nacional e, logo depois, retirou-se da vida pública, passando a dirigir suas empresas privadas. Foi presidente do Sindicato das Indústrias, de 1967 a 1969, e morreu no Panamá, em 1981. Seu desempenho político de caráter centrista, ligado a antecedentes familiares de inegável influência, adquire destaque continental por sua reação aos acontecimentos de janeiro de 1964, que tratavam de um aspecto importante não só para a consciência nacional panamenha, mas também para o imaginário coletivo latino-americano: a ferida aberta representada pela questão do Canal do Panamá.

2.7. José Ramón Villeda Morales

Os sistemas políticos com forte componente oligárquico, em que um pequeno grupo de empresários sob a influência da poderosa embaixada dos Estados Unidos está em permanente conivência com um exército que assume a única estru-

99 O içamento da bandeira panamenha na Zona do Canal havia sido pactuado pelos presidentes Chiari e Kennedy, por ocasião da visita do primeiro aos Estados Unidos, e registrado na Declaração Conjunta de junho de 1962. No entanto, as autoridades da Zona do Canal não cumpriram o pacto, além de não aceitar que a bandeira fosse hasteada nos postos militares, nem nos buques que passavam pelo Canal. Rosas (2003).

100 Sobre a crise iniciada em janeiro de 1964 e o papel desempenhado por Chiari, ver Moreno (2003).

101 "[a] posição invariável [de Chiari] tornou possível o compromiso formal dos Estados Unidos da América, de negociar um tratado inteiramente novo, justo e equitativo que encerrasse as causas de conflito relativas à Convenção do Canal Ístmico de 1903". Rosas (2003).

tura estatal minimamente operativa, geram um tipo de político muito *sui generis*. Tudo isso mostra características ainda mais peculiares quando se desenvolve em um cenário que funciona com a ilusão do jogo estável marcado por um bipartidarismo arraigado durante décadas de atividade política. Honduras foi marcada, na primeira metade do século XX, por seu caráter de estado bananeiro por excelência e pelo impacto da ditadura de Tibúrcio Carías (1932-1948). Os dois aspectos, completamente entrelaçados, começaram a se enfraquecer após a eleição do conservador Juan Manuel Gálvez Durón, em 1948, substituto de Carías, que desenvolveu uma presidência bem-sucedida com indiscutíveis conotações nacionalistas[102] no referente à criação de instituições estatais, mas também continuísta, pela fidelidade ao governo dos Estados Unidos e às companhias bananeiras durante todo o seu mandato constitucional de seis anos. Esse ano, que representa o fim da ditadura em Honduras e, de certa forma, a perda do poder do Partido Nacional que a havia apoiado, é o momento de entrada na política de José Ramón Villeda Morales, conhecido como "pajarito" (passarinho), que será o líder do Partido Liberal e terá um papel de grande destaque em sua reorganização e modernização.

Nascido em 1908, Villeda Morales foi, durante sua juventude, presidente da Federação de Estudantes Hondurenhos, onde começou sua atividade política. Estudante de Medicina na Guatemala, especializou-se em pediatria na Alemanha na segunda metade da década de 1930. De volta ao seu país, foi eleito presidente do Colégio Médico Hondurenho. Desempenhou sua profissão com profunda preocupação social, assim, fundou a Cruz Vermelha hondurenha e publicou vários estudos e ensaios sobre medicina social, tratando temas como desnutrição, natalidade, mortalidade infantil, alcoolismo e segurança social[103].

A instabilidade social reinante durante 1954 — fruto do profundo conflito social nas empresas bananeiras, e do ativismo nas sombras de Carías, que queria

102 Em sua presidência, foi acunhada por primeira vez a moeda nacononal (a lempira). D'Ans (1997: 248).
103 Argueta (2009: 113).

recuperar o poder para o Partido Nacional — fez com que, nas eleições realizadas no fim do ano, o liberal Ramón Villeda Morales, que havia recebido o maior número de votos, não pudesse tomar posse como presidente e tivesse que se exilar. A intervenção militar e uma série de vicissitudes levaram, três anos mais tarde, a uma reforma constitucional que legitimou o triunfo liberal por meio de uma Assembleia Constituinte e colocou Villeda Morales na presidência. Durante os primeiros meses de governo, sua brilhante oratória contribuiu significativamente para consolidar sua figura e reforçar o entusiasmo e espírito nacionalista hondurenho que pouco a pouco iam se instalando na população.

A presidência de Villeda Morales começou em dezembro de 1957 e, apesar de vários sobressaltos na relação com os militares, pôde estabelecer o seguro social, o direito à sindicalização, a regulamentação do trabalho, a reforma agrária e a ampliação do controle do Estado sobre os bancos e o crédito[104]. Em certa medida, sua presidência foi uma continuação do esforço modernizador, mais visível em San Pedro Sula do que em Galvez, mas agora proveniente do lado liberal. Com Gálvez, Villeda Morales coincidia no anticomunismo, mais ativo nesse momento pela iminente vitória da Revolução Cubana. Algumas dessas medidas eram uma consequência lógica da adesão de Villeda Morales à Alianza para el Progreso, mas outras, como a reforma agrária, eram fruto de sua convicção da necessidade de uma política progressista e preventiva diante das contradições do setor agrícola hondurenho, embora Villeda Morales fosse consciente dos seus limites pelo exemplo da derrocada de Jacobo Arbenz na vizinha Guatemala[105]. Além disso, tornou a guarda civil independente do poder militar. A atitude antimilitarista do candidato proposto por seu partido para sucedê-lo nas eleições de 1963 esteve na origem do cruento golpe de Estado ocorrido dez dias antes do fim do seu mandato, que teria ocorrido muito antes se não fosse a atitude conciliadora de Villeda Morales.

104 D'Ans (1997: 281).
105 Argueta (2009: 183).

Villeda Morales morreu, em 1971, em Nova York, enquanto servia como presidente da Missão Permanente de Honduras junto à Organização das Nações Unidas. O fim de sua atividade política direta o havia levado ao exílio, porém, graças à boa relação que mantinha com um setor dos militares, foi destinado, pouco tempo depois, a tarefas diplomáticas em legações do seu país no exterior. Sua figura política é a de um conhecido profissional da medicina envolvido na vida pública de um país em um processo convulsionado de formação, articulada por duas grandes famílias político-partidárias. Homem de partido, Villeda Morales exerceu sua atividade política durante o intenso período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial, a contrarrevolução guatemalteca e os efeitos imediatos da Revolução Cubana, obtendo grande reconhecimento por seu trabalho. Seus filhos Maurício e Ramón foram os herdeiros políticos do seu pai no Panamá. O primeiro ganhou as eleições internas do Partido Liberal para a presidência em 2008, mas cedeu seu lugar a Elvin Santos, optando por ser candidato a vice-presidente junto a este; o segundo tentou ser candidato presidencial, também pelo Partido Liberal, em 1996.

2.8. Jóvito Villalba Gutiérrez

As ditaduras e os regimes autoritários representaram uma dupla influência na evolução das trajetórias dos políticos democratas na América Latina. Por um lado, foram um estímulo para a luta pela democracia e, por outro, mostraram suas consequências negativas com as privações de liberdade e o exílio, que interromperam o normal desenvolvimento de muitas carreiras políticas. Jóvito Villalba Gutiérrez, nascido em 1908, é um exemplo desta situação; representante cabal da geração "de 28" venezuelana, sua trajetória esteve estreitamente ligada à luta contra a ditadura de Juan Vicente Gómez e ao posterior processo, de mais de vinte

anos, de articulação do regime democrático no país.

Estudante da Faculdade de Direito da Universidade Central da Venezuela, da qual, muito mais tarde, foi professor, Jóvito Villalba destacou-se por suas habilidades como líder e brilhante orador como presidente no Centro de Estudantes da Venezuela. A confrontação estudantil contra a ditadura levou Jóvito — que já militava no Partido Revolucionario Venezolano, formado por um grupo de exilados no México — duas vezes à prisão, passando seis anos e meio privado de liberdade, e ao exílio, do qual só voltaria após a morte de Juan Vicente Gómez, em dezembro de 1935. A volta de Jóvito representou uma breve continuidade de sua vida política na Venezuela — com a fundação do Partido Democrático Nacional, do qual foi secretário geral e Rómulo Betancourt, secretario de organização — novamente interrompida por sua expulsão do país, em 1937.

A progressiva normalização do processo levou-o por primeira vez a um cargo como representante, em 1943, sendo eleito senador por seu estado natal, Nueva Esparta, ao mesmo tempo em que se distanciava do pujante projeto político de Rómulo Betancourt que formou seu partido, Acción Democrática (AD). Jóvito Villalba entrou na Unión Republicana Democrática (URD) em 1946, quando esta era uma mera frente eleitoral, sendo eleito secretário geral após a primeira convenção nacional, em fevereiro de 1947. A URD foi a plataforma política para a atuação do reformista Jóvito Villalba na política venezuelana nos próximos quarenta anos[106]. Vitoriosa nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1952, anuladas pelo governo militar, que forçou Villalba novamente ao exílio, a URD foi parte muito ativa do restabelecimento da democracia em 1958, ao ser signatária, juntamente com os outros dois partidos majoritários, do Pacto de Punto Fijo, que

106 "Longe de constituir um sinal de personalismo, minha saída do Partido Democrático Nacional é uma prova de que mantenho uma atitude desinteressada e doutrinária dentro da política nacional… mantive uma total independência política a partir desse dia até a constituição da Unión Republicana Democrática… uma independência que consistiu sempre na luta pelos ideais defendidos pela luta da nossa geração de 1928". Villalba (1999: 275-277.I).

levou o país a décadas de estabilidade. Nesse contexto, Jóvito Villalba sentava-se lado a lado com Rómulo Betancourt (AD) e Rafael Caldera (COPEI). No entanto, Jóvito abandonou a coalizão em 1960 e passou a ser um dos principais opositores ao governo de Rómulo Betancourt no Congresso[107] (1958-1963). Sua candidatura nas eleições presidenciais de 1963 obteve 18,9% dos votos e representou o auge de sua carreira política.

O paulatino estabelecimento do bipartidarismo na Venezuela levou Jóvito a buscar, sem muito sucesso, fórmulas de alianças eleitorais com outras forças políticas. Novamente como candidato presidencial, em 1973, só obteve 3,1% dos votos. Já dedicado ao ensino universitário, pôde, no entanto, incentivar a candidatura presidencial de sua esposa. Com muitos problemas de saúde, Ismenia de Villalba concorreu às eleições de 1988 pela URD, obtendo apenas 0,8% dos votos. No ano seguinte, Jóvito Villalba morreu.

Trata-se, portanto, de uma carreira política fortemente enquadrada no contexto dominado, primeiro, pela existência de uma ditadura vergonhosa diante da qual a juventude universitária se rebela, o que cria uma das gerações mais interessantes, tanto intelectual quanto politicamente, da primeira metade do século XX na América Latina e, segundo, pelo árduo processo de construção de um regime democrático com avanços e retrocessos durante quase um quarto de século. Nesse cenário, a carreira política de Jóvito Villalba contém registros muito interessantes como figura destacada na criação de partidos políticos e, depois, em uma trajetória parlamentar relativamente breve, combinada com fracassos sucessivos em suas tentativas por chegar à presidência da Venezuela.

107 Diante do decreto suspendendo as garantias até a véspera das eleições para "salvar a Venezuela do perigo comunista", Jóvito Villaba denunciou no Congresso: "o que agora começa é uma grande contra a soberania popular, que visa impor uma solução continuísta nas eleições de 1963". Villalba (1999: 324 I).

2.9. Manuel Mora Valverde

O contexto de reivindicações sociais, de empenho na criação de um marco jurídico para as relações laborais e no desenvolvimento de um papel proativo do Estado na economia é também uma fonte de ação política. Manuel Mora Valverde nascido em 1909, em San José, Costa Rica, em uma família operária cujo pai participou das lutas sindicais e comunais, chegando a exilar-se durante a ditadura de Tinoco (1917-1919), é um caso de político comprometido com um ideário político de alto conteúdo social durante toda sua existência.

Imbuído de forte compromisso social e grande energia e dinamismo desde a época de estudante de direito, Manuel Mora fundou o centro de estudos marxistas Asociación Revolucionaria de Cultura Obrera (ARCO), germe do Partido Comunista[108], cujo primeiro congresso fundacional ocorreu em 16 de junho de 1931, quando foi eleito seu secretário geral. Com apenas 25 anos, Mora foi eleito deputado nacional em 1934, começando sua carreira ininterrupta de legislador até 1948, com uma candidatura presidencial no meio, em 1940, quando obteve 14% dos votos. O sólido ideário professado por Mora[109], forjado nas lutas sindicais com as companhias bananeiras, levou-o a exercer um papel fundamental no processo reformista realizado sob o governo de Calderón Guardia, entre 1940 e 1944, que implicou incorporação de garantias sociais na Constituição, a promulgação do Código de Trabalho e a criação da Caixa Costarriquense de Seguro Social.

Em 1943, o partido mudou seu nome para Vanguardia Popular. Foi figura fundamental na breve guerra civil que ensanguentou o país, em 1948, com o confronto entre comunistas e o exército de liberação nacional liderado por José Figueres, tendo que exilar-se no México após sua finalização. Durante as duas décadas

108 Para fins eleitorais foi utilizado o nome de Bloque de Obreros y Campesinos.

109 Que proclamava em um discurso, em 1937: "Nem com leis da mordaça nem com prisões nem qualquer outro tipo de medidas vai nos impedir de predicar no país o ideário que sustentamos"

seguintes, foi testemunha da proscrição do seu partido, ditada pelo novo regime político, o que impedia o partido de participar das eleições e resultou no fim da sua influência política obtida antes da guerra civil[110].

Manuel Mora sofreu terrivelmente essa situação como secretário geral do partido, desde o início até a campanha orquestrada durante a década de 1960 contra o partido Vanguardia Popular[111]. Finalmente, foi possível articular a candidatura dos comunistas sob o amparo do Partido Acción Socialista, que, em 1970, levou dois deputados à Assembleia Legislativa, sendo um deles Manuel Mora, que acumulava, dessa maneira, vinte anos de experiência parlamentar com um intervalo de vários anos de proscrição.

Mora voltou a ser candidato presidencial em 1974, obtendo um parco resultado e encurralado pelo já potente bipartidarismo costarriquense; nessas eleições, seu irmão menor, Eduardo, conseguiu uma cadeira pelo partido ao que também havia dedicado toda sua vida. Nos anos seguintes, Mora continuou participando ativamente das lutas sociais e da política costarriquense, liderando seu partido, Vanguardia Popular, até 1984, quando este se dividiu devido a uma disputa ideológica personalista, fato que marcou a decadência da velha esquerda no país.

Mora abandonou a Vanguardia Popular e fundou o Partido del Pueblo Costarricense, de pouca importância política nos anos seguintes. Mora também acompanhou de perto as lutas pela democratização da região centro-americana, apoiando a Revolução Sandinista e o FMLN em El Salvador e, na etapa posterior de pacificação, respaldando as iniciativas de políticos e organizações latino-americanas que culminaram nos acordos de paz.

Manuel Mora faleceu em 1994, recebendo o reconhecimento majoritário da sociedade de seu país e das instituições políticas e o título de Benemérito da

110 Contreras (2008: 109).

111 De modo que foi um período no qual a militância tornou suas as palavras do hino: "nuestros nervios templados son al fuego" (nossos nervos são temperados no fogo). Contreras (2006: 97).

Pátria da Assembleia Legislativa. Manuel Mora é uma figura política destacada na história da Costa Rica como líder de uma força política de inegável magnitude, como o Partido Comunista, e por sua capacidade de influir no sucesso do reformismo na década de 1940, devido a sua habilidade, como representante legislativo, para adaptar[112] as ideais de seu partido a seu contexto nacional. Acumulou sobre suas costas a experiência de quarenta anos à frente da secretaria geral de seu partido e de vinte anos de trajetória legislativa.

2.10. Juan Bosch

Junto com a saga patrocinada pela família Somoza, a ditadura de Rafael Leónidas Trujillo (1930-1961) é uma das mais aviltantes e duradouras da América Latina durante o século XX. Seu legado estendeu-se durante várias décadas, transformando seu conteúdo graças à ação do reformista Joaquín Balaguer. Nesse contexto, a atuação política opositora requeria uma energia e fortaleza moral imperiosas. Juan Bosch, personagem fundamental na política e cultura latino-americanas da época, projetou-se precisamente naquele momento.

Nascido em 1909, filho de um espanhol de Tortosa e de uma porto-riquenha de ascendência espanhola, Juan Bosch só chegou ao segundo grau, mas sem terminar seus estudos. No entanto, logo sua atividade literária seria profusa e impregnada pela vivência de um país afetado pela intervenção dos Estados Unidos. Viajante incansável já na juventude, começou a desenvolver um trabalho acelerado nos jornais dominicanos em 1929, e logo sua produção literária foi intensa e de crescente qualidade. Opositor a Trujillo, sofreu prisão e exilou-se, em 1938, primeiro, em Porto Rico, onde, segundo suas palavras, voltou a nascer[113], e, depois, em Cuba, onde fundou com outros exilados dominicanos o Partido Revolucionário

112 Molina Jiménez (2007: 200).
113 Ver Pichardo Niño (2009: 22).

Dominicano (PRD), em 1939.

Durante seu exílio, que se estendeu por 23 anos, participou da redação da Constituição de Cuba, em 1940[114], não deixou de conspirar contra Trujillo e sofreu atentados. Esteve preso em Cuba, por ordem de Batista, e morou, além de em Porto Rico e em Cuba, no México, na Venezuela e na Costa Rica. Durante esse período, reforçou seu pensamento progressista, sem aproximar-se do marxismo, e realizou grande parte dos seus estudos sobre a realidade dominicana, além de aprofundar seu pensamento anti-imperialista e democrático. Paralelamente, sua produção literária, como escritor de contos e romances, foi prolífica.

Bosch voltou para Santo Domingo após o assassinato de Trujillo, em 1961, e dedicou-se à retransmissão de palestras radiofônicas, para que o povo dominicano pudesse entender como tinha sido maltratado pela ditadura e os benefícios que podia obter com a democracia; pouco tempo depois, ganhou as eleições presidenciais de dezembro de 1962, liderando o PRD. Mas, apenas sete meses depois de assumir o cargo, foi deposto por um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos, que se preocupava por prevenir "uma segunda Cuba"[115], tendo que voltar ao exílio. A atividade política oficial de Bosch ficou, portanto, reduzida a esse brevíssimo período, embora tentasse retomá-la ao se candidatar às eleições de 1966, quando foi derrotado por Joaquín Balaguer. A derrota levou-o a deixar voluntariamente o país para ir viver na Espanha. Suas desavenças, tanto ideológicas quanto administrativas, assim como as suspeitas de corrupção no interior do PRD fizeram-no abandonar o partido para lançar, em 1973, o Partido de la Liberación Dominicana (PLD), ao mesmo tempo que radicalizou suas ideias políticas, adotando um nacionalismo de tipo socialista que chegou atingiu o auge com sua tese da ditadura com apoio popular[116]. Foi candidato presidencial do PLD em 1978, 1982, 1986, 1990

114 Ver Pichardo Niño (2009: 26).
115 Ver Hartlyn (1998: 85).
116 Ver Lozano (2002: 409).

e 1994 com escasso número de votos. Só esteve um pouco mais perto da vitória nas eleições de 1990, quando conseguiu 34,2% dos votos. Em 1994, depois de sua última derrota eleitoral, renunciou à direção política do PLD.

A figura de Bosch, que morreu em 2001, após um penoso período de declínio da saúde, devido à doença de Alzheimer, constitui o perfil de um político cuja atividade intelectual, como escritor de ensaios e de ficção, foi muito maior que a média dos políticos da América Latina. Embora, como veremos no epílogo, não seja rara a figura do político intelectual, Bosch foi uma exceção em termos não só de sua versatilidade, mas também da grande importância de sua produção literária[117] e de seus estudos sociais[118] sobre a República Dominicana. Além disso, sua atividade articula o compromisso político de sua época entrelaçado com o contexto da ditadura, da onipotência dos Estados Unidos e do atrativo da iminente Revolução cubana e da "Guerra Fria". Nesse entrelaçado, soube institucionalizar seu pensamento, que cada vez se tornava mais universal, por meio da criação de dois partidos políticos em dois momentos bem diferentes, nos quais, mais que caudilho, sentiu-se líder[119]. Sua vocação política teve grande influência sobre sua sobrinha Milagros María Ortiz Bosch, figura do PRD, senadora, entre 1994 e 2000, e vice-presidente com Hipólito Mejía, além de ministra da Educação entre 2000 e 2004.

2.11. Álvaro Carlos Alsogaray

Apesar da grande instabilidade de muitos sistemas políticos da América Latina durante grande parte do século XX, vários políticos souberam adaptar sua trajetória aos diferentes contextos; dessa forma, sua presença foi constante na are-

117 Ver, nesse sentido, Pichardo Niño (2009).
118 Ver o trabalho fundamental de Bosch (1970).
119 Sobre a continuidade dos dois projetos e sua concepção de liderança, ver Bosch (1989: 6)

na política, independentemente do regime político prevalecente. São, em geral, políticos de direita que, após as transições democráticas, consolidaram sua atividade política. É o caso de Álvaro Carlos Alsogaray. Nascido em 1913, na província argentina de Santa Fé, em uma família de tradição militar, continuou a tradição familiar entrando no Colégio Militar e, formando-se, mais tarde, na Escola Superior Técnica do Exército como engenheiro militar. Seus estudos simultâneos na Faculdade de Engenharia da Universidade Nacional de Córdoba deram-lhe também o diploma de engenheiro civil aeronáutico. Sua formação acadêmica permitiu-lhe, pouco depois de fazer quarenta anos, deixar o Exército para se dedicar como empresário ao setor da aeronáutica; durante um breve período, em 1947, foi diretor da Frota Aérea Mercante Argentina, voltando, depois ao setor privado.

O começo de sua carreira pública, no entanto, ocorre após a chamada "revolução libertadora" que pôs fim ao primeiro governo de Perón, em 1955. A partir daí, começou a acumular cargos nos diferentes governos que se seguiram. Primeiro, foi subsecretário de Comércio, em 1955, sob a presidência do general Lonardi e, logo depois, ministro da Indústria, sob a presidência do general Aramburu, em 1956, continuando como ministro da Fazenda sob o governo de Frondizi, em 1959, e no governo de fato de José María Guido. Depois do golpe de Estado liderado pelo general Onganía, em 1966, que contou com a participação do seu irmão Júlio Alsogaray, foi designado embaixador em Washington e permaneceu neste cargo até 1968. Nesse período, Álvaro Alsogaray fundou o *Partido Cívico Independiente* e candidatou-se à presidência, em 1958, obtendo um pobre resultado eleitoral que serviu, no entanto, para marcar sua identidade, a partir de então, como promotor do liberalismo econômico e sua intenção de se tornar um referencial da direita na política argentina.

Esse interesse levou-o a criar, em 1972, a Nueva Fuerza e, já no começo da transição democrática, em 1982, a Unión de Centro Democrático, homóloga ao

partido espanhol com o mesmo nome, mas mais conhecida por suas siglas UCD[120]. Com esse partido, Álvaro Alsogaray foi candidato presidencial com pouco sucesso, em 1983 e 1989, e acumulou experiência como legislador durante 16 anos. Seu melhor momento foi quando, nas eleições de 1989, conseguiu situar seu partido em terceiro lugar, com 6,9% dos votos, e o da UCD, entre 1987 e 1993, quando conseguiu formar uma pequena bancada legislativa graças ao bom desempenho eleitoral na Capital Federal; nessa época, Álvaro Alsogaray foi eleito deputado quatro vezes consecutivas. Quando se retirou da política, depois de terminar sua quarta legislatura, em 1999, tinha 86 anos de idade.

A chegada ao poder do peronismo renovador liderado por Carlos S. Menem, em 1989, deu a Álvaro Alsogaray a oportunidade de exercer importante influência política, pois as medidas econômicas do presidente peronista eram, em grande parte, compatíveis com seu ideário liberal[121]. De fato, chegou a manter um cargo honorífico de consultor do governo[122] e sua filha e herdeira política, María Julia Alzogaray[123], eleita também deputada, foi companheira de viagem do presidente Menem, sendo designada secretária do Meio Ambiente e desempenhando diferentes tarefas nos processos privatizadores da época, nas áreas de telefonia e siderurgia. Álvaro Alsogaray morreu em 2005, testemunhando, em seus últimos anos, o julgamento e condenação de sua filha por enriquecimento ilícito.

O modelo descrito também está inserido em um contexto conturbado, de meio século de dramáticas mudanças políticas; neste, um político formado em

120 "A UCD representa a culminação de um longo esforço de trinta anos, destinado a colocar em primeiro plano a ideia liberal eclipsada durante meio século… é de centro porque está afastada tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda". Alsogaray (1989: 88-89).

121 "Sempre combati o regime e não o peronista como ser humano. Em 1955, como ministro da Indústria, em plena reação antiperonista, fiz que retirassem dos arquivos pessoais dos funcionários e empregados do ministério os antecedentes que os associavam ao peronismo, para evitar que eles fossem atingidos por aquela reação. Essa atitude, mantida ao longo de quase quarenta anos, é a que tornou possível meu entendimento tácito com o doutor Menem, em julho de 1989, diante da transformação fundamental impulsada por ele, que representou um afastamento total da filosofia autoritária, estatizante, dirigista e inflacionária do regime peronista para encaminhar-se a uma solução liberal". Alsogaray (1993: 25-26).

122 Assesor presidencial em matéria de dívida externa, entre junho de 1989 e janeiro de 1991.

123 Sobre a saga familiar, ver Doman e Olvera (1989).

uma conjuntura antidemocrática e instável termina se acoplando à nova atividade democrática e constituindo uma peça relevante desta, enquanto concilia sua atividade política, primeiro, como industrial e, depois, com um escritório de assessoria econômica[124]. O fato de que o sistema político argentino, com suas características próprias, não desse espaço para um maior protagonismo político para o engenheiro Alsogaray, embora este ocupasse um espaço ideológico historicamente órfão de representação e liderança civil, é, dessa forma, um excelente exemplo da importância da interação entre os indivíduos e as instituições.

2.12. Wilson Ferreira Aldunate

Uruguai é o país da América Latina com maior institucionalização da concorrência política. A atividade política é realizada em partidos, alguns dos quais existem, praticamente, desde a fundação do Estado. Wilson Ferreira Aldunate é um exemplo de político arraigado em um dos dois partidos tradicionais que, no entanto, pôde desempenhar um papel fundamental na transformação política.

Nascido em 1919, em uma família de fazendeiros, de pai médico e militante *blanco*, o que praticamente tornava inevitável sua relação com o Partido Nacional (cujos partidários são conhecido como *blanco*). Wilson Ferreira começou cedo na militância política, impulsado pelo impacto da ruptura institucional do golpe de Estado do *colorado* Gabriel Terra, em 1933[125], por meio de uma dupla via: a *Juventud Nacionalista Independiente*, à qual se associou e com dezoito anos de idade participou de seu congresso de 1937, e a *Asociación de Estudiantes de Derecho da Universidad de la República* da qual foi secretário geral. A morte precoce de seu pai obrigou-o a abandonar os estudos universitários e voltar para a fazenda familiar no distrito de Rocha, para tomar conta dos negócios familiares. Essa cir-

124 Alsogaray (1993: 98).
125 Luppi (2008: 39).

cunstancia levou-a ao afastamento da política por mais de uma década, embora nunca tenha interrompido sua militância *blanca*.

Sua volta à atividade política ocorreu em 1954, ao atuar como suplente de um deputado no Congresso por um breve período; mas seu verdadeiro batismo político aconteceu quatro anos mais tarde, com a vitória do Partido Nacional nas eleições de 1958, quando assumiu como deputado, sendo eleito novamente em 1962, dessa vez como senador. Os sucessos eleitorais de seu partido levaram-no a ser ministro de Pecuária e Agricultura, entre 1963 e 1966, período no qual começou a conceber mudanças significativas nos preceitos tradicionais de um partido de base agrária, como o Partido Nacional. De fato, o projeto de reforma agrária, apresentado como uma de suas principais propostas nas eleições de 1971, foi concebido nessa época e durante sua atividade como senador e líder da oposição ao governo dos *colorados* Gestido e Pacheco Areco, entre 1967 e 1971.

A crise que ameaçava a economia uruguaia desde meados da década de 1950, como resultado do modelo insustentável de substituição de importações, afetou os partidos tradicionais esclerosados e incapazes de responder aos processos de mudança social que estavam ocorrendo. Foi nesse cenário que Wilson Ferreira deu sua virada, apoiando uma das correntes do Partido Nacional menos alinhada com a tradição mais conservadora do partido, com a criação da agrupação política "Por la Patria". Wilson assumia, assim, uma linha menos conservadora e vinculada a posições liberais, com algumas características socialdemocratas e mais aberta a estimular a participação popular. Com esta, Wilson obteve a primeira minoria nas eleições de 1971 que, no entanto, como resultado de um sistema eleitoral baseado na "lei de lemas"[126], não só não lhe deram a vitória, como levaram o país ao período autoritário de 1973-1984. Durante essa longa década, Wilson Ferreira

126 A Lei de lemas, também chamada de "duplo voto simultâneo", permite a cada partido apresentar vários candidatos a presidente, que terão os votos somados. Vence o partido mais votado e, dentro desse partido, o candidato que obtiver maior aprovação nas urnas (Nota da tradutora).

foi o grande rival dos militares no exílio e o único político dos partidos tradicionais proscrito nas eleições de 1984, que reinauguravam o ciclo democrático. Pior ainda, ao voltar a Montevideo, foi preso e só libertado cinco meses mais tarde, logo que passaram as eleições.

Wilson Ferreira exerceu a liderança do Partido Nacional na transição, apoiando, em um momento em que sua saúde já estava abatida, a política do novo presidente *colorado*, Julio María Sanguinetti, na área dos direitos humanos e da impunidade dos delitos da ditadura, dos quais havia sido vítima[127]. Paralelamente, foi acérrimo defensor da modificação do sistema eleitoral que, finalmente, ocorreria uma década depois de sua morte, ocorrida em 1988. Wilson Ferreira viveu toda sua vida política dentro do Partido Nacional. Ali, compreendeu a necessidade de mudanças profundas quando as condições da sociedade uruguaia assim o exigiam e, como resultado, liderou essas mudanças, sem, por isso, deixar de ser mais uma vítima da voragem autoritária da década de 1970 e da primeira metade da década seguinte. Foi líder de um partido que viu "sua gente perseguida, castigada, vexada, torturada"[128], e que é, ainda assim, representante de uma época funesta da política latino-americana. A morte prematura de Wilson impediu sua chegada à presidência, em 1989, o que levou a uma convulsão significativa na política uruguaia da época, com efeitos inegáveis nos anos seguintes.

127 Diante da avalanche de críticas por sua decisão, em 1987, afirmava: "…não entrar em questões que nos dividen e que não levam a nada, porque aconteça o que acontecer, a coisa é dolorosamente irreversível". Mais adiante, mostrava seu temor em relação a um dos momentos essencias da transição uruguaia, que foi sua prisão: "Poderiamos falar do assunto que nos dividiu, que nos abalou, da suposta colaboração de legisladores do Partido Nacional para consagrar a impunidade. Tem que ser cara de pau! Agora, acontece que fomos nós, agora nos dizem que o povo mobilizado é absolutamente invencível. E, se é tão invencível, porque me deixaram preso durante as eleições? Onipotente, o povo mobilizado é onipotente... Mas mais mobilizado estava em 84. E puderam fazer o que fizeram; a menos que confessem que não quiseram". Em Achard (2008: 378 e 381).

128 Nas palavras do próprio Wilson perante o congresso dos Estados Unidos em 17-06-76 registradas em Achard (2008: 447). Seu correligionário branco, embora pertencente à ala herrerista do partido Nacional, Enrique Erro, sofreu a mesma sorte que ele, ver a biografia de Erro em Caula (1998).

2.13. Lydia Gueiler Tejada

Não é fácil desempenhar uma carreira política em um contexto de instabilidade crônica, resultante de fatores tanto econômicos, fruto de um modelo de monopólio oligárquico, quanto sociais, com total marginalização das populações indígenas e camponesas, predomínio do estamento militar devido a um conflito com um país vizinho, além de um processo revolucionário relativamente intenso. Lydia Gueiler Tejada nasceu em Cochabamba, em 1921, em uma família acomodada e perdeu o pai, de origem alemã, quando tinha dois anos. Fez estudos de graduação universitária como contadora geral. Como toda sua geração, é filha da guerra do Chaco. No seu caso, a guerra não só propiciou seu primeiro casamento, com um oficial do exército paraguaio cativo, mas serviu, sobretudo, para despertar sua consciência política como mulher boliviana[129]. De fato, esta circunstância não só marcou sua entrada na política, que foi feita apesar do questionamento sobre se valia a pena ficar longe da filha pelo compromisso político[130], mas também envolveu a inclusão de uma evidente perspectiva de gênero na esfera pública, tanto na prática[131] quanto na teoria[132].

Ao contrário de muitas mulheres do contexto latino-americano, Lydia Gueiler não entrou na política para preencher o vazio do pai ou do companheiro, entrou no Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) "por instinto"[133] e vocação[134], em 1948, quando a maioria de seus líderes estava no exílio. Protagonizou uma greve de fome com outras mulheres, em 1951, que lhe valeu um enorme

129 "A guerra forcou um mudança notável na situação da participação da mulher". Gueiler (2000: 34).
130 Gueiler (2000: 60).
131 "O trabalho das mulheres, durante esses dias revolucionários, foi realmente louvável e digno de ser mencionado. Sem temer os contínuos tiroteios, compartilhamos os riscos, socorremos os feridos, transportamos munições e água e encorajamos permanentemente os combatentes". Gueiler (2000: 92).
132 "A diferença com os homens é que nós, as mulheres, acreditamos genuinamente em um projeto coletivo e, uma vez no poder, não havia, em nossa opinião, nenhuma diferença". Gueiler (2000: 100).
133 Gueiler (2000: 46).
134 "A política é definitivamente uma paixão que se leva nas veias". Gueiler (2000: 228).

capital simbólico[135] e que foi o prelúdio da revolução do ano seguinte, na qual teve um papel de destaque como líder dos grupos de *honor* (de honra), que era a denominação das milícias do MNR. Nos quarenta anos após a revolução de 1952, Lydia Gueiler desenvolveu uma carreira política e participou dos acontecimentos mais importantes de seu país. Foi diplomata na Alemanha, entre 1953 e 1956, na Colômbia, em 1983, e na Venezuela, entre 1990 e 1993, foi assessora na prefeitura de La Paz e no ministério de Asuntos Campesinos (Desenvolvimento Agrário), legisladora — deputada suplente, em 1956, e titular, em 1963 e em 1979, chegando a ser presidente da Câmara de Deputados e senadora, em 1989 — e, finalmente, foi presidente interina da Bolívia durante oito anos, em 1980.

Essas quatro décadas estiveram pontuadas por exílios no Paraguai, Chile e França, assim, sua trajetória de militância política reproduziu a de muitos de seus contemporâneos, imersos na voragem da divisão permanente do sistema de partidos boliviano. Depois do seu início no MNR e dos momentos difíceis por ser acusada de conspiração[136], Lydia Gueiler passou para o Partido Revolucionario de Izquierda Nacionalista (PRIN), onde foi secretária geral, e terminou nas fileiras do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), partido pelo qual foi eleita senadora. Fruto de sua própria experiência[137], seu ativismo a favor das mulheres bolivianas foi constante durante sua vida política[138], desde a organização feminina nas eleições de 1956 até a fundação, junto com outras colegas, da União de Mulheres da Bolívia, em 1963, que reuniu as mulheres progressistas de esquerda.

O fato mais dramático de sua vida política foi sua indicação como pre-

135 "Por seu caráter espetacular e incomum, a greve impressionou a opinião pública nacional e internacional". Crespo (1999: 47).

136 "Durante os quatro anos do período de Paz Estenssoro (1952-1956), Lydia foi relegada a uma espécie de purgatório, no qual, sem melhorar sua relação com o MNR, teve pouco espaço no âmbito administrativo do país e nas atividades de seus partidos". Crespo (1999: 77).

137 "… a vida que escolhi viver, como mulher, ou melhor, apesar de ser mulher, porque para isso tive que romper estruturas, abrir brechas e lutar arduamente para realizar meus sonhos e seguir minha paixão". Gueiler (2000: 235).

138 "Com dinamismo, uma de suas características distintivas, conseguiu a adesão de novos membros femininos". Crespo (1999: 42).

sidente interina[139] do país por parte do congresso, em novembro de 1979, quando ocupava a presidência da Câmara de Deputados, com a missão de enfrentar a crise econômica que afetava o país e convocar eleições nove meses mais tarde. Apenas um mês antes do fim desse prazo, em julho de 1980, Gueiler foi vítima da turbulência política e do golpe militar que a depôs e enviou-a ao exílio. Lydia Gueiler morreu em 2011, como uma figura emblemática da política em um país durante muito tempo convulsionado, onde uma geração inteira foi marcada pela guerra e por um processo revolucionário de raízes profundas. Sua liderança como presidente, em uma época de enorme tensão militar e em que a Bolívia estava em risco de se transformar em um narco-Estado, promovendo as eleições que, mais tarde, articulariam a transição para a democracia é o principal legado de sua longa carreira política.

2.14. Violeta Barrios Torres

As relações familiares como motor para a carreira política constituem um padrão frequente na política latino-americana do último século. Assim, Violeta Barrios Torres representa um modelo específico de político consorte em um país onde o peso político e econômico das grandes famílias foi historicamente muito importante[140]. Nascida em Rivas (Nicarágua), em 1929, em uma família de classe alta, casou-se com Pedro Joaquín Chamorro aos 21 anos[141].

A família Chamorro era proprietária do jornal *La Prensa*, grande opositor à ditadura dos Somoza, do qual Pedro Joaquím assumiu a direção, um ano após o casamento. A atividade de denúncia e confronto de Pedro Joaquín Chamorro con-

139 "Alguém, inclusive, sugeriu algo sobre eu não poder desempenhar o cargo por ser uma mulher divorciada!" Gueiler (2000: 164).

140 "Na Nicarágua, como no resto da América Central, a família extensa é, sobretudo, uma característica dos setores abastados da sociedade, e isso mostra a interrelação entre as redes de linhagem e a economia". Vilas (1992: 419).

141 Barrios de Chamorro (1996).

tra Anastasio Somoza García após o assassinato deste, em 1956, valeu-lhe várias vezes a prisão, a privação da liberdade e o exílio, junto com sua esposa e os quatro filhos, para a Costa Rica. A morte de Luis Somoza Debayle, com sua substituição por Anastasio Somoza Debayle, abriu uma estrutura de oportunidades que permitiu a criação da Unión Nacional Opositora (UNO) para concorrer às eleições de 1967. Sob a liderança do Partido Conservador e integrada por outras formações anti-somozistas, a UNO foi o instrumento de ação política de Chamorro, que, no entanto, terminou novamente preso. Decepcionado com o pacto dos conservadores com Somoza, em 1972, Pedro Joaquín recolheu-se em sua tarefa como diretor de *La Prensa*, aumentando as denúncias contra o regime político que, agora, enriquecia-se ilicitamente com a ajuda internacional recebida para as vítimas do terremoto que assolou a cidade de Manágua em dezembro daquele ano.

Em plena desintegração do regime somozista, acossado pelo sucesso do sandinismo que contava com o sólido apoio de uma coalizão cívica, Pedro Joaquín Chamorro foi assassinado por Somoza em janeiro de 1978. A morte de seu esposo levou Violeta Barrios, primeiro, a tomar conta do trabalho empresarial de *La Prensa* e, depois, a desempenhar tarefas políticas continuando o legado de Chamorro. A vitória da revolução sandinista, em julho de 1979, levou-a a formar parte do novo organismo de governo nicaraguense, a Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional. Essa foi, assim, sua primeira tarefa política formal, até abandonar a Junta, oito meses mais tarde, por discrepâncias com os sandinistas. Durante a década de 1980, Violeta Barrios manteve-se afastada da política partidária, mas a convocação eleições, em 1989, precipitou sua candidatura à presidência de uma nova UNO, que contava com o apoio explícito da embaixada norte-americana e que reunia o conjunto das forças política anti-sandinistas.

Violeta Barrios venceu as eleições de fevereiro de 1990 graças ao cansaço econômico da população nicaraguense e à promessa de abolir o Serviço Militar Pa-

triótico[142]. Seu perfil não partidário foi constatado na campanha eleitoral, pois sua equipe de assessores estava composta, em grande parte, por familiares e amigos[143]. Durante seu período presidencial, que terminou em janeiro de 1997, contou com o importante apoio de sua família, basicamente, sua filha Cristiana e, sobretudo, seu genro, Antonio Lacayo, empresário sem nenhuma experiência política e verdadeiro homem forte do governo[144]. Em seu governo, a política nicaraguense inclinou-se para as doutrinas neoliberais[145] e para uma contundente desmilitarização. Nesse sentido, o exército sandinista reduziu-se significativamente no contexto da desmobilização do exército contrainsurgente, conhecido como "la contra".

Ao concluir sua presidência, Violeta Barrios de Chamorro abandonou a política ativa sem deixar qualquer dúvida sobre a honestidade de sua administração[146] e com uma taxa de aprovação de 70%, que traduzia a avaliação positiva dos seus esforços para construir um novo regime político viável[147]. Trata-se, portanto, de um perfil de político que se caracteriza pela socialização familiar[148] e a ideia de continuidade de um projeto político assumido como legado, além de ser uma figura sem partido. Seu capital político simbólico mais óbvio foi expresso em sua figura matriarcal[149], que projetava certa sensatez[150], e em seu estilo inclusivo de governo, outra característica foi a duração relativamente curta de sua atividade política. Seus filhos Carlos Fernando e Pedro Joaquín também se desempenharam na política.

142 Perales (1990: 42).
143 Close (2005: 71).
144 "O elemento que mais se destaca na nova etapa é a manutenção dos padrões de articulação familiar por cima das oposições políticas explícitas entre o novo governo e a oposição sandinista". Vilas (1992: 430).
145 Martí (1997).
146 "Ela ensinou a seus concidadãos que não era preciso governar com mão de ferro para manter a ordem e levar o Estado pelo caminho do progresso". Close (2005: 340).
147 Anderson e Dodd (2005: 231).
148 "O entrelaçamento das famílias através do casamento de suas jovens gerações permitiu a reprodução de uma estrutura de poder e de prestígio que o somozismo não pôde liquidar e com a qual o sandinismo estabeleceu alianças". Vilas (1992: 418).
149 "Dona Violeta é a presidente e, ao mesmo tempo, a sogra e a matrona, com tudo o que isso implica no contexto de uma sociedade tradicional e de uma cultura machista que venera a mãe". Vilas (1992: 431).
150 Close (2005: 105).

2.15. Julio Adolfo Rey Prendes

O contexto da Igreja Católica foi um terreno fértil para a atividade política na década de 1950. No caso de El Salvador, tratava-se também de construir *ex novo* um sistema político democrático que superasse a rígida estrutura da velha oligarquia e a tutela militar. Julio Adolfo Rey Prendes nasceu em 1931, filho de um engenheiro espanhol (a quem não conheceu até 1957) e de uma mulher da alta sociedade de Santa Ana (filha, por sua vez, de um espanhol de Cuba). Realizou os estudos de nível médio no Liceu San Luís, dos maristas, e foi integrante do grupo de escoteiros sediados na Catedral de San Salvador, liderado pelo chefe nacional José Napoleón Duarte, chegando a ser subchefe nacional.

Realizou seus estudos universitários, entre 1951 e 1955, e, entre 1956 e 1957, os de mestrado, orientado às Ciências Políticas e ao estudo da América Latina, ambos na Tulane University, em Nova Orleans. Tomou cursos na Universidade Nacional Autônoma de México no verão de 1956. Seus primeiros movimentos profissionais, a partir de 1958, são articulados sobre sua rede social. Assim, José Napoleón Duarte é quem lhe oferece o primeiro trabalho em uma empresa na qual é sócio. Ali escreve um relatório para o Instituto Salvadoreño de Fomento e é contratado pelo Banco Central de Reserva e, depois, pela Dirección General de Turismo, sempre em cargos de segundo nível. Também atua como professor da Universidade de El Salvador.

Julio Adolfo Rey Prendes participa ativamente da fundação do Partido Demócrata Cristiano (PDC) em 1960[151], um dos partidos latino-americanos mais

151 "Era hora de lutar para democratizar o país… era preciso trabalhar na criação de um partido ideológico permanente e não personalista, que não desaparecesse depois de perder uma eleição e que não pudesse ser acusado de comunista, que era o argumento predileto dos governos do momento e dos partidos oficiais para amedrontar a direita e desacreditar os partidos de oposição… chegamos à conclusão de que a melhor opção entre todas as que tínhamos pensado, era a da democracia cristã. De fato, essa opção preenchia os dois requisitos que havíamos imposto, primeiro, tinha o sustento ideológico da doutrina social da Igreja e, segundo, o nome cristã podia nos proteger nas acusações de comunistas". Rey Prendes (2008: 107-108).

relevantes nesse grupo ideológico junto com seus homônimos do Chile e da Venezuela. Sua militância política custa-lhe o casamento, que termina, após seis anos, em divórcio. Seu primeiro trabalho remunerado como político foi em 1961, como resultado de sua participação na organização da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte que ocorreu nesse ano. Trabalhou, entre 1962 e 1963, em Tegucigalpa, como relações públicas do Banco Centroamericano de Integración Económica, graças a um contato pessoal. Dentro do grupo internacional da democracia cristã, seu primeiro contato com a Fundação Konrad Adenauer oferece-lhe a oportunidade de visitar a Alemanha e a Itália, em 1963, o que se repetirá várias vezes com viagens ao Chile e novamente à Europa, sempre no círculo da DC e dessa fundação. Também foi beneficiário do *visitors international program* do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em 1979. Seu segundo casamento, em 1964, é celebrado na prefeitura de San Salvador por José Napoleón Duarte, então prefeito da cidade.

Sua primeira candidatura eleitoral ocorre nas eleições legislativas de 1964, obtendo o segundo lugar na candidatura do PDC em San Salvador e terminando eleito, o que volta a acontecer em 1966, 1968 e 1970. Acumulando, portanto, oito anos seguidos de experiência legislativa. Após as eleições fraudulentas de 1972, voltou a ser eleito deputado nas de 1974 por um novo período de dois anos. A Junta Revolucionaria de Gobierno nomeou-o prefeito de San Salvador, em novembro de 1979, cargo que ocupou até fevereiro de 1982, quando passou a dirigir a campanha eleitoral do PDC para a Assembleia Constituinte daquele ano, para a qual foi eleito deputado em 28 de março, liderando a lista de San Salvador. Nesse mesmo ano foi eleito secretário geral nacional do PDC. Foi chefe da campanha eleitoral do PDC para as eleições presidenciais de 1984, vencidas por José Napoleón Duarte, sendo nomeado ministro da Presidência e, em junho de 1985, mudando de pasta para o novo ministério de Cultura e Comunicações, cargo que manteve até o fim de 1987.

Durante essa época, seu papel no partido continuou sendo muito relevante[152] e foi eleito novamente deputado em 1988. Ao perder a possibilidade de ser escolhido pelo PDC como candidato presidencial para as eleições de 1989, abandonou o partido[153] e fundou o Movimiento Auténtico Cristiano (MAC) com o qual se apresentou às eleições, obtendo 1% dos votos. Sua esposa foi nomeada procuradora geral da república após vitória do ARENA e pelo apoio do MAC ao governo de Alfredo Cristiani, em 1989. Em 1990, foi designada presidente do INPEP por alguns meses e foi candidata presidencial pelo MAC, em 1991. O mau desempenho do MAC nas eleições de 1991 colocou um ponto final na atividade política de Rey Prendes. Os últimos anos de sua vida até sua morte, em 2010, foram dedicados à consultoria e ao ensino, mantendo um nível de vida bastante modesto[154]. Sem ter alcançado a presidência da República, suas origens e carreira versátil em vários cargos políticos, além de seu desempenho e capacidade executiva empresarial típica da época podem servir como um paradigma de político de sua época em um país que estava construindo lentamente seu sistema político democrático.

2.16. Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano

Outro modelo de trajetória política no qual aparece o incentivo familiar,

152 "Por instrução do presidente, somente as recomendações que tivessem minha assinatura (como ministro da presidência) seriam levadas em conta. Acho que assinei mais de trinta mil recomendações, das quais mais de 30% conseguiram um cargo no governo". Rey Prendes (2008: 402).

153 "Só guardo duas sensações desagradáveis, a primeira, embora não a mais dolorosa, é que acabou o costume inveterado do partido que fundamos em 1960, de respeitar a democracia interna e obedecer sempre às decisões majoritárias de nossos organismos. Ao ver a traição desses princípios, cheguei à conclusão de que não valia a pena continuar nesse instituto político ao qual tinha entregado toda minha vida. Não foi tanto a perda de uma candidatura, mas o abandono desses princípios o que me fez deixar as fileiras da democracia cristã (no fim de 1988). A segunda sensação desagradável, embora não a mais transcendental, mas sim a mais dolorosa foi não ter podido me despedir do meu querido amigo Napoleón" [que havia falecido pouco antes e cuja família não permitiu que Rey Prendes comparecesse ao velório]. Rey Prendes (2008: 450).

154 Em entrevistas realizadas em San Salvador, constatei não só isso, mas também que Rey Prendes financiou sua carreira política com o patrimônio familiar, ele mesmo afirmava: "Ele me disse que, naquele momento, o partido não tinha dinheiro para bancar os gastos do congresso do partido de abril de 1988 e que eu colocasse o dinheiro e, depois, ele reporia os gastos. Até hoje, não me deram nenhum centavo dos 200.000 colones que gastei". Rey Prendes (2008: 438).

nesse caso paterno, além de uma grande capacidade de adaptação ao contexto é o de Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, nascido em 1934, e que passou os primeiros seis anos de sua vida em Los Pinos[155], a residência oficial do presidente do México. Filho de Lázaro Cárdenas, provavelmente o presidente mexicano mais popular e respeitado do último século, que aprofundou a reforma agrária, foi responsável pela nacionalização do petróleo e delineou uma política exterior respeitável, ao mesmo tempo em que consolidou o legado da revolução no partido político que havia garantido a estabilidade institucional e política do país por mais de meio século, Cuauhtémoc foi sempre obrigado a lidar com esse legado.

Formado, em 1957, como engenheiro civil pela Universidade Nacional Autónoma do México, sua entrada na vida política ativa demorou, pois primeiro desempenhou-se na atividade profissional relacionada com sua formação universitária[156]. Começou sua vida política no Partido Revolucionário Institucional (PRI) com o qual esteve vinculado durante um quarto de século. Ao longo da década de 1960, ocupou diferentes cargos consultivos menores, entrando no PRI em 1967; mas foi só em 1976, por proposta do PRI e apoiado pelo Partido Comunista Mexicano, então sem registro, que terminou eleito por seis anos como senador, cargo no qual mal atuou, pois foi nomeado subsecretário Florestal e da Fauna[157].

Em 1980, foi eleito governador do estado de Michoacán, cargo que desempenhou até 1986. Sua saída do governo estadual coincidiu com os preparativos para

155 "Minha tomada de consciência, para chamá-la de algum modo, começa quando o meu pai estava na presidência. Lembro que minhas primeiras identidades, minhas primeiras impressões são, certamente, ser filho do presidente da República… depois, eu tomo consciência, sobretudo, da grandeza do meu pai, não de sua importância administrativa ou política, mas sim de que ele tinha uma dimensão humana diferente da dos outros… uma dimensão social". Em Suárez (2003: 24).

156 "Minhas primeiras aproximações com a política foram como observador interessado, muito distante de uma participação eleitoral e da militância partidária, que chegaram mais tarde". Cárdenas (2010: 13).

157 "Chegou o convite de López Portillo durante sua campanha em Michoacán, em 1976, no qual me apresentou a possibilidade de participar como candidato a senador por Michoacán. Respondi que não estava interessado em um cargo nas Câmaras, que não tinha vocação legislativa, mas que tinha interesse em colaborar com ele na área executiva. Ele me disse, então, que achava conveniente que eu tivesse uma experiência eleitoral e que passasse pela prova das eleições. Respondi dizendo que, se ele achava que isso ajudaria a sua campanha, eu participaria como candidato a senador por Michoacán. Foi então quando entrei formalmente no PRI". Em Suárez (2003: 72-73).

as eleições que deveriam ser realizadas dois anos mais tarde e nas quais Cuauhtémoc Cárdenas esperava veladamente ser candidato pelo PRI. Conhecendo o opaco sistema de seleção de candidatos, ajudou a criar a Corriente Democrática[158] com o objetivo de promover um processo de designação democrática do candidato presidencial e, ao mesmo tempo e em um momento de profunda turbulência na economia mexicana, levantar a voz para reivindicar a necessidade de uma volta de partido às suas origens[159]. O bloqueio das propostas de Cárdenas pelas autoridades do PRI levou-o a abandonar o partido e aceitar uma candidatura presidencial multipartidária com clara orientação de esquerda na denominada Frente Democrática Nacional.

O processo eleitoral de 1988 foi notavelmente irregular e levou Carlos Salinas de Gortari à presidência. Atribuiu-se oficialmente a Cuauhtémoc Cárdena 31,1% dos votos, porcentagem nunca antes obtida pela oposição. A derrota eleitoral levou Cárdenas a institucionalizar sua oferta política no Partido de la Revolución Democrática (PRD)[160], criado no ano seguinte e do qual foi o primeiro presidente, entre 1989 e 1993. Depois, será candidato presidencial, em 1994 e 2000, alcançando 16,6% dos votos e colocando o partido entre uma das três forças políticas mais importantes do México. Nessa época, foi o primeiro chefe de governo da cidade do México eleito democraticamente, entre 1997 e 1999.

A trajetória de Cuauhtémoc Cárdenas apresenta elementos frequentes na vida de muitos políticos, como a conversão de um importante capital político simbólico herdado da figura paterna que, no contexto de uma institucionalização esclerosada que tinha criado suas próprias regras de jogo, transforma-se para impul-

158 Batizada dessa forma pelo jornal Unomásuno, que registrava o conteúdo de uma reunião na qual o então embaixador na Espanha, Rodolfo González Guevara, tinha apontado a necessidade de organizar algo parecido com a Corriente Crítica existente naquela época no Partido Socialista Obrero espanhol. Em Suárez (2003: 120).

159 "Queríamos que o partido se transformasse, no sentido de recuperar seus compromissos originais, os compromissos do movimento revolucionário com o país e com o povo, que o partido pudesse se democratizar em suas práticas e nas formas de tomar decisões". Em Suárez (2003: 124).

160 "O PRD é um partido no qual conflui a parte avançada da Revolução Mexicana, várias tendências e ideias do socialismo, um socialismo em sentido muito amplo, no qual estão presentes as principais reivindicações do povo mexicano, em busca da igualdade e do desenvolvimento baseado na cooperação e no respeito no âmbito internacional". Em Suárez (2003: 137).

sar um projeto político diferente que conta com apoio social imediato. A trajetória política de Cárdenas desenvolve-se no PRI até que chega um momento no qual ele é contra o PRI. O interessante é sua capacidade para dirigir um novo cenário, guiando a criação de um partido político, no qual, ironicamente, carecerá, salvo no breve intervalo da chefatura do governo da cidade do México, de todo benefício do acesso a cargos políticos. Cárdenas, não se retirou da política, só da política institucional[161], preside atualmente a Fundación para la Democracia e é testemunha da continuação da saga familiar[162] graças á atividade política de seu filho, Lázaro Cárdenas Batel, deputado federal entre 1997 e 2000, senador eleito em 2000 e, logo depois, governador eleito de Michoacán[163].

2.17. Rigoberta Menchú

A participação na vida política para as pessoas pertencentes aos povos originários latino-americanos tem sido muito árdua. O caso de Benito Juárez, em meados do século XIX, é a grande exceção. As oligarquias brancas e, depois, seus descendentes, junto com os descendentes da emigração europeia de fins do século XIX e começo do século XX, foram o substrato básico que nutriu a classe política. As grandes revoluções sociais, como a mexicana e a boliviana, serviram, sobretudo, para abrir caminho para os mestiços. No entanto, um núcleo substancial de indivíduos ficou fora da política por sua origem indígena. O aprofundamento da democracia após as transições do último quarto do século XIX, a mobilização

161 "Tenho a intenção de permanecer ativo na política… mantenho meu compromisso com as posições avançadas da Revolução Mexicana, com aquelas causas pelas quais meu pai lutou incansavelmnte, meu compromisso é fazer do México um país de iguais perante a vida, a lei, as oportunidades, o Estado e a sociedade, um país de liberdades…" Cárdenas (2010: 590-591).

162 O papel do componente familiar da política, nesse caso, fica bem representado pelas palavras de Cuauhtémoc Cárdenas Batel cuando afirma: "Eu acredito que a questão da política, que às vezes parece absorver a todos na minha casa, não foi uma vocação nem uma decisão, mas uma coisa que estava ali, em casa". Em Suárez (2003: 261).

163 "Esse dia foi o fim de uma etapa e princípio de outra, día de anseios, expectativas e surgimento de novas preocupações". Cárdenas (2010: 486).

indígena estimulada pelas comemorações do Quinto Centenário e as reformas políticas tendentes a vitalizar a esfera local deram espaço para prefeitos e deputados indígenas, chegando um deles à presidência.

A luta de algumas comunidades por se tornarem visíveis entremeada com demandas sociais relacionadas com a reforma agrária, em países como a Guatemala, acendeu o conflito armado e uma brutal repressão que se estendeu por décadas. É nesse cenário que situo o penúltimo perfil selecionado de político, nesse caso, uma política, que também é o único caso de alguém que permanece em atividade. Rigoberta Menchú é, como poucas, uma figura paradigmática desse estado de coisas. Nascida em 1959, em El Quiché e filha de Vicente Menchú, um líder camponês massacrado no ataque à embaixada da Espanha na Guatemala em janeiro de 1980, e de Juana Tun Kótoja[164], sequestrada e assassinada três meses mais tarde. Rigoberta Menchú é um ícone do movimento indígena como consequência da concessão do Prêmio Nobel da Paz em 1992.

Com a concessão desse prêmio, Rigoberta passou a ser uma das poucas figuras com projeção política da região a recebê-lo, juntamente com o costarriquense Óscar Arias e o ativista argentino dos direitos humanos Adolfo Pérez Esquivel. Figura muito questionada[165], Rigoberta Menchú foi fundadora do *Comité de Unidad Campesina*[166] em 1979 e membro da liderança da *Representación Unitaria de la Oposición Guatemalteca* até 1992. O assassinato de seus pais forçou-a ao exílio no México[167] sendo partícipe da elaboração da declaração dos povos indígenas das Nações Unidas. Durante esse período foi notável seu ativismo a favor dos direitos

164 "Meu pai foi escolhido pela comunidade e minha mãe também". Em Burgos (1992: 213).

165 Tanto pela construção maquiada de sua biografia (Burgos, 1992), com histórias e situações que aparentemente não ocorreram realmente em sua vida, quanto pela utilização dos fundos derivados do Prêmio Nobel. O texto de Burgos foi questionado pelo trabalho de Stoll (1999).

166 "Eu amo o CUC porque foi ali que descobri que tínhamos que levar adiante a guerra popular revolucionária, lutar contra nossos inimigos e, ao mesmo tempo, descobri que, como povo, devemos lutar por uma transformação". Em Burgos (1992: 268).

167 "Meus companheiros me tiraram (do país) e me mandaram em avião para o México. Eu me sentia a mulher mais derrotada, mais destruída, porque nunca imaginei que chegasse o dia em que teria que abandonar minha pátria por culpa desses criminosos". Em Burgos (1992: 266).

dos povos indígenas em diferentes foros.

A lenta transição política na Guatemala, impulsada após os acordos de paz de 1996, abriu um espaço para a participação política direta de Rigoberta. Com a criação do partido indígena WINAQ, ela foi candidata presidencial, com muito pouco sucesso, em duas eleições consecutivas, em 2007 (em aliança com o Encuentro Guatemala de Nineth Montenegro) e em 2011 (com o apoio do Frente Amplio Guatemala e em aliança com a Alternativa Nueva Nación e o Partido Movimiento Nueva República).

Rigoberta Menchú é um caso interessante, por carregar um enorme capital simbólico derivado do prêmio Nobel, mas também por seu componente indígena em um país onde mais de 60% da população pertence a alguma comunidade indígena. No entanto, esses elementos não foram suficientes para que Rigoberta conquistasse vitórias políticas. Muito pelo contrário, na medida de sua incapacidade de beneficiar-se desse capital e pelo afastamento, e até mesmo repúdio, por parte das comunidades indígenas que não se sentiram representadas por seu projeto, ao considerá-lo alheio e estrangeirizante.

2.18. Ingrid Betancourt

O último caso selecionado extrapola o critério de um perfil por país e apresenta características muito especiais devido, não tanto ao processo de entrada na política ou do desenvolvimento da trajetória, mas a seu forçado e involuntário final, ocorridos duas vezes. Trata-se da colombiana Ingrid Betancourt, que nasceu em 1961 e "morreu" para a política em fevereiro de 2002[168]. Seu período de ativi-

168 Como é bem sabido, Ingrid Betancourt não morreu em fevereiro de 2002. Ela foi sequestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, grupo terrorista mais conhecido por seu acrônimo FARC, porém registro essa expressão, pois foi usada pela própria Betancourt em suas memórias ao dizer "desde a minha morte frustrada" (Betancourt, 2010: 702). Apesar de sua relativa juventude, escolhi esse caso por ela ter abandonado a política após seu traumático sequestro, por outro lado, sua trajetória também exemplifica o caso dos políticos que abandonam a carreira de forma "forçada".

dade política é curto, doze anos, mas durante esse tempo avançou muitas etapas de forma rápida e com um claro sentido ascendente na carreira política.

Nascida em uma família bogotana com notórias raízes políticas, o pai, Gabriel Betancourt, estava ligado ao Partido Conservador e foi duas vezes Ministro da Educação, fundador do Instituto Colombiano de Crédito e Estudios Técnicos no Exterior (ICETEX) e ocupou cargos no serviço exterior colombiano, enquanto a mãe, Yolanda Pulecio, militou no Partido Liberal realizando atividades no Departamento de Bem-estar Social de Bogotá, do qual foi diretora, e mais tarde foi eleita representante (1986-1990) e senadora (1990-1994), uma irmã do seu pai também foi senadora pelo Partido Conservador[169]. Formou-se em Ciências Políticas em uma das mais prestigiosas instituições universitárias da França, o Instituto de Estudos Políticos de Paris, e ao voltar para a Colômbia entrou na política ativa como assessora dos ministros de Fazenda e de Comércio Exterior entre 1990 e 1994, durante a administração de César Gaviria. Foi eleita representante em 1994, com o aval do Partido Liberal, ao qual se aproximou para afiliar-se e pedir apoio para apresentar sua candidatura[170].

O começo de sua carreira como legisladora é de sucesso, pois, entre os candidatos liberais, é quem recebe o maior número de votos em Bogotá. O seu início é também exemplificador para um determinado modelo de carreira política baseado em recursos estritamente pessoais, tanto econômicos quanto de capacidade

169 As figuras de seu pai e sua mãe têm grande importância, não só na infância, mas também durante toda a vida de Ingrid Betancourt, como aparece destacado em diversas passagens de seus livros autobiográficos. A mãe, além do mais, mostrou um comportamento exemplar de constante apoio durante seus anos de cativeiro, período no qual morreu o pai de Betancourt. Também foram registrados indícios típicos do complexo de Electra quando afirma, em relação ao seu futuro marido e pai dos seus filhos. "Fabrice tem, em conjunto, todos os atributos da imagem masculina ideal que tenho do meu pai". Betancourt (2001: 64).

170 Essa forma de agir é coerente com a política colombiana da época em que foi realizada a "operação vespa", uma estratégia planejada basicamente pelo Partido Liberal, que começa a funcionar como uma franquia para captar o maior número de vagas atraindo candidatos independentes aos quais se limita a endossar. O relato de como Ingrid Betancourt entra no Partido Liberal é muito fiel ao ocorrido na época e valida a ideia de Bourdieu sobre o capital político como capital simbólico, aqui, adulterado obscenamente: "Entendo que qualquer um que pedir pode ser empossado secretário geral do Partido Liberal, sem que lhe façam qualquer pergunta, sem pedir do candidato o mais mínimo compromisso de seguir as diretrizes do partido, sua ideologia, seu programa". Betancourt (2001: 121-122).

de mobilização política[171]. O fato de basear sua campanha na denúncia da corrupção e seu convencimento moral sobre o flagelo que esta representava para o país garante para Betancourt um lugar destacado na legislatura; seu desempenho nesta esteve marcado pela denúncia contra o presidente liberal Ernesto Samper — de ter financiado sua campanha com dinheiro do narcotráfico. Apesar da absolvição para Samper pelo congresso, o empenho de Betancourt torna-a uma das pessoas com maior apoio popular, o que fica evidente ao ser eleita senadora em 1998, com o maior número de votos na eleição nacional.

Pouco tempo antes, desenganada pelo Partido Liberal[172] criou o partido Oxígeno[173], plataforma com a qual foi candidata às eleições presidenciais de 2002. Em plena campanha eleitoral foi sequestrada, ficando privada de liberdade durante mais de seis anos. Depois disso, seu manejo da questão do sequestro, processando o Estado colombiano por não a ter protegido e obtendo benefício comercial do seu cativeiro, por meio de uma biografia e de um filme, apagaram o prestígio do qual usufruíra perante a maioria da população colombiana. No seu perfil, encontram-se elementos muito destacados da carreira moderna: ambição[174] sem limite[175] que chega a implicar altos custos para sua vida conjugal; endogamia política familiar, levando não só a ampla socialização política, mas também a um mundo de contatos

171 Os três conselhos que reconhece que recebeu para começar sua carreira política e aos quais seguiu imediatamente foram: "consiga dinheiro para a campanha, uma sede e reúna o maior número de pessoas possível ao seu redor". Houve uma quarta… "compre votos". Betancourt (2001: 112).

172 "É tempo de inventar algo novo, outra familia política que possa reunir gente que pense como muitos de nós". Betancourt (2001: 256).

173 "Oxígeno (Oxigênio)! Essa palavra diz tudo, primeiro, a ecologia, mas também o sufoco que significa a política tradicional, a esperança que representamos. Uma esperança vital. É uma palavra mágica e aérea". Betancourt (2001: 257).

174 Descobre ainda adolescente que "o desejo de ajudar a forjar o destino do meu país já está com certeza semeado em algum lugar", e, mais adiante, "minha ambição é poder contribuir para a administração do país". Betancourt (2001: 62 e 90).

175 "Com essa traição [a do presidente Andrés Pastrana, em setembro de 1998, relativa à reforma política pactada antes das eleições], uma das mais dolorosas da minha vida política, nascia a convicção de que eu algum dia teria que aspirar às mais altas funções do Estado se quisesse salvar a Colômbia dessa corrupção que a estava matando". Betancourt (2001: 284). Por outro lado, seu sequestro ocorre por sua decisão de estar presente para apoiar um dos candidatos do seu partido em San Miguel de Caguán, uma zona de alto risco, controlada pela guerrilha.

com as elites políticas bogotanas; formação acadêmica universitária especializada e de alto nível no exterior; uma trajetória ascendente muito rápida com primeiros passos profissionais em assessoria; depois, eleição e reeleição como legisladora nacional, quando acumula experiência em duas câmaras diferentes, e simultaneamente, lança, aos 36 anos, um projeto diferenciador dentro da oferta partidária da Colômbia, ao criar um partido político com novas características identitárias, tanto em seu programa quanto em sua relação com a classe política tradicional[176]; além da aspiração máxima de querer chegar à presidência do seu país. E tudo isso a partir do seu lugar de mulher, em uma conjuntura de grandes dificuldades pela rígida barreira de gênero existente tanto em seu país quanto no contexto regional. Sua saída da política, primeiro, de forma traumática e, depois, rematada de maneira mercantil, representa um modelo que não é pouco frequente.

2.19. A trajetória dos políticos latino-americanos

Os dezoito modelos examinados oferecem diferentes estilos de trajetórias políticas com diversos desempenhos de cargos, níveis variados de intensidade na vida partidária e uma dedicação prolongada na maioria dos casos. São carreiras muito vinculadas, como não podia deixar de ser, ao contexto institucional e socioeconômico do sistema político no qual estiveram insertos, mas que, mesmo assim, constituem padrões que se repetem com frequência. O mais reiterado é o papel desempenhado pela família, não só na socialização do futuro político, mas também no acompanhamento durante sua carreira. Os vínculos matrimoniais, assim como os paterno-filiais, são presença quase constante, chegando a configurar redes virtuosas. O segundo elemento relaciona-se com a vocação fundacional para

176 Reitera os argumentos, já vistos em diferentes passagens deste livro, contra os políticos profissionais com os quais não quer ser identificada: "O meu pai tem um profundo desprezo pelos políticos profissionais, que constroem sua carreira aproveitando-se do Estado… ele não pode conceber que, algum dia, eu forme parte dessa liderança corrupta… para dizer a verdade, nem eu". Betancourt (2001: 62).

impulsar projetos políticos canalizados, quase sempre, através de partidos novos que se ajustam à vocação ou à ambição pessoal do político em questão. Dos casos analisados, apenas Wilson Ferreira exemplifica uma fiel relação com uma instituição do passado; por outro lado, José María Velasco Ibarra representa o repúdio expresso ao partido político como instrumento de ação. Em muitos deles, a origem da militância política está relacionada com um desejo de se livrar do passado caduco, inoperante e, às vezes, corrupto. Essa é uma característica que pode ser transferida para a política latino-americana em geral e que traduz a crise quase permanente das instituições representativas assim como o caráter mutável desses homens e mulheres que vislumbram novos horizontes sob novas formas institucionais. O terceiro elemento refere-se à existência de padrões que formam verdadeiros *cursus honorum* em suas trajetórias, validando uma lógica de ascensão baseada na experiência, nas lealdades e no capital simbólico acumulado.

Por outro lado, é interessante constatar que, se as crises são as certidões de nascimento dos regimes políticos[177], todos os perfis aqui apresentados são de pessoas que cresceram e se formaram no contexto de convulsões políticas que os levaram, em muitos casos, ao exílio e que deram origem a novos cenários, na maioria dos casos, assentados sobre a democracia. Essa espécie de "marinheiros no meio da tempestade", agarrados ao timão, é uma imagem cheia de romantismo, mas que se ajusta bastante à realidade de uma Colômbia convulsionada pela violência, uma Bolívia que acaba de sair da revolução de 1952, uma Nicarágua após a revolução sandinista e assim por diante.

177 Dogan e Higley (1998:3).

Epílogo

A intenção das páginas anteriores era levar o leitor através de três saltos que abarcam seis tipos de preocupações. O primeiro salto surge entre a necessidade de completar a tradição da teoria política, centrada intermitentemente na figura do político, e a avidez de perspectivas de outras disciplinas, como a psicologia e as ciências da vida, que contribuem para um melhor entendimento do comportamento humano, rompendo os rígidos esquemas da escolha racional e, inclusive, da influência das paixões, para entrar na maquinária do cognitivo. O segundo salto surge da proposta de definição do político, abarcando tanto os escolhidos por mecanismos democráticos quanto os designados, que delineia os traços de um profissional da política em meio a um forte repúdio social. Por último, passei da especificidade do político em relação à prestação de contas a propor um modelo de qualidade para os que se dedicam à política. A evidência empírica foi extraída da classe política latino-americana, com especial foco nos legisladores nacionais entre 1994 e 2011.

A profissionalização da política é uma consequência do desenvolvimento da democracia representativa, assim como da evolução do mercado de trabalho. Sua vigência se constata nos países industrializados com ampla experiência democrática e é evidente entre os que podem ser ;agrupados na "terceira onda" de democratização e que já têm uma trajetória democrática de mais de duas décadas. Enquanto o cenário dos primeiros acumula pesquisas relevantes, nos segundos é um assunto precariamente analisado.

O estudo aqui realizado parte dessa evidência e da ideia de que, hoje, a

profissionalização da política, no âmbito institucional existente e em função das relações dadas entre a política e a sociedade, é necessária e tende a ser positiva. Isso não quer dizer que seja assim a longo prazo. Dependerá muito da evolução de dois fatores, tais como o interesse da sociedade de deslocarse para cenários mais participativos e a existência de mercados de trabalho mais dinâmicos e inovadores com níveis de competitividade muito diferentes dos até agora conhecidos.

Os capítulos anteriores buscaram dar ao leitor conclusões parciais sobre os diferentes problemas apresentados. Este epílogo pretende entrelaçar algumas das ideias apresentadas com a obra de reconhecido caráter universal e de maior influência na cultura espanhola: *Dom Quixote*. Nesse sentido, sou fiel a alguma das pistas já dadas sobre a competência da literatura clássica para oferecer excelentes evidências sobre os elementos básicos do mundo da política.

Com certo pudor, por não ser em absoluto especialista nesse tipo de análise, atrevo-me a abordar este exercício, pois acredito que sobram elementos nesta obra fundamental para guiar uma reflexão sobre o papel da atividade desempenhada pelos políticos com relação a dois elementos centrais deste livro: a ambição e as qualidades do bom governante. Entendo que há uma parte muito importante do conhecimento politológico no acervo cultural de toda coletividade e que é também obrigação do estudioso evidenciá-la e ponderá-la em sua justa medida. O desenvolvimento canônico da Ciência Política requer também este tipo de leituras transversais.

Dom Quixote oferece inumeráveis pistas, que surgem com humor e ironia, para a compreensão de várias dimensões do ser humano e, consequentemente, sobre sua posição frente à política, entendida, lembre-se, como relações de poder pensadas no âmbito público. O que faz um fidalgo louco dando acertados conselhos sobre bom governo? Pode um camponês inculto e ambicioso ser formado na arte de governar tendo como única aprovação sua própria ambição? Não seremos os politólogos quixotes empenhados em tentar adestrar falsos escudeiros? Se assim

fosse, em todo caso, os resultados seriam pobres. Se a união dos dois mundos não foi bem-sucedida, pode ser porque a Ciência Política não compreende totalmente o que é a profissão do político nem como o político toma suas decisões, tanto sobre sua entrada, progresso e saída da política quanto sobre a importância concedida por ele a quem ganha e quem perde com suas decisões em termos de grupos de interesse, comunidades eleitoralmente organizadas e atores. É por isso que, às vezes, as "receitas" não vão acompanhadas de factibilidade política.

Nesse sentido, acho que a obra cervantina pode mostrar três eixos condutores que são complementares e concordam com as preocupações dos diferentes capítulos desse livro. O primeiro está centrado na relação estabelecida entre *Dom Quixote* e Sancho Pança, que passa de um nível de clara subordinação a outro de prática amizade, e que pode oferecer pistas para entender também uma relação estruturada em termos políticos. As relações dentro da classe política seguem muito frequentemente normas similares e são básicas para a socialização no interior da profissão.

O segundo refere-se ao mundo íntimo das pessoas e às motivações, expressadas nos monólogos, que impulsam a ação política. As razões da decisão de uma pessoa de entrar na política, continuar na carreira ou sair dela estão condicionadas por mecanismos institucionais e sociais e, também, como se defende aqui, por aspectos psicológicos e biológicos.

Finalmente, encontra-se o eixo heroico sobre o qual gravita a ambição de poder, evidenciado na governação de Sancho da ínsula Barataria. Um lugar absolutamente indeterminado e de difusa definição[1], mas uma excelente metáfora do poder e, de fato, um polo articulador da obra[2], já que é objeto de ambição como uma obsessão permanente[3] e que, além disso, está claramente contraposta à ilha de

1 Sobre o qual o próprio Sancho "nunca averiguou se fora ilha, cidade, vila ou lugar que governara" (Capítulo LIIII, 2ª parte) e que só bem no final é conhecido que "é um lugar de até mil vizinhos" (Capítulo XLII, 2ª parte).

2 "Depois da história do mesmo *Dom Quixote*, o fio narrativo que mais solidez confere a essa novela é a disposição de Sancho para ser governador ou conde". Weiner (2009: 40).

3 Segundo meu registro, a alusão ao futuro ambicionado por Sancho (ou ao presente ou ao passado) na ilha, aparece em doze capítulos da primeira parte e em vinte e dois da segunda, estando presente por

Utopia, cuja referência fazia furor na opinião culta daquele tempo[4]. Barataria é uma utopia e, como tal, funciona como uma isca de *Dom Quixote* para levar Sancho a segui-lo, mas, logo, Cervantes se ocupará de tornar o lugar real, totalmente diferente do constructo de Thomas More.

As relações entre *Dom Quixote* e Sancho seguem um roteiro clássico, no qual existe um processo prévio de iniciação com regras preexistentes, não escritas, mas também um componente ritual que as transforma em normas obrigatórias e que se explicitam da seguinte maneira: "hás de saber, amigo Sancho Pança, que foi costume muito usado dos antigos cavaleiros andantes fazerem governadores aos seus escudeiros das ilhas ou reinos que ganhavam;…"[5]; e, mais adiante, *Dom Quixote* reforça essa ideia: "só guio-me pelo exemplo do grande e nunca bem louvado Amadis de Gaula, que fez o seu escudeiro conde da Ilha Firme, e assim posso eu, sem escrúpulo de consciência, fazer conde a Sancho Pança, que é um dos melhores escudeiros que nunca teve um cavaleiro andante"[6]. Como se fosse uma iniciação à incerteza da política, aparece também a necessidade de passar por certas provas, encruzilhadas que podem ser dolorosas e inclusive incompreensíveis para um neófito[7]; também surge o sentido do tempo, as coisas não acontecem de maneira imediata e o processo requer, como para todo aprendiz de político, desempenhar uma carreira lenta com passos pautados[8]; tudo o qual é assumido publicamente por Sancho, que, assim, reconhece explicitamente as regras do jogo, como é se observa no seu diálogo com a vendeira: "então como é que vós, pertencendo a tão bom senhor —

primeira vez no capítulo VII, quando Cervantes escreve que "ia Sancho Pança sobre o seu jumento como um patriarca, com os seus alforjes e a sua borracha, e com muita ânsia de se ver já governador da ilha que o amo lhe havia prometido".

4 A relação entre Erasmo e Cervantes é abordada em Márquez Villanueva (1984). O assunto da utopia está desenvolvido extensamente em Maravall (1948). Por outra parte, para Weiner (2009: 66) a obra de More foi a principal fonte de inspiração para Cervantes.

5 Capítulo VII, 1ª parte.

6 Capítulo L, 1ª parte.

7 "Adverti, Sancho amigo, que esta aventura, e outras semelhantes a esta, não são aventuras de ilhas, senão só encruzilhadas, em que se não ganha outra coisa senão cabeça quebrada, ou orelha de menos.". Capítulo X, 1ª parte.

8 "Tende paciência; não vos hão-de faltar aventuras, em que não somente eu vos possa fazer governador, mas alguma coisa mais..." Capítulo X, 1ª parte.

perguntou a vendeira — não tendes, ao que parece, pelo menos algum condado? — Ainda é cedo — respondeu Sancho — porque não há senão um mês que andamos buscando as aventuras, e por enquanto ainda não topamos com alguma que o fosse em bem...”[9]; mas não por isso Sancho deixa de passar por momentos de dúvida[10], vê o panorama confuso[11] ou a situação lhe gera severo aborrecimento[12]; momentos todos muito habituais no caminho de qualquer político que são misturados com outros de iludida esperança, refletindo um permanente estado agridoce, típico da atividade política, onde se misturam otimismo e pessimismo, como na afirmação: “…mas se Deus o tirasse daquele perigo são e salvo e sem cautela, seria possível ter como muito mais certa a prometida ilha …”[13] (Capítulo XX – 1ª parte).

A habilidade narrativa de Cervantes faz de Sancho uma pessoa que termina seduzida pelos delírios de *Dom Quixote*, como em uma relação típica estruturada por uma liderança carismática. Sancho assume as fantasias de *Dom Quixote* em inumeráveis episódios e vira seu cúmplice, como é evidenciado pelo cônego nessa passagem: “por isso quereria que a fortuna me oferecesse depressa alguma ocasião de ser imperador, para mostrar o meu ânimo, fazendo bem aos meus amigos, especialmente a este pobre Sancho Pança, meu escudeiro, que é o melhor homem do mundo, e quereria dar-lhe um condado que há muitos dias lhe trago prometido, mas receio que não tenha habilidade para governar o seu estado. Sancho, quase ouvindo estas últimas palavras, disse a seu amo: – Trabalhe Vossa Mercê, senhor *Dom Quixote*, por me dar esse condado, que há tanto tempo me promete, e eu espero, e lhe juro, que me não faltará habilidade para governá-lo... Ficou admirado o cône-

9 Capítulo XVI, 1ª parte.

10 “Sancho maldisse de novo a si mesmo, e prometeu de coração abandonar seu amo e voltar para sua terra, ainda que perdesse o salário pelo qual havia trabalhado e as esperanças do governo da prometida ilha” (Capítulo XVIII - 1ª parte). Capítulo XVIII, 1ª parte.

11 “Sancho maldisse de novo a si mesmo, e prometeu de coração abandonar seu amo e voltar para sua terra, ainda que perdesse o salário pelo qual havia trabalhado e as esperanças do governo da prometida ilha” (Capítulo XVIII - 1ª parte). Capítulo XVIII, 1ª parte.

12 “Foi ele que me tirou da minha casa, com muitas lérias, prometendo-me uma ilha, deque ainda hoje estou à espera dela”. Capítulo II, 2ª parte.

13 Capítulo XX, 1ª parte.

go dos acertados disparates que *Dom Quixote* dissera... e finalmente pasmava da tolice de Sancho, que com tanto afinco desejava alcançar o condado que seu amo lhe prometera"[14]. "Mas não me maravilho tanto da loucura do cavaleiro quanto da simplicidade do escudeiro, que tão ferrada lá tem a história da ilha, que me parece que lha não tiram dos cascos nem quantos desenganos se possam imaginar"[15]; ou a própria reflexão da duquesa: "pois se *Dom Quixote* de la Mancha é louco, minguado e mentecapto, e Sancho Pança, seu escudeiro, o conhece, e apesar disso o serve e o segue e anda atado às suas promessas, é sem dúvida ainda mais louco e mais tonto do que o seu amo"[16]. O carisma da liderança gera grandes doses de persuasão que são respondidas através de uma relação direta por alguém disposto a ser seduzido porque ambiciona.

Isso pode inequivocamente ser transposto às relações que se estabelecem entre políticos que terminam acreditando no relato construído pelo grande sedutor que todo líder deve ser, sem capacidade alguma de autocrítica, pois tudo é autorreferencial, inclusive nos momentos de volta à lucidez, quando resplandece a digna e autossuficiente, embora ingênua, posição pessoal de Sancho: "eu não tenho cá embutidos, nem sou homem que viva de lérias — respondeu Sancho — e, ainda que pobre, sou cristão, velho, e não devo nada a ninguém"[17]. A tripla afirmação de ser livre, passar por qualquer prova de pureza de sangue e independência, além de refletir bem o momento político do barroco espanhol conforma também uma trilogia muito moderna para o discurso de todo político. Hoje, isso pode ser traduzido no recorrente discurso do político que enfatiza sua suposta liberdade e independência diante de qualquer poder e do fato de ser "apenas mais um", alguém que não se diferencia do povo, nem se separa da linha do estabelecido; no século XVI, este era o significado da limpeza de sangue.

14 Capítulo L, 1ª parte.
15 Capítulo II, 2ª parte.
16 Capítulo XXXIII, 2ª parte.
17 Capítulo XLVII, 1ª parte.

A relação entre ambos está marcada, não só pelo interesse, mas também pela lealdade baseada em elementos muito primários e pouco racionais, assim, diz Sancho: "não cuido em granjear fama de valente, mas sim do melhor e mais leal escudeiro que nunca serviu a um cavaleiro andante"[18]; e mais adiante, referindo-se a *Dom Quixote*: "somos do mesmo lugar, comi-lhe o pão, quero-lhe bem; é agradecido, deu-me uns burricos, e, sobretudo, sou fiel…"[19]. Até no momento último de partir para Barataria, Sancho é cuidadoso e receptivo da opinião de Quixano sobre sua capacidade para realizar as novas e desconhecidas tarefas que enfrentará: "se vossa mercê entende que não sou capaz para este governo, já o largo"[20].

Se é lógico pensar na lealdade do escudeiro pelo fidalgo, o inverso não é menos verdadeiro, pois já existe um clara interdependência entre ambos. Depois dos duques concederem a Sancho o governo da ilha, *Dom Quixote* não só se antecipa com mostras de agradecimento, mas também de apoio, como qualquer político quando alguém de seu entorno de categoria inferior é colocado por terceiros em um posto de maior responsabilidade. Assim, em primeiro lugar, com reconhecimento, "ajoelha-te, Sancho — bradou *Dom Quixote* — e beija os pés de Sua Excelência, pela mercê que te fez…" e, em seguida, com matizados louvores, por outra parte, "…desejo que vossas senhorias entendam que Sancho Pança é um dos mais divertidos escudeiros que nunca serviram a cavaleiro andante; tem às vezes umas simplicidades tão agudas, que a gente pergunta a si própria se tudo aquilo é tolice ou malícia; umas vezes parece velhaco, e outras vezes tolo: de tudo duvida e tudo acredita; quando penso que se vai despenhar por tonto, sai-me com umas discrições que o levantam ao céu". E reconhecendo minguar com sua ausência, como qualquer político diante da eventual perda de um colaborador achegado, já que: "finalmente, eu não o trocaria por outro escudeiro, ainda que me dessem por

18 Capítulo IIII, 2ª parte.
19 Capítulo XXXIII, 2ª parte.
20 Capítulo XLII, 2ª parte.

demasia uma cidade; e assim, duvido se será bom mandá-lo para o governo de que vossa grandeza lhe fez mercê, ainda que nele vejo uma certa aptidão para isto de governar, e pode ser que, aguçando-lhe um pouquinho o entendimento, se saia bem do encargo"[21]. Até chegar à solidariedade cúmplice, plena de quem se sente parte de um projeto vital comum com consequências para ambos: "se mal governares, será tua a culpa, e minha a vergonha"[22], que é típica nos processos de prestação de contas, como visto no capítulo IV.

Da perspectiva das motivações individuais, é óbvio que a ambição de Sancho é o elemento motriz de sua preocupação, não deixando em nenhum momento de ser um desejo evidente, nem de ter a clara aceitação de todo o entorno. Uma ambição a ser dividida, de maneira precisa, em duas ordens: uma de natureza política como é o poder, e outra de caráter econômico, como é a riqueza. Embora sejam dois os aspectos que compõem um lugar comum na sabedoria convencional, nem sempre é evidente a forma em que a ambição pode aparecer, como neste caso. De forma que Cervantes toma distância de qualquer metáfora para, em primeiro lugar, mostrar a pulsão pelo poder puro quando Sancho diz: "imagino que é bom mandar, ainda que seja um rebanho de gado"[23] e, mais adiante, "que ninguém se meta com seu governador nem com quem é por ele mandado, porque sairá machucado"[24].

Mas, possivelmente, o interesse mais explícito reside no enriquecimento. Em uma carta a sua mulher, Sancho diz com brusca claridade algo que alguns políticos contemporâneos podem afirmar na intimidade, diante de alguém muito próximo: "daqui a poucos dias partirei para o governo, para onde vou com grandíssimo desejo de juntar dinheiro, porque me disseram que todos os governadores novos têm essa mesma vontade"[25]. Cervantes não deixa nenhuma dúvida de qual

21 Capítulo XXXII, 2ª parte.
22 Capítulo XLII, 2ª parte.
23 Capítulo XLII, 2ª parte.
24 Capítulo XLII, 2ª parte.
25 Capítulo XXXVI, 2ª parte.

é o principal impulso percebido no seu entorno, uma sociedade formada por indivíduos pobres de solenidade, cuja ascensão social é complicada, para não dizer impossível, como admite Sancho quando afirma não ter fazenda nem "bem algum, só refrães e mais refrães"[26].

O que garante certo acesso à riqueza são os favores da Coroa por meio da nomeação ou compra de cargos públicos. O que é opinião popular, compartilhada por todos os personagens, como Teresa Pança, que lhe escreve: "porque não penso parar até te ver arrendador ou arrecadador, ofícios que, embora o diabo leve a quem mal os usa, enfim, enfim, sempre têm e manejam dinheiro". Eram ofícios que se compravam e que faziam parte dos sonhos pré-burgueses e improdutivos de muitos castelhanos que se satisfaziam com a conquista de um modesto oficio público[27]. Algo que também se projeta no ambiente mais próximo, em interesses particulares, como, por exemplo, o de favorecer a própria família, e que contribui a deslegitimar a profissão do político na perspectiva da opinião pública. Nesse sentido são claras as referências, tanto de Teresa Pança, velando pelo futuro de seus filhos, como do próprio Sancho[28]. Da mesma forma, *Dom Quixote*, que não está livre desses interesses materiais, chega a exclamar: "vê [Sancho] que chegamos a sítio donde, com o favor de Deus e o valor do meu braço, havemos de sair melhorados em fama e em fazenda"[29]. Tudo isso constitui um excelente espelho da política, no qual o progresso da família torna-se o primeiro objetivo obsessivo de muitos políticos, de forma que o

26 Capítulo XLII, 2ª parte.

27 Tomás e Valiente (1982: 157-158).

28 Teresa Pança diz a seu marido, "mas olha, Sancho, se porventura te vires com algum governo, não te esqueças de mim nem dos teus filhos. Lembra-te que o Sanchito já tem quinze anos feitos, e precisa de ir à escola, visto que o tio abade quer fazer dele homem da igreja. Vê também que tua filha Maria Sancha não desgostará que a casemos, porque vou tendo uns barruntos de que ela deseja tanto ter um marido, como tu desejas ter um governo; e enfim, melhor parece filha mal casada que bem amancebada". A resposta de Sancho não tarda em chegar e é consequente com o esperado: "por minha fé — respondeu Sancho — que se Deus me chega a dar algum governo, hei-de casar Maria Sancha tão altamente, que todos lhe hão-de dar senhoria". E com respeito a seu filho, "em tendo governo, eu o mandarei buscar pela posta, e enviar-te-ei dinheiros, que me não faltarão, porque nunca falta quem os empreste aos governadores, quando eles os não têm, e veste-o de forma que disfarce o que é e pareça o que há-de ser.". Capítulo V, 2ª parte.

29 Capítulo XXXI, 2ª parte.

início de uma carreira política transforma-se no de uma saga familiar. Mas também significa a configuração do sistema de nepotismo e de patrimonialização do Estado.

Agora, essas motivações individuais não deixam de ter um apoio ambíguo, em termos de legitimidade, que resumem as contradições da época e, com leves mudanças, podem ser trazidas para a atualidade. Por um lado, está presente o discurso oficial de expresso reconhecimento do império da Igreja Católica, mas também do pensamento antissemita que dominou toda a política espanhola desde a expulsão dos judeus, um século antes[30]. Por outro, Cervantes assume uma proposta democrática ao apoiar a possibilidade de que um camponês possa chegar à realização de suas aspirações a um cargo político com certo processo prévio de formação como confrade[31]. Assim desfere um duro golpe na ideia de ódio entre o velho e o novo cristão ao propor uma identidade compartilhada que relaciona Sancho com Ricote; aquele não pensa nunca em delatar seu vizinho mourisco, mas exibe grandes mostras de solidariedade diante da penosa situação desse pela obrigação de abandonar seu país[32].

O terceiro eixo dessa leitura de *Dom Quixote*, na minha opinião, o mais substantivo em termos políticos, gira em torno do governo da ilha por Sancho. Há, ao mesmo tempo, três linhas argumentais que podem ser seguidas com maior proveito e indiscutíveis derivações no âmbito de uma discussão atual sobre a profissionalização da política. A primeira refere-se aos conselhos de *Dom Quixote* a Sancho, a segunda à atuação concreta deste no governo e a última à avaliação que faz de sua passagem pela ilha imerso em um desesperado realismo.

Como indicado no começo deste epílogo, a ilha é um espaço na imaginação de Cervantes que permite todo tipo de especulação, assim como o avanço de

30 Declara Sancho: "E, quando outra coisa não tivesse que não fosse o crer, como sempre creio firme e verdadeiramente, em Deus, e em tudo o que manda acreditar a Santa Igreja Católica Romana, e ser inimigo mortal, como sou, dos judeus, deviam os historiadores ter misericórdia de mim, e tratar-me bem nos seus escritos". Capítulo VIII, 2ª parte.

31 O caráter de Sancho de ser alguém como os outros que em breve encarnará o ideal do cidadão, fica explícito em sua autodefinição: "Mas digam o que quiserem; nu nasci e nu me encontro; nem ganho nem perco". Capítulo VIII, 2ª parte. Sobre Sancho como membro de uma confraria, Weiner (2009: 80).

32 Ver, sobretudo, o Capítulo LIIII, 2ª parte e Márquez Villanueva (2010: 226-227).

uma teoria do governo, já que põe na boca de um personagem marginal o seguinte: "segundo o cavaleiro da selva, nem todos os governos são iguais, os governos insulanos, nem todos são grande coisa. Há uns pobres, outros melancólicos, e, finalmente, o mais alto e melhor disposto sempre traz consigo pesada carga de pensamento e de incômodos, que põe aos ombros, e desditoso a quem coube em sorte"[33]. Longe, portanto, da intenção de Cervantes definir um cenário para uma comunidade utópica, já que o que propõe é um espaço muito relacionado com a realidade do seu tempo. Para essa ação que implica incomodidades e dores, mas que satisfaz a ambição de Sancho, *Dom Quixote* oferece uma longa letania de conselhos a seu escudeiro na presença dos duques, antes de sua partida para a ilha e, mais tarde, e já em pleno governo de Sancho, por carta.

Os conselhos que *Dom Quixote* dá a Sancho, cuja articulação com as páginas anteriores, especialmente as referentes à qualidade dos políticos no capítulo IV, é óbvia, seguem uma tradição clássica, medieval e renascentista estando inicialmente envolvidos em uma relação similar à paterno-filial[34], mas projetando, em seguida, um olhar muito mais moderno. *Dom Quixote* desempenha então um duplo papel; por um lado, é o tutor político, o político sênior preocupado e ocupado na formação do político júnior, mas por outro é um politólogo *avant la lettre* que, como ocorrera com toda a literatura dos conselheiros do príncipe do século precedente referida no capítulo I, está preocupado pela formação de quem exercerá a ação de governo e que antecipa a ideia de Harold Lasswell de prescrição no processo de formulação das políticas públicas.

É possível fazer uma tipologia com os conselhos de *Dom Quixote* com base em diferentes critérios. O primeiro agrupa os conselhos de caráter protocolar ou de urbanidade, referidos à vestimenta, à comida e ao comportamento social em geral. *Dom Quixote* incentiva Sancho a certa frugalidade e ao exercício de boas ma-

33 Capítulo XIII, 2ª parte.
34 Weiner (2009: 68).

neiras e decoro, de forma que suas recomendações tornam-se um tratado básico de boa urbanidade não estritamente ligado à ação pública, mas ao bom decoro geral[35]. Também o anima a ser cortês com os outros, de modo que lhe aconselha: "fala com pausa… não uses tantos provérbios no que falas... nunca disputes sobre linhagens… escreve a teus senhores e mostra-te agradecido"[36]. E, por último, o conselho que, em termos pessoais, envolve uma evidente intenção meritocrática[37], muito moderno para a época e que faz referência à necessidade de saber ler e escrever em uma época em que apenas uma reduzida porcentagem da população sabia sequer assinar[38].

O segundo critério para classificar os conselhos de *Dom Quixote* relaciona-se com o comportamento estratégico que Sancho deve adotar, de uma perspectiva íntima, que leva ao autocontrole[39], mas cuidando também sua imagem pública[40]. Cervantes termina esse trecho com uma recomendação doméstica, relativa à mulher e aos criados de Sancho, parte fundamental desta imagem, que abre caminho para toda a discussão existente em nossos dias sobre a relação entre os âmbitos privado e público dos políticos[41].

35 "Ireis vestido, em parte como letrado e em parte como capitão… veste-te bem, que um pau enfeitado já não parece um pau… que sejas asseado e que cortes as unhas… não andes, desapertado e frouxo… anda devagar… quando montares a cavalo, não deites o corpo para trás, nem leves as pernas tesas, estiradas e desviadas da barriga do cavalo, nem te desmanches tanto que pareça que vais no ruço, que o montar a cavalo a uns faz cavaleiros e a outros cavalariços. …; não comas alhos nem cebolas... come pouco e janta menos… sê moderado no beber… não comer a dois carrilhos e não arrotar diante de ninguém … Seja moderado teu dormir…" Capítulos XLII y XLIII , 2ª parte.

36 Capítulo XLII, 2ª parte.

37 Cervantes brinca com a parodia de um lavrador que fracassa como governador, mas também mostra uma Espanha baseada na meritocracia, e parece evidente que simpatiza com a democracia, já que. em caso contrário, não teria apoiado o conceito de um governador camponês, como Sancho, nem o teria mostrado superior aos duques e, por insinuações, a muitos outros nobres espanhóis. Weiner (2009: 30, 40 e 52).

38 *Dom Quixote* diz: "que mal que fica aos governadores não saberem ler nem escrever, porque o não saber um homem ler, ou ser canhoto, indica uma de duas coisas: ou que teve nascimento humilde e baixo, ou que foi tão travesso e tão mau, que lhe não pôde entrar na cabeça o bom costume nem a boa doutrina. Grande falta é a que levas contigo, e, assim, desejaria que ao menos aprendesses a assinar". Capítulo XLIII, 2ª parte.

39 "Hás de temer a Deus… põe os olhos em quem és, procurando conhecer-te a ti mesmo… De conhecer-te resultará o não inchares…" Capítulo XLII, 2ª parte.

40 "Faz gala da humildade da tua linhagem, Sancho, e não te desprezes ao dizer que és filho de lavradores; porque, vendo que não te envergonhas, ninguém se porá a envergonhar-te; preza-te mais de ser humilde virtuoso do que pecador soberbo…" Capítulo XLII, 2ª parte, e "Não te mostres cobiçoso (ainda que porventura o sejas, o que não creio), nem mulherengo, nem glutão, porque em o povo sabendo o teu fraco, por aí te hão de bombardear, até te derribarem nas profundas da perdição." Capítulo XLIII, 2ª parte.

41 "Se levares tua mulher contigo (porque não é bem que os que governam por muito tempo estejam sem as suas mulheres), ensina-a, doutrina-a e desbasta-lhe a natural rudeza … Toma discretamente o pulso ao que pode render o teu ofício, e se chegar para dares libré aos teus criados, dá-lha honesta e provei-

Finalmente, encontram-se os conselhos sobre o exercício do governo em si, cujo significado considero mais relevante. O primeiro bloco deles refere-se à tarefa de distribuir justiça, com conselhos que se caracterizam pelo predomínio da comiseração, em um mundo duro, hierárquico e no qual as diferentes autoridades, desde o rei até a igreja, impõem seus desígnios inflexivelmente[42]; a equidade impessoal em uma sociedade de massas camponesas e plebeus à procura de um novo papel na história[43]; e a humanidade como guia supremo do comportamento individual e social[44].

O segundo bloco de conselhos de *Dom Quixote* a Sancho com respeito a seu governo é transmitido por carta[45], uma vez que este já está em seu destino, e mostra um componente mais político, pois, segundo explica, sua atuação está baseada na busca permanente da legitimidade, através de conquistar a vontade do povo, e da eficácia, dois aspectos que Cervantes relaciona de maneira muito weberiana. *Dom Quixote* afirma: "para ganhar as vontades do povo que governas, entre outras coisas, duas hás de fazer: a primeira ser bem-criado com todos, e isso já eu to recomendei; a outra, procurar que haja abundância de mantimentos, porque não há coisa que mais fatigue o coração dos pobres do que a fome e a carestia". Isto vem acompanhado por três tipos de atuação muito diferentes, mas que estão nitidamente definidos; o primeiro, de tipo administrativo realista, mostra grandes doses de pen-

tosa, antes do que vistosa e bizarra, e reparte-a pelos criados e pelos pobres, quero dizer que, se hás de vestir seis pajens, veste só três, e veste também três pobres, e assim terás pajens para o céu e para a terra". Capítulo XLII, 2ª parte.

42 "Achem em ti mais compaixão as lágrimas do pobre, mas não mais justiça, que as queixas dos ricos… Quando se puder atender à eqüidade, não carregues com todo o rigor da lei no delinqüente, que não é melhor a fama do juiz rigoroso que do compassivo… se dobrares a vara da justiça, que não seja ao menos com o peso das dádivas, mas sim com o da misericórdia". Capítulo XLII, 2ª parte.

43 "Quando te suceder julgar algum pleito de inimigo teu, esquece-te da injúria e lembra-te da verdade do caso. Não te cegue paixão própria em causa alheia, que os erros que cometeres, a maior parte das vezes serão sem remédio, e, se o tiverem, será à custa do teu crédito e até da tua fazenda. Se alguma mulher formosa te vier pedir justiça, desvia os olhos das suas lágrimas e os ouvidos dos seus soluços, e considera com pausa a substância do que pede, se não queres que se afogue a tua razão no seu pranto e a tua bondade nos seus suspiros".

44 "A quem hás de castigar com obras, não trates mal com palavras, pois bem basta ao desditoso a pena do suplício, sem o acrescentamento das injúrias. Ao culpado que cair debaixo da tua jurisdição, considera-o como um mísero, sujeito às condições da nossa depravada natureza, e em tudo quanto estiver da tua parte, sem agravar a justiça, mostra-te piedoso e clemente, porque ainda que são iguais todos os atributos de Deus, mais resplandece e triunfa aos nossos olhos o da misericórdia que o da justiça".

45 Capítulo LI, 2ª parte.

samento burocrático moderno que antecipam a noção de eficácia e eficiência: "não faças muitas pragmáticas, e, se as fizeres, procura que sejam boas, e, sobretudo, que se guardem e se cumpram; que as pragmáticas que se não guardam é o mesmo que se não existissem; antes mostram que o príncipe, que teve discrição e autoridade para as promulgar, não teve valor para fazer com que se cumprissem, e as leis que atemorizam e não se escutam, vêm a ser como o cepo, esse rei das rãs, que ao princípio as espantou e depois o menosprezaram e subiram por sobre ele." A segunda forma de atuar incorpora a ética pública: "sê pai das virtudes, e padrasto dos vícios. Não te mostres sempre rigoroso, nem sempre brando, e escolhe o meio termo entre esses dois extremos, que aí é que bate o ponto da discrição.". E, finalmente, a terceira confere um toque de atuação de viés claramente populista e habitualmente necessário no atuar do político: "visita os cárceres, os açougues e as praças, que a presença do governador em tais lugares é de muita importância; consola os presos que esperam brevidade no seu despacho; assusta os carniceiros, que por essa ocasião não roubam no peso, e da mesma forma serve de espantalho às regateiras das praças.". Todos esses elementos concedem a esse grupo de conselhos um caráter extremamente moderno, da perspectiva da Ciência Política, e mostram o proceder de um político novo muito diferente do que se mostrava no capítulo I sustentado por Maquiavel, Guicciardini ou Erasmo quase um século antes. Cervantes rompe com o Renascimento e abre o caminho de um político que procura combinar legitimidade e eficácia com instrumentos adequados de ação.

Outro trecho desse epílogo que merece especial atenção fala da atuação de Sancho na ilha e mostra o encontro de um político com a política real. Quando ele chega a seu ansiado destino são poucas as ideias concretas que tem, além da ambição pela qual, como mencionamos, é consumido. Seu programa explícito de atuação se reduz a atacar os males considerados como tais a partir de sua posição e perspectiva social e a reafirmar, como não podia deixar de ser naquela época, a ordem religiosa,

ainda mais porque para Cervantes havia a ameaça de ser considerado converso. Por conseguinte, Sancho assegura[46], em primeiro lugar, que "é minha intenção limpar esta ilha de todo o gênero de imundícies e de gente vagabunda e ociosa; porque deveis saber, meus amigos, que isto de vadios e de mandriões são na república o mesmo que os zangãos nas colmeias, que comem o mel que as abelhas trabalhadoras fabricam". Em segundo lugar, afirma: "penso favorecer os lavradores, guardar as suas proeminências aos fidalgos, premiar os virtuosos", concluindo, "e, sobretudo, honrar os religiosos e respeitar a religião". Cervantes apresenta, portanto, um conteúdo realmente pobre para a tarefa de Sancho, de propósitos claramente imediatos e despreocupados por sua falta de perspectiva. Parece que os princípios programáticos grandiloquentes, uma vez confrontados com a realidade cotidiana, são reajustados para funcionar na mesma e projetar políticas de muito menor impacto, mas que Cervantes, como "comissário de abastos", conhece muito bem[47]. Trata-se, em termos modernos, da relação entre o ciclo eleitoral e as políticas de curto prazo, na qual intercede um observador mais informado sobre o que realmente está acontecendo. Por outra parte, a declaração explícita de ser um cristão velho é uma evidente constatação da fervorosa e comum crença na vantagem da limpeza do sangue velho[48].

A passagem de Sancho pela ilha é muito breve, dez dias apenas, e Cervantes não faz senão enumerar[49] as ordenanças de bom governo implantadas por Sancho, que constituiriam o elenco de políticas públicas realizadas, as quais chegariam a conformar o resumido pelo autor, muito ironicamente, como um conjunto ordenado por Sancho de "coisas tão boas, que ainda hoje se guardam naquele lugar e se chamam — as constituições do grande governador Sancho Pança". Os resultados da administração de Pança ficaram estabelecidos em cinco medidas muito precisas, que poderiam ter sido mais adequadas aos interesses imediatos dos camponeses:

46 Capítulo XLIX, 2ª parte.
47 O comportamento de Sancho como governador é uma ironia contra os duques. Weiner (2009: 68).
48 Weiner (2009: 7).
49 Capítulo LI, 2ª parte.

"Moderou o preço de todo o calçado, principalmente dos sapatos, por lhe parecer que corria com exorbitância; pôs taxa nos salários dos criados, que seguiam à rédea solta pelo caminho do interesse; pôs gravíssimas penas aos que cantassem cantigas lascivas ou descompostas, quer de noite quer de dia. Ordenou que nenhum cego cantasse milagres em coplas, a não trazer testemunhos autênticos de serem verdadeiros, por lhe parecer que a maior parte do que os cegos cantam são fingidos, e prejudicam os outros. Criou um aguazil de pobres, não para os perseguir, mas para examinar se o eram, porque à sombra de aleijão fingido, ou de chaga falsa, andam ladrões os braços e bêbeda a saúde".

Sancho Pança abandona a ilha afirmando algo que o acompanhará no futuro e que resume sua autocrítica: "não toquei direito nem levei suborno"[50], além disso, já acha o poder "as torres da ambição e da soberba"[51] e fala com o mordomo, o secretário, o mestre dos criados, Pedro Recio, o doutor, e muitos outros, em termos que traduzem sua amarga derrota, mostram recolhimento e autocompaixão e usa palavras que podem ser encontradas nas declarações de políticos demissionários da nossa época: "abri caminho, senhores meus, e deixai-me voltar à minha antiga liberdade; deixai-me ir buscar a vida passada, para que me ressuscite desta morte presente". A volta à realidade é muito dura e mais ainda ter que aceitar a ordem preestabelecida que, ele pensava, podia ter eludido: "eu não nasci para ser governador, nem para defender ilhas nem cidades dos inimigos que as quiserem acometer. Entendo mais de lavrar, de cavar, de podar e de pôr bacelos nas vinhas, do que de dar leis ou defender províncias nem reinos. Bem está S. Pedro em Roma; quero dizer: bem está cada um, usando do ofício para que foi nascido…" Sancho culmina seu parlamento reivindicando pelo menos sua saída honesta que, ironicamente, é o verdadeiro reconhecimento de seu fracasso: "fiquem Vossas Mercês com Deus, e digam ao duque, meu senhor, que nasci nu, nu agora estou, e não perco nem ganho;

50 Capítulo LI, 2ª parte.
51 Capítulo LIII, 2ª parte.

quero dizer: que sem mealha entrei neste governo, e sem mealha saio, muito ao invés do modo como costumam sair os governadores de outras ilhas…"[52].

No desenlace preponderam, portanto, um profundo sentimento de decepção e uma amarga frustração que aumentam ainda mais ao longo da conversação que Sancho mantém com Ricote pouco depois. A pergunta de Ricote sobre o que ganhou na ilha é respondida por Sancho, que repete seus argumentos anteriores, mas de maneira mais contundente: "ganhei conhecer que não sirvo para governar, a não ser um rebanho de gado[53], e que as riquezas que se ganham em tais governos se alcançam à custa de perder o descanso e o sono, e até o sustento", ao que Ricote responde com certa surpresa: "não te entendo, Sancho, e parece-me que tudo quanto dizes é um disparate; quem te havia de dar a ti ilha para governares? Faltava homens mais hábeis do que tu para governadores?" Cervantes fecha a cena magistralmente, com um breve: "cala, Sancho"[54]. E abre uma pergunta implícita que não responderá diretamente, quem são os homens mais hábeis para governadores?

As sequelas do governo de Sancho terminam com o discurso que dá aos duques, como relatório, e que resume os argumentos anteriores, terminando com sua expressa demissão. A intervenção de Sancho começa com o reconhecimento diante dos duques da origem do poder conferido: "senhores: porque assim o quis a vossa grandeza, sem nenhum merecimento fui governar a vossa ilha Barataria", informa genericamente sobre o realizado, "aclarei dúvidas, sentenciei pleitos", resume graficamente a forma em que deixa a ilha, "onde entrei nu, e nu de lá saio: não perco nem ganho" e deixa a juízo de outros a apreciação de seu governo, "se governei bem ou mal, testemunhas tive de tudo, que dirão o que quiserem"[55].

A fórmula que usa Sancho para comunicar sua demissão aos duques é pro-

52 Capítulo LIII, 2ª parte.
53 É preciso constatar a contradição existente, reflexo do estado de ânimo, entre essa afirmação concreta: "servir para governar um rebanho de gado" com a dita em plena euforia, depois de sua nomeação como governador, relativa ao bom de mandar "ainda que seja um rebanho de gado".
54 Capítulo LIIII, 2ª parte.
55 Capítulo LV, 2ª parte.

tocolar e não revela, provavelmente por orgulho, nenhuma das desgraças que ele antes havia contado, limitando-se a dizer: "enfim, neste tempo todo, pude tentear os encargos e as obrigações que o governar traz consigo, e entendi que os meus ombros não podiam com a carga, nem eram peso para as minhas costelas, nem frechas para a minha aljava; e assim, antes que o governo desse em terra comigo, dei eu com o governo em terra, e ontem pela manhã deixei a ilha como a encontrei, com as mesmas ruas, casas e telhados que tinha à minha chegada. Não pedi emprestado a ninguém, nem me meti em negócios rendosos; e, ainda que tencionava fazer algumas ordenações proveitosas, não fiz nenhuma, receoso de que se não guardassem, que, para isso, tanto monta fazê-las como não as fazer... Assim, portanto, duque e duquesa, meus senhores, aqui está o vosso governador Sancho Pança, que, nestes dez dias de governo, só lucrou o ficar sabendo que não serve de nada ser governador de uma ilha, nem governador do mundo inteiro; e com isto os não enfado mais, e, beijando os pés a Vossas Mercês, dou um pulo do governo abaixo, e passo para o serviço de meu amo *Dom Quixote*".

Possivelmente, o melhor resumo do acontecido em Barataria para Cervantes esteja na breve conversação mantida por *Dom Quixote* e Sancho, na qual aquele diz a este: "se o governador sai rico do seu governo, dizem que foi ladrão, e, se sai pobre, dizem que foi tolo. — Com certeza — respondeu Sancho — que, desta vez, hão de ter-me antes por tolo, que por ladrão"[56]. Afirmação que não poderia exemplificar com mais claridade a opinião tida sobre o político na cultura espanhola e latino-americana desde aqueles tempos, e que pesa sobre qualquer consideração e formação de juízo que se faça com respeito à profissionalização da política.

56 Capítulo LV, 2ª parte.

Biibliografia

Textos acadêmicos

Adler Lomnitz, Larissa; Marisol Pérez Lizaur e Rodrigo Salazar Elena (2007). "Globalización y nuevas elites en México". Em Peter Birle, Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold y Barbara Potthast (eds.) *Elites en América Latina.* Madrid: Iberoamericana-Vervuert, pp. 143-168.

Adoum, Jorge Enrique (2000). *Ecuador: señas particulares*. Quito: Eskeletra.

Agüera Ibáñez, Roberto Enrique (2006). *Liderazgo y compromiso social.* México: Miguel Ángel Porrúa.

Aguilera, Carolina e Claudio Fuentes (2011). "Elites y asesoría experta en Chile: comisiones y políticas públicas en el gobierno de Bachelet". Em Alfredo Joignant y Pedro Güell (eds.) *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 127-151.

Ahlquist, John S. e Margaret Levi (2011). "Leadership: What it Means, What It Does and What We Want to Know About It". *American Review of Political Science*, 14, pp. 1-24.

Alcántara, Manuel (1993). "Cuando hablamos de ciencia política, ¿de qué hablamos?". *Revista Mexicana de Sociología*. 4/93. Universidad Nacional Autónoma de México. Pp.: 147-178.

Alcántara, Manuel (1995). *Gobernabilidad, crisis y cambio: elementos para el estudio de la gobernabilidad de los sistemas políticos.* México: Fondo de Cultura Económica

Alcántara, Manuel (2003). *Sistemas políticos de América Latina*, vol. I. Madrid: Tecnos.

Alcántara, Manuel (2004). *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos,* ICPS, Barcelona (2006). México: Guernika.

Alcántara, Manuel (ed.) (2008) *Politicians and Politics in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner Pub.

Almaraz, María Gabriela (2010). "Ambición política por la reelección en las provincias argentinas". *Revista SAAP*. Buenos Aires, vol. 4, n. 2, pp. 191-226.

Almond, Gabriel A. e G. Bingham Powell (1966). *Comparative Politics: a developmental approach*. Boston: Little Brown.

Almond, Gabriel A. e G. Bingham Powell (1978). *Comparative Politics: System, Process and Policy*. Boston: Little Brown.

Almond Gabriel e Sidney Verba (1963). *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press.

Altamirano, Xavier (2011). "Professionalization of Legislators in the Chilean Post-Authoritarian Democracy: Communication Strategies in a Changing Enviroment". Comunicação apresentada na 6ª Conferência Geral do ECPR. Reykjavik, 25-27 de agosto.

Altman, David e Aníbal Pérez Liñán (2002): "Assessing the quality of democracy: freedom, competitiveness and participation in eighteen Latin American countries". *Democratization,* vol. 9, n. 2. pp. 85-100.

Álvarez García, Marcos (ed.) (2007). *Líderes políticos del siglo XX en América Latina.* Santiago de Chile: LOM Ediciones.

Amado, Fernando (2008). *Em penumbras. La masonería uruguaya (1973-2008)*. Montevideo: Fin de Siglo.

Amado, Fernando (2009). *El peso de la cruz. Opus Dei en Uruguay.* Montevideo: Sudamericana.

Anderson, Leslie E. e Lawrence C. Dodd (2005). *Learning Democracy. Citizen Engagement and Electoral Choice in Nicaragua, 1990-2001.* Chicago: The University of Chicago Press.

Anderson, Lisa (2010). "The expresidents". *Journal of Democracy*, vol. 21, n. 2, pp. 64-78.

Anduiza Perea, Eva (1999). *¿Individuos o sistemas?: las razones de la abstención en Europa Occidental.* Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Arendt, Hannah (1959). *The Human Condition*. New York. Doubleday.

Arendt, Hannah (1961). *Between Past and Future: eight exercises in Political Thought*. New York: The Viking Press.

Argueta, Mario R. (2009). Ramón Villeda Morales. *Luces y sombras de una primavera política.* Tegucigalpa: Editorial Guaymuras.

Aristóteles [1981]. *La política.* Madrid: Editora Nacional.

Avelar, Lúcia (2001). *Mulheres na elite politica brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora de UNESP.

Azpuru, Dinorah (2002). "El liderazgo político en Guatemala: un proceso de reconstrucción y redefinición". Em: Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina.* Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, p. 45-82.

Bailey, Jeremy D. (2007). *Thomas Jefferson and Executive Power*. Cambridge:

Cambridge University Press.
Barber, James D. (1965). *The Lawmakers.* New Haven: Yale University Press.
Barranco Saiz, Francisco Javier (2010). *Marketing político y electoral.* Madrid: Pirámide-ESIC.
Barrow, R. H. (1952). *Los romanos.* México. Fondo de Cultura Económica, 2ª edición.
Bartels, Larry M. (2002). "The Impact of Candidate Traits in American Presidential Elections".Em Anthony King (2002) (ed.) *Leader's Personalities and the Outcomes of Democratic Elections.* New York: Oxford University Press, pp. 44-69.
Bauman, Zygmunt (2003). *Modernidad Líquida.* México: Fondo de Cultura Económica.
Beck, Ulrich (2002). *La sociedad del riesgo global.* Madrid: Siglo Veintiuno de España.
Bermeo, Nancy (2003). Ordinary People in Extraordinary Times. *The Citizenry and the Breakdown of Democracy.* Princeton: Princeton University Press.
Bermeo, Nancy (2003a). "Ministerial Elites in Southern Europe: Continuities, Changes and Comparison". Em Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto y Nancy Bermeo (eds). *Who Governs Southern Europe? Regimen Change and Ministerial Recruitment 1850-2000.* London: Frank Cass, pp. 205-227.
Bernays, Edward L. (1928). *Propaganda.* New York: H. Liveright.
Besley, Timothy (2004). "Paying Politicians: Theory and Evidence". *Journal of the European Economic Association*, 2 (2-3), p. 193-215.
Best, Heinrich e Maurizio Cotta (eds.) (2000) Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. *Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.* Oxford: Oxford University Press.
Birle, Peter; Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold e Barbara Potthast (eds.) (2007). *Elites en América Latina.* Madrid: Ibveroamericana-Vervuert.
Blank, Robert H. (1999). *Brain Policy: How the New Neuroscience Will Change our Lives and our Politics*. Washington D.C: Georgetown University Press
Blank, Robert H. e Samuel H. Hines Jr. (2001). *Biology and Political Science.* London: Routledge.
Blondel, Jean (1980). World Leaders. *Heads of Government in the Postwar Period*. London: Sage.
Blondel, Jean e Jean Louis Thiebault (eds.) (2010). Political Leadership, Parties and Citizens. *The Personalization of Leadership*. London: Routledge.
Bodino, Juan [1575]. *Los seis libros de la República.* Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. Edición y estudio preliminar por José Luís Bermejo Cabrero (1992).

Bondanella, Peter E. (1976). *Francesco Guicciardini.* Boston: Twayne Publishers

Borchert, Jens (2003). "Professsional Politicians: Towards a Comparative Perspective".Em Jens Borchert y Jürgen Zeiss (eds.) *The Political Class in Advanced Democracias.* Oxford: Oxford University Press, pp. 1-25.

Borchert, Jens. (2004) Imagining Politicians: The Theory of Democracy Meets the Sociology of Professions. Comunicação apresentada no Congresso de APSA, Chicago, 2-5 de setembro.

Borchert, Jens. (2008) "Political Professionalism and Representative Democracy: Common History, Irresolvable Linkage, and Inherent Tensions". Em Kari Palonen, Tuija Pulkkinen, & José María Rosales (eds.) *Ashgate Research Companion to the Politics of Democratization in Europe: Concepts and Histories*, Burlington: Ashgate Publishing Company, pp. 267-284

Borchert, Jens (2009). "'They Ain't Making Elites Like They Use To': The Never Ending Trouble with Democratic Elitism". *Comparative Sociology*. 8, pp. 345-363.

Borchert, Jens (2011). "Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-Level Systems". *Regional and Federal Studies: 21*, pp. 117-140.

Bosch, Juan (1970). *Composición social dominicana*. Santo Domingo: Editora Alfa & Omega.

Bosch, Juan (1989). El PLD. *Un partido nuevo en América*. Santo Domingo: Editora Alfa & Omega.

Botella, Joan; Juan Rodríguez Teruel; Oscar Barberá e Astrid Barrio (2011). "Las carreras políticas de los jefes de gobierno regionales en España, Francia y el Reino Unido (1980-2010)". *Revistas Española de Investigaciones Sociológicas*. 133, pp. 3-20.

Botero, Felipe (2010). *Ambitious Career-Seekers: An Analysis Of Career Decisions And Duration In Latin America*. Ph.D. Dissertação. University of Arizona.

Bourdieu, Pierre (1989). La *noblesse d'état*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minut.

Bourdieu, Pierre (2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions Fayard.

Bryce, James (1888). *The American Commonwealth*, vol. II. London: McMillan.

Burns, James MacGregor (1978). *Leadership*. New York: Harper & Row.

Burton, Michael; Richard Gunther e John Higley (1992). "Introduction: elite transformation and democratic regimes". Em John Higley e Richard Gunther (eds.) *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

Button (2008). *Contract, culture and citizenship: transformative liberalism from Hobbes to Rawls.* University Park, Pennsylvania State University Press.

Cabezas, Lina (2012). *La profesionalización de las elites parlamentarias en Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú*. Tese de doutorado. Universidad de Salamanca.

Cacioppo, John D. e Penny S. Visser (2003). "Political Psychology and Social Neuroscience: Strange Bedfellows or Comrades in Arms". *Political Psychology*, 24.4, pp. 647-656.

Caldera, Rafael (1963). *Políticos y técnicos*. Caracas: Fracción parlamentaria del partido socialcristiano Copei.

Caldwell, Lynton K. (1986). "Biocracy: the irrepressible influence of Biology on Politics".Em Elliott White y Joseph Losco (eds.). *Biology and Bureaucracy. Public Administration and Public Policy from the Perspective of Evolutionary, Genetic and Neurobiological Theory.* Lanham: University Press of America, pp. 3-42.

Camerlo, Marcelo; Octavio Avendaño e Sebastián Linares (2011). "Where are they coming from? Where are they going? Career Patterns of Latin American Ministers". Comunicação apresentada na 6ª Conferência Geral do ECPR. *Reykjavik*, 25-27 de agosto.

Camp, Roderic A, (1980). *Mexico's Leaders: Their Education and Recruitment*. Tucson: University of Arizona Press.

Camp, Roderic A, (1995). *Mexican Political Biographies, 1935-1993*. Austin: University of Texas Press.

Campbell, Colin e Donald Naulls (1987) "Policy Makers and Facilitators: The Boundaries Between Two Bureaucratic Roles". Em Harold D. Clarke y Moske M. Czudnowski (eds.) *Political Elites in Anglo-American Democracies.* Changes in Stables Regimes. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 47-106.

Carizo, Carla (2002). "Presidentes, partidos y dirigencia política en Argentina: del gobierno de partido al gobierno competitivo (1983-2000). Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina*. Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, p. 241- 304.

Carmen, Ira H. (2007). "Genetic Configurations of Political Phenomena: New Theories, New Methods". *The Annals. AAPSS*. Vol. 614, pp. 34-55.

Carrithers, David W. (2009). "Democratic and Aristocratic Republics: Ancient and Modern". Em Rebecca E. Kingston (ed.) *Montesquieu and His Legacy*. Albany: Suny Press, pp. 109-158.

Castells, Manuel (1997). *La era de la información: economía, sociedad y cultura,* vol. I. *La sociedad red*. Madrid: Alianza.

Castells, Manuel (2009). *Communication Power. Oxford: Oxford University Press*. Tradução para o espanhol publicada em Madrid: Alianza (2009).

Castiglione, Baldassare. [1528] *Il cortigiano*. Tradução de Juan Boscán para o espanhol em 1561.

Castillo de Bovadilla, Jerónimo [1597]. *Política para corregidores, y señores de vasallos, en tiempo de paz, y de guerra*. Edición de 1978 del Instituto de Estudios de Administración Local. Madrid. Por sua vez, é reproduzida a edição de Juan Bautista Verduffen, de Amberes, 1704.

Castro, Juan E. e Nicholas Birns (2010). *Vargas Llosa and Latin American Politics.* Palmgrave.

Centeno, Miguel Angel y Patricio Silva (eds.) (1998) *The Politics of Expertise in Latin America*. New York: St. Martin's Press.

Centro de Documentación Andina (1989). *Políticos peruanos: palabras, palabras, palabras*. Lima: Promotores y consultores andinos.

Chasquetti, Daniel (2010). *Parlamento y carreras legislativas en Uruguay: Un estudio sobre reglas, partidos y legisladores en las Cámaras*. Tese de doutorado. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República.

Chang-Rodríguez, Eugenio (2007). *Una vida agónica*. Víctor Raúl Haya de la Torre. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú.

Clarke, Harold D. e Allan Kornberg (1983). "On Cronysm: Recruitment and Careers in Local Party Organizations in The United States and Canada". Em Moshe M. Czudnowski (ed.) *Political Elites and Social Change. Studies of Elite Roles and Attitudes*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 102-130.

Close, David (2005). *Los años de Doña Violeta.* Managua: Lea Grupo Editorial.

Collier, Xavier (2008). "El sesgo social de las elites políticas. El caso de la España de las autonomías (1980-2005)". *Revista de Estudios Políticos*. Madrid, 141, pp. 133-157.

Connolly, William E. (2002). *Neuropolitics. Thinking, Culture, Speed*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Cordero Vega, Rodrigo e Robert L. Funk (2011). "La política como profesión. Cambio partidario y transformación social de la elite política en Chile, 1961-2006". *Política y Gobierno*. México: CIDE, XVIII.1, pp. 39-71.

Cossio del Pomar, Felipe (1977). *Víctor Raúl: Biografía de Haya de la Torre*. Lima: Editorial Cultural.

Costa, Olivier e Eric Kerrouche (2007). *Qui sont les députés français? Enquête sur des élites inconnues.* Paris: Presses de Sciences Po.

Cotta, Maurizio e Heinrich Best (2010). "Between Professionalization and Democratization: A Synoptic View on the Making of the European Representative".Em Heinrich Best y Maurizio Cotta (eds.) (2000)

Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. *Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. Oxford: Oxford University Press, p. 493-526.

Crozier, Michel; Samuel P. Huntingon e Joji Watanuki (1975) *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission.* New York: New York University Press.

Cuenca Toribio, José Manuel (2003). *La oratoria parlamentaria española.* Una antología. Madrid: Boletín Oficial del Estado.

Czudnowski Moshe E. (1983) "Towards a second Generation of Empirical Elite and Leadership Studies".Em Moshe M. Czudnowski (ed.) *Political Elites and Social Change. Studies of Elite Roles and Attitudes.* DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 243-255.

Dahl, Robert A. [1961]. Who Governs? Democracy and Power in an American City. New Haven: Yale University Press. Hay traducción al castellano (2010). *¿Quién gobierna? Democracia y poder en una ciudad estadounidense.* Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Dahl, Robert A. [1971]. Poliarchy; participation and opposition. New Haven: Yale University Press. Hay traducción al castellano (2009). *La poliarquía: participación y oposición.* Madrid: Tecnos.

D'Alessandro, Martín (2009). "Liderazgo politico".Em Luís Aznar y Miguel de Luca (cords.) Política, cuestiones y problemas. Buenos Aires: Emecé, pp. 303-336.

Dallmayr, Fred (2009). "Montesquieu's Persian Letter. A timely Classic".Em Rebecca E. Kingston (ed.) *Montesquieu and His Legacy.* Albany: Suny Press, p. 239-258.

D'Ans, André-Marcel (1997). Honduras. *Difícil emergencia de una nación, de un Estado.* Tegucigalpa: Renal Vídeo Producción. 7ª edición [2009].

Dargent Bocanegra, Eduardo (2009). *Demócratas precarios. Élites y debilidad democrática en el Perú y América Latina.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Dávila, Mireya (2011). "Tecnocracia y política en el Chile postautoritario (1990-2010)".Em Alfredo Joignant y Pedro Güell (eds.) *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 23-47.

Davidson-Schmich, Louise K. (2006). *Becoming Party Politicians. Eastern German State Legislators in the Decade following Democratization*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

Delamaza, Gonzalo (2011). "Elitismo democrático, líderes civiles y tecnopolítica en la reconfiguración de las elites políticas". Em Alfredo Joignant y Pedro

Güell (eds.) *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010)*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 77-108.

De Raadt, Jasper (2009). Contested Constitutions. *Constitutional Design, Conflict and Change in Post-Communist East Central Europe.* Enschede: Ipskamp Drukkers. Tese doutoral.

Denzau, Arthur T. e Douglass C. North (2000). "Shared Mental Models: Ideologies and Institutions".Em Arthur Lupia, Mathew D. McCubbins y Samuel L. Popkin (eds.) *Elements of Reason, Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 23-46.

Deutsch, Kart W. (1963). *The Nerves of Government: Models of Political Communication and Control.* Londres: Free Press of Glencoe.

Dewan, Torun e David P. Myatt (2008). "The Qualities of Leadership: Direction, Communication, and Obfuscation". *American Political Science Review*, 102, 3, pp. 351-368.

Diamond, Larry, Jonathan Hartlyn y Juan J. Linz (eds.). (1999). *Democracy in developing countries. Latin America.* Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Diamond, Larry e Leonardo Morlino (2005a). "Introduction".Em Larry Diamond y Leonardo Morlino (eds.) (2005). *Assesing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Diamond, Larry e Leonardo Morlino (eds.) (2005). *Assesing the Quality of Democracy.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Díaz Martínez, Eva María (2000). "Estudio preliminar, ediciones y notas" Em *Francisco de Quevedo. Discurso de las privanzas.* Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, pp. 19-194.

DiRenzo, Gordon J. (1967) "Professional Politicians and Personality Structures". *The American Journal of Sociology*, vol. 73, n. 2, pp. 217-225.

Dobuzinskis, Laurent (1987). The Self-Organizing Polity. *An Epistemological Analysis of Political Lif*e. Boulder: Westview Press.

Dogan, Mattei (ed.) (1989). *Patways to Power. Selecting Rulers in Pluralist Democracies*. Boulder: Westview Press.

Dogan, Mattei (2005a). "Introduction: Political Mistrust as a Worldwide Phenomenon". Em Mattei Dogan (ed.) *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians*. Leiden: Bril, pp. 1-8.

Dogan, Mattei (2005b). "Erosion of Confidence in Thirty European Democracies". Em Mattei Dogan (ed.) *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians.* Leiden: Bril, pp. 11-54

Dogan, Mattei e John Higley (1998). "Elites, Crises, and Regimes in Comparative Analysis". Em Mattei Dogan e John Higley (eds.) *Elites, Crises, and the*

Origins of Regimes. Lanham: Rowmaan & Littlefield Publishers, p. 3-28.

Dortier, Jean-François (dir.) (2011). *Le cerveau et la pensée. Le nouvel âge des sciences cognitives*. Paris: Édtions Sciences Humaines. Coll. "Ouvrages de synthèse".

Dovi, Suzanne Lyn (2007). *The good representative*. Malden: Blackwell Publishing.

Downs, Anthony [1957]. *An Economic Theory of Democracy.* New York: Harper and Row. Há uma tradução em espanhol (1973) *Teoría económica de la democracia.* Madrid: Aguilar.

Dunn, John (1999). "Situating Democratic Polical Accountability". Em Adam Przeworski, Susan C. Stokes y Bernard Manin (eds.) (1999). *Democracy, Accountability and Representation.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 329-344.

Durand, Francisco (2010). "Empresarios a la presidencia". *Nueva Sociedad*, 225, pp. 68-85.

Duverger, Maurice (1974). *La monarchie républicaine*. Paris: Éditions Robert Laffont.

Easton, David (1953). *The Political System: an Inquiry into the State of Political Science.* New York: Knopf

Easton, David (1965). *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley.

Eccles, John C. (1994). *How the Self Controls the Brain.* Berlin: Springer-Verlag.

Ehrenhalt, Alan (1991). *The United States of Ambition. Politicians, Power and the Pursuit of Office*. New York: Times Books.

Elcock, Howard (2001). *Political Leadership.* Cheltenham: New Horizons in Public Policy Series.

Eldersveld, Samuel J. (1964). *Political Parties; a Behavioral Analysis.* Chicago: Rand MacNally.

Eldersveld, Samuel J. (1989). *Political Elites in Modern Societies. Empirical Research and Democratic Theory.* Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Elguea, Javier (2008). *Razón y desarrollo. El crecimiento económico, las instituciones y la distribución de la riqueza espiritual.* México: El Colegio de México.

Erasmo, Desiderius [1516]. *The Education of a Christian Prince*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Esteban, Angel e Ana Gallego (2009). *De Gabo a Mario. El boom latinoamericano a través de sus premios nobel*. Madrid: Espasa Calpe.

Eulau, Heinz (1976). "Elite Analysis and Democratic Theory: The Contribution of Harold D. Lasswell".Em Heinz Eulau y Moshe M. Czudnowski (eds.) *Elite Recruitment in Democratic Polities. Comparative Studies Across Nations.*

New York: Sage Publications, pp. 7-28.

Fearon, James D. (1999). "Electoral Accountability and the Control of Politicians: Selecting Good Types versus Sanctioning Poor Performance".Em Adam Przeworski, Susan C. Stokes y Bernard Manin (eds.) (1999). *Democracy, Accountability and Representation.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 55-97.

Fenno, Richard F. Jr. (1990). *Watching Politicians. Essays on Participant Observation.* University of California at Berkeley: IGS Press.

Fernández Bogado, Benjamín (2002). "Liderazgos en tiempos de crisis en Paraguay".Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina*. Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, pp. 215-240.

Ferraro, Agustín (2008). "Friends in High Places: Congressional Influence in the Bureaucracy in Chile". *Latin American Politics and Society*. 50, p. 101-129.

Ferraro, Agustín (2009). *Reinventando el Estado. Por una administración pública democrática y profesional en Iberoamérica*. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública.

Ferrer Benimeli, José Antonio (2009). Índices de actas de los symposia internacionales de historia de la masonería española. Zaragoza: Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española, pp. 790-797.

Fiato, R. (2008). "In a State of Flux: State Lawmakers, Legislative Professionalization, and Congressional Candidacies". Comunicação apresentada no Congresso de Northeastern Political Science Association celebrado em Boston em 14 de novembro.

Fishman, Robert (2007). "Being a Weberian After Spain's 11-14 March".Em Laurence McFalls (ed.) *Max Webers´ 'Objectivity' Reconsidered*. Toronto: University of Toronto Press, p. 261-289.

Foucault, Michel [2004]. Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-79). Paris: Gallimard, Seuil. Há tradução em espanhol: (2009) *Nacimiento de la biopolítica: curso del Collège de France (1978-79)*. Madrid: Akal.

Fowler, James H., Laura A. Baker y Christopher T. Dawes (2008) "Genetic Variation in Political Participation". Em *American Political Science Review*, 102.2, pp. 233-248.

Fowler, Linda L. (1993). "Candidate Recruitment and the Study of Congress: A Review Essay".Em Shirley William y Edward L. Lascher Jr. (eds.) *Ambition and Beyond. Career Paths of American Politicians*. Berkeley. University of California Press, pp. 71-108.

Fowler, Linda L. e Robert D. McClure (1989). *Political Ambition. Who Decides to*

Run for Congress. New Haven: Yale University Press.

Fox R. e J. Lawless (2005). "To Run or Not to Run for Office: Explaining Nascent Political Ambition". Em *American Journal of Political Science*, 49.3, pp. 642-659.

Freidenberg, Flavia e Manuel Alcántara (2001). *Los dueños del poder: los partidos políticos en Ecuador: 1978-2000*. Quito: FLACSO Equador.

Freidenberg, Flavia (2003). *Jama, caleta y camello: las estrategias de Abdalá Bucaram y del PRE para ganar las elecciones*. Quito: Corporación Editora Nacional.

Freidenberg, Flavia (2007). *La tentación populista: una vía al poder en América Latina*. Madrid: Síntesis.

Freidenberg, Flavia e Manuel Alcántara (2009). *Selección de candidatos, política partidista y rendimiento democrático.* México: Tribunal Electoral del Distrito Federal.

Funk, Carolyn L. (1996). "The Impact of Scandal on Candidate Evaluations: An Experimental Test of the Role of Candidate Traits". *Political Behavior.* 18. 1, pp.1-24.

Funk, Carolyn L. (1997). "Implications of Political Expertise in Candidate Trait Evaluations".Em *Political Research Quarterly*. Vol. 50.3, p. 675-6987.

Funk, Carolyn L. (1999). "Bringing the Candidate into Models".Em The Journal of Politics, 61.3, pp. 700-720.

Galazo, Vicenio e Tommaso Nannicini (2011). "Competing on Good Politicians". American Political Science Review. Vol. 105, nº 1, p. 79-99.

Garcé, Adolfo (2009) "Estudio marco". Em Enrique Mendizábal y Kristen Sample (coeds.) Dime a quién escuchas… *Think Tanks y partidos políticos en América Latina.* Lima: IDEA Internacional y Overseas Development Institute, pp. 23-58.

García Montero, Mercedes (2009). *Presidentes y parlamentos. ¿Quién controla la actividad legislativa en América Latina?* Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Ghaemi, Nassir (2011). *A First-rate Madness: uncovering the links between leadership and mental illness.* New York: Penguin Press.

Gilbert, Felix (1965). *Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth-century Florence.* Princeton: Princeton University Press.

Glass, James M. (1995). *Psychosis and Power: Threats to Democracy in the Self and the Group.* Ithaca: Cornell University Press.

Gómez Calcaño, Luís (2002). "Liderazgo politico en transición: el caso de Venezuela".Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina.* Río de Janeiro: Fundaçao

Konrad Adenauer, pp. 83-116.

González Alonso, Benjamin (2001). "Monarquía, ciudades, corregidores (Castilla, 1480-1523)".Em Ernest Belenguer Cebriá (ccord.) *De la unión de coronas al Imperio de Carlos V.* Vol. I. Madrid: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, p. 281-198.

Greenstein, Fred I. (1969). *Personality and Politics. Problems of Evidence, Inference and Conceptualization.* Chicago: Markham Publishing Co.

Gruber, Wilfred (1971). "Career Patterns of Mexico´s Political Elite". *The Western Political Quarterly*, vol. 24, n. 3, pp. 467-492.

Guicciardini, Francesco [1975]. *Storia d'Italia*. Milano: A. Mondadori.

Guicciardini, Francesco [2009]. *Ricordi.* Bologna: Commissione per i testi di lingua.

Guiddens, Anthony (1995). *La constitución de la sociedad: bases para la teoría de la estructuración.* Buenos Aires: Amorrortu.

Guyton, Arthur C. y Hall, John E. (1997). *Tratado de fisiología médica.* 9ª edición. McGraw Hill Interamericana.

Hall, Richard H. (1968). "Professionalization and Bureaucratization". *American Sociological Review*, Vol. 33, No. 1, p. 92-104

Hamilton, Alexander; James Madison y John Jay [1994] *El federalista.* México. Fondo de Cultura Económica. 5ª reimpressão da primeira edição em espanhol de 1943.

Hammond, Susan Web (1987). "From Staff Aide to Election: The Recruitment of U.S. Representatives".Em Harold D. Clarke y Moske M. Czudnowski (eds.) *Political Elites in Anglo-American Democracies. Changes in Stables Regimes.* DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 209-230.

Han, Hahrie; Kenneth T. Andrews; Marshall Ganz, Matthew Baggeta y Chaeyoon Lim (2011). "The Relationship of Leadership Quality to the Political Presence of Civic Association". *Perspectives on Politics*. APSA, vol. 9, nº 1, pp. 45-59.

Hartlyn, Jonathan (1998). *The Struggle for Democratic Politics in the Dominican Republic.* Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Hennessey, Timothy e Wellhofer, E. Spencer (1974). "Political Party Development: Institutionalization, Leadership Recruitment, and Behavior". *American Journal of Political Science*, vol. 18, n.1, pp. 135-165.

Herrson, Pauls S. (1997). "United Sates". Em Pippa Norris (ed.) *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 187-208.

Hibbing, John R. (1986). "Ambition in the House: Behavioral Consequences of Higher Office Goals Among U.S. Representatives". *American Journal of*

Political Science. 30. 3, pp.651-665.

Hibbing, John R. (1993). "The Career Paths of Members of Congress".Em Shirley William e Edward L. Lascher Jr. (eds.) *Ambition and Beyond. Career Paths of American Politicians.* Berkeley: University of California Press, pp. 109-137.

Hibbing, John R. e Kevin B. Smith (2007). "The Biology of Political Behavior: An Introduction". *The Annals*, 614, pp. 6-14.

Higley, John e Michael Burton (1989). "The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns". *American Sociological Review.* 54.1, pp. 17-32.

Hite, Katherine e Leonardo Morlino (2004). "Problematizing the Links between Authoritarian Legacies and 'Good' Democracy". Em Katherine Hite e Paola Cesarini (eds.) *Authoritarian Legacies and Democracy in Latin America and Southern Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, pp. 25-83.

Hobbes, Thomas [1983]. *Leviatán.* Madrid: Editora Nacional.

Jacoby, Ana (2011). "Medios de comunicación latinoamericanos: ¿quién nos informa acerca del informante? *Diálogo Político*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, n. 21, pp. 105-121.

Jaén, Esther (2006). *Cómo ser político y no morir en el intento*. Teiá (Barcelona): Ediciones Robinbook.

Jerez Mir, Miguel (1982). *Elites políticas y centros de extracción en España, 1938-1957*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Johnson, Dennis W. (2001). *No place for amateurs. How political Consultants Are Reshaping American Democracy.* New York: Routledge.

Joignant, Alfredo (2011). "Tecnócratas, *technopols* y dirigentes de partido: tipos de agentes y especies de capital en las elites gubernamentales de la Concertación (1990-2010).Em Alfredo Joignant y Pedro Güell (eds.) *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010).* Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 47-76

Joignant, Alfredo e Pedro Güell (eds.) (2011). *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010).* Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales.

Jones, Mark P., Sebastián M. Saiegh, Pablo T. Spiller e Mariano Tommasi (2002). "Amateur Legislators-Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in Federal Systems". *American Journal of Political Science*, 46, Julio, (3) pp. 656-669.

Karkoven, Lauri (2010). *The personalization of politics. A study of parliamentary democracies.* Wivenhoe Park: ECPR Press.

Katz, Milton (1966). *The Things that are Caesar´s*. New York: Alfred A. Knopf.

Kazee, Thomas A. (1994). "Ambition and Candidacy Running as a Strategic Calculation",Em Thomas A. Kazee (ed.) *Who Runs for Congress? Ambition, Context, and Candidate Emergence.* Washington: Congressional Quarterly Inc.

Keller, Suzanne (1983). "Celebrities as a National Elite".Em Moshe M. Czudnowski (ed.) *Political Elites and Social Change. Studies of Elite Roles and Attitudes*. DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 3-14.

Keohane, Nanneri O. (2005). "On Leadership".Em *Perspectives on Politics*. 3.4 pp. 705-722.

King, Anthony (2002) (ed.) *Leader's Personalities and the Outcomes of Democratic Elections.* New York: Oxford University Press

Krasa, Stefan e Mattias Polborn (2010). "Competition between Specialized Candidates". *American Political Science Review*. Vol. 104, nº 4, p. 745-765.

Lago Carballo, Antonio (1997). *América en la conciencia española de nuestro tiempo*. Madrid: Trotta.

Larimer Christopher W.; Rebbeca J. Hannagan e Kevin B. Smith (2007). "Balancing Ambition and Gender Among Decision Makers". Annals. AAPSS. Vol. 614, pp. 56-73.

Larrea, Ana María (2010). "La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contra hegemónico".Em *Los nuevos retos de América Latina: socialismo y sumak kawsay*. Quito: SENPLADES, pp. 21.

Larsen, Helge O. (2002). "Directly Elected Mayors: Democratic Renewal or Constitutional Confusion?". Em Caufield, J. and Larsen, H.O. (eds.): Local Government at the Millennium, Opladen, leske+budrich, p. 111-134.

Laski, Harold (1932). "The Personnel of the British Cabinet", en *Studies in Law and Politics*. London: Allen and Unwin, pp. 181-201.

Lasswell, Harold D. (1930). *Psychopathology and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press.

Lasswell, Harold D. (1948). *Power and Personality.* New York: Norton and Company.

Le Bon, Gustave [1985]. *Psychologie des foules*. Paris: Quadrige/PUF. A edição original é de 1895. Há tradução para o espanhol *Psicología de las masas*. Madrid: Morata, 2000

León, Carlos (2011). "El reino de la incertidumbre. Elecciones y alianzas en Fuerza Social y Gana Perú". Em Carlos Meléndez (comp.) (2011). *Anti-candidatos. Guía analítica para unas elecciones sin partidos.* Lima: Aerolíneas Editoriales S.A.C. pp. 109-148.

Levine, Daniel e José Enrique Molina (eds.) (2011). *The Quality of Democracy in Latin America.* Boulder: Lynne Rienner.

Limongi, Fernando e Argelina Figueiredo (2002). "Liderazgos políticos en la Cámara de Diputados de Brasil". Em Wilhelm Hofmeister (ed.). *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina*. Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, pp. 339-372.

Lindholm, Charles (1992) [1990]. *Carisma. Análisis del fenómeno carismático y su relación con la conducta humana y los cambios sociales.* Barcelona: Gedisa Editorial.

Linz, Juan; Pilar Gangas e Miguel Jerez (2000). "Spanish Diputados: From the 1876 Restoration to Consolidated Democracy".Em Heinrich Best e Maurizio Cotta (eds.) (2000) *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.* Oxford: Oxford University Press, pp. 371-462.

Linz, Juan J. (2007). "Conclusiones: los partidos políticos en la política democrática. Problemas y paradojas".Em José Ramón Montero, Richard Gunther e Juan J. Linz (eds.). *Partidos políticos. Viejos conceptos y nuevos retos.* Madrid: Editorial Trotta. pp. 277-305.

Lipmann, Walter (1913). *Preface to Politics*. New York: Mitchell Kennerley.

Lipset, Seymour Martin (1960). *Political man: the social bases of politics.* Garden City: Doubleday.

Lipset, Seymour Martin e Aldo Solari (eds.) (1967). *Elites in Latin America*. New York: Oxford University Press

Locke, John [1991]. *Dos ensayos sobre el gobierno civil.* Madrid: Espasa Calpe. Edición de Joaquín Abellán.

Lodola, Germán (2009). "La estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil". *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, vol. 49, nº 194.

López Varas, Miguel A. e Jaime Baeza Freer (2011). "Las elecciones chilenas de 2009-10 ¿Se derechizó el país?"Em Manuel Alcántara Sáez e María Laura Tagina (eds.). *América Latina: política y elecciones del bicentenario (2009-2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, p. 207-302

Love, Gregory (2009). "Competir y ganar: calidad de los candidatos en las elecciones legislativas de 2006 en México". *Política y Gobierno. Volumen temático*. México: CIDE, pp. 77-100.

Lozano, Wilfredo (2002). *Después de los caudillos.* Santo Domingo: Ediciones Librería La Trinitaria.

Luntz, Frank I. (1988). *Candidates, consultants, and campaigns. The style and substance of American Electioneering*. New York: Basil Blackwell.

Maestas, Cherie (2000). "Professional Legislatures and Ambitious Politicians: Policy *Responsiveness* of State Institutions". *Legislative Studies Quarterly*. XXV, 4, pp. 663-690.

Maihold, Günther (2007). "La transnacionalización de las elites en las Américas. El ascenso de los tecnócratas en Chile y México". Peter Birle, Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold e Barbara Potthast (eds.) *Elites en América Latina*. Madrid: Ibveroamericana-Vervuert, pp. 169-196.

Mainwaring, Scott; Timothy R. Scully e Jorge Vargas Cullell (2010). "Measuring Success in Democratic Governance".Em Scott Mainwaring e Timothy R. Scully (eds.) *Democratic Governance in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, pp. 11-51.

Mainwaring, Scott e Timothy R. Scully (2010). "Democratic Governance in Latin America: Eleven Lessons from Recent Experience".Em Scott Mainwaring e Timothy R. Scully (eds.) *Democratic Governance in Latin America.* Stanford: Stanford University Press, pp. 365-397.

Maquiavelo, Nicolás [1970]. *El príncipe.* Madrid: Espasa Calpe.

Maravall, José Antonio (1948). *El humanismo de las armas en don Quijote.* Madrid: Instituto de Estudios Políticos.

Maravall, José María (1999). "Accountability and Manipulation".Em Adam Przeworski, Susan C. Stokes e Bernard Manin (eds.) (1999). *Democracy, Accountability and Representation.* Cambridge: Cambridge University Press, pp.154-196.

Maravall, José María (2003). *El control de los políticos.* Madrid: Taurus.

March, James G. e Johan P. Olsen (1989). *Rediscovering Institutions: the Organizational Basis of Politics.* New York: The Free Press.

March, James G. e Thierry Weil (2005). *On leadership.* Oxford: Blackwell Publishing.

Mariana, Juan de [1599] *De rege, et regis institutione.* Toledo.

Marks, John (2008). "Michel Foucault: Biopolitics and Biology".Em Stephen Morton e Stephen Bygrave (eds.) (2008). *Foucault in an Age of Terror: Essays on Biopolitics and the Defense of Society.* New York: Palmgrave Macmillan, pp. 88-105.

Márquez, Enrique (1988). "Gonzalo N. Santos o la naturaleza del 'tanteómetro político'".Em Carlos Martínez Assad (coord.). *Estadistas, caciques y caudillos. Instituto de Investigaciones Sociales*. UNAM: México, pp. 385-394.

Márquez Villanueva, Francisco (1984). "Erasmo y Cervantes, una vez más". Cervantes. *Bulletin of the Cervantes Society of America.* Bloomington, vol. 4.2, pp. 123-138.

Márquez Villanueva, Francisco (2010). *Moros, moriscos y turcos en Cervantes*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Martí, Salvador (1997). *Nicaragua 1977-1996: la revolución enredada.* Madrid:

Libros de la Catarata.

Martín, Melquíades Andrés (1986). "Pensamiento teológico y formas de religiosidad".Em Ramón Menéndez Pidal (dir.) *Historia de España.* Vol. XXVI.I. Madrid: Espasa-Calpe, pp. 5-80.

Martínez Assad, Carlos (coord.) (1988). *Estadistas, caciques y caudillos. Instituto de Investigaciones Sociales*. México: UNAM.

Martínez Puón, Rafael (2011). Directivos versus políticos. La importancia de la función directiva en las administraciones públicas. Miguel Ángel Porrúa y Fundación Mexicana de Estudios Políticos y Administrativos AC: México.

Martínez Rosón, María del Mar (2008). *La carrera política de los parlamentarios costarricenses, hondureños y salvadoreños: selección y ambición política*. Universidad de Salamanca: Teese doutoral.

Martínez Rosón, María del Mar (2009). "La ambición política en situaciones adversas: contextos institucionales y personales". *Revista de Estudios Políticos*, 146. pp. 113-148

Marx, Jutta; Jutta Borner e Mariana Caminotti (2007). *Las legisladoras: cupos de género y política en Argentina y Brasil.* Buenos Aires: Instituto Di Tella, UNDP.

Masters, Roger D. (1989). *The Nature of Politics.* New Haven: Yale University Press.

Mateos, Araceli (1997). "¿Diferencia la variable género a la elite parlamentaria latinoamericana?". *América Latina Hoy.* Ediciones de la Universidad de Salamanca, vol. 27, pp. 85-90.

Matthews, Donald R. (1985). "Legislative Recruitment and Legislative Careers". Em Gerhard Loewenberg, Samuel P. Patterson e Malcolm E. Jewell (eds.) *Handbook of Legislative Research.* Cambridge: Harvard University Press, pp. 17-56.

Mayhew, David (1974). *Congress: The Electoral Connection.* New Haven: Yale University Press.

Mayorga, René Antonio (2002). "Democracia y liderazgo político en Bolivia".Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina.* Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, pp. 167-214.

Mbembe, Achille (2008). "Necropolitcs".Em Stephen Morton e Stephen Bygrave (eds.) (2008). *Foucault in an Age of Terror: Essays on Biopolitics and the Defense of Society.* New York: Palmgrave Macmillan, pp. 152-182.

McChesney, Robert Waterman (1999). *Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times.* Urbana: University of Illinois Press.

McChesney, Robert Waterman (2008). *The political economy of media: enduring*

issues, emerging dilemmas. New York: Monthy Review Press

McDermott, Rose, Dominic Johnson, Jonathan Cowden e Stephen Rosen (2007) "Testosterone and Aggression in a Simulated Crisis Game". The Annals, 604, pp. 15-33.

Meinke, Scott e Edward Hasecke (2003). "Term Limits, Professionalization, and Partisan Control in the U.S. State Legislatures". *The Journal of Politics*, Vol. 65, No. 3 p. 898-908.

Meléndez, Carlos (comp.) (2011). *Anti-candidatos. Guía analítica para unas elecciones sin partidos.* Lima: Aerolíneas Editoriales S.A.C.

Méndez, Mónica (2000). *La estrategia organizativa del Partido Socialista Obrero Español (1975-1996).* Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Mendizábal, Enrique e Kristen Sample (coeds.) (2009). *Dime a quién escuchas… Think Tanks y partidos políticos en América Latina.* Lima: IDEA Internacional e Overseas Development Institute.

Mezey, Michael L. (1979). *Comparative Legislatures.* Durham: Duke University Press.

Michels, Robert [1911]. *Political parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy.* Glencoe: The Free Press. Edición inglesa de 1915. Reimpressão de 1949.

Miller, Raymond e Michael Minaron (eds.) (2006). *Political leadership in New Zealand.* Auckland: Auckland University Press

Miller, William L. (1987). "Dealigment at the Top: The Nature, Origins and Consequences of Labour's Crisis".Em Harold D. Clarke e Moske M. Czudnowski (eds.) Political Elites in Anglo-American Democracies. Changes in Stables Regimes. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 147-176.

Mills, C. Wright (1956). *The Power Elite.* New York: Oxford University Press.

Molina Jiménez, Iván (2007). *Anticomunismo reformista.* San José: Editorial Costa Rica.

Moncrief Gary F.; Peverill Squire e Malcolm E. Jewell (2001). *Who Runs for the Legislature?* Upper Saddle River: Prentice Hall.

Montaño, Mónica (2013). *Good politicians in democracy: A comparative study in Italy, Spain, Argentina and Mexico.* Istituto Italiano di Scienze Umane. Florencia. Tese de doutorado.

Montesquieu [1985]. *Espíritu de las leyes.* Madrid: Tecnos. Introducción de Enrique Tierno Galván.

Montesquieu [1986]. *Cartas persas.* Madrid: Tecnos. Estudio preliminar de Joseph M. Colomer.

Moreno Jr., Miguel J. (2003). *Misión a Washington, 17 de enero – 3 de abril 1964*.

Panamá: Editorial Libertad Ciudadana.

Morford, Mark (2002). *The Roman Philosophers. From the Time of Cato the Censor to the Death of Marcus Aurelius.* London: Routledge.

Mosca, Gaetano. [1896]. *La clase política.* México: Fondo de Cultura Económica. 4ª reimpressão 2006.

Moskop, Wynne Walter (1996). "Prudence as a Paradign for Political Leaders". *Political Psychology*, 17:4, pp. 619-642.

Mossé, Claude (1995). *Politique et Société en Grèce Ancienne.* Paris: Flammarion.

Nacif, Benito (1996). "Political Careers, political ambitions and career goals". Documento de trabajo, n. 51. México: CIDE.

Nadesan, Majia Holmer (2008). *Governmentability, Biopower, and Everyday Life*. New York: Routledge.

Natera Peral, Antonio (2001). *El liderazgo político en la sociedad democrática*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

Navia, Patricio e Ignacio Walker (2010). "Political Institutions, Populism, and Democracy in Latin America".Em Scott Mainwaring e Timothy R. Scully (eds.) *Democratic Governance in Latin America.* Stanford: Stanford University Press, pp: 245-267.

Nay, Catherine (1987). *The black and the red: François Mitterrand and the story of an ambition.* San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.

Nelson, Thomas E. e Elaine A. Willey (2001). "Issues Frames That Strike a Value Balance: A Political Psychology Perspective". Em Stepehn D. Reese, Oscar H. Gandy Jr e August E. Grant (eds.) *Framing Public Life. Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Pubs. pp. 245-266.

Norris, Pippa (1996). "Legislative Recruitment".Em Lawrence LeDuc, Richard G. Niemi e Pippa Norris (eds.) (1996). *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective.* Thousand Oaks. Sage Publications, pp. 184-215.

Norris, Pippa (1997). "Conclusions: comparing passages to power".Em Pippa Norris (ed.) *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies.* Cambridge: Cambridge University Press, p. 209-231.

Ochoa Henríquez, Haydée e Alejandro M. Estévez (coord.) (2006). *El poder de los expertos: para comprender la tecnocracia.* Maracaibo: Universidad del Zulia.

O´Donnell, Guillermo (1999). "Horizontal Accountability in New democracias". Em Andreas Schedler, Larry Diamond e Marc F. Plattner (eds.) *The Self-Restraining State. Power and Accountability in New Democracies.* Boulder. Lynne Rienner Publishers, pp. 29-51.

O´Donnell, Guillermo; Jorge Vargas, Osvaldo Iazzetta (eds.) (2004). *The Quality of Democracy: Theory and Applications.* Notre Dame: University of Notre Dame Press

Offerlé, Michel (dir.) (1999). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. Paris: Belin.

Ojeda Segovia, Lautaro (2005). "Una biografía documentada, amena e incompleta". *Iconos* 22, p. 147-161.

Olson, Mancur [1971]. *The logic of Colective Action: Public Goods and the Theory of Groups.* Cambridge: Harvard University Press. Há uma tradução em espanhol (1992). *La lógica de la acción colectiva: bienes públicos y la teoría de grupos.* Limusa: México, D. F.

Ortega y Gasset, José (1936). Espíritu de la letra: Las Atlántidas. Mirabeau o el político. Madrid: Revista de Occidente.

Ossandón, José (2011). "Economistas en la elite: entre tecnopolítica y tecnociencia". Em Alfredo Joignant e Pedro Güell (eds.) Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010). Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, pp. 109-126.

Ostrogorski, Moisei (1902) Democracy and the organization of political parties. New York: The Macmillan company.

Oxley, Douglas R. et all (2008). "Political Attitudes Vary with Physiological Traits". Science, 321, pp. 1667-1670.

Owen, David (2010) En el poder y en la enfermedad: enfermedades de jefes de Estado y de Gobierno en los últimos cien años. Madrid: Siruela

Pachano, Simón (2002). "Partidos políticos y clientelismo en Ecuador".Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina.* Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, p. 117-142.

Pade, Marianne (2007). *The Reception of Plutarch's lives in Fifteenth-century Italy*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, University of Copenhagen.

Paige, Glenn D. (1977). *The Scientific Study of Political Leadership*. New York: Free Press.

Palonen, Kari (2006). *The Struggle with Time: A conceptual History of Politics as an Activity.* Hamburg: Lit Verlag.

Panebianco, Angelo (2009) [1982] *Modelos de partido.* Madrid: Alianza Editorial.

Pangle, Thomas L. (2010). *The Theological Basis of Liberal Modernity in Montesquieu's "Spirit of the Laws"*. Chicago: The University of Chicago Press.

Pareto, Wilfredo. (193). *The Mind and Society.* New York: Dover Publications. Versão em inglês do Trattato de sociología generale.

Parry, Geraint (1969). *Political Elites.* New York: Praeger Publishers.

Pásara, Luis (2010). *Ley, justicia y sociedad en América Latina.* México: UNAM.

Pasquino, Gianfranco (2010). "El parlamentarismo en Europa Meridional: estudio del modelo italiano". Apresentado no Seminario Internacional El parlamentarismo europeo y el presidencialismo latinoamericano cara a cara, Organizado por Fundación Manuel Jiménez Abad. Zaragoza, 17 e 18 de março.

PELA (1994-2011). Manuel Alcántara Sáez (dir.). *Proyecto Elites Parlamentarias Latinoamericanas.* Disponível em: http://americo.usal.es/oir/elites/series_temporales.htm Salamanca: Instituto de Iberoamérica. Universidad de Salamanca.

Perales, Iosu (1990). "La revolución en peligro". Em *Elecciones en Nicaragua*. Madrid: Editorial Revolución, p. 37-62.

Pérez, Carlos Andrés (2011). *Pistas para entender el cerebro político. ¿Cómo y por qué tomamos nuestras decisiones?* Medellín: Centro de Análisis y Entrenamiento Político.

Pérez, Verónica (2011). *Entre lo público y lo privado. Género y ambición política en el Cono Sur.* Tesis de Maestría en Ciencia Política. Montevideo: Universidad de la República.

Pharr Susan J, e Robert D. Putnam (eds.) (2000). *Disaffected Democracies. What´s Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press

Pharr, Susan J, (2000). "Officials´ Misconduct and Public Distrust: Japan and the Trilateral Democracies?"Em Susan J, Pharr e Robert D. Putnam (eds.) (2000). *Disaffected Democracies. What´s Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press, pp. 173-201

Phelps, Elizabeth A. e Laura A. Thomas (2003). "Race, Behaviour and the Brain: The Role of Neuroimaging in Understanding Complex Social Behaviours". Em *Political Psychology*, 24.4, pp. 747-758.

Phillips, Mark (1977). *Franceso Guicciardini: the historian´s craft.* Toronto: University of Toronto Press.

Pichardo Niño, Coronada (2008). *Juan Bosch y la canonización de la narrativa dominicana.* Santo Domingo: FUNGLODE.

Platón. *La república*.

Popkin, Margaret (2004). "Fortalecer la independencia judicial".Em Luis Pásara (comp.). *En busca de una justicia distinta. Experiencias de reforma en América Latina.* Lima: Consorcio Justicia Viva.

Popper, Karl R. (1977). "Part I"em Karl R. Popper e John C. Eccles. *The Self and Its Brain.* New York: Springer International, pp. 3-224.

Powell, G. Bingham Jr. (2005). "The Chain of *Responsiveness*".Em Larry Diamond

e Leonardo Morlino (eds.) (2005). Assesing the Quality of Democracy. Baltimore.:The Johns Hopkins University Press, pp. 62-76.

Power Timothy J. e Giselle Jamison (2005). "Political Mistrust in Latin America". Em Mattei Dogan (ed.) *Political Mistrust and the Discrediting of Politicians*. Leiden: Bril, pp. 55-80.

della Porta, Donatella (2000). "Social Capital, Beliefs in Government, and Political Corruption?"Em Susan J, Pharr e Robert D. Putnam (eds.) (2000). Disaffected Democracies. What´s Troubling the Trilateral Countries? Princeton: Princeton University Press, pp. 202-228.

Prinz, Timothy S. (1993). "The Career Paths of Elected Politicians: a Review and Prspectus".Em Shirley William e Edward L. Lascher Jr. (eds.) *Ambition and Beyond. Career Paths of American Politicians*. Berkeley. University of California Press, pp. 11-63.

Przeworski, Adam; Susan C. Stokes e Bernard Manin (eds.) (1999). *Democracy, Accountability and Representation.* Cambridge: Cambridge University Press.

Puyana, José Ricardo (2008). "Los diplomáticos colombianos y la toma de decisiones de la política exterior de Colombia", em Martha Ardila *et al.* (eds.), *La toma de decisiones de la política exterior colombiana.* Universidad Externado de Colombia

Putnam, Robert D. (1973). *The Beliefs of Politicians. Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy.* New Haven: Yale University Press.

Putnam, Robert D. (1976). *The Comparative Study of Political Elites.* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Putnam, Robert D.; Susan J. Pharr e Russel Dalton (2000). "Introduction: What´s Troubling the Trilateral Democracies?"Em Susan J, Pharr e Robert D. Putnam (eds.) (2000). *Disaffected Democracies. What´s Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press, pp. 3-27.

Rahe, Paul A. (2001). "Forms of Government: Structure, Principle, Object, and Aim".Em David W. Carrithers, Michel A. Mosher e Paul A. Rahe (eds.) *Montesquieu Science of Politics. Essays on The Spirit of Laws.* Lanham: Rowman & Littlefield Publisher, pp. 69-108.

Ramió, Carles e Miquel Salvador (2005). *Instituciones y nueva gestión pública en América Latina.* Barcelona: Fundació CIDOB.

Reese, Stephen D. (2001). "Framing Public Life: A Bridging Model for Media Rearch".Em Stepehn D. Reese, Oscar H. Gandy Jr e August E. Grant (eds.) *Framing Public Life. Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World.* Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Pubs. Pp. 7-31

Reid, Julian (2008). "Life Struggles: War, Discipline and Biopolitics in the Thought

of Michel Foucault". Em Stephen Morton e Stephen Bygrave (eds.) (2008). *Foucault in an Age of Terror: Essays on Biopolitics and the Defense of Society.* New York: Palmgrave Macmillan, pp. 14-42.

Reiser, Marion (2003). "From Political Amateurs to Professional Politicians? An Analysis of councilors in four German cities". Comunicação apresentada no Congresso de APSA. Filadélfia, 28 al 31 de agosto.

Renshon, Stanley A. (1996). *High hopes: the Clinton presidency and the politics of ambition.* New York: New York University Press

Rico, Guillem (2009). *Líderes políticos, opinión pública y comportamiento electoral*. Madrid: CIS.

Rincón, Omar (ed.) (2008). *Los tele-presidentes: cerca del pueblo, lejos de la democracia.* Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina. Friedrich Ebert Stiftung.

Rivas, Cristina; Vicente, Purificación e Sánchez, Francisco (2010). "La educación como elemento de calidad de los políticos latinoamericanos". *Política y Gobierno*, vol.17, n.2, pp. 279-319.

Rocchini, Piero (1993). *La neurosis del poder*. Madrid: Alianza.

Rodrigues, Fernando (2006). *Políticos do Brasil. Uma investigaçao sobre o patrimonio declarado e a ascensao daquelles que exercem o poder*. São Paulo: Publifolha.

Rodríguez Teruel, Juan (2011). *Los Ministros de la España democrática. Reclutamiento político y carrera ministerial de Suárez a Zapatero (1976-2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

Rogow, Arnold A. (ed.) (1969). *Politics, Personality and Social Science in the Twentieh Century. Essays in Honor of Harold D. Lasswell.* Chicago: The University of Chicago Press.

Rosanvallon, Pierre (2010). *La legitimidad democrática: Imparcialidad, reflexividad y proximidad.* Barcelona: Paidós.

Rosas, Jorge Rubén (2003). "La gesta heroica del 9 de enero y el aporte del presidente D. Roberto Francisco Chiari". Conferência magistral no marco do Comité Nacional del Centenario. Presidencia de la República. Auditório do Centro de Capacitación Ascanio Arosemena. Cidade de Panamá, 9 de janeiro. Mimeo.

Rosenbach, William E. e Robert L. Taylor (eds.) (2001) Contemporary Issues in Leadership. Boulder: Westview Press.

Rosemblum, Nancy L. (2008). *On the Side of the Angels. An Appreciation of Parties and Partisanship.* Princeton: Princeton University Press.

Rosenzweig, Robert M. (1957). "The Politician and the Career in Politics". *Midwest Journal of Political Science*, vol. 1, n. 2, pp. 163-172.

Rousseau, Jean Jacques [1969]. *El contrato socia o principios de Derecho Político*. Madrid: Taurus.

Ruiz, Fernando (2010). "Fronteras móviles: caos y control en la relación entre medios y política en América Latina".Em Bernardo Sorj (com.) (2010). *Poder político y medios de comunicación. De la representación política al reality show*. Buenos Aires: Siglo XXI, pp. 15-58.

Ruiz Rodríguez, Leticia (2007). *La coherencia partidista en América Latina: parlamentarios y partidos.* Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

Sabl, Andrew (2002). *Ruling Passions. Political Offices and Democratic Ethics.* Princeton. Princeton University Press.

Sánchez, Alejandro (2010). *Las mieles del poder. Historias de sexo y política en México.* México: Random House Mondadori. Debolsillo.

Sánchez López, Francisco. (2009) *¿Democracia no lograda o democracia malograda? Un análisis del sistema político del Ecuador: 1979-2002*. Quito: FLACSO.

Santayana, George (1950). Dominiations and Powers. Reflections on Liberty, Society and Government. 2ª impresión de la edición de 2006. Piscataway: Transactions Publishers. Traduzido para o espanhol (2010), *Dominaciones y potestades. Reflexiones acerca de la Libertad, la Sociedad y el Gobierno.* Oviedo: KRK Ediciones.

Sartori, Giovanni (1992). *"Parlamento".Em Giovanni Sartori. Elementos de teoría política*. Madrid: Alianza Universidad. pp. 177-204.

Sartori, Giovanni (1994). *Ingeniería constitucional comparada: una investigación de estructuras, incentivos, y resultados*. México: Fondo de Cultura Económica.

Schedler, Andreas (1999). "Conceptualizing Accountability".Em Andreas Schedler, Larry Diamond e Marc F. Plattner (eds.) *The Self-Restraining State. Power and Accountability in New Democracies.* Boulder: Lynne Rienner Publishers, pp. 13-28.

Schier, Steven E. (2004). *High risk and big ambition: the presidency of George W. Bush.* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press

Schlesinger, Joseph A. (1966). *Ambition and Politics. Political Careers in the United States.* Chicago: Rand McNally.

Schmitter, Phillippe C. (2010). "Twenty-five Years, Fifteen Findings". *Journal of Democracy*. Volume 21.1.

Schumpeter, Joseph A. (1947). Capitalism, Socialism and Democracy. New York: Harper & Brothers Pub. 2ª ed.

Scott, Robert E. (1967). "Political Elites and Political Modernization: The Crisis of Transition".Em Seymour Martin Lipset e Aldo Solari (eds.) (1967). *Elites*

in Latin America. New York: Oxford University Press, pp. 117-145.

Serra Rojas, Andrés e Enrique Serra Rojas Beltri (1991). *Antología de la elocuencia mexicana (1900-1991).* México: Porrúa.

Shils, Edward (1982). "The Political Class in the Age of Mass Society: Collectivistic Liberalism and Social Democracy".Em Moshe M. Czudnowski (ed.) *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, pp. 13-32.

Siavelis, Peter e Scott Morgenstern (2008). *Pathways to Power. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America.* University Park: Penn State University Press.

Silva, Patricio (2011). "La elite tecnocrática en la era de la Concertación".Em Alfredo Joignant e Pedro Güell (eds.) *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de sociología de las elites en Chile (1990-2010).* Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, p. 241-269.

Smith, Bruce Lannes (1969). "The Mystifying Intellectual History of Harold D. Lasswelll".Em Arnold A. Rogow (ed.) (1969). *Politics, Personality and Social Science in the Twentieh Century. Essays in Honor of Harold D. Lasswell.* Chicago: The University of Chicago Press, pp. 41-105.

Somit, Albert e Steven A. Peterson (1997). *Darwinism, Dominance and Power. The biological Bases of Authoritarianism*. Westport: Praeger.

Soule, J.W. (1969). "Future Political Ambitions and the Behavoir of Incumbent State Legislators", *Midwest Journal of Political Science*, 13. 3, pp. 439-454.

Squire, Peverill (1992). "Legislative Professionalization and Membership Diversity in State Legislatures". *Legislative Studies Quarterly*, Vol 17, No. 1, pp. 69-79.

Squire, Peverill (1993). "Professionalization and Public Opinion of State Legislatures". *The Journal of Politics*, Vol. 55, nº 2, pp. 479-491

Squire, Peverill e Keith E. Hamm (2005). *101 Chambers. Congress State, Legislators and the Future of Legislative Studies.* Columbus: The Ohio State University Press.

Stogdill, Ralph (1974). *Handbook of Leadership: A Survey of Theory and Research.* New York: Free Press,

Stoll, David (1999). *I, Rigoberta Menchú and the Story of All Poor Guatemalans.* Boulder: Westview Press.

Stone, Walter, Sandy Maisel e Cherie Maestas (2004). "Quality counts: extending the strategic politician model of incumbent deterrence". *American Journal of Political Science*, vol. 48, n. 3, pp. 479-495.

Tarcus, Horacio (dir.) (2007). *Diccionario biográfico de la izquierda argentina. De los anarquistas a la "nueva izquierda" (1870-1976).* Buenos Aires: Emecé.

Tavares de Almeida, Pedro; António Costa Pinto e Nancy Bermeo (eds) (2003). *Who*

Governs Southern Europe? Regimen Change and Ministerial Recruitment 1850-2000. London: Frank Cass.

Terrelonge Stone, Pauline (1980) "Ambition Theory and the Black Politician". *The Western Political Quarterly*, Vol. 33, No. 1 p. 94-107

Tickner, Arlene B.; Óscar Pardo e Diego Beltrán (2006). ¿Qué diplomacia necesita Colombia? Situación, diagnóstico y perspectivas de la carrera diplomática y el servicio exterior. Universidad de los Andes, Departamento de Ciencia Política, Facultad de Administración - CESO

Tomás e Valiente, Francisco (1982). *Gobierno e instituciones en la España del antiguo régimen.* Madrid: Alianza Editorial.

Tosel, André (1988). K*ant révolutionaire. Droit et politique.* Paris: PUF.

Tuesta Soldevilla, Fernando (2002). "El liderazgo político en el Perú".Em Wilhelm Hofmeister (ed.) *"Dadme un balcón y el país es mío": liderazgo político en América Latina*. Río de Janeiro: Fundaçao Konrad Adenauer, p. 143-166.

Uriarte, Edurne (2000) "La política como vacación y como profesión: análisis de las motivaciones y de la carrera política de los diputados españoles". *Revista Española de Ciencia Política*, 3, Madrid. Pp. 97-124.

Uriarte, Edurne (1997) "El análisis de las elites políticas en las democracias". *Revista de estudios políticos (Nueva Época)*, 97. Madrid.

Vargas Llosa, Mario (2001). *Literatura y política.* México: Ariel.

Vilas, Carlos M. (1992). "Asuntos de familia: clases, linajes y política en la Nicaragua contemporánea". *Desarrollo Económico.* Buenos Aires, Vol. 32, nº 27, pp: 411-437.

Waldmann, Peter (2007). "Algunas observaciones y reflexiones críticas sobre el concepto de elite(s)". Em Peter Birle, Wilhelm Hofmeister, Günther Maihold y Barbara Potthast (eds.) *Elites en América Latina.* Madrid: Ibveroamericana-Vervuert, pp: 9-30

Walzer, Michael (2010). *Pensar políticamente*. Barcelona: Paidós.

Weber, Max [1987]. El político y el científico. Madrid: Alianza Editorial.

Wegemer, Gerad B. (1996). Thomas More on Statemanship. Washington D.C.: The Catholic University of America Press.

Weiner, Jack (2009). *Democracia y autocracia en Cervantes*. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo.

Westen, Drew (2007). *The Political Brain. The role of emotion in deciding the fate of the nation.* New York: Public Affairs.

Wilson, James Q. (1962). *The Amateur Democrat.* Chicago: The University of Chicago Press.

Yoran, Hanan (2010). *Between Utopia and Dystopia. Erasmus, Thomas More, and the Humanist Republic of Letters.* Plymouth: Lexington Books.

Textos autobiográficos ou biográficos

Achard, Diego (2008). *Se llamaba Wilson. Edición a cargo de Claudia Pivel.* Montevideo: Aguilar.

Alsogaray, Álvaro (1989). *Experiencia de cincuenta años de política y economía argentina*. Buenos Aires: Planeta.

Alsogaray, Álvaro (1993). *Bases liberales para un programa de gobierno: 1989-1995*. Buenos Aires

Azaña, Manuel. *La vocación de Manuel Azaña (1880-1930). Tomo I y El Transito de un mundo histórico (1934-1940). El Testimonio de Manuel Azaña. Tomo III de Obras Completas. (Cuatro tomos)*. Madrid: Ediciones Giner.

Barrios de Chamorro, Violeta com Sonia Cruz de Baltodano e Guido Fernández (1996). *Dreams of the Heart: The Autobiography of President Violeta Barrios de Chamorro of Nicaragua*. New York: Simon-Schuster.

Betancourt, Ingrid (2001). *La rabia en el corazón*. Bogotá: Grijalbo.

Betancourt, Ingrid (2010). *No hay silencio que no termine.* Madrid: Aguilar.

Brncic Isaza, Moira (2003). *Marmaduke Grove. Liderazgo ético.* Chile: Ediciones Tierra mía.

Burgos, Elizabeth (1995). *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Barcelona: Seix Barral.

Cardenal, Ernesto (2004). *La revolución perdida.* Madrid: Editorial Trotta.

Cárdenas, Cuauhtémoc (2010). *Sobre mis pasos.* México: Aguilar.

Cárdenas Reyes, María Cristina (1991). *Velasco Ibarra: Ideología, Poder y Democracia.* Quito: Fundación Friedrich Neumann.

Caula, Nelson (1998). *El diario de Enrique Erro. La cárcel, el exilio y la transición*. Montevideo: Rosebud Ediciones.

Contreras, Gerardo (2006). *La historia no es color de rosa.* San José de Costa Rica: Ediciones Perro Azul.

Contreras, Gerardo (2008). *Vivencias del Partido Vanguardia Popular.* San José de Costa Rica: Ediciones Perro Azul.

Correa do Lago, Luiz Aranha (1995). *Oswaldo Aranha. O Río Grande e a Revoluçao de 1930. Um Politico Gaúcho na República Velha*. Río de Janeiro: Editora Nova Frontera.

Crespo, Alfonso (1999). Lydia. Una mujer en la historia. La Paz: Plural Ediciones.

Dela Torre Espinosa, Carlos (1993). *La seducción velasquista.* Quito: Ediciones Libri Mundi e FLACSO.

Domnn, Fabián e Martín Olvera (1989). *Los Alsogaray: secretos de una dinastía y su corte.* Buenos Aires: Aguilar.

Edwards, Jorge (1985). *Persona non grata: novela.* Barcelona: Plaza y Janés

Editorial.
Esquibel, Daniel (1999). *Políticos. Batlle, Lacalle, Michelini, Vázquez.* Montevideo: Editorial Fin de Siglo.
Flores, Moacyr (1991). *Osvaldo Aranha*. Porto Alegre: IEL.
García, Alfredo (2009). *Pepe. Coloquios.* Montevideo: Editorial Fin de Siglo.
García, Fernando D. e Oscar Sola (1998). *Salvador Allende. Una época en blanco y negro.* Buenos Aires: El País/Aguilar.
García Salvattecci, Hugo (comp.) (1988). *Luís Alberto Sánchez. La vida del siglo.* Caracas: Biblioteca Ayacucho.
Giacobone, Carlos Alberto (comp.) (1982). *Ricardo Balbín. Discursos parlamentarios-políticos.* Buenos Aires: Ediciones Adelante.
Gueiler, Lydia (2000). *Mi pasión de lidereza.* La Paz: CIDEM. PLOLID/BID.
Gutiérrez Suárez, José Luis (1993). *La ambición del César: un retrato político y humano de Felipe González.* Madrid : Temas de hoy.
Hilton, Stanley E. (1994). *Oswaldo Aranha. Uma biografía.* Río de Janeiro: Editora Objetiva.
Ilf & Petrov (2009). *La América de una planta*. Barcelona: Acantilado.
Lanza, Edison e Ernesto Tulbovitz (2004). *Tabaré Vázquez. Misterios de un liderazgo que cambió la historia.* Montevideo: Alcierre Ediciones.
Lugo, Olmedo (1969). *Políticos de Venezuela.* Caracas: Publicaciones del Congreso de la República.
Luppi, Carlos (2008). *Wilson. Una comunidad espiritual.* Montevideo: Editorial Sudamericana.
Madariaga, Salvador de (1941) *Hernan Cortes. Conqueror of Mexico.* New Cork: The Macmillan Co. Em espanhol (1945). *Hernán Cortés.* Buenos Aires: Editorial Suramericana.
Madariaga, Salvador de (1951). *Bolívar.* México: Hermes.
Madariaga, Salvador de (1969). *Charles Quint.* Paris: Albin Michel. Em espanhol (1981) *Carlos V*. Barcelona: Grijalbo.
Marañón, Gregorio (1934). *Ensayo biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo.* Madrid: Espasa Calpe.
Marañón, Gregorio (1936). *El conde-duque de Olivares: la pasión por mandar.* Madrid: Espasa Calpe.
Marañón, Gregorio (1939). *Tiberio: historia de un resentimiento.* Buenos Aires: Espasa Calpe.
Marañón, Gregorio (1947). *Antonio Pérez: el hombre, el drama, la época.* Madrid: Espasa Calpe.
Mejía Madrid, Fabricio (2011). *Díaz Ordaz. Disparos en la oscuridad.* México: Suma de letras.

Montero Bustamante, Raúl (1968). *Políticos y románticos.* Montevideo: Centro Editor de América Latina.

Mora Valverde, Eduardo (1988). *De Sandino a Stalin. Recuerdos.* San José de Costa Rica: Editorial Revolución.

Nogués, Germinal (1989). *Diccionario biográfico de políticos argentinos.* Buenos Aires: Planeta.

Norris, Robert (2004). *El gran ausente. Biografía de Velasco Ibarra.* Quito: Ediciones Libri Mundi. 2 vol.

Plutarco [1943]. *Vidas paralelas*. Tradução de Antonio Ranz Romanillos. Madrid: Calpe

Quezada, Jaime (comp.) (1994). *Gabriela Mistral. Escritos políticos.* Santiago de Chile: Tierra Firme, Fondo de Cultura Económica.

Rey Prendes, Julio Adolfo (2008). *De la dictadura militar a la democracia. Memorias de un político salvadoreño. 1931-1994*. El Salvador. ISBN: 978-99923-70-30-8

Rodríguez, Blanca e Mariana Contreras (2009). *Ministras.* Montevideo: Aguilar

Rojas, María Eugenia (2000). *Rojas Pinilla mi padre.* Bogotá.

Santos, Gonzalo N. (1986). *Memorias: una vida azarosa, novelesca y tormentosa.* México: Grijalbo.

Schmidt, Helmut (2009). *Fuera de Servicio. Balance de una vida.* Madrid: Icaria-Fride.

Solís Fallas, Ottón (1999). "Jornada legislativa". *Revista Parlamentaria*. San José de Costa Rica, vol. 7, nº 3, p. 129-179.

Suárez, Luís (2003). *Cuauhtémoc Cárdenas. Política, familia, proyectos y compromiso. Tres generaciones, un mismo destino*. México D. F.: Grijalbo.

Suárez Figueroa, Naudy (comp.) (2006). *Rómulo Betancourt. Selección de escritos políticos 1929-1981*. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt.

Vargas Llosa, Mario (1993) *El pez en el agua. Memorias.* Barcelona: Seix Barral.

Villalba, Jóvito (1999). *Discursos parlamentarios. 2 Tomos.* Caracas: Fondo Editorial Nacional.

Vimo, Víctor N. (1988). *Tres políticos argentinos. Lisandro de la Torre, Luciano F. Molinas y Enzo Bordabehere.* Buenos Aires: Editorial Vinciguerra.

Woodward, Bob e Kart Bernstein (1974). *Todos los hombres del presidente*

Woodward, Bob (1994). *The agenda: inside the Clinton White House*. New York, Simon e Schuster.

Woodward, Bob (2008). *The war within: a secret White House history.* New York, Simon e Schuster.

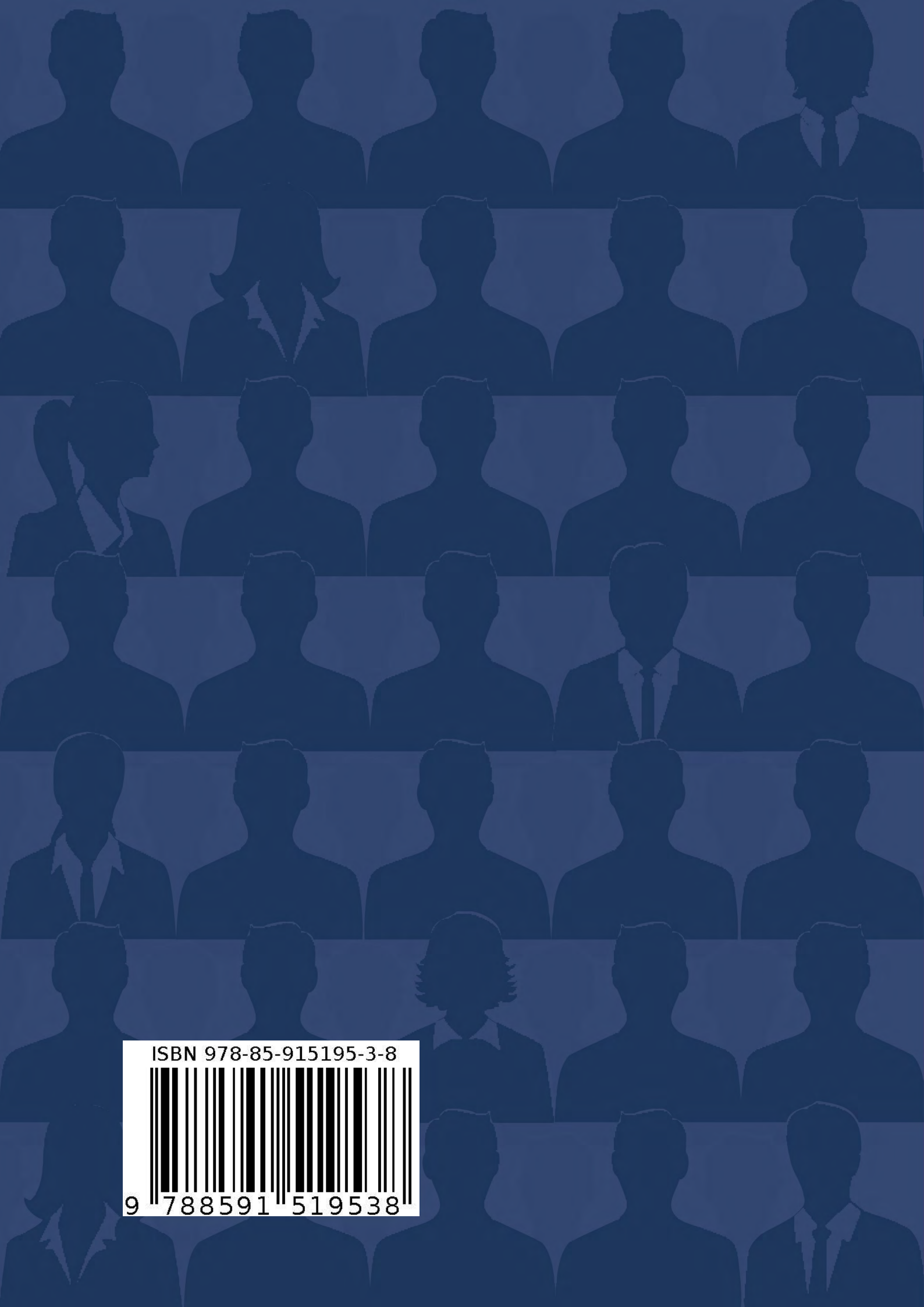
Zweig, Stefan [1927]. *Fouché. Retrato de un hombre político*. Barcelona: Acantilado (2011)

Textos de ficção

Cervantes, Miguel de. *El Quijote 1ª ed. de 1605 e 1615*: http://quijote.bne.es/libro.html
Márai, Sándor (2005). *La mujer justa*. Barcelona: Salamandra.
Shakespeare, William. *Hamlet.*
Shakespeare, William. *King Lear.*
Shakespeare, William. *Richard III*.
Vargas Llosa, Mario (2000). *La fiesta del chivo.* Madrid: Santillana.

Copyright @ 2016 do autor

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-915195-3-8
9 788591 519538



ISBN 978-85-915195-3-8

9 788591 519538